



**ROSSANA ANDREIA  
NEVES DOS SANTOS**

**O REGRESSO DOS EMIGRANTES PORTUGUESES E  
O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM  
PORTUGAL**



**ROSSANA ANDREIA  
NEVES DOS SANTOS**

**O REGRESSO DOS EMIGRANTES PORTUGUESES E  
O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM  
PORTUGAL**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Turismo, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Manuel Martins da Costa, Professor Catedrático do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

Apoio financeiro da Fundação para a  
Ciência e a Tecnologia.

Dedico esta tese aos meus pais e a todos os emigrantes portugueses.

## o júri

presidente

Prof. Doutor Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira  
Professor catedrático da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Fernanda Maria da Silva Delgado Cravidão  
Professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Jorge de Carvalho Arroiteia  
Professor catedrático aposentado da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Carlos Manuel Martins da Costa  
Professor catedrático da Universidade de Aveiro (**Orientador**)

Prof. Doutora Paula Cristina Almeida Remoaldo  
Professora associada da Universidade do Minho

Prof. Doutor Jorge Manuel Rodrigues Umbelino  
Professor auxiliar com agregação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
da Universidade Nova de Lisboa

Prof. Doutora Zélia Maria de Jesus Breda  
Professor auxiliar convidada da Universidade de Aveiro

## agradecimentos

Esta tese é resultado de um esforço cooperativo entre a autora, o apoio de entidades oficiais ligadas ao ensino superior e de órgãos de comunicação social, bem como da colaboração de alguns artistas de música portuguesa, entidades oficiais ligadas à emigração e ao poder local, de alguns emigrantes portugueses e ainda de outras individualidades, que direta e indiretamente, também contribuíram para a sua materialização.

Em primeiro lugar, estou particularmente agradecida ao meu orientador, Professor Doutor Carlos Costa, por ter aceite a orientação científica deste estudo, pela disponibilidade que sempre dispensou e, fundamentalmente, pelo profissionalismo da forma como me orientou. A ele, o meu sincero obrigado por ter tornado possível este trabalho e por ter novamente acreditado em mim.

Os meus agradecimentos também são especialmente dedicados à Fundação para a Ciência e a Tecnologia e ao Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro por terem financiado o estudo e permitido a sua realização. Dedico igualmente o meu agradecimento especial à Rádio e Televisão de Portugal (RTP), sobretudo aos canais da RTP Internacional, RDP Internacional e RDP África pelo seu apoio, através do esforço incondicional de divulgação do estudo e do instrumento de pesquisa junto dos emigrantes portugueses. Merecem também o meu agradecimento sincero e especial, os artistas Tony Carreira, Camané, Ana Moura, Pedro Abrunhosa, José Cid, Adelaide Ferreira, Mickael Carreira, Os Anjos, Emanuel, Magui Mateus, Miguel Rivotti, Alexandre Faria, Santos e Pecadores, Santa Maria, Manuel Campos, Grupo Musical Santa Cruz, As Bombocas, João Claro, Élvio Santiago, Sérgio Rossi e Marcelo & Alex Dupla por se terem disponibilizado para a construção da ciência, no intuito de poderem contribuir para o desenvolvimento regional em Portugal, através da divulgação e administração do instrumento de pesquisa – o questionário – aos emigrantes portugueses.

Sou igualmente grata à Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas por ter administrado o questionário no *Web site* oficial do Gabinete de Apoio ao Emigrante, bem como à Associação Nacional das Freguesias e ao Observatório da Emigração pelo mesmo tipo de iniciativa nos seus portais oficiais, bem como ainda aos consulados/embaixadas que também responderam de forma colaborante ao pedido de divulgação do questionário, nomeadamente os consulados de Madrid, Vancouver, Paris, Genebra, Joanesburgo, Newark, Osnabruck e as embaixadas de Buenos Aires, Camberra, Alemanha e Copenhaga. Os agradecimentos são extensíveis aos Presidentes das câmaras municipais de alguns concelhos selecionados no âmbito do processo de amostragem do estudo, nomeadamente das câmaras de Viseu, Guarda, Almeida, Castelo Branco, Figueira de Castelo Rodrigo, Gouveia, Mangualde, Penalva do Castelo, Sátão, Vila de Rei, Vila Nova de Paiva e Fundão, pelo incentivo dado aos emigrantes portugueses para a sua participação no estudo, quer através de carta, quer administrando o questionário no seu portal oficial.

De modo semelhante, agradeço a todas as publicações nacionais, regionais e dirigidas às comunidades portuguesas no estrangeiro pela incansável divulgação do estudo e administração do questionário, nomeadamente: Lusojornal, Povo de Portugal, O Século de Joanesburgo, O Correio de Venezuela, Lusoamericano, Mundo Lusíada, Tribuna Portuguesa, Sol Português, Lusopress, ABC Portuguese Canadian Newspaper, As Notícias, Correio, Contacto, Gazeta Lusófona, O Clarim, Tribuna de Macau, Expressões Lusitanas; Diário de Notícias, Expresso, Record e Portugal Diário; e ainda, ao Diário de Minho, Correio do Minho, Diário de Trás-os-Montes, Notícias de Viseu, Jornal do Centro, Diário as Beiras, Diário do Alentejo, Jornal Região Sul, O Barlavento, A União e Diário da Madeira. Agradecemos também a todas as outras publicações regionais, selecionadas no processo de amostragem, por terem informado e sensibilizado os seus assinantes emigrantes portugueses, tais como: o Notícias do Paiva, O Penalvense, Voz de Ferreira de Aves, Renascimento, Notícias da Beira, O Raiano, Jornal do Fundão, Vila de Rei- Centro de Portugal, Boletim Municipal de Vila de Rei, Gazeta do Interior, Praça Alta, Ecos da Marofa, Notícias de Gouveia e A Nova Guarda.

Por último, e igualmente importantes, são os agradecimentos aos que contribuíram para a preparação do estudo piloto - Carlos Almeida, Pedro Ferreira e, sobretudo, ao Joel Henrique Afonso Pires e família, aos emigrantes portugueses que se disponibilizaram a participar no teste do instrumento de pesquisa e aos que o administraram nos portais eletrónicos das suas associações, bem como ainda àqueles que colaboraram na preparação da sua expedição por correio – Carlos Santos, Lourdes Santos, Márcia Santos, Rui Melo, Carla Melo, Joel Pires e José Palma. A todos os outros que contribuíram indiretamente para que esta obra se tornasse realidade, em especial aos meus pais - Carlos Humberto Serra dos Santos e Maria de Lourdes da Silva Neves dos Santos, o meu Eterno Obrigado!

## **palavras-chave**

Turismo, Turismo Residencial, Emigrantes Portugueses, Regresso, Desenvolvimento Sustentável, Áreas Rurais, Portugal.

## **resumo**

Atendendo ao protagonismo que o Turismo Residencial tem vindo a assumir, no âmbito académico e político, a análise conceptual dos termos Turismo, Turismo Residencial e “Segunda Residência” revelou-se crucial nesta tese para se avaliar o seu impacto no desenvolvimento “rural”. A sua relação com as migrações (internas e internacionais) permitiu identificar o potencial que o regresso e fixação dos emigrantes portugueses apresentam para impulsionar o desenvolvimento do turismo em Portugal. As implicações da ambiguidade conceptual associada com o termo “rural” manifestam-se igualmente na falta de consenso quanto à natureza específica do processo de desenvolvimento “rural” e na dificuldade de identificação de políticas mais adequadas aos problemas prioritários destes territórios.

Neste âmbito, o índice de centralidade dos centros urbanos, baseado nas áreas de influência e na marginalidade funcional, permite identificar as áreas com menor capacidade de polarização, que são as áreas mais carenciadas. Reconhecendo que muitas delas albergam atrativos capazes de motivar a deslocação de pessoas, por motivos de recreio ou de lazer, o desenvolvimento sustentável do setor do turismo, sob certas condições, apresenta-se capaz de constituir-se como um motor da atividade económica em geral, ajudando à redução das assimetrias de desenvolvimento existentes, e uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida das suas populações. Os resultados da aplicação de 5157 questionários aos emigrantes portugueses suportam esta argumentação, uma vez que são sobretudo os que possuem residência própria num concelho com menor índice de centralidade que mais podem contribuir para o desenvolvimento do turismo em Portugal.

**keywords**

Tourism, Residential Tourism, Portuguese Emigrants, Return, Sustainable Development, Rural Areas, Portugal

**abstract**

Given the role that residential tourism has been taking under political and academic scope, the conceptual analysis of the terms Residential Tourism, Tourism and "Second Home" proved crucial in this thesis to assess its impact on "rural" development. Its relationship to migration (international and domestic) led to the identification of the potential that the return and establishment of Portuguese emigrants have for the tourism development in Portugal. The implications of conceptual ambiguity associated with the term "rural" manifest themselves also in the absence of consensus on the specific nature of the "rural" development process and the difficulty in identifying the most appropriate policies to the priority problems of these territories.

In this context, the centrality index of urban centres, based on areas of influence and functional marginality, allows identify areas with smaller capacity of polarization, which are the areas of greatest need. Recognizing that many of them are home to attractive able of motivating the movements of people, for recreation or leisure reasons, the sustainable development of the tourism sector, under certain conditions, is able to establish itself as an engine of economic activity, in general, helping to reduce disparities in development and an opportunity to improve the quality of life of their populations. The results of applying 5157 questionnaires to Portuguese emigrants support this argument, since they are mainly those that have their own residence in one of the counties with the lowest index of centrality that more can contribute to the development of tourism in Portugal.



## **Nota Introdutória**

### **Escolha e contextualização do tema**

A fim de identificar o contexto no qual o problema desta investigação foi inserido e de contribuirmos para o estudo do turismo (residencial), selecionou-se para este trabalho o tema da avaliação da capacidade do turismo residencial para alcançar a competitividade e sustentabilidade holística nas áreas “rurais” em Portugal. O estado da arte sobre os conceitos de turismo, turismo residencial e “segunda residência” revela a existência de uma série de definições diferentes, pelo lado da procura e pelo lado da oferta, não havendo, por isso, uma definição universal em qualquer um destes conceitos. Como consequência é difícil encontrar estatísticas relativas ao turismo residencial, ao nível nacional e internacional, e a comparação e previsões são difíceis, devido às diversas formas como é medido. Esta relativa marginalização contrasta com o protagonismo que o turismo residencial tem vindo a adquirir.

De acordo com um estudo solicitado pelo Turismo de Portugal à THR (Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A., 2006) o turismo residencial é um fenómeno que registou um crescimento exponencial nos últimos anos, com uma procura que cresce cerca de 8%/ano. Desde 2000, cerca de 1.000.000 europeus (60% britânicos e 30% alemães) adquiriram uma propriedade fora dos seus países (Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A., 2006). Deste modo, no mesmo documento o Turismo de Portugal refere 10 produtos turísticos no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), selecionados em função da sua quota de mercado e potencial de crescimento, bem como aptidão e potencial competitivo de Portugal, nos quais devem assentar as políticas de desenvolvimento e capacitação da oferta turística, entre os quais o produto Resorts Integrados e Turismo Residencial.

Por outro lado, os concelhos “rurais” enfrentam hoje desafios significativos em termos de condições para o seu desenvolvimento futuro, em muito associados à diminuição e envelhecimento das populações que neles residem, bem como ao seu afastamento relativo

dos mercados e dos serviços. Estes territórios constituem-se como um dos locais mais apetecíveis da expansão da “segunda residência” e uma tendência dos principais mercados emissores de turistas (nacional/internacional). O facto das políticas nacionais e comunitárias de desenvolvimento “rural” procurarem estimular a diversificação das atividades económicas de quem neles reside, mediante o aproveitamento dos seus recursos endógenos, motivaram igualmente a pretensão de avaliar a capacidade do turismo residencial para alcançar o desenvolvimento “rural” em Portugal, através de uma estratégia de inovação e qualificação para o seu crescimento e desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, a relação do turismo residencial (e da “segunda residência”) com as migrações (internas e internacionais) permitiu identificar o potencial que o regresso e fixação dos emigrantes portugueses apresentam para o desenvolvimento local e nacional. Este fator, aliado à capacidade do turismo para impulsionar as etapas iniciais do desenvolvimento económico nas áreas mais carenciadas, pelo seu efeito multiplicador de emprego e de rendimento, contribuíram para que se pretendesse testar, especificamente, o contributo do regresso e fixação dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo sustentável nos concelhos com menor índice de centralidade, ou menor capacidade de polarização, em Portugal.

## ÍNDICE GERAL

• Agradecimentos	vi
• Resumo	vii
• Nota Introdutória	ix
• Índice Geral	xi
• Índice de Tabelas	xv
• Índice de Gráficos	xxiii
<b>Capítulo 1 - Análise conceptual das variáveis da investigação</b>	
1.1 Introdução	1
1.2 A inter-relação entre os conceitos de Lazer, Recreação e Turismo	1
1.3 Uma aproximação ao conceito de “Turismo Residencial”	8
1.4 A “segunda residência” como um tipo de alojamento turístico	18
1.5 Operacionalização dos conceitos de Turismo (Residencial) e de “Segunda Residência”- uma tentativa de definição	29
1.6 Uma tentativa de definição de “Rural”	31
1.7 A problemática do conceito de Desenvolvimento “Rural”	36
1.8 Conclusão	40
<b>Capítulo 2 - A distribuição espacial das “segundas residências” em Portugal</b>	
2.1 Introdução	43
2.2 Distribuição espacial das “segundas residências” em Portugal - relação com os dados oficiais da emigração ocorrida entre 1955-1974	43
2.3 Distribuição espacial das “segundas residências” em Portugal - relação com o índice de centralidade dos centros urbanos	53
2.4 Distribuição espacial das “segundas residências” em Portugal - relação com as migrações (internas e internacionais) ocorridas entre 1960-74	75
2.5 Distribuição espacial das “segundas residências” em Portugal - localização das residências de origem dos emigrantes portugueses e das que autoconstruíram a partir de 1960 até Julho de 2009	83
2.6 Conclusão	96
<b>Capítulo 3 - O contributo do regresso e fixação dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento “rural” em Portugal</b>	99
3.1 Introdução	99
3.2 O contributo das remessas dos emigrantes para o desenvolvimento “rural”	100
3.3 O impacte do regresso dos emigrantes nos seus locais de origem	104
3.4 A possibilidade de regresso da “diáspora portuguesa”	110
3.5 Os fatores <i>push</i> e <i>pull</i> na mobilidade dos emigrantes	116
3.6 O associativismo como estratégia de coesão da identidade das comunidades portuguesas	122
3.7 O processo de formação de uma identidade cultural	124

3.8 O reconhecimento da possível identidade cultural dos emigrantes portugueses	128
3.9 As residências (auto) construídas pelos emigrantes portugueses como uma manifestação simbólica da sua identidade	136
3.10 As residências dos emigrantes – uma expressão recente da arquitetura popular local?	141
3.11 As estratégias residenciais dos emigrantes portugueses nos locais de acolhimento e no local de origem	147
3.12 As tendências setoriais dos emigrantes regressados	152
3.13 A ativação, preservação e valorização do património cultural como uma estratégia com potencial para o desenvolvimento “rural”	154
3.14 Conclusão	160
<b>Capítulo 4 - O papel do setor do turismo para o desenvolvimento “rural” sustentável</b>	163
4.1 Introdução	163
4.2 A relação das micro, pequenas e médias empresas com o desenvolvimento “rural”	163
4.3 O potencial de uma estratégia baseada no turismo para o desenvolvimento económico das áreas “rurais”	171
4.4 O efeito multiplicador das despesas turísticas e a sua relevância como alavanca do desenvolvimento “rural”	178
4.5 O contributo do regresso dos emigrantes portugueses e das suas residências do local de origem para a sustentabilidade do turismo	186
4.6 A perceção dos “residentes” em relação ao desenvolvimento do turismo	192
4.7 Causas, consequências e estratégias para lidar com a sazonalidade do turismo	199
4.8 Os benefícios percebidos da sazonalidade do turismo	203
4.9 A relação entre o desenvolvimento do turismo, impulsionado pelos emigrantes portugueses, e o aumento do rendimento nas áreas “rurais”	209
4.10 A importância do regresso da “nova geração” de emigrantes e do apoio do Estado no aumento da qualificação dos recursos humanos no setor do turismo em Portugal	214
4.11 A importância do regresso da “nova geração” de emigrantes portugueses para a igualdade do género nos seus locais de origem	216
4.12 Conclusão	220
<b>Capítulo 5 – Metodologia</b>	225
5.1 Introdução	225
5.2 O método de abordagem da investigação	226
5.3 Definição do problema, dos objetivos gerais e específicos da pesquisa. Hipóteses da pesquisa	230
5.4 O processo de amostragem	238
5.5 Métodos e técnicas da investigação	253
5.6 Memória descritiva do questionário	269
5.7 O estudo piloto	283
5.8 As não-respostas	287

5.9 O Tipo da Investigação	298
5.10 Considerações de natureza ética	304
5.11 Conclusão	306
<b>Capítulo 6 - Análise dos Dados e Discussão de Resultados</b>	<b>309</b>
6.1 Introdução	309
6.2 Caracterização do tipo de emigrante e da residência do local de origem	310
6.3 As residências (auto) construídas pelos emigrantes portugueses nos seus locais de origem como possível manifestação da sua identidade cultural	317
6.4 A propensão para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal	322
6.5 A possibilidade de melhoria da posição da mulher no contexto da residência e da sociedade em geral	334
6.6 O perfil socioeconómico do emigrante português	340
6.7 Análise das hipóteses da investigação – Influência das características dos emigrantes e das suas residências no desenvolvimento do turismo em Portugal	348
6.8 Análise das hipóteses da investigação – O potencial da residência (auto) construída de raiz no local de origem para classificação a património cultural (Parte II)	373
6.9 Análise das hipóteses da investigação – O contributo do regresso e fixação dos emigrantes portugueses em idade ativa para o desenvolvimento do turismo em Portugal (Parte III)	379
6.10 Análise das hipóteses da investigação – O impacto do regresso da “nova geração” de emigrantes e das residências (auto) construídas de raiz nos locais de origem na reorganização familiar e melhoria da relação homem-mulher nesses locais (Parte IV)	399
6.11 Análise das hipóteses da investigação – A influência do perfil socioeconómico dos emigrantes portugueses no desenvolvimento do turismo em Portugal – (Parte V)	407
6.12 Análise das hipóteses da investigação – Dados dos luso-descendentes	433
6.13 Conclusão	436
<b>Capítulo 7 - Síntese e Conclusões</b>	<b>441</b>
7.1 Introdução	441
7.2 Contributo para a operacionalização dos conceitos de turismo (residencial) e desenvolvimento “rural” sustentável	441
7.3 As residências (auto) construídas pelos emigrantes portugueses como uma manifestação da sua identidade cultural e a possibilidade da sua exploração turística	443
7.4 O papel do setor do turismo, impulsionado pelo regresso dos emigrantes portugueses, no desenvolvimento económico das áreas “rurais”, em Portugal e nos restantes países do Sul da Europa	448
7.5 A importância do regime de flexibilidade laboral para o aumento do emprego, do rendimento e da formação dos recursos humanos na área do turismo em Portugal	453

7.6 O contributo do regresso da “nova geração” de emigrantes e das residências (auto) construídas de raiz para a reorganização familiar e a melhoria da relação homem-mulher nos locais de origem	453
7.7 Limitações da investigação	457
7.8 Contributo para a ciência e sugestão para investigações futuras	460
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>463</b>
<b>Anexos</b>	<b>499</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Anexo 1</b> (1) Questionário Administrado na Internet: Publicações Digitais e Portais Eletrónicos</li> <li>• <b>Anexo 2</b> (2) Questionário Administrado na Internet: Entidades Oficiais</li> <li>• <b>Anexo 3</b> (1) Questionário Administrado no <i>Facebook</i>: Página da Estudo</li> <li>• <b>Anexo 4</b> (2) Questionário Administrado no <i>Facebook</i>: Páginas Oficiais de Cantores de Música Portuguesa</li> <li>• <b>Anexo 5</b> Questionário Publicitado pela Rádio e Televisão Portuguesa: a) RDP Internacional e RDP África; b) RTP Internacional (Relatórios de Emissão e <i>Spots</i>)</li> <li>• <b>Anexo 6</b> Questionário Administrado por Correio: a) Carta de Incentivo dos Presidentes de Câmara; b) Notícias Publicadas</li> <li>• <b>Anexo 7</b> Questionário Administrado: a) por Correio; b) na Internet e <i>Facebook</i></li> </ul>	501 503 505 507 509 511 613

## ÍNDICE DE TABELAS

• Tabela 1 Tentativa de definição do “turismo residencial”	17
• Tabela 2.1 NUT’s II com maior número de “segundas residências” em Portugal	44
• Tabela 2.2 NUT’s III com maior número de “segundas residências” em Portugal	45
• Tabela 2.3 Concelhos com maior número de “segundas residências” em Portugal -2001-	46
• Tabela 2.4 Concelhos com maior número de “segundas residências” em Portugal - 2001-	47
• Tabela 2.5 Variação da primeira e “segunda residência” por NUT’s III – Regiões Norte e Centro -1991-2001	48
• Tabela 2.6 Número de emigrantes e índice de centralidade dos concelhos com maior número de “segundas residências” em 2001- Região Norte	68
• Tabela 2.7 Número de emigrantes e índice de centralidade dos concelhos com maior número de “segundas residências” em 2001- Região Centro	69
• Tabela 2.8 Evolução da população residente por local de residência-concelhos- NUT’s II e III- 1991/ 2001 (Nº)	72
• Tabela 2.9 Evolução da população residente por local de residência-concelhos- Região Norte- 1991/ 2001 (Nº)	73
• Tabela 2.10 Evolução da população residente por local de residência-concelhos. Região Centro- 1991/ 2001 (Nº)	74
• Tabela 2.11 Evolução das “segundas residências” nos concelhos das NUT’s II e III com maior número de “segundas residências” - Região Norte-	77
• Tabela 2.12 Evolução das “segundas residências” nos concelhos das NUT’s II e III com maior número de “segundas residências” -Região Centro-	78
• Tabela 2.13 Relação entre as residências com ocupação sazonal e ocupante ausente e as migrações de 1955-74 -1981 (Distritos) -	82
• Tabela 2.14 Relação entre as residências convertidas em ocupação sazonal e as residências com ocupante ausente e as migrações de 1955-74 - (1981) - Distritos	89
• Tabela 2.15 Relação entre as residências convertidas em ocupação sazonal e a variação das residências habituais e dos alojamentos vagos -1970-81 -(Distritos)-	91
• Tabela 2.16 Relação entre as residências convertidas em ocupação sazonal e as residências com ocupante ausente, o saldo migratório, principal sector de atividade económica e o índice de centralidade -1970-1981 (Distritos)	94
• Tabela 5.1 Emigrantes portugueses por país de destino e sexo, segundo o tipo de emigração	249
• Tabela 5.2 Número de questionários expedidos por país de destino	249
• Tabelas 6.1 - 6.2 Ano de emigração (a primeira vez)	311
• Tabela 6.3 Fatores que contribuem para que os emigrantes tenham uma	321

cultura diferente da portuguesa	
• Tabela 6.4 Cursos especificados pelos inquiridos que não identificaram o tipo de formação	345
• Tabela 6.5 Ano de emigração/Tempo de estadia no país de emigração	349
• Tabela 6.6 Ano de emigração vs Desejo de regresso e fixação em Portugal	350
• Tabela 6.7 Ano de emigração vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal	350
• Tabela 6.8 Ano de emigração vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal	351
• Tabela 6.9 Ano de Emigração vs Capital para investir num negócio	351
• Tabela 6.10 Tempo de permanência vs Desejo de regresso e de fixação em Portugal	353
• Tabela 6.11 Tempo de permanência vs Capital para investir num negócio	353
• Tabela 6.12 Tempo de permanência vs Fatores mais importantes para regressar a Portugal	353
• Tabela 6.13 Tempo de permanência vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal	353
• Tabela 6.14 Área geográfica de emigração vs Desejo de regresso e fixação em Portugal	354
• Tabelas 6.15 Área geográfica de emigração vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal	355
• Tabelas 6.16 Área geográfica de emigração vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal	355
• Tabela 6.17 Área geográfica de emigração vs Fatores mais importantes para o regresso e fixação em Portugal	356
• Tabela 6.18 Área geográfica de emigração vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal	356
• Tabelas 6.19 Idade vs Origem dos emigrantes portugueses	357
• Tabela 6.20 Origem dos emigrantes portugueses vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal	357
• Tabela 6.21 Origem dos emigrantes portugueses vs Desejo de regresso e de fixação em Portugal	357
• Tabela 6.22 Origem dos emigrantes portugueses vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal	358
• Tabela 6.23 Origem dos emigrantes portugueses vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal	358
• Tabela 6.24 Origem dos emigrantes portugueses vs Área/s onde gostariam de investir no setor do turismo em Portugal	359
• Tabela 6.25 Propriedade de residência em Portugal vs Desejo de regresso a Portugal	360
• Tabela 6.26 Propriedade de residência em Portugal vs Área/s de pretensão de investimento em Portugal	360
• Tabela 6.27 Propriedade de residência em Portugal vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal	361
• Tabela 6.28 Propriedade de residência em Portugal vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal	361



• Tabela 6.29 Concelho da residência em Portugal vs Contributo da participação em associações portuguesas no país de acolhimento no desejo de regresso a Portugal	362
• Tabela 6.30 Concelho da residência em Portugal vs Desejo de regresso e fixação em Portugal	362
• Tabela 6.31 Concelho da residência em Portugal vs Fatores mais importantes para o regresso e fixação em Portugal	362
• Tabela 6.32 Concelho da residência em Portugal vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal	363
• Tabela 6.33 Concelho da residência em Portugal vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal	363
• Tabela 6.34 Concelho da residência em Portugal vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal	364
• Tabela 6.35 Número de residências vs Desejo de regresso e fixação em Portugal	364
• Tabela 6.36 Número de residências vs Emprego no setor do turismo em Portugal	365
• Tabela 6.37 Número de residências em Portugal vs Área/s de investimento em Portugal	365
• Tabela 6.38 Número de residências em Portugal vs Área/s de investimento no setor do turismo em Portugal	365
• Tabela 6.39 Número de residências em Portugal vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal	367
• Tabela 6.40 Número de quartos da residência em Portugal vs Desejo de regresso e fixação em Portugal	368
• Tabela 6.41 Número de quartos da residência em Portugal vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal	368
• Tabela 6.42 Número de quartos da residência em Portugal vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal	369
• Tabela 6.43 Número de quartos da residência em Portugal vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal	370
• Tabela 6.44 Número de quartos da residência em Portugal vs Área/s onde gostariam de investir no setor do turismo em Portugal	370
• Tabela 6.45 Ano de construção da residência em Portugal vs Desejo de regresso	371
• Tabela 6.46 Ano de construção da residência em Portugal vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal	371
• Tabela 6.47 Ano de construção da residência em Portugal vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal	372
• Tabela 6.48 Ano de construção da residência em Portugal vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal	373
• Tabela 6.49 A residência construída no concelho de origem representa a cultura portuguesa/ Participação numa associação portuguesa vs A participação numa associação como forma de manter a cultura portuguesa	373
• Tabela 6.50 A participação em associações de emigrantes portugueses no país de acolhimento é uma forma de manter a cultura portuguesa vs A cultura é portuguesa	374

• Tabela 6.51 A cultura é portuguesa vs Fatores que contribuíram para terem uma cultura diferente da portuguesa	376
• Tabela 6.52 A cultura é portuguesa vs A residência construída de raiz no concelho de origem é a verdadeira casa	377
• Tabela 6.53 A residência construída de raiz no concelho de origem representa a cultura portuguesa vs A residência construída de raiz no concelho de origem é a verdadeira casa	377
• Tabela 6.54 A cultura é portuguesa vs A residência construída de raiz, antes de Julho de 2009, no concelho de origem representa a cultura portuguesa	378
• Tabela 6.55 A residência construída de raiz no concelho de origem é a verdadeira casa vs A residência construída de raiz no concelho de origem pode ser considerada património cultural	378
• Tabela 6.56 A residência construída de raiz no concelho de origem representa a cultura portuguesa vs A residência construída de raiz no concelho de origem pode ser considerada património cultural	379
• Tabela 6.57 Idade vs Frequência em associações portuguesas no país de acolhimento	379
• Tabela 6.58 Idade vs Contributo da participação em associações portuguesas, no país de acolhimento, no desejo de regresso e fixação em Portugal	380
• Tabela 6.59 Idade vs Desejo de regresso e fixação em Portugal	381
• Tabela 6.60 Idade vs Fatores mais importantes para o regresso e fixação em Portugal	381
• Tabela 6.61 Idade vs A residência do concelho de origem pode vir a ser considerada património cultural	382
• Tabela 6.62 Idade vs Aluguer de quartos a turistas na residência do concelho de origem pela isenção de Imposto Sobre Imóveis	382
• Tabela 6.63 Idade vs Durante a emigração adquiriram (novos) conhecimentos na área da hotelaria e turismo - Curso	383
• Tabelas 6.64-6.65 Idade vs Durante a emigração adquiriram (novos) conhecimentos na área da hotelaria e turismo - Formação e Experiência Profissional	384
• Tabelas 6.66- 6.69 a) Concelho de origem/ b) Concelho da residência própria em Portugal vs Conhecimentos adquiridos na área da hotelaria e turismo durante a emigração – Curso e Formação Profissional	385
• Tabelas 6.70- 6.71 a) Concelho de origem/ b) Concelho da residência própria em Portugal vs Conhecimentos adquiridos na área da hotelaria e turismo durante a emigração – Experiência Profissional	386
• Tabela 6.72 Idade vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal	387
• Tabela 6.73 A residência do concelho de origem pode ser considerada património cultural vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal	387
• Tabela 6.74 Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal vs Área/s que gostariam de poder investir em Portugal	388
• Tabela 6.75 Idade vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal	388
• Tabela 6.76 Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal	390

vs Área/s onde gostariam de investir no setor do turismo em Portugal	
• Tabela 6.77 A residência do concelho de origem tem potencial valor patrimonial cultural vs Área/s onde gostariam de investir no setor do turismo em Portugal	390
• Tabela 6.78 Idade vs Propriedade de residência em Portugal	391
• Tabela 6.79 Idade vs Área/s onde gostariam de investir no setor do turismo em Portugal	391
• Tabela 6.80 Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal vs O desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal depende de um conjunto de fatores	392
• Tabela 6.81 Idade vs O desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal depende de um conjunto de fatores	393
• Tabela 6.82 Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal vs O emprego no setor do turismo poderia ser uma alternativa às ocupações tradicionais em Portugal devido a um conjunto de fatores	393
• Tabela 6.83 Idade dos emigrantes vs O emprego no setor do turismo poderia ser uma alternativa às ocupações tradicionais em Portugal devido a um conjunto de fatores	394
• Tabela 6.84 Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal vs Se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal poderiam praticar agricultura para autoconsumo, devido a um conjunto de fatores	395
• Tabela 6.85 Idade vs Se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal poderiam praticar agricultura para autoconsumo, devido a um conjunto de fatores	396
• Tabela 6.86 Desejo de ter um emprego no setor do turismo vs Nas épocas com pouca procura turística continuarão a trabalhar devido a um conjunto de fatores	396
• Tabela 6.87 Idade vs Nas épocas com pouca procura turística continuarão a trabalhar devido a um conjunto de fatores	397
• Tabela 6.88 Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal vs Se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal gostariam de controlar o seu próprio horário de trabalho, devido a um conjunto de fatores	398
• Tabela 6.89 Idade vs Se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal gostariam de controlar o seu próprio horário de trabalho, devido a um conjunto de fatores	398
• Tabela 6.90 Propriedade de residência construída de raiz em Portugal vs Pessoa que realiza a maior percentagem das tarefas domésticas	399
• Tabela 6.91 Propriedade de residência construída de raiz em Portugal vs Motivos para um dos membros do casal realizar 60% das tarefas ou mais	400
• Tabela 6.92 Habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal vs Pessoa que realiza a maior percentagem das tarefas domésticas	400
• Tabela 6.93 Habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal vs Motivos para habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal	401
• Tabela 6.94 Motivos para habitar a residência construída de raiz em	401

Portugal vs Desejo de habitar a residência construída de raiz em Portugal, em caso de regresso	
• Tabelas 6.95 Motivos para habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal vs Vive com o companheiro/a ou cônjuge	402
• Tabelas 6.96 Outro motivo para habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal vs Vive com o companheiro/a ou cônjuge	403
• Tabela 6.97 Realização de 60% das tarefas domésticas ou mais vs Motivos para habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal	403
• Tabela 6.98 Motivos para habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal vs Pessoa que realiza 60% das tarefas domésticas ou mais	405
• Tabela 6.99 Motivos para habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal vs Motivos da distribuição das tarefas não ser equitativa	405
• Tabela 6.100 Motivos para habitar e alugar quartos a turistas na residência do concelho de origem vs Pessoa que realiza a maior percentagem das tarefas domésticas	406
• Tabela 6.101 Motivos para habitar e alugar quartos a turistas na residência do concelho de origem vs Motivos para a distribuição das tarefas não ser equitativa	406
• Tabela 6.102 Género vs Desejo de regresso e fixação em Portugal	407
• Tabela 6.103 Género vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal	408
• Tabela 6.104 Género vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal	408
• Tabela 6.105 Idade vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal	408
• Tabela 6.106 Grau escolar vs Desejo de regresso a Portugal	410
• Tabela 6.107 Grau escolar vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal	410
• Tabela 6.108 Grau escolar vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal	411
• Tabela 6.109 Grau escolar vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal	411
• Tabela 6.110 Curso na área da hotelaria e/ou turismo vs Desejo de regresso a Portugal	412
• Tabela 6.111 Curso na área da hotelaria e/ou turismo vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal	413
• Tabela 6.112 Curso na área da hotelaria e/ou turismo vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal	413
• Tabela 6.113 Curso na área da hotelaria e/ou turismo vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal	413
• Tabela 6.114 Profissão vs Desejo de regresso e de fixação em Portugal	414
• Tabela 6.115 Profissão vs Desejo de ter um emprego na área do turismo em Portugal	414
• Tabela 6.116 Profissão vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal	415

• Tabela 6.117 Profissão vs Capital para investir num negócio em Portugal	416
• Tabela 6.118 Filhos Dependentes vs Propensão para o regresso e fixação em Portugal	416
• Tabela 6.119 Filhos Dependentes vs Área/s onde gostariam investir em Portugal	417
• Tabela 6.120 Filhos Dependentes vs Desejo em ter um emprego no setor do turismo em Portugal	417
• Tabela 6.121 Filhos Dependentes vs Capital suficiente para investirem num negócio em Portugal	417
• Tabela 6.123 Grau de urbanização do local onde reside emigrado vs Área onde gostariam de investir em Portugal	419
• Tabela 6.124 Grau de urbanização do local onde reside emigrado vs Área/s onde gostariam de investir no setor do turismo em Portugal	419
• Tabela 6.125 Grau de urbanização do local onde reside emigrado vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal	420
• Tabela 6.126 Existência de filhos vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal	421
• Tabela 6.127 Existência de filhos vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal	421
• Tabela 6.128 Número de filhos vs Desejo de regresso e fixação em Portugal	423
• Tabela 6.129 Número de filhos vs Fatores mais importantes para o regresso a Portugal	423
• Tabela 6.130 Número de filhos vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal	423
• Tabela 6.131 Número de filhos vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal	423
• Tabela 6.132 Capital suficiente para investir num negócio em Portugal vs Fatores mais importantes para o regresso e fixação em Portugal	424
• Tabela 6.133 Capital suficiente para investir num negócio em Portugal vs Área/s em que gostariam de investir em Portugal	424
• Tabela 6.134 A cultura é portuguesa vs Profissão	425
• Tabela 6.135 A cultura é portuguesa vs Grau escolar	425
• Tabela 6.136 A participação em associações portuguesas é uma forma de manter a cultura portuguesa vs Grau escolar	425
• Tabela 6.137 A cultura é portuguesa vs Idade	427
• Tabela 6.138 A cultura é portuguesa vs Filhos dependentes	427
• Tabela 6.139 A cultura é portuguesa vs Grau de urbanização onde residem emigrados	427
• Tabela 6.140 A cultura é portuguesa vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal	427
• Tabela 6.141 A participação em associações portuguesas é uma forma de manter a cultura portuguesa vs Filhos Dependentes	427
• Tabela 6.142 Nas épocas com pouca procura turística poderiam optar por trabalhar, em vez de usufruírem de um apoio do Estado, porque (...) vs Idade	429
• Tabela 6.143 Nas épocas com pouca procura turística poderiam optar por	429

trabalhar, em vez de usufruírem de um apoio do Estado, porque (...) vs Grau escolar	
• Tabela 6.144 Nas épocas com pouca procura turística poderiam optar por trabalhar, em vez de usufruírem de um apoio do Estado, porque (...) vs Profissão	429
• Tabela 6.145 Nas épocas com pouca procura turística poderiam optar por trabalhar, em vez de usufruírem de um apoio do Estado, porque (...) vs Filhos dependentes	430
• Tabela 6.146 Se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal, gostariam de controlar o próprio horário de trabalho, porque (...) vs Idade	430
• Tabela 6.147 Se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal, gostariam de controlar o próprio horário de trabalho, porque (...) vs Grau escolar	430
• Tabela 6.148 Se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal, gostariam de controlar o próprio horário de trabalho, porque (...) vs Profissão	432
• Tabela 6.149 Se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal, gostariam de controlar o próprio horário de trabalho, porque (...) vs Filhos dependentes	432
• Tabela 6.150 Idade dos lusodescendentes vs Desejo de regresso e fixação em Portugal	434
• Tabela 6.151 Idade vs Fatores mais importantes para a fixação dos lusodescendentes em Portugal	435
• Tabela 6.152 Idade vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal	435
• Tabela 6.153 Idade dos lusodescendentes vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal	436
• Tabela 6.154 Idade vs Propriedade de residência em Portugal	436

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

• Gráfico 6.1 Área geográfica de emigração dos emigrantes portugueses	311
• Gráfico 6.2 Principais países de acolhimento dos emigrantes portugueses	312
• Gráfico 6.3 Tempo de permanência no país de acolhimento (a primeira vez)	313
• Gráfico 6.4 Naturalidade dos luso-descendentes	313
• Gráfico 6.5 Naturalidade dos emigrantes diretos	314
• Gráfico 6.6 Propriedade de residência em Portugal	314
• Gráfico 6.7 Número de residências em Portugal	315
• Gráfico 6.8 Concelho da residência em Portugal	315
• Gráfico 6.9 Tipologia da residência em Portugal	316
• Gráfico 6.10 Ano de construção da residência em Portugal	316
• Gráfico 6.11 Residência construída de raiz no local de origem	317
• Gráfico 6.12 Classificação da residência construída de raiz em Portugal	317
• Gráfico 6.13 Representação da cultura portuguesa na residência construída de raiz em Portugal	318
• Gráfico 6.14 Frequenta (ou já frequentou) uma associação de emigrantes portugueses no país de emigração	318
• Gráfico 6.15 A participação em associações de emigrantes portugueses como forma de manter a cultura portuguesa	319
• Gráfico 6.16 A cultura dos emigrantes portugueses	319
• Gráfico 6.17 Possibilidade da residência construída no concelho de origem ser património cultural	322
• Gráfico 6.18 Idade dos emigrantes portugueses	323
• Gráfico 6.19 Frequenta (ou já frequentou) uma associação de emigrantes portugueses no país de emigração – “nova geração” de emigrantes	323
• Gráfico 6.20 Participação em associações de emigrantes portugueses e a sua influência no regresso	324
• Gráfico 6.21 Vontade de regressar ao local de origem	324
• Gráfico 6.22 Fatores que condicionam o regresso	325
• Gráfico 6.23 Potencial da residência do local de origem ser considerada como património cultural	326
• Gráfico 6.24 Influência da isenção de Imposto sobre Imóveis no aluguer de quartos	326
• Gráfico 6.25 Conhecimentos formais e experiência profissional na área da hotelaria e/ou turismo	328
• Gráfico 6.26 Áreas de investimento em Portugal	328
• Gráfico 6.27 Áreas de investimento no setor do turismo em Portugal	328
• Gráfico 6.28 Desejo de ter um emprego na área do turismo em Portugal	329
• Gráfico 6.29 Influência de alguns fatores no desejo de ter um emprego na área do turismo, em Portugal	330
• Gráfico 6.30 O emprego no setor do turismo como alternativa às ocupações tradicionais	331
• Gráfico 6.31 A prática da agricultura para autoconsumo, aliada ao emprego	332

no setor do turismo	
• Gráfico 6.32 Possibilidade de estarem ativos economicamente todo o ano ou de usufruírem de um apoio do Estado	334
• Gráfico 6.33 Motivo para pretenderem o regime de flexibilidade laboral em Portugal	334
• Gráfico 6.34 Propriedade de residência construída de raiz em Portugal	335
• Gráfico 6.35 A possibilidade de habitar a residência construída de raiz no regresso a Portugal	335
• Gráfico 6.36 Razões que justificam habitarem a residência construída de raiz no regresso a Portugal	336
• Gráfico 6.37 Razões que justificam habitarem e alugarem quartos a turistas na residência do concelho de origem	337
• Gráfico 6.38 Emigrantes do género feminino que vivem com o seu companheiro/a ou conjugue	338
• Gráfico 6.39 Emigrantes do género feminino que realizam 60% (ou mais) das tarefas domésticas	338
• Gráfico 6.40 Realização da maior percentagem das tarefas domésticas	339
• Gráfico 6.41 Razões da distribuição das tarefas não ser equitativa	339
• Gráfico 6.42 Grau Escolar	340
• Gráfico 6.43 Grau Escolar- Outro	340
• Gráfico 6.44 Especificação do curso técnico-profissional	341
• Gráfico 6.45 Especificação do curso de frequência no ensino superior	342
• Gráfico 6.46 Especificação do curso superior	343
• Gráfico 6.47 Especificação da área do outro tipo de formação	344
• Gráfico 6.48 Profissão dos emigrantes portugueses nos países de acolhimento	345
• Gráfico 6.49 Existência de filhos	346
• Gráfico 6.50 Filhos Dependentes	346
• Gráfico 6.51 Número de filhos	346
• Gráfico 6.52 Grau de urbanização onde residem emigrados	347
• Gráfico 6.53 Capital para investir num negócio em Portugal	347
• Gráfico 6.54 Classe Social	348
• Gráfico 6.55 Idade dos lusodescendentes	434



## **Capítulo 1**

### **Análise conceptual das variáveis da investigação**

#### **1.1 Introdução**

O conceito de turismo tem sido amplamente discutido aos níveis nacional e internacional, pelas organizações oficiais e por diversos investigadores, podendo citar-se como exemplo Cohen, 1974; Cooper et al, 1993; Costa, 1996; Cunha, 2001; Inskeep, 1991; Leiper, 1979; 1993; Hall, 2005; Hall e Williams, 2002; Mantecón, 2008; Mathieson e Wall, 1982; Menéndez et al, 2002; Murphy, 1985; Smith, 1982; 1992; 1995. Contudo, este capítulo não tem como objetivo fazer uma discussão aprofundada sobre a forma como o conceito de turismo tem evoluído, uma vez que é um tema amadurecido entre os académicos, mas sim tentar uma aproximação aos conceitos de “turismo”, “turismo residencial” e “segunda residência”. Este irá ser o tema da discussão desenvolvida nas secções 1.2-1.4. O facto de se pretender avaliar nesta tese o impacte do “turismo residencial” no desenvolvimento “rural” em Portugal, induziu a que a discussão das secções seguintes também se baseasse na análise conceptual dos termos “rural” (secção 1.5) e “desenvolvimento rural” (secção 1.6).

#### **1.2 A inter-relação entre os conceitos de Lazer, Recreação e Turismo**

O conceito de Lazer, que em latim significa “licere” (Jensen e Torkildsen, citado por Costa, 1996) ou “ser livre”, ainda não apresenta consenso na sua definição e nas suas delimitações. O Lazer é uma medida de tempo normalmente utilizado para designar o tempo disponível após as tarefas relacionadas com o trabalho, o sono, pessoais e

domésticas terem sido completadas, ou seja, é tempo livre para os indivíduos despenderem da forma como querem (Boniface e Cooper, 1987; Mathieson e Wall, 1982). Contudo, isto introduz o problema de quando é que todo o tempo livre é lazer. Estudiosos ligados às áreas da psicologia e psiquiatria defendem que o Lazer deve ser encarado numa perspetiva holística, porque é mais um estado de espírito que pode ocorrer em quase todas as situações e que é alcançado quando a pessoa está em ótima interação com o ambiente, do que uma atividade (Pieper, citado por Costa, 1996, p.2; Csikszentmihalyi; Graefe e Parker, citado por Costa, 1996, p.2). Embora não discordando com os argumentos que suportam a perspetiva holística, um outro grupo de estudiosos encara o Lazer numa perspetiva orgânica ou como um bloco de tempo livre de trabalho ou tempo livre (Bolgov e Kalkei, 1974; Haun; Neumeyer e Neumeyer; Brightbill; Boniface e Cooper, citado por Costa, 1996, p. 3).

Esta discussão académica permitiu assim diferenciar entre uma abordagem qualitativa (lazer como um estado de espírito) e uma abordagem quantitativa (lazer como tempo livre) (Witt e Ellis, 1985, citado por Smith e Godbey, 1991). Sem questionar a validade dos argumentos que suportam a perspetiva holística e à semelhança da maioria dos investigadores que trabalham na área do Lazer, em 1996 Costa considera o Lazer numa perspetiva orgânica, uma vez que permite a distinção entre trabalho e Lazer, sendo que as atividades de Lazer que tomam lugar durante o tempo de trabalho são residuais, ou seja, tais atividades são encaradas como uma forma de escape e não propriamente como lazer. Neste sentido, Lazer e trabalho podem ser agrupados em dois grupos independentes de atividades. Assim, o lazer pode ser considerado como um bloco de tempo autónomo do tempo de trabalho ou como tempo livre que é usado pelos indivíduos para relaxar ou divertir e em atividades de recreio.

À semelhança do conceito de lazer, também não existe uma definição universal para o termo Recreação (do latim significa *recreate*) (Meyer e Brightbill, citado por Costa, 1996:5). Em geral, a maioria dos investigadores define a Recreação como atividade ou como experiência (Smith e Godbey, 1991). Numa perspetiva orgânica a recreação pode ser definida como tempo livre despendido numa série de atividades realizadas durante o tempo de lazer. Mesmo que o Lazer e a Recreação sejam muitas das vezes considerados

sinónimos, porque ligados conceptualmente (Jensen, citado por Costa, 1996:5), o Lazer é um conceito mais abrangente que impõe inatividade, enquanto a Recreação pressupõe alguma atividade e motivação para aumentar a autoexpressão e a autoestima (Costa, 1996). Assim sendo, a Recreação é normalmente entendida como as atividades levadas a cabo durante o tempo de lazer.

Não obstante, Boniface e Cooper (citado por Costa, 1996) discutem a forma de repartir a Recreação em vários grupos, nomeadamente a recreação realizada em casa (ler, fazer jardinagem, socializar, etc.), “lazer diário” que é orientado para atividades como uma visita ao teatro ou restaurantes, desportos (participando ou como espectador) e socialização; “viagens diárias” caso exista um movimento planeado para visitar ou desenvolver algumas atividades, tais como visitar atrações ou fazer piqueniques e finalmente, no outro extremo destas atividades está o “turismo”, que pode ser genericamente definido como uma forma de lazer que implica necessariamente uma estadia no lugar visitado e que é diferente do lugar de residência habitual. Face ao exposto, se o lazer é uma medida de tempo e a recreação envolve todas as atividades levadas a cabo durante esse tempo, então o Turismo é simplesmente uma dessas atividades (Boniface e Cooper, 1987; Mathieson e Wall, 1982). Tal como nos conceitos de Lazer e Recreio, também o conceito de Turismo carece de uma definição universal. Em 1993 Cooper et al argumentam que é fundamental uma definição de Turismo não apenas para dar credibilidade aos que se encontram envolvidos no seu estudo, mas também pela sua importância nas considerações práticas de medição e de legislação.

Em 1979 Leiper identifica três abordagens para definir turismo: económica, técnica e holística. Para este investigador as abordagens económicas podem ser alvo de crítica, pois não explicitam nada sobre o turista e não reconhecem os elementos espaciais que são igualmente importantes. As definições heurísticas são usadas quando os investigadores estão a expressar as suas opiniões ou descobertas na pesquisa qualitativa em relação a algum aspeto do comportamento do turista. Muitas vezes, as definições heurísticas de “turista” incluem pelo menos três componentes: i) estabelecem algo em relação à distância percorrida nas viagens; ii) a duração e iii) propósito ou motivação da viagem. Outras componentes que poderão ser incluídas são a classe de facilidades ou serviços usados e o

tipo de organização de viagem: pacote versus independente, grupo versus individual. Por outro lado, as definições técnicas são usadas para estudos estatísticos e são as mais comumente aplicadas na pesquisa quantitativa (Leiper, 1993).

A primeira definição técnica de Turista foi estruturada em 1937 pelo Comité Estatístico da Liga das Nações Unidas, responsável pelas recomendações nacionais governamentais em todos os tipos de estatística internacional que considerou que “um turista estrangeiro é qualquer pessoa que visita um país diferente daquele onde normalmente reside, por um período de pelo menos vinte e quatro horas” (OECD, 1974:7, citado por Leiper, 1993:542). Considerando o facto do turismo doméstico ter sido desconsiderado nesta definição, e na tentativa de ultrapassar esta fraqueza, em 1963 foi realizada em Roma a Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais que recomendou definições para os termos de “visitante”, “turismo” e “excursionista” propostos pela UIOOT, tendo sido mais tarde aprovadas em 1968 pela Comissão de Estatística das Nações Unidas. Em 1978, as linhas diretrizes provisórias relativas às estatísticas do turismo internacional foram aprovadas pela Comissão de Estatística das Nações Unidas (Holloway, citado por Costa, 1996; CST, 1999).

Contudo, apesar da evolução o turismo doméstico continuou a ser desconsiderado naqueles conceitos. Neste contexto, Costa (1996) argumenta que o turismo pode ou não envolver estadias fora da residência habitual e que o conceito de Turismo não implica apenas a viagem e estadia em lugares fora da residência habitual, uma vez que também inclui viagens de um dia motivadas pelo turismo para lugares situados dentro do mesmo país ou países vizinhos. Relativamente a esta questão, Jansen-Verbeke e Dietvorst (1987) referem que a oferta de facilidades de recreio e de turismo terão de ir ao encontro desta procura crescente e diversificada. Assim, mais tarde, em 1981 a International Conference on Leisure, Recreation and Tourism organizada pela Aiest, em Cardiff sugere que o turismo pode ser definido como determinadas atividades, seleccionadas por opção, e levadas a cabo fora do ambiente habitual de residência. Esta definição teve uma aceitação razoável entre os vários académicos e serviu como fonte de inspiração para várias definições semelhantes em diversos manuais de turismo (ver Costa, 1996).

Neste sentido, existe uma série de definições diferentes na literatura na tentativa de definir o Turismo. A primeira abordagem conceptual foi formulada em 1949 por Hunziker e Krapf (citado por Leiper, 1993:544) que designava o turismo como “a soma das relações que emergem da viagem e da estadia de não residentes, de tal forma que não conduza a residência permanente e a uma atividade remunerada”. Mais tarde, Murphy define o turismo como (...) a viagem de não-residentes (turistas, incluindo excursionistas) para áreas destino, desde que a permanência passageira não se torne em residência permanente. É a combinação entre recreação e turismo. Esta definição de Murphy enfatiza que o turismo deve ser considerado no âmbito das relações estabelecidas entre anfitriões e hóspedes, daí que o seu livro se designe “a community approach” (citado por Costa, 1996:12).

Em 1982 Mathieson e Wall argumentam que a estrutura conceptual do Turismo é composta por três elementos básicos: i) um elemento dinâmico que envolve a viagem para um determinado destino ou destinos seleccionados; ii) um elemento estático que envolve a estadia no destino; iii) um elemento sequencial, resultante dos dois elementos precedentes que se relaciona com os efeitos nos subsistemas económico, físico e social com os quais o turista está, diretamente ou indiretamente, em contacto. Por outras palavras, a sua abordagem foca-se nos impactos produzidos pelo turismo nas áreas destino. Para Leiper (1979), o Turismo é o sistema que envolve a viagem e a estadia temporária de pessoas fora da sua residência habitual por uma ou mais noites, exceto viagens feitas com a motivação primária de auferir de uma remuneração nos pontos de passagem. Os elementos do sistema são as regiões geradoras, os turistas, o fator económico, as regiões de trânsito e a indústria turística. Estes cinco elementos organizam-se em conexões espaciais e funcionais. Tendo as características de um sistema aberto, a organização dos cinco elementos opera dentro de ambientes mais amplos: físico, cultural, social, económico, político, tecnológico com os quais interage.

Apesar da abordagem sistémica do turismo contribuir para um ponto comum de referência dos vários estudos multidisciplinares (Cooper et al, 1993; Leiper, 1979:393), em 1991 Inskip refere que no planeamento do desenvolvimento do turismo o conceito de Turismo como um sistema integrado, baseado nos fatores da procura e da oferta, é básico para a sua

gestão e planeamento efetivos. Contudo, o lado da procura ou do mercado não deve determinar o lado da oferta, considerando as integridades ambientais e socioculturais que, deste modo, ficam comprometidas e os recursos turísticos degradados. Os lados da procura e da oferta têm de ser equilibrados dentro da estrutura da manutenção dos objetivos sociais e ambientais.

Por outro lado, a frase “definição pelo lado da oferta” do turismo evidencia uma definição que se foca nos *produtos* da indústria turística e não nas características dos consumidores (turistas) (Smith, 1992:226). Assim sendo, o lado da oferta do turismo compreende os negócios que fornecem serviços para o turismo. De acordo com Smith (1995) estes incluem empresas orientadas para o lucro, bem como organizações não lucrativas e instituições educativas. Ao contrário, quando o turismo é tradicionalmente concebido pelo lado da procura ou pelas características do consumidor a indústria é colocada numa posição política e estatística difícil. Por tradição, as indústrias são definidas pelos seus produtos, não pelos seus consumidores. Neste contexto, a definição pelo lado da oferta propõe que o Turismo seja um agregado de todos os negócios que direta ou indiretamente fornece bens ou serviços para facilitar o negócio, prazer, e atividades de lazer fora do seu ambiente habitual (Smith, 1988:183, citado por Smith, 1992).

Um desafio nesta abordagem para definir turismo é, claramente, o facto de que muitas empresas que produzem produtos para turistas também servem os que não são turistas (Smith, 1995). Uma solução conceptual para este problema foi proposta pela *National Task Force on Tourism Data* (1985, citado por Smith, 1995) através da introdução dos negócios do grupo 1, que é constituído pelas empresas que não existiriam na ausência do turismo (p.ex. hotéis, companhias aéreas, cruzeiros e agentes de viagens) e do grupo 2 que é constituído por aquelas empresas que continuariam a existir na ausência do turismo, embora em menor quantidade. A importância da definição de turismo pelo lado da oferta prende-se assim com o facto de ter sido um passo importante para o desenvolvimento da Conta Satélite do Turismo (Smith, 1992). A Conta Satélite do Turismo pretende ser um quadro conceptual, onde “a Organização Mundial do Turismo estabelece uma lista das atividades e dos produtos característicos do turismo, a níveis globais, a fim de poder publicar os resultados e com o objetivo único de assegurar uma comparação internacional

ou, dito de outra forma, para obter de cada país os dados que permitam elaborar quadros da CST comparáveis.

Em Portugal, a Conta Satélite do Turismo segue as recomendações metodológicas da OMT e da EUROSTAT. Assim sendo, a CST define o Turismo como “as atividades praticadas pelos indivíduos durante as suas viagens e permanências em locais situados fora do seu ambiente habitual, por um período contínuo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros” (Nações Unidas e Organização Mundial do Turismo, 1994, citado pela CST, 1999:1). A CST refere ainda que as atividades características do turismo são as que produzem produtos característicos do turismo. Os produtos característicos do turismo são aqueles que, na ausência dos visitantes, deixariam de existir numa quantidade significativa na maioria dos países, ou para os quais o nível de consumo seria significativamente reduzido, e que é possível obter informação estatística. Por outro lado, os produtos conexos do turismo são uma categoria residual e são consumidos pelos visitantes em quantidades significativas e não estão incluídos na lista dos produtos característicos do turismo. Finalmente, os produtos específicos do turismo são a soma destas duas categorias anteriores (CST, 1999; WTO, 2001).

Em suma, considera-se que o tempo de recreio ocupa um espaço de tempo dedicado ao lazer e é nesse espaço de tempo, dedicado à recreação pessoal, que os indivíduos se ocupam muitas vezes a fazer turismo. Tal como nos conceitos de lazer e de recreio, também o conceito de turismo não evidencia ainda uma definição consensual e universal. A este propósito, são vários os académicos que sustentam as diferentes análises conceptuais do turismo. Neste sentido, entre as múltiplas definições de turismo, a que foi proposta em 1994 pela OMT refere o turismo como “as atividades praticadas pelos indivíduos durante as suas viagens e permanências em locais situados fora do seu ambiente habitual, por um período contínuo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros” (citado por CST, 1999:1). No entanto, mesmo esta noção simples e pragmática, reveste-se de um forte caráter de subjetividade o que torna bastante difícil, adotar uma definição universal de turismo.

## 1.2 Uma aproximação ao conceito de “Turismo Residencial”

Reconhecendo que a definição de turismo é um problema conceptual difícil de resolver, a compreensão do significado de “turismo residencial” é ainda mais complexa (Mantecón, 2008:51). Neste contexto, urge destacar a argumentação de Costa (1996) que refere que a fragmentação da teoria e prática do turismo e a sua falta de maturidade científica têm contribuído bastante para o impacto negativo trazido pelo turismo para uma série de áreas destino. Até 1980 o turismo era encarado sob o ponto de vista da obtenção do lucro a curto prazo, situação essa que hoje é reconhecida como responsável por rompimentos experienciados em áreas de elevado potencial turístico (p.ex. Caraíbas, Mediterrâneo, Tailândia, Malásia, Índia, Filipinas, etc.). Assim, considerando que em 1995 Smith refere que uma das abordagens mais comuns para medir o turismo é pelo lado da procura e pelo lado da oferta, também será essa a metodologia que este estudo irá seguir para a discussão do conceito de “turismo residencial”.

No entanto, à semelhança da discussão sobre o conceito de turismo, não se pretende desenvolver uma análise expandida sobre a forma como “turismo residencial” evoluiu ao longo do tempo, mas sim destacar como este conceito é atualmente entendido entre os estudiosos e praticantes, no sentido de esboçar alguns dos problemas mais comuns relacionados com as suas delimitações. Deste modo, na tentativa de conseguir estabelecer o conceito de “turismo residencial” pelo lado da procura, tomar-se-á em consideração que Portugal segue as recomendações metodológicas para as estatísticas do turismo da OMT e da EUROSTAT. Deste modo, de acordo com a OMT e a EUROSTAT (2001; 2002) as pessoas a que se refere a definição de turismo são designadas de visitantes, que se definem como qualquer pessoa que viaja para um lugar diferente do seu ambiente habitual por menos de 12 meses e cujo principal propósito da visita é outro que não exercer uma atividade remunerada no lugar visitado.

Os visitantes podem ser classificados em visitantes internacionais e visitantes domésticos, sendo que cada divide-se em turistas (pernoitam no local visitado) e excursionistas (não pernoitam). Os visitantes internacionais são aqueles cujo país de residência é diferente do país visitado; estes visitantes internacionais também incluem nacionais que residem



permanentemente fora; e os visitantes domésticos, cujo país de residência é o país visitado e podem ser nacionais deste país ou estrangeiros (WTO, 2001). O ambiente habitual exigido para diferenciar um visitante consiste na vizinhança direta do seu local de trabalho ou estudo e outros lugares visitados frequentemente. É difícil desenvolver uma definição operacional objetiva e, nesse sentido, a OMT e a EUROSTAT (2001; 2002) sugerem que sejam consideradas duas dimensões para definir ambiente habitual:

- i) Frequência: lugares que são frequentemente visitados pela pessoa (em média uma ou mais vezes por semana e numa base rotineira) são considerados como fazendo parte do seu ambiente habitual, mesmo que esses lugares estejam localizados a uma distância considerável da sua residência;
- ii) Distância: lugares situados perto do local de residência da pessoa também fazem parte do seu ambiente habitual, mesmo que sejam raramente visitados.

A OMT (2001) refere também que a noção de ambiente habitual é uma noção económica e tem pouco a ver com circunstâncias legais, tais como estrangeiros ilegais que residem num país mesmo que estejam dentro dos limites do seu ambiente habitual. Por outro lado, um direito legal de residir num país, não significa que o indivíduo tenha esse lugar como ambiente habitual. Não obstante, ambiente habitual e residência são dois conceitos diferentes, sendo assim excluídas da atividade turística i) as viagens realizadas para o local de trabalho; ii) os casos em que um indivíduo deixa a sua residência habitual com a intenção de estabelecer uma residência num novo lugar, não devem ser considerados como visitantes nesse novo lugar, mesmo que aí não tenha residido durante um ano; iii) casos em que um indivíduo tenha estado presente num lugar por mais de um ano, sendo esse lugar considerado como fazendo parte do ambiente habitual. Deste modo, não pode aí ser considerado como visitante, apesar de não ser residente desse lugar no sentido económico ou legal do termo.

Considera-se ainda que, o ambiente habitual dos estudantes que viajam para fora e ficam como residentes do lugar onde a sua família tem o seu centro económico de interesse incluem a universidade e o lugar onde residem; do mesmo modo, as pessoas que

permanecem por mais de um ano em estabelecimentos de saúde e as que cumprem uma longa pena de prisão fora da sua residência habitual continuam a pertencer a esse agregado familiar caso as suas ligações económicas sejam aí mantidas, mesmo que o seu ambiente habitual agora inclua o estabelecimento de saúde ou prisional onde permanecem. Estas classes de pessoas não são visitantes nos lugares onde agora residem, mas se outros membros do seu agregado familiar viajarem para os visitarem serão considerados visitantes nesses lugares (WTO, 2001).

A OMT refere também que as organizações estatísticas nacionais podem desejar estabelecer os limites do seu ambiente habitual em termos estatísticos referindo para tal a distância percorrida, a frequência das visitas ou os limites das localidades ou outros territórios administrativos. Em Portugal, a Conta Satélite do Turismo (CSTP, 2000:198) refere que “a delimitação de ambiente habitual, para o caso de viagens com pernoita, considera as deslocações com frequência semanais como sendo deslocações no ambiente habitual desse indivíduo”, bem como ainda considera “os critérios da definição de ambiente habitual do Turismo Internacional para o Turismo Doméstico, ou seja, admite que a fronteira administrativa é o delimitador do ambiente habitual do indivíduo: a deslocação dos indivíduos de uma região administrativa para outra, pode ser equivalente a sair do ambiente habitual, no que respeita ao Turismo Interno, tal como acontece no Turismo Internacional”.

No entanto, alguns investigadores não concordam totalmente com as definições e recomendações propostas pela OMT. É por exemplo o caso das considerações de Menéndez et al (2002) sobre os critérios elegidos para a definição de turismo. Para estes investigadores, nessa definição referencia-se o “ambiente habitual”, em vez de “residência habitual”, tal como se definia na Diretiva 95/97/CE. Menéndez et al também são da opinião de que o critério da frequência pode superar uma visita semanal pelo facto dos visitantes proporcionarem divisas no destino adquiridas no seu lugar de origem, bem como pelo facto da estadia dos turistas alojados em alojamentos privados gerar a necessidade de uma adequação das infraestruturas públicas e privadas, ao não estarem contabilizados nem como residentes, nem como turistas. Contudo, Cohen (1974:540) refere que o proprietário da residência de fins de semana possui uma “segunda residência” suficientemente próxima

da sua residência habitual para que lhe seja acessível durante os fins de semana. As visitas são muito frequentes e a sua “componente turística” é muito reduzida, sendo um caso em que o turismo é mínimo.

Em relação ao critério da distância percorrida e no caso dos visitantes alojados em estabelecimentos privados, o conceito de ambiente habitual levou Menéndez et al (2002) a considerarem como turistas aqueles que não residem no concelho onde pernoitam e não realizam atividades remuneradas no destino. Contudo, ao considerar o concelho como fronteira do ambiente habitual poderá não fazer tanto sentido nas situações em que o concelho da residência habitual e o concelho da “residência secundária” coincidem. Por outro lado, em 1986 Jackson argumenta que existe uma distância psicológica mínima na viagem que serve de limiar entre a primeira e a “segunda residência”. No entanto, em 2001 Cunha destaca que o facto de não se poder fixar um limite único de distância mínima para todos os países para que se considere como uma viagem turística, leva à introdução de distorções entre os dados daqueles, impossibilitando assim as comparações estatísticas.

Em 2005 Andreu refere que os critérios de duração da permanência, de distância e de frequência, juntamente com um outro critério, a sazonalidade, devem determinar a residência principal e, por conseguinte, o ambiente habitual, ou seja, quando a duração da permanência é inferior a seis meses considera-se como fora do ambiente habitual, enquanto as permanências superiores a seis meses consideram-se ligadas à rotina do dia a dia ou ambiente habitual. Contudo, para Mantecón (2008) a definição de turismo como um conjunto de atividades que se realizam num espaço diferente do ambiente habitual ou do contexto quotidiano presume uma conceção tradicional do espaço vital que é impossível de encaixar na complexidade dos estilos de vida e formas de *residencialidade* e de mobilidade que acolhem as sociedades modernas.

Do mesmo modo, em 2005 Hall refere que o tempo disponível das pessoas para viajar não se tem alterado substancialmente, mas a capacidade para viajar mais longe e a um custo unitário mais baixo (Schafer, 2000, citado por Hall, 2005:24-25), tem conduzido a novos encontros sociais, interações e padrões de produção e reprodução, bem como consumo (Suvantola, 2002, citado por Hall, 2005:25). Os lugares onde estas situações ocorrem são

designados de destinos, e representam um determinado tipo de mobilidade em estilo de vida que, quando ocorre fora do ambiente habitual, é normalmente designado de “turismo” (Hall, 2005:25). Em relação à duração da permanência no local visitado e para efeitos estatísticos, quando se ultrapassa o limite dos 12 meses consecutivos, o visitante adquire a condição de residente nesse lugar e deixa de poder ser considerado como turista. Segundo a WTO (1995) o “lugar de residência” ou “país de residência” de uma pessoa consiste no lugar/país onde viveu a maior parte do ano (12 meses) ou por um período mais curto, caso tenha intenção de regressar dentro de 12 meses para aí residir.

Não existe uma definição universalmente aplicável de “lugar” de residência num sentido administrativo, referindo-se, geralmente, a um município (WTO, 1995). Neste âmbito, a CST (1999:97) refere que a residência deve ser definida tendo por base a localização do centro de interesse económico principal da unidade institucional. Segundo a CST (1999:97-98) “existem no mundo real dois tipos principais de unidades que podem preencher os requisitos para pertencer às unidades institucionais: os indivíduos físicos ou os grupos de indivíduos físicos que formam as famílias, e as entidades jurídicas ou sociais cuja existência é reconhecida pela lei ou pela sociedade independentemente dos indivíduos, ou de outras entidades, que possam ser suas proprietárias ou controlá-las”... que efetuam atividades económicas e operações por direito próprio, como as empresas, as instituições sem fim lucrativo ou os serviços governamentais.

Por outro lado, a realidade exterioriza situações de pessoas não residentes no país (do ponto de vista legal) com longos períodos de estadia em determinados lugares, que para todos os efeitos são considerados residentes desse município (Raya e Benítez (2001). Em 2002 Hall e Williams referem que o grande problema em termos de definição reside em conseguir diferenciar a mobilidade temporária do turismo. Relativamente a esta questão, Wolfe refere que a literatura recente relativa ao turismo iguala o turismo com a migração (citado por Hall e Williams, 2002). Neste contexto, Bell e Ward (2000) referem que os movimentos temporários e a migração permanente formam parte da continuidade da mesma mobilidade de pessoas no tempo e no espaço, e que o turismo representa uma forma de circulação ou movimento temporário de pessoas.

Uma forma útil de diferenciar, comumente aplicada na migração permanente e na mobilidade temporária (Roseman, 1992, citado por Bell e Ward, 2000), é entre os movimentos relacionados com a produção, que ocorrem com o propósito de fazer alguma contribuição económica no destino, e os movimentos relacionados com o consumo que são motivados pela necessidade de aceder a alguma forma de amenidade, bem ou serviço. Contudo, a distinção é inevitavelmente imprecisa nos seus limites, porque os movimentos orientados para a produção geralmente resultam em alguma forma de consumo e a maioria da mobilidade envolve múltiplos objetivos, mas o principal propósito do movimento é geralmente inequívoco. Assim, a prática convencional de diferenciar entre os movimentos temporários é uma conveniência estatística, por se tratar de uma distinção confusa e cada vez menos precisa como resultado da alteração social, económica e tecnológica.

Para que se seja considerado como visitante também é necessário que o motivo principal da visita seja distinto ao de exercer uma atividade remunerada no destino turístico. Em 2006 Pedro refere que num sentido amplo serão considerados turistas sempre que o seu rendimento proceda do seu país de origem. Contudo, existem igualmente algumas particularidades, quando parte do seu rendimento tem origem nas atividades realizadas no destino turístico. Em 2001 Raya e Benítez referem que, em rigor e quando se dispõe de informação necessária, esta situação implicaria distinguir os casos em que o rendimento proveniente do país de origem do turista fosse superior a 50% do seu rendimento total (considerando-se assim como turistas residenciais) e excluir os que praticam uma atividade profissional ou comercial no destino que dá origem à maior parte dos seus rendimentos. No entanto, Hall e Williams (2002) defendem que na prática os turistas podem ter vários objetivos finais quando fazem férias, incluindo os que envolvem trabalhar no destino, mesmo que por um curto período de tempo e que estas novas formas de mobilidade constituem e são os resultados da globalização (Held, 2000, citado por Hall e Williams, 2002).

Relativamente à tipologia do “turismo residencial” alguns investigadores (Andreu, 2005; Barbosa, 2007; Raya e Benítez, 2001; Pedro, 2006) distinguem vários segmentos, nomeadamente o “turismo residencial”, o “turismo de “segunda residência” e o “turismo de multipropriedade”. A divisão entre turismo de “segunda residência” e “turismo

residencial” em sentido restrito é mais complexa e obriga a incorporar critérios mais arbitrários, como a utilização da estadia média anual, ou seja, quando a estadia se situa entre um mês e seis meses, considera-se como turista de “segunda residência” e quando a estadia média supera os seis meses por ano, como turista residencial. Ao aplicar este critério também surgem desvantagens, uma vez que a maior limitação provém da impossibilidade (por falta de informação estatística adequada) de distinguir por origem o turista, entre os que se consideram do grupo como “segunda residência” e os que, segundo esta variável, seriam suscetíveis de categorizar como “turistas residenciais” (ver Raya e Benítez (2001).

Finalmente, a “dupla residência” corresponde a um alojamento ocupado, com uma regularidade superior ao alojamento de uso sazonal, utilizado por profissionais liberais, jovens adultos ou reformados que repartem a residência entre dois alojamentos ao longo do ano, chegando mesmo a não identificar qual a residência principal, enquanto a “multipropriedade” está associada ao rendimento das famílias e ao crescimento dos proprietários de vários imóveis imobiliários em simultâneo (ex. residência habitual, residência de fins de semana, residência de férias ou residência do campo/aldeia, normalmente herança familiar), detetável através do crescimento do número de alojamentos por família nas últimas décadas. Alguns desses imóveis podem ser utilizados, mas são encarados como um aforro para o património familiar ou fonte de rendimento direto através do recurso a aluguer” (Barbosa, 2007:15). Relativamente a este fenómeno em 2006 McIntyre argumenta que é uma resposta social às grandes influências do aumento da mobilidade e amenidades turísticas.

Por outro lado, estabelecer o conceito de “turismo residencial” pelo lado da oferta é ainda mais complexo. Monreal (citado por Mantecón, 2008:110) argumenta que a própria definição de “turismo residencial” é contraditória, uma vez que o turismo implica mobilidade entre espaços emissores e recetores de procura, enquanto o *residencialismo* implica a fixação de pessoas durante longas etapas e de forma permanente. De acordo com o Dicionário de Português (1982), “residencial” é respeitante a residência e “residência” é o lugar onde se mora habitualmente; domicílio; morada, enquanto “turismo” deriva do termo inglês *tour* que, segundo o *Oxford Reference Dictionary* (citado por Mantecón,

2008:48), significa prazer de viajar por um país ou povoação, visitando lugares ou coisas de interesse.

Neste sentido, alguns investigadores encaram o “turismo residencial” como fazendo parte da esfera da atividade turística (Almeida, 2009; Barbier, 1965; Caldeira, 1995; Carvalho, 2006; Cavaco, 2003a; Colás, 2003; Cravidão, 1988; 1989; Díaz, 2002; Jaackson, 1986; Quinn e Turley, 2005; Raya e Benítez, 2001; Müller, 2002; Nigam e Narula, 2009; O’Reilly, 2003; Peris, 2009; Pinto, 2004; Ragatz, 1977; Sampaio, 1998; Santos, 1996; Wishitemi et al, 2009). Por exemplo, Raya e Benítez (2001) encaram o “turismo residencial” num sentido mais genérico como sendo aquele espaço turístico dotado de uma certa estrutura interna, capaz de satisfazer as necessidades e expectativas do turista residencial. Referem ainda que nessa unidade turística confluem as atividades económicas de diversos setores produtivos, que se compõe de moradias, infraestruturas, equipamentos e serviços. Outro grupo de investigadores considera que as “segundas residências” constituem a interseção entre o turismo e a migração (Aronsson, 2004; Hall, 2005; Hall e Williams, 2002; Müller, 2006). É o caso de Müller (2006), que refere que as “segundas residências” constituem essa interseção, uma vez que são o reflexo da complexidade da mobilidade atual, ao mesmo tempo que demonstram que é necessário repensar os conceitos de turismo e de migração dentro da pesquisa científica.

Existe ainda outro grupo de investigadores que associa o “turismo residencial” ao aumento da mobilidade em estilo de vida, que resulta em novas formas de habitabilidade das sociedades modernas (Assis, 2009; Flognfeldt, 2006; 2007; Gustafson, 2009; Hiltunen, 2004; Huber, 2005; Jaume e Catalá, 2005; Kaltenborn, 1998; Mazón e Aledo, 2005; Mantecón, 2008; MacWatters, 2009; Santos e Costa, 2009). Neste contexto, no seu livro sobre “Turismo Residencial e Cambio Social” Mazón e Aledo (2005:18-19) argumentam que o “turismo residencial” é “a atividade económica que se dedica à urbanização, construção e venda de moradias que formam o setor extra hoteleiro, cujos usuários as utilizam como alojamento para passar férias ou residir, de forma permanente ou semipermanente, fora dos seus lugares de residência habitual e que correspondem a novas formas de mobilidade e de habitabilidade das sociedades modernas”.

No seu estudo sociológico sobre o processo turístico-residencial na província de Alicante, Mantecón (2008) define o “turismo residencial” como um processo de reinstalação temporal da população em residências localizadas em contextos turísticos ou na sua proximidade, nas quais os seus ocupantes vivem desde uns dias do ano até mais meses dos que passam nas suas próprias residências. O investigador também refere que estas residências tendem a agrupar-se em urbanizações com edificações de baixa altura e são identificadas pelos seus residentes como um espaço da vida quotidiana no qual o tempo livre é dominante. Além disso, a procura de lazer num contexto socio espacial novo une os turistas tradicionais apesar do comportamento dos residenciais se parecer mais com a população local do que com a turística (menos gastos, maior duração da estadia e menos deslocações).

Mais recentemente, na sua investigação sobre a análise dos impactes sociais e espaciais do turismo residencial na comunidade de Boquete McWaters (2009:3) define o turismo residencial num contexto mais vasto, como “práticas resistentes e estilos de vida que resultam de fluxos canalizados para o consumo, migração permanente ou semipermanente para um determinado destino”. No contexto socio geográfico deste estudo, o autor também refere que o turismo residencial pode ser caracterizado como os últimos efeitos resultantes do processo da migração internacional orientada ao consumo, sobretudo dos reformados da América do Norte e da Europa Ocidental para a América Latina. McWatters (2009:9) descreve ainda uma correlação entre a evolução do turismo veraneante de curta duração, o desenvolvimento de amenidades e serviços orientados para o consumidor e a criação de diferentes fluxos para formas mais permanentes de consumo orientado para a migração num determinado destino ou área. Argumenta ainda, que é no final desta cadeia de correlação que se situa o fenómeno do turismo residencial e que é o resultado do estilo de vida e práticas de um determinado tipo de migração (semi)permanente orientada para o consumo.

Em síntese, existe uma série de limitações e de diferentes pontos de vista para definir o “turismo residencial”, quer pelo lado da procura, quer pelo lado da oferta (ver tabela 1). Assim, perante os resultados apurados neste estudo (ver capítulos 2 e 7) considera-se que a abordagem mais correta para o “turismo residencial” é a sua associação ao aumento da



mobilidade em estilo de vida, que resulta em novas formas de habitabilidade das sociedades modernas. Não obstante, reconhecendo ainda que o turismo é definido pelo lado da oferta, pela CST, a discussão que se segue focaliza-se no conceito da “segunda residência” como um tipo de alojamento turístico.

**Tabela 1 – Tentativa de definição do “turismo residencial”**

PROCURA			
Ambiente Habitual	Andreu (2005)	Menéndez et al (2002)	Mantecón (2008)
	O ambiente habitual está associado à duração da permanência, ou seja, quando a duração é inferior a seis meses considera-se como fora do ambiente habitual.	A definição de turismo refere o “ambiente habitual”, em vez de “residência habitual”, tal como se definia na Diretiva 95/97/CE.	Definir ambiente habitual é presumir uma conceção tradicional do espaço que é desajustada da realidade atual das sociedades modernas.
Duração da Permanência	Raya e Benítez (2001)	Hall e Williams (2002)	Bell e Ward (2000)
	A realidade exterioriza situações de pessoas residentes, mas do ponto de vista legal são consideradas não residentes no país visitado.	O grande problema consiste em conseguir diferenciar a mobilidade temporária do turismo.	A distinção entre mobilidade temporária e turismo é confusa como resultado das alterações sociais, económicas e tecnológicas.
Motivo da Visita	Pedro (2006)	Raya e Benítez (2001)	Hall e Williams (2002)
	São considerados turistas sempre que o seu rendimento proceda do seu país de origem.	Consideram-se como turistas quando o rendimento proveniente do seu país de origem é superior a 50% do seu rendimento total.	Os turistas podem ter vários objetivos finais quando fazem férias, incluindo os que envolvem trabalhar no destino.
Tipologia	Andreu (2005); Raya e Benítez (2001); Pedro, (2006)	Raya e Benítez (2001)	McIntyre et al (2006)
	Quando a estadia se situa entre um mês e seis meses, considera-se como turista de “segunda residência” e quando supera os seis meses por ano, como “turista residencial”.	Impossibilidade de distinguir por origem o turista por falta de informação estatística adequada.	Fenómeno da “múltipla residência”, como resposta social às grandes influências do aumento da mobilidade e amenidades turísticas.
OFERTA			
O “turismo residencial” como um produto turístico.	Almeida, 2009; Barbier, 1965; Caldeira, 1995; Carvalho, 2006; Cavaco, 2003a; Colás, 2003; Cravidão, 1988; 1989; Díaz, 2002; Jaackson, 1986; Quinn e Turley, 2005; Raya e Benítez (2001); Müller, 2002; Nigam e Narula, 2009; O’Reilly, 2003; Peris, 2009; Pinto, 2004; Ragatz, 1977; Sampaio, 1998; Santos, 1996; Wishitemi et al, 2009.		
As “segundas residências” na interseção do turismo e da migração.	Aronsson, 2004; Hall, 2005; Hall e Williams, 2002; Müller, 2006.		
O “turismo residencial” é consequência do aumento da mobilidade como estilo de vida.	Assis, 2009; Flognfeldt, 2006; 2007; Gustafson, 2009; Hiltunen, 2004; Huber, 2005; Jaume e Catalá, 2005; Kaltenborn, 1998; Mazón e Aledo, 2005; Mantecón, 2008; MacWatters, 2009; Santos e Costa, 2009.		

*Fonte: Elaboração Própria*

### 1.3 A “segunda residência” como um tipo de alojamento turístico

Apesar de não existir uma definição universalmente aceite de alojamento turístico, existe consenso de que deva ser considerado como qualquer facilidade que de forma regular (ou ocasional) fornece estadas para turistas (WTO, 1995:57). Em Portugal, o conceito e praticamente todas as classificações do alojamento turístico seguem as que são adotadas pela Organização Mundial de Turismo, não existindo contudo, do ponto de vista legal, um conceito de alojamento turístico. Neste contexto, de acordo com o Turismo de Portugal (2006:24) o alojamento turístico encontra-se dividido em dois grupos principais, nomeadamente os Estabelecimentos de Alojamento Turístico Coletivo e o Alojamento Turístico Privado.

Os Estabelecimentos de Alojamento Turístico Coletivo são constituídos pelos Estabelecimentos Hoteleiros e Similares (hotéis e estabelecimentos similares); Alojamento Especializado (estabelecimentos de saúde, campos de trabalho e de férias, transportes públicos de passageiros e centros de conferências) e por Outros Estabelecimentos Coletivos (residências turísticas, parques de campismo, marinas e outros estabelecimentos). Por outro lado, o Alojamento Privado é composto pelo Alojamento Arrendado (quartos arrendados em casas particulares e habitações arrendadas a particulares e agências profissionais); Outros Tipos de Alojamento Privado (casas de férias e alojamento fornecido gratuitamente por familiares ou amigos) e por Outro Alojamento Particular (Turismo de Portugal, 2006:24).

Segundo a WTO e o INE (1995; 2001) o estabelecimento turístico coletivo fornece uma estada por visitante num quarto ou qualquer outra unidade, mas o número de lugares que fornece tem de ser superior ao mínimo especificado para grupos de pessoas, de forma a exceder uma unidade familiar individual, e todos os lugares no estabelecimento têm de estar sob um tipo de gestão comercial, mesmo que não seja com fins lucrativos. Ao contrário, o alojamento turístico privado compreende formas de alojamento que não se encaixam na definição dos estabelecimentos coletivos turísticos, uma vez que fornecem um número limitado de lugares de forma gratuita ou onerosa. Além disso, cada unidade de alojamento (quarto, casa) é independente e ocupada por turistas, normalmente por uma

semana, uma quinzena ou mês ou pelos seus proprietários como segunda residência ou casa de férias.

No âmbito dos Estabelecimentos Hoteleiros e Similares, a subcategoria Hotéis é um estabelecimento hoteleiro que ocupa um edifício ou apenas parte independente dele, constituindo as suas instalações um todo homogêneo, com pisos completos e contíguos, acesso próprio e direto para uso exclusivo dos seus utentes, a quem são prestados serviços de alojamento temporário e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimentos de refeições, mediante pagamento. Estes estabelecimentos possuem, no mínimo, 10 unidades de alojamento (WTO, 1995; INE, 2001). Relativamente aos Estabelecimentos Similares, estatisticamente não se aplicam aos conceitos de turismo, não disponibilizando por isso o INE dados sobre esta subcategoria. Assim, a WTO (1995) refere que incluem as casas de embarque, residenciais, residências turísticas e o alojamento similar organizado em quartos e fornecendo serviços limitados de hotéis, incluindo o serviço diário de camas e de limpeza do quarto e das facilidades sanitárias. Em muitos países a diferença entre hotéis e similares está a desvanecer. No passado, as casas de embarque distinguiam-se dos hotéis por fornecerem refeições e bebidas apenas por longos períodos, tais como uma semana, quinze dias ou um mês.

Relativamente aos Estabelecimentos Especializados, a subcategoria Alojamento em Estabelecimentos de Saúde é o alojamento turístico assegurado em estabelecimentos de tratamento e cuidados de saúde que fornecem serviços de alojamento. Incluem-se, neste tipo de estabelecimento, os *spas*, os *resorts* (estâncias) termais, os sanatórios, centros de reabilitação (casas de convalescença), enquanto a subcategoria Alojamento em Campos de Trabalho e de Férias é o alojamento turístico em campos que fornecem alojamento para atividades de férias. Incluem-se os campos de trabalho agrícolas, arquitetónicos ou ecológicos, os campos de férias, os campos de escutismo e os abrigos de montanha, o alojamento em escolas de vela e equitação, assim como noutros centros desportivos (WTO, 1995; INE, 2001). A subcategoria Alojamento em Transportes Coletivos é o alojamento em dormitórios, associado ao transporte público coletivo e incluído no custo desse transporte. Incluem-se comboios, navios e barcos. A última subcategoria, refere-se ao Alojamento em centros de conferências e é o alojamento turístico assegurado em infraestruturas próprias

para a realização de congressos, conferências, cursos, formação vocacional, meditação e religião ou encontros de jovens. Por norma, o fornecimento de unidades de alojamento apenas está disponível para os participantes das atividades que são organizadas no/pelo estabelecimento (WTO, 1995; INE, 2001).

No âmbito dos Outros Estabelecimentos Coletivos, a subcategoria Residência Turística é uma unidade de alojamento coletivo com gestão comum, tal como os *bungalows* preparados para alojamento de tipo residencial, que fornece serviços limitados de hotelaria (excluindo a arrumação e limpeza diária dos quartos). A subcategoria Parque de Campismo é um estabelecimento de alojamento turístico instalado em áreas vedadas para tendas, caravanas, reboques e residências móveis. Insere-se num tipo de gestão comum e oferece alguns serviços turísticos (lojas, informações, atividades recreativas). Há vários tipos de parques de campismo: parque de campismo privativo, cuja frequência é restrita aos associados ou beneficiários das respetivas entidades proprietárias ou exploradoras; e ainda, parque de campismo público, aberto ao público em geral; parque de campismo rural, o qual pode ser integrado em explorações agrícolas com área não superior a 5.000 m<sup>2</sup> (WTO, 1995; INE, 2001).

Quanto à subcategoria Marinas, estatisticamente o termo não se aplica ao conceito de turismo, não disponibilizando por isso o INE dados sobre a mesma. Assim, segundo a WTO (1995) incluem portos de abrigo para barcos onde os seus proprietários podem alugar um ancoradouro permanente ou um lugar em terra para a época de navegação ou para todo o ano (aluguer a longo prazo) e portos transitórios de barcos onde os navegantes pagam a ancoragem por noite. São ainda fornecidas facilidades sanitárias. A última subcategoria, Outros Estabelecimentos, é destinada a turistas e podem não ter fins lucrativos. Caracterizam-se por ter uma gestão comum e por oferecer um conjunto mínimo de serviços comuns (não incluindo a arrumação diária de quartos). A sua disposição não será necessariamente em quartos, mas eventualmente em unidades de tipo habitacional, parques de campismo ou dormitórios coletivos. Estes estabelecimentos envolvem ainda algumas atividades, para além do fornecimento do alojamento, tais como cuidados de saúde, assistência social ou transporte (WTO, 1995; INE, 2001).

No âmbito do Alojamento Turístico Privado, a subcategoria Quartos Arrendados em Casas Particulares são um tipo de alojamento, não permanente, em unidades mobiladas, mediante pagamento. A subcategoria Habitações Arrendadas a Particulares e Agências Profissionais são um apartamento, vila ou outro tipo de habitação que pode ser arrendada provisoriamente a particulares ou a uma agência profissional, com ou sem a celebração de um contrato e para utilização como alojamento turístico (WTO, 1995; INE, 2001). Quanto aos Outros Tipos de Alojamento Privado, a subcategoria Casa de Férias é uma residência secundária utilizada para fins turísticos pelos membros do agregado familiar proprietário dessa residência. Incluem-se as unidades de alojamento arrendadas mediante a celebração de um contrato de *timeshare*. A subcategoria Alojamento Fornecido Gratuitamente por Familiares ou Amigos é o alojamento ocupado pelos turistas e que é assegurado, em parte ou na totalidade, em casa de familiares ou amigos (WTO, 1995; INE, 2001). Relativamente à última subcategoria, Outro Alojamento Privado, estatisticamente o termo não se aplica aos conceitos de turismo, não disponibilizando por isso o INE dados sobre esta. Assim, consiste essencialmente nas embarcações das amarrações não oficiais (WTO, 1995). Também inclui reboques, campistas, tendas e caravanas, a tal ponto que não estejam localizados nos estabelecimentos coletivos de turismo e não estejam arrendados aos seus utilizadores.

Em suma, os critérios que permitem identificar os estabelecimentos de alojamento coletivo são a oferta de unidades de alojamento, um número mínimo de lugares oferecidos (em Portugal, segundo o Decreto-lei nº 39/2008, de 07 de março são 10 unidades de alojamento), ocupação por períodos diários e uma gestão comercial única, enquanto no alojamento turístico privado são a existência de unidades independentes, ausência de gestão comercial e uma ocupação semanal, quinzenal ou mensal. Em Portugal e em termos legais os empreendimentos turísticos são estabelecimentos que, para além de prestarem serviços de alojamento, mediante remuneração, dispõem, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares, enquanto o alojamento local apenas presta serviços de alojamento temporário, mediante remuneração, e não reúnem os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos (Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março). Por outro lado, o artigo 3º do Decreto-lei nº 39/2008, de 07 de março considera como “estabelecimentos de alojamento local” as moradias,

apartamentos e estabelecimentos de hospedagem que, dispondo de autorização de utilização, prestem serviços de alojamento temporário, mediante remuneração, mas não reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos, sendo objeto de registo.

Se considerarmos o efeito multiplicador das despesas turísticas, constatamos os estabelecimentos de alojamento local têm um multiplicador inferior aos estabelecimentos de alojamento coletivo, que são obrigados a dispor, no mínimo, de 10 unidades de alojamento (Decreto-lei nº 39/2008, de 07 de março). Este assunto será retomado no capítulo 4, onde iremos discutir o efeito multiplicador das despesas turísticas como alavanca para o desenvolvimento dos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal. Os empreendimentos turísticos regulam-se legalmente pelo regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, recentemente alterado pela Lei nº 60/2007, de 4 de setembro, bem como pelo novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, aprovado pelo Decreto-lei nº 39/2008, de 07 de março e pela Portaria nº 517/2008, de 25 de junho. De acordo com a lei vigente apenas nos casos em que as “segundas residências” *prestam serviços de alojamento*, é que as respetivas câmaras municipais têm de facultar ao Turismo de Portugal o registo dos estabelecimentos de alojamento local, onde tem de constar o nome, a morada, o número do bilhete de identidade e o número de identificação fiscal do requerente do registo, bem como ainda o nome, a localização do estabelecimento, o seu tipo e a sua capacidade máxima (ver n.º2 do artigo 3º da Portaria n.º517/2008, de 25 de junho).

No entanto, na perspetiva do lado da oferta do turismo é importante determinar a oferta e o grau de utilização (quer dos visitantes domésticos, quer dos visitantes estrangeiros) dos estabelecimentos de alojamento de acordo com o tipo, categoria, localização e dimensão, sendo de particular interesse as variações geográficas e sazonais, as taxas de ocupação e a estadia média por tipo de alojamento (WTO, 1995). Assim, face à organização turística atual os respetivos organismos oficiais de estatística continuam a não poder determinar fidedignamente informação estatística relevante em termos de dormidas, taxas de ocupação, estadia média, proveitos e custos, bem como ainda os preços praticados ao

balcão de um tipo de alojamento que, segundo as classificações das organizações oficiais, cai na esfera da atividade turística. Não obstante, ao considerar os visitantes que pernoitam em casa de familiares ou amigos a lacuna de informação estatística é ainda maior (ver também Murphy, 1985; Cooper et al, 1993).

Ao reconhecer ainda a definição de turismo de Smith (1988:183, citado por Smith, 1992) pelo lado da oferta, que constitui o espírito que esteve por detrás da definição de turismo da CST, nomeadamente que o turismo se consubstancia num agregado de todos os negócios que direta ou indiretamente fornecem bens ou serviços (...), também se constata uma ausência de atividade económica ou de gestão comercial, caracterizadora das “segundas residências”, o que prejudica a cobertura eficaz de informação estatística pelos respetivos organismos oficiais. Segundo as recomendações metodológicas para as estatísticas do turismo da OMT a segunda residência por conta própria é classificada como uma atividade característica do turismo que *produz um serviço de alojamento* (produto característico do turismo) (CST, 1999; WTO, 2001), ou seja, é-lhe imputada uma renda. Mas se, ao contrário, fornecer um serviço de aluguer de quartos há uma renda efetiva. Assim sendo, considera-se que as famílias, ou unidades de produção, produzem e consomem os serviços de alojamento da segunda residência por conta própria. Embora a aquisição de uma residência secundária não deva ser tratada como procura turística, qualquer renda imputada deve assim ser considerada (EUROSTAT, 2002).

Relativamente a esta questão, também Marjavaara (2008) argumenta que ao contrário da indústria turística tradicional a atividade associada às segundas residências é frequentemente encarada como não tendo ligação à indústria turística, uma vez que, segundo Frost (2004, citado por Marjavaara, 2008), os turistas de segundas residências não estão envolvidos nos processos comerciais, nem são detentores de negócios turísticos. Neste contexto, salienta-se que em 1996 Costa refere que a organização turística é uma variável que também depende do estágio de desenvolvimento de cada região. Por outro lado, em 1977 Coppock refere que os problemas de definição de uma residência secundária surgem em primeiro lugar pelo facto de não constituir um tipo de alojamento distinto pela variedade de extensões de tipos de alojamento com diferentes aquisições, funções e caracteres que desencadeia. Relativamente a esta questão, em Portugal, estatisticamente, a

subcategoria “outro alojamento particular” não se aplica aos conceitos de turismo, não disponibilizando por isso o Instituto Nacional de Estatística dados sobre a mesma. Neste sentido, as tipologias móveis e semimóveis de “segundas residências” não serão abordadas neste estudo. Para além disso, Coppock refere ainda o carácter dinâmico da “segunda residência”, em particular associado às mudanças de relações entre a primeira e a “segunda residência”, que também contribuem para que a identificação e a medição sejam difíceis.

Assim, à semelhança do conceito de “turismo residencial”, também a definição de “segunda residência” é um problema conceptual difícil de resolver. Neste sentido, alguns investigadores encaram a “segunda residência” como um alojamento turístico (ver p.ex. Almeida, 2009; Andreu, 2005; Barbier, 1965; Caldeira, 1995; Carvalho, 2006; Cavaco, 2003a; Cobbuci, 2009; Colás, 2003; Cravidão, 1988; 1989; Jaackson, 1986; Raya e Benítez (2001); Pedro, 2006; Quinn e Turley, 2005; Pinto, 2004; Sampaio, 1998; Santos, 1996). É por exemplo o caso de Andreu (2005) ao referir que a moradia não é menos turística que outra infraestrutura de alojamento, mesmo que o seu uso não seja um produto exclusivamente destinado ao turista, é suscetível de fazer parte do conjunto de elementos que compõem o turismo, tal como as outras infraestruturas e serviços (p.ex. hotel, restauração). A sua construção, desenho e funcionamento devem ser orientadas para proporcionar ao turista uma grande qualidade de vida, onde as questões de paisagem e meio ambiente assumem especial protagonismo. Do mesmo modo, Quinn e Turley (2005) referem que os proprietários de segundas residências são turistas, uma vez que experienciam o tempo fora da sua residência habitual e percebem a essa diferença, mas apreciam a familiaridade desta outra residência. Podem-se envolver em trabalho, que designam de atividade ou relaxamento e que se relaciona com a manutenção ou desenvolvimento da segunda residência.

Por outro lado, outro grupo de investigadores sugere não existir diferenciação entre a “primeira e a “segunda” residência (ver por exemplo Damon e Meek, 1991:25; Flognfeldt, 2004; 2006; Gustafson, 2009; Kaltenborn, 1998; Santos e Costa, 2009; Tuulentie, 2006). É por exemplo o caso de Flognfeldt (2004) que argumenta que, comparativamente às cidades, o ambiente experienciado em muitos *resorts* é considerado por várias famílias como um local melhor para viverem com os seus filhos, o que tem conduzido a que



algumas daquelas considerem usar a “segunda residência” como “primeira residência” (ver também Damon e Meek, 1991:25). Mais tarde, Flognfeldt (2006) argumenta ainda que a “primeira” e a “segunda” residência não são polos opostos, mas representam a continuidade da experiência, e ambas são importantes para o lazer, auto realização e desenvolvimento do sentido do lugar e identidade. Assim, em vez de considerar a “primeira” e a “segunda” como esferas separadas, é necessário encará-las como espaços ligados, que juntos constituem a “casa” e a continuidade da experiência.

Do mesmo modo, Tuulentie (2006) refere que a “casa” já não é apenas um lugar; a “casa” pode ser encarada como um conceito complexo que pode incluir movimento; deve-se conceptualizar a “casa”, não como um centro, mas como algo que é criado com movimentos e que pode surgir em vários locais. Relativamente a esta questão, Urry (citado por Paris, 2000:17) conceptualiza as “residências” como práticas sociais e não como objetos físicos; assim a residência é o que as pessoas “fazem” em vez de uma determinada estrutura física. Esta forma de conceptualizar residência enfatiza a fluidez e a mudança nos usos sociais contemporâneos das estruturas físicas e as associações que lhes estão associadas. Assim, Urry refere ainda que as alterações demográficas podem exigir o abandono de modelos lineares de padrões de “ciclo de vida” e de “carreiras residenciais”. Salienta-se também a argumentação de McIntyre et al (2006:316), nomeadamente que a influência da globalização tem tornado a múltipla residência cada vez mais predominante e, conseqüentemente, os indivíduos nómadas (McHugh, citado por McIntyre et al, 2006:316).

Também neste contexto, Santos e Costa (2009) demonstram que, face à sua distribuição espacial em Portugal, a segunda residência não é um alojamento turístico. Neste âmbito, Müller (2006) refere que são as questões práticas relativas a taxas, estatísticas, direito eleitoral e outros direitos de cidadania que forçam os indivíduos a estabelecer exatamente onde é a sua casa. Müller (2006) argumenta também que esta prática administrativa falha em reconhecer a complexidade da vida e a mobilidade pela definição das pessoas como estáticas e imóveis ao longo da sua vida. Neste sentido, para além destes proprietários de “segundas residências” serem excluídos dos seus direitos de cidadania e impossibilitados de influenciar a sociedade local, a falta de medições e de estatísticas adequadas reflete-se

num *deficit* do fornecimento de serviços locais. Ao considerar-se ainda a delimitação de conceitos como o turismo e a migração, também é importante perceber porque escolhem registar-se numa comunidade em vez de outra.

Por outro lado, em Portugal, os poucos estudos que existem sobre a “segunda residência” (alguns trabalhos publicados, algumas teses de mestrado e uma tese de doutoramento) apresentam como único elemento comum nas definições propostas para a “segunda residência” a existência de uma hierarquia entre a “primeira” e a “segunda” residência. Contudo, é de destacar a observação de Cavaco, em 2006a, no seu estudo sobre a distribuição espacial das residências secundárias nos espaços de lazer e de férias. Neste estudo, refere que a alternativa de dupla residência foi sobretudo valorizada quando o apartamento urbano era alugado e antigo e se pagavam rendas baixas, além de que em termos fiscais muitas residências secundárias foram declaradas como principais, beneficiando conseqüentemente das respetivas isenções e de facilidades de crédito.

Assim, o primeiro estudo que tentou uma aproximação ao conceito de “segunda residência” foi o de Cravidão (1988; 1989:9) sobre as razões que levaram a burguesia de Coimbra a adquirir uma residência secundária e o seu contributo para a revitalização do espaço rural. Na sua definição, considera a residência secundária como “o alojamento que pertence a um indivíduo que já possui uma habitação principal, que reside na maior parte dos casos na cidade ou pelo menos bastante afastado da sua casa de campo e que aqui se dirige aos fins-de-semana e em férias”. Do mesmo modo, no estudo sobre a residência secundária na área metropolitana de Lisboa, Caldeira (1995:23) argumenta que a residência secundária não constitui a residência permanente de ninguém. Também em 1996, no seu estudo sobre as residências secundárias no centro litoral português (S. Pedro e Moel e Praia da Vieira), a definição de Santos refere a existência da residência principal num outro lugar.

Mais tarde, no seu estudo sobre o impacte da residência secundária na dinâmica e organização do território no concelho de Esposende, Sampaio (1998) considera que para se definir residência secundária é necessário atender a determinados critérios, um dos quais a existência de uma residência principal em oposição à residência secundária. Também em

1998 Lebre argumenta na sua definição, do estudo sobre a urbanística do lazer e do turismo no Algarve litoral, que a residência sendo “secundária” se localiza num outro espaço que não o de residência habitual. Do mesmo modo, Carvalho (2006: 471) considera que “a residência secundária é uma alternativa de residência (fixa) de uma família, cujo domicílio principal está situado em outro lugar e que é usada essencialmente por membros dessa família para fins recreativos ou de lazer”. Na mesma linha de pensamento, no estudo do conhecimento do mercado do turismo residencial no destino Aveiro/Ílhavo, Cobuci (2009) adota o conceito do INE de residências secundárias utilizadas para fins turísticos, assumindo também uma distinção entre a “primeira” e a “segunda” residência, enquanto Barbosa (2007:170-171), no estudo sobre as implicações da diversidade e funcionalidade das residências secundárias no ordenamento do território na freguesia do Castelo de Sesimbra, opta por utilizar no seu conceito a terminologia “segunda residência” passando esta a ter um papel de complemento à residência principal.

Recentemente, Almeida (2009:271) desenvolve o estudo da relação entre a gestão integrada do conhecimento e o trabalho conjunto dos aeroportos com outras entidades do setor público e privado e a forma como esta pode contribuir de forma favorável para a delineação adequada de estratégias de negociação de rotas com as companhias aéreas, potenciando o desenvolvimento do turismo residencial, e originar alterações na procura turística de uma região. Aí, refere como alojamento de turismo residencial o “imóvel utilizado de forma sazonal e como segunda habitação, inserido num empreendimento turístico em propriedade plural com serviços complementares e equipamentos de animação ou num meio de alojamento local que quando devidamente registado pode ser comercializado para fins turísticos”. Por outro lado, é em 2009 que Santos e Costa demonstram que, face à sua distribuição espacial, em Portugal a “segunda residência” não é um alojamento turístico.

Relativamente às definições técnicas usadas pelos organismos internacionais e nacionais a OMT (2001) refere que para cada agregado familiar existirá uma residência que é considerada estatisticamente como a residência habitual desse agregado familiar e que todas as outras residências (alugadas ou adquiridas) ocupadas pelo agregado familiar serão consideradas como “segundas residências”. Assim, para ser considerada uma “segunda

residência”, a OMT (2001) e a EUROSTAT (2002) referem que a residência tem de ter uma ou mais do que uma das seguintes características: a) não constituir a residência principal desse agregado familiar; b) ser uma casa de férias, ou seja, ser pouco frequentada (ou não frequentada) por um ou mais membros do agregado familiar para recreação, férias ou outras atividades que não seja o exercício de uma atividade remunerada no local; b) ser visitada ocasionalmente por um ou mais membros do agregado familiar por motivos de trabalho.

Por outro lado, a primeira definição técnica utilizada pelo INE data dos primeiros censos de 1970 da população e da habitação que considerava como “unidade de alojamento ocasional ou sazonal” toda a unidade de alojamento que funciona como residência secundária ou de veraneio, sendo por isso utilizada ocasional ou sazonalmente, enquanto nos censos que se sucederam (1981, 1991 e 2001) define “alojamento ocupado com uso sazonal” como aquele que é utilizado periodicamente e onde ninguém tem a sua residência habitual. Nos censos de 2001 também se constata que apesar de o INE referir ainda um outro conceito, nomeadamente de “residência secundária utilizada para fins turísticos”, os únicos dados existentes e disponíveis sobre o número de residências secundárias em Portugal são efetivamente os dados relativos ao “alojamento ocupado com uso sazonal”.

Assim, embora sem quaisquer dados ou referência a estes, o INE define ainda como “residência secundária utilizada para fins turísticos” o alojamento que não corresponde à residência principal da família e que é utilizado por um ou mais elementos do agregado familiar por motivos de recreação, lazer e férias ou outras atividades que não correspondem ao exercício de uma atividade remunerada nesse local. Incluem-se as unidades de alojamento arrendadas mediante a celebração de um contrato de *timeshare*. Em 1989 Cravidão refere que apesar da residência secundária ter um uso sazonal o valor apresentado pelo INE encontra-se sobrevalorizado, pelo facto de também considerar os alojamentos constituídos só para investimento (citado por Sampaio, 1998). No entanto, na sua investigação, Juan Colás (2003:7) também considera como conceito de “segunda residência” o mesmo que é utilizado pelo INE, no censo da habitação e no inquérito sociodemográfico de 1991, e refere que apesar da amplitude e complexidade do conceito adotado, o importante é a sazonalidade e não o tipo de uso da “segunda residência”.

Salienta-se ainda, que o valor determinado para a produção das “residências secundárias com fins turísticos” na CST de Portugal (2000:215) se refere a uma proporção das habitações de uso sazonal, que o Censos da população e da habitação de 2001 e o Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) permitem identificar. Assim, as estimativas obtidas para as residências secundárias tiveram em conta a sua componente de uso sazonal, através dos Censos, bem como ainda os critérios de localização (se no país ou no estrangeiro) e regime de ocupação (se proprietário ou arrendatário ou outro) (INE, 2000:68), pelo IOF. Acresce ainda que os critérios recomendados para esta metodologia de cálculo da residência por conta própria utilizada para efeitos turísticos constam da diretiva 95/309/CE, de 18 de julho de 1995 relativa à produção dos serviços de habitação, atualizada pelo Regulamento N° 1722/2005 de 20 outubro 2005. Deste modo, também se constata que o único critério utilizado pelo IOF para a identificação das “residências secundárias com fins turísticos” e que se enquadra nas recomendações da OMT e da EUROSTAT foi o da sazonalidade, critério igualmente contemplado no conceito de “alojamento ocupado com uso sazonal ou secundário” dos últimos censos do INE.

Face ao exposto, apesar da diversidade de definições usadas pelos organismos oficiais, ao nível internacional e nacional, para descrever a “segunda residência” como um tipo de alojamento turístico, existe uma semelhança em todas elas, nomeadamente o seu carácter sazonal. Para efeitos deste estudo, o critério da “sazonalidade” foi igualmente considerado, uma vez que, no capítulo 2, a análise da distribuição espacial da “segunda residência” em Portugal utiliza os únicos dados disponíveis do INE, relativos ao “alojamento ocupado com uso sazonal ou secundário” dos últimos censos (2001).

#### **1.4. Operacionalização dos conceitos de Turismo (Residencial) e de “Segunda Residência”- uma tentativa de definição**

Na secção anterior verificámos que são vários os académicos que sustentam diferentes análises conceptuais do turismo e que, entre as múltiplas definições, a que foi proposta em 1994 pela Organização Mundial de Turismo, reveste-se igualmente de um forte carácter de subjetividade, ao referir o turismo como “as atividades praticadas pelos indivíduos durante

as suas viagens e permanências em locais situados fora do seu ambiente habitual, por um período contínuo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros” (citado por CST, 1999:1). Neste âmbito, em Portugal, a Conta Satélite do Turismo refere como delimitação de ambiente habitual as deslocações com frequência semanais como sendo deslocações no ambiente habitual desse indivíduo, bem como ainda a fronteira administrativa como delimitador do ambiente habitual do indivíduo.

Contudo, verificámos que o critério da frequência pode superar uma visita semanal pelo facto dos visitantes proporcionarem divisas no destino adquiridas no seu lugar de origem e da estadia dos turistas alojados em alojamentos privados gerar a necessidade de uma adequação das infraestruturas públicas e privadas, ao não estarem contabilizados nem como residentes, nem como turistas. Verificámos também que considerar o concelho como fronteira do ambiente habitual poderá não fazer tanto sentido nas situações em que o concelho da residência habitual e o concelho da “segunda residência” coincidem. O facto de ser demonstrado nesta tese, através da análise de dados estatísticos, que a “segunda residência” não é um alojamento turístico (ver capítulos 2 e 6), permite considerar a fronteira administrativa como delimitador do ambiente habitual. No entanto, verificámos também que ao considerar-se as atividades realizadas fora do ambiente habitual seria ignorar a complexidade atual dos estilos de vida e as formas de *residencialidade* e de mobilidade que acolhem as sociedades modernas.

Face à discussão desenvolvida nas secções 1.2-1.3 e aos resultados obtidos com este estudo (capítulos 2 e 6), considera-se que a pernoita em alojamentos turísticos será o critério mais adequado para definir turismo (e turismo residencial). Assim sendo, o turismo deve compreender as atividades praticadas pelos indivíduos durante o tempo que pernoitam em alojamentos turísticos. Nesta perspetiva, o turismo residencial compreende as atividades praticadas apenas nos alojamentos turísticos, durante a sua pernoita. O alojamento turístico é o local onde hóspede não tem a sua residência e fornece estadas oneradas de forma regular (ou ocasional), enquanto a “segunda residência” corresponde a uma residência de pelo menos uma família/indivíduo. Deste modo e para que seja igualmente possível medir a verdadeira extensão da integração do turismo na economia nacional, através do seu efeito multiplicador, os indivíduos que saem da sua residência e se alojam gratuitamente na

residência de familiares ou de amigos não são considerados turistas. Esta questão será novamente retomada no capítulo 4.

### **1.5 Uma tentativa de definição de “Rural”**

O termo “rural” possui diversos sentidos e significados sociais tornando-se difícil visualizar uma única definição consensual, ou um único processo de desenvolvimento rural, ou ainda uma só política de desenvolvimento rural (Diniz, 1999; Diniz e Guerry, 2002; Ferrão et al, 2003; Figueiredo, 2003; Norman, 1992; OCDE, 1988; Labrianidis et al, 2003; Vidal et al, 2001). Segundo Diniz (1999:111-112) apesar da dificuldade de conceptualização, pode dizer-se que, na essência existem definições que entre si apresentam fortes inter-relações: a) definição sociocultural, que pressupõe que o comportamento e as atitudes diferem entre os habitantes das zonas de baixa densidade populacional (“rurais”) e as de forte densidade (urbanas), associando-se aos valores “rurais” tradicionais. Esta visão tem uma importante vertente antropológica; b) definição ocupacional, baseada na predominância de atividades económicas ligadas ao setor primário (agricultura, silvicultura, caça, pesca e indústrias extrativas). Esta distinção ocupacional deixou de ser determinante face à crescente pluriatividade dos agricultores; e c) definição ecológica considera o “rural” como zonas de pequenos aglomerados com grandes espaços de paisagem aberta entre eles. Esta conceção implica uma definição de “paisagem aberta e de grandes espaços”.

De acordo com os estudiosos do desenvolvimento rural em Portugal na década de 50 o termo rural opõe-se ao urbano, pela simples razão de que a cidade é um meio tecnológico que escapa completamente à natureza. O campo define-se pela atividade agrícola e pelos camponeses, cuja função primeira é a de valorizar os recursos naturais de que são proprietários (Diniz, 1999:112-115; Ferrão et al, 2003). Na década de 60, Diniz (1999:112-115) e Ferrão et al (2003) referem que a noção de rural desaparece, conjuntamente com a ideia de espaço natural pelo processo de assimilação e integração da cultura urbana. O êxodo rural é reconhecido mas justificado pela modernização homogênea do espaço como um todo. De acordo com os mesmos investigadores na década de 70, o espaço rural

aparece como uma resposta à concentração urbana e a sua análise faz-se pela observação das transformações económicas e sociais em consequência da diversificação das atividades. A década de 80 é marcada pela tensão existente entre duas tendências: uma que atenua ou faz desaparecer as diferenças entre o rural e o urbano e outra que, pelo contrário, reforça a distinção entre rural e urbano, reintroduzindo a noção de natureza, servindo-se para tal dos problemas ambientais (Diniz, 1999:112-115; Ferrão et al, 2003).

Neste contexto, Salamoni e Lopez (2006) consideram que o caminho para o desenvolvimento rural não passa necessariamente pela urbanização, uma vez que o espaço rural é um lugar onde o desenvolvimento humano também pode atingir os mais altos níveis de aprimoramento e de realizações. Deste modo, a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização (Abramovay, citado por Salamoni e Lopez, 2006), pelo contrário, ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas (Salamoni e Lopez, 2006). Apesar das diferenças significativas entre elas, as áreas urbanas e “rurais” não são autónomas e entidades auto suficientes, pelo contrário, constituem um espaço contínuo de interdependência e de interação (Saraceno, 1994, citado por Labrianidis, 2003). Neste âmbito, a construção de uma nova relação rural-urbana desenvolvida na ótica dos espaços “rurais” poderá assentar em dois objetivos de âmbito geral: consolidar relações de proximidade mutuamente benéficas e de natureza sinérgica e transformar as cidades em pontes efetivas entre as áreas “rurais” e o mundo exterior (Ferrão, 2000). Assim sendo, as cidades de pequena e média dimensão integradas no contexto agrícola, a indústria e as atividades turísticas, bem como as áreas costeiras são incluídas nas áreas “rurais” (ver Saraceno, 1994, citado por Labrianidis, 2003).

Segundo Ferrão (2000) a nova perspetiva dos anos 80 – o mundo rural não agrícola – introduz elementos novos no modo de encarar o mundo rural e urbano, em si e na forma como se relacionam. Em primeiro lugar, a sua função principal não tem de ser necessariamente a produção de alimentos e a atividade predominante pode não ser agrícola (Ferrão, 2000). Assim, o espaço rural deixou de ser somente confinado às atividades agrícolas e aos usos do solo e passa também a ser extensível às atividades multisectoriais (ver por exemplo Batista, 2006; Diniz, 1999; Ferrão, 2000; Ferrão et al, 2003; Figueiredo,



2003; Gonçalves, 2007; Henriques, 2002; Oliveira, 2005; Oliveira e Mello, 2006; Saraceno, 1994, citado por Labrianidis, 2003; Veiga, 2005). Em segundo lugar, a valorização da dimensão não agrícola do mundo rural é socialmente construída a partir da ideia de património (Ferrão, 2000). Terceiro, esta nova visão do mundo rural assume como inevitáveis e corretas as práticas de pluriatividade e de plurirendimento das famílias camponesas, onde as atividades que contribuem para manter vivo o mundo rural devem ser remuneradas não apenas pelo seu valor económico, mas também pelas funções sociais e ambientais que as seguram (Ferrão, 2000). Por último, Ferrão (2000) refere que a problemática do mundo rural profundo foi sendo crescentemente abordada à luz de uma nova conceção: a dos espaços de baixa densidade, não só física, associada ao despovoamento intenso que caracteriza estas áreas, mas também relacional.

Pelo facto de não existir uma definição comum de áreas “rurais” nos Estados Membros da União Europeia, as respetivas estatísticas adotam a metodologia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2009). Segundo a OCDE (1988) apesar das comparações ao nível internacional serem praticamente impossíveis, o critério mais usado pelos países membros para definir área rural é o número de habitantes por unidade territorial. As regiões são classificadas em uma das três categorias: a) região predominantemente rural (quando mais de 50% da população se encontra a viver nas áreas “rurais”); b) região intermédia (quando 15% a 50% da população vive nas áreas “rurais”; e c) região predominantemente urbana (onde menos de 15% da população vive nas áreas “rurais” (OCDE, 2009). Assim, só uma definição é válida a nível comunitário, nomeadamente a que é adotada pela EUROSTAT. Esta definição tem apenas em linha de conta a densidade populacional e classifica de “rurais” todas as zonas com menos de 100 habitantes por quilómetro quadrado (Diniz, 1999).

Consequentemente, a grande maioria dos países foca-se na dimensão da população numa localidade e/ou na densidade populacional. Apesar da limitada fiabilidade do critério quantitativo, as organizações internacionais (OCDE e a EUROSTAT) adotam esta definição para se poderem efetuar comparações inter-regionais (Labrianidis et al 2003). Em Portugal, a classificação da tipologia das áreas urbanas do INE (1998, 1999) também estabelece como áreas predominantemente “rurais” as que registam uma população

residente com menos de 2000 habitantes ou que possuem uma densidade populacional inferior a 100 Hab./Km<sup>2</sup>.

No entanto, não se pode deixar de sublinhar que, ao definir-se o rural como o conjunto da população isolada, que vive em aglomerados com menos de dois mil habitantes, em cada concelho pode haver população urbana e população rural dispersa pelo espaço, ou seja, a diferenciação urbano/rural centra-se na dimensão dos aglomerados populacionais e não nas características que o conjunto da população confere a uma determinada unidade administrativa e o espaço não se confunde com a população rural (Batista, 2001, citado por Batista, 2006). Para delimitar o rural aceitam-se apenas dois critérios (Novais et al, 2000; Rolo, 2003 e Poças, 2006, citado por Batista, 2006): a densidade rural e a percentagem da população ativa que trabalha na agricultura. Batista (2006:86-87) refere que da aplicação destes critérios resultam quatro zonas: “o rural de baixa densidade (densidade rural média de 13 habitantes/Km<sup>2</sup>, onde reside 7% da população do Continente em seis décimos da sua área) e o rural urbano (densidade rural média de 165 habitantes/Km<sup>2</sup>, 25% da população e um sexto da área). Entre estes dois extremos situam-se o rural agrícola e o rural da indústria e serviços, ambos com uma densidade rural média de cerca de 60 habitantes/Km<sup>2</sup>, integrando, em conjunto, um quarto da superfície total (15% o da indústria e serviços e 9% o agrícola), e 13% da população residente (8% o primeiro antes referido e 5% o segundo).”

No entanto, Labrianidis et al (2003) argumentam que não existe um único tipo de área rural que possa ter ou não sucesso, pois tudo depende da trajetória de desenvolvimento que irá ser seguida no futuro próximo. Neste âmbito, verifica-se que as sociedades regionais e locais em Portugal, sobretudo nas áreas de interior norte e de fronteira, ainda mantêm forte ligação à agricultura, apresentam valores mais baixos do indicador *per capita* do poder de compra, reduzidas densidades populacionais, saldos migratórios negativos, acentuado envelhecimento demográfico e, nalguns casos mais críticos, a continuação dos processos de despovoamento, bem como riscos acentuados de desertificação humana total (Cavaco, 2003b). Ao nível Europeu, Labrianidis e Thanassis (2003) argumentam que os países em que a maioria das suas regiões é menos competitiva são os do Sul da Europa, onde a agricultura desempenha um papel relativamente importante. Assim, segundo Sharpley e Vass (2006) existe um consenso de que as áreas “rurais” apresentam uma série de

problemas, tais como o declínio económico, a emigração, impactes adversos da reestruturação da agricultura e a perda da identidade cultural.

Apesar da definição de “rural” envolver muitos mais aspetos que o demográfico não é intenção contribuir aqui para o debate da diversidade de áreas “rurais” e da variedade de tipologias comumente adotadas para as caracterizar, mas sim salvaguardar a imensidão de formas e conteúdos que as áreas “rurais” assumem. No entanto, ao reconhecer a necessidade de as identificar através de estatística adequada, para permitir o desenvolvimento de políticas que estejam de acordo com as necessidades locais (ver Sharpley e Vass, 2006), destaca-se nesta tese que as áreas de influência e a marginalidade funcional dos centros urbanos permitem estabelecer uma hierarquia que depende do número e tipo de funções aí disponíveis (INE, 2004). A Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População (CESAP) serviu de base para a realização deste estudo do Instituto Nacional de Estatística (2004).

Segundo o INE (2004: 21) “a centralidade traduz a extensão das funções prestadas pelo lugar central, sendo que centros urbanos que prestem funções mais raras, mais especializadas, apresentarão índices de centralidade mais elevados. Teoricamente, o centro urbano mais central será aquele que prestar maior número de funções. No entanto, na prática, verifica-se que, contrariamente ao defendido por Christaller, um centro urbano que preste uma função de ordem (grau de especialização)  $n$  não presta obrigatoriamente todas as funções de ordem inferior”. O índice de centralidade teve uma construção mais elaborada, não só para obviar ao problema enunciado, mas igualmente para usufruir da riqueza de informação que a CESAP (Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População) coloca ao dispor nesta área (INE, 2004: 21).

Segundo a mesma organização a operação estatística denominada CESAP 2002, com momento de referência maio de 2002, teve como principal objetivo permitir um levantamento à escala da freguesia de uma rede de equipamentos coletivos (públicos e privados) que servem as populações em áreas como a saúde, educação, principais serviços públicos, comércio, infraestruturas desportivas e ação social, entre outras (INE, 2004:11). Deste modo, foi possível conhecer o número de unidades funcionais de que uma freguesia

dispõe para um amplo conjunto de funções e, no caso de a freguesia não prestar uma determinada função, identificar a freguesia onde a maioria da população se dirige para o seu usufruto, assim como a distância percorrida para o efeito (INE, 2004:11). Esta questão será retomada no capítulo seguinte, no intuito de demonstrar a relação entre as “segundas residências” e o índice de centralidade dos centros urbanos em Portugal.

## 1.6 A problemática do conceito de Desenvolvimento “Rural”

Partindo de um conceito de “rural” ambíguo e frequentemente contestado, tem sido extremamente difícil chegar a um consenso quanto à natureza específica do processo de desenvolvimento “rural”. Não há uma abordagem única de desenvolvimento “rural” e mesmo uma abordagem cada vez mais globalizante torna difícil, ou quase impossível, generalizar os problemas ou mesmo a sua solução (Diniz, 1999; Diniz e Guerry, 2002). Diniz e Guerry (2002) referem que a multiplicidade de definições tem, obviamente, dificultado a operacionalização do desenvolvimento “rural” através de políticas, programas e projetos promovidos direta ou indiretamente pelo governo. Na secção anterior argumentámos que o índice de centralidade dos centros urbanos permite identificar os concelhos com menor índice de centralidade, ou menor capacidade de polarização, em Portugal e que a década de 80 é marcada pela tensão existente entre a tendência que atenua as diferenças entre o rural e o urbano e a que reforça a sua distinção, reintroduzindo para esse efeito a noção de natureza. Neste âmbito, Lane (1994) argumenta que uma abordagem sustentável pode ser capaz de reconciliar as tensões existentes entre as forças de desenvolvimento “rural”, que procuram reverter o declínio rural, e as forças de conservação.

Segundo May e Revitt (2000) o que constitui a sustentabilidade tem sido igualmente tema de muitos debates e as suas interpretações variam significativamente. O conceito de desenvolvimento sustentável foi proposto pela primeira vez no relatório *Our Common Future*, preparado em 1987 pela Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, onde foi definido como “o desenvolvimento que vai ao encontro das necessidades das gerações do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as

suas próprias necessidades” (EU, 2006:31). A implementação do desenvolvimento sustentável assentava inicialmente em dois pilares fundamentais: o desenvolvimento económico e a proteção do ambiente. Neste âmbito, em 1992 na conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), realizada no Rio de Janeiro, designada por “Cimeira da Terra”, foi adotado um Plano de Ação para o desenvolvimento sustentável, elaboraram-se estratégias, programa e medidas integradas para sustentar e inverter os efeitos da degradação ambiental e para promover um desenvolvimento compatível com o meio ambiental e sustentável em todos os países (Gonçalves, 2007:85-86). Após a Cimeira Social de Copenhaga, realizada em 1995, foi integrada a vertente social, como o terceiro pilar do conceito de desenvolvimento sustentável (Gonçalves, 2007).

O facto dos objetivos fixados na Cimeira de 1992 terem sido cumpridos de forma reduzida levou a que na Segunda Cimeira da Terra ou Cimeira da Terra + 5, realizada em 1997 pelas Nações Unidas o desenvolvimento sustentável assumisse entidade própria, podendo-se falar a partir desse momento, de “sustentabilidade integral” por se considerarem as dimensões ecológica, económica, social e cultural (Gonçalves, 2007:86). Hardy et al (2010) criticam a forma como o desenvolvimento sustentável tem sido aplicado e discutido na literatura académica da indústria turística e propõem que as futuras concetualizações de turismo sustentável abordem a comunidade local, da mesma forma que abordam a economia e o ambiente, através de processos como o envolvimento dos *stakeholders*.

Neste contexto Gonçalves (2007: 85-86) refere que aos três pilares de desenvolvimento sustentável a dimensão institucional, que chama atenção para as questões relativas às formas de governação, das instituições e dos sistemas legislativos (flexibilidade, transparência, democracia) – nos seus diversos níveis – e para o quadro de participação dos grupos de interesse (sindicatos e empresas) e da sociedade civil (organizações não governamentais – ONG), considerados como parceiros essenciais na promoção dos objetivos do desenvolvimento sustentável deve constituir outro pilar do desenvolvimento sustentável. Isto significa, que a visão, objetivos e política da própria comunidade pode melhorar a qualidade de vida dos residentes e contribuir para o desenvolvimento. Embora seja impossível alcançar um conceito universal de desenvolvimento, existe consenso de

que o desenvolvimento altera as condições de vida das pessoas, bem como o seu controlo sobre essas mesmas condições (Hoggart e Buller, 1987).

Assim sendo, “o desenvolvimento rural será visto como um processo intervencionista de mudança qualitativa, quantitativa e/ou distributiva, a que conduza, de uma maneira ou de outra, a uma melhoria das condições de vida de uma comunidade” (Diniz, 1999:97-99). Neste âmbito, o desenvolvimento “rural” sustentável implicará a articulação entre as várias dimensões da sustentabilidade, nomeadamente a sustentabilidade económica, social, cultural, ambiental e institucional (a dimensão do exercício da cidadania e da governação, por parte de todos os atores sociais implicados nos processos de desenvolvimento) (Lima 2008). De acordo com Choi e Murray (2010) este processo requer informação, educação e formação dos residentes, governo e empresários locais para aumentar o conhecimento público e criar as capacidades técnicas necessárias.

A União Europeia está caracterizada pela concentração espacial de polos de desenvolvimento económico, onde o capitalismo e o crescimento económico concentram-se nas forças mais produtivas de determinadas regiões, criando uma distribuição desigual do crescimento e disparidades económicas regionais (U.E., 2006). Assim, “a ambição de alcançar a convergência económica e bem-estar a longo prazo entre as regiões Europeias, necessita de ser complementada por políticas de coesão social, capazes de endereçar estes desequilíbrios entre os indivíduos, com uma dimensão territorial capaz de abordar as disparidades espaciais” (EU, 2006:85). Neste âmbito, a União Europeia (2006) refere que o desenvolvimento sustentável do setor do turismo está totalmente em linha com os objetivos de coesão de um desenvolvimento equilibrado do território da União. Esta argumentação fundamenta-se no facto do turismo ter o potencial de contribuir para uma distribuição mais equilibrada das atividades económicas e das oportunidades de emprego no território da União (U.E., 2006).

O desenvolvimento do turismo e, sobretudo, o turismo sustentável não segue os mesmos padrões de outras atividades económicas, considerando que a economia do turismo é uma indústria que se baseia maioritariamente em pequenas empresas, permite uma maior disseminação dos benefícios na economia e na sociedade, contribuindo assim para o

objetivo de convergência (U.E, 2006). Por outro lado, o turismo requer força laboral, formada e sem ser formada e, por norma, concentra-se fora dos maiores polos de desenvolvimento (U.E, 2006). Como consequência, as pessoas e regiões mais variadas podem beneficiar disso, incluindo as áreas e regiões menos povoadas com dificuldades de acesso. Desta forma, os objetivos de desenvolvimento sustentável aplicados à atividade turística podem garantir a sua boa gestão sob condições económicas e sociais, enquanto contribui para a proteção ambiental, incluindo a preservação dos patrimónios da União Europeia (U.E., 2006).

Assim, na segunda metade de 1990 o desenvolvimento do turismo sustentável tornou-se uma prioridade para as instituições da Comunidade Europeia e a Comissão propõe a promoção do desenvolvimento das suas atividades na Europa (Saturnino, 2009). Existem muitas dificuldades na implementação dos princípios da sustentabilidade numa economia de mercado livre e uma das formas consiste na criação de estratégias de gestão e de desenvolvimento sustentável (Landorf, 2009; OCDE, 1994). Neste âmbito, a Agenda 21 tem como objetivo “desenvolver e implementar medidas efetivas de planeamento de uso do solo que maximizem os benefícios potenciais do turismo sobre o ambiente e a economia, enquanto minimizam eventuais prejuízos ambientais e culturais” (OMT, 1998:23). A maioria das medidas implementadas através da Agenda 21 baseia-se a nível local, embora as campanhas nacionais tenham de assegurar esse processo (U.E., 2006). Ao nível internacional, a temática do desenvolvimento do turismo sustentável é abordada pela Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável que, em 1999, adota a decisão 7/3<sup>46</sup>, requerendo o desenvolvimento e implementação de políticas e estratégias nacionais para o turismo sustentável, baseadas na Agenda 21 (U.E., 2006). Em 2002 é realizada a Cimeira da Terra em Johannesburg, e o seu plano de implementação, e o turismo passa a ser considerado uma área política prioritária para alcançar o desenvolvimento sustentável (U.E., 2006).

Contudo, as estratégias de sustentabilidade mencionadas na Agenda 21 têm tido uma aplicação limitada devido à complexidade de conseguir-se alcançar um verdadeiro sistema económico, ambiental e social integrado (Basiago, 1998, citado por Landorf, 2009). Segundo a União Europeia (2006) a Agenda 21 Europeia para o turismo, enquanto

estrutura comum, poderá contribuir para a implementação de estratégias coerentes de turismo sustentável nos respetivos Estados Membros. Este processo teve início em 2001 e inclui uma avaliação integrada da atividade turística, através da U.E., o desenvolvimento de uma estratégia integradora para o setor e a elaboração de indicadores harmonizados de desenvolvimento sustentável para o turismo (U.E., 2006).

A União Europeia (2006) considera os seguintes objetivos de sustentabilidade para o turismo Europeu: i) a promoção da proteção do ambiente e do desenvolvimento sustentável; ii) repensar o lugar do turismo na economia regional através da conceção de objetivos estratégicos específicos e de meios de implementação; iii) melhorar a cooperação entre regiões e Estados Membros numa base territorial, contribuindo para o aumento da convergência e coesão das regiões dentro da União; iv) melhorar a colaboração entre os vários atores envolvidos no turismo em todos os níveis de governação, através da disseminação de parcerias entre as autoridades públicas e entre atores públicos e privados, permitindo maior responsabilidade social e aumentando a consciência dos produtores e consumidores sobre a sustentabilidade; v) apoiar as iniciativas que atuam para uma implementação do turismo sustentável através de um financiamento adequado, incluindo a contribuição do turismo para financiar a proteção dos patrimónios natural e cultural.

## 1.7 Conclusão

Ao longo deste capítulo foi possível verificar que existe uma série de limitações e de diferentes pontos de vista para definir o turismo (e o “turismo residencial), quer pelo lado da procura, quer pelo lado da oferta. Neste contexto, alguns investigadores encaram o “turismo residencial” e as “segundas residências” como fazendo parte da esfera da atividade turística, enquanto outros consideram que as “segundas residências” constituem a interseção entre o turismo e a migração, bem como ainda outros associam o “turismo residencial” às novas formas de habitabilidade das sociedades modernas. Ao considerarem-se os resultados obtidos nos capítulos 2 e 6, desta tese, foi possível concluir que a “segunda residência” não é um alojamento turístico e que a pernoita em alojamentos turísticos será o critério mais adequado para definir turismo (e o turismo residencial). Nesta perspetiva, o



alojamento turístico é o local onde hóspede não tem a sua residência e fornece estadas oneradas de forma regular (ou ocasional), enquanto a “segunda residência” corresponde apenas a uma das residências de pelo menos uma família/indivíduo.

Por outro lado, tendo-se reconhecido igualmente a diversidade de sentidos e significados sociais do termo “rural”, bem como a diversidade e variedade de tipologias adotadas constatámos que o índice de centralidade dos centros urbanos permite identificar os concelhos com menor índice de centralidade, ou menor capacidade de polarização, em Portugal. Concluimos ainda que uma abordagem sustentável de desenvolvimento do turismo nestas áreas, pela articulação da sua vertente económica, social, cultural, ambiental e institucional, é a mais capaz de reconciliar as tensões existentes entre as forças de desenvolvimento “rural”, que procuram reverter o declínio rural, e as forças de conservação. A relação entre o regresso dos emigrantes portugueses (e as suas residências no local de origem) com o desenvolvimento do turismo sustentável nas regiões mais carenciadas será outro tema a desenvolver na secção 4.5, do capítulo 4.



## **Capítulo 2**

### **A distribuição espacial das “segundas residências” em Portugal**

#### **2.1 Introdução**

No capítulo 1 foi possível efetuar uma análise conceptual dos termos turismo, turismo residencial, alojamento turístico e desenvolvimento “rural” – variáveis-chave desta investigação. Com este capítulo pretende-se analisar a distribuição espacial das “segundas residências” em Portugal, no sentido de perceber a sua relação com o setor do turismo ou, pelo contrário, com as migrações em Portugal. Deste modo, começamos por desenvolver esta análise demonstrando a relação entre a localização das “segundas residências” com os dados oficiais da emigração ocorrida entre 1955-1974 (secção 2.2) e com o índice de centralidade dos centros urbanos (secção 2.3). A mesma análise terá continuidade nas secções 2.4 e 2.5, onde serão utilizados os dados dos primeiros censos da população e da habitação do INE, de 1970, até 2001 demonstrando-se a relação da localização das “segundas residências” em Portugal com as migrações (internas e internacionais) ocorridas entre 1960-74, bem como as residências de origem dos emigrantes portugueses e as que (auto)construíram a partir de 1960.

#### **2.2 Distribuição espacial das “segundas residências” em Portugal – relação com os dados oficiais da emigração ocorrida entre 1955-1974**

A análise da distribuição espacial das “segundas residências” em Portugal permite verificar que, em valores absolutos e relativamente ao total de alojamentos familiares clássicos e de uso sazonal em Portugal, as regiões Norte e Centro são as que apresentam maior número

de “segundas residências”, assumindo a região Centro a maior predominância (5,79%) e logo de seguida a região Norte (5,09%) (tabela 2.1). A região de Lisboa assume o terceiro lugar (3,22%), seguindo-se o Algarve (2,11%), depois o Alentejo (1,64%) e, por último, os Açores (0,28%) e a Madeira (0,25%). Em valores absolutos e relativamente ao total de alojamentos familiares clássicos em Portugal, verifica-se também que as NUT's III Grande Porto (1,03%), Alto Trás-os-Montes (0,88%), Oeste (0,83%), Minho-Lima (0,77%) e Dão-Lafões (0,75%) são as que apresentam maior número de “segundas residências” (tabela 2.2). Assim sendo, constata-se que as duas sub-regiões com maior número de “segundas residências” nas regiões Norte e Centro, pertencem à zona litoral - Grande Porto - e à zona interior do país - Alto Trás-os-Montes.

**Tabela 2.1 NUT's II com maior número de “segundas residências” em Portugal**

	<b>a) TOTAL ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS (F)</b>	<b>b) TOTAL ALOJAMENTOS DE USO SAZONAL OU RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA (F)</b>	
<b>PORTUGAL</b>	5019425	924419	
<b>NUT'S II</b>	<b>USO SAZONAL (F)</b>	<b>a) USO SAZONAL (Fi)</b>	<b>b) USO SAZONAL (Fi)</b>
<b>Norte</b>	255 800	<b>5,09 %</b>	<b>27,67%</b>
<b>Centro</b>	290 748	<b>5,79%</b>	<b>31,45%</b>
Lisboa	161 802	3,22%	17,50%
Alentejo	82 735	1,64%	8,94%
Algarve	106 195	2,11%	11,48%
Açores	14 311	0,28%	1,54%
Madeira	12 828	0,25%	1,38%

*Fonte: INE*

**Tabela 2.2 NUT's III com maior número de “segundas residências” em Portugal**

	<b>TOTAL ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS (F)</b>	
<b>PORTUGAL</b>	5 019 425	
<b>NUT'S III – REGIÃO NORTE</b>	<b>USO SAZONAL (F)</b>	<b>USO SAZONAL (Fi)</b>
<b>Minho-Lima</b>	<b>39137</b>	<b>0,77% (4º)</b>
Cavado	27838	0,55%
Ave	20264	0,40%
<b>Grande Porto</b>	<b>51838</b>	<b>1,03% (1º)</b>
Tâmega	27008	0,53%
Entre Douro e Vouga	9019	0,17%
Douro	36193	0,72%
<b>Alto Trás-os-Montes</b>	<b>44503</b>	<b>0,88% (2º)</b>
<b>NUT'S III – REGIÃO CENTRO</b>	<b>USO SAZONAL (F)</b>	<b>USO SAZONAL (Fi)</b>
Baixo Vouga	27744	0,55%
Baixo Mondego	30512	0,60%
Pinhal Litoral	21932	0,43%
Pinhal Interior Norte	25095	0,49%
<b>Dão-Lafões</b>	<b>37859</b>	<b>0,75% (5º)</b>
Pinhal Interior Sul	10633	0,21%
Serra da Estrela	8372	0,16%
Beira Interior Norte	27062	0,53%
Beira Interior Sul	18685	0,37%
Cova da Beira	15506	0,30%
<b>Oeste</b>	<b>42082</b>	<b>0,83% (3º)</b>
Médio Tejo	25266	0,50%

*Fonte: INE*

O mesmo tipo de análise, em valores absolutos e relativamente ao total de alojamentos familiares clássicos em Portugal, permite verificar também que, ao nível das NUT's III da região Norte, na sub-região Minho-Lima os concelhos de Viana do Castelo (20%) e de Caminha (11%) são os que apresentam maior número de “segundas residências” (tabela 2.3). Em relação ao Grande Porto, destacam-se os concelhos de Vila Nova de Gaia (0,20%) e do Porto (0,19%), enquanto em Alto Trás-os-Montes os concelhos de Chaves (0,14%) e de Bragança (0,13%) (tabela 2.3). Relativamente à região Centro, e ao nível da NUT III Oeste são os concelhos de Torres Vedras (0,17%) e de Alcobaça (0,12%) que apresentam maior número de “segundas residências” (tabela 2.4). Finalmente, em relação à região de Dão-Lafões sobressaem os concelhos de Viseu (0,18%) e de Castro Daire (0,07%) (tabela 2.4).

**Tabela 2.3 Concelhos com maior número de “segundas residências” em Portugal****-2001-**

REGIÃO NORTE					
GRANDE PORTO	U.S. (F)	U.S. (FI)	ALTO TRÁS-OS-MONTES	U.S. (F)	U.S. (FI)
Espinho	2061	0,04%	Alfândega da Fé	1106	0,02%
Gondomar	3895	0,07%	<b>Bragança</b>	<b>6684</b>	<b>0,13%</b>
Maia	3089	0,06%	Macedo de Cavaleiros	3294	0,06%
Matosinhos	5130	0,10%	Miranda do Douro	1592	0,03%
<b>Porto</b>	<b>9760</b>	<b>0,19%</b>	Mirandela	3604	0,07%
Póvoa do Varzim	9103	0,18%	Mogadouro	2236	0,04%
Valongo	2111	0,04%	Vimioso	2030	0,04%
Vila do Conde	6617	0,13%	Vinhais	2165	0,04%
<b>Vila Nova de Gaia</b>	<b>10072</b>	<b>0,20%</b>	Boticas	1872	0,03%
			<b>Chaves</b>	<b>7346</b>	<b>0,14%</b>
<b>MINHO-LIMA</b>	<b>U.S. (F)</b>	<b>U.S. (FI)</b>	Montalegre	4431	0,08%
Arcos de Valdevez	5440	0,10%	Murça	1005	0,02%
<b>Caminha</b>	<b>5662</b>	<b>0,11%</b>	Valpaços	3930	0,07%
Melgaço	2942	0,05%	Vila Pouca de Aguiar	3208	0,06%
Monção	3540	0,07%			
Paredes de Coura	1636	0,03%			
Ponte da Barca	2180	0,04%			
Ponte de Lima	4114	0,08%			
Valença	1765	0,03%			
<b>Viana do Castelo</b>	<b>10268</b>	<b>0,20%</b>			
Vila Nova de Cerveira	1590	0,03%			

Fonte: INE

**Tabela 2.4 Concelhos com maior número de “segundas residências” em Portugal****- 2001-**

<b>REGIÃO CENTRO</b>					
<b>OESTE</b>	<b>U.S. (F)</b>	<b>U.S. (FI)</b>	<b>DÃO LAFÕES</b>	<b>U.S. (F)</b>	<b>U.S. (FI)</b>
<b>Alcobaça</b>	<b>6113</b>	<b>0,12%</b>	Aguiar da Beira	1651	0,03%
Bombarral	959	0,01%	Carregal do Sal	1618	0,03%
Caldas da Rainha	5010	0,09%	<b>Castro Daire</b>	<b>3912</b>	<b>0,07%</b>
Nazaré	3857	0,07%	Mangualde	2459	0,04%
Óbidos	1612	0,03%	Mortágua	1148	0,02%
Peniche	5745	0,11%	Nelas	1630	0,03%
Alenquer	2681	0,05%	Oliveira de Frades	1243	0,02%
Arruda dos Vinhos	700	0,01%	Penalva do Castelo	1305	0,02%
Cadaval	1783	0,03%	Santa Comba Dão	1416	0,02%
Lourinhã	4081	0,08%	São Pedro do Sul	2606	0,05%
Sobral de Monte Agraço	674	0,01%	Sátão	2878	0,05%
<b>Torres Vedras</b>	<b>8867</b>	<b>0,17%</b>	Tondela	3484	0,06%
			Vila Nova de Paiva	1628	0,03%
			<b>Viseu</b>	<b>9288</b>	<b>0,18%</b>
			Vouzela	1593	0,03%

*Fonte: INE*

Por outro lado, verifica-se que entre 1991-2001 a taxa de variação das residências de uso sazonal foi maior na região Centro, seguindo-se de perto a Região Autónoma da Madeira e, logo a seguir, a região Norte (tabela 2.5). A uma distância razoável, seguiram-se a R. A. dos Açores, as regiões do Alentejo, do Algarve e, por último, a região de Lisboa. Quanto à taxa de variação das residências de uso sazonal, em igual período, nas NUT's III da região Norte, com maior número de “segundas residências”, verifica-se que foi maior no Ave, Alto Trás-os-Montes e Entre Douro e Vouga, enquanto na região Centro, com maior número de “segundas residências”, destacam-se o Pinhal Litoral e Dão Lafões (tabela 2.5). Verifica-se também que, entre 1991-2001 nas NUT's III com maior número de “segundas residências” as residências habituais estão a ser subvalorizadas pelo processo evolutivo das segundas residências. À exceção de 20% (as sub-regiões Grande Porto e Oeste), esta situação é evidenciada em Alto Trás-os-Montes, Minho-Lima e Dão-Lafões, que registaram a maior variação negativa de residências habituais e a maior variação positiva de residências secundárias (tabela 2.5).

Para além disso, na mesma tabela 2.5 constata-se ainda que, quer em 1991, quer em 2001 as residências habituais das NUT'S II e III foram sempre superiores às residências secundárias. Atendendo ao elevado número de residências secundárias nas sub-regiões

Grande Porto e Oeste, onde não se verificaram variações negativas de residências habituais, é pertinente sugerir que isto se deva à conversão de residências secundárias em residências habituais. Segundo Valls (2000) a sustentabilidade é a base da competitividade e projeta-se em todos os ciclos de vida do destino turístico através de vários ângulos, um dos quais a preservação do equilíbrio entre a população residente e a população turística. Do ponto de vista quantitativo, isto permitirá que o número de turistas não suponha uma invasão para a população autóctone que destrua a relação entre residentes e visitantes, sendo mais sustentável incentivar o estabelecimento de população fixa residente do que promover o espaço para o uso das férias (Valls, 2000). Deste modo, devem ser colocadas barreiras à construção de alojamentos residenciais turísticos e facilitar-se a construção de residências e todo o tipo de serviços para os residentes. Este assunto será retomado mais à frente no capítulo 4.

**Tabela 2.5 Variação da primeira e “segunda residência” por NUT’s III**

**– Regiões Norte e Centro -1991-2001**

NORTE	R. H. (f) 1991	R. H. (f) 2001	R.H. Δ (f)	R. H. Δ% (fi)	R. S. (f) 1991	R. S. (f) 2001	R.S. Δ (f)	R. S. Δ% (fi)	Δ R.H. - R.S.	Δ% R.H. - R.S.
<b>NORTE</b>	1278948	1182065	<b>-96883</b>	<b>-7,5%</b>	66930	255800	<b>188870</b>	<b>2,82%</b>	285753	10,3
<b>A Trás-os Montes</b>	119166	80758	<b>-38408</b>	<b>-32%</b>	7924	44503	<b>+36579</b>	<b>461%</b>	<b>74987</b>	<b>429</b>
Ave	149832	154126	+4294	2,9%	2864	20264	+17400	607%	13106	<b>604,1</b>
Cavado	118702	114944	-3758	3%	6152	27838	+21686	352%	25444	349
Douro	111904	76661	-35243	<b>- 31,5%</b>	10403	36193	+25790	<b>247%</b>	61033	215
E. Douro e Vouga	83521	87154	+3633	4,3%	1722	9019	+7297	423%	3664	418,7
<b>Grande Porto</b>	411094	421426	+9332	2,5%	20990	<b>51838</b>	<b>+30848</b>	146%	21516	143,5
<b>Minho-Lima</b>	113207	82068	<b>-31139</b>	<b>- 27,5%</b>	8575	39137	<b>+30562</b>	<b>356%</b>	<b>61701</b>	328,5
Tâmega	171522	164928	-6594	-3,8%	8300	27008	+18708	225%	25302	221,2
<b>CENTRO</b>	812433	827768	153351	1,88%	80008	290748	210740	<b>363%</b>	57389	361,1
Baixo Mondego	144021	119527	-24494	- 17%	12162	30512	+18350	150%	42844	133
Baixo Vouga	137375	126406	-10969	- 7%	8404	27744	+19340	230%	30309	223
Beira I. Norte	73521	43451	-30070	<b>- 40%</b>	7652	27062	<b>+19410</b>	254%	<b>49480</b>	213
Beira Interior Sul	50221	30944	-19277	<b>-38,4%</b>	8537	18685	+10148	119%	29425	80,6
Cova da Beira	51118	35036	-16082	<b>- 31,5%</b>	4346	15506	+11160	257%	27242	<b>225,5</b>
<b>Dão-Lafões</b>	126823	96487	<b>-30336</b>	<b>- 23%</b>	10544	37859	<b>+27315</b>	<b>259%</b>	<b>57651</b>	236
Pinhal I. Norte	74402	50661	-23741	<b>- 31%</b>	14549	25095	+10546	72%	34287	41
Pinhal I. Sul	27034	17186	-9848	<b>- 36%</b>	5652	10633	+4981	88%	14829	52
Pinhal Litoral	99105	87812	-11293	- 11,4%	5278	21932	+16654	<b>316%</b>	27947	<b>304,6</b>
Serra da Estrela	28813	18142	-10671	<b>- 37%</b>	2884	8372	+5488	190%	16159	153
Médio Tejo	76916	81782	+4866	6,33%	10964	25266	+14302	130%	9436	123,6
<b>Oeste</b>	118871	120334	+1463	1,23%	26139	<b>42082</b>	+15943	60,9%	14480	59,6

Fonte: INE

Diminuição de residências habituais e aumento de “segundas residências”



Por outro lado, no intuito de analisar se as áreas “rurais” são mais atrativas para a localização da segunda residência, comparativamente com as áreas urbanas, verifica-se que entre as NUT’s II e III com maior número de “segundas residências”, a região Centro possui maior percentagem de freguesias “rurais” do que a região Norte. De igual modo, as sub-regiões Alto Trás-os-Montes e Dão-Lafões possuem maior percentagem de freguesias “rurais” comparativamente com o Minho-Lima, o Oeste e, sobretudo, o Grande Porto. Relativamente aos concelhos com maior número de “segundas residências”, verifica-se que Bragança, Chaves e Castro Daire registam maior percentagem de freguesias “rurais” comparativamente com os concelhos de Caminha, Viana do Castelo, Alcobaça, Torres Vedras, Viseu e, sobretudo, Porto e Vila Nova de Gaia. Isto significa que apenas 30% dos concelhos com maior número de “segundas residências” são áreas com maior percentagem de freguesias “rurais”.

Segundo os Indicadores Urbanos do Continente (INE, 1999) e os conceitos do Instituto Nacional de Estatística (2008) as áreas predominantemente “rurais” integram as freguesias não incluídas em "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Medianamente Urbana". Assim sendo, uma área medianamente urbana integra as freguesias semiurbanas e sedes de concelho não incluídas na área predominantemente urbana. Por outro lado, uma área predominantemente urbana integra as freguesias urbanas; freguesias semiurbanas contíguas às freguesias urbanas, incluídas na área urbana, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento; freguesias semiurbanas constituindo por si só áreas predominantemente urbanas segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento e ainda, as freguesias sedes de concelho com população residente superior a 5.000 habitantes.

Assim sendo, coloca-se igualmente a hipótese de que os concelhos com maior número de “segundas residências” beneficiam de maior acessibilidade. Segundo Lundmark (2006) o conceito de área “rural” também se encontra ligado à localização periférica e marginal das áreas. Neste âmbito, verifica-se que todos os concelhos com maior número de “segundas residências” beneficiam de bons acessos, quer seja pela sua proximidade ao aeroporto e à fronteira com Espanha, quer seja pela sua proximidade às principais autoestradas do país. Do mesmo modo, segundo os indicadores urbanos do continente (INE, 1999) e os últimos

censos do INE, verifica-se que em cada concelho com maior número de “segundas residências” pelo menos uma das respetivas três freguesias com maior número de “segundas residências” é integrada em sede de concelho (50% do total das freguesias são sede de concelho). Apenas o concelho de Alcobaça regista somente a freguesia de São Martinho do Porto como já tendo sido sede de concelho até 1855.

Para além disso, todas as freguesias com maior número de “segundas residências” que não integram sede de concelho são freguesias urbanas ou semiurbanas ou, não sendo o caso, localizam-se próximo do centro da cidade. Isto significa que os concelhos e freguesias com maior número de “segundas residências” beneficiam de boas acessibilidades. Segundo informação disponibilizada pelo Serviço de Difusão do INE (2008) a classificação do Código da Divisão Administrativa do INE não classifica a “sede de concelho”. Do mesmo modo, de acordo com informação obtida junto da Direção de Serviços para a Informação Cadastral do Instituto Geográfico Português (2008) o IGP não possui um conceito para “sede de concelho”, apenas representa cartograficamente as sedes dos concelhos definidos em diploma oficial, no âmbito da hierarquia da divisão administrativa do país.

Por outro lado, a revisão de literatura sugere igualmente que a emigração e as migrações internas também foram responsáveis pela evolução da segunda residência (ver por exemplo Caldeira, 1995; Cavaco, 2003; 2006; King, citado por Hall e Williams, 2002; Sampaio, 1998). Ainda que a emigração tenha sido importante em todo o país, sabe-se que existiram regiões mais fortemente atingidas, nomeadamente o Norte, que entre 1866 e 1960 contribuiu no seu conjunto com mais de 82% dos emigrantes (J. Evangelista, 1971, citado por Brito, 1994) e onde os distritos de Aveiro, Porto e Viseu (que contribuíram com mais de 10% cada um) e os distritos de Braga, Bragança, Coimbra, Vila Real e Viana do Castelo (5% a 10%) foram os de mais elevada percentagem de emigração, bem como ainda o Centro, onde os distritos de Castelo Branco, Leiria, Lisboa e Santarém forneceram cada um entre 1% e 5% do continente geral (Brito, 1994; Pereira, citado por Cepeda, F., 1988). O Sul, constituído pelos distritos alentejanos de Beja, Évora, Portalegre, a que se juntam Setúbal e Faro, apresentou os mais baixos índices emigratórios (Brito, 1994; Pereira, citado por Cepeda, F., 1988). Embora nas décadas de 60 e 70 a tendência tivesse sido para se esbaterem estes contrastes, o Norte continuou a ser o principal emissor de pessoas para a

emigração (62%), cabendo às regiões Centro e Sul 30% e 8%, respetivamente, do total de portugueses que emigraram nesse período (Brito, 1994).

Assim sendo, procurou-se analisar quais os concelhos que registaram maiores níveis de emigração em Portugal, no sentido de identificar (ou não) uma relação direta com os concelhos com maior número de “segundas residências”. De acordo com os dados apresentados por Arroiteia, em 1985, relativamente à região Norte, todos os concelhos com maior número de “segundas residências” em Portugal são também os concelhos que foram mais fortemente marcados pela emigração de 1955-1974, à exceção do concelho de Caminha. Isto porque, nesse período e relativamente ao distrito a que pertencem, os concelhos de Viana do Castelo (14.455), Chaves (10.243) e Bragança (6.485) foram os que registaram os valores absolutos mais elevados. Não obstante e embora em segundo e terceiro lugar, também os concelhos de Vila Nova de Gaia (12.687) e Porto (9.375) registaram os valores absolutos mais elevados depois do concelho de Santo Tirso (14.684). Contrariamente, o concelho de Caminha foi o concelho que relativamente ao distrito de Viana do Castelo apresentou menor repulsão (1.037). Contudo, constata-se que apenas à exceção do concelho de Caminha, existe uma correlação em todos os concelhos da NUT III Minho-Lima com maior número de “segundas residências” e a emigração de 1955-1974 (apesar do concelho de Melgaço, com maior número de “segundas residências” do que os concelhos de Ponte da Barca e Valença, ter registado menor número de emigrantes comparativamente com estes, a diferença não foi significativa, uma vez que os concelhos de Melgaço, Ponte da Barca e Valença registaram 3620, 3730 e 3621 emigrantes entre 1955-1974).

Por outro lado, e de acordo com a mesma fonte de informação, relativamente à região Centro todos os concelhos com maior número de “segundas residências” são também os mesmos que foram mais fortemente marcados pela emigração de 1955-1974, embora o concelho de Torres Vedras tenha registado um valor substancialmente inferior comparativamente com os outros concelhos do distrito de Lisboa (2.682). Isto porque, relativamente ao distrito de Lisboa, Torres Vedras foi o oitavo concelho com maior repulsão depois dos concelhos de Lisboa (47.859), Oeiras (8.010), Loures (7.349), Sintra (4.945), Cascais (4.380), Lourinhã (4.121) e Vila Franca de Xira (3.497). Contudo, embora

o concelho de Lisboa, bem como Sintra e Cascais também sejam os concelhos com maior número de “segundas residências” no distrito de Lisboa e até mesmo de Portugal, nos concelhos de Oeiras e Loures, Lourinhã e Vila Franca de Xira o número de “segundas residências” não é tão significativo como naqueles, uma vez que, e particularmente pelo maior número de emigrantes que registam, os concelhos de Oeiras e Loures são apenas o 6º e 7º concelhos com maior número de “segundas residências” no distrito de Lisboa (7513 e 7102, respetivamente) depois dos concelhos de Lisboa (26267), Sintra (17473), Cascais (17006), Torres Vedras (8867) e Mafra (7520).

Não obstante, embora os concelhos de Lisboa, bem como Sintra e Cascais sejam concelhos com maior número de “segundas residências” em Portugal não foram contemplados na análise por não integrarem uma das NUT’S III das regiões Norte e Centro com maior número de “segundas residências” no país. Por outro lado e relativamente ao distrito de Leiria, Alcobaça foi o quarto concelho com maior repulsão (5.390) depois dos concelhos de Pombal (19.136), Leiria (19108) e Porto de Mós (5.451). Contudo e à exceção de Porto de Mós (que em 2001 registou apenas 1.569 residências secundárias), também os concelhos de Pombal e Leiria são os concelhos com maior número de “segundas residências” na NUT III Pinhal Litoral e, embora pertençam ao distrito de Leiria não integram a NUT III Oeste com maior número de “segundas residências” em Portugal, daí também não terem sido contemplados na análise. Para além disso, o concelho de Viseu (11.699), bem como o concelho de Castro Daire (3.117) (embora este último depois dos concelhos de Tondela e de Mangualde, com 4.481 e 4.108 respetivamente), foram os concelhos que relativamente ao distrito de Viseu registaram os valores absolutos mais elevados de emigração. Do mesmo modo, também é de salientar que o concelho de Tondela é o terceiro e que Mangualde é o sexto concelho, depois dos concelhos de Viseu, Castro Daire, Tondela, Sátão e São Pedro do Sul (com 9288, 3912, 3484, 2878 e 2606, respetivamente), com maior número de “segundas residências” na sub-região Dão-Lafões.

Ao retomar a análise apenas dos concelhos das NUT’S II e III com maior número de “segundas residências” em Portugal, também se constata que os concelhos de Santo Tirso (distrito do Porto), Porto de Mós (distrito do Leiria), bem como Tondela e Mangualde (distrito de Viseu) foram dos concelhos mais repulsivos entre 1955-1974 e continuaram a

sê-lo mesmo após este período, uma vez que e ao contrário dos concelhos de Vila Nova de Gaia, Porto, Alcobaça e Castro Daire (concelhos com o maior número de emigrantes relativamente ao respetivo distrito, embora menos do que aqueles, e com o maior número de “segundas residências”), não registam valores tão significativos de “segundas residências”. Neste sentido e à exceção dos concelhos de Caminha e Torres Vedras, reconhecendo que existe uma correlação entre a emigração de 1955-1974 e a localização das “segundas residências”, particularmente nas regiões Norte e Centro de Portugal, porque é que os concelhos de Vila Nova de Gaia e Porto, Alcobaça e Castro Daire foram mais atrativos para a localização da segunda residência comparativamente com Santo Tirso, Porto de Mós, Tondela e Mangualde (concelhos com maior número de emigrantes do que aqueles)? Não obstante, constata-se ainda que nos concelhos de Caminha e Torres Vedras não existe correlação entre a localização das “segundas residências” e a emigração de 1955-1974.

No seu estudo sobre a previsão do futuro do turismo de “segundas residências” na periferia do norte da Europa Jansson e Müller (2004) discutiram sobre a fraqueza das ligações às origens ao longo de gerações. Neste contexto, argumentam que embora os proprietários de “segundas residências” pretendam legar as “segundas residências” para os seus descendentes, existem sérias dúvidas sobre se estes tencionam vir a ser os futuros proprietários destas propriedades, uma vez que ao longo do tempo os contactos atuais superam os contactos do passado. Assim sendo, o que é que os proprietários destas “segundas residências” valorizaram mais na sua localização? Este será o tema da análise a desenvolver na secção seguinte.

### **2.3 Distribuição espacial das “segundas residências” em Portugal – relação com o índice de centralidade dos centros urbanos**

No capítulo 1 foi destacado um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (2004a; 2004b) que estabelece uma hierarquia de centros urbanos dependente do número e tipo de funções aí disponíveis. Deste modo, o índice de centralidade elaborado teve em conta o número de funções prestadas por um centro urbano, bem como uma ponderação

associada que visou refletir o grau de especialização da função e o número de unidades funcionais que o centro urbano detém, ou seja:

- a) funções mais centrais, mais especializadas, que ocupam posições superiores na hierarquia de funções foram consideradas mais importantes e tiveram um ponderador proporcional ao seu grau de especialização ( $E$ );
- b) centros urbanos que dispõe de mais unidades funcionais ( $UF$ ) para desempenhar uma determinada função foram valorizados;
- c) considerou-se ainda que devia ser dada mais importância ao grau de especialização da função ( $E_i$ ) do que ao número de unidades funcionais que o centro urbano detém ( $UF_{ij}$ ).

De acordo com a mesma fonte de informação, é nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e áreas envolventes que se encontra a maior densidade de centros urbanos com elevados índices de centralidade e onde as lógicas de competição/complementaridade são mais fortes. Para além disso, é nestas áreas que a rede de transportes é mais densa permitindo que estes captem sob a sua área de influência territórios mais distantes. As funções de saúde, nomeadamente o hospital geral e o hospital/clínica são responsáveis pela maioria dos fluxos registados, sobretudo nos centros com maior capacidade de polarização (ao nível do número de freguesias externas ao próprio centro que atraem). O sistema metropolitano de Lisboa polariza pontualmente centros urbanos distantes, como é o caso de Torres Vedras, que funciona como pólo de âmbito subregional e estrutura, ele próprio, um sistema urbano mais ou menos complexo. Ao nível da funcionalidade intrarregional, Torres Vedras destaca-se por ser um pólo estruturante do Oeste e pela dimensão da sua área de influência enquanto centro urbano extrametropolitano, que juntamente com as Caldas da Rainha reparte entre si o domínio sobre a região do Oeste.

A dimensão das áreas de influência de Torres Vedras advém em mais de 75% de população não residente no centro urbano. Assim, também é pertinente salientar que são sobretudo centros urbanos exteriores à AML (como é o caso de Torres Vedras, entre outros concelhos), com áreas de influência abrangentes e que apresentam uma situação mais ou

menos sustentada para servirem a população residente do centro urbano, que ficam colocados numa situação de subequipamento pela pressão populacional que a sua abrangência territorial implica (INE, 2004a; 200b). Assim, Torres Vedras é o segundo município com maior índice de centralidade na região do Oeste, depois das Caldas da Rainha, uma vez que ocupa o 69º, bem como o 24º lugar no ranking da população nas áreas de influência dos centros urbanos para as “funções muito especializadas” e o 30º lugar ao nível da população nas áreas de influência dos centros urbanos para as “funções especializadas” (INE, 2004a; 2004b).

Reconhecendo que a maior concentração de “segundas residências” em Torres Vedras não está diretamente relacionada com a emigração de 1955-1974, bem como que este centro urbano constitui, ele próprio e juntamente com as Caldas da Rainha, um pólo estruturante, bem como polarizado pelo sistema metropolitano de Lisboa é possível que, e também pela sua maior proximidade geográfica, se trate de um centro que foi mais atrativo para a localização de “segundas residências” comparativamente com alguns concelhos do distrito de Lisboa ou mesmo do distrito de Leiria e que foram mais repulsivos em 1955-1974, como seja o caso de Lourinhã. Lourinhã integra, quer o distrito de Lisboa, quer a sub-região Oeste e limita a norte o município de Torres Vedras (Wikipédia, 2008). Acresce ainda, que comparativamente com todos os concelhos envolventes de Torres Vedras, foi o concelho mais repulsivo no distrito de Lisboa (depois dos concelhos de Lisboa, Oeiras, Loures, Sintra e Cascais) e com menor número de “segundas residências” do que Torres Vedras, uma vez que relativamente ao Oeste é o quinto concelho com maior número de “segundas residências” (depois de Torres Vedras, Alcobaça, Peniche e Caldas da Rainha) e relativamente ao distrito de Lisboa é apenas o oitavo concelho com maior número de “segundas residências” (depois de Lisboa, Sintra, Cascais, Torres Vedras, Mafra, Oeiras e Loures).

Apesar do raio de ação de Torres Vedras ter-se vindo a reduzir de modo evidente pela emergência de pólos de pequena dimensão, como é o caso de Lourinhã, continua a ocupar uma posição de relevo. Assim sendo, é possível depreender que as supostas “segundas residências” dos emigrantes de Lourinhã tenham sido atraídas para Torres Vedras, concelho geograficamente mais próximo e com maior índice de centralidade (Lourinhã

ocupa o 77º lugar na hierarquia dos centros urbanos, enquanto que Torres Vedras ocupa 69º). Ao considerar ainda os concelhos envolventes de Lourinhã, também se verifica que é novamente Torres Vedras o município com maior índice de centralidade na hierarquia dos centros urbanos comparativamente a Peniche (81º), Óbidos (295º), Bombarral (152º) e Cadaval (223º). Apesar das Caldas da Rainha constituir o município com maior índice de centralidade no Oeste, Lourinhã é geograficamente mais próxima de Torres Vedras (que constitui outro pólo estruturante do Oeste) do que das Caldas da Rainha.

Embora os concelhos da sub-região Lisboa e Vale do Tejo não integrem a amostra considerada neste estudo, por não pertencerem às NUT II e III com maior número de “segundas residências” em Portugal, o facto de Torres Vedras integrar o distrito de Lisboa levou a que o mesmo tipo de análise se estende-se aos concelhos deste distrito. Assim, considerando também que entre 1955-1974 os concelhos de Lisboa, Oeiras, Loures, bem como ainda Sintra e Cascais foram concelhos que tiveram o maior número de emigrantes no distrito de Lisboa e que, à exceção dos concelhos de Oeiras e Loures, estes concelhos são ao mesmo tempo dos concelhos com maior número de “segundas residências” em Portugal (ver tabela 9), a análise que se segue surge na tentativa de conseguir encontrar uma relação entre Lisboa, Sintra e Cascais, concelhos com maior número de “segundas residências” em Portugal, e a sua maior capacidade de polarização comparativamente a Oeiras e Loures (concelhos que foram mais repulsivos do que Sintra e Cascais), ou seja, conseguir explicar a maior atratividade daqueles concelhos para a localização da segunda residência.

Segundo a mesma fonte de informação (INE, 2004a; 2004b), Lisboa destaca-se dos restantes centros urbanos da AML por características que evidenciam um papel dominante na RLVT e mesmo noutras regiões, bem como na inclusão de territórios de proximidade com elevado peso demográfico como é o caso do concelho de Loures. Sabe-se ainda, que os centros urbanos que apresentam um valor de centralidade na primeira metade da hierarquia, as situações de subequipamento correspondem a centros urbanos da AML, entre os quais se salienta Loures. Loures ocupa o 70º na hierarquia dos centros urbanos de Portugal e o 35º lugar no ranking da população nas áreas de influência dos centros urbanos



para as “funções especializadas”, enquanto que Lisboa é o município com maior índice de centralidade na hierarquia de centros urbanos em Portugal.

Por outro lado, centros urbanos como Oeiras correspondem a situações reais de sobredotação, expressas através de níveis de centralidade elevados face à região e mesmo ao país, e que parecem traduzir estratégias de afirmação que podem também ser lidas noutras componentes, como o emprego, o turismo ou as próprias características socioeconómicas da população residente. Daí, que Oeiras ocupe o 11º lugar na hierarquia dos centros urbanos (INE, 2004a; 2004b). No entanto, ao considerar a posição geográfica de Oeiras sabe-se que o município é limitado a norte pelos municípios de Sintra e Amadora, a leste por Lisboa e a oeste por Cascais (Wikipédia, 2008). Na Área Metropolitana de Lisboa - AML, destacam-se cinco centros urbanos, maioritariamente localizados na Grande Lisboa (Lisboa, Cascais, Oeiras, Sintra), registando-se apenas um centro urbano da Península de Setúbal posicionado entre os 15 primeiros do país: Almada (também na Península de Setúbal Almada é o concelho com maior número de “segundas residências” e o concelho que registou a maior repulsão entre 1955-1974 no distrito de Setúbal).

Para além de Lisboa também ter sido um dos concelhos mais marcados pela emigração de 1955-1974 (seguindo-se a uma larga distância Oeiras e Loures e ainda relativamente distanciados destes, Sintra e Cascais), é o centro urbano de Portugal que se evidencia de todos os outros com quase o dobro do valor do índice de centralidade do 2º centro urbano mais central- Vila Nova de Gaia- e ocupa ainda o 1º lugar da hierarquia de centros urbanos pela população residente na área de influência que se repartem pelas regiões de Lisboa e Vale do Tejo (INE, 2004a; 2004b). Ainda de acordo com o mesmo estudo do INE mais de 50% da população em Portugal está sob influência de apenas 17 centros urbanos, três dos quais Lisboa, Sintra e Cascais e dos 102 centros, apenas Cascais e Lisboa juntamente com Vila Nova de Gaia e Coimbra detêm a totalidade das funções muito especializadas. Neste sentido, poder-se-á sugerir que, pela sua proximidade geográfica e maior índice de centralidade, Lisboa e possivelmente Sintra e Cascais (concelhos que foram mais repulsivos em 1955-1974 e com maior número de “segundas residências” no distrito de Lisboa) tenham sido mais atrativos para a localização das “segundas residências” do que

Oeiras e Loures (concelhos que foram mais repulsivos em 1955-1974 e com um número pouco significativo de “segundas residências” no distrito de Lisboa).

Por outro lado, reconhecendo também que entre 1955-1974 os concelhos de Pombal, Leiria, Porto de Mós e Alcobaça foram concelhos que tiveram o maior número de emigrantes no distrito de Leiria e que, à exceção do concelho de Porto de Mós, estes concelhos são ao mesmo tempo concelhos com maior número de “segundas residências” em Portugal, a análise que se segue surge na tentativa de conseguir encontrar uma relação entre Pombal, Leiria e Alcobaça, concelhos com maior número de “segundas residências” em Portugal e a sua maior capacidade de polarização comparativamente com Porto de Mós (concelho que foi mais repulsivo do que Alcobaça, depois de Pombal e Leiria, e com um número pouco significativo de “segundas residências”), ou seja, conseguir explicar a sua maior atratividade para a localização da segunda residência comparativamente com este concelho. Assim sendo e de acordo com o INE (2004a; 2004b), no Oeste, apesar da posição de relevo que Torres Vedras continua a assumir, o seu raio de ação, tem-se vindo a reduzir de modo evidente, pela emergência de pólos de pequena dimensão, como por exemplo o centro urbano de Alcobaça (centro em situação de sobre equipamento, nomeadamente em cidades de pequena dimensão) que ocupa o 97º na hierarquia dos centros urbanos em Portugal, bem como o 91º lugar no ranking da população nas áreas de influência dos centros urbanos para as “funções muito especializadas” e o 62º lugar ao nível da população nas áreas de influência dos centros urbanos para as “funções especializadas” (INE, 2004a; 2004b).

Segundo a mesma fonte de informação, o centro urbano de Leiria regista uma relação de dependência com alguns centros urbanos, entre os quais Porto de Mós. A sua expressão é a mais relevante pelo número de freguesias da RLVT que consegue polarizar e pela posição estratégica que assume na integração entre o Oeste e o Médio Tejo. Para além disso, o centro urbano de Leiria destaca-se pela conjugação entre a sua localização geográfica e a sua posição relativa face aos centros que lhe estão próximos (centros da orla atlântica), ocupando assim o 26º lugar na hierarquia dos centros urbanos. Ocupa ainda o 13º lugar no ranking da população nas áreas de influência dos centros urbanos para as “funções muito especializadas” o 22º lugar ao nível da população nas áreas de influência dos centros

urbanos para as “funções especializadas”. Finalmente Pombal, centro urbano que ocupa o 54º na hierarquia dos centros urbanos de Portugal e o 62º lugar no ranking da população nas áreas de influência dos centros urbanos para as “funções muito especializadas” e ainda, o 49º lugar ao nível da população nas áreas de influência dos centros urbanos para as “funções especializadas”, enquanto que Porto de Mós ocupa apenas o 270º lugar na hierarquia dos centros urbanos e o 249º lugar ao nível da população nas áreas de influência dos centros urbanos para as “funções especializadas”. Isto significa que Porto de Mós tem um menor índice de centralidade no distrito de Leiria do que Alcobaça (concelho com menor repulsão e maior número de “segundas residências”), bem como ainda Leiria e Pombal (concelhos com a maior repulsão e o maior número de “segundas residências”).

Não obstante, ao considerar a localização geográfica de Porto de Mós constata-se ainda que o município é limitado a norte pelos municípios de Leiria e da Batalha, a leste por Alcanena, a sul por Santarém e Rio Maior e a oeste por Alcobaça (Wikipédia, 2008), daí que os concelhos geograficamente mais próximos de Porto de Mós sejam Leiria e Alcobaça. Pelo facto de Pombal evidenciar uma localização geográfica mais distante de Porto de Mós (comparativamente com Leiria e Alcobaça), uma vez que é limitado a norte pelos municípios da Figueira da Foz e de Soure, a leste por Ansião e Alvaiázere, a sueste por Ourém, a sudoeste por Leiria e a oeste possui uma faixa de litoral no Oceano Atlântico (Wikipédia, 2008), então é possível que as “segundas residências” tenham sido mais facilmente atraídas para Alcobaça ou Leiria, concelhos geograficamente mais próximos de Porto de Mós comparativamente com Pombal. Neste sentido, poder-se-á sugerir que o concelho de Alcobaça ou o concelho de Leiria foram mais polarizadores na localização das “segundas residências” dos emigrantes do que Pombal, devido à sua proximidade geográfica de Porto de Mós. Por outro lado, também é pertinente questionar se a maior localização das “segundas residências” em Alcobaça se deve à sua maior proximidade ao concelho com maior índice de centralidade, que é Leiria.

Por outro lado, considerando também que entre 1955-1974 os concelhos de Viseu, Tondela, Mangualde e Castro Daire foram concelhos que tiveram o maior número de emigrantes no distrito Viseu e que, à exceção Mangualde, estes concelhos são ao mesmo tempo dos concelhos com maior número de “segundas residências” em Portugal, a análise

que se segue surge na tentativa de conseguir explicar a maior atratividade daqueles concelhos para a localização da segunda residência. Além disso, sabendo ainda que Tondela também foi um concelho mais repulsivo do que Castro Daire, bem como regista maior índice de centralidade pretende-se ainda averiguar o porquê da maior atratividade de Castro Daire para a localização das “segundas residências”.

Neste sentido, apesar de se verificar que Mangualde foi um concelho mais repulsivo, com maior índice de centralidade na hierarquia dos centros urbanos, mas menor número de “segundas residências” comparativamente a Castro Daire, ao analisar as mesmas variáveis relativamente aos concelhos limítrofes de Mangualde (município limitado a norte pelo município de Penalva do Castelo, a leste por Fornos de Algodres, a sueste por Gouveia, a sul por Seia, a sudoeste por Nelas e a noroeste por Viseu) (ver Wikipédia, 2008), verifica-se ainda que os únicos concelhos com maior índice de centralidade e maior número de “segundas residências”, bem como ainda geograficamente mais próximos são Viseu e Seia, embora este último já pertença ao distrito da Guarda. Assim e à semelhança das análises anteriores, é muito provável que muitas das “segundas residências” de Mangualde tenham sido polarizadas para Viseu (o principal pólo deste subsistema urbano) ou mesmo Seia.

Do mesmo modo, reconhecendo ainda que Tondela foi o segundo concelho mais repulsivo (depois de Viseu), o terceiro com maior índice de centralidade na hierarquia dos centros urbanos (depois de Viseu e Lamego) e o terceiro com maior número de “segundas residências” (depois de Viseu e Castro Daire), ao analisar as mesmas variáveis relativamente aos concelhos limítrofes de Tondela (o município é limitado a norte pelo município de Vouzela e pela porção sul de Oliveira de Frades, a nordeste por Viseu, a sueste por Carregal do Sal, a sul por Santa Comba Dão, a sudoeste por Mortágua e a oeste por Águeda) (Wikipédia, 2008), verifica-se que os únicos concelhos com maior índice de centralidade e maior número de “segundas residências”, bem como geograficamente mais próximos são Viseu e Águeda, embora este último já pertençam ao distrito da Aveiro. Ao reconhecer ainda, segundo o INE (2004a:59), que Viseu “(...) regista relações de dependência com 14 centros urbanos, sendo que apenas Tondela possui área de influência para funções muito especializadas, detendo os restantes centros urbanos *hinterlands* de classe 2”, é muito provável que Tondela seja o terceiro concelho com maior número de

“segundas residências” em Dão-Lafões (depois de Viseu e Castro Daire) e o quarto no distrito de Viseu (depois de Viseu, Lamego e Castro Daire), bem como ainda registe maior número de “segundas residências” do que Mangualde (concelho com menor índice de centralidade do que Tondela).

Ao analisar as mesmas variáveis relativamente aos concelhos limítrofes de Castro Daire (limitado a norte pelos municípios de Cinfães, Resende, Lamego e Tarouca, a leste por Vila Nova de Paiva, a sul por Viseu, a sudoeste por São Pedro do Sul e a oeste por Arouca) (Wikipédia, 2008) verifica-se que à exceção de Viseu, Lamego (este concelho porque apenas regista maior índice de centralidade e de “segundas residências”) e Resende (este último apenas porque regista maior índice de centralidade do que Castro Daire), todos os outros concelhos foram menos repulsivos, têm menor índice de centralidade e menor número de “segundas residências” do que Castro Daire. Do mesmo modo, à exceção de Resende (concelho que regista maior índice de centralidade, mas foi menos repulsivo e regista menor número de “segundas residências” do que Castro Daire), também se constata que Viseu e Lamego têm o maior índice de centralidade no distrito de Viseu e talvez também por esse motivo sejam o primeiro (3575) e terceiro (este último, depois de Viseu e Castro Daire com 9288, 3912 e 3575 respetivamente) concelhos com maior número de “segundas residências” no distrito.

É de destacar que embora Lamego registe maior índice de centralidade, teve um número significativamente menor de emigrantes entre 1955-1974 do que Castro Daire. Além disso, Castro Daire está geograficamente mais próximo de Viseu, pólo principal deste subsistema urbano, do que Lamego. Assim, é muito provável que por ter sido um concelho mais repulsivo, bem como ser geograficamente mais próximo de Viseu, Castro Daire registe maior número de “segundas residências” do que Lamego. Também é de salientar que a análise aos concelhos limítrofes de Lamego, concelho com maior número de “segundas residências” e maior índice de centralidade, mas que teve menor número de emigrantes do que Castro Daire, constata-se igualmente que aqueles foram todos menos repulsivos e registam menor índice de centralidade do que Lamego.

Considerando que Lamego se situa geograficamente entre Resende e Tarouca (concelhos limítrofes de Castro Daire), bem como a sua maior capacidade de atração de “segundas residências” pelo seu maior índice de centralidade, alguns dos concelhos limítrofes de Castro Daire, particularmente Cinfães, Vila Nova de Paiva e São Pedro do Sul, são geograficamente mais próximos de Castro Daire do que de Lamego, logo também é mais provável que aquelas tenham sido mais facilmente atraídas para Castro Daire, concelho com maior índice de centralidade e geograficamente mais próximo. De destacar que ao contrário do que se concluiu nas análises anteriores, verifica-se que, à exceção de Viseu e Arouca (embora este último pertença ao distrito de Aveiro), todos os concelhos limítrofes foram menos repulsivos, entre 1955-1974, do que Castro Daire.

No entanto, ao considerar ainda os concelhos envolventes de Cinfães (concelho limítrofe de Castro Daire), também se verifica que Castro Daire é o município com maior índice de centralidade e geograficamente mais próximo do distrito de Viseu. Contudo, Cinfães também está geograficamente próximo de concelhos com maior índice de centralidade dos distritos do Porto (Marco de Canavezes) e de Aveiro (Castelo de Paiva e Arouca). Os concelhos limítrofes de Resende, Tarouca, Vila Nova de Paiva e São Pedro do Sul (concelhos limítrofes de Castro Daire) são concelhos que também estão geograficamente próximos de outros concelhos com maior índice de centralidade do que Castro Daire, ou seja, Resende e Tarouca estão geograficamente próximos de Lamego, São Pedro do Sul está geograficamente próximo de Viseu e Vila Nova de Paiva está geograficamente próxima de Viseu e Moimenta da Beira.

Reconhecendo ainda que Viseu é um dos municípios destacados do interior, que ocupa o 21º lugar na hierarquia dos centros urbanos em Portugal, bem como é limitado a norte pelo município de Castro Daire, a nordeste por Vila Nova de Paiva, a leste por Sátão e Penalva do Castelo, a sueste por Mangualde e Nelas, a sul por Carregal do Sal, a sudoeste por Tondela, a oeste por Vouzela e a noroeste por São Pedro do Sul (Wikipédia, 2008), também é muito provável que muitas das “segundas residências” de Castro Daire, Tondela e Mangualde (concelhos que tiveram maior número de emigrantes depois de Viseu) também tenham sido atraídas para Viseu (concelho que regista o maior número de “segundas residências” em Dão Lafões e em todo o distrito de Viseu). Contudo, apesar de

Tondela e Mangualde serem os concelhos do distrito de Viseu e da sub-região Dão Lafões que tiveram maior número de emigrantes (depois de Viseu) e maior índice de centralidade (depois de Viseu e Lamego) do que Castro Daire, este concelho é o único que se localiza geograficamente entre os dois concelhos com maior índice de centralidade no distrito de Viseu, nomeadamente Viseu e Lamego. Deste modo, também se torna pertinente questionar se a maior localização das “segundas residências” em Castro Daire se deve à sua maior acessibilidade ao principal pólo deste subsistema urbano, que é Viseu.

Por outro lado, considerando que entre 1955-1974 os concelhos de Santo Tirso, Vila Nova de Gaia e Porto (distrito do Porto), Viana do Castelo (distrito de Viana do Castelo), Chaves (distrito de Vila Real) e Bragança (distrito de Bragança), foram concelhos que tiveram o maior número de emigrantes e que, à exceção Santo Tirso, estes concelhos são ao mesmo tempo dos concelhos com maior número de “segundas residências” em Portugal, a análise que se segue surge na tentativa de conseguir encontrar uma relação entre Vila Nova de Gaia e Porto, e a sua maior capacidade de polarização das “segundas residências” comparativamente a Santo Tirso (concelho que foi mais repulsivo do que Vila Nova de Gaia e Porto, mas com um número significativamente menor de “segundas residências”), ou seja, conseguir explicar a maior atratividade daqueles concelhos para a localização da segunda residência.

À semelhança das análises anteriores, entre todos os concelhos limítrofes de Santo Tirso é muito provável que devido ao seu maior índice de centralidade e à sua proximidade geográfica o concelho da Maia ou, embora já pertença ao distrito de Braga, Guimarães (concelhos com maior número de “segundas residências” do que Santo Tirso) tenham sido mais atrativos na localização das supostas “segundas residências” de Santo Tirso (concelho que teve maior número de emigrantes e com um número pouco significativo de “segundas residências”). Para além disso, reconhecendo que ainda que a alguma distância de Lisboa, Vila Nova de Gaia se apresenta como o centro urbano com maior índice de centralidade na hierarquia de centros urbanos em Portugal, seguido muito de perto pelo Porto e que estes dois centros urbanos são os mais populosos da região Norte, absorvendo 15% da população, bem como ainda que Santo Tirso é um dos centros urbanos com interações

fortes de dependência em relação ao Porto (INE, 2004) também é muito provável que as “segundas residências” tenham sido atraídas para um destes centros urbanos.

Finalmente, tendo-se considerado que no concelho de Caminha não existe correlação entre a localização das “segundas residências” e a emigração de 1955-1974, também é muito provável que este concelho tenha tido maior capacidade de atração de “segundas residências” por existir um pequeno subsistema que é polarizado em Viana do Castelo e incluindo Caminha, Vila Nova de Cerveira e Esposende e por se tratar de um dos centros urbanos que sobressai como um centro sobre equipado (cujo posicionamento na hierarquia de centralidade é mais elevado que na hierarquia populacional) (INE, 2004a). Relativamente à proximidade geográfica destaca-se o concelho limítrofe de Vila Nova de Cerveira, por ter menor índice de centralidade do que Caminha, bem como maior número de emigrantes e menor número de “segundas residências”. No entanto, por um lado, também se salienta que o concelho limítrofe de Ponte de Lima tem maior índice de centralidade do que Caminha e por outro lado, que também foi o terceiro concelho que entre 1955-1974 teve maior repulsão no distrito e o quarto com maior número de “segundas residências”.

Ao analisar agora a influência das duas variáveis na localização das “segundas residências”, o número de emigrantes e o índice de centralidade na hierarquia dos centros urbanos, relativamente a todos os concelhos com maior número de “segundas residências” da amostra considerada, constata-se que relativamente à sub-região Alto Trás-os-Montes, os concelhos com maior número de “segundas residências”, nomeadamente Bragança e Chaves, são os concelhos que entre 1955-1974 foram mais repulsivos e, ainda, os que registam maior índice de centralidade (embora Bragança seja o concelho com maior índice de centralidade depois de Mirandela) (ver tabela 2.6). Ao efetuar o mesmo tipo de análise no distrito de Bragança, verifica-se ainda que comparativamente com os outros concelhos Mirandela foi um concelho menos repulsivo, mas que regista o maior índice de centralidade e maior número de “segundas residências” (depois de Bragança). Do mesmo modo, no distrito de Vila Real também são os concelhos com maior número de “segundas residências”, tais como Vila Real e Chaves, os que tiveram maior número de emigrantes e maior índice de centralidade.



Também relativamente à sub-região Grande Porto os concelhos com maior número de “segundas residências”, nomeadamente Vila Nova de Gaia e Porto, são os concelhos que entre 1955-1974 foram mais repulsivos e, ainda, os que registam maior índice de centralidade (ver tabela 2.7). O mesmo tipo de análise relativamente ao distrito do Porto permite reforçar a conclusão anterior, embora o concelho de Santo Tirso tenha sido o concelho com maior número de emigrantes (seguindo-se de perto Vila Nova de Gaia e depois Porto). Não obstante, Santo Tirso é um concelho que regista um baixo índice de centralidade e um número pouco significativo de “segundas residências”. Quanto à sub-região Minho-Lima, à exceção de Caminha, o concelho com maior número de “segundas residências”, nomeadamente Viana do Castelo, é o concelho que entre 1955-1974 foi mais repulsivo e, ainda, o que regista maior índice de centralidade (ver tabela 2.6). Neste contexto, é muito provável que o facto de existir um pequeno subsistema que é polarizado em Viana do Castelo e incluindo Caminha, Vila Nova de Cerveira e Esposende, bem como ainda o facto de se tratar de um dos centros urbanos que sobressai como um centro sobre equipado contribuam para que o concelho de Caminha tenha o maior número de “segundas residências” nesta sub-região depois de Viana do Castelo. Deste modo, também se torna pertinente questionar se a maior localização das “segundas residências” em Caminha se deve à sua maior acessibilidade ao principal pólo deste subsistema urbano, que é Viana do Castelo.

Por outro lado, na região centro, relativamente à sub-região Dão Lafões e ao distrito de Viseu, à exceção de Castro Daire, o concelho com maior número de “segundas residências”, nomeadamente Viseu, é o concelho que entre 1955-1974 foi mais repulsivo e ainda o que regista maior índice de centralidade (ver tabela 2.7). O facto de Castro Daire ser o único concelho do distrito de Viseu que se localiza geograficamente entre os dois concelhos com maior índice de centralidade no distrito, nomeadamente Viseu e Lamego, também pode contribuir para que o concelho de Castro Daire tenha o maior número de “segundas residências” nesta sub-região depois de Viseu. Finalmente, relativamente à sub-região Oeste os concelhos com maior número de “segundas residências” são os concelhos com maior índice de centralidade (à exceção de Alcobaça que foi o quinto concelho com maior índice de centralidade depois de Caldas da Rainha, Torres Vedras, Peniche e Nazaré) e, à exceção de Torres Vedras, são os concelhos com maior número de emigrantes

(ver tabela 2.7). O facto de Torres Vedras se destacar como um pólo estruturante do Oeste, que juntamente com as Caldas da Rainha repartem entre si o domínio sobre a região do Oeste, bem como o facto do centro urbano de Alcobaça constituir um pólo de pequena dimensão em emergência e ainda se localizar geograficamente próximo de Leiria, contribuem para que o concelho de Torres Vedras e de Alcobaça tenham o maior número de “segundas residências” nesta sub-região.

Segundo o estudo do INE (2004a; 2004b) apesar da geografia dos centros com maior índice de centralidade, no território continental, estar fortemente associada às Áreas Metropolitanas, ou à sua proximidade, destacam-se ainda três conjuntos de centros urbanos, pela conjugação entre a sua localização geográfica e a sua posição relativa face aos centros que lhes estão próximos, constituindo, por isso, elementos estruturantes da rede urbana nacional, tais como os centros da orla atlântica (Aveiro, Viana do Castelo e Leiria, respetivamente na 18<sup>a</sup>, 25<sup>a</sup> e 26<sup>a</sup> posição na hierarquia de centros urbanos) e os centros de interior, que englobam maioritariamente cidades capitais de distrito de média dimensão, destacando-se Vila Real (40<sup>a</sup>) e Chaves (52<sup>a</sup>), no Norte; Viseu (21<sup>a</sup>), Castelo Branco (39<sup>a</sup>), Covilhã (44<sup>a</sup>) e Guarda (51<sup>a</sup>), no Centro; e Évora (23<sup>a</sup> posição), Beja (38<sup>a</sup>), Elvas (45<sup>a</sup>) e Portalegre (47<sup>a</sup>), no Alentejo.

Em síntese, face à análise da influência das duas variáveis na localização das “segundas residências”, nomeadamente o “número de emigrantes” e o “índice de centralidade na hierarquia dos centros urbanos” é possível concluir o seguinte:

- a) À exceção de 20% (Caminha e Torres Vedras), todos os restantes concelhos com maior número de “segundas residências” (a) são os que tiveram o maior número de emigrantes entre 1955-1974;
- b) À exceção de 30% (Caminha, Castro Daire e Alcobaça), todos os concelhos com maior número de “segundas residências” (b) são os que registam o maior índice de centralidade na hierarquia dos centros urbanos em Portugal;

c) Os concelhos com maior número de “segundas residências” são os concelhos que tiveram o maior número de emigrantes entre 1955-1974 e registam o maior índice de centralidade na hierarquia dos centros urbanos em Portugal (Viana do Castelo, Porto, Vila Nova de Gaia, Bragança, Chaves e Viseu), bem como os concelhos que se localizam geograficamente próximo dos concelhos que tiveram maior número de emigrantes entre 1955-1974 e registam maior índice de centralidade na hierarquia dos centros urbanos em Portugal (Caminha, Castro Daire, Alcobaça) e dos concelhos que tiveram maior número de emigrantes e menor índice de centralidade (Torres Vedras, Alcobaça, Caminha);

d) Os concelhos com maior número de “segundas residências” são os centros urbanos polarizadores ou com maior índice de centralidade na hierarquia dos centros urbanos em Portugal, bem como os concelhos que se localizam geograficamente próximos destes.

Tabela 2.6 Número de emigrantes e índice de centralidade - 2001- Região Norte

NUT III	RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS 2001	%	Nº EMIGRANTES 1955-1974	%	ÍNDICE DE CENTRALIDADE (INE, 2004a; 2004b)
<b>Minho-Lima</b>	<b>39 137</b>	<b>29,45%</b>	52344	-	-
Arcos de Valdevez	5 440	13,89%	9187	17,55%	275°
<b>Caminha</b>	<b>5 662</b>	<b>14,46%</b>	<b>1037</b>	<b>1,98%</b>	<b>148°</b>
Melgaço	2 942	7,51%	3620	6,91%	238°
Monção	3 540	9,04%	5289	10,10%	239°
Paredes de Coura	1 636	4,18%	2852	5,44%	185°
Ponte da Barca	2 180	5,57%	3730	7,12%	230°
Ponte de Lima	4 114	10,51%	6553	12,51%	126°
Valença	1 765	4,50%	3621	6,91%	<b>109°</b>
<b>Viana do Castelo</b>	<b>10 268</b>	<b>26,23%</b>	<b>14455</b>	<b>27,61%</b>	<b>25°</b>
V. N. de Cerveira	1 590	4,06%	2000	3,82%	240°
<b>Grande Porto</b>	<b>51 838</b>	<b>9,65%</b>	111649	-	210
Espinho	2 061	3,97%	2932	2,62%	34°
Gondomar	3 895	7,51%	57443	51,44%	22°
Maia	3 089	5,95%	6363	5,69%	15°
Matosinhos	5 130	9,89%	5465	4,89%	12°
<b>Porto</b>	<b>9 760</b>	<b>18,82%</b>	<b>9375</b>	<b>8,39%</b>	<b>3°</b>
Póvoa de Varzim	9 103	17,56%	7360	6,59%	37°
Valongo	2 111	4,07%	3706	3,31%	29°
Vila do Conde	6 617	12,76%	6318	5,65%	56°
<b>Vila Nova de Gaia</b>	<b>10 072</b>	<b>19,42%</b>	12687	11,36%	<b>2°</b>
<b>A. Trás-os-Montes</b>	<b>44 503</b>	<b>58,7%</b>	58976	-	-
Alfândega da Fé	1 106	1,36%	1106	1,87%	196°
<b>Bragança</b>	<b>6 684</b>	<b>8,27%</b>	<b>6684</b>	<b>11,33%</b>	<b>66°</b>
M. de Cavaleiros	3 294	4,07%	4211	7,14%	76°
Miranda do Douro	1 592	1,97%	3284	5,56%	139°
Mirandela	3 604	4,46%	3613	6,12%	<b>61°</b>
Mogadouro	2 236	2,76%	3986	6,75%	140°
Vimioso	2 030	2,51%	3692	6,26%	248°
Vinhais	2 165	2,68%	3436	5,82%	213°
Boticas	1 872	2,31%	2950	5%	215°
<b>Chaves</b>	<b>7 346</b>	<b>9,09%</b>	<b>10243</b>	<b>17,36%</b>	<b>52°</b>
Montalegre	4 431	5,48%	5681	9,63%	155°
Murça	1 005	1,24%	1054	1,78%	164°
Valpaços	3 930	4,86%	4498	7,62%	101°
V. Pouca de Aguiar	3 208	3,97%	4538	7,69%	144°

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 2.7 Número de emigrantes e índice de centralidade em 2001- Região Centro**

NUT III	RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS 2001	%	Nº EMIGRANTES 1955-1974	%	ÍNDICE DE CENTRALIDADE (INE, 2004a; 2004b)
<b>Dão-Lafões</b>	<b>37 859</b>	<b>25,22%</b>	48601	-	-
Aguar da Beira	1 651	4,36%	1633	3,36%	254°
Carregal do Sal	1 618	4,27%	2554	5,25%	218°
<b>Castro Daire</b>	<b>3 912</b>	<b>10,33%</b>	<b>3117</b>	<b>6,41%</b>	<b>158°</b>
Mangualde	2 459	6,49%	4108	8,45%	119°
Mortágua	1 148	3,03%	2967	6,10%	147°
Nelas	1 630	4,30%	2975	6,12%	170°
Oliveira de Frades	1 243	3,28%	857	1,76%	169°
Penalva do Castelo	1 305	3,44%	2912	5,99%	261°
Santa Comba Dão	1 416	3,74%	1706	3,51%	145°
São Pedro do Sul	2 606	6,88%	2631	5,41%	173°
Sátão	2 878	7,60%	3074	6,32%	219°
Tondela	3 484	9,20%	4481	9,21%	107°
Vila Nova de Paiva	1 628	4,30%	2551	5,24%	262°
<b>Viseu</b>	<b>9 288</b>	<b>24,53%</b>	<b>11699</b>	<b>24%</b>	<b>21°</b>
Vouzela	1 593	4,20%	1336	2,7%	201°
<b>Oeste</b>	<b>42 082</b>	<b>23,22%</b>	29021	-	-
<b>Alcobaça</b>	<b>6 113</b>	<b>14,52%</b>	5390	18,5%	<b>97°</b>
Bombarral	959	2,27%	2577	8,87%	152°
Caldas da Rainha	5 010	11,90%	5077	17,49%	50°
Nazaré	3 857	9,16%	1615	5,56%	88°
Óbidos	1 612	3,83%	719	2,47%	295°
Peniche	5 745	13,65%	4004	13,7%	81°
Alenquer	2 681	6,37%	1145	3,94%	151°
Arruda dos Vinhos	700	1,66%	358	1,23%	188°
Cadaval	1 783	4,23%	1139	3,92%	223°
Lourinhã	4 081	9,69%	4121	14,2%	77°
S. Monte Agraço	674	1,60%	194	0,66%	177°
<b>Torres Vedras</b>	<b>8 867</b>	<b>21,07%</b>	<b>2682</b>	<b>9,24%</b>	<b>69°</b>

*Fonte: Elaboração Própria*

Se todos os concelhos com maior número de “segundas residências” constituem pólos principais de determinados subsistemas urbanos, bem como se localizam geograficamente próximo desses pólos (é o caso de Castro Daire e ainda de pólos de menor dimensão como Caminha e Alcobaça), então também é pertinente questionar se a maior localização das “segundas residências” nestes locais se relaciona com a população residente e com o fenómeno da “dupla residência” e da “multipropriedade”. Isto porque, muitas das residências atuais que são construídas como “segundas residências” podem ser usadas como residências permanentes. Este caso é cada vez mais comum nas periferias dos grandes centros metropolitanos (ver Lundgren, 1974; Nyström, 2003, citado por Marjavaara, 2008:8). Não obstante, também em Helsínquia a maioria das áreas de residências dos tempos livres (vivendas unifamiliares localizadas nos antigos arredores da

cidade) foram absorvidas pelo crescimento da mancha urbana e transformadas em residências permanentes (Barbosa, 2007). Foi nestas circunstâncias que em 1998 Kaltenborn sugeriu que a “segunda residência” deveria ser registada como a residência principal ou primeira residência (Kaltenborn, 1998, citado por Marjavaara, 2008:8).

Segundo Caldeira (1995) nos últimos anos a localização das residências secundárias tem aumentado nas principais cidades, o que decorre essencialmente de três situações: ou são residências pertencentes a um estrato social muito elevado (que possui uma residência unifamiliar na periferia e um apartamento na cidade que utiliza ocasionalmente, sendo que nestes casos a frequência de utilização diferente porque não corresponde ao tempo de descanso); ou são casas de emigrantes que consideram a aquisição de uma habitação num núcleo urbano importante um investimento seguro e rentável, ou ainda são casas que funcionaram como residências principais até que os seus proprietários se reformaram e saíram da cidade (verificando-se frequentemente uma fixação das pessoas naquela que até então era a residência secundária, ocorrendo a completa inversão da situação original). Assim, a análise à população residente em Portugal permitiu constatar que em 2001 as regiões Norte e Centro (esta última depois da região de Lisboa) e as sub-regiões predominantemente urbanas, Grande Porto e Oeste, com maior número de “segundas residências”, registam os valores mais elevados de população residente (tabela 2.8).

Do mesmo modo, à exceção de Caminha e de Castro Daire, todos os concelhos com maior número de “segundas residências” registaram em 2001 os valores mais elevados de população residente (tabelas 2.9-2.10). Isto porque, em 2001 Caminha regista maior número de população residente na sub-região Minho-Lima, depois dos concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Monção, bem como Castro Daire regista maior número de população residente na sub-região Dão-Lafões depois dos concelhos de Viseu, Tondela, Mangualde e São Pedro do Sul. Assim sendo, constata-se que todas as NUT'S III e concelhos com maior número de “segundas residências”, predominantemente “rurais”, registam valores menos elevados de população residente (tabela 2.8). No entanto, apesar de Bragança e Chaves constituírem os concelhos com maior número de população residente na sub-região de Alto Trás-os-Montes, registam valores significativamente

inferiores em relação aos restantes concelhos com maior número de “segundas residências” em Portugal.

Por outro lado, de 1991 para 2001 a população residente aumentou em todos os concelhos com maior número de “segundas residências”, à exceção na região Norte, do concelho do Porto (-13%) e, na região Centro, do concelho de Castre Daire (-6,4%) (tabelas 2.9-2.10). Contudo, depois de Vila Nova de Gaia o concelho do Porto registou o maior número de população residente em 2001 na sub-região Grande Porto. Também é de destacar que apesar da população residente na sub-região Alto Trás-os-Montes ter diminuído no mesmo período (-5,6%), nos concelhos com maior número de “segundas residências” desta sub-região, nomeadamente Bragança e Chaves, a população residente aumentou. Isto significa que à exceção 30%, nomeadamente Bragança, Chaves (áreas predominantemente “rurais”) e Caminha (área medianamente urbana) os concelhos predominantemente e medianamente urbanos e com maior número de “segundas residências” em Portugal são mais atrativos para residir comparativamente com os concelhos predominantemente “rurais” e com maior número de “segundas residências”.

Assim sendo, verifica-se que à exceção de 20% (nomeadamente Caminha e Castro Daire) todos os concelhos com maior número de “segundas residências” e maior índice de centralidade, também são os mais atrativos para residir. Além disso, de acordo com as considerações anteriores constata-se ainda que os concelhos de Caminha e Castro Daire, concelhos com maior número de “segundas residências” e menor número de população residente, são exatamente os mesmos que também registaram menor índice de centralidade. De acordo com um estudo do INE (2004a:25) existe uma forte associação entre a hierarquia de centros urbanos baseada na população residente e a hierarquia de centros urbanos baseada no índice de centralidade. Estas situações são mais expressivas para centros urbanos de dimensão populacional inferior ao valor mediano, e permitem discriminar centros urbanos numa situação de subequipamento e de sobre equipamento. Por exemplo, aos últimos centros da hierarquia de população (com cerca de 1 000 ou menos habitantes) correspondem as últimas posições na hierarquia do índice de centralidade e escassos serviços disponibilizados (15 ou menos). Face a estas

considerações, será que a “segunda residência” tem vindo a desempenhar o papel da “primeira residência”?

**Tabela 2.8 Evolução da população residente - NUT's II e III- 1991/ 2001**

LOCAL DE RESIDÊNCIA	POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA		
	$\Delta$	2001	1991
	%	N.º	N.º
<b>PORTUGAL</b>	4,72%	10 356 117	9 867 147
<b>CONTINENTE</b>	5,18%	9 869 343	9 375 926
<b>NORTE</b>	<b>6,17%</b>	<b>3 687 293</b>	3 472 715
<b>Minho-Lima</b>	<b>0,08%</b>	250 275	250 059
Cavado	10,12%	393 063	353 267
Ave	8,6%	509 968	466 074
<b>Grande Porto</b>	<b>7,95%</b>	<b>1 260 680</b>	1 167 800
Tâmega	7,6%	551 309	509 209
Entre Douro e Vouga	8,82%	276 812	252 370
Douro	-7,59%	221 853	238 695
<b>Alto Trás-os-Montes</b>	<b>- 5,06%</b>	<b>223 333</b>	235 241
<b>CENTRO</b>	<b>3,96%</b>	<b>2 348 397</b>	2 258 768
Baixo Vouga	9,15%	385 724	350 424
Baixo Mondego	3,36%	340 309	328 858
Pinhal Litoral	10,6%	250 990	224 334
Pinhal Interior Norte	-0,63%	138 535	139 413
<b>Dão-Lafões</b>	<b>1,36%</b>	<b>286 313</b>	282 462
Pinhal Interior Sul	-13,3%	44 803	50 801
Serra da Estrela	-8,31%	49 895	54 042
Beira Interior Norte	-53,1%	115 325	118 513
Beira Interior Sul	-3,7%	78 123	81 015
Cova da Beira	0,51%	93 579	93 097
<b>Oeste</b>	<b>7,73%</b>	<b>338 711</b>	314 390
<b>MÉDIO TEJO</b>	<b>2,10%</b>	<b>226 090</b>	221 419
<b>LISBOA</b>	<b>5,59%</b>	<b>2 661 850</b>	2 520 708
<b>ALENTEJO</b>	<b>- 0,73%</b>	<b>776 585</b>	782 331
<b>ALGARVE</b>	<b>15,7%</b>	<b>395 218</b>	341 404
<b>AÇORES</b>	<b>1,66%</b>	<b>241 763</b>	237 795
<b>MADEIRA</b>	<b>- 3,32%</b>	<b>245 011</b>	253 426

Fonte: INE



## 2.9 Evolução da população residente por local de residência- concelhos- Região Norte- 1991/ 2001 (Nº)

LOCAL DE RESIDÊNCIA	POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA		
	Δ %	2001 (Nº)	1991 (Nº)
<b>Norte</b>	6,1%	3 687 293	3 472 715
<b>Minho-Lima</b>	0,08%	250 275	250 059
Arcos de Valdevez	-8,94%	24 761	26 976
<b>Caminha</b>	5,3%	17 069	16 207
Melgaço	-10,2%	9 996	11 018
Monção	-9,23%	19 956	21 799
Paredes de Coura	-9,1%	9 571	10 442
Ponte da Barca	-1,8%	12 909	13 142
Ponte de Lima	2,07%	44 343	43 421
Valença	-4,42%	14 187	14 815
<b>Viana do Castelo</b>	6,6%	<b>88 631</b>	83 095
Vila Nova de Cerveira	-3,29%	8 852	9 144
<b>Grande Porto</b>	7,9%	<b>1 260 680</b>	1 167 800
Espinho	-3,72%	33 701	34 956
Gondomar	12,74%	164 096	143 178
Maia	22,44%	120 111	93 151
Matosinhos	9,18%	167 026	151 682
<b>Porto</b>	<b>-13%</b>	<b>263 131</b>	302 472
Póvoa de Varzim	13,67%	63 470	54 788
Valongo	13,75%	86 005	74 172
Vila do Conde	12,84%	74 391	64 836
<b>Vila Nova de Gaia</b>	16,1%	<b>288 749</b>	248 565
<b>Alto Trás-os-Montes</b>	<b>-5%</b>	223 333	235 241
Alfândega da Fé	-12,92%	5 963	6 734
<b>Bragança</b>	5,1%	<b>34 750</b>	33 055
Macedo de Cavaleiros	-7,8%	17 449	18 930
Miranda do Douro	-7,46%	8 048	8 697
Mirandela	2,4%	25 819	25 209
Mogadouro	7,8%	11 235	12 188
Vimioso	-15,9%	5 315	6 323
Vinhais	-16,3%	10 646	12 727
Boticas	-19,1%	6 417	7 936
<b>Chaves</b>	6,6%	<b>43 667</b>	40 940
Montalegre	-17,4%	12 762	15 464
Murça	-8,3%	6 752	7 371
Valpaços	-13,6%	19 512	22 586
Vila Pouca de Aguiar	-12,1%	14 998	17 081

População residente (N.º) por Local de residência - Decenal; INE, Recenseamento da População e Habitação

Fonte: INE

**Tabela 2.10 Evolução da população residente – Região Centro- 1991/ 2001 (Nº)**

LOCAL DE RESIDÊNCIA	POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA		
	Δ %	2001 (Nº)	1991 (Nº)
<b>Centro</b>	3,81%	2 348 397	2 258 768
<b>Dão-Lafões</b>	1,36%	286 313	282 462
Aguiar da Beira	-7,65%	6 247	6 725
Carregal do Sal	-5,58%	10 411	10 992
<b>Castro Daire</b>	<b>-6,4%</b>	16 990	18 156
Mangualde	-3,89%	20 990	21 808
Mortágua	-2,72%	10 379	10 662
Nelas	-2,34%	14 283	14 618
Oliveira de Frades	-0,75%	10 505	10 584
Penalva do Castelo	1,62%	9 019	9 166
Santa Comba Dão	2,11%	12 473	12 209
São Pedro do Sul	-4,72%	19 083	19 985
Sátão	-1,51%	13 144	13 342
Tondela	-2,87%	31 152	32 049
Vila Nova de Paiva	0,86%	6 141	6 088
<b>Viseu</b>	11,8%	<b>93 501</b>	83 601
Vouzela	-4,7%	11 916	12 477
<b>Oeste</b>	7,73%	338 711	314 390
<b>Alcobaça</b>	4,33%	<b>55 376</b>	53 073
Bombarral	4,48%	13 324	12 727
Caldas da Rainha	11,54%	48 846	43 205
Nazaré	-1,67%	15 060	15 313
Óbidos	-2,8%	10 875	11 188
Peniche	5,25%	27 315	25 880
Alenquer	12,97%	39 180	34 098
Arruda dos Vinhos	9,52%	10 350	9 364
Cadaval	3,06%	13 943	13 516
Lourinhã	7,17%	23 265	21 596
Sobral de Monte Agraço	18,84%	8 927	7 245
<b>Torres Vedras</b>	7,53%	<b>72 250</b>	67 185

População residente (N.º) por Local de residência - Decenal; INE, Recenseamento da População e Habitação

Fonte: INE

Segundo Müller (2006) é muito provável que um número considerável de pessoas possua mais de um local que chama de “casa”. Contudo, segundo este investigador, é impossível estimar quando os proprietários de “segundas residências” percebem as suas casas como primeira ou segunda residência sem os inquirir. Neste âmbito, o trabalho empírico desenvolvido nesta investigação permitiu constatar que, na perspetiva dos emigrantes portugueses, proprietários de residência construída de raiz no seu local de origem, consideram essa residência como a sua verdadeira casa (ver capítulo 6). Considerando ainda a delimitação dos conceitos de turismo e de migração, também é importante perceber porque escolhem registar-se numa comunidade em vez de outra (Müller, 2006). No

entanto, face ao exposto, considera-se que o termo “segunda residência” se encontra desajustado, sendo os termos “residência alternativa” ou “múltipla residência” os mais próximos da realidade.

#### **2.4 Distribuição espacial das “segundas residências” em Portugal- relação com as migrações (internas e internacionais) ocorridas entre 1960-74**

No estudo sobre o impacto da residência secundária na dinâmica e organização do território no concelho de Esposende, Sampaio (1998:36-39; 43) argumenta que a maior parte dos alojamentos nos censos de 1981 e de 1991 não devem ser considerados residências secundárias, uma vez que a distribuição geográfica dos “alojamentos familiares clássicos com ocupante ausente” e dos “alojamentos familiares clássicos de uso sazonal” é distinta. Isto porque, os alojamentos com “ocupante ausente” têm expressão em todas as freguesias, sendo maior nas áreas “rurais”, se for considerada a sua importância relativa, enquanto os alojamentos de “uso sazonal” concentram-se fundamentalmente em quatro freguesias, onde se encontram praias acessíveis e os principais centros urbanos do concelho (Sampaio, 1998:36-39; 43). Neste âmbito, em 2006 Cavaco refere que a repartição espacial das “residências com ocupante ausente”, distinguidas nos últimos recenseamentos decenais do século XX, decalca as regiões mais afetadas pelo êxodo “rural” no território nacional e para o estrangeiro.

Na perspetiva de Sampaio (1998) outra das distinções entre os alojamentos com “ocupante ausente” e a residência secundária é o critério de escolha do sítio, uma vez que esta última regista uma forte correlação entre a sua localização e áreas turísticas, ou com recursos e potencialidades turísticas, enquanto as “residências principais” de emigrantes não acusam, na generalidade, esta preocupação. De acordo com os conceitos dos censos do INE de 1981 o alojamento familiar ocupado com ocupante ausente é aquele cujo(s) morador(es) se tenha(m) ausentado do país (emigrante, p.exe.) ou se tenha(m) deslocado temporariamente para outro local do país (ausência por motivos profissionais, p. ex.) desde que à data do Recenseamento tenha decorrido um ano de ausência. Neste sentido, considera-se que os alojamentos com ocupante ausente são parte integrante do alojamento ocupado com uso

sazonal ou secundário, uma vez que o conceito também considera a forma de utilização sazonal (ver capítulo 1), tal como nos censos de 1970 e de 2001.

Não obstante, sempre que pertinente será feita referência aos “alojamentos com ocupante ausente” de forma isolada. Deste modo, através da análise da evolução das “segundas residências” (incluindo os alojamentos com ocupante ausente em 1981 e 1991) desde 1970 (primeiros censos da população e da habitação do INE) até 2001 constata-se que, apenas à exceção do concelho da Nazaré, em todos os concelhos com maior número de “segundas residências” (incluindo também as residências com ocupante ausente) as maiores taxas de variação positiva do número de “segundas residências” ocorreram entre 1970-1981, aumentado o dobro ou mais do dobro em todos estes concelhos (tabelas 2.11-2.12).

Tabela 2.11 Evolução das “segundas residências” - Região Norte-

LOCAL.	R. S. (f) 1970 a)	R.S. + OC. AUS. 1981	R. S. Δ (f)	R.S. Δ% (f)	R.S. + OC. AUS. 1981	R.S. + OC. AUS. 1991	R. S. Δ (f)	R.S. Δ% (f)	R.S. + OC. AUS. 1991	R. S. (f) 2001	R. S. Δ (f)	R.S. Δ% (f)
<b>Minho-Lima</b>												
A. Vald.	255	2053	1798	705%	2053	4128	2075	101%	4128	5440	1312	32%
Caminha	100	1547	1447	1447%	1547	3086	1539	100%	3086	5662	2576	84%
Melgaço	85	1226	1141	1342%	1226	1972	746	61%	1972	2942	970	49%
Monção	145	1583	1438	992%	1583	2572	989	62%	2572	3540	968	27%
P. Coura	5	871	866	17320%	871	1026	155	18%	1026	1636	610	60%
P. Barca	160	1012	852	533%	1012	1497	485	48%	1497	2180	683	46%
P. Lima	120	1657	1537	1281%	1657	2846	1189	72%	2846	4114	1268	45%
Valença	10	802	792	7920%	802	1033	231	29%	1033	1765	732	71%
V. Cast.	380	3352	2972	782%	3352	6853	3501	104%	6853	10268	3415	50%
V. Cerv.	75	744	669	892%	744	1016	272	37%	1016	1590	574	57%
<b>Grande Porto</b>												
Esp.	35	458	423	1209%	458	1611	1153	252%	1611	2061	450	28%
Gon.	90	1260	1170	1300%	1260	2089	829	66%	2089	3895	1806	87%
Maia	115	832	717	624%	832	1625	793	95%	1625	3089	1464	90%
Mat.	90	988	898	998%	988	3216	2228	226%	3216	5130	1914	60%
Porto	2700	19825	17125	634%	19825	5427	-14398	-73%	5427	9760	4333	80%
P. V	195	1029	834	428%	1029	7041	6012	584%	7041	9103	2062	29%
Val.	55	918	863	1569%	918	1339	421	46%	1339	2111	772	58%
V.C.	355	1155	800	225%	1155	4005	2850	247%	4005	6617	2612	65%
V.NG	335	3053	2718	811%	3053	5438	2385	78%	5438	10072	4634	85%
<b>Trás-os-Montes</b>												
A. Fé	30	462	432	1440%	462	622	160	26%	622	1106	484	44%
Bragança	535	8783	8248	1542%	8783	3844	-4939	-56%	3844	6684	2840	74%
M. Caval.	90	1103	1013	1126%	1103	2342	1239	112%	2342	3294	952	41%
M. Douro	10	771	761	7610%	771	1214	443	58%	1214	1592	378	31%
Mirandela	60	1135	1075	1792%	1135	2109	974	86%	2109	3604	1495	71%
Mogado.	10	806	796	7960%	806	1142	336	42%	1142	2236	1094	96%
Vimioso	175	997	822	470%	997	1504	507	51%	1504	2030	526	35%
Vinhais	35	853	818	2337%	853	1149	296	35%	1149	2165	1016	88%
Boticas	-	1091	-	-	1091	1445	354	32%	1445	1872	427	23%
Chaves	65	3083	3018	4643%	3083	5552	2469	80%	5552	7346	1794	32%
Montalegre	45	1441	1396	3102%	1441	2867	1426	99%	2867	4431	1564	55%
Murça	10	465	455	4550%	465	585	120	26%	585	1005	420	72%
Valpaços	190	1820	1630	858%	1820	3168	1348	74%	3168	3930	762	24%
V. Aguiar	25	1480	1455	5820%	1480	2351	871	59%	2351	3208	857	27%

a) O valor de partida data do I Recenseamento da Habitação- 1970-contudo este foi baseado numa amostra de apenas 20% da população.

Fonte: INE

Tabela 2.12 Evolução das “segundas residências” - Região Centro

LOCAL.	R. S. (f) 1970a)	R.S. + OC. AUS. 1981	R. S. $\Delta$ (f)	R.S. $\Delta\%$ (f)	R.S. + OC. AUS. 1981	R.S. + OC. AUS. 1991	R. S. $\Delta$ (f)	R.S. $\Delta\%$ (f)	R.S. + OC. AUS. 1991	R. S. (f) 2001	R. S. $\Delta$ (f)	R.S. $\Delta\%$ (f)
<b>Dão-Lafões</b>												
A.Beira	310	1047	737	238%	1047	1398	351	34%	1398	1651	253	18%
C. Sal	205	995	790	385%	995	1237	242	24%	1237	1618	381	31%
<b>C. Daire</b>	<b>25</b>	<b>2092</b>	<b>2067</b>	<b>8268%</b>	<b>2092</b>	2128	36	2%	2128	<b>3912</b>	<b>1784</b>	<b>84%</b>
Mangualde	100	1329	1229	1229%	1329	1799	470	35%	1799	2459	660	37%
Mortágua	35	648	613	1751%	648	869	221	25%	869	1148	279	32%
Nelas	50	743	693	1386%	743	1217	474	64%	1217	1630	413	34%
O. Frades	105	462	357	340%	462	752	290	63%	752	1243	491	<b>65%</b>
P. Castelo	55	888	833	1515%	888	1272	384	43%	1272	1305	33	3%
Sta. C. Dão	115	599	484	421%	599	990	391	65%	990	1416	426	43%
S. P. Sul	65	1274	1209	1860%	1274	1900	626	49%	1900	2606	706	37%
Sátão	25	963	938	<b>3752%</b>	963	2088	<b>1125</b>	<b>117%</b>	2088	2878	790	38%
<b>Tondela</b>	<b>405</b>	1746	1341	331%	1746	<b>2871</b>	<b>1125</b>	64%	<b>2871</b>	3484	613	21%
V. N. Paiva	55	843	528	1433%	843	1268	425	50%	1268	1628	360	28%
<b>Viseu</b>	<b>315</b>	<b>3538</b>	<b>3223</b>	1023%	<b>3538</b>	<b>6054</b>	<b>2516</b>	<b>71%</b>	<b>6054</b>	<b>9288</b>	<b>3234</b>	53%
Vouzela	265	973	708	267%	973	987	14	1%	987	1593	606	61%
<b>Oeste</b>												
<b>Alcobaça</b>	365	<b>2824</b>	<b>2459</b>	<b>674%</b>	<b>2824</b>	3672	848	30%	3672	<b>6113</b>	2441	67%
Bombarral	640	753	113	18%	753	1548	795	106%	1548	959	-589	-38%
C. Rainha	470	2104	1634	348%	2104	3249	1145	54%	3249	5010	1761	54%
<b>Nazaré</b>	<b>1380</b>	1501	121	9%	1501	2643	1142	76%	2643	3857	1214	46%
Óbidos	55	749	694	<b>1262%</b>	749	1218	1144	<b>153%</b>	1218	1612	394	32%
<b>Peniche</b>	510	2263	1753	344%	2263	<b>4003</b>	<b>1740</b>	77%	<b>4003</b>	5745	1742	44%
Alenquer	480	1560	1080	225%	1560	2200	640	41%	2200	2681	481	22%
A. Vinhos	45	331	286	636%	331	1044	713	<b>215%</b>	1044	700	-344	-33%
Cadaval	190	1131	941	495%	1131	1548	417	37%	1548	1783	235	15%
Lourinhã	300	1528	1228	409%	1528	2435	907	59%	2435	4081	1646	68%
S. Agraço	115	344	229	199%	344	474	130	38%	474	674	200	42%
<b>T. Vedras</b>	<b>1285</b>	<b>4734</b>	<b>3449</b>	268%	<b>4734</b>	<b>6520</b>	<b>1786</b>	27%	<b>6520</b>	<b>8867</b>	2347	36%

a) O valor de partida data do I Recenseamento da Habitação- 1970-contudo este foi baseado numa amostra de apenas 20% da população.

Fonte: INE

Neste contexto, questionou-se se as emigrações não terão também influenciado o crescimento de “segundas residências” em igual período em Portugal. Segundo a informação disponibilizada por Ferrão (1996) este período coincide com o período em que houve uma grande vaga de migrações internas (1960-1973) e internacionais (1960-1974)

em Portugal. Ainda que fazendo fé nos dados da emigração oficial, Arroiteia (1983) refere a maior importância assumida pela emigração no continente que representou mais de 80% do total de saídas legais contabilizadas entre 1955 e 1975. Refere ainda, que neste período as áreas de maior emigração distribuíram-se irregularmente pelo país, com maior incidência no litoral e a norte do rio Tejo, nomeadamente nas regiões do Norte e Centro do país, de tradição emigratória resultante do tipo de estrutura agrária e organização social. É com base neste argumento que a análise da evolução das “segundas residências” se baseia nos concelhos, das NUT's III, das regiões Norte e Centro com maior número de “segundas residências” e também de emigrantes.

Por outro lado, em 1999 Baganha e Góis referem que a emigração portuguesa apresenta três ciclos bem distintos, tendo o primeiro se estendido ao longo do século XIX, prolongando-se depois até aos anos 60 e dirigindo-se para as Américas, sobretudo para o Brasil; o segundo inicia-se nos anos 50 e entra em retração em 1974 dirigindo-se predominantemente para países europeus, particularmente a França (só entre 1965-74 registaram-se 63% de saídas) e a Alemanha (tendo-se registado 14% de saídas); o terceiro e último ciclo iniciou-se por volta de 1985 e encontra-se ainda em curso, retomando-se como destino preferencial a Europa, particularmente países como a Suíça e a Alemanha. Os mesmos investigadores referem ainda que após a II Guerra Mundial o pico mais alto da emigração portuguesa ocorreu entre 1965-1974 tendo, posteriormente, entrado em retração. Neste contexto, uma vez que se identifica que o grande *boom* de “segundas residências” ocorre entre 1970-81, a análise que se segue também se limita apenas a este espaço temporal com o intuito de analisar se as “segundas residências” se correlacionam com o segundo surto emigratório que ocorreu em Portugal, entre 1955-74.

Contudo, salientam-se as limitações da análise. Por um lado, não há qualquer registo oficial sobre os movimentos internos (não era necessário passaporte) entre distritos (divisão administrativa vigente em 1981) e concelhos, à exceção de apenas dois momentos, relativamente a 1973 e a 1979 (no Recenseamento Geral da População e da Habitação de 1981), o que conduz à perda do detalhe da informação em termos de anos. Existe ainda o número de pessoas não naturais por concelho/distrito, mas isso não indica as entradas nesse período porque podem ter entrado antes e, além disso, também não refere qualquer

informação sobre as saídas desse concelho/distrito para os outros concelhos. Existe uma outra razão para que não sejam necessariamente corretas quaisquer estimativas dos montantes da migração interna, uma vez que estando situados num país onde existe completa liberdade de movimentação no interior do território e uma total ausência de controlo sobre o exato local de residência de cada cidadão, torna-se possível a posse de habitações alternativas em zonas geográficas distintas ou distantes, apenas dependendo de declaração expressa do próprio a definição de qual delas constitui seu lugar de residência (Rocha-Trindade, 1986a).

Relativamente às emigrações externas a análise exclui ainda as emigrações para as colónias portuguesas, que decorreram desde os inícios dos anos 50 até 1974/75 (ver Ferreira, 1976), uma vez que até 1974/75 as emigrações para as ex colónias eram consideradas movimentos internos. Relativamente a esta questão, Ferreira (1976:107) refere que “as colónias são consideradas oficialmente a partir de 1951 como parte integrante de Portugal; assim, a emigração para as colónias é encarada como migração interna e, em consequência disso, faltam dados precisos e detalhados como os que existem em certa medida no que respeita à emigração para o estrangeiro. Para além disso, as estatísticas do INE referem-se à emigração total, isto é, a todos os emigrantes que emigram como permanentes, e a emigração temporária só é mencionada no Boletim Anual da Junta de Emigração (Ferreira, 1976). Embora em 1985 Arroteia faça publicar dados oficiais sobre a emigração portuguesa para o estrangeiro entre 1955-74, com base nas estatísticas oficiais do Boletim Anual da ex Junta da Emigração, o primeiro Recenseamento da População e da Habitação data de 1970, não se conhecendo por isso qual foi a anterior evolução das “segundas residências”, o que leva a que a análise se baseie apenas no período de 1970-81 com o recurso das estatísticas demográficas do INE e dos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação.

Por outro lado, no intuito de salvaguardar a imensidão de formas e conteúdos que as áreas “rurais” assumem destacámos nesta tese que o índice de centralidade dos centros urbanos, medido pelo estudo - “Sistema urbano: áreas de influência e marginalidade funcional”- do Instituto Nacional de Estatística (2004a, 2004b; 2004c; 2004d; 2004e; 2004f; 2004g), permite-nos identificar os concelhos com menor capacidade de polarização em Portugal



pelo número de funções prestadas por um centro urbano, bem como pela ponderação associada que visa refletir o grau de especialização da função e o número de unidades funcionais que o centro urbano detém (ver secção 2.2). No entanto, não existem indicadores para a R. A. Açores. Segundo o INE (2004) este estudo tem como principal objetivo a caracterização do(s) sistema(s) urbano(s) do território continental e da Região Autónoma da Madeira, através da análise da hierarquia dos centros urbanos e das interações que entre eles se estabelecem com vista à aquisição de bens e serviços. Adicionalmente, procura caracterizar os níveis de marginalidade funcional dos territórios para um conjunto de bens e serviços de diversas áreas (INE, 2004).

Neste sentido, de acordo com a análise dos dados oficiais constata-se que todos os distritos (divisão administrativa vigente em 1981) e R. A. Madeira e R. A. Açores, com maior número de “segundas residências”, registam o maior número de emigrantes entre 1970-81, bem como que apenas à exceção dos distritos de Castelo Branco e de Viseu todos os outros distritos com maior número de “segundas residências”, em igual período, não são os que registam menor índice de centralidade (tabela 2.13). Relativamente às residências com ocupante ausente constata-se que todos os distritos com maior número de residências com ocupante ausente em 1981 registam o maior número de emigrantes para o estrangeiro entre 1970-81. Contudo, embora reconhecendo que o emigrante típico da década de 1965-1974, tal como o emigrante do ciclo transatlântico, era oriundo de regiões essencialmente “rurais”, apesar de ao longo do ciclo intraeuropeu se deteta-se um número crescente de partidas de regiões de maior concentração urbana e industrial (Amaro, 1985; Arroiteia, 1985; Baganha e Góis; 1999; Ferreira, 1976), constata-se novamente que apenas à exceção dos distritos de Vila real, Viana do Castelo, Castelo Branco e Guarda todos os outros distritos e R. A. Madeira e R. A. Açores, com maior número de residências com ocupante ausente em 1981, não são os que registam menor índice de centralidade (tabela 2.13).

**Tabela 2.13 Relação entre as residências com ocupação sazonal e ocupante ausente e as migrações de 1955-74 -1981 (Distritos) -**

LOCAL. DIST. 1981	SEG. RES. 1981 (Nº)	SEG. RES. 1981 (%)	RES. C/OC. AUS. 1981 (Nº)	Nº EMIG. DADOS OFIC. 70-81	RES. C/OC. AUS. 1981 (%)	SALDO MIG. 70-81	Í. C. INE, 2004 (a-g)	POP. RES. 1970	POP. RES. 1981	POP. RES. 2001
AVEIRO	5207	2,8%	11865	32629	6,4%	9833	105,26	546974	622988	658432
BEJA	5066	6,3%	6393	8207	7,9%	-20251	50,41	205179	188420	161211
BRAGA	5108	2,7%	15220	26048	7,9%	90366	95,09	612748	708924	831366
BRAGANÇA	2783	3,9%	8399	7407	11,9%	-8746	49,05	181239	184252	148883
C. BRANCO	9910	8,9%	12847	10440	11,6%	-40492	45,39	255753	234230	208063
COIMBRA	13021	7,8%	9527	12745	5,7%	3073	78,07	402991	436324	333588
ÉVORA	3499	4,7%	3972	2303	5,3%	-7716	57,16	179744	180277	173654
FARO	18166	12,8%	8510	10285	6%	44906	70,55	268957	323534	395218
GUARDA	6003	6,2%	15693	9754	16,2%	-8320	48,57	212287	205631	179961
LEIRIA	10715	6,6%	15794	28546	9,8%	14939	75,57	378968	420229	579273
LISBOA	31816	4,4%	34150	54241	4,7%	284436	148,73	1581062	2069467	2136013
PORTAL.	6101	9%	4110	4408	6,1%	-4686	51,55	146668	142905	127018
PORTO	8760	1,9%	17125	32979	3,9%	23608	164,04	1318774	1562287	1159878
SANTARÉM	11301	6,3%	11264	11516	6,3%	7766	98,94	430386	454123	279175
SETÚBAL	21025	8,3%	14368	13933	5,7%	149980	90,88	471491	658326	852570
V. CAST.	4211	4,7%	10636	12932	11,8%	-194787	40,54	251640	256814	250275
VILA REAL	3957	4,2%	12363	17004	13%	-27399	58,22	266382	264381	223729
VISEU	11880	7,7%	13821	22474	8,9%	-25525	91,09	412067	423648	394925
R. A. A.	4067	5,3%	7308	74462	9,6%	-80942	(-)	286989	243410	241763
R. A. M.	1525	2,2%	6019	25496	8,8%	-34203	44,28	252953	252844	245011

Fonte: INE

Ao colocar-se a hipótese de que os valores elevados de emigração nos distritos (e respetivos concelhos) com maior índice de centralidade se relacionam com as saídas que ocorreram nas periferias de alguns centros urbanos (ver Arroiteia, 1985), a correlação que se verifica, através dos dados oficiais, entre os distritos (e concelhos) com maior número de residências com ocupante ausente e os distritos (e concelhos) com maior número de emigrantes, também sugere que é nas freguesias com maior número de residências com ocupante ausente que se regista o maior número de emigrantes. Contudo, embora os dados oficiais relativos ao número de emigrantes por freguesias de Portugal, para o período em análise, não estejam disponíveis, verifica-se que as freguesias com maior número de residências com ocupante ausente são, na generalidade, áreas medianamente ou predominantemente urbanas. Neste contexto, como se explica que entre 1970-81 o maior número de emigrantes e de residências com ocupante ausente não se verifiquem, na sua

maioria, nos distritos com menor índice de centralidade, no contexto do êxodo agrícola e “rural” (informação obtida em Arroteia, 1983; Baganha e Góis, 1999; Cavaco, 2005; 2006)?

## **2.5 Distribuição espacial das “segundas residências” em Portugal- localização das residências de origem dos emigrantes portugueses e das que autoconstruíram a partir de 1960 até julho de 2009**

Em 1983 Arroteia (p. 109) refere que para além dos dados da emigração oficial, registada nos serviços oficiais da Junta de Emigração, é do maior interesse considerar o movimento clandestino, embora tal tarefa seja dificultada pela ausência de registo dessas partidas, e mesmo pela discrepância dos elementos fornecidos pelas estatísticas oficiais portuguesas, quando confrontadas com os dados de organismos estrangeiros, bem como pelo desconhecimento da estrutura e composição do movimento, a que se juntam as próprias informações, tantas vezes incorretas, dos emigrantes legais. Refere ainda que através dos dados publicados desde 1960 se constata que a emigração clandestina ganhou maior importância entre 1969 e 1971, datas em que representou respetivamente 54,3% e 61,7% e 66,7% da emigração efetiva (emigração legal + emigração clandestina). Embora não totalmente debelada, assistiu-se a partir daquela data a uma redução da emigração a “salto”, que em 1978 acabou por representar apenas 23,9% do total. Do mesmo modo, a emigração clandestina representa uma parte substancialmente grande relativamente à emigração portuguesa em geral e que sem o seu cálculo nenhuma análise será possível ou correta (Ferreira, 1976).

Neste sentido, ao desconsiderar a designada emigração clandestina no período em análise é muito provável que, a par dos distritos com maior percentagem de áreas predominantemente “rurais”, se verifique um número considerável de saídas dos distritos (e respetivos concelhos) com maior percentagem de áreas medianamente ou predominantemente urbanas, tal como sucedeu na periferia de muitos centros urbanos. Por exemplo, em 1983a Leeds examina a emigração em larga escala em Portugal, retomada no final dos anos 40 para o Brasil e no fim dos anos 50 para a Europa, quer enquanto sintoma

das condições da industrialização portuguesa, quer como uma causa da acentuada falta de trabalho qualificado no Norte e na indústria de construção civil do Sul. Neste contexto, Sedas Nunes et al (citado por Leeds, 1983a) referem que nos distritos de Braga, Aveiro, Lisboa, Porto e Setúbal encontravam-se 78,1% do total da população industrial do país.

Não obstante, considerando ainda a incapacidade do setor terciário em absorver as populações “rurais”, que continuavam a afluir aos grandes centros, enfrentando dificuldades crescentes de alojamento e de inserção social, devemos também atender ao fenómeno da reemigração, uma vez que há fortes indícios de que a emigração dita oficial possa corresponder a emigrantes que tenham sido afetados pelo êxodo “rural” e que vieram a declarar o seu concelho de residência e não o de origem (ver Althoff, 1985; Arroiteia, 1985; Ferreira, 1976; Poinard, 1983b). Neste contexto, destaca-se o reforço da capacidade atrativa das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa nos anos 60 e 70 que foi acompanhado por uma intensa reorganização interna desses espaços, com o declínio demográfico e o avanço dos processos de suburbanização (ver Ferrão, 1996).

Por outro lado, reconhecendo que em 1974/75 houve um duplo regresso da emigração colonial e continental com impacto nos locais de origem, nas principais cidades do país e no litoral algarvio (Ferrão, 1996), bem como que uma das formas preferidas de investimento no país de origem é a compra ou construção de uma casa no lugar onde os emigrantes nasceram ou nas grandes cidades ou próximo destas para o tempo de férias, reforma e/ou investimento de aforro (ver Barbosa, 2007; Caldeira, 1995; Cavaco, 2003; 2006; King, citado por Hall e Williams, 2002; Mendonsa, 1982, citado por Williams e Hall, 2000; Sampaio, 1998) é pertinente sugerir que os elevados valores absolutos de “segundas residências” registados nos distritos, e respetivos concelhos, com maior percentagem de áreas medianamente e predominantemente urbanas se devam a estes fatores.

Além disso, também se considera que este fenómeno seja mais nítido no litoral e em alguns núcleos mais dinâmicos do interior do país, porque o regresso de alguns emigrantes se revela insuficiente para contrariar a emigração em alguns concelhos e porque muitos optam, quando têm possibilidades, por adquirir além da casa na terra de origem, uma outra

casa na cidade ou perto da praia, entendidas como um investimento mais lucrativo que dá a possibilidade de opção entre dois locais, se um dia regressarem a Portugal. Acrescenta-se ainda a hipótese de um outro fator, nomeadamente a mobilidade residencial após reforma, associada a uma inversão de usos habitacionais, que pode contribuir para o aumento das residências secundárias nas grandes cidades se as habitações que eram principais não forem ocupadas pelos filhos (ver Amaro, 1985; Caldeira, 1995).

Relativamente à emigração clandestina, Ferreira (1976) refere que as escassas estatísticas sobre os seus valores são incorretas e suscetíveis de induzir em erro, uma vez que as fontes francesas utilizadas pela Junta de Emigração se referem exclusivamente aos trabalhadores portugueses, não tendo em conta as suas famílias igualmente emigradas, implicando que os dados para o seu cálculo não incluam os números relativos aos familiares. Neste sentido, em 1976 Nazareth refere que nos países de boas ou relativamente boas estatísticas, como é o caso de Portugal, a equação de concordância conhece um ligeiro desvio na aplicação para que foi concebida, servindo assim para estimar as migrações clandestinas.

Deste modo, no intuito de analisar se os distritos (e respetivos concelhos) com maior número de residências com ocupante ausente em 1981 registam o maior número de emigrantes, entre 1970-81, tentou-se estimar a emigração clandestina, através da equação de concordância, em igual período. Relativamente a esta questão, em 2007 Oliveira demonstra que a comparação entre os valores intercensitários da emigração legal e do saldo migratório permite conhecer a importância relativa de alguns movimentos não contabilizados, como a emigração clandestina e o movimento para as colónias e, por outro lado, o regresso de emigrantes e a reemigração. Contudo, uma vez que não existem dados sobre as deslocações para os outros distritos (e concelhos) do país e para as ex colónias, esta aplicação da equação de concordância, com uma interpretação em função dos movimentos com o estrangeiro só é válida se a unidade de análise for o país, pois tratando-se de uma região ou distrito, não se poderá usar essa hipótese.

Assim sendo, os únicos indicadores que podem ser calculados sistematicamente desde a última década do século XIX são a emigração legal e o saldo migratório (ver Baganha e Góis, 1999; Oliveira, 2007). Em 2007 Oliveira refere que a partir destes dados oficiais é

possível reconstituir a evolução da emigração no último século, embora se trate de uma reconstituição muito parcelar das migrações, uma vez que é impossível fazê-la acompanhar sistematicamente dos dados relativos a outros movimentos (emigração clandestina, emigração para as ex colónias e retornados) e que apenas outro indicador demográfico pode ser utilizado nesta comparação de longo prazo, que é o saldo migratório intercensitário. O saldo migratório, apesar de ser considerado um indicador pouco específico por resultar de uma grande diversidade de movimentos, permite avaliar as perdas e ganhos populacionais por migrações, ao contrário de indicadores, como a emigração legal, que podem, sub ou sobrevalorizar as perdas populacionais. Assim, face à impossibilidade de se poder estimar a emigração clandestina nos vários distritos (e concelhos) de Portugal, procedeu-se ao cálculo do saldo migratório, através da equação de concordância, para a mesma unidade de análise entre 1970-81.

Neste sentido, constata-se que à exceção de 5% (nomeadamente o distrito de Viseu), todos os distritos e R. A. Açores e R. A. Madeira, que registam saldo migratório negativo entre 1970-81, são os que registam menor índice de centralidade. Contudo, constata-se que, apenas à exceção dos distritos de Castelo Branco, Guarda, Vila Real e Viana do Castelo, todos os distritos com maior número de residências com ocupante ausente em 1981 não são os que registam saldo migratório negativo entre 1970-81 e menor índice de centralidade (ver tabela 2.13). Neste contexto, em 1995 Caldeira (pp. 78-79) refere que a distribuição da percentagem de residências com ocupante ausente em 1981 (relativamente ao total dos alojamentos familiares) coincide com as áreas emissoras de importantes correntes migratórias, quer para o estrangeiro, quer para as principais cidades do país abrangendo toda a faixa do interior, que se alarga no Norte, e mais alguns concelhos dispersos do interior alentejano e que, ao contrário, no litoral e nas principais cidades a percentagem deste tipo de alojamentos é muito menor, já que estas regiões funcionaram essencialmente como áreas de acolhimento, com taxas de emigração muito mais reduzidas. Também refere, que em termos absolutos os valores observados são superiores a muitos dos que se verificam em alguns concelhos do interior, mas como o número de alojamentos com ocupação permanente é, também, muito mais numeroso, esses valores ficam diluídos.

Assim sendo, através da análise dos dados da tabela 2.14 constata-se agora que apenas à exceção de 5% (nomeadamente o distrito de Leiria) todos os distritos e R. A. Açores e R. A. Madeira, com maior percentagem de residências com ocupante ausente em 1981, registam saldo migratório negativo entre 1970-81, bem como maior número de concelhos com menor índice de centralidade (neste último caso excetua-se apenas o distrito de Viseu). Reconhecendo ainda existir uma correlação entre o índice de centralidade dos centros urbanos e o número de população residente (ver secção 2.2) constata-se também que apenas à exceção do distrito de Viseu os mesmos distritos e a R. A. Açores e a R. A. Madeira, com maior percentagem de residências com ocupante ausente em 1981, também registam o menor número de população residente em 1970, 1981 e 2001.

Para além disso, verifica-se ainda que embora registem menor percentagem daquelas residências os distritos de Beja, Évora e Portalegre também registam saldos migratórios negativos, em igual período. Neste âmbito, tomar-se-á em consideração que a emigração no Alentejo nunca atingiu valores semelhantes aos ocorridos no Norte e Centro interior (ver por exemplo Amaro, 1985; Arroiteia, 1983; 1985), bem como que esta diferença se deve, não só ao facto do Alentejo sempre ter sido uma região bastante desfavorecida, com uma população assalariada e de baixos rendimentos que, dadas as dificuldades económicas, acabou por privilegiar as migrações internas, como também ao facto da maioria dos alentejanos que migraram não terem sequer casa própria na terra, enquanto alguns trabalhadores sazonais apenas conseguiam tornar-se proprietários da casa em que habitam, comprando uma casa na vila, vaga graças à partida para Lisboa do seu antigo ocupante (Caldeira, 1995; Poinard, 1983a).

Por outro lado, em 1995 Caldeira refere ainda que a distribuição da percentagem de “segundas residências” (relativamente ao total dos alojamentos familiares) em 1981 se encontra mais dispersa com núcleos importantes no litoral, no Centro Interior e Alentejo. Localizam-se preferencialmente nos concelhos algarvios e em alguns da periferia de Lisboa (locais relacionados com a existência de praias e que atraem fortemente a implantação de residentes secundários), embora também existam alguns concelhos do interior com valores elevados (destacando-se um conjunto no distrito de Viseu e outro que se situa na área de montanha e pinhal na vizinhança de Góis e Pampilhosa da Serra,

estendendo-se para Sul até ao Alto Alentejo), abrangendo contudo uma área mais reduzida do que a anterior. Segundo a investigadora os valores alcançados nestas áreas ficam a dever-se essencialmente aos movimentos populacionais internos que deixaram sem utilização permanente muitos destes alojamentos. A migração para as cidades promoveu não só a sua utilização sazonal, como também desencadeou a construção de novos alojamentos com essa finalidade. Isto porque, ao pretender fugir das áreas litorais mais congestionadas, é frequente que as pessoas procurem no “mundo “rural”” o sossego e calma desejados (Caldeira, 1995, pp. 80-81).

Neste contexto, reconhecendo a possibilidade de que muitos alojamentos de uso sazonal registados nos censos de 1981 também possam ter pertencido a emigrantes, já que a emigração para as cidades promoveu a sua utilização sazonal, torna-se necessário distinguir naquele grupo de “segundas residências” apenas as que se relacionam com as migrações internas que decorreram entre 1960-73. Note-se, que também em 1989 Cravidão refere que muitas das habitações que pertencem a emigrantes, registadas pelo Recenseamento como de uso sazonal, foram construídas com o intuito de virem a constituir habitação principal após o regresso e, nesse sentido, apresentam quase sempre uma tipologia e um equipamento diferentes das residências de origem dos emigrantes (ver também Baganha e Góis, 1999; Barbosa, 2007; Caldeira, 1995; Cavaco, 2003; 2006; Ferrão, 1996; King, citado por Hall e Williams, 2002; Mendonsa, 1982, citado por Williams e Hall, 2000; Sampaio, 1998).

Assim, ao serem deduzidas todas as construções de alojamentos de uso sazonal, realizadas entre 1960-81 do total da variação destes alojamentos no período entre 1970-81, verifica-se que à exceção de 15%, existe um diferencial positivo em todos os distritos. A percentagem deste valor relativamente ao total dos alojamentos familiares nos vários distritos permite constatar que os que registam a maior percentagem são precisamente os distritos do Centro Interior (distritos de Castelo Branco e Viseu e o caso da Região Autónoma dos Açores) e Alentejo (distritos de Beja e de Portalegre), bem como ainda o distrito de Coimbra (note-se que Caldeira também destaca um conjunto de concelhos na vizinhança de Góis e Pampilhosa da Serra) (ver tabela 2.14). Deste modo, é muito provável que esta parcela de residências de uso sazonal também esteja relacionada com as migrações internas de 1960-



73, pela conversão de residências habituais em uso sazonal ou mesmo pela conversão de alguns alojamentos vagos em uso sazonal, porque por motivos de morte do proprietário são agora utilizadas sazonalmente pelos herdeiros. No entanto, relativamente à última hipótese, quando a transmissão dos prédios tem origem em partilhas extrajudiciais, esta hipótese é mais remota ao tomar-se em consideração que por norma os herdeiros não procedem de imediato à atualização do registo na matriz predial (ver Cravidão, 1989). Neste sentido, procurou-se apurar se existe alguma possibilidade destas hipóteses se relacionarem com a conversão das residências em uso sazonal entre 1970-81.

**Tabela 2.14 Relação entre as residências convertidas em ocupação sazonal e as residências com ocupante ausente e as migrações de 1955-74 (1981) – Distritos**

LOCAL. DISTRITOS 1981	SEG. RES. 1981 (Nº)	RES. CONV. USO SAZ. (70-81) (%)	RES. C/OC. AUS. 1981 (Nº)	RES. C/OC. AUS. 1981 (%)	RES. CONV. USO SAZ. (70-81) + RES. OC. AUS. 1981 (Nº)	RES. CONV. USO SAZ. 70-81 + RES. OC. AUS. 1981 (%)	SALDO MIG. 1970-81
AVEIRO	5207	0,5%	11865	6,4%	12841	6,9%	9833
BEJA	5066	2,5%	6393	7,9%	8392	10,4%	-20251
BRAGA	5108	0,3%	15220	7,9%	15746	8,2%	90366
BRAGANÇA	2783	0,1%	8399	11,9%	8470	12%	-8746
C. BRANCO	9910	1,2%	12847	11,5%	14144	12,8%	-40492
COIMBRA	13021	3,34%	9527	5,7%	15132	9,0%	3073
ÉVORA	3499	0,5%	3972	5,3%	4339	5,8%	-7716
FARO	18166	0,9%	8510	6%	9867	6,9%	44906
GUARDA	6003	(-)	15693	16,2%	15693	16,2%	-8320
LEIRIA	10715	0,02%	15794	9,8%	15840	9,8%	14939
LISBOA	31816	(-)	34150	4,7%	34150	4,7%	284436
PORTALEGRE	6101	4,6%	4110	6,1%	7214	10,7%	-4686
PORTO	8760	0,2%	17125	3,9%	18055	4,1%	23608
SANTARÉM	11301	1,1%	11264	6,3%	13260	7,4%	7766
SETÚBAL	21025	(-)	14368	5,7%	14368	5,7%	149980
V. CASTELO	4211	0,9%	10636	11,78%	11448	12,7%	-194787
VILA REAL	3957	0,9%	12363	13%	13263	13,9%	-27399
VISEU	11880	2,5%	13821	8,9%	17712	11,4%	-25525
R. A. A.	4067	1,7%	7308	9,6%	8525	11,2%	-80942
R. A. M.	1525	0,6%	6019	8,8%	6430	9,4%	-34203
					= 221519		

Fonte: INE

Assim, através da análise dos dados da tabela 2.15 verifica-se que todos os distritos do país registam uma variação positiva das residências habituais entre 1970-81, bem como que, em igual período, à exceção dos distritos de Beja, Viseu e da R. A. dos Açores os restantes distritos com a maior percentagem de residências convertidas em uso sazonal registam uma variação negativa da percentagem de residências habituais. Contudo, não se evidencia uma diferença significativa dos valores destes distritos comparativamente com os valores registados nos restantes distritos do país. No mesmo período, verifica-se ainda que todos os distritos do país registam uma variação negativa, em valores absolutos e relativos, de alojamentos vagos destacando-se, contudo, os distritos de Beja, Viseu e a R. A. dos Açores (a par dos distritos da Guarda e Castelo Branco) entre os que registam a maior percentagem.

Contrariamente ao Recenseamento de 1970, o facto de no Recenseamento de 1981 não ser possível distinguir os diferentes fins a que se destinam os alojamentos vagos (se para venda, aluguer, ou outros motivos) impossibilita o mesmo tipo de análise por desagregação. Por outro lado, constata-se ainda que nos casos particulares dos distritos da Guarda, Lisboa e Setúbal o diferencial resultante da dedução de todas as construções de alojamentos de uso sazonal (entre 1960-81) do total da variação daqueles alojamentos, em igual período, é negativo o que significa que houve mais construções do que aquelas que na realidade existem nas estatísticas do INE. Assim, considera-se a hipótese inversa de que estas residências de uso sazonal tenham sido transformadas em residências habituais.

**Tabela 2.15 Relação entre as residências convertidas em ocupação sazonal e a variação das residências habituais e dos alojamentos vagos -1970-81 (Distritos)-**

LOCAL. DIST. 1981	R.H. 70 (N°)	R.H. 81 (N°)	Δ%	R.H. 70 (%)	R.H. 81 (%)	Δ%	AL. V. 70 (N°)	AL. V. 81 (N°)	Δ%	AL. V. 70 (%)	AL. V. 81 (%)	Δ%	R.C. USO SAZ 7081 (%)
AVEIRO	129120	158963	23%	88%	85%	-3%	14435	8040	-44%	10%	4%	-6%	1%
BEJA	60095	61037	2%	74%	76%	2%	17910	7379	-59%	22%	9%	-13%	3%
BRAGA	127475	160875	26%	87%	84%	-3%	15255	8926	-42%	10%	5%	-6%	0,3%
BRAG.	47265	53165	13%	75%	76%	1%	13515	4963	-63%	21%	7%	14%	0,1%
C. BRA.	76790	78486	2%	75%	71%	-4%	19450	8620	-56%	19%	8%	-11%	1%
COIMB.	115655	132388	15%	81%	79%	-2%	18390	10927	-41%	13%	9%	-4%	3%
ÉVORA	54275	59692	10%	77%	80%	3%	12985	6689	-49%	18%	9%	-10%	0,5%
FARO	81925	102813	26%	98%	72%	-26%	19085	10811	-43%	23%	8%	-15%	1%
GUARD.	62400	66737	7%	70%	69%	-1%	19085	7540	-61%	21%	8%	-14%	(-)
LEIRIA	106325	126419	19%	81%	78%	-2%	19285	7088	-63%	15%	4%	-10%	0,0%
LISBOA	414350	605227	46%	83%	84%	0,4%	43820	28075	-36%	9%	4%	-5%	(-)
PORT.	46790	49091	5%	75%	73%	-3%	12565	7740	-38%	21%	12%	-9%	5%
PORTO	297470	388638	31%	90%	89%	-2%	24905	19220	-23%	8%	4%	-3%	0,2%
SANT.	130080	144228	11%	82%	81%	-1%	27385	10957	-60%	17%	8%	-10%	1%
SET.	133265	199619	50%	97%	79%	-19%	15860	15526	-2%	10%	5%	-5%	(-)
V. CAS.	62950	69039	10%	81%	77%	-4%	12635	5637	-55%	16%	6%	-10%	0,9%
V. REAL	64190	70622	10%	78%	74%	-4%	14070	6588	-53%	17%	7%	-10%	0,9%
UISEU	104855	118506	13%	72%	76%	4%	32760	9557	-71%	23%	6%	-16%	3%
R. A. A.	44475	58482	32%	54%	77%	22%	14295	5182	-64%	18%	7%	-11%	2%
R. A. M.	53140	57264	8%	85%	84%	-0,9%	8870	2862	-68%	14%	4%	-10%	0,6%

Fonte: INE

Face ao exposto, ao considerar agora o total das residências de origem dos emigrantes, ou seja, as residências convertidas em uso sazonal (entre 1970-81) e as residências com ocupante ausente em 1981, constata-se que à exceção de 5% (nomeadamente o distrito de Leiria) todos os distritos e R. A. da Madeira e R. A. dos Açores, com a maior percentagem destas residências (relativamente ao total dos alojamentos familiares), registam saldo migratório negativo (entre 1970-81) (ver tabela 2.16). Salienta-se também, que apenas à exceção do distrito de Évora os distritos do Alentejo (nomeadamente os de Beja e Portalegre) também surgem agora com a maior percentagem daquelas residências, uma vez que, segundo a revisão de literatura, são distritos que privilegiaram as migrações internas.

O facto da maioria dos alentejanos que migraram não terem sequer casa própria na terra, bem como o facto de alguns trabalhadores sazonais terem conseguido tornar-se proprietários da casa em que habitam, comprando uma casa na vila, vaga graças à partida para Lisboa do seu antigo ocupante poderão ser as causas principais dos valores (mais baixos) de residências registadas no distrito de Évora (ver por exemplo Caldeira, 1995; Poinard, 1983a).

Reconhecendo ainda que um dos setores mais afetados pela emigração de 1955-74 foi a agricultura, tendo-se assistido a partir do início da década de 60, a um êxodo assinalável das populações “rurais”, onde na maior parte das aldeias as mulheres e os mais idosos passaram a assegurar as principais fainas agrícolas (Arroteia, 1983; Ferreira, 1976), bem como que as estatísticas portuguesas não consideraram “os ativos com ocupação” em nenhuma atividade económica, tratando-se na maior das vezes de familiares que participam nos trabalhos comuns da família (Ferreira, 1976), procurou-se analisar a influência do setor agrícola na localização das residências com ocupante ausente e das residências convertidas em uso sazonal no período de 1970-81. Contudo, dadas as limitações dos dados oficiais relativos à emigração que ocorreu entre 1970-81, procedeu-se à análise dos dados do INE da população ativa por setor de atividade económica em 1970 e em 1981 nos vários distritos do país.

Assim sendo, constata-se que apenas à exceção do distrito de Leiria, em 1970 todos os distritos e R. A. Madeira e R. A. Açores, com a maior percentagem de residências convertidas em uso sazonal (entre 1970-81) e residências com ocupante ausente em 1981, registam o maior número de população ativa no setor primário (ver tabela 2.16). É de registar que entre 1955 e 1969 as saídas dos ativos do setor primário representaram 33,6% da emigração total, diminuindo gradualmente entre 1970 e 1974, em que estes valores passaram a representar apenas 18,6% daquele valor (Arroteia, 1983), o que justifica a diminuição da população ativa no setor primário em 1981 nalguns dos distritos em análise.

Neste sentido, ao excluir o distrito com saldo migratório positivo entre 1970-81 (nomeadamente o de Leiria), verifica-se que apenas à exceção de 5% (nomeadamente o distrito de Viseu porque regista maior índice de centralidade) todos os distritos e a R. A.

Açores e a R. A. Madeira, com a maior percentagem de residências convertidas em uso sazonal (entre 1970-81) e de residências com ocupante ausente (em 1981), registam saldo migratório negativo (entre 1970-81), maior número de população ativa no setor primário em 1970, menor índice de centralidade, bem como ainda menor número de população residente em 1970, 1981 e 2001 (ver tabela 2.16). Destaca-se, contudo, que relativamente ao caso particular do distrito de Évora, o facto de ser um distrito com saldo migratório negativo e com menor percentagem daquelas residências (comparativamente com os restantes distritos em análise) poderá encontrar explicação, como já o referimos, no facto de a maioria dos alentejanos que migraram não tinham sequer casa própria na terra (ver Caldeira, 1995).

**Tabela 2.16 Relação entre as residências convertidas em ocupação sazonal e as residências com ocupante ausente, o saldo migratório, principal setor de atividade económica e o índice de centralidade -1970-1981 (Distritos)**

L. DIS. (81)	R. U.S. 70-81 + R.O. AUS. 81 (%)	S.M. 70-81	POP. ATIVA P/SETOR A. ECONÓMICA 1970			POP. ATIVA P/SETOR A. ECONÓMICA 1981			Í. C. INE, 2004 (a-g)	POP. RES. 1970	POP. RES. 1981	POP. RES. 2001
			S. PRI.	S. SEC.	S. TER.	S. PRI.	S. SEC.	S. TER.				
A.	6,9	9833	51695	<b>76655</b>	56070	51397	<b>138664</b>	68810	105,26	546974	622988	658432
B.	<b>10,4</b>	<b>-20251</b>	<b>50200</b>	6130	19660	<b>27157</b>	13336	21930	<b>50,41</b>	<b>205179</b>	<b>188420</b>	<b>161211</b>
B.	8,2	90366	68460	<b>78960</b>	19660	27325	<b>155465</b>	68309	95,09	612748	708924	831366
BR.	<b>12</b>	<b>-8746</b>	<b>39275</b>	2825	15610	<b>30167</b>	10699	16906	<b>49,05</b>	<b>181239</b>	<b>184252</b>	<b>148883</b>
C.B.	<b>12,8</b>	<b>-40492</b>	<b>43200</b>	18220	25470	27103	<b>28939</b>	25792	<b>45,39</b>	<b>255753</b>	<b>234230</b>	<b>208063</b>
CO.	9,0	3073	<b>55410</b>	22820	54765	41515	55057	<b>67514</b>	78,07	402991	436324	333588
ÉV.	5,8	<b>-7716</b>	<b>45045</b>	15245	29410	<b>26846</b>	16861	26187	<b>57,16</b>	<b>179744</b>	<b>180277</b>	<b>173654</b>
FA.	6,9	44906	8045	15245	<b>39880</b>	30018	33261	<b>56751</b>	70,55	268957	323534	395218
GU.	<b>16,2</b>	<b>-8320</b>	<b>41205</b>	9895	5615	<b>31770</b>	21482	18932	<b>48,57</b>	<b>212287</b>	<b>205631</b>	<b>179961</b>
LEI.	<b>9,8</b>	14939	<b>55685</b>	32655	38290	44092	<b>68145</b>	48697	75,57	378968	420229	579273
LIS.	4,7	284436	48825	134665	<b>425195</b>	38003	290199	<b>557544</b>	148,73	1581062	2069467	2136013
PO.	<b>10,7</b>	<b>-4686</b>	<b>33795</b>	5705	10025	18105	12267	<b>19618</b>	<b>51,55</b>	<b>146668</b>	<b>142905</b>	<b>127018</b>
POR.	4,1	23608	54455	190670	<b>226145</b>	51566	<b>325809</b>	256829	164,04	1318774	1562287	1159878
SA.	7,4	7766	<b>64210</b>	27820	55680	45343	61621	<b>62236</b>	98,94	430386	454123	279175
SE.	5,7	149980	38930	58040	<b>89750</b>	25132	116218	<b>116304</b>	90,88	471491	658326	852570
V.C.	<b>12,7</b>	<b>-19478</b>	<b>62005</b>	8640	24870	<b>45715</b>	28310	23828	<b>40,54</b>	<b>251640</b>	<b>256814</b>	<b>250275</b>
V.R.	<b>13,9</b>	<b>-27399</b>	<b>54010</b>	4850	18865	<b>47558</b>	16199	24031	<b>58,22</b>	<b>266382</b>	<b>264381</b>	<b>223729</b>
VIS.	<b>11,4</b>	<b>-25525</b>	<b>85370</b>	11190	34075	<b>77837</b>	36659	39400	91,09	412067	423648	394925
R.A.	<b>11,2</b>	<b>-80942</b>	<b>43090</b>	8930	27040	24501	19597	<b>33294</b>	(-)	<b>286989</b>	<b>243410</b>	<b>241763</b>
R.M.	<b>9,4</b>	<b>-34203</b>	<b>31990</b>	24895	30955	20106	31164	<b>38262</b>	<b>44,28</b>	<b>252953</b>	<b>252844</b>	<b>245011</b>

Fonte: INE

No intuito de calcular as residências de origem dos emigrantes entre 1970-81 foi necessário distinguir no grupo de residências de uso sazonal apenas as que se relacionam com as migrações internas, que decorreram entre 1960-73. Para este efeito, foram deduzidas todas as construções de alojamentos de uso sazonal, realizadas entre 1960-81 do total da variação destes alojamentos no período entre 1970-81, bem como somada a esta percentagem de residências de uso sazonal (em relação ao total de alojamentos familiares clássicos) a percentagem de residências com ocupante ausente (em relação ao total de alojamentos familiares clássicos) registada em 1981. A identificação das residências de origem dos emigrantes segundo esta fórmula só é possível para o período compreendido entre 1970-81. Isto porque por um lado, ao considerarmos a percentagem de residências com ocupante ausente (por concelho) em 1991 estaríamos a cair no erro de incluir

igualmente as casas fechadas por morte ou abandono dos proprietários, que não são colocadas no mercado imobiliário (porque este é praticamente inexistente) e raramente são utilizadas pelos herdeiros, passando a ser consideradas como alojamentos com ocupante ausente (ver Caldeira, 1995).

Segundo os antecedentes, metodologia e conceitos dos Censos de 1991 o alojamento ocupado como “ocupante ausente” é o alojamento pertencente a indivíduos que nele deixaram de ter a sua residência habitual e que estão ausentes por longos períodos (ocupante emigrado e ocupante ausente no país) e o “alojamento familiar vago”, é o alojamento que no momento censitário se encontra disponível no mercado da habitação. Por outro lado, segundo os censos de 2001 nos alojamentos familiares ocupados, a variável “forma de ocupação” distingue agora, apenas duas modalidades: “residência habitual” e “uso sazonal ou secundário”; esta última inclui a situação de “ocupante ausente ou emigrado” observada em 1991 (INE, 2003:35). Deste modo, dentro desta categoria de alojamentos de uso sazonal também podem existir construções de residências que não pertencem apenas a emigrantes.

Ao pretender-se, por outro lado, identificar à data dos censos de 2001 as áreas geográficas com maior número de residências (auto) construídas pelos emigrantes portugueses, e embora reconhecendo que a vaga de construções de residências por parte dos emigrantes teve início na década de 60 (ver Leite, 1989 e Madeira, 2001) e que a publicação da nova Lei que revogou o D.L. n.º 73/73, de 28 de fevereiro foi só no ano de 2009 (Lei n.º 31/2009, de 3 de julho), não foi possível contabilizar as construções de alojamento de uso sazonal realizadas a partir de 1961 à data dos censos de 2001 pelas razões já apontadas. Para além disso, de acordo com a metodologia adotada para os censos de 2001 o alojamento vago é o alojamento familiar clássico que, no momento censitário, se encontra disponível no mercado de habitação para venda, arrendamento, demolição ou outra situação no momento de referência, levando igualmente a que se exclua uma possível relação com as residências (auto) construídas (entre 1960-2001) pelos emigrantes portugueses nos seus lugares de origem (INE, 2003). Segundo os conceitos do Programa de Ação dos Censos de 2011 não há qualquer alteração relativamente aos alojamentos familiares ocupados e vagos, o que nos leva a concluir pela impossibilidade de identificar,

através de dados estatísticos, apenas as residências (auto) construídas pelos emigrantes portugueses nos locais de origem entre 1960-09.

Não obstante, para além dos dados estatísticos as outras alternativas de fontes de informação também apresentam várias limitações se considerarmos que na maioria das vezes, quer na matriz predial (repartição de finanças), quer no registo predial (conservatória do registo civil, predial e comercial) ou ainda, no livro de registo de obras (câmaras municipais) consta a morada da residência que os emigrantes têm em Portugal ou mesmo da dos pais, bem como o facto de nem sempre fazerem a atualização da morada que identificam no ato de registo, uma vez que não são obrigados. Assim sendo, apenas o trabalho de campo, no caso de áreas de pequena dimensão, e a aplicação de inquéritos aos utilizadores das residências constituem as únicas possibilidades de identificação das residências (auto) construídas pelos emigrantes portugueses nos locais de origem, entre 1960 e julho de 2009.

## **2.6 Conclusão**

A análise da distribuição espacial das “segundas residências” em Portugal permitiu, por um lado, verificar que as regiões Centro e Norte, bem como as respetivas NUT's III - Grande Porto, Alto Trás-os-Montes, Oeste, Minho-Lima e Dão-Lafões - são as que apresentam maior número de “segundas residências”. Assim, as duas sub-regiões com maior número de “segundas residências” nas regiões Norte e Centro, pertencem à zona litoral - Grande Porto - e à zona interior do país - Alto Trás-os-Montes. Por outro lado, verificou-se também que à exceção de 20% das NUT's III com maior número de “segundas residências”, nomeadamente as sub-regiões Grande Porto e Oeste, entre 1991-2001 as residências habituais foram subvalorizadas pelo processo evolutivo das “segundas residências”. O elevado número destas residências nas sub-regiões Grande Porto e Oeste, onde não se verificaram variações negativas de residências habituais, permitiu-nos ainda sugerir que esta exceção se deva à conversão de “segundas residências” em residências habituais.



Outra situação identificada na análise da distribuição espacial das “segundas residências”, através dos dados dos censos de 2001, prende-se com a maior acessibilidade dos concelhos onde se localizam, uma vez que a maioria beneficia de bons acessos, quer seja pela sua proximidade ao aeroporto e à fronteira com Espanha, quer seja pela sua proximidade às principais autoestradas do país. Para além disso, verificou-se também que apenas 30% dos concelhos com maior número de “segundas residências” são áreas com maior percentagem de freguesias “rurais”. Neste sentido, concluímos que estes concelhos são centros urbanos polarizadores ou com maior índice de centralidade na hierarquia dos centros urbanos em Portugal, bem como concelhos que se localizam geograficamente próximos destes. O maior número de população residente nestes concelhos, com maior número de “segundas residências”, foi outra das relações encontradas.

A análise da evolução das “segundas residências” desde 1970, data dos primeiros censos da população e da habitação do INE, até 2001 permitiu constatar que as maiores taxas de variação positiva ocorreram entre 1970-1981, período correspondente à grande vaga de migrações internas (1960-1973) e internacionais (1960-1974) em Portugal. Neste âmbito, concluímos que o movimento clandestino, o fenómeno da reemigração, o duplo regresso (em 1974/75) da emigração colonial e continental, a compra ou construção de uma casa no lugar onde os emigrantes nasceram ou nas grandes cidades ou próximo destas para o tempo de férias, reforma e/ou investimento de aforro e a mobilidade residencial após reforma, associada a uma inversão de usos habitacionais, são fatores que contribuem para explicar o maior número de residências de uso sazonal e com ocupante ausente nos distritos com maior índice de centralidade, entre 1970-81.

Concluímos também que, apenas à exceção do distrito de Viseu, porque regista maior índice de centralidade, todos os distritos e R. A. Açores e R. A. Madeira com maior percentagem de residências de origem de emigrantes registam saldo migratório negativo entre 1970-81, maior número de população ativa no setor primário em 1970, menor índice de centralidade, bem como ainda menor número de população residente em 1970, 1981 e 2001. O facto de Évora ser um distrito com saldo migratório negativo e com menor percentagem daquelas residências poderá encontrar explicação no facto da maioria dos alentejanos que migraram no mesmo período não terem sequer casa própria na terra. Por

último, concluímos ainda que a única forma possível de identificação das residências de origem dos emigrantes é no período entre 1970-81, enquanto das residências que autoconstruíram a partir de 1960 até julho de 2009 será apenas através do trabalho de campo, no caso de áreas de pequena dimensão, e da aplicação de inquéritos aos utilizadores das residências.

### **Capítulo 3**

#### **O contributo do regresso e fixação dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento “rural” em Portugal**

##### **3.1 Introdução**

Numa tese onde se pretende avaliar o contributo do regresso e fixação dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo nos concelhos com menor índice de centralidade, em Portugal, o presente capítulo tem como objetivo apresentar os motivos que justificam a importância do seu regresso no desenvolvimento dos seus locais de origem. Neste sentido, a importância das remessas e do regresso dos emigrantes para o desenvolvimento “rural” irão ser os temas analisados na secção 3.2 e na secção 3.3. Reconhecendo que os emigrantes oriundos das áreas “rurais” podem converter-se em agentes de inovação e serem promotores do desenvolvimento dessas regiões, os fatores que influenciam a sua mobilidade, bem como o seu desejo de regresso às origens serão outros temas analisados nas secções 3.4 e 3.5, respetivamente.

Por outro lado, a discussão sobre o processo de formação da identidade cultural (secção 3.7), do associativismo como estratégia de coesão da identidade (secção 3.6) e a análise de alguns estudos de caso realizados entre as comunidades portuguesas permitiu pressupor a existência de uma identidade cultural (secção 3.8). O facto dos emigrantes portugueses a projetarem espacialmente pela (auto)construção de residências de raiz (secção 3.9), constituindo-se assim como uma expressão da arquitetura popular local (secção 3.10), identificarem-se diferenças nos elementos estéticos dessas residências entre os locais de acolhimento e o local de origem (secção 3.11), bem como ainda o facto de os emigrantes revelarem tendência para se integrarem no setor dos serviços, quando regressam ao país de

origem (secção 3.12), justificaram o debate da secção 3.13, sobre a valorização turística do património cultural como uma estratégia para o desenvolvimento “rural”.

### **3.2 O contributo das remessas dos emigrantes para o desenvolvimento “rural”**

Nos últimos anos o estudo da relação entre a migração e o desenvolvimento tem-se debruçado, sobretudo, no impacte das remessas, da migração circular e de regresso, bem como no papel das diásporas e das políticas (Dewind e Holdaway, 2005). As migrações são, frequentemente, o resultado do desenvolvimento económico e social e podem contribuir para o processo de desenvolvimento e de melhores condições económicas e sociais ou, alternativamente, ajudar a perpetuar a estagnação e a desigualdade (Castles, 2000:269, citado por Gonçalves, 2007; Skeldon, 2008). Um tema que tem motivado bastante a investigação sobre as remessas dos emigrantes é até que ponto podem contribuir para o desenvolvimento ou são transformadas em investimento produtivo através de políticas (ver por exemplo Straubhaar, 1986, Elbadawi and Rocha, 1992, El-Sakka and McNabb, 1999, Buch and others, 2002, citado por Chami et al, 2005). Arroiteia (1983) e Leeds (1983b) argumentam que as remessas tornaram-se uma característica cultural da economia política portuguesa, pelo menos a partir do último terço do século XIX, se não anteriormente, e assim continuaram até hoje, possivelmente com mais intensidade. Por este motivo e pelo facto das remessas representarem um fluxo substancial de recursos financeiros das economias desenvolvidas para as economias em desenvolvimento (ver Chami et al, 2005) iremos debater o seu impacte no desenvolvimento regional.

Ao nível microeconómico, as remessas permitem melhorar o rendimento de algumas famílias (Gapen et al, 2008) e financiar a educação da população jovem em localidades “rurais” (Rempel e Lobdell, 1978). De acordo com Ferreira (1976) a emigração da força de trabalho, originada pelo desemprego ou pelos baixos salários, tem a vantagem de aparecer ligada à entrada de divisas através de transferências para os familiares que permaneceram no país. Estas transferências têm como consequência o aumento do poder de compra das classes sociais com rendimentos mais baixos e do volume de divisas (King, 1984; Ferreira, 1976). No estudo sobre os impactes das remessas nas economias que recebem grandes

volumes de transferências, Chami et al (2005) demonstram empiricamente que estas têm tendência para se relacionarem negativamente com o crescimento do Produto Nacional Bruto. Segundo os mesmos autores, isto significa que as remessas não estão a ser direcionadas para o desenvolvimento económico, mas antes para compensar fracos desempenhos económicos. Argumentam também que a contribuição da utilização das remessas, pelos seus beneficiários, para reduzir a oferta laboral e a sua participação no mercado laboral, ou ainda como substituto do rendimento laboral, pode afetar adversamente a atividade económica.

De acordo com Barajas et al (2009) as remessas dos trabalhadores representam uma das maiores fontes de fluxos financeiros de capital nos países em desenvolvimento, tornando-se tão importantes quanto os fluxos de investimento direto estrangeiro nestes países. Contudo, os mesmos investigadores demonstram que as remessas não têm tido impacto no crescimento económico, e argumentam que muitos países ainda não possuem as instituições e infraestruturas que lhes permita canalizar as remessas para atividades orientadas ao crescimento. Na maioria dos casos, entre as áreas “rurais” que recebem grandes volumes de remessas poucas as utilizam diretamente como investimento para o seu desenvolvimento (Rempel e Lobdell, 1978). Neste contexto, Grindle (2000) argumenta que quando este cenário acontece a população dessas áreas pode tornar-se dependente da migração para aumentar ou manter um determinado padrão de vida que considera desejável. Para além disso, também importa destacar, que a dependência nas transferências de remessas só é sustentável enquanto as condições económicas do país de acolhimento o permitirem (ver Arroiteia, 1983). Em alguns casos, quanto maior o período de residência urbana do emigrante no país de acolhimento, menor é a quantidade de remessas remetidas (Rempel e Lobdell, 1978). Neste sentido, embora as remessas possam atenuar a pobreza e aumentar o consumo dos agregados familiares, uma questão chave é que se coloca é de que forma poderão igualmente promover o crescimento económico a longo prazo (Barajas et al, 2009).

Segundo King (1986) geralmente, as poupanças dos emigrantes são despendidas no consumo, com o objetivo de aumentarem o seu conforto e o *status* da família. Após as necessidades de habitação e de consumo estarem satisfeitas, os gastos dos emigrantes

regressados são realizados em pequenos negócios, na maioria uma imitação das empresas já existentes no local, concentrados no setor dos serviços e não introduzem novas formas de produção (Grindle, 2000; King, 1986). Segundo Hudson e Lewis (1984) no Sul da Europa as remessas dos emigrantes tiveram mais peso na Grécia e em Portugal, considerando que em 1970 e 1977 representaram cerca de 3,9% e 8,3%, respetivamente, do Produto Nacional Bruto. Contudo, estes investigadores referem também que as remessas não são um fluxo financeiro semelhante ao capital privado ou oficial, pois vários estudos demonstram que a maioria das remessas é despendida em bens de consumo, muitas vezes importados, ou investida em itens como a habitação ou na educação dos filhos. King et al (1986) argumentam também que a principal forma de aplicação de capital dos emigrantes no Sul da Europa é na compra de uma residência. Nestas circunstâncias, o impacto da entrada destas divisas na estrutura da produção do país é muito menor (ver também Williams, 1984).

Em Portugal, os estudos que se debruçaram sobre os emigrantes regressados evidenciam igualmente a aplicação das suas poupanças essencialmente em bens de consumo (alimentação e vestuário) e na construção ou compra de residência - objetivo a que aspira a maioria dos emigrantes (ver Amaro, 1985; Batista e Portela, 1995, citado por Portela e Nobre, 2001; Cepeda, 1988; Gonçalves, 2003, citado por Gonçalves, 2007; Goldey e Jesus, 2001; Lewis e Williams, 1986; Madeira, 2001; Poinard, 1983a; Portela e Nobre, 2001; Nave e Reis, 1986; Silva et al, 1984). Por exemplo, Amaro (1985) refere que as aplicações das economias dos emigrantes portugueses podem-se resumir em cinco rubricas: sustento das famílias (incluindo ascendentes) que ficaram em Portugal; aquisição de um certo número de bens de consumo que simbolizam o acesso a um determinado *status* social (na sociedade de consumo); construção ou compra de casa; aquisição de terras e de algum equipamento agrícola; e a educação dos filhos. Mas, entre todas as opções, a prioridade recai, sem qualquer dúvida, sobre a habitação (Amaro, 1985).

O estudo de Silva et al (1984) testemunha igualmente essa situação, quando descrevem as intenções de aplicação das poupanças dos emigrantes regressados a Portugal: 79% pensavam aplicar na construção ou compra de uma casa; 34% investiram e 8% pensavam investir na agricultura; 4% investiram e 7% pensavam investir na indústria; 6% investiram

e 5% pensavam investir no setor dos restaurantes, cafés ou hotéis; e 8% investiram e 7% pensavam investir no comércio. Os mesmos investigadores referem que com exceção da agricultura, a propensão ao investimento nas atividades produtivas é muito fraca. Mesmo em relação ao investimento na agricultura, uma parte importante consistiu ou tem consistido na aquisição de terrenos e alfaías agrícolas (nomeadamente tratores), os quais permanecem por vezes na situação de subutilização, não contribuindo para alterações profundas na produção agrícola (Silva et al, 1984).

Assim, a maioria dos negócios dos emigrantes regressados a Portugal é constituída por empresas tradicionais cuja existência está ligada ao prestígio da independência e não ao racional económico (Lewis e Williams, 1985; 1986; Rocha-Trindade, 1992). Segundo Lewis e Williams (1985; 1986) embora o investimento em negócios, na maioria como proprietários, tenha sido elevado, comparativamente com os não-emigrantes, não teve qualquer efeito na estrutura produtiva, nem ao nível do emprego. Deste modo, conclui-se que embora agente de poupança, o emigrante não o é tanto de investimento a que se deve também em parte à falta de estímulos e incentivos (Silva et al, 1984). Embora tenham introduzido alguns comportamentos novos e contribuído para algumas alterações no funcionamento do sistema económico, ao nível local, como o lançamento de novas atividades económicas, sobretudo no setor dos serviços, essas inovações integram-se na sociedade e na cultura original, mais do que a transformam (Antunes, 1981). No entanto, para além de aumentarem o consumo, estas poupanças constituem também uma importante potencialidade em termos de desenvolvimento regional, se orientadas para fins produtivos (Silva et al, 1984).

De acordo com a revisão de literatura, em Portugal, embora o emigrante tenha sido agente de poupança, não o foi tanto de investimento a que se deveu também em parte à falta de estímulos e incentivos que lhe permitisse canalizar as remessas para atividades orientadas ao aumento do crescimento. Daí que, tendo a emigração contribuído poderosamente para a estagnação das regiões (sobretudo as interiores), o regresso, embora não piore a situação criada pela emigração, e antes a melhore em termos relativos, mantém, funcionalmente, a mesma situação existente (Serrão, 1985). Neste caso, as regiões subdesenvolvidas, produtoras privilegiadas da emigração, irão permanecer nessa situação de

subdesenvolvimento. Por outro lado, em 1984 Gaspar refere que uma das consequências da emigração após a II Guerra Mundial, inicialmente ligada aos italianos, posteriormente aos espanhóis e mais tarde os gregos, portugueses, jugoslavos e turcos, é que os emigrantes regressados podem estabelecer-se nas cidades em vez da sua terra de origem, sendo este fenómeno mais evidente na Grécia e também significativo em Espanha e Itália, mas menos marcado em Portugal. No entanto, os estudos da migração “rural”- urbana nas cidades do Sul da Europa revelam também que os emigrantes mantêm fortes ligações com a terra de origem para a qual regressam nas férias e, se a distância não for muito grande, aos fins-de-semana (King, 1984).

Assim sendo, o movimento emigração-regresso em Portugal, salvo na sua fase inicial (a partida), apresenta várias potencialidades, em termos de desenvolvimento local, uma vez que os emigrantes dirigem-se preferencialmente para as regiões de partida, que são as mais carenciadas. Neste sentido, é necessário identificá-las, conhecê-las e mobilizá-las para o desenvolvimento regional (Silva et al, 1984). Destaca-se que, a análise desenvolvida no capítulo 2 permitiu concluir que os concelhos com menor índice de centralidade em Portugal são as áreas mais carenciadas e os concelhos de origem dos emigrantes portugueses. Segundo Silva et al (1984:201) “o regresso definitivo dos emigrantes poderá contribuir para uma melhoria das condições de desenvolvimento das regiões, uma vez que, ao impacte no consumo, poderá juntar o impacte na produção, porque então são também as pessoas que regressam e não apenas as poupanças e os modelos de consumo” (Silva et al, 1984:201). Este será o tema da discussão que irá ser conduzida na secção seguinte.

### **3.3 O impacte do regresso dos emigrantes nos seus locais de origem**

De acordo com King (1986) a migração de regresso refere-se às pessoas que regressam para o seu país ou região de origem após um período significativo de tempo em outra localidade. Neste sentido, o tipo de migração que será abordada ao longo deste capítulo trata apenas do regresso de trabalhadores (e dos seus familiares) dos países ou regiões mais desenvolvidas industrialmente para os países ou regiões fornecedoras de mão-de-obra. Em Portugal, raros foram os trabalhos que a partir da segunda metade da década de oitenta



abordaram a problemática da migração de regresso, sendo exemplo os trabalhos publicados por Amaro, 1985; Cepeda, 1988; Dias, 2008; Goldey e Jesus, 2001; Gonçalves, 2007; Lewis e Williams, 1986; Lucas, 1997; Martins, 2004; Madeira, 2001; Mendonça, 1999-2000; Pires, 2003; Poinard, 1983a; Poinard, 1983b; Portela e Nobre, 2001; Nave e Reis, 1986; Roca, 1999; Silva et al, 1984. Entre os estudos citados a abordagem de Martins (2004) é eminentemente geográfica e quantitativa e a de Pires (2003) e Dias (2008) incidem apenas no estudo dos retornados em Portugal.

Nos países da Europa do Sul e Mediterrâneos o impacto do regresso dos emigrantes no desenvolvimento não aconteceu, por terem regressado com ideias conservadoras, que se refletiram na aquisição de uma pequena parcela de terra e de uma nova residência, e com objetivos empresariais que se basearam apenas na criação, em pequena escala, de empresas ligadas ao setor dos serviços, em particular lojas e bares (King et al, 1986). King et al (1986) argumentam que a migração de regresso não tem estimulado o suficiente o desenvolvimento económico porque existem poucas possibilidades de desenvolvimento nestas áreas. Neste contexto, Lipton (1980, citado por King, 1986) é da opinião de que deveria ser dada formação e incentivos aos emigrantes nos países recetores para investirem e direcionarem as suas poupanças para o bem geral das suas sociedades.

Portela e Nobre (2001) argumentam que os emigrantes regressados não se converteram propriamente em agentes de inovação e promotores de desenvolvimento regional pela formação escolar e profissão exercida tanto na aldeia como no estrangeiro (ver também Cepeda, 1988; Silva et al, 1984). Os mesmos autores referem também como barreiras externas a falta de uma política de emigração que cuidasse da valorização humana e profissional dos emigrantes, a falta de uma política de regresso que informasse sobre as alternativas de reinserção socioeconómica local e a falta de uma política de desenvolvimento regional que as estimulasse. Como obstáculos internos, referem ainda a cautelosa gestão do risco (comportamento este que se enraíza na cultura camponesa) e a inexistente ou limitada capacidade empresarial. Neste contexto, Ferreira (1985) também argumenta que é necessário prever esquemas que permitam que emigrantes desempregados em profissões de que há carências em Portugal possam ser objeto de reciclagem nos próprios países de emigração, com vista ao seu regresso.

Assim, em países ou regiões onde o desenvolvimento económico das áreas rurais é a prioridade, um melhor entendimento da migração de regresso poderá contribuir bastante para a procura de soluções de desenvolvimento local (Grindle, 2000). Silva et al (1984:228) argumentam que “o regresso tem revitalizado uma das bases mais importantes do desenvolvimento local, que é justamente a existência de pessoas, não aqui no sentido produtivo, mas no de pessoas como tais, centro e fim último do desenvolvimento”. “A revitalização do tecido demográfico local constitui importante contribuição para a realização do desenvolvimento, pelo que a sua valorização, em termos de uma política de regresso é fundamental”. Apesar da importância dos recursos demográficos nas áreas rurais como a base para o desenvolvimento sustentável, a população tem sido muitas vezes negligenciada nas medidas e instrumentos de planeamento espacial. Isto porque, os agentes de desenvolvimento raramente percebem os grupos da população como *stakeholders* ativos do desenvolvimento “rural” sustentável (Roca, 2000, citado por Roca e Caldinhas, 2001). De acordo com a OCDE (2008) os emigrantes trazem com eles formação e experiência laboral que adquiriram fora, podem regressar com capital financeiro, na forma de poupanças acumuladas durante a sua estadia fora, e têm capital social obtido pela sua experiência durante a emigração.

Em 1974 Bovenkerk (citado por King, 1986) descreve alguns fatores que permitem que a migração de regresso se constitua como uma força inovadora, nomeadamente: i) o número e a concentração de emigrantes que podem ter um maior ou menor efeito na mudança; ii) a duração da ausência, devendo ser suficientemente longa para absorver determinadas experiências e valores e suficientemente pequena para aplicar as novas capacidades e atitudes; iii) a classe social, porque o regresso de profissionais ou de estudantes graduados tem um impacto económico e cultural superior aos que não têm formação; iv) diferenças entre os países ou regiões de emigração e de imigração; v) a natureza da formação, ou seja, o potencial de inovação tende a ser maior quando a formação é genérica, em vez de altamente especializada, de forma a poder ser usada no ambiente de origem; e vi) a organização do regresso, porque se for espontâneo e não planeado terá pouco impacto no desenvolvimento local.

Carvalheiros (2007) refere que os censos de 1982 a 1999 em França mostram um movimento de promoção social dos portugueses. Segundo o autor a ascensão também se dá dentro das próprias profissões operárias, com a elevação da maioria à subcategoria de “qualificados” e no crescimento do grupo que inclui empresários e comerciantes, de 1,4% para 5,7%. Tais categorias retratam uma especialização no setor da construção e a criação de empresas “portuguesas” a partir dos anos 80, fenómenos ligados à existência das redes comunitárias (Cordeiro, 1992, citado por Carvalheiros, 2007). Para além disso, há sinais de que o padrão de escolaridade curta dos filhos de emigrantes portugueses (Tribalat, 1995, citado por Carvalheiros, 2007) tem vindo a alterar-se no sentido de uma escolarização mais longa (Branco, 2002; Barre, 1997; Echardour, 1996, citado por Carvalheiros, 2007; Martins, 2000; Ribeiro et al, 1997). Para além disso, verifica-se igualmente um elevado número de alunos filhos de emigrantes portugueses e um assinalável regresso da família e não apenas de alguns dos seus membros a estudar na universidade (Martins, 2000).

De acordo com o estudo de Menezes (2005) sobre a análise da empresarialidade dos portugueses na diáspora, uma grande parte destes empresários já tentou, ou investiu em Portugal. No entanto, a sua maioria obteve resultados negativos, apontando como razões a burocracia, a falta de honestidade dos colaboradores, a demora dos procedimentos administrativos, a má gestão de programas nacionais e comunitários de incentivo ao turismo, a falta de incentivos fiscais e o estereótipo negativo que assola o emigrante português. Este estudo permitiu concluir que existe uma nova geração de emigrantes portugueses com qualificações mais elevadas e inseridos no mundo dos negócios, que possui empresas com sucesso. Nas palavras de Menezes (2005) a sua emigração pode atualmente gerar desenvolvimento económico e ser um polo atrativo de dinamismo económico do interior português, abraçando a tradição portuguesa com a evolução e a inovação empresarial assimilada fora do país.

Um estudo recente de Stockdale e Findlay (2004, citado por Bosworth, 2006), sobre os agregados rurais em cinco distritos ingleses (Alnwick, Ashford, East Devon, South Warwickshire and Wear Valley, citado por Bosworth, 2006), destaca o impacte económico positivo da imigração urbano -”rural” evidenciando que por cada imigrante que trabalha por conta própria são criados em média 2,4 empregos a tempo inteiro. Embora esta

situação incluía qualquer pessoa que se movia para uma área, quando se consideram apenas emigrantes que não nasceram ou não cresceram na área de estudo, o mesmo investigador demonstra que aquela estatística é reduzida para 1,7 empregos adicionais. Keeble et al (1992, citado por Bosworth, 2006) revelam também que 66% dos fundadores dos negócios rurais são emigrantes (Curran & Storey 1993, citado por Bosworth, 2006).

Segundo Ferrão (1996) o fim dos ciclos emigratórios “continental” (como reação à crise que se instalou nos países de destino da emigração dos anos 60) e “colonial” assegurou às principais cidades do país um afluxo de experiências profissionais e competências técnicas adquiridas no exterior que o êxodo “rural” diretamente canalizado pelas migrações internas nunca conseguiria garantir, bem como que os protagonistas destes ciclos emigratórios representaram o necessário investimento para que Portugal viesse a ser aceite como membro efetivo do espaço económico comunitário. Isto porque, segundo o autor, numa primeira fase, pré-regresso, estimularam reestruturações e ajustamentos importantes (mecanização da agricultura, melhoria dos circuitos de distribuição dos bens de consumo e de intermediação financeira, etc.); e numa segunda fase, pós-regresso, diversificaram e qualificaram diversos segmentos do mercado, nomeadamente do trabalho (ver também Cravidão, 1993).

Por outro lado, o regresso dos emigrantes à sua origem tem consequências significativas no comportamento social e pode influenciar futuros padrões de desenvolvimento (Gaspar, 1984). Neste contexto, Amaro (1985) refere as transformações sociais e culturais do seu regresso na década de 80 (em muitos casos para voltar a trabalhar na agricultura): o reforço da economia camponesa e dos comportamentos a ela associados; os novos comportamentos que não deixaram de se chocar com os tradicionalmente existentes nas regiões de origem, ao ponto de hoje se poder falar de uma família mais “burguesa” que se vai substituindo, um pouco por todo o país, à família camponesa que ainda predominava em vastas zonas do interior, o mesmo se podendo dizer das formas e relações sociais em geral que delas emanam; a influência exercida ao nível da ocupação dos tempos livres, que era um conceito praticamente inexistente (como o de férias) na sociedade camponesa tradicional; a adoção de representações consumistas importadas; e a *miscigenização* da língua (Amaro, 1985: 660-663).

Segundo Rocha-Trindade (1992:13) “uma das características dos portugueses, qualquer que seja o seu estatuto socioeconómico ou a sua origem regional, é a capacidade de adaptação e, poderia dizer-se, a facilidade de inserção em quaisquer outros contextos sociais e culturais”. Do mesmo modo que manifestam em geral civilidade e simpatia para estranhos que encontrem na sua própria terra, também, quando no estrangeiro, procuram conhecer, respeitar e frequentemente adotam, hábitos, comportamentos e modos de expressão que até então lhes eram alheios. Quando de regresso a situação inverte-se e é frequente ouvir falar um português entrecortado de frases e expressões estrangeiras, como indicador exterior de experiências migratórias internacionais. Com carácter mais visível e afirmado, encontram-se na paisagem portuguesa inúmeras marcas de vivências no estrangeiro, pela arquitetura das casas, pelos nomes que lhes são atribuídos, pelos elementos de decoração exterior que lhes são apostos e pela organização e conteúdo dos interiores”.

Face à discussão desenvolvida ao longo desta secção, conclui-se que a contribuição da inovação externa é frequentemente um fator decisivo no início de um ciclo de desenvolvimento (ver também Hollander and Associates, 1967). Em Portugal, destaca-se também um estudo recente revelador de que a perda de população através dos fluxos migratórios enfraquece a economia da região emissora, enquanto a dinâmica emigração/regresso constitui-se como importante fonte de desenvolvimento económico-social local (Gonçalves, 2007). No entanto, a migração de regresso não é suficiente para iniciar o processo de desenvolvimento. De acordo com a OCDE (2008) os emigrantes irão querer regressar às suas origens apenas se as condições económicas forem atrativas e se existirem novas oportunidades. Assim, “só há verdadeiramente política de regresso quando inserida numa política de desenvolvimento regional e esta não se pode compreender e implementar se não tiver em conta a existência daquele, as relações íntimas, ao longo de todo o seu trajeto, entre o movimento de emigração-regresso e a questão do desenvolvimento regional, e os recursos e potencialidades veiculados pelo regresso” (Silva et al, 1984:227).

### 3.4 A possibilidade de regresso da “diáspora portuguesa”

A discussão conduzida na secção anterior contribuiu para reconhecer que os emigrantes podem ser agentes de desenvolvimento, porque geralmente regressam para os locais de origem, que são as áreas rurais carenciadas, podem trazer formação e experiência laboral, bem como capital financeiro e social obtido durante a sua experiência da emigração. Deste modo, nesta secção pretende-se fazer um enquadramento do contexto emigratório, desde a segunda metade do século XX até à atualidade, no sentido de perceber as estratégias de mobilidade dos emigrantes, com o objetivo do seu regresso. Segundo Barreto e Mónica (1999) a forte emigração, verificada entre meados dos anos 50 e meados dos anos 70, esteve ligada ao crescimento económico europeu do pós-guerra, num processo essencialmente intraeuropeu de transferência maciça de mão-de-obra do Sul periférico para o Norte industrializado, onde Portugal se encontrou substancialmente envolvido nesta transferência a partir da década de 60. Até aos anos 60 a maioria dos portugueses que emigraram dirigiram-se para o Brasil (Marques, 2001). A partir desta década a emigração portuguesa dirige-se, sobretudo, para a Europa, integrando-se o fluxo migratório nacional progressivamente nos processos de transferência de forças de trabalho dos países do Sul para os do Norte da Europa iniciado nos anos 50 (Marques, 2001).

Segundo Arroteia (1986:138) depois da crise económica de 1974, constatou-se que persistia uma “nova geração” de emigrantes que viria a provocar um excesso de desemprego e sobrecarga de mão-de-obra estrangeira, originando em algumas sociedades, um clima de desconfiança e algumas reações “xenófobas”. Entretanto esta geração acabou por alertar alguns organismos internacionais que, através de algumas recomendações aos Estados membros, sugeriu a “integração jurídica, social e económica” destes habitantes nos países de acolhimento ou nos países de origem. Assim se justificaram diversas iniciativas tomadas pelos países hospedeiros, enquanto os países de origem deveriam assegurar (em regime de integração ou em paralelo) cursos de Língua e Cultura Portuguesa no estrangeiro, de nível primário e secundário, existentes não só na Europa, mas noutros continentes onde as comunidades portuguesas os justificassem (Arroteia, 1986:138; Baganha e Góis, 1999).

Com o fecho virtual da imigração, em meados da década de 70, foram tomadas medidas por parte dos países recetores, que visavam simultaneamente promover a integração das comunidades emigrantes e estimular o regresso dos emigrantes aos seus países de origem (ver por exemplo Arroteia, 1985; Baganha e Góis, 1999; Rocha-Trindade, 1992; Rocha-Trindade, 1997). Segundo a OCDE (2008) o efeito dos incentivos diretos para o regresso pode ser ambíguo, porque embora constitua uma vantagem para aqueles que já tencionavam regressar, pode encorajar os indivíduos a emigrar no sentido de beneficiar de assistência no seu regresso, bem como provocar algum descontentamento entre os não-emigrantes e dificultar o processo de reintegração. Neste âmbito, em 1985 Caspari refere que muitos emigrantes enfrentam dificuldades de readaptação em Portugal pelo impacto que a nova diferenciação social entre os emigrantes e os não-emigrantes gera. Consequentemente, à década de 80 corresponde um maior número de regressos, grande parte população ativa (33,8%) e estudantes (34,6%), enquanto o número de reformados (16,8%) diz respeito ao conjunto de indivíduos que não procederam ao reagrupamento familiar e que, por doença profissional, acidente, idade avançada ou opção, regressaram após uma relativamente curta permanência no estrangeiro (Madeira, 2001).

Em traços gerais, Rocha-Trindade (1992) caracteriza as tendências médias associadas à situação de regresso para Portugal, em particular o facto do regresso se processar preferencialmente para as regiões de origem dos emigrantes; não se verificar reintegração na atividade profissional exercida antes da partida (quando se procuram atividades agrícolas, tais são exercidas a nível de pequena empresa ou como ajuda familiar); relutância em voltar a trabalhar por conta de outrem, preferindo-se uma situação de pequeno empresário ou de semi-reforma, não dando origem a renovação ou inovação significativas no sistema produtivo; alteração significativa dos hábitos de consumo, estilo de vida e conceção de família, propagando-se essa inovação ao meio circundante; e, embora sem se poder generalizar esta tendência, maior nível de envolvimento e participação de emigrantes regressados em atividades cívicas e autárquicas.

Com a proximidade dos países e as facilidades de deslocação os emigrantes nunca cortaram totalmente o cordão umbilical com o país de origem, uma vez que para aí enviavam as poupanças e construíram residência, por vezes aí ficaram os filhos para

continuar os estudos, bem como realizavam visitas anuais em ocasião de férias que garantiam a manutenção do contacto com famílias, conhecidos, conterrâneos, dando continuidade a interesses e negócios (Rocha-Trindade, 1992). Segundo Caspari (1985) as crianças emigrantes também eram levadas para Portugal para aí serem batizadas ou para a sua Primeira Comunhão e os adultos que eventualmente se conheciam em França regressavam a Portugal para casar (Caspari, 1985). De acordo com o estudo do mesmo autor a forma mais evidente pela qual os emigrantes radicados em França afirmam o seu compromisso material e simbólico relativamente a Portugal é num projeto comum de aí construírem uma residência, considerando que, em meados de 1970, cerca de 70% das suas remessas foram destinadas para a compra ou construção de uma residência. Neste sentido, o projeto de construção de uma residência existe desde os primeiros anos da imigração, revelando até que ponto os emigrantes estavam ligados às suas origens.

Nas últimas duas décadas, estas casas têm sido designadas por “casas francesas”, indicando que foram construídas por emigrantes de França (Leeds, 1983b). Segundo Rocha-Trindade (1976:992-993) “constroem-se atualmente em maior número as casas de “franceses”, mas estes ainda não conseguem destronar a importância dos “brasileiros”: a constituição e o reconhecimento destes últimos como grupo de emigrantes são mais antigos, as suas realizações mais consistentes e a sua existência celebrada há muito pelo jornal, pela ligação forte que o pároco com eles sempre procurou (e conseguiu) estabelecer”. Para além disso, as casas também estão a ser construídas por emigrantes da Alemanha, Estados Unidos, Venezuela e mesmo Inglaterra ou, mais recentemente, da Arábia Saudita e até Israel, havendo igualmente pessoas que não emigraram, mas tomaram parte no surto de construção local impulsionado pelos emigrantes (Leeds (1983b). Contudo, segundo Rocha-Trindade (1992:13), as casas dos emigrantes distinguem-se na paisagem, pois “transportam-se para a sua fronteira os símbolos maiores do país onde cada um viveu: bandeiras em azulejo, réplicas de monumentos que são *ex-libris* de grandes cidades, figuras de heróis estrangeiros”. As características das residências (auto) construídas de raiz pelos emigrantes portugueses é uma questão que irá ser retomada nas secções 3.8-3.10.

Por outro lado, Silva et al (1984) argumentam que não existe informação sobre a emigração dos filhos, mas que 24% dos emigrantes deixaram um ou mais filhos no



estrangeiro, na grande maioria dos casos por terem lá emprego (74%) ou ainda, embora com menor expressão, por terem lá casado. Do mesmo modo, Madeira (2001) refere que o regresso é maioritariamente familiar e que grande parte dos filhos, ainda em idade escolar, acompanha os pais (71,4%), enquanto apenas 21,1% dos regressados deixam os filhos no país de acolhimento. Os elevados valores de regressos em idade escolar incluem todos aqueles que, vindo na companhia dos pais, continuaram os estudos em Portugal. Por norma regressam estando os filhos num nível básico de ensino, permitindo a sua progressão com poucas dificuldades de adaptação. Tal não significa obrigatoriamente a aquisição de formação académica de nível superior mas, segundo Madeira (2001) esta é uma situação frequente.

De acordo com Poinard (1983a) nos casais jovens, a mulher fica muitas vezes no estrangeiro enquanto os filhos são pequenos e depois, quando se põe o problema da escolarização (no fim da escola primária), regressa com eles, deixando o marido sozinho. Por outro lado, quando o trabalhador já tem uma família numerosa, são os filhos mais velhos que vão ter com o pai quando, por sua vez, já têm idade para trabalhar e por vezes, há uma filha que também emigra para cuidar da casa do pai e dos irmãos. Mais tarde, quando os meios parecem suficientes, a mãe e os filhos mais novos juntam-se à família já instalada. Neste contexto, em que os trabalhadores tentam conciliar, o melhor que podem, os objetivos económicos da emigração com a manutenção da vida familiar, é natural que o número de filhos seja baixo em relação às taxas de natalidade, tradicionalmente altas, dos distritos do Norte e Centro de Portugal (Poinard, 1983a). Sendo a educação dos filhos o problema mais difícil de resolver para as famílias emigrantes, num grande número de casos são deixados no país natal com membros da família (tios e avós) (Poinard, 1983a). Mas, com o avançar da idade de todos, os adolescentes tornavam-se um problema, a reclamar a presença e a atenção dos pais, ou na aldeia, ou em França (Portela e Nobre, 2001).

Assim sendo, a pirâmide de idades é muito diferente conforme se trata de crianças que residam em França com os seus pais ou que tenham ficado à guarda da mãe em Portugal. Os filhos mais novos vêm com os pais, sendo muitas vezes o motivo declarado da decisão de regressar, o que não acontece tanto com os mais velhos, que já arranjam emprego e/ou casaram no país de imigração, onde estão mais integrados, e sobre os quais os pais não

exercem o mesmo controlo (Amaro, 1985). Poinard (1983b) refere que 57,7 % dos filhos que ficaram em França têm menos de 10 anos, contra 0,3 % que nunca saíram de Portugal. Segundo este, isto justifica-se pela hesitação em regressar quando existem filhos com mais de 10 anos, mais integrados já na sociedade francesa e com uma escolarização feita na língua do país de acolhimento, o que tende a fazê-los sentirem-se estrangeiros no seu próprio país. Contudo, embora a probabilidade de um dia estes ficarem no estrangeiro seja grande, muitos destes filhos de emigrantes vêm também como seu o país dos pais (ver Goldey e Jesus, 2001).

Num estudo realizado por Rocha-Trindade (1992), que incidiu sobre a população (dos 12 aos 18 anos) de todas as escolas de ensino secundário oficial diurno em Portugal, no sentido de localizar quais os alunos filhos de emigrantes, foram levantados dados relativos às datas de emigração e/ou de regresso dos seus pais, descrição do núcleo familiar, país e língua de escolarização, etc. Alguns dos resultados obtidos apontam, que no total da população analisada (433 005) existiam 34 525 estudantes relacionados com a problemática migratória. Repartiam-se estes em três partes quase idênticas: os nascidos em Portugal que estiveram no estrangeiro; os nascidos no estrangeiro; e os que, tendo sempre permanecido em Portugal, tiveram os pais a residir no estrangeiro (população de estudantes “indiretamente ligados à emigração”). Na população analisada, apenas figuram casos de regresso ou de intenção de regresso (uma vez que os inquiridos se encontram em Portugal), e encontra-se enorme dominância de regressos, reais ou potenciais, em emigrações provenientes de França (48,2%), Alemanha (21,7%) e Venezuela (4,5%); todos os outros destinos detetados apresentam números inferiores.

Relativamente às migrações internas ascendentes, não há um perfil etário que se possa considerar totalmente típico. Para além de um certo regresso à terra no fim da vida ativa, o facto mais saliente parece ser, contudo, um regresso (ou simples ida) à origem nas idades ativas mais jovens, que poderá ter a ver com as três causas seguintes, eventualmente interligadas: regresso à terra dos estudantes, após conclusão dos cursos respetivos e verificada a impossibilidade de encontrar emprego nos locais de estudo; existência de um fluxo migratório (ainda que em pequena escala) de regresso (ou de simples ida) podendo ter na origem a questão de desemprego generalizado num contexto de crise geral da

economia; deslocação para a periferia de um certo número de profissionais ligados a setores cujo desenvolvimento nessas regiões foi possível e estimulado sobretudo após 1974, tais como professores (educação), médicos (saúde), etc. (Amaro, 1985).

Por outro lado, a integração de Portugal na CEE e, posteriormente na UE, alterou a problemática da emigração e subsequentemente a estratégia de vida pessoal dos portugueses que emigraram para a Europa (Rato, 2001). Neste sentido, o fluxo de regresso na década de 90 revela dimensões e intervenientes diferentes que não supõem a participação na vida ativa como trabalhadores dependentes, uma vez que permaneceram tempo suficiente no estrangeiro para regressarem reformados e com possibilidade de beneficiar do esforço despendido (Madeira, 2001:7). Assim sendo, a previsão do regresso em massa dos portugueses emigrados na Europa não se verificou. Neste caso, o elevado fluxo anual de retornados traduz, essencialmente, o movimento de regresso do conjunto desses emigrantes que vão atingindo a idade da reforma, aos quais se deve acrescentar o regresso de emigrantes transoceânicos, provocado por crises económicas e sociais em países como o Brasil, a Venezuela e a África do Sul (Rato, 2001).

Este comportamento corresponde a uma nova estratégia de migração-circulação, a qual se insere na dinâmica da crescente mobilidade impulsionada pela globalização e está facilitada pelos direitos inerentes à cidadania europeia (Rato, 2001). Para a população jovem com pais emigrantes em França, o que prevalece na esfera familiar, entre irmãos e irmãs, e entre gerações é um certo sentido de “Europeísmo”, baseado em duas culturas, e no bilinguismo, normalmente associado à dupla nacionalidade (Villanova, 2006/7). Os que optaram pelo reagrupamento familiar deixam parte dos descendentes no país de destino, o que os “obriga” a constantes deslocações e permanências no estrangeiro (Madeira, 2001:7). Segundo Villanova (2006/7) a aquisição de uma residência no país de acolhimento acompanha o nascimento dos netos, quando o casal de emigrantes se apercebe que os seus descendentes se estabeleceram definitivamente em França.

De destacar, segundo Silva et al (1984:143), “a deteção de um movimento de venda de casas de emigrantes que encaram com maior ceticismo o seu regresso, particularmente por razões ligadas à “segunda geração” (quando esta quer permanecer no país de imigração)”.

Assim, a dupla residência, com o objetivo de alternar, tem funcionado como um compromisso dos casais com expectativas divergentes: a mulher mais ligada aos seus descendentes estabelecidos em França, e o homem mais desejoso de regressar ao estilo de vida “rural” quando se reformarem. Quando os filhos preferem viver em Portugal, os casais regressam para se reformarem, o que significa que é a ligação aos descendentes que finalmente leva os parentes, e sobretudo a mulher, a tomarem as decisões (Villanova, 2006/7).

Em síntese, esta secção permite reconhecer a existência de uma nova estratégia de migração-circulação, resultante das forças da globalização e do desejo de regresso às origens, que se faz acompanhar pela prática da dupla residência e impõe um modo de comportamento que varia de acordo com a oportunidade. Segundo Villanova (2006/7) quando os primeiros proprietários falecerem, a residência inicialmente imaginada para a reforma poderá tornar-se uma segunda residência, que entretanto terá sido valorizada na região que se desenvolveu economicamente. Refere ainda, que os casais com apenas um filho são mais frequentes e que, não raras as vezes, os primeiros recém-chegados adquirem várias propriedades para garantirem que terão uma pensão suficientemente confortável. Assim, a disponibilidade de residência no local de origem, aliada à tendência de uma menor taxa de natalidade entre os emigrantes, poderão, em parte, contribuir para o regresso às origens da “nova geração” de emigrantes portugueses.

### **3.5 Os fatores *push* e *pull* na mobilidade dos emigrantes**

Tendo-se concluído nas secções anteriores que as remessas dos emigrantes, quando canalizadas para atividades orientadas ao crescimento, e o seu regresso aos locais de origem, que são as áreas “rurais” em análise nesta tese, podem contribuir para o seu desenvolvimento pretendemos de seguida analisar a mobilidade da população “rural”, com o objetivo de identificar os fatores *push* e *pull*. Deste modo, os vários estudos publicados em Portugal referem como principais razões da evolução do fenómeno que, durante a década de 60 e primeira metade da de 70, conduziu ao êxodo de emigrantes isolados e de famílias inteiras, hoje radicadas em diversos países e cidades de imigração, a falta de

emprego e de salários que perspetivassem um futuro mais digno e seguro (ver por exemplo Arroteia, 1985; 2001; Arroteia e Fiss, 2007; Althoff, 1985; Baganha e Góis, 1999; Ferrão, 1996; Ferreira, 1976; Gonçalves, 2007; Leeds, 1983a; Murteira, 1965; Poinard, 1983a; Portela e Nobre, 2001; Rocha-Trindade, 1976). As causas da emigração para as ex colónias, que ocorreram no mesmo período, apontam no mesmo sentido (ver Dias, 2008). Para além disso, a emigração portuguesa não terminou entre 1973-1974 e registou um aumento em finais da década de 1980 e no início da década de 1990 (Ferrão, 1996; Lucas, 1997). Contudo, a década de 1990 foi claramente marcada por uma redução progressiva dos fluxos estimados e especialmente pela afirmação de uma lógica de emigração temporária, envolvendo formas de movimentação “pendular” de longa distância e de larga amplitude com alguns países da EU (Alemanha, Reino Unido, França) (Ferrão, 1996; Malheiros; 2005).

Segundo Peixoto (2007) mesmo ignorando muito do novo contexto da emigração, são objetivos económicos, de modo a maximizarem o rendimento que auferem num qualquer trabalho no estrangeiro, visando a melhoria das condições de vida, que ainda incitam os portugueses a abandonar, mesmo que temporariamente, as regiões de origem - as mesmas que continuam a não conseguir preencher as suas necessidades. Isto significa que um fluxo relativamente pequeno de emigrantes ainda deixa o país todos os anos à procura de trabalho tanto nos destinos tradicionais como em novos destinos (Malheiros, 2005). Neste sentido, face à diversidade de correntes migratórias portuguesas, Baganha (1994) refere que houve uma passagem de correntes essencialmente compostas por emigrantes trabalhadores para predominantemente compostas por familiares de trabalhadores emigrantes entre 1978 e 1985 e novamente, nos últimos anos, no regresso à dominância da componente trabalho.

De acordo com o Conselho da Europa (citado por Arroteia, 1998:51) as principais dificuldades com que se debate a população de jovens emigrantes, apesar das medidas tomadas pelos países de origem e pelos países de imigração, devem-se fundamentalmente a uma escolaridade medíocre resultando, por sua vez, em problemas linguísticos e de adaptação sociocultural; acesso ao emprego em condições desfavoráveis, na sequência de uma escolaridade reduzida por falta de formação profissional adaptada, de informação

quando da escolha da profissão, impossibilidade, de facto ou de direito, em exercer determinadas profissões; referência a duas culturas com o risco de não se identificar com nenhuma e perder toda a identidade; marginalização em relação à vida cívica e política do país onde nasceram e onde passaram grande parte da adolescência; e incerteza quanto ao lugar onde viverão no futuro. Rato (2001) refere que no quadro de estudos dedicados à problemática do regresso dos portugueses que tinham emigrado para os países da CEE, durante a década de 60 e primeira metade da de 70, os resultados de alguns dos inquéritos sobre o perfil económico-social e até psicológico dos emigrantes retornados têm um âmbito geográfico e temporal limitados e, dessa forma, a extrapolação dos respetivos resultados tem de ser efetuada com cuidado.

Deste modo, entre os inquéritos realizados destaca o estudo de Silva et al de 1984, onde foram realizados 692 inquéritos, cobrindo os seguintes concelhos: Viana do Castelo, Vila Verde, Macedo de Cavaleiros e Gondomar (Região Norte); Estarreja, Oliveira do Bairro, Seia e Sabugal, (Região Centro); Pombal, Coruche e Almada (Lisboa e Vale do Tejo); Loulé (Algarve). Os autores do referido estudo referem que o regresso dá-se ainda, para a maioria deles, durante a vida ativa, com uma duração média de vida ativa relativamente elevada e destacam a necessidade de dinamizar a criação local de postos de trabalho e de promover a formação profissional do emigrante retornado, assim como a de toda a restante mão-de-obra) (ver também os estudos publicados por Amaro, 1985; Gonçalves, 2007; Martins, 1967; Poinard, 1983a; Roca, 1999; Rocha-Trindade, 1988, citado por Gonçalves, 2007). Para as novas gerações, particularmente de filhos de emigrantes que ficaram em Portugal enquanto os pais trabalhavam no estrangeiro, as oportunidades também se encontram bloqueadas dentro do seu próprio país (Silva et al, 1984). Neste contexto, em relação aos retornados portugueses, Pires et al (1987) referem que procuraram instalar-se nas regiões do país onde viviam as suas famílias e/ou onde mais facilmente conseguiriam obter um emprego (sobretudo na área metropolitana de Lisboa).

Segundo Arroteia (1998) a manutenção dos que ainda vivem na aldeia de origem dos seus familiares irá depender do desenvolvimento futuro da indústria, dos serviços, da agricultura e da própria emigração, uma vez que na ausência de novos postos de trabalho e de perspectivas, mais sedutoras, de entrada no mercado de emprego, agravar-se-ão, pelo

desânimo e falta de incentivo, as possibilidades de promoção social porque aspira esta população. Neste contexto, Unger (1986) argumenta que um maior nível de desenvolvimento na área de origem dos emigrantes regressados também influencia o seu processo de *reintegração*, caso contrário a tendência será para voltarem a *reemigrar*. Deste modo, se forem criadas condições sustentáveis de crescimento nos países de origem, com vista ao seu desenvolvimento, reduzir-se-ão as diferenças de rendimento entre os países de origem e de acolhimento e, conseqüentemente, diminuirá a emigração e aumentará o regresso (Gonçalves, 2007). Neste sentido, o desenvolvimento influencia o regresso, na medida em que dá origem a fatores de atração e fixação das populações. Tal como refere Amaro (1985) as potencialidades contidas no regresso dos filhos dos emigrantes não terão um grande impacto no desenvolvimento regional se continuarem a atuar na sua forma espontânea, carecendo de incentivos e orientação.

A par da dificuldade em encontrar trabalho (mais sentida nos concelhos rurais), o estudo de Silva et al (1984) também refere que a adaptação à vida local é considerada como o principal problema sentido pelos emigrantes quando regressados a Portugal (sendo menos sentida pelos emigrantes regressados a residir em concelhos rurais), seguindo-se outros problemas económicos. Neste contexto, Arroiteia (1998) argumenta que o estreitamento dos laços de amizade é um dos fatores preponderantes de integração na sociedade local dos jovens emigrantes regressados. Estando os emigrantes regressados familiarizados com o destino, onde têm amigos e familiares a residir, as barreiras e os custos psicológicos do regresso serão menores comparativamente com os indivíduos que chegam pela primeira vez (Gmelch, 1986). Segundo o estudo de Gmelch (1986) a variável que mais se relaciona com o grau de adaptação dos emigrantes regressados é a satisfação com a vida social, daí a importância das relações sociais e da aceitação por parte da população local.

De acordo com Amante (2006) os emigrantes portugueses que fixaram residência nas zonas urbanas mais próximas não deixam enfraquecer os laços de pertença aos seus locais de origem, voltando sempre que têm oportunidade, como uma estratégia de reforço da cultura e identidade locais. A maioria dos seus descendentes tem uma biografia de ligações ao sistema económico afetivo, o espaço aldeão durante as férias de verão, que funcionam como um componente importante das sociabilidades familiares e contribuem para alargar e

aprofundar as redes de sociabilidade entre os descendentes (jovens franceses de “raiz” e filhos de emigrantes de outras origens) e outros jovens de origem portuguesa (Carvalho, 2007:155). Neste sentido, as visitas regulares das comunidades de emigrantes constituem uma estratégia para a manutenção dos laços sociais no local de origem e contribuem para a sua reintegração e decisão sobre o regresso definitivo (Duval, 2004). Segundo Duval (2004) este nível de reintegração está acima e para além da unidade familiar individual.

Por outro lado, quando os objetivos económicos delineados à partida são atingidos os fatores afetivos de ligação à família e à terra são os que assumem maior peso na decisão de regressar (Amaro, 1985; Martins, 1967; Rempel e Lobdell, 1978; Silva et al, 1984). Neste sentido, a generalidade dos estudos realizados revela que cerca de 90% dos emigrantes dizem ter regressado para a mesma freguesia onde viviam antes de emigrar, que a idade favorece o regresso ao local de origem, que é muito mais nítido no caso dos concelhos “rurais” e também mais acentuado para os emigrantes regressados a trabalhar no setor agrícola (94%) do que nos setores não agrícolas (85%) (ver por exemplo Amaro, 1985; Cepeda, 1988; Gonçalves, 2007; Lewis e Williams, 1986; Lucas, 1997; Poinard, 1983b; Portela e Nobre, 2001; Rocha-Trindade, 1976; Rocha-Trindade, 1992; Serrão, 1985; Silva et al, 1984). Embora se constate que a idade favorece o regresso ao local de origem, pelas razões já apresentadas, Ferrão (1996) argumenta que esta situação também é mais provável quando não existe cordão umbilical da propriedade fundiária, que permite estabelecer, como sucede com outros grupos, uma ponte com o mundo não urbano. O estudo de Lewis e Williams (1986) acrescenta ainda que o reduzido número de regressos dos retornados às áreas de origem (43%) deve-se à falta de laços pessoais com o país após vários anos como colonos e também ao facto de 10% ter nascido fora.

Neste âmbito, a investigação de Gonçalves (2007) identifica como motivos apresentados para justificar o sentimento de pertença dos emigrantes portugueses, o nascimento e a origem como vetor principal de ligação ao país escolhido (78,9%). Salienta igualmente que o segundo motivo, com 21,1% das respostas, é a duração da estadia e a vivência no país de origem. A investigadora argumenta que esta relação de pertença está claramente representada quando a análise se cruza com a naturalidade dos sujeitos e o desejo de regressar a Portugal aparece como uma realidade para qualquer escalão etário considerado.



Para além disso, refere ainda que a influência do grau de ensino alcançado pelos inquiridos não parece ser tão evidente no que diz respeito ao desejo do regresso a Portugal, bem como também é relativamente maior para os mono cidadãos do que para os duplos. De acordo com Caspari (1985:197) a integração ou participação no estilo de vida urbano e industrial “francês” é resistido e a relativa segurança material é acompanhada pelo materialismo e individualismo, associados a valores negativos e ao declínio no padrão moralista. Ao contrário, Portugal representa um sistema moral e cultural coesivo caracterizado pela extensão da família, vivência na aldeia, vitalidade da religião e convívio (Caspari, 1985). Neste sentido, é a imagem de um passado “tradicional” e de uma cultura “rural” autónoma que é enfatizada e inculcada pelos emigrantes portugueses da primeira geração aos seus filhos (Caspari, 1985).

Segundo Grindle (2000) embora o desemprego seja a causa principal da emigração e do regresso, atuando como uma força *push*, existem outras forças que atraem os emigrantes para uma região, tais como a proximidade à família e amigos, o ambiente social e físico da vida “rural”, os baixos níveis de criminalidade e um estilo de vida relaxado. Deste modo, quando o emigrante considera o regresso os fatores *push* e *pull* são muito diferentes e baseiam-se nas suas experiências na área de acolhimento. O mesmo investigador refere ainda que, a ligação à família e ao lugar tem prioridade sobre os salários mais elevados e que as oportunidades de emprego na comunidade de origem são a condição mínima e não a motivação principal para regressar (ver também Champion e Vandermotten, 1997; Errington e de Persson et al, citado por Bryden e Bollman, 2000). Entre os vários estudos realizados sobre os fatores que influenciam uma maior qualidade de vida Champion e Vandermotten (1997) referem o baixo nível de poluição, de criminalidade, bons cuidados de saúde e o baixo custo de vida.

De acordo com Ferrão (1996) a mobilidade geográfica evolui no sentido de valorizar outras formas de circulação não estritamente migratórias, pelo alargamento e intensificação dos movimentos pendulares diários, bem como multiplicação dos casos de mobilidade residencial não acompanhada por alterações no que se refere ao local de emprego. Deste modo, a mobilidade de pessoas (e de empresas) para as áreas “rurais” não é apenas determinada pela disponibilidade de trabalho e de outras oportunidades económicas, mas

também pelos novos valores colocados nas áreas “rurais”, como por exemplo um ambiente puro, vida comunitária, espaço para lazer, paisagens agradáveis, estilos de vida, cultura “rural”, etc., e ainda, em alguns casos, a disponibilidade para construções redundantes e o baixo custo da habitação (Bryden e Bollman, 2000; Stewart, 2001). Face ao exposto, reconhecemos que a mobilidade da população “rural” tem sido condicionada por condições locais e de atração nas áreas rurais. Por outras palavras, as oportunidades de emprego e de rendimento têm-se revelado como fatores *push* e *pull* na influência dos emigrantes regressarem a Portugal. No entanto, são a condição mínima e não a motivação principal para o regresso, uma vez que a ligação à família e ao lugar (ou estilo de vida “rural”) constituem-se igualmente como fatores *pull*.

### **3.6 O associativismo como estratégia de coesão da identidade das comunidades portuguesas**

Ao pretender-se avaliar nesta tese o contributo do regresso potencial dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento “rural” nos seus locais de origem, pelas razões mencionadas nas secções 3.2-3.4, importa agora reter que as comunidades portuguesas, no seu conjunto, têm-se associado com o intuito de luta contra o risco de perderem a sua identidade, e as associações ou coletividades constituídas na base da nacionalidade e mesmo em termos regionais (de origem) têm sido uma das estratégias procuradas de o fazer. É este o objetivo da discussão conduzida nesta secção. Reconhece-se que, a emigração deu origem à formação de diversas comunidades de portugueses hoje dispersas pelo mundo, constituídas, muitas delas, por indivíduos oriundos da mesma região (Arroteia e Fiss, 2007; Silva et al, 1984). “Como prisioneiro da sua cultura, o emigrante não consegue dela desligar-se integralmente nos movimentos espaciais e sociais que realiza. Transporta-a e modifica-a numa dinâmica que caracteriza a sua própria existência. Ao partir para o desconhecido, natural se torna, pois a atitude que têm os emigrantes de procurar apoio junto de quem lhes é culturalmente semelhante, de modo a atenuar a descontinuidade produzida pelo afastamento do seu país. Este facto muito contribui para a definição de destinos especializados” (Rocha-Trindade, 1976:997).

No seu conjunto, as comunidades portuguesas têm contribuído para o crescimento económico dos países de acolhimento e para o reforço das sociedades multiculturais onde residem (Arroteia e Fiss, 2007). Segundo Arroteia (2001) importa realçar como muitas dessas antigas comunidades foram fortalecidas, durante a segunda metade do século XX, por contingentes de novos emigrantes, essencialmente adultos e do sexo masculino, pouco letrados e especializados. Outras comunidades constituíram-se desde então, devido à chegada dos novos emigrantes à Europa, bem como a países da Ásia e do Médio Oriente, pouco conhecidos da emigração portuguesa (Arroteia, 2001). Mesmo assim, estima-se que mais de um quarto destes últimos emigrantes tinha idade inferior a 14 anos, facto que vem comprovar a importância da emigração jovem e jovem-adulta (em idade de procriação) e o significado da emigração familiar (Arroteia, 2001).

Quanto aos valores de natureza estatística referentes à população de origem nacional residente em países estrangeiros nos finais da década de noventa (século XX), a sua dimensão (nacionais e luso-descendentes) ultrapassa os 4,6 milhões de cidadãos (Arroteia e Fiss, 2007). De acordo com Malheiros (2005) as comunidades portuguesas no estrangeiro praticam estratégias de vai-e-vem relativamente regulares (mais intensas no verão), mantêm contactos com Portugal, justificam a emissão de uma cadeia de televisão pública internacional (RTP Internacional) e também dos canais de televisão privados e enviam regularmente as suas remessas para o país de origem. Segundo o mesmo autor, após uma redução entre meados da década de 1990, o volume de remessas cresceu no final da década de 1990 atingindo aproximadamente 3400 milhões de euros em 2000 (3% do PIB, mais do que o valor total de transferências da EU). Neste sentido, as associações de emigrantes, coletividades constituídas na base da nacionalidade e mesmo em termos regionais (de origem) assumem capital importância nas relações com Portugal, onde se fala português e se cultivam as tradições portuguesas.

Os produtos típicos, o folclore e a música popular funcionam conjuntamente para fazer reviver a imagem da terra. Nestes locais também é possível encontrar autênticas “agências patrimoniais” de que resultam mais tarde regressos de casais portugueses (Silva et al, 1984:109). Também é nestas coletividades que se torna possível receber a imprensa portuguesa e é aí também que se organizam coletivamente para transporte de encomendas,

correio, etc., por meios próprios entre os locais de trabalho e a sua região de origem (ver Nogueira e Porteous, 2003; Silva et al, 1984:109; Schimiti, 1985). Para além disso, segundo Beswik (2005) a língua é usada pelos emigrantes portugueses como um símbolo unificador e de reforço emblemático da identidade do grupo. Assim sendo, existe uma dupla estratégia no mundo associativo, que por um lado trabalha para manter a diferença cultural, face à cultura dos locais de acolhimento, e por outro se concebe como promotor de contactos com a cultura local.

Ao considerar igualmente uma região interior do Centro de Portugal, economicamente deprimida, onde se evidencia uma forte tendência para o despovoamento demográfico, Rocha-Trindade (1986a) refere que se encontra uma relação direta entre a ocorrência de correntes de emigração interna com uma intensa atividade associativa e que a razão de existir deste tipo de associativismo fundamenta-se na procura do progresso e do desenvolvimento local, com vista à satisfação de necessidades materiais coletivas de ordem infraestrutural, diariamente sentidas pelas populações. Deste modo, Rocha-Trindade (1986a) argumenta que o associativismo manifesta-se de maneira intensiva nestes meios, como uma estratégia de estreitamento de laços, de manutenção de solidariedades, de criação de oportunidades de convivência, onde tudo reverte em favor da coesão de um grupo em luta contra o risco de perder a sua identidade. Esta discussão terá continuidade na secção seguinte.

### **3.7 O processo de formação de uma identidade cultural**

O debate em torno da identidade tem aumentando a sua intensidade a partir do aparecimento do fenómeno da globalização (Suárez, 2005). No mundo moderno os lugares estão sujeitos a várias influências devendo-se, por isso, questionar o papel desses lugares na formação da identidade (ver por exemplo Hall, 2005; Sandell, 2006; Williams e Patten, 2006). Os lugares incluem o espaço físico, as atividades humanas, os processos sociais e as avaliações psicológicas, tais como a identidade, dependência e ligação ao lugar (Stedman, 2006). Neste âmbito, as residências são lugares onde os indivíduos interagem, relacionam-se com as identidades individuais (Hui, 2008) e o processo de residir em vários lugares ao

mesmo tempo, consiste numa expressão moderna da necessidade de ter uma identidade autêntica enraizada em algum lugar (Williams e Kaltenborn, 1999, citado por McIntyre, 2006).

De acordo com Carvalheiro (2007) um procedimento fundamental para se estudar as identidades é separar conceptualmente os aspetos que se pretendem analisar distinguindo entre identidade pessoal e identidade social. A primeira será parte de um processo, uma narrativa biográfica através da qual o sujeito vai organizando as suas ações entre uma diversidade de opções possíveis e de influências institucionalizadas, enquanto a segunda refere-se à filiação em categorias coletivas envolvendo sentimentos de pertença e reconhecimento por parte dos sujeitos (Giddens, 2001, citado por Carvalheiro, 2007; Oliveira, 2003). Assim, à semelhança de Carvalheiro (2007), esta pesquisa refere-se apenas à identidade social. Neste sentido, as identidades sociais ou coletivas são sempre um fenómeno social e cultural em simultâneo, por implicarem a identificação dos indivíduos com grupos e a sua inserção em categorias, e por trabalharem com significados partilhados, através dos quais os indivíduos atribuem sentido às categorias e aos seus membros, qualificando-os e situando-os em mapas cognitivos e em escalas simbólicas (Carvalheiro, 2007).

No processo de construção da identidade Cornell e Hartmann (1998) referem existir três situações: o limite que separa os membros do grupo dos que não são membros (critérios como a cor da pele, raça, lugar de origem, prática cultural, ou qualquer outro critério, ou ainda um conjunto de critérios ao mesmo tempo desde que criem o limite entre o “nós” e o “eles”); a posição percebida pelo grupo dentro da sociedade (reconhecer a existência de um limite entre o “nós” e o “eles” e a especificação do grupo num sistema de estratificação) e o significado ligado à identidade (significados simples tais como “nós ou eles são bons ou maus” ou “nós ou eles são superiores ou inferiores”, bem como significados mais complexos produzindo orgulho ou exaltação ou desânimo ou vergonha). Existe um consenso entre os sociólogos sobre alguns elementos que se têm em conta para definir uma identidade nacional, tais como um território ou pátria; lembranças históricas e mitos coletivos (que sustentam a história da etnia de origem); uma cultura de massas pública e comum para todos; direitos e deveres legais iguais para todos os membros; e uma

economia unificada que permite a mobilidade territorial dos membros (Smith, 1991; 1994, citado por Vásquez e Ríos 2007). Segundo Hoyos (2003, citado por Vásquez e Ríos, 2007) a defesa da identidade nacional pode ser acompanhada de aspetos afetivos que vinculam o indivíduo ao grupo nacional. No entanto, em 2006 Amante refere que a representação do passado pelas comunidades portuguesas ajuda a reverem-se como elementos pertencentes à comunidade em questão e a valorizarem mais o local em detrimento do nacional (ver também Christou, 2006).

Segundo Carvalheiro (2007) quando se tem como objeto de estudo as minorias ligadas às migrações, a designação das suas identidades como culturais arrisca-se a funcionar como uma definição que caracteriza tais grupos pela diferença cultural face ao resto da sociedade. Isto porque, sob o embalo desta definição é tentador cair-se na armadilha *culturalista*, que dá a separação de culturas por adquirida antes de a verificar. Argumenta também que ao tender a explicar tudo a partir do cultural, oculta-se ou secundariza-se outros fatores potencialmente intervenientes quer na construção de populações pós-migratórias como grupos identitários, quer na filiação subjetiva de cada indivíduo nessas identidades. Pelo contrário, conceptualizar a identidade como social indica a sua natureza coletiva e relacional sem a fechar analiticamente nem sugerir *a priori* que um dos fatores tem o primado da relevância (Carvalheiro, 2007).

Em geral, o termo etnia é empregado nos estudos antropológicos para designar um grupo social que se diferencia de outros grupos pela sua especificidade cultural e, em muitos casos, também é usado como sinónimo de grupo étnico (Silva, 2003). Etnia tem sido um dos termos mais usados nos diversos contextos das Ciências Sociais, notadamente na Antropologia, sem, contudo, ter recebido uma conceituação mais elaborada, sendo constantemente utilizado como qualificador de grupo étnico (Silva, 2003). As suas origens podem variar desde as suas origens geográficas a tratamentos discriminatórios por parte de terceiros, tradições com uma história comum a padrões de comportamento que distinguem os membros do grupo dos demais, de mitos antigos a realidades atuais (Cornell e Hartmenn, 1998). Stuart Hall (1997, citado por Silva, 2004) define etnia pelas características culturais, tais como a língua, religião, costumes, tradição, sentimento de lugar, que são partilhados por um povo.

No seu estudo, sobre uma comunidade de portugueses em França, Carvalheiro (2007:187) refere que “a relativa marginalidade prolonga-se do período dos *bidonvilles* ao das *cités* de habitação social, onde floresce o associativismo e se reproduz algum enclausuramento do grupo sobre si próprio”. “Os portugueses transportavam marcadores sociais - formas de vestir, de falar e normas de comportamento - que tornavam muito visível a sua diferença face aos parisienses, no que constituía uma clara situação de etnicidade, ainda mais saliente devido à promoção socioprofissional da população francesa nesse período, que deixa para os emigrantes alguns setores de emprego menos prestigiado” (Carvalheiro, 2007:187). “A etnicidade não tem como característica fundamental a diferença cultural, mas sim a sua significação como elemento que interfere nas relações sociais. Existem sociedades culturalmente diversas sem identidades étnicas, bem como casos de etnicidade entre grupos com escassas diferenças culturais (Eriksen, 2002:12, citado por Carvalheiros, 2007:97). Deste modo, a etnicidade é a diferença tornada socialmente significativa, a partir de uma ideia de origem comum” (Carvalheiros, 2007:97).

Ao tomar por referência uma definição consensual de grupo étnico da literatura antropológica, Barth (Barth, 1969: 10-11, citado por Oliveira, 2003) refere que embora o facto de partilhar uma cultura comum seja frequentemente considerado de central importância, é mais proveitoso considerar-se esta importante característica como uma implicação ou um resultado do que como uma característica primária. Neste sentido, será legítimo sugerir a existência de uma identidade étnica nas comunidades portuguesas, de que resulta a partilha de uma cultura comum e por isso, uma identidade cultural. Nas secções 3.4 e 3.5 também fazemos referência ao associativismo e a outras comunidades portuguesas instaladas noutros países que evidenciam o mesmo tipo de situações. Reconheça-se, que embora um grupo étnico se perpetue principalmente por meios biológicos, não é condição necessária para se poder considerar uma identidade étnica (ver por exemplo Alves et al, 2005), uma vez que a etnicidade produz-se em relação a determinadas situações económicas, sociais e políticas (ver Montero, 1997; Suárez, 2005).

Contudo, pelo facto das fronteiras étnicas serem imprecisas e dinâmicas (ver Alves et al, 2005), para efeitos desta tese esta questão não irá ser aprofundada e iremos apenas considerar a possibilidade de uma identidade cultural nas comunidades portuguesas. Assim

sendo, de acordo com Ranaboldo e Schejtman (2008:9) “o conceito de identidade cultural considera um sentido de pertença a um grupo social com o qual se partilham traços culturais, como costumes, valores e crenças. A identidade não é um conceito fixo, mas recria-se individual e coletivamente e alimenta-se de forma contínua da influência do exterior. Embora o conceito de identidade transcenda as fronteiras (como no caso dos emigrantes), a origem deste conceito encontra-se com frequência vinculado a um território”. Não obstante, a identidade cultural também é um conceito que evolui (Molano, citado por Ranaboldo e Schejtman, 2008).

### **3.8 O reconhecimento da possível identidade cultural dos emigrantes portugueses**

A questão do reconhecimento da identidade cultural dos emigrantes portugueses tornou-se fundamental para esta tese. Este argumento encontra justificação, por um lado, no reconhecimento da associação dos emigrantes portugueses em coletividades nos países de acolhimento, como uma das estratégias de luta contra o risco de perderem a sua identidade. Por outro lado, é o elemento determinante que define o conceito de património (ver secção 3.9) e a sua ativação, conservação e valorização apresenta potencialidades capazes de transformar a economia e a sociedade, com vista ao desenvolvimento “rural”. Assim, nesta secção pretende-se demonstrar a forte possibilidade de uma identidade cultural nas comunidades portuguesas, que se encontram espalhadas nos vários países e regiões de acolhimento. Segundo Christou (2006) as experiências dos emigrantes fornecem um contexto dinâmico para o estudo da identidade e etnicidade dos indivíduos, pelo facto de muitas vezes serem forçados a integrar ou assimilar uma cultura dominante nacional, podendo a sua identidade tornar-se híbrida (ver por exemplo Smith, 2003).

Neste contexto, Maia (2006) argumenta que a memória cultural é preservada dentro dos processos de assimilação e adaptação cultural, uma vez que o processo de assimilação de novos valores é um obstáculo à memória. No entanto, a memória não pode ser entendida apenas como um ato de busca de informações do passado, tendo em vista a reconstituição deste passado, mas sim como um processo dinâmico da própria rememoração, que estará ligado à questão de identidade (Santos, 2004, citado por Batista, 2005). Maia (2006) refere



também que apesar da identidade portuguesa se tornar visível somente a partir da movimentação em torno dos debates da diferença, que apenas aparecem em momentos íntimos da vida portuguesa ou nas suas lembranças subterrâneas, a esperança de resistência existe na mesma proporção.

De acordo com Rocha-Trindade (1985:265) “o regresso imaginado, ponto fulcral dos projetos de futuro alimentados pelas gerações mais velhas, não irá constituir objetivo principal das atuais novas gerações e embora alimentando vaivém entre os dois países, permanecem onde estão, conscientes de uma situação de dupla pertença, feita de contradições vividas que se equacionam entre o querer e não querer, entre o desejo e o repúdio”. Embora o transnacionalismo constitua-se como o desenvolvimento de identidades individuais e coletivas que se referem a mais do que um lugar ou estado nação (Tuulentie, 2006), Featherstone (1996, citado por Carvalheiro, 2007:136) argumenta que “é possível aderir a práticas transnacionais sem pôr em causa a pertença a um lugar-nação”. Neste sentido, os estudos de caso que irão ser analisados de seguida testemunham esta argumentação, pois evidenciam a forte possibilidade de uma identidade cultural entre os emigrantes portugueses. Considerando que a partir dos anos sessenta a emigração continental dirigiu-se, sobretudo, para França e Alemanha, enquanto a Venezuela e África do Sul, bem como os E.U.A. e Canadá foram as preferências emigratórias das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, respetivamente (ver Arroiteia, 2001), a análise que se segue irá focar-se também nestes países.

Em 2001 Rato estudou a comunidade portuguesa em França, onde refere que o projeto de ida e volta foi substituído por um projeto de integração, com a singularidade de o emigrante procurar afirmar a sua especificidade cultural de origem, designadamente através do desenvolvimento do associativismo local e do reforço das relações com os familiares e amigos residentes em Portugal. Segundo Carvalheiros (2007: 194) “a representação dos portugueses em França faz-se através de duas ideias-força, a da boa integração e a da inferioridade simbólica, pois ao contrário do que faz com outros grupos, a sociedade francesa presta “pouca atenção” às tentativas dos portugueses de afirmação cultural”. Mais tarde, Rocha-Trindade (1986b) analisa um caso de um coletivo feminino de jovens de ascendência portuguesa, residentes em França, referindo que a sua atitude é

reveladora de um sentimento de dupla pertença cultural e contraria a ideia de rejeição do país de origem, sentimento tantas vezes atribuído à segunda geração de emigrantes em França. Num outro estudo, refere também que os descendentes de emigrantes de 1ª geração tendem, esses, a tornar-se exteriormente indiscerníveis da classe etária correspondente de origem nativa (Rocha-Trindade, 1992).

Segundo Carvalheiro (2007:189-190) “um grande número de jovens passou pelas associações portuguesas na infância e adolescência ou foram inseridos em redes familiares densas, herdeiras de uma sociabilidade transferida do mundo camponês e consolidada com a emigração. Estes contextos de sociabilização contribuíram para que os descendentes interiorizassem a perceção das trajetórias familiares ligadas à emigração como oportunidades de promoção social, prolongando de certa forma a aspiração dos pais (Cunha, 1992, citado por Carvalheiros, 2007:189-190)”. Muñoz (1999, citado por Carvalheiros, 2007:155) refere que “a modalidade de inserção dos jovens de origem portuguesa pode, assim, ser considerada “um processo de aculturação original” que lhes permite integrar-se na sociedade francesa sem renunciar à herança portuguesa. Deste modo, mantêm laços suficientemente fortes com Portugal, ao mesmo tempo que tiram partido da invisibilidade para escapar ao estatuto simbólico atribuído aos emigrantes”. Para além disso, “há indícios de que a tendência para a endogamia entre os descendentes é mais forte do que o uso da língua portuguesa.” (Hily e Oriol, 1993, citado por Carvalheiros, 2007:156). “Alimentada pelos círculos de sociabilidade, essa tendência endogâmica não se restringe aos meios próximos das coletividades portuguesas” (Carvalheriros, 2007:156).

Relativamente à comunidade de portugueses na Alemanha, o estudo de Althoff (1985) sobre os jovens de origem portuguesa em Hamburgo, revela que as únicas vantagens que estes jovens atribuem à Alemanha são as melhores oportunidades e oferta de educação, estudos, especialização profissional e uma maior independência devido à falta ou ao desaparecimento de integração social. De acordo com o autor, estes jovens encontram-se preparados para regressar a Portugal, mas interroga-se se Portugal se encontra preparado para os receber. A oferta de mão-de-obra jovem, que progressivamente vai atingindo a idade de ingresso no mundo do trabalho, e a situação económica dos países importadores de mão-de-obra, que se mostra pouco favorável à admissão próxima de novos

contingentes, são condições que não deixarão de pesar na decisão de regresso definitivo a Portugal ou em fomentar novas formas de reemigração (Arroteia, 1998). Um estudo mais recente revela que, embora a segunda geração de portugueses tenha fluência no alemão, desenvolva uma carreira e um nicho social em Hamburgo, não tem qualquer interesse em estabelecer um compromisso permanente ou exclusivo com a sociedade alemã (Klimt, 2009). Assim, rejeitam esta possibilidade e organizam a sua vida de acordo com uma “flexibilidade geográfica”, de forma a aumentar as possibilidades de conseguir criar e manter um padrão de vida confortável, que é difícil de conseguir na sua aldeia de origem Klimt (2009).

Manter a sua vida em aberto em Portugal é um equilíbrio necessário face às incertezas do mercado de trabalho alemão, através da negociação de uma reforma antecipada, ou da criação de um negócio ou de um emprego no setor dos serviços (Klimt, 2009). O mesmo estudo revela que a única e pequena fração de portugueses que renega a possibilidade de regresso permanente a Portugal são os que casaram com um/a natural da Alemanha. Para estes, a sua versão de flexibilidade geográfica consubstancia-se em continuar a tradição das férias anuais em Portugal, mas estabelecer as suas residências permanentes na Alemanha (Klimt, 2009). Klimt distingue dois perfis distintos de emigrantes portugueses nas décadas de 1960 e 1970: os que orientaram a sua vida para um novo local de residência, muitas das vezes adquirindo habitações nos Estados Unidos, a cidadania americana e projetando o seu futuro nas comunidades portuguesas/americanas, e aqueles que chegaram à Alemanha no mesmo período, mas que apesar de aí terem vivido quase quatro décadas continuam a orientar a sua vida, identidade e futuro em Portugal, geralmente não adquirem a cidadania alemã, nem aí investem numa residência e preparam um eventual regresso à origem.

Klimt explica ainda estas diferenças pelos seguintes fatores: o facto de “ser europeu” permite que os portugueses tenham uma vida que inclua os espaços portugueses e alemães, para circularem entre as oportunidades e os constrangimentos de ambos os espaços nacionais; os recursos financeiros conseguidos foram canalizados para Portugal, quase sempre na compra de terreno ou na construção de uma casa para regressarem; o contexto da emigração ocorreu apenas num contexto laboral sem intenção de fixação permanente; a duração das férias na Alemanha (seis semanas) é superior à América (duas semanas); os

portugueses na Alemanha tendem a estabelecer-se em bairros com rendas baixas, próximos das fábricas onde trabalham e onde existem grandes concentrações de trabalhadores estrangeiros de outras nacionalidades, enquanto os emigrantes portugueses que chegaram, nas décadas de 60 e 70, aos Estados Unidos depararam-se com comunidades bem estabelecidas e multigeracionais que mitigaram a necessidade de interagir com a língua inglesa e com um ambiente culturalmente muito diferente; e, ainda, o estabelecimento de um pequeno negócio ter vindo a ser o caminho escolhido para a sobrevivência económica e a mobilidade social dos emigrantes nos Estados Unidos.

No entanto, no seu estudo sobre a diáspora portuguesa em Jersey, Beswick (2005) refere que, embora inicialmente os padrões da emigração Europeia tenham sido diferentes daqueles verificados nas Américas, foram atenuados pelos efeitos da globalização, ou seja, a maior proximidade e acessibilidade à terra de origem oferecida por avanços tecnológicos, como os meios de transporte, estão a transformar a relação que o emigrante tem com o país de acolhimento e com o seu próprio sentido de identidade. Assim, os emigrantes portugueses nos Estados Unidos podem visitar Portugal e manter o contacto com as suas origens e com a sua “outra” identidade. Quanto às gerações mais novas, pelo menos nos Estados Unidos e no Canadá, muitas tendem a rejeitar as tentativas dos adultos em manter tais contactos, normas sociais e identidades. No entanto, a influência dos filhos na decisão de regressar, quando eles próprios começam a formar uma família e transformam os primeiros emigrantes em avós, é a tendência que fixa os portugueses em França ao contrário dos portugueses nos Estados Unidos, Canadá e Brasil (Villanova, 2006/7).

O estudo de Beswick (2005) destaca a fluidez do conceito de identidade, como também a sua maior ligação ao passado étnico dos emigrantes nascidos em Portugal. Os resultados deste estudo revelam que a preferência linguística e a língua materna não são necessariamente contíguas, uma vez que a perceção dos emigrantes da sua integração num determinado grupo étnico não é totalmente dependente do emprego da língua portuguesa em todas as situações e a sua relação surge, por vezes, por razões simbólicas. Refira-se, por exemplo (Ribeiro et al, 1997, citado por Carvalheiros, 2007), que também no caso das famílias portuguesas em França não se trata de uma dicotomia entre adotar a língua do país de residência ou a do país de origem, mas sim da utilização de uma ou outra consoante os

locais e os interlocutores. Do mesmo modo, em 1999 Webb analisa a tensão que os residentes portugueses da segunda geração em Port Elizabeth (África do Sul) sentem entre a manutenção da sua cultura e a assimilação da cultura da sociedade de acolhimento. Para este efeito, considerou três variáveis, nomeadamente o significado de ser-se português, a influência das instituições e as práticas que assistem ou retardam a assimilação e a manutenção da cultura. Os resultados revelaram que, embora a maioria tenha dificuldade em articular os valores culturais, falta de apoio institucional, mantenha poucos contactos com os seus familiares em Portugal e utilize pouco a língua portuguesa e os média relacionados com o país natal, o desejo de expressão cultural permanece.

Isto em parte acontece, pelo facto dos pais não se terem empenhado na transmissão da sua cultura, porque tinham ido para África do Sul com a intenção de aí permanecerem e se tornarem Sul-africanos (Webb, 1999). No entanto, apesar de muitos portugueses se sentirem relativamente confortáveis no ambiente de África do Sul, o investigador observa que a maioria continua a não se sentir totalmente integrada na sociedade e continua a experienciar diferenças culturais que parecem afetar o relacionamento com os que pertencem à sociedade de acolhimento. Contudo, conclui que os valores culturais portugueses enfrentam uma constante erosão, a não ser que este desejo de afirmação cultural se venha a traduzir em ações adequadas. Por outro lado, Beswick (2005) refere que é o local de nascimento que influencia o grau de aculturação e assimilação na sociedade de acolhimento, uma vez que os emigrantes mantêm a forte associação com a sua língua nativa, cultura e identidade étnica dentro da diáspora e declaram as suas intenções de eventualmente viver e trabalhar num país onde se fala a língua portuguesa. No entanto, o estudo de Campos e Siqueira (2006), sobre as famílias emigrantes portuguesas instaladas no estado de São Paulo, evidencia que os emigrantes portugueses que foram para o Brasil nas décadas de 40 e 50 tentaram manter viva a relação com a sua terra de origem e cultivaram-na nos seus descendentes, que também se orgulham da sua origem portuguesa, e tentam atualmente obter passaportes portugueses para visitar ou viver em Portugal.

Um outro estudo, sobre a identidade da “nova geração” de emigrantes em Pelotas revela que a recusa da maioria dos inquiridos em mudar de país justifica-se pelo facto de terem a sua vida estabilizada no Brasil (Arroteia e Fiss, 2007:183). Sobre a nacionalidade dos

inquiridos, 26 tinham a nacionalidade brasileira, 13 a nacionalidade portuguesa e apenas um inquirido era de nacionalidade angolana. Segundo os mesmos autores o interesse pelo regresso a Portugal pode ser justificado por razões pessoais e familiares por se tratar do país de origem ou da naturalidade dos familiares. Dos que desejariam regressar a Portugal destacam-se emigrantes aposentados ou então ainda estudantes. Como razões para esta mudança indica-se a boa imagem de Portugal, como “um país em constante desenvolvimento”, a existência de “mais segurança, maiores *chances* profissionais” ou o prosseguimento de estudos (Arroteia e Fiss, 2007:183). É de destacar a “boa” imagem de Portugal junto desta comunidade emigrante e o interesse em relação ao seu país de origem, traduzindo assim as raízes inerentes a uma certa “portugalidade” que parece persistir pelo menos junto de uma parte significativa dos emigrantes (Arroteia e Fiss, 2007:183).

Por outro lado, segundo Gomes (2001) a comunidade de portugueses na Venezuela, formada principalmente nas décadas de 50, 60 e 70, encontra-se distribuída por todo o território nacional, apesar da grande maioria concentrar-se nas cidades de Caracas e Valência. Embora espalhados pelas mais diversas profissões (empresários, arquitetos e engenheiros, advogados, economistas, professores, médicos, padres, militares e alguns, muito poucos, políticos), o comércio constitui a principal atividade desenvolvida pelos portugueses na Venezuela (Gomes, 2001). Gomes (2001:3) argumenta que “o movimento associativo tem grande expressão no seio da comunidade portuguesa na Venezuela. Existe em quase todas as grandes cidades venezuelanas um Centro português. O maior de todos é o Centro Português de Caracas” (...). “Estes centros funcionam também como polos de ligação e criação de *lobbies*, em especial os de cariz económico e sendo locais por excelência de ótimo convívio e frequentemente visitados pela “fina flor” da política venezuelana, a Comunidade (com significativo peso económico) transforma-se num verdadeiro grupo de pressão na hora de definir políticas que mexem com os seus interesses. O ensino da língua portuguesa tem sido uma das principais reivindicações dos portugueses na Venezuela”.

Numa análise do discurso de portugueses instalados na Venezuela, Padilla e Xavier (2009) constataam que Portugal representa “o país do regresso definitivo” mas que este regresso é adiado, na maioria dos casos, e mantêm um movimento de ida e volta entre os dois países.

Desde os anos 80 constatam, contudo, um aumento da intenção de regressar e de regressos efetivos dos portugueses, difíceis de medir nas estatísticas venezuelanas, dado que não se pode comprovar a verdadeira natureza da partida. Referem ainda, que as contagens em Portugal tornam-se igualmente difíceis de contabilizar uma vez que os que regressam integram-se diretamente na contagem da população nacional.

Um outro estudo revela que os portugueses construíram um próspero território étnico, em Montréal e Toronto (Canadá), evidente num número apreciável de instituições sociais, culturais e religiosas e numa série de negócios, que fornecem o grupo de produtos e serviços étnicos na sua própria língua, cuja maioria localiza-se nos núcleos das comunidades portuguesas e nos bairros adjacentes (Teixeira, 1996). Segundo o autor do mesmo estudo todas essas instituições e negócios disponíveis para os portugueses explicam parcialmente os elevados níveis de concentração residencial do grupo em ambas as cidades. Para além disso, refere que a mudança recente para os subúrbios (áreas “rurais”) não é um passo radical no processo de assimilação, mas sim uma fase da sua integração gradual, porque mantêm contactos frequentes com o núcleo das suas comunidades em Toronto e Montréal.

Em 1997 King analisa o impacto das implicações da reestruturação económica nos fluxos de imigração atuais e futuros. Argumenta que os fluxos imigratórios têm vindo a mudar, principalmente a partir do início da década de 1980, como resultado das alterações na gestão laboral e no sistema de produção (maior flexibilidade, desenvolvimento da subcontratação, etc.), assistindo-se à passagem do emprego nos setores das minas, indústria e construção para o setor dos serviços, bem como à procura de trabalhadores sazonais e de custo baixo, sobretudo para trabalhar no setor turístico, hotéis e *catering*, setor agrícola, setor da construção, serventes domésticas, etc. Segundo o mesmo autor, estas alterações permitiram a emergência de pequenas empresas criadas por trabalhadores estrangeiros jovens (incluindo os da segunda geração de emigrantes) que, embora com poucas qualificações que lhes garanta melhores oportunidades de emprego, procuram uma mobilidade social mais rápida do que os seus pais e antecessores. Refere ainda, que a situação laboral dos novos emigrantes é menos estável (sobretudo no setor terciário) e

corresponde a uma posição social mais marginal e a condições de habitação mais provisórias.

Neste novo e atual contexto emigratório, os estudos de Nunes (2003; 2008), sobre a comunidade portuguesa de emigrantes no Canadá, corroboram a argumentação de King, na medida em que referem que esta comunidade está sub-representada dentro do sistema político, económico, social e cultural daquele país e deficientemente dotada das suas instituições, particularmente quando comparada com outros grupos de imigrantes. Revelam igualmente que a língua, bem como as suas atividades culturais e económicas são bastante ignoradas pela maioria dos negócios no Canadá, estabelecimentos de educação e pelos média. O receio de regressar entre os portugueses da segunda geração de emigrantes no Canadá manifesta-se pela manutenção do envio de rendimentos para o país natal por parte dos seus parentes (Nunes, 1986). No mesmo contexto, um outro estudo, realizado por Nogueira e Porteous (2003), também refere a existência de problemas de integração dos emigrantes portugueses mais jovens no Sul de Londres. Assim, em síntese, esta análise leva-nos a sugerir que o processo de aculturação dos emigrantes portugueses permitiu-lhes integrarem-se, com maior ou menor sucesso, nos países e cidades de acolhimento sem renunciarem à sua identidade cultural. Para efeitos desta tese, retemos que o que constitui ou não património depende da sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade e de ser considerado socialmente digno de ser legado a gerações futuras. Deste modo, pretendemos de seguida discutir de que forma os emigrantes portugueses têm vindo a manifestar a sua identidade cultural.

### **3.9 As residências (auto) construídas pelos emigrantes portugueses como uma manifestação simbólica da sua identidade**

De acordo com Fonte e Ranaboldo (2007:10) “a identidade cultural pode expressar-se em muitos símbolos materiais ou imateriais: na língua, na música, na literatura e na arte; nos sítios arqueológicos, na arquitetura e na paisagem; nas tradições e no folclore; na biodiversidade vegetal ou animal (variedades locais de plantas e raças animais), nos produtos alimentares típicos e nos produtos artesanais”. A incerteza sobre o que é que



constitui património ocorre numa época em que o património tem assumido grande importância devido à sua relação com a identidade num mundo em constante mudança (Hall, 1998). O património é um produto socialmente construído, resultante de “uma operação dinâmica, enraizada no presente, a partir do qual se reconstrói, seleciona e interpreta o passado” (Rosas Mantecón, 2005:66, citado por Silva, 2009:39). Trata-se assim de uma operação que envolve disputas e conflitos em torno da seleção dos referentes que devem ser positivamente valorados, preservados e inscritos na memória de uma comunidade (Silva, 2009).

Este processo de ativação patrimonial designa o processo através do qual se escolhem determinados referentes culturais ou naturais, se expõem e sacralizam, adquirindo um carácter simbólico, decorrente da sua capacidade para representar uma identidade (Silva, 2000; 2008). Assim sendo, o elemento determinante que define o conceito de património é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. O património objetiva e revigora a identidade e a identidade glorifica e canoniza o património (Peixoto, 2006). As ativações patrimoniais foram principalmente realizadas pelo poder político, embora também possam ser realizadas pela sociedade civil, uma vez que sem força social capaz de ativá-lo não existe património (Prats, 2004, citado por Silva, 2008). De acordo com Brito (2006) património e identidade supõem um sujeito, ou seja, o sujeito que nomeia, enuncia, classifica, institui um património, e aquele ao qual é atribuída ou reivindica uma identidade. Explícita ou implicitamente, quando se fala de património e, forçosamente, de identidade, está-se a falar destes sujeitos (Brito, 2006).

Kashimoto et al (2002) argumentam que o conceito de cultura, termo vago e ambíguo, é um conjunto de atividades e crenças que uma comunidade adota para enfrentar os problemas impostos pelo meio ambiente. Esta noção é complementada pela definição que refere a cultura como o conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa, a fim de se adaptar a seu meio ambiente natural e social (Kashimoto et al, 2002). Argumentam também que Mário de Andrade deixou clara a ideia de que a discussão sobre cultura popular e cultura erudita é estéril e inoportuna, uma vez que a preocupação deve centrar-se sobre a ampliação do acesso da população a todas as formas de manifestação cultural. Por outro lado, o património cultural é um conceito que nasce em França nos

inícios da década de 1980 (Calvo, 1995, citado por Pereiro, 2006) e que redefine os conceitos de folclore, cultura popular e cultura tradicional.

Podemos falar em património cultural como uma representação simbólica das identidades dos grupos humanos, isto é, um emblema da comunidade que reforça identidades, promove solidariedade, cria limites sociais, encobre diferenças internas e conflitos e constrói imagens da comunidade (Cruces, 1998: 85, citado por Pereiro, 2006). Segundo Pérez (2003) o que distingue a noção de património cultural da de cultura é a forma como a primeira se manifesta na representação da cultura, através da conservação e da transformação do valor dos elementos culturais. Ao reconhecer que da cultura não se pode patrimonializar nem conservar tudo, os mesmos autores referem que o património cultural é apenas uma representação simbólica da cultura e, por isso, dos processos de seleção, negociação e delimitação dos significados. No entanto, o discurso da “perda de património” ou das urgências na sua recuperação pode levar ao abuso na recuperação patrimonial, produzindo uma imagem de “estatismo” na dinâmica incontornável de todas as culturas. Além disso, a patrimonialização tende a fixar alguma permanência, quando a cultura, pelo contrário, está em constante mudança (Pérez, 2003).

De acordo com Pellón (1999, citado por Pereiro, 2006) para melhor entender o património cultural torna-se necessário compreender as legislações e os seus princípios orientadores, pois estas têm dado contributos à construção da noção de património cultural e tem igualmente incorporado valores sociais específicos a cada época. Desde o ponto de vista jurídico, o património cultural deixa pouco a pouco de adotar uma definição redutora, materialista, monumentalista, tradicionalista, esteticista e historicista, para adotar uma visão mais antropológica nas últimas legislações. Em primeiro lugar, isto quer dizer que se deixou de reduzir o património cultural a objeto material monumental ou tradicional, para se ter em conta os bens culturais imateriais e a vida social à volta do objeto, isto é, os patrimónios culturais vivos junto com os seus sentidos e valores (Pereiro, 2006). Em segundo lugar, Pereiro (2006) refere que uma outra mudança que se condensa nas legislações, após a segunda Guerra Mundial, é que se deixou de valorizar apenas as criações estéticas extraordinárias e idolatradas pelas elites (as belas artes), para valorizar de igual modo o culto e o popular, o património das elites e dos grupos subalternos. Embora

ainda não o seja em todas as legislações, também é importante sublinhar como o património cultural deixou de ser unicamente “histórico - artístico” para converter-se em “cultural” (Sierra Rodríguez, 2000: 405, citado por Pereiro, 2006).

Em Portugal, o artigo 2.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro (que apesar de ter sido publicada em 2001 encontra-se ainda em vigor) menciona que “para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização”. “O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”. Neste sentido, a expressão património reporta-se atualmente a um leque de referentes extremamente alargado, que abrange bens de ordem excecional e ordinária, erudita e popular, material e imaterial, natural e cultural. Assim, o património deixou de estar confinado aos interesses e às coisas das elites culturais, para integrar, ainda que de modo diferenciado, interesses e coisas de outras classes sociais (Silva, 2008).

Segundo alguns estudos (AAVV, 1995; Alves, 2004; Chevallier, 2000, citado por Silva, 2009:40) “a emergência da noção de património “rural” adquire, neste ponto, um valor a lapidar. Reporta-se a um conjunto variado de referentes empíricos, incluindo a arquitetura popular, o património histórico edificado, os vestígios arqueológicos, as paisagens, as festas, feiras e romarias, as práticas alimentares, o artesanato, o folclore e a medicina tradicional”. No entanto, segundo Howard (2003) nem tudo o que fornece identidade pode ser considerado como património. Relativamente a esta questão, Silva (2000) refere que o património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Nas palavras do investigador isto significa, que existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património cultural a gerações futuras, bem como existe uma noção de posse por parte de um determinado grupo relativamente ao legado que é coletivamente herdado. Como afirma Ballart, a noção de património surge “quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos

identifica como seus um objeto ou um conjunto de objetos” (Ballart, 1997: 17, citado por Silva, 2000).

Assim sendo, aquilo que é ou não é património, depende do que, para um determinado coletivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras. Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo um sentimento coletivo de identidade. Neste sentido, toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, de uma identidade “manufaturada” pelo presente que a idealiza. O património cultural compreenderá então todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais (Silva, 2000). Silva (2005) refere que sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão cultural, o ser humano mantém através destes, estreitos vínculos com o passado. Refere também, que é através desta identidade passado-presente que nos reconhecemos coletivamente como iguais, que nos identificamos com os restantes elementos do nosso grupo e que nos diferenciamos dos demais. Segundo Castro (1998:130) “no contexto de produção e apropriação de duas residências o habitante é como um itinerante que ao longo do seu espaço-tempo residencial (re)constrói a sua identidade e projeta-a espacialmente”. “É através de ações concertadas entre a família que a residência se torna objeto de um investimento físico, simbólico e estético e também o “(...) sanctuaire des sanctuaires de cette vie quotidienne” (Rautenberg, 1989:62, citado por Castro, 1998:130).

Segundo Williams e McIntyre (2001) o facto de a residência representar o centro geográfico da construção da identidade não significa, porém, que seja necessariamente o local onde se resida fisicamente (ou legalmente). Os mesmos investigadores referem que as forças da modernidade e da globalização contribuem para esta realidade, como também para “desalojar” a identidade das origens e redistribui-la pelo espaço físico. Deste modo, a identidade ligada à residência pode não ter apenas uma localização geográfica, uma vez que podem existir outras residências carregadas de significados e memórias (p. ex. casas de infância, casas de parentes próximos, etc.) (Howard, 2003). Assim, o património da residência transcende, de alguma forma, os limites geográficos (Howard, 2003). Relativamente ao caso dos emigrantes, Villanova et al (1994) argumentam que a

construção da residência afirma o desejo do enraizamento familiar dos emigrantes portugueses, contrariado pela dispersão própria da emigração, e a terra onde a construíram é a mesma onde pretendem morrer, o que contraria a ideia de rutura com a identidade do local de origem e reforça o desejo de pertença.

De acordo com Hall (1998) em geral, a residência não é considerada património a menos que seja um elemento da identidade dessa cultura ou comunidade. A ligação entre património e identidade é crucial para entender não apenas o significado de património como algo a ser valorizado, mas também as dificuldades que os gestores enfrentam na identificação e conservação do património (Hall, 1998). O debate conduzido ao longo desta seção sugere que os emigrantes portugueses projetam espacialmente a sua identidade (cultural) através da (auto)construção de residências de raiz, que os diferencia dos demais. Neste âmbito, Leite (1995) destaca que embora ao olhar exterior continuem a ser lugar de ausência, acabarão por ser reconhecidas como lugar de memória e como lugar de futuro.

### **3.10 As residências dos emigrantes – uma expressão recente da arquitetura popular local?**

Reconhecendo que a expressão atual de património reporta-se a um leque de referentes extremamente alargado, que abrange bens de ordem excecional e ordinária, erudita e popular, material e imaterial, natural e cultural (ver secção 3.9), a discussão segue no intuito de demonstrar que as residências construídas pelos emigrantes portugueses constituem igualmente um exemplo de que património cultural não é unicamente “histórico - artístico”, mas também “cultural”, valorizando de igual modo o culto e o popular. Jaramillo (2002) argumenta que para caracterizar o “popular” é indispensável a referência ao coletivo, à solidariedade, à coesão do grupo e à consciência partilhada, daí que a cultura popular seja o conjunto de práticas de um grupo subalterno que se reconhece como comunidade particular e produz os seus próprios símbolos (ou faz seus os símbolos alheios) de acordo com as suas necessidades coletivas. Estes símbolos são específicos do grupo e constituem propostas alternativas à cultura dominante (Jaramillo, 2002). Na perspetiva de Castro (1998) a arquitetura popular deve ser encarada no seu sentido mais

amplo, uma vez que os autores da arquitetura popular não são apenas aqueles que mantêm um vínculo tradicional com a agricultura, mas também podem fazer parte do operariado industrial, participam integral ou parcialmente na construção da sua residência e recorrem a materiais construtivos de outras regiões.

Refere ainda, que “esta posição parece ser mais dinâmica, no sentido em que não considera a arquitetura popular imutável” (Castro, 1998:96-97). Segundo Villanova et al (1994) a deterioração das condições de vida e de habitação, nas aldeias, nos anos que precederam a emigração são exemplo disso. Hoje essa transformação acelera-se, como o testemunham as variações tipológicas, ao longo dos últimos anos, das próprias casas dos emigrantes (Villanova et al, 1994). “Desta forma, as casas dos emigrantes surgem como uma manifestação recente da arquitetura popular, com inevitáveis características diferentes, fruto de mudanças àqueles níveis e das especificidades dos seus autores, mudanças estas que se repercutem, necessariamente, nas transformações do próprio gosto” (Castro, 1998:96-97). Por outro lado, é pertinente interrogar se este fenómeno reproduz um outro mais antigo, o das “casas dos brasileiros”, uma vez que as suas extravagâncias alimentaram a crítica erudita da época (século XIX e início do século XX): “Noutros meios que o “brasileiro” de regresso passou naturalmente a frequentar, onde as fortunas antigas se identificam com a cultura da alta burguesia da época, onde o gosto dominante é ditado pelos padrões europeus de Londres e de Paris, a sua figura de novo-rico, de “parvenu”, agravada por uma imagem tropicalizante e pela falta de educação formal e académica, tornam-no saliente, deselegante e até ridículo - e tanto mais quanto maior despeito a sua boa fortuna despertar” (Rocha-Trindade, 1986:147; citado por Leite, 1990:101-102).

Contudo, segundo Villanova et al (1994) e Leite (1990) esse fenómeno só é comparável ao das casas de emigrantes da década de 60 pelo facto de terem construído casas que desagradaram aos contemporâneos. Sendo mais raras aquelas eram casas senhoriais, construções que acumulavam elementos das residências aristocráticas e correspondiam a diferenças ao nível das camadas sociais, dos países de imigração, da língua de comunicação, da relação e frequência das trocas com a comunidade de origem (local e nacional), das atividades exercidas no país de imigração e das aspirações e do estatuto social a que se propunham ascender na sociedade portuguesa (Villanova et al, 1994; Leite,

1990). “Separadas da “falta de qualidade social” dos seus proprietários, é hoje possível olhá-las como objetos de fruição cultural e estética, salientando as qualidades que detêm como património que são e ignorando as caricaturas que antes representaram” (Villanova et al, 1994:184; Leite, 1990). “Despidas das razões sociais que comprometeram o seu entendimento, as casas dos “torna-viagem” atingiram o estatuto de maioria que lhes permite, hoje, enfileirar na categoria dos patrimónios cuja salvaguarda se reclama” (Villanova et al, 1994:184).

Embora não se trate de tipos distintos, nos anos 60 e nos primeiros anos da década de 70 a casa dos emigrantes apresenta-se ainda com muitos elementos da casa “rural”, uma vez que tinham ainda poucos anos no estrangeiro e a sua capacidade financeira não lhes permitia grandes projetos, enquanto na década de 80 tende a ser maior e de estilo mais exuberante (Villanova et al, 1994). No entanto, a casa do emigrante continua a conservar a organização “rural” das casas da região, com horta, pomar e latadas nos lados e traseiras da casa, com dimensão associada à extrema divisão da parcela no Noroeste de Portugal. Alguns não têm horta, junto à casa, por falta de terreno, mas têm na aldeia, outras terras de cultivo (Villanova et al, 1994). De igual modo, segundo Villanova et al (1994) é frequente ver mulheres imigradas na região parisiense alugarem terrenos para cultivo quando vivem em apartamentos e a explicação dada nunca é uma preocupação de economia doméstica, mas a vontade de uma ocupação, difícil de abandonar e, ligada ao prazer e hábito de contacto com a terra.

Segundo Villanova et al (1994:15) as novas residências (...) “oferecem, desde meados dos anos 60, o novo repertório do habitat vernacular: conforto interior, variedade de materiais e cores vivas. De conceção bastante uniforme, elas exibem as suas fantasias ao nível das fachadas: combinações de diferentes modelos de azulejos, pinturas de cores violentas, escadas em volutas, varandas ao longo de toda a fachada, telhados em mansarda, paredes que definem chaminés monumentais, telhados que se desmultiplicam”. Neste sentido, existe um conjunto de fatores que, na opinião dos próprios emigrantes, parecem explicar algumas alterações introduzidas no gosto, tais como a inserção das populações de origem “rural” numa sociedade urbana e de consumo, o aumento do ritmo a que se processam as mudanças com consequências ao nível das formas de comunicação e divulgação da

informação, nomeadamente das referências arquitetónicas, a proliferação de novos materiais de construção, bem como a nova mobilidade social e geográfica dos emigrantes e consequente a absorção de informação ao longo dos trajetos (Castro, 1998).

Relativamente à casa de origem existe uma elevação significativa do nível de exigências e de necessidades sociais, pela existência de numerosos equipamentos domésticos e adoção de novas formas de conforto, tais como o aparecimento das instalações sanitárias, o aquecimento central e a especialização e individualização das várias divisões da casa; redução do número de filhos por casal face à geração anterior, que facilitou a atribuição de quartos independentes aos diversos membros da família; e pelos espaços de receção, que apresentam quase sempre uma sala de estar, uma sala de jantar (raramente contígua) e duas cozinhas (uma integrada na casa, geralmente com todos os eletrodomésticos possíveis e encastrados num mobiliário, muitas vezes luxuoso, e raramente utilizada, e outra, em anexo ou no piso térreo, com um forno a lenha e equipamento simples, onde a família e os amigos se reúnem, preservando a outra cozinha como um espaço por excelência de “representação” através do qual se reivindica e afirma um estatuto social)” (Dubost, 1984, citado por Castro, 1998:148; Leite, 1990). A pouca funcionalidade da sala de jantar deve-se às reduzidas dimensões face ao mobiliário existente (louceiro de grandes dimensões, mesa retangular para oito pessoas e cadeiras de espaldar alto), tornando difícil a circulação em torno da mesa de jantar; e o facto de a maioria ter optado por uma construção de raiz, evitando a reabilitação da casa de origem (Castro, 1998).

O estudo de Villanova et al (1994) realizado no norte de Portugal identifica variações tipológicas segundo o espaço geográfico económico. Assim, referem que a maior ruralidade implica menor permeabilidade às influências exteriores, maior entajada familiar e de vizinhança, podendo explicar a frequência de um piso sem área habitacional e de um terceiro piso em mansarda, para alargamento do número de quartos para os filhos casados, bem como a paisagem montanhosa e a abundância de granito que também explicam o uso sistemático de paredes exteriores de pedra à vista. Segundo os mesmos autores nas proximidades dos centros urbanos a utilização de modelos importados é maior e a coexistência do granito e do xisto justifica o uso misto destes dois materiais e o uso decorativo do xisto, para revestimento de vedações e de varandas. Nos lugares de atividade



industrial dominante, as chaminés proeminentes são um dos traços mais característicos, enquanto nas estâncias de turismo são frequentes as casas de dois pisos, prevendo o aluguer de um deles (Villanova et al, 1994). Os autores referem ainda a existência de uma tipologia mais abrangente, que se distingue das casas dos outros trabalhadores com mobilidade residencial em Portugal, por uma maior tendência à justaposição de referências locais e importadas do estrangeiro.

Contudo, Villanova et al (1994) destacam que a influência do estrangeiro nunca é total e mesmo nos casos em que o projeto é importado (geralmente muito poucos) recebem sempre interferências formais ou funcionais locais. A influência local no que respeita às formas restringe-se ao vocabulário iconográfico moderno, uma vez que o emigrante não pretende construir uma casa que formalmente lhe recorde a casinha “rural” (Villanova et al, 1994). O estudo de Vieira e Veríssimo (1989) sobre as construções das casas dos emigrantes da região da ria de Aveiro refere também que a maior parte situa-se à beira das estradas ou nas periferias dos aglomerados, por um lado pela recusa de um passado próximo de pobreza e por outro, para escapar ao controlo que a comunidade aldeã certamente exerceria sobre os seus atos. Os locais elevados, considerados locais de poder, e o centro das povoações, onde a igreja matriz e as casas solarengas estruturam o espaço, são também lugares de prestígio procurados pelos emigrantes para construir as suas residências (Vieira e Veríssimo, 1989). De acordo com o mesmo estudo, outra situação observada, embora com menor frequência, é a construção da casa nova sobre o traçado da velha casa.

Por outro lado, segundo Castro (1998) o estatuto do habitante na sua casa, o tipo de habitação onde reside e as competências que põe em prática constituem alguns fatores fundamentais para se compreender determinadas formas de manifestação estética. Assim sendo, o estatuto do indivíduo no alojamento é uma condição fundamental para avaliar a sua competência estética relativa ao *habitat* (Segaud, 1988, citado por Castro, 1998), uma vez que quando o sujeito é proprietário da sua casa as suas escolhas ou preferências referem-se mais ao belo e ao gosto. Para além disso, uma característica importante a reter na orientação dos investimentos imobiliários realizados pelos emigrantes reside no facto de serem canalizados, prioritariamente, para um tipo de *habitat* particular, que é a moradia. “A casa individual aparece como o domínio de manifestação de uma autonomia sonhada

que proporciona grande liberdade, ao mesmo tempo que protagoniza a recusa da uniformização do meio” (Castro, 1998:124-125). De acordo com a mesma autora, a análise centrada nas moradias não reduz o campo de análise, uma vez que a casa individual aparece como o domínio privilegiado, onde a significação é mais manifesta e o indivíduo exerce de forma construtiva e simbólica a sua relação com as coisas.

Por último, as competências específicas na construção e reabilitação das casas dos emigrantes portugueses, pelo fazer pelas suas próprias mãos que se transforma num momento estético por excelência. Embora grande parte dos emigrantes tenha um passado e/ou presente profissional ligado à construção civil, refira-se ainda existir um outro nível de aquisição de conhecimentos e competências que não passa necessariamente por aquele ligado ao desempenho de uma dada atividade profissional, designado por *savoir-faire* (Castro, 1998). Assim sendo, a especificidade da estética do emigrante não está em saber dizer, mas no saber fazer. A grande maioria das casas foi (auto) construída pelos habitantes, recorrendo-se apenas, em algumas situações, a uma ajuda mais especializada (p.ex. eletricitas) para a concretização de tarefas que, de outra maneira, não poderiam ser realizadas pelos próprios. Os únicos casos em que isto não acontece explicam-se pela ausência de um *savoir-faire* ligado à construção ou à indisponibilidade para estar em Portugal durante o período de construção (Castro, 1998).

Em síntese, nesta secção pretendeu-se demonstrar que as casas dos emigrantes surgem como uma manifestação recente da arquitetura popular, uma vez que os autores da arquitetura popular não são apenas aqueles que mantêm um vínculo tradicional com a agricultura, mas também podem fazer parte do operariado industrial, são um grupo subalterno que se reconhece como comunidade particular que participa, integral ou parcialmente, na construção da sua residência, conserva a organização “rural” das casas da região, com horta, pomar e latadas nos lados e traseiras da casa, e recorre a materiais construtivos de outras regiões/países. Não sendo a arquitetura popular imutável, estas casas surgem com características diferentes comparativamente à casa de origem, que são fruto da melhoria da condição económico-social e das especificidades dos emigrantes, que se repercutem nas transformações do seu próprio gosto. Assim sendo, para efeitos desta tese importa reter que a ativação, conservação e valorização deste potencial património cultural

apresenta potencialidades capazes de transformar a economia e a sociedade, com vista ao desenvolvimento “rural”. Este irá ser o tema a desenvolver na secção 3.13.

### **3.11 As estratégias residenciais dos emigrantes portugueses nos locais de acolhimento e no local de origem**

A secção anterior contribuiu para reconhecer que as residências dos emigrantes portugueses constituem-se como potencial património cultural ou uma manifestação recente da arquitetura popular em Portugal. Neste sentido, importa debater as suas estratégias residenciais no intuito de analisar os elementos estéticos das residências nos locais de acolhimento e no local de origem. Segundo Areia (2006) as questões de propriedade e posse do património não podem ser vistas apenas pelo prisma limitativo dos mecanismos jurídicos, uma vez que a preservação da diversidade cultural é uma questão fundamental para todos os que vêm o mundo ameaçado pela monotonia e pela uniformidade face à crescente homogeneização das culturas. Neste âmbito, Castro (1998) refere que embora a diversidade de intervenções nas casas construídas pelos emigrantes portugueses, tenha impossibilitado a elaboração de tipologias e a identificação de estilos de *habitat*, permite compreender que os diferentes elementos estéticos correspondem a códigos alimentadores de estratégias de distinção, fundados em biografias e, por isso, diferenciados entre si.

Segundo a mesma autora, as estratégias de distinção revelam-se com mais evidência nas residências em Portugal do que em França, não só pelo fraco peso da norma, mas também por haver a possibilidade de construir uma casa de raiz, como uma forma de diferenciação face ao passado e aos modos de vida “rurais”, bem como fruto das representações sociais do emigrante sobre as suas necessidades. Os investimentos económicos e as competências estéticas foram preferencialmente canalizados para os espaços públicos e semipúblicos do *habitat*, destacando-se o alçado principal e o muro exterior pela grande diversidade de elementos decorativos e de materiais escolhidos segundo a sua funcionalidade, economia e qualidade ornamentativa (Castro, 1998). A grande dimensão do *habitat*, face às necessidades dos emigrantes portugueses, e a organização do seu espaço interior, pela

menor conformidade com a casa construída (número e dimensão das divisões) são outras características da apropriação realizada no país de origem (Castro, 1998).

Neste contexto, Villanova (2006/7) refere que os itinerários residenciais dos emigrantes portugueses em França revelam que o acesso à propriedade é feito progressivamente, tendo contribuído consideravelmente, entre 1962-1972, para a reabilitação do *stock* habitacional francês nos subúrbios rurais das cidades de média dimensão de Paris, reconstruindo a originalidade das casas modestas com a utilização de materiais de qualidade e a introdução de elementos de tradição “rural” do Minho. Contudo, ao contrário do cenário em Portugal, em França dificilmente se encontram elementos no exterior das casas que permitam afirmar que se trata de proprietários portugueses (Castro, 1998). As residências reabilitadas em França, para além de demonstrarem uma limitação na atividade construtiva dos emigrantes, acabaram por fazer da estética uma questão da ordem do privado e do feminino (Castro, 1998). Em Portugal, o acesso à propriedade ocorreu em duas fases: a primeira, consistiu na modernização de casas antigas com soalhos em barro, que não tinham nem água, nem esgoto e, numa segunda fase, a aldeia expandiu com novas e parcialmente (auto) construídas residências na periferia, bastante mais espaçosas e confortáveis (Villanova, 2006/7). O facto de a maioria ter optado pela construção de raiz nas localidades de origem, evitando a sua reabilitação, não foi meramente uma questão económica, mas sobretudo uma estratégia de diferenciação face ao passado e aos modos de vida rurais ainda presentes naquelas localidades (Castro, 1998).

Embora a entrada de Portugal na comunidade europeia e uma série de eventos modernizadores tenham valorizado a imagem da portugalidade junto dos descendentes (Muñoz, 1999, 2002, citado por Carvalheiros, 2007), bem como ainda permitido que adotassem a ideia de luso descendência (Hily e Oriol, 1993, citado por Carvalheiros, 2007) “a posição simbólica dos portugueses na sociedade francesa, devido à história da sua relação, incorpora uma pluralidade de desqualificações que acabou por ser sintetizada e codificada no sistema simbólico dominante como disparidade de prestígio entre a “cultura francesa” e a “cultura portuguesa” (Carvalheiros, 2007:190). Contudo, ao contrário do que se passou em França no Canadá as minorias étnicas estão sujeitas a pouca pressão para

assimilar a cultura nacional, chegando mesmo a serem encorajadas a manter as suas identidades e culturas (Teixeira, 1996).

De acordo com Teixeira (1996; 2007) as primeiras experiências residenciais dos imigrantes portugueses na década de 1950 também ocorreram nos bairros operários, localizados no centro das cidades de Toronto e de Montréal, onde residiam temporariamente em apartamentos e quartos alugados, no sentido de acumular recursos para comprar uma casa ou financiar a imigração dos seus parentes. Nas décadas de 1960 e 1970 o parque habitacional português aumenta consideravelmente pela aquisição de residência nessas áreas, onde inicialmente se estabeleceram, como também nos bairros da periferia (Teixeira, 1996; 2007). Na década de 1990, Teixeira refere (1996) que embora a maior concentração de portugueses continue a verificar-se nas áreas tradicionais de receção de imigrantes, a mobilidade residencial portuguesa tornou-se mais dispersa como consequência da melhoria da sua posição económica e do desejo de adquirir uma “casa de sonho”, de preferência nos subúrbios, onde a qualidade de vida é maior e a custo mais baixo. Apesar desta deslocação para diferentes partes das cidades, ou para os subúrbios de Mississauga e Laval, um número significativo de imigrantes portugueses regressa regularmente ao núcleo da sua antiga comunidade para visitar parentes e amigos, ir à igreja, fazer compras nos negócios étnicos, e/ou participar nos eventos culturais (Teixeira, 1996).

Contudo, o desenvolvimento de competências estéticas e de estratégias de distinção nas residências dos emigrantes em Portugal resultaram, sobretudo, do fraco peso das normas que, durante alguns anos, regulamentaram a construção e se refletiu no seu exterior. Até à publicação da nova Lei n.º 31/2009, de 3 de julho (que revogou o D.L. n.º 73/73, de 28 de fevereiro), emigrante não despreza o poder do desenhador, pelo facto de se movimentar com grande “à-vontade” nos diferentes departamentos das câmaras, conhecendo os limites das suas exigências ou da medida da sua permissividade, bem como tem necessidade de confiar no técnico, não só pela sua competência profissional, mas também na habilidade e eficácia que este deve inspirar para que o emigrante tenha garantias que mesmo na sua ausência os problemas surgidos com a sua casa terão solução (Leite, 1989). Assim sendo, o n.º 2 do artigo 1º do D.L. n.º 73/73, de 28 de fevereiro referia que os projetos respeitantes a obras sujeitas a licenciamento municipal deveriam ser elaborados e subscritos por

arquitetos, engenheiros civis, agentes técnicos de engenharia civil e de minas, construtores civis diplomados ou outros técnicos diplomados em Engenharia ou Arquitetura reconhecidos pelos respetivos organismos profissionais.

Porém, o nº 1 do artigo 6º estabelecia que “enquanto não for definido pelos organismos profissionais o regime de concessão de graus de especialização, poderão as câmaras municipais continuar a aceitar projetos de autoria de técnicos cuja qualificação não obedeça aos preceitos exigidos, desde que provem que, à data da publicação do presente diploma, já apresentaram na câmara municipal em que pretendem continuar inscritos, em período não inferior a cinco anos, projetos similares por eles elaborados e subscritos que mereçam aprovação”. Para além disso, o nº 2 do artigo 6º do referido D.L. estabelecia ainda que “na falta de técnicos com as qualificações previstas neste diploma ou nas condições referidas no número antecedente e apenas durante o período em que na área do concelho interessado e dos concelhos limítrofes se mantiver tal carência, poderão as câmaras municipais aceitar projetos elaborados e subscritos por técnicos de qualificação diferente e por indivíduos não diplomados, aos quais já tenha sido reconhecida idoneidade para o efeito, desde que domiciliados naquela área”, excetuando-se apenas os projetos de estruturas de edifícios, devendo ser elaborados e subscritos por engenheiros civis ou por agentes técnicos de engenharia civil e de minas, bem como os projetos de instalações especiais e equipamento que serão, em regra, elaborados e subscritos por engenheiros civis ou agentes técnicos de engenharia civil e de minas (nº 1 dos artigos 4º e 5º).

Segundo Leite (1989) a ausência permanente do emigrante (só interrompida por curtos períodos de férias anuais), teve como consequência a implicação de outros mediadores ao longo do processo de construção (procurador, familiares, etc.) e as escolhas, no que diz respeito a materiais de acabamento, tais como revestimentos e cores utilizadas nos interiores, foram muitas vezes o resultado dessa delegação de poder a que o emigrante se viu obrigado pela distância física, retirando-lhe alguma autonomia e controlo sobre a casa em construção. O momento da construção da obra é a altura primordial de confronto do plano idealizado pelo emigrante e do projeto realizado pelo técnico e é aqui que o emigrante se depara com alguns aspetos do plano para os quais nunca tinha formalizado a ideia, demonstrando algum descontentamento (Leite, 1989). No entanto, de acordo com a

sua investigação, mesmo nas situações em que a encomenda e o resultado final não eram coincidentes, todos os proprietários (e outros membros da família igualmente presentes em várias entrevistas realizadas pela autora) mostraram-se satisfeitos com a casa construída.

Face à pressão exercida pelas construções dos emigrantes e à tomada de consciência do património existente, Leite refere (1990) que foram desencadeadas ações cuja natureza variou consoante as câmaras. Umas procuram interditar os aspetos mais criticados, enquanto outras tentaram exercer um maior controlo sobre os projetos apresentados, evitando normas muito rígidas (Leite, 1990). Isto porque, em muitos concelhos os únicos agentes promotores da construção eram os emigrantes e as proibições não podiam exceder a sua capacidade de aceitação. No entanto, a autora refere que só em casos muito excecionais foi mesmo possível alterar pormenores nas novas construções para que se ajustassem à arquitetura local.

Assim, só recentemente foi aprovada a nova Lei n.º 31/2009, de 3 de julho que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis e revoga o Decreto n.º 73/73, de 28 de fevereiro. A referida Lei é aplicável aos projetos de operações urbanísticas, incluindo os loteamentos urbanos, tal como definidas no regime jurídico da urbanização e da edificação (alínea a do n.º 1 do artigo 2º). Assim, o n.º 1 do artigo 6º refere que “o projeto é elaborado, em equipa de projeto, pelos técnicos necessários à sua correta e integral elaboração, podendo apenas integrar, como autores de projeto, arquitetos, arquitetos paisagistas, engenheiros e engenheiros técnicos, executando tarefas na área das suas qualificações e especializações, nos termos indicados na presente lei, sem prejuízo do disposto no artigo 11º”. O artigo 11º refere que “podem ainda ser elaboradas por outros técnicos as peças escritas e desenhadas respeitantes a obras de conservação ou de alteração no interior de edifícios” (segundo as alíneas a e b do n.º 1 do artigo 6º à exceção dos imóveis classificados ou em vias de classificação, que não impliquem modificações na estrutura de estabilidade, das cérceas, da forma das fachadas e da forma dos telhados, estas obras estão isentas de licença).

Por outro lado, a nova postura de valorização do património construído vai ter consequências diretas ao nível das práticas da reconstrução dos emigrantes, sobretudo que às razões de ordem estética se vêm sobrepor as razões de económica (Leite, 1990). A partir de 1985 surge uma nova categoria de emigrantes, passando a ser trabalhadores sazonais no estrangeiro. O facto de disporem de menos meios financeiros, como consequência da emigração sazonal, e de não beneficiarem das regalias dos emigrantes residentes e de salários regulares (apenas durante o período de trabalho), bem como ainda a influência do atual discurso valorizador da recuperação de casas antigas, tem contribuído para que os emigrantes portugueses optem pela reconstrução das casas dos familiares e outras nos meios “rurais” de origem (Leite, 1990).

### **3.12 As tendências setoriais dos emigrantes regressados**

Numa tese onde se considera que o regresso dos emigrantes portugueses é um importante contributo para o desenvolvimento dos concelhos com menor índice de centralidade, em Portugal, importa agora analisar os setores de atividade económica que facilitariam o seu regresso e fixação nos locais de origem. De acordo com Arroteia (1986) o estudo sobre a emigração em Portugal permitiu que se estimassem as saídas da população ativa nos anos de 1950, 1960 ou mesmo em 1970 em virtude do predomínio dos ativos no setor primário, nomeadamente 50% em 1950, 44,6% em 1960 e 33% em 1970, e no secundário 23% em 1950, 27,9% em 1960 e 33,2% em 1970. O setor terciário contribuiu para um valor pouco significativo da emigração de ativos, o qual, desde 1950, tem vindo a acusar uma certa expansão - 26,5% da população ativa portuguesa em 1950; 27,5% em 1960; 33,8% em 1970 e 41% em 1981 (Arroteia, 1986).

Sobre o perfil do emprego dos emigrantes regressados entre 1960-70 o estudo de Silva et al (1984) assinala o maior peso dos setores agrícola, construção, comércio, bem como em restaurantes e hotéis e as percentagens inferiores apresentadas nas indústrias transformadoras e nos serviços em geral (à exceção do comércio, restaurantes e hotéis). Contudo, o emigrante regressado que se integra na agricultura fá-lo essencialmente na condição de pequeno agricultor familiar, mais para se entreter, para não estar parado, pelo



gosto que tem de amanhar a sua terra, para que as terras não estejam ao abandono ou para ter a sua horta e produzir uma parte dos produtos que consome (Silva et al, 1984). Destaca-se também uma certa inclinação, no regresso, para atividades que se revistam de um certo prestígio social e, especialmente, local, nomeadamente comércio, restaurantes e hotéis, bem como as perdas registadas entre o início e o final do trajeto nos setores agrícola e industrial, que são recuperados pelos ganhos no setor do comércio, restaurantes e hotéis (esta última categoria para mais do dobro do peso relativo) e a preferência pela atividade empresarial isolada ou com familiares, em alternativa à posição de trabalhador por conta de outrem (Silva et al, 1984).

Silva et al (1984) argumentam que o facto de não existir uma grande inclinação por parte dos emigrantes regressados para se integrarem na atividade industrial deve-se não tanto a uma opção assumida pelos mesmos, mas sobretudo à inexistência de novos postos de trabalho industriais nos níveis espaciais inferiores. No entanto, no seu estudo, Lewis e Williams (1985; 1986) comparam os empregos dos emigrantes portugueses regressados antes e após a emigração numa área agrícola e “rural” (Foios), numa cidade pequena com algumas atividades industriais (Mangualde) e numa cidade com bastantes oportunidades industriais e de serviços (Leiria) e verificam que qualquer que tenha sido o setor de atividade onde trabalharam, enquanto fora (destacando-se a indústria, seguida da construção, comércio e serviço público), assiste-se a alterações ao nível da passagem da agricultura, indústria e transporte para o comércio ou para a não atividade. Para além disso, referem também existir semelhanças óbvias entre estes resultados e a evidência empírica encontrada nos emigrantes dos países do Sul da Europa. Em relação às atividades que incluem o pequeno comércio destaca-se que, a maioria dos estudos revela que não são geradoras de emprego e representam apenas uma promoção social e o aumento de prestígio social dos emigrantes face à situação de saída (ver Ferreira, 1985; Gonçalves, 2007; Madeira, 2001).

Por outro lado, existe muito pouca informação sobre o perfil do emprego dos emigrantes que regressaram na década de noventa, incluindo o destino dos investimentos provenientes de suas poupanças, o que também é comprovado pelo escasso número de trabalhos publicados sobre esse assunto em Portugal (ver por exemplo Goldey e Jesus, 2001;

Gonçalves, 2007; Lucas, 1997; Martins, 2004; Madeira, 2001; Portela e Nobre, 2001; Roca, 1999). O estudo mais recente sobre esta matéria é o de Gonçalves (2007), do qual aqui se destaca a opinião dos ex-emigrantes regressados com percurso emigratório presente ou recente ao concelho de Boticas. Para estes, a implementação/desenvolvimento de qualquer tipo de empresas, seriam de grande importância para fixar/atrair a população do concelho, destacando as fábricas ligadas aos produtos agrícolas, produção do fumeiro, turismo “rural” e agricultura biológica. Contudo, entre os inquiridos regressados ao território de origem, destaca-se que 52,4% têm mais de 60 anos de idade (Gonçalves, 2007). De acordo com Madeira (2001:7) “o fluxo de regresso na década de 90 revela dimensões e intervenientes diferentes que não supõem a participação na vida ativa como trabalhadores dependentes, uma vez que permaneceram o suficiente no estrangeiro para regressarem reformados e com possibilidade de beneficiar do esforço despendido”.

Na secção 3.3 reforçou-se a importância da inovação externa e do regresso de profissionais ou estudantes graduados para o desenvolvimento “rural”. Assim sendo, para efeitos desta tese retém-se, fundamentalmente, as tendências setoriais dos emigrantes regressados na década de 80. Neste sentido, na década de 80 (a que corresponde um maior número de regressos) o regresso dá-se ainda, para a maioria dos emigrantes, durante a vida ativa, com uma duração média de vida ativa relativamente elevada (Madeira, 2001; Silva et al, 1984). Nestes termos, o emigrante regressado retorna também, em parte significativa, à agricultura, mas sem qualquer espírito de inovação que não caiba, fundamentalmente, no âmbito da produção para autoconsumo; e, além do mais, tendendo para atividades autónomas de pequeno patrão, se os capitais arrecadados forem suficientes, poderá dedicar-se a pequenas explorações de comércio, hotéis e restaurantes, e raramente às industriais (ver Amaro, 1985; Baganha e Góis, 1999; Lewis e Williams, 1985; 1986; Lucas, 1997; Madeira, 2001; Mendonça, 1999-2000; Poinard, 1983a; Portela e Nobre, 2001; Serrão, 1985; Silva et al, 1984).

### **3.13 A ativação, preservação e valorização do património cultural como uma estratégia com potencial para o desenvolvimento “rural”**

As experiências de desenvolvimento “rural” baseadas na valorização da identidade cultural são cada vez mais frequentes e difundidas, sobretudo na Europa (Fonte e Ranaboldo, 2007). “O desenvolvimento local converteu-se no novo ativador das políticas de patrimonialização. A identidade é o território antigo do património e não é de estranhar que entre os objetivos reconhecidos pela maior parte das atuações patrimoniais que se realizam nestes âmbitos, figure a (re)construção das identidades locais” (Ranaboldo e Schejtman, 2008:9). Segundo Cordovil (1997, citado por Moreira et al, 2007) a conservação de um abrangente leque patrimonial, nomeadamente do edificado, das identidades culturais e dos saber-fazer, constitui uma condição *sinae qua non* para o desenvolvimento de áreas “rurais” marginais. Contudo, a ativação do património, com todas as garantias que oferece, não deve ser encarada como uma panaceia, pelo que deve ser enquadrada em estratégias de amplo espectro ao nível do desenvolvimento (Moreira et al, 2007).

Capucho e Francisco (2010:240) argumentam que “a cultura, ao ser um bem cada vez mais procurado pelos cidadãos e ao gerar fluxos económicos e riqueza, constitui um importante recurso que deve integrar as estratégias de desenvolvimento local e regional, dado o reconhecimento que a cultura é geradora de importantes economias externas de capital humano (através da criação de emprego direto, indireto e induzido) e como catalisadora de outras atividades (como por exemplo, o turismo)”. O facto de se partilhar a mesma cultura na comunidade territorial facilita a convergência de pontos de vista, desincentiva comportamentos conflituosos e oportunistas, consolida vínculos e aumenta o capital social, bem como ainda transforma o recurso patrimonial histórico e cultural num bem coletivo, a ser conservado e valorizado (Fonte e Ranaboldo, 2007). Neste sentido, a identidade cultural dos sujeitos locais reflete-se numa identidade-projeto (Castells, 1997, citado por Fonte e Ranaboldo, 2007) capaz de redefinir o rol de atores e transformar a economia e a sociedade (Fonte e Ranaboldo, 2007).

Por outro lado, o desenvolvimento do turismo pode ter impactes positivos no património cultural, direta ou indiretamente. Devido ao seu impacte económico positivo, o

desenvolvimento do turismo contribui para aumentar o apoio e o financiamento público para a conservação e valorização do património, não podendo muitas vezes serem assegurados pelos poderes locais; renovar o orgulho cultural; revitalizar os costumes e tradições; proporcionar oportunidades de intercâmbio cultural; bem como ainda reforçar o sentido de identidade local na comunidade (Coccossis, 2009; Smith, 2003). O conceito de Turismo em Espaço “Rural” (TER) não é consensual e surge aplicado em diversos contextos (ver Fonseca e Ramos, 2008). Vários autores interpretam o TER como sendo uma atividade que abarca toda e qualquer forma de turismo nesse espaço, com atrações peculiares a cada uma, não sendo, todavia, necessariamente voltadas para o quotidiano agropecuário: “(...) o turismo no espaço “rural”, compreende todos os tipos de turismo, e o mais importante que engloba modalidades que não precisam se excluir, podendo ser complementares (...)” (Oxinalde 1994: 27, citado por Roque e Alencar, 2001).

Segundo Roque e Alenquer (2001) estas diferentes formas de se fazer turismo no espaço “rural” podem ser classificadas de acordo com as diferentes motivações, oportunidades, necessidades e disponibilidade de produtos a serem oferecidos. Entre elas, pode-se citar o turismo “rural”, turismo ecológico ou ecoturismo, “turismo cultural”, turismo religioso, turismo desportivo, entre outros. Em determinadas situações, estas formas podem interagir entre si, complementarem-se ou serem identificadas isoladamente, dependendo da realidade local (Roque e Alencar, 2001). Portela e Castro (2003) argumentam que o património cultural, entendido como um bem cultural, material ou imaterial, que tenta representar a identidade de um grupo humano, apresenta potencialidades para rentabilizar socioeconomicamente o seu poder de atração sobre um turismo que se poderia denominar cultural. O reconhecimento de que é a cultura que torna os locais interessantes é um pré-requisito chave para a promoção do turismo de sucesso tornando-se, por isso, central para o turismo e para a economia contemporânea (Walmsley, 2003). Na nova economia “rural” a paisagem “rural”, a cultura e o estilo de vida são mais importantes do que a exploração física do solo “rural”. Isto deve-se não apenas ao aumento do turismo, mas também aos investimentos nas áreas rurais pela imigração urbana-”rural”, quase sempre motivada pela perseguição do “rural” idílico (Woods 2003, citado por Todorovi e Bjeljic, 2009).

Neste sentido, as regiões podem desenvolver sinergias entre a cultura e o turismo no intuito de aumentar a sua atração como lugares para visitar, viver e investir, tornando-se mais competitivas (ver OCDE, 2009). Na literatura, podem ser distinguidos duas definições de “turismo cultural”: do lado da procura e do lado da oferta. Segundo Köhler e Durand (2007) o conjunto de definições de “turismo cultural” baseadas na procura apresenta como principal problema a delimitação do que constituiria atração cultural para os turistas, enquanto as definições do lado da oferta baseiam-se na oferta de atrações culturais, classificadas como tal e aptas ao consumo turístico. No entanto, segundo Pérez (2009:108) num sentido genérico o turismo pode ser entendido como um ato e uma prática cultural, pelo que falar em “turismo cultural” é uma reiteração. Deste modo, refere que não pode existir turismo sem cultura, daí que possamos falar em cultura turística, pois o turismo é uma expressão cultural. Por produtos culturais Silberberg (1995) identifica as instituições, o estilo de vida/património e os eventos.

Neste contexto, Smith (2003) distingue diferentes tipos de “turismo cultural”: turismo patrimonial, turismo das artes, turismo criativo, turismo urbano, turismo “rural”, turismo indígena, turismo popular, bem como “turismo cultural” indígena e turismo étnico cultural (este último, refere-se às artes e à cultura dos grupos de minorias étnicas, imigrantes e diásporas que vivem, na sua maioria, nas sociedades ocidentais pós-imperiais). Considerando que muitas das residências (auto) construídas pelos emigrantes poderão constituir um potencial património cultural que pode ser ativado, no âmbito do “turismo cultural” o turismo patrimonial é percebido como uma componente particular que se refere às “...viagens realizadas para experienciar lugares e atividades que representam autenticamente as histórias e as pessoas do passado e do presente. Inclui os recursos históricos, culturais e naturais” (National Trust, 2006, citado por Mitrut e Constatantin, 2009a:151). A sua característica principal é basear-se no lugar criando assim, um sentido de lugar enraizado nas especificidades da terra local, na sua população e nos seus artefactos, histórias e tradições (Fisher, 2006; Mitrut e Constatantin, 2009).

Em anos recentes, tem-se assistido em Portugal à formulação e implementação sistemática de políticas nacionais e comunitárias de aproveitamento e adaptação de patrimónios construídos para fins de alojamento turístico em zonas rurais (ver Silva, 2006). Contudo,

de acordo com Pérez (2003:242, citado por Moreira et al, 2007) é necessário que haja uma “patrimonialização feliz”, atendendo a que o turista não pretende encontrar-se com “misérias”, mas sim contactar com espaços aprazíveis. Relativamente às residências dos emigrantes portugueses, sabe-se que há uma elevação significativa do nível de exigências e de necessidades sociais comparativamente à casa de origem, pelos numerosos equipamentos domésticos e pela adoção de novas formas de conforto. Deste modo, a tradição e a modernidade deixaram de ser vistas enquanto domínios opostos na esfera do turismo: “Com o turismo internacional, a descontinuidade entre modernidade e tradição desaparece. A modernidade já não pressupõe a rotura com a tradição, mas a sua absorção. Inversamente, a tradição não é reanimada por um movimento de protesto contra a modernidade, surgindo incorporada na mesma” (Lanfant, 1995:36, citado por Silva, 2006).

Em Portugal, o TER são estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento em espaços rurais dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, de modo a preservar e valorizar o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico da respetiva região. Os empreendimentos de turismo no espaço “rural” podem ser classificados num dos seguintes grupos: “agroturismo”, “casas de campo” e “hotéis rurais” (art.º 18º do Decreto-lei nº 39/08, de 07-03). Neste contexto, o TER agrupa dois tipos de alojamento, considerando a tipologia arquitetónica e o recheio das casas: o que seria típico dos camponeses com algumas posses, constituído pelas casas rústicas, e o que associamos à antiga nobreza de província, formado pelos solares e casas apalaçadas (Silva, 2005-06; Silva, 2006). Por outras palavras, enquanto o turismo de habitação é procurado pela sua carga senhorial, as restantes modalidades são procuradas pela sua relação com o popular (Silva, 2005/6; 2006; 2007; 2009).

As formas de arquitetura popular afetas ao TER são por vezes encaradas, sobretudo pelos turistas portugueses, como expressões da cultura nacional portuguesa (Silva, 2007). De acordo com Lowenthal e Chevallier (citado por Silva (2007:148) “a arquitetura popular é também encarada por estes turistas como um símbolo da tradição, que no seu entender existe no campo e não na cidade. Para além da arquitetura popular, a tradição é por estes turistas associada à gastronomia, aos produtos locais, ao artesanato e às festas tradicionais,

elementos que nos últimos anos passaram a integrar o universo do património, na sequência dos processos contemporâneos de alargamento da noção de património”. No seu estudo sobre “as casas de sonhos” dos emigrantes em Portugal, Villanova et al (1994:74) argumentam que “a ausência de pressão e estímulo exterior faz com que grande parte das casas fique fechada (e em Parada são cerca de 100 moradias) durante dez ou onze meses por ano, estando excluída qualquer possibilidade de arrendamento das mesmas. Situação bem diferente é a que se vive em Via Praia de Âncora, local privilegiado de turismo e lazer nos meses de verão. Neste contexto de forte atração sazonal de turistas nacionais e estrangeiros, os emigrantes, sujeitos aqui a uma poderosa sedução por parte de uma população flutuante e confiadamente solvente, não hesitam em rendibilizar a própria residência, ou parte dela arrendando-a”.

Assim sendo, é muito provável que o ambiente turístico contribua igualmente para motivar os emigrantes a alugar a/s sua/s residência/s no país de origem. De acordo com o estudo de Komppula et al (2008) a motivação mais importante para alugar uma casa de férias, neste caso num *resort* de *ski*, é económica e essa decisão é normalmente tomada na fase inicial do projeto de adquirir uma casa de férias no *resort*. O mesmo estudo evidencia também que os fatores desmotivadores prendem-se com as perdas económicas, sobretudo as despesas relacionadas com incidentes ou deixar de ser financeiramente atrativo para o proprietário, enquanto o receio de perder prestígio social ou de intrusão da privacidade são as razões apontadas por apenas 10% dos inquiridos. No estudo de Komppula et al destaca-se ainda que o facto do/s proprietários/ alugarem a sua/s propriedade/s deixa de ser por ele/s considerada a sua casa, como na fase inicial, e passa ser apenas uma residência sem valor pessoal, social ou psicológico para a família.

Os resultados de um estudo realizado em Alpenarena (Suíça), a 1045 proprietários que não arrendam a/s sua/s residência/s demonstram que quanto mais idade tiverem, maior é a tendência para utilizar a sua residência (Bieger et al, 2007). Os autores do referido estudo referem também que apesar dos proprietários mais jovens darem maior relevância à limitação da sua privacidade, particularmente em relação ao tempo que possam passar com a família, pelo arrendamento da sua propriedade, a oportunidade de rendimento é percebida como relativamente vantajosa (Bieger et al, 2007). Neste sentido, os resultados do estudo

de Beritelli et al (2008) revelam que, na perspectiva dos inquiridos, o arrendamento da residência associa-se com sacrifícios, como a intrusão de privacidade e a perda de flexibilidade, que precisam de ser compensados com benefícios financeiros comparativamente superiores, tais como impostos especiais de propriedade combinados com reembolsos financeiros para aqueles que alugarem. Quanto aos custos decorrentes de incidentes e de outros inconvenientes, os mesmos autores sugerem que o destino assuma a gestão de determinados objetos identificados e, dessa forma, a concessão da respetiva manutenção (sem custos ou inconvenientes para o proprietário).

Segundo Silberberg (1995) o crescente interesse por parte dos operadores turísticos na organização do pacote turístico e nas oportunidades de parcerias com as facilidades e organizações culturais, a maioria não lucrativas, justifica-se sobretudo pelo perfil demográfico, socioeconómico e comportamental dos “turistas culturais”. Embora existam diferenças por tipo de produto cultural, geralmente este turista auferir salários mais elevados, efetua mais despesas e passa mais tempo numa área durante as férias, tem maior tendência para se instalar em hotéis ou motéis e a fazer paragens, tem educação superior, envolve mais mulheres do que homens, bem como pessoas com idade mais avançada. Existem igualmente tendências sociais que apontam para o aumento da importância da cultura como uma motivação para viajar, tais como o aumento da formação, do número de mulheres com posições de destaque na sociedade, de uma geração idosa cada vez mais jovem, da qualidade das experiências dos eventos e da procura de oportunidades culturais *indoor* (ver Silberberg, 1995). Neste sentido, à exceção de dois períodos de estagnação (início da década de 1980 e de 1990), partir de 1970 o volume da procura de “turismo cultural” na Europa tem vindo a crescer consideravelmente (Bachleitner e Zins, 1999; Richards, 2001, citado por Smith, 2003:32).

### 3.14 Conclusão

Ao longo do presente capítulo ficou demonstrado que o movimento emigração-regresso dos portugueses não tem estimulado suficientemente o desenvolvimento económico local devido à falta de uma política de emigração que cuidasse da sua valorização humana e



profissional, de uma política de regresso, que estimulasse e incentivasse a aplicação das remessas para atividades orientadas ao crescimento, informasse sobre essas alternativas de reinserção socioeconómica local e ainda pela falta de uma política de desenvolvimento regional que as estimulasse. No entanto, o que aqui é defendido é que o movimento emigração-regresso em Portugal, salvo na sua fase inicial (a partida), apresenta várias potencialidades em termos de desenvolvimento local, uma vez que os emigrantes dirigem-se preferencialmente para as regiões de origem, que são as áreas “rurais” mais carenciadas ou os concelhos com menor índice de centralidade, e podem trazer formação, experiência laboral, capital financeiro e social, obtidos durante a sua experiência de emigração. Neste sentido, reconhecendo que os emigrantes são agentes de desenvolvimento dos países/regiões de origem deve-se facilitar a participação dos mesmos em projetos de desenvolvimento que estimulem a economia dos países e regiões de origem, com o intuito da sua fixação.

Por outro lado, constata-se existir uma nova estratégia de migração-circulação que resulta das forças da globalização e do desejo de regresso às origens, fazendo-se acompanhar pela prática da “dupla residência”, e que impõe um modo de comportamento que varia de acordo com a oportunidade. Neste âmbito, constatámos também que a mobilidade da população tem sido condicionada sobretudo por condições locais, ligadas às oportunidades de emprego e de rendimento, e de atração, tais como a ligação à família e ao lugar (ou estilo de vida “rural”). Ficou igualmente demonstrado que as comunidades portuguesas, no seu conjunto, têm-se associado nos respetivos países de acolhimento, com o intuito de luta contra o risco de perderem a sua identidade. O seu processo de aculturação permitiu-lhes integrarem-se, com maior ou menor sucesso, nos países e cidades de acolhimento sem renunciarem à sua identidade (cultural), fazendo-a projetar espacialmente através da construção de residências. Esta simbologia recente da arquitetura popular privilegiou (até início da década de oitenta) a (auto)construção de raiz no lugar de origem, onde o fraco peso das normas que, durante muito tempo, regulamentaram a construção em Portugal permitiu a manifestação de diferentes elementos estéticos, a que correspondem estratégias de distinção.

Embora não deva ser encarada como uma panaceia, argumentámos também que a ativação, conservação e valorização do património cultural, pelo turismo, apresenta potencialidades capazes de transformar a economia e a sociedade, com vista ao desenvolvimento “rural”. Neste sentido, para o aproveitamento do património cultural construído, com fins de alojamento turístico em zonas rurais, a evidência empírica sugere que o ambiente turístico e as vantagens económicas apresentam-se com potencialidade para motivar os emigrantes da “nova geração” a alugarem a sua propriedade. Verificámos, que o emigrante regressado em idade ativa retorna também à agricultura, mas fundamentalmente para autoconsumo, tende para atividades autónomas de pequeno patrão e para pequenas explorações, entre as quais as atividades ligadas à hotelaria e restauração. Assim, atendendo ao seu perfil, a partir da segunda metade da década de oitenta, argumentamos que a disponibilidade de residência no local de origem, aliada à tendência de uma menor taxa de natalidade entre os emigrantes, bem como a possibilidade de exercer uma atividade remunerada por conta própria na área do turismo poderão, entre outros fatores, contribuir para concretizar o desejo de regresso às origens dos emigrantes portugueses.

## **Capítulo 4**

### **O papel do setor do turismo para o desenvolvimento “rural” sustentável**

#### **4.1 Introdução**

No capítulo 3 foi possível concluir que o movimento emigração-regresso em Portugal, salvo na sua fase inicial (a partida), apresenta várias potencialidades em termos de desenvolvimento “rural”. O facto de o turismo apresentar potencialidades igualmente capazes de transformar a economia e a sociedade, com vista ao desenvolvimento sustentável dos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal, justificou a introdução deste capítulo. A visão positiva sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento económico tem vindo a ser discutida no âmbito académico. Aqueles que advogam o turismo direccionam-se para os seus impactes diretos, indiretos e induzidos, no emprego e no rendimento local, enquanto os mais críticos discutem o tipo de emprego que gera (ver por exemplo Albrecht 2000, Bahl, 1997, citado por North e Smallbone, 2003; Becic e Crnjar, 2009; Bryden e Bollman, 2000; Fredrick 1993, citado por Fleischer et al, 2000; Fleischer e Felsenstein 2000; Ribeiro e Marques, 2002).

Assim, através da revisão de literatura optou-se por desenvolver cinco questões principais, atendendo à sua relevância para esta tese. Os conteúdos são os seguintes: a relação das micro, pequenas e médias empresas com o desenvolvimento “rural” (secção 4.2); ii) o potencial da estratégia baseada no turismo para o desenvolvimento económico das áreas “rurais” (secção 4.3); iii) o efeito multiplicador das despesas turísticas e a sua relevância como alavanca do desenvolvimento dessas áreas (secção 4.4); iv) o contributo do regresso dos emigrantes portugueses e das suas residências no local de origem para o desenvolvimento do turismo sustentável (secção 4.5); e v) a perceção dos “residentes” em

relação ao desenvolvimento do turismo (secção 4.6). Neste sentido, iremos proceder à discussão de cada um destes temas.

Por outro lado, ao tomar-se em consideração algumas críticas relativas à sazonalidade e ao nível de qualidade e de remuneração, bem como a qualificação dos empregos gerados pela indústria turística, o objetivo da segunda parte deste capítulo consiste em dar a conhecer algumas estratégias para lidar com a sazonalidade do turismo; as suas vantagens nas áreas “rurais” (secções 4.7 e 4.8, respetivamente); a relação do desenvolvimento do turismo, impulsionado pelos emigrantes portugueses, com o aumento do rendimento nessas áreas (secção 4.9); a importância dos regimes de flexibilidade laboral e do apoio do Estado para o aumento da qualificação dos recursos humanos que trabalham no setor (secção 4.10); bem como ainda do regresso da “nova geração” de emigrantes portugueses para a igualdade do género nos seus locais de origem (secção 4.11).

#### **4.2 A relação das micro, pequenas e médias empresas com o desenvolvimento “rural”**

Na sequência do desenvolvimento de um estudo sobre o futuro da Europa “rural” Labrianidis (2003) refere, como conclusão principal, que o empreendedorismo é provavelmente a forma de conseguir alcançar o desenvolvimento “rural”, uma vez que, entre outros fatores, permite aumentar o emprego. Não obstante, Labrianidis et al (2003) identificam igualmente diferenças significativas nas trajetórias históricas das áreas “rurais” nos diferentes países da Europa. Neste sentido, distinguem um primeiro grupo de países da Europa do Norte, onde as grandes mudanças datam do início do século XX (ou anos 50) e a situação económica, demográfica e social nas áreas “rurais” é relativamente estável e em processo de declínio lento (França, Dinamarca, Itália), ou vai melhorando lentamente (Suécia e Sul do Reino Unido). No segundo grupo de países (Portugal, Irlanda, Espanha, Grécia, ex República Democrática da Alemanha e Finlândia), o mundo “rural” é ou foi recentemente confrontado com várias crises, emigração, aumento significativo do desemprego e reestruturação acelerada da produção e das explorações (ver também Cavaco, 2009; Gardner, 2003). Neste âmbito, Labrianidis e Thanassis argumentam (2003)

que as pequenas e médias empresas (PME's) têm um papel essencial nas áreas "rurais", na medida em que compreendem o volume de atividade empresarial local.

Entre os vários estudos realizados sobre o desenvolvimento "rural" em Portugal, Diniz (1999:100) argumenta também que "a economia do mundo rural experimenta dois tipos de dificuldade. A primeira tem a ver com as oportunidades de emprego que têm vindo a diminuir quer em atividades do setor primário, quer do secundário, com maior implantação no mundo rural (o recurso à industrialização difusa, com base, ou não, nos recursos naturais, pode, de alguma maneira, alterar esta situação), enquanto a segunda dificuldade deriva da ineficiente rede de ligações aos principais centros urbanos, no que diz respeito às fontes de informação, inovação, tecnológicas e financeiras que propiciam o desenvolvimento". No mesmo contexto, Gonçalves (2007) refere igualmente que as PME's são importantes instrumentos de desenvolvimento "rural" porque contribuem para criar emprego, gerar crescimento, nichos de empreendedorismo e outras empresas, constituem-se como fator de coesão económica e social, fator de integração, dinamização do mercado de trabalho, são facilitadoras de transferência de saberes e tecnologias e dinamizadoras de atividade e de iniciativas inovadoras. Hayter (1997) realça também a importância das pequenas e novas empresas no desenvolvimento local pela sua capacidade de criar emprego, utilizar recursos internos humanos e de capital disponíveis, aumentar o capital, inovar, aumentar o processo multiplicador local, melhorar a auto suficiência numa economia local, reduzir a dependência nas importações e contribuir para o controlo local, melhorando o potencial da região para determinar o seu próprio futuro e identificar o seu potencial de desenvolvimento.

Hayter destaca ainda, o papel das médias empresas na participação das regiões, mesmo as mais remotas, em ambientes globais altamente competitivos (ver também Reynolds et al, 1994). Existe evidência empírica que demonstra que os impactos positivos do turismo em termos de emprego e de rendimento estão mais associados às pequenas empresas turísticas, comparativamente com as grandes empresas, implicando maior cooperação económica local (ver por exemplo Fleisher e Felsenstein, 2000). Contudo, Fritsch e Mueller (2004) advertem que nos primeiros 6 ou 7 anos esse impacto pode ser negativo e variar de acordo com as características dos empresários e concorrentes, da respetiva indústria e região, onde

as empresas altamente inovadoras são as que tendem a gerar efeitos mais significativos do lado da oferta. Para além disso, Kirsten e Rogerson (2002) alertam que, como resultado da própria economia do turismo, podem existir mais oportunidades indiretas de emprego do que diretas, ao nível do transporte, alojamento, *catering* e entretenimento. Relativamente à distribuição do rendimento Wall e Mathieson (2006:140) referem que, embora por vezes os lucros resultantes da atividade empresarial permaneçam numa pequena parte da população local, “os benefícios indiretos da melhoria dos serviços económicos e sociais têm sido suficientes para contradizer os criticismos de alguns observadores”.

De acordo com vários autores existe uma série de variáveis que influenciam a criação de empresas, nomeadamente a diversidade económica, existência de infraestruturas, oportunidades de carreira, indústrias voláteis, uma oferta turística determinada por padrões nacionais, maior saúde individual, flexibilidade da política laboral e a criatividade cultural da região (desenhadores, músicos, compositores, atores, diretores, pintores, escultores, artesãos, fotógrafos, bailarinos, artistas e *performers*) (Kirsten e Rogerson, 2002; Grek et al, 2009; Haltiwanger, citado por Carlsson e Karlsson, 1999; Lee et al, 2004; Reynolds et al, 1995). Não obstante, Evans e Leighton (1989) referem que a probabilidade de criar um novo negócio é independente da idade e da experiência nos primeiros vinte anos de emprego. Apesar das pessoas com idade mais avançada apresentarem maior facilidade na identificação de oportunidades, revelam menor tendência para as explorar (Evans e Leighton, 1989). Os resultados empíricos de um estudo que se debruçou sobre a variação do empreendedorismo entre regiões de diferentes dimensões revelam ainda que a acessibilidade local e externa ao Produto Regional Bruto (ou acessibilidade aos mercados) tem um impacto significativo na entrada e saída de novas empresas (Grek et al, 2009). Para os setores primário e secundário este impacto é negativo, enquanto para o setor dos serviços o impacto é positivo (Grek et al, 2009).

Face ao exposto, verifica-se que a promoção do setor das pequenas empresas está a ganhar crescente atenção devido aos problemas de desenvolvimento nos países mais carenciados e nas áreas “rurais” da U.E. Contudo, a escassez de capital inicial e de *know-how* técnico constituem uma barreira para o desenvolvimento de pequenas empresas (Black et al, 2003; Gonçalves, 2007). Neste contexto, a abertura de negócios está muito dependente de fundos

externos e a iniciativa comunitária Leader - uma das estratégias mais significativas para o desenvolvimento “rural” e financiada pelos fundos estruturais da U.E. - tem por objetivo ajudar os atores “rurais” a considerarem o potencial de longo prazo das suas regiões locais (Gonçalves, 2007; Jenkins e Hall, 1998). No capítulo 3 destacou-se que a criação de PME’s, e/ou a sua recuperação, poderá ser um dos contributos dos emigrantes portugueses para o aumento da competitividade e produtividade do tecido empresarial nacional, impulsionando não só o emprego, como também o desenvolvimento económico local e nacional.

Por outro lado, Labrianidis (2003) destaca igualmente a importância das políticas europeias considerarem o empreendedorismo nas áreas “rurais” periféricas da Europa e o seu desenvolvimento através de grupos de países (do sul/do norte/em transição), bem como por tipos de áreas “rurais” e de empresas, no sentido de alcançar o desenvolvimento da periferia da Europa “rural”. Neste âmbito, no capítulo 3 verificou-se que, entre os vários estudos realizados sobre a migração rural-urbana nas cidades do Sul da Europa, os emigrantes mantêm fortes ligações com a terra de origem, situação visível pelo seu regresso nas férias e/ou nos fins-de-semana, bem como pelas remessas enviadas durante a emigração. Segundo King e Thomson (2008) os quatro países da Europa do Sul, nomeadamente Portugal, Grécia, Espanha e Itália, reúnem um conjunto de características migratórias e de fatores explicativos que geraram tendências migratórias mais ou menos paralelas, dando origem a uma espécie de “modelo” de imigração da Europa do Sul, distinto do Norte da Europa. Em cada um daqueles países, o perfil histórico divide-se em três fases: emigração em massa entre 1950 e inícios de 1970, seguida de um período de migração de regresso e um equilíbrio migratório durante a década de 1970, a que se seguiu uma imigração crescente e desregulada durante a década de 1980 e, sobretudo, entre 1990 e inícios de 2000.

Embora a emigração laboral, que ocorreu após a II Guerra Mundial, tenha estado inicialmente ligada a Itália, posteriormente à Espanha e mais tarde à Grécia e a Portugal, bem como aos países das Índias Ocidentais, do subcontinente Indiano, Norte de África, Jugoslávia e Turquia (Gaspar, 1984; Stalker, 1994), para efeitos desta tese iremos considerar apenas a emigração associada aos países do Sul da Europa, em particular Itália,

Espanha, Portugal e Grécia, uma vez que partilham bastantes experiências que lhes dão um elemento de identidade comum (ver Williams, 1984). Neste âmbito, Williams (1984:4) argumenta que “estes países têm posições semelhantes (mas não idênticas) no sistema económico mundial”, uma vez que experienciaram mudanças económicas, políticas e sociais significativas que conduziram à transformação das suas estruturas socioeconómicas.

Entre as características comuns na Europa do Sul destacam-se, entre outras, a sua relação de dependência com o centro, particularmente o Norte da Europa; a falta de um controlo efetivo sobre os seus recursos, porque as grandes decisões económicas são tomadas ou significativamente influenciadas pelo centro; a falta de inovação local e importação de conhecimento e de tecnologia; fracas ligações e fracos fluxos de informação dentro da periferia; fluxos migratórios da periferia para o centro e fluxos reversos de turistas (Williams, 1984). Apesar do declínio do emprego agrícola, os quatro países continuam a ter setores agrícolas substanciais, com tendência para a polarização entre o minifúndio e o latifúndio e para a baixa produtividade não negligenciando, contudo, as mudanças que têm havido ao nível de ações para modernizar a agricultura em Espanha e Itália (Williams, 1984). Mais recentemente destacam-se também os países da Eslovénia, Malta e Chipre pela semelhança do percurso histórico da emigração, seguida da imigração, alternando na década de 1970, tal como os protagonistas do modelo da Europa do Sul (ver King e Thomson, 2008).

Por outro lado, a resposta aos problemas induzidos pelo ajustamento da agricultura nas áreas “rurais” da periferia, em geral, e das áreas mais remotas do Sul da Europa, em particular, deverá considerar ainda a criação de pequenas e médias empresas (PME's) no setor secundário e no setor terciário (Gonçalves, 2007; Labrianidis, 2003). No capítulo 3 argumentámos que, a evidência empírica encontrada no Sul da Europa demonstra que, qualquer que tenha sido o setor de atividade onde os emigrantes se inseriram durante a estadia no país de acolhimento (destacando-se a indústria, seguida da construção, comércio e serviço público), a comparação dos empregos antes e após a emigração revela uma diminuição na proporção de emigrantes regressados a trabalhar nos setores da agricultura, indústria, transporte e serviços públicos, com destaque para o setor da indústria, e um



aumento nas atividades autónomas de pequeno patrão. Em quase todos os casos estudados no Sul da Europa, King (1986) refere que estes negócios constituem imitações das empresas já estabelecidas na localidade e estão concentrados no setor dos serviços (ver por exemplo Lewis e Williams, 1985; 1986; Keiser, 1972, King, 1977, King, 1980, Rhoades, 1978 e Unger, 1981, citado por King, 1986; King et al, 1986; Silva et al, 1984).

Contudo, isto não significa que os emigrantes regressados não participem em formas de desenvolvimento industrial ou outras formas de desenvolvimento. Segundo o mesmo autor a pequena proporção de emigrantes que se inseriu em empregos do setor industrial, após o regresso, é evidenciada frequentemente através de estudos empíricos (King, 1986:20-21). Neste âmbito, Saraceno (1986) desenvolve um estudo, no Nordeste de Itália, e constata que após o regresso dos emigrantes há um predomínio das profissões no setor industrial. No entanto, no caso do Sul da Itália a associação entre a imigração e o desenvolvimento industrial reflete-se apenas na redução dos níveis de emigração e não na motivação do regresso dos emigrantes (King et al, 1986). Considerando ainda que a principal forma de investimento do capital dos emigrantes do Sul da Europa é na construção de uma residência, como forma de ascensão social (ver por exemplo Hudson e Lewis, 1984; King et al; Rhoades, 1978, citado por King et al, 1986; Silva et al, 1984) é muito provável que, tal como acontece em Portugal, os emigrantes dos restantes países do Sul da Europa também tenham uma identidade cultural que simbolizaram pela (auto) construção de residências nos locais de origem.

No entanto, segundo informação obtida junto da Ordem dos Arquitetos em Portugal, na generalidade dos restantes países do Sul da Europa a obrigatoriedade de assinatura de arquiteto nos projetos de habitação privada é muito anterior a 1955/60, data do primeiro ciclo da emigração laboral em massa, após a II Guerra Mundial. Neste âmbito, em Espanha (e respetivas leis das comunidades autónomas) a primeira lei a ser instituída foi a Lei das Associações Profissionais N. 2/1974, de 13 de fevereiro. Em Itália foi a Regio Decreto N. 2537/1925, n°2537 e na Grécia a Lei 4663/1930. Contudo, o facto dos países do Chipre, Malta e Eslovénia, bem como Itália, Grécia, Espanha e Portugal se destacarem entre os países da União Europeia com maior número de pequenas explorações (menos de 5 hectares) (dados de 2007 da Eurostat, 2009), bem como dos respetivos emigrantes

revelarem maior tendência para se integrarem em profissões no setor dos serviços, quando regressam ao país de origem, leva-nos a sugerir igualmente que as suas residências nos locais de origem, com ou sem valor patrimonial, possam também contribuir para motivar o seu regresso, com vista ao desenvolvimento sustentável das áreas “rurais” dos países do Sul da Europa.

Neste contexto, o fenómeno da emigração, motivada pela melhoria das condições de vida, atinge igualmente todos os Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, seja como países de destino, como países de origem, ou mesmo na dupla condição de origem e destino, a que acresce o facto de alguns destes Estados terem passado de porto de partida a porto de chegada, e vice-versa, como por exemplo os casos do Brasil e de Portugal (CPLP, 2011). Na sequência da expansão marítima portuguesa dos séculos XV e XVI e do contacto com os povos encontrados, resultou também uma identidade cultural partilhada por oito países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor), unidos por um passado vivido em comum e por uma língua que, enriquecida na sua diversidade, se reconhece como uma (CPLP, 2012).

Durante aquele período, a sua identidade cultural foi igualmente refletida numa produção original da arquitetura Portuguesa, representativa da sua cultura, nessas áreas “colonizadas” pelos portugueses (ver por exemplo Fernandes e Janeiro, 1991; Fernandes, 1991). Ao tomar-se em consideração que a proximidade linguística influencia, significativamente, os fluxos migratórios e o investimento direto no estrangeiro, mas apenas moderadamente o comércio externo e os fluxos turísticos (Pina, 2011), bem como ainda a existência daquele património cultural lusófono, também é muito provável que o impacto do desenvolvimento do turismo na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), impulsionado pela fixação dos emigrantes que falam a língua portuguesa, possa resultar na promoção da concertação político-diplomática e cooperação entre os seus membros, bem como na materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

### **4.3 O potencial de uma estratégia baseada no turismo para o desenvolvimento económico das áreas “rurais”**

A discussão desenvolvida na secção anterior contribuiu para reconhecer que o empreendedorismo, associado às pequenas e médias empresas, é uma forma de conseguir alcançar o desenvolvimento “rural”, em Portugal e nos restantes países do Sul da Europa, uma vez que, entre outros fatores, permite aumentar o emprego. Neste contexto, a revisão de literatura revela que, no período que seguiu após a II Guerra Mundial, a contribuição do setor agrícola para o PNB e como fonte de emprego tem vindo a diminuir em Espanha, Itália, Grécia e Portugal (Jones, 1984; Williams, 1984). Como resultado, as estratégias de promoção do desenvolvimento “rural” passaram a estar concentradas na concessão de subsídios setoriais e no recrutamento de atividades industriais sendo, no entanto, limitativas (Diniz, 1999:100-101). Durante o período de 1970-85 a criação ou reforço dos serviços e das pequenas empresas industriais foi a característica mais notável no desenvolvimento “rural”. Embora este emprego industrial, que era raro nas economias áreas “rurais”, tenha expandido e criado emprego geralmente era focado em salários baixos, onde a flexibilidade da mão-de-obra deixava antever a existência de fontes complementares de emprego e/ou rendimento, entre as quais a atividade agrícola teve uma importância assinalável (Fuà, 1991; Hoggart e Buller, 1987; Hudson e Lewis, 1984; Lewis e Williams, 1981; Maitland e Cowhig, 1958; OCDE, 1988; Pires, 1986).

Segundo Santos (1992) existem algumas fragilidades internas que provocam a crise nos sistemas de produção local, nomeadamente a precariedade do emprego, o recurso a mão-de-obra jovem não qualificada e uma massa de trabalhadores que não encontra emprego, nem na agricultura nem nas indústrias tradicionais. No âmbito da sua investigação sobre o impacto da pequena e da grande indústria na criação de emprego, num país em vias de desenvolvimento, Meller, e Marfán (1981) referem que apesar da importância do emprego direto criado pela pequena indústria, os efeitos indiretos e multiplicadores do emprego criados pela grande indústria são visivelmente maiores. Existem resultados positivos, obtidos através de incentivos ao aparecimento de atividades industriais em regiões de economia agrícola, sobretudo se resultam de pequenas e médias empresas orientadas para os mercados nacionais e sem nunca descurarem os consumos locais. Contudo, têm surgido

muitas desilusões deste tipo de estratégia com grandes empresas industriais em regiões predominantemente “rurais” que canalizam quase exclusivamente os seus *outputs* para o exterior, pouco ou nada se preocupando com os recursos e os consumos das regiões onde se instalam (Cepeda, 1988).

Assim sendo, o facto das preferências de localização da grande indústria se situarem nos centros urbanos (ver Hayter, 1997), aliado à importância do papel das PME's para o desenvolvimento “rural”, leva a sugerir que o setor industrial não seja a estratégia mais adequada ou o motor do desenvolvimento “rural”, uma vez que a pequena indústria apresenta um efeito multiplicador de emprego e de rendimento menor comparativamente com a grande indústria. Do mesmo modo, embora o setor da construção, enquanto atividade económica do setor secundário, estimule o emprego, através do aparecimento de algumas indústrias locais, King (1986) argumenta que são empregos temporários, porque a sua continuidade depende do fluxo regular de emigrantes regressados às áreas de origem para manter a *boom* de construção. Durante a década de 80 o aumento do emprego nas áreas predominantemente “rurais” dos países da OCDE deveu-se maioritariamente ao crescimento em rede no setor dos serviços (Bryden e Bollman, 2000). Os resultados de um estudo realizado nos E.U.A., sobre a dependência do desenvolvimento “rural” nos setores tradicionais de criação de emprego, testemunham esta situação revelando que as áreas “rurais” intensivas no setor dos serviços têm crescido mais do que as áreas “rurais” intensivas nos setores da agricultura, minas ou indústria (Kilkenny e Partridge, 2009). Como resultado, o aumento do emprego no setor terciário tem-se revelado a variável chave na explicação da imigração ou da pouca emigração (ver King e Strachan, 1980a; 1980b, citado por King, 1984). O debate conduzido na secção anterior e no capítulo 3 é igualmente elucidativo desta argumentação.

Assim, no contexto de uma preocupação de ordenamento territorial, que retire às áreas urbano-industriais o quase exclusivo do emprego não-agrícola Moreno (2003) refere que a própria Política Agrícola Comum passa a incentivar a extensão e diversificação das atividades. Tanto a Campanha Europeia para o mundo “rural” (Conselho da Europa, 1987, citado por Moreno, 2003) como a subsequente comunicação “O Futuro do Mundo Rural” (CCE/PECO-394, de 22 de junho de 1988, citado por Moreno, 2003) traduzem e

documentam esta preocupação. Deste modo, salienta-se, entre outros fatores, a relevância das atividades do setor dos serviços para o desenvolvimento “rural”, uma vez que contribuem para aumentar o emprego, o rendimento *per capita* e equilibrar a sua distribuição nas áreas “rurais” (ver por exemplo Kilkenny and Partridge, 2009).

Neste contexto, Bryden e Bollman (2000) argumentam que embora os serviços públicos (educação, saúde e administração pública) tenham sido empregadores importantes em muitas áreas “rurais” durante a década de 80, na década de 90 a sua importância foi sendo cada vez mais reduzida. No capítulo 3 referimos também que, as atividades económicas que incluem o pequeno comércio não são geradoras de emprego e representam apenas um aumento do prestígio social face à situação de saída dos emigrantes portugueses (ver Ferreira, 1976; Gonçalves, 2003, citado por Gonçalves, 2007; Madeira, 2001). Para além disso, também se argumentou que o investimento dos emigrantes naquelas atividades vai decrescendo com o aumento da idade, associado a um menor espírito empreendedor (ver Madeira, 2001), e que o desenvolvimento “rural” associa-se, entre outros fatores, ao regresso de emigrantes em idade ativa. Assim sendo, o desenvolvimento económico deverá direcionar-se para os serviços locais e reconhecer as suas ligações a montante e a jusante, para que se possa contabilizar empiricamente a totalidade do seu papel no crescimento económico (Kay et al, 2007).

No entanto, Kilkenny e Partridge (2009) alertam que as políticas que são neutras relativamente ao setor ou que se focam no lado da oferta (na educação, no aumento da produtividade, na imigração, nos recursos locais etc.) são mais efetivas do que aquelas que se apoiam exclusivamente no setor dos serviços, não sendo por isso políticas de desenvolvimento “rural” recomendadas. Neste sentido, uma política de desenvolvimento do interior terá de basear-se, em primeiro lugar, em fortes investimentos em infraestruturas indispensáveis ao investimento (estradas, caminhos de ferro, eletrificação, etc.) e à fixação de recursos humanos (ver Ferreira, 1985). Em anos recentes, as políticas nacionais e comunitárias de desenvolvimento “rural” procuram induzir o desenvolvimento sustentável nestas áreas e estimular a diversificação das atividades económicas de quem nelas reside, mediante o aproveitamento dos seus recursos endógenos. Isto inclui o aproveitamento do potencial agrícola dos campos através da elaboração de produtos agroalimentares de

marca, a patrimonialização dos seus recursos e a exploração turística destes patrimónios (Silva, 2007: 39-67, citado por Silva, 2007a).

Muitos destes recursos, naturais, culturais (materiais e imateriais) e paisagísticos, apresentam potencial para o desenvolvimento do turismo e permitem benefícios económicos para as comunidades regionais (Fonseca e Ramos, 2007a; MacDonald, 2003). Numa perspetiva de *marketing*, o património cultural permite que os destinos tenham uma atração única, que os diferencia das outras regiões e países (Cegielski et al, 2008). Segundo os resultados de um estudo da Urban Consulting Group Study (1995, citado por Cegielski et al, 2008) o maior benefício económico do património cultural, identificado no Reino Unido, E.U.A. e Austrália, foi o aumento do turismo e os seus efeitos associados, pelo multiplicador de emprego e de rendimento. Deste modo, o papel do emprego no setor do turismo, em particular, tem tido uma contribuição importante no crescimento da economia nacional, bem como na transformação de algumas economias regionais (Williams, 1984).

O turismo como atividade económica é responsável pela entrada de divisas, contribuindo positivamente para o saldo da balança de pagamentos, Produto Nacional Bruto, receitas fiscais, criação de emprego e de rendimento, desenvolvimento de outras atividades económicas, melhoria das estruturas económicas, incentivo à atividade empresarial, estímulo das economias regionais e atenuação das disparidades económicas regionais (ver por exemplo Archer, B. e Fletcher, J., 2007; Barbosa, 2005; Eadington and Smith 1992, citado por Elesbão, 2008; English et al, 2000; Fleischer e Felsenstein, 2000; Eusébio, Castro e Costa, 2000, citado por Silvano, 2006; Wall e Mathieson, 2006; Sinclair, 2007; Hughes e Shields, 2007; Tonnini et al, 2006; Marcouiller, 2007; Udovč e Perpar, 2007). Assim, a atividade turística, sob certas condições, poderá constituir-se um motor da atividade económica em geral, ajudando à redução das assimetrias de desenvolvimento existentes, e uma oportunidade para revitalizar os territórios, melhorar a qualidade de vida das populações e valorizar os seus recursos mais relevantes, nomeadamente o património (natural e cultural) (Carvalho e Correia, 2008; Ribeiro e Santos, 2005).

No entanto, nenhum setor, isoladamente, deve ser visto como solução para os problemas económicos do mundo “rural”, uma vez que todos têm o seu contributo a dar (Cepeda,

1988; Diniz, 1999; Fonseca e Ramos, 2007a; Ribeiro, Freitas e Mendes, 2000, citado por Silvano, 2006; Hollander and Associates, 1967). Segundo Diniz (1999) a existência de novas oportunidades empresariais não se prende exclusivamente com atividades em expansão, como as ligadas ao turismo e ao lazer, mas também se faz sentir naquelas que conhecem uma fase de recessão, como é por exemplo o caso da agricultura. Neste âmbito, Telfer e Wall (2007) argumentam que a relação entre este setor e o turismo varia entre o conflito, pela competitividade do solo, mão-de-obra e de capital, e a sinergia, considerando que o turismo e outros produtos podem ser comercializados em conjunto, com benefícios para ambos os setores (Jenkins and Oliver 2001, citado por Saxena, 2007). Esta questão irá ser novamente abordada na secção 4.4 onde se irá discutir a relação entre a pluriatividade e o desenvolvimento “rural”.

Para além disso, um programa turístico pode igualmente ser utilizado para atrair nova indústria para uma determinada área (Hughes e Shields, 2007). Segundo Lanquar (2007) o pós-turismo consiste na implantação de outras atividades económicas em regiões turísticas, que utilizam para instalar-se a infraestrutura logística do turismo e são favorecidas pela melhoria da qualidade de vida que este gera (Lanquar, 2007). Neste âmbito, Hayter (1997) argumenta que o problema mundial do emprego não será facilmente resolvido e as soluções serão dificilmente encontradas ao negligenciar a indústria (ver também Bryden e Bollman, 2000). Embora exista uma forte tradição produtiva em muitas zonas de industrialização difusa, ligada sobretudo ao artesanato ou à manufatura, a sociedade tem vindo a desenvolver internamente algumas pressões que condicionam a eclosão destes processos, na medida em que obrigam à superação das formas tradicionais de produzir, seja agrícola, artesanal ou manufatureiro que entraram em recessão devido a uma progressiva perda de rentabilidade, por não ter sido acompanhada de profundas reestruturações na forma de produzir e na gestão do trabalho (Santos, 1992).

No entanto, Bergstrom et al (1990) argumentam que o novo desenvolvimento industrial pode criar novos problemas nas áreas “rurais” em termos de poluição ambiental, pressões nos recursos naturais, conflitos com as empresas “rurais” existentes e pressões nas infraestruturas locais. Neste contexto, são alguns os investigadores que referem que o modelo de desenvolvimento de industrialização difusa, que emergiu com a crise

económica, pode reduzir a qualidade ambiental local pela exaustão da capacidade da infraestrutura existente e destruição da capacidade produtiva local (p. ex. na agricultura), através da poluição (ver também Gaspar, 1984; Lewis e Williams, 1981; Williams, 1984), bem como acentuar as desvantagens dos trabalhadores industriais que residem em áreas “rurais” e são fracamente servidos de transporte público local (Gaspar, 1984).

Por outro lado, segundo Hughes e Shields (2007) um programa turístico pode igualmente ser utilizado para atrair novos residentes para uma determinada área. No capítulo 1 fizemos referência ao estudo de McWatters (2009), no sentido em que descreve uma cadeia de correlação que inicia com o turismo veraneante de curta duração e resulta em formas de consumo orientado para a migração num determinado destino. Contudo, o turismo em espaço “rural” não deve ser visto como o elixir que resolverá todos os problemas de desenvolvimento. Ao tomar-se em consideração que muitas das residências (auto) construídas pelos emigrantes portugueses nos seus locais de origem poderão vir a ser consideradas património cultural, destaca-se igualmente que a sua valorização turística não é adequada em territórios que carecem de serviços de apoio/de infraestruturas (Saturnino, 2009). Deste modo, uma estratégia poderá não ser bem sucedida em todos os lugares ou sob todas as condições, mas sim em alguns lugares que se encontram sob algumas condições.

Por outro lado, nem todas as localidades “rurais” que carecem de oportunidades de emprego e de geração de rendimento são candidatas para promover o turismo como uma estratégia de desenvolvimento económico (Fleischer e Felsenstein, 2000; Keith et al, 1996; Norman, 1992). Neste sentido, desde que os espaços “rurais” tenham recursos de qualidade e saibam rentabilizá-los, o turismo é uma atividade que pode contribuir para a revitalização das economias locais, diversificação de atividades que lhe são tributárias, desenvolvimento de outros setores económicos pelo efeito multiplicador, criação e qualificação de emprego, melhoria das infraestruturas de transporte e dos serviços, que beneficiam igualmente a sociedade local e a criação de receitas públicas locais (Coccossis, 2009; Fonseca e Ramos, 2007a; Reeder e Brown, 2005). Embora não seja uma panaceia para as áreas “rurais”, a implementação de uma estratégia de desenvolvimento apropriada baseada no turismo pode ser um importante e viável complemento para todos os esforços de desenvolvimento



regional (Hughes e Shields, 2007). Deste modo, o turismo deve ser uma componente de um programa de desenvolvimento “rural” mais amplo, sendo fundamental uma colaboração estreita entre o governo, o setor privado, as comunidades e a sociedade civil para garantir que os objetivos da política de investimento no turismo sejam alcançados (Mahony e Zyl, 2002).

Não obstante, existem custos económicos do turismo que podem diminuir os efeitos dos seus benefícios, sobretudo o aumento dos preços do solo e dos serviços (WTO, 1996), bem como o aumento dos impostos e da habitação (Reeder e Brown, 2005). No entanto, no estudo sobre os impactes socioeconómicos do turismo “rural”, em 311 condados “rurais” nos Estados Unidos, Reeder e Brown (2005) demonstram que apesar da existência daqueles custos económicos os governos locais dos estados turísticos aumentam a oferta de serviços públicos e os respetivos agregados familiares continuam a apresentar rendimentos superiores, comparativamente com os agregados familiares dos estados “rurais” onde o turismo não se desenvolveu. Relativamente à inflação dos preços, Wall e Mathieson (2006) argumentam que ainda não foi realizado nenhum estudo que analise até que ponto estes custos são compensados pelos benefícios económicos, tais como o aumento do emprego e do rendimento nos residentes.

Por outro lado, o turismo pode implicar custos (diretos e indiretos) acidentais que os turistas não pagam diretamente e são imputados aos residentes ou ao governo, tais como o aumento das necessidades de serviços de educação, médicos, de prevenção de crime, renovação urbana, controlo de tráfego, distribuição de lixo, etc. Segundo Wall e Mathieson (2006) a imposição de taxas e quotas aos turistas para financiar iniciativas e melhorar as infraestruturas e serviços locais poderá ser uma solução. No entanto, Reeder e Brown, (2005) demonstram que, muitas vezes, a forma como alguns daqueles indicadores são calculados pode induzir em erro. Deste modo, exemplificam que, os crimes ocorridos com turistas e residentes sazonais são incluídos nas mesmas estatísticas de criminalidade. Contudo, os turistas não fazem parte da população residente sobre a qual os níveis de criminalidade são calculados. Por último, os custos económicos do turismo prendem-se ainda com o risco de dependência no setor, na propensão para importar, na sazonalidade e

no baixo retorno dos investimentos (Wall e Mathieson, 2006). Estas questões serão outros temas a desenvolver na secção seguinte.

#### **4.4 O efeito multiplicador das despesas turísticas e a sua relevância como alavanca do desenvolvimento “rural”**

Na secção anterior argumentámos que o setor do turismo, sob certas condições, pode constituir-se um motor da atividade económica em geral, ajudando à redução das assimetrias de desenvolvimento existentes entre as regiões porque, entre outros fatores, permite aumentar o emprego e o rendimento. Dadas as dificuldades em avaliar a dimensão e a contribuição da atividade turística, que conduz à incerteza do papel do turismo no desenvolvimento “rural” (ver Jones e Munday, 2004), o objetivo desta secção consiste em sustentar aquela argumentação. De acordo com Stynes (1997) o impacto económico do turismo analisa os fluxos de divisas das despesas turísticas nas empresas e agências governamentais, onde os turistas realizam os seus gastos, e em outros negócios que fornecem bens e serviços para as empresas turísticas, agregados familiares (pelo rendimento auferido através do trabalho no turismo ou nas indústrias de apoio) e governo (através de diversas taxas e cobranças sobre os turistas, negócios e agregados familiares). Neste âmbito, o estabelecimento de uma conta satélite do turismo, que o desagregue como um setor na conta da economia nacional, como tem sido recomendado pela Organização Mundial do Turismo, é uma técnica importante para analisar a sua verdadeira contribuição (Cernat e Gourdon, 2007; Jones e Munday, 2004).

A extensão da integração do turismo na economia nacional é medida pelo seu efeito multiplicador no total dessa economia (Hughes e Shields, 2007; Tohamy e Swinscoe, 2000). A medição dos multiplicadores mostra o efeito do aumento de uma unidade da despesa turística em outros setores produtivos de uma economia (Mazumder, 2009). Segundo Fletcher e Archer (1991:37-9, citado por Wall e Mathieson, 2006) existe uma série de multiplicadores e cada um mede um fenómeno diferente, mas interligado, e tem a sua utilidade: o multiplicador de vendas; o multiplicador de saída; o multiplicador de

rendimento e o multiplicador de emprego; o multiplicador de receitas governamentais; e o multiplicador de importação.

De acordo com Sinclair (2007) os efeitos multiplicadores da despesa turística constituem uma das áreas mais bem investigadas na literatura económica do turismo. Refere também que existem fundamentalmente duas abordagens que têm sido usadas para estimar o efeito multiplicador do turismo: o modelo multiplicador *Keynesiano* e a técnica *input-output*. O modelo *Keynesiano* exige menos dados, mas também fornece menos informação das inter-relações dentro da economia comparativamente com a abordagem *input-output* (Sinclair, 2007). Neste sentido, ao reconhecer-se que uma das melhores e mais usadas ferramentas para estimar o efeito multiplicador do turismo é a análise *input-output* (ver Cernat e Gourdon, 2007; Eusébio, 2006; Fesenmaier et al., 1989; Heng e Low, 1990; Lejarraja e Walkenhorst, 2007; Mazumder, 2009; Schwer et al., 2000; Taylor et al., 1993, citado por Saayman e Saayman, 2006), a maioria dos estudos empíricos adota esta técnica para avaliar o impacto económico total da despesa turística.

Deste modo, Kweka et al (2003) mediram o potencial económico do turismo na economia da Tanzânia através da técnica *input-output*. Os resultados do estudo revelam que, embora não se tenha traduzido em benefícios em termos de emprego, o turismo tem um impacto significativo no rendimento, sobretudo quando se consideram os efeitos das ligações estreitas entre setores. No entanto, Mazumder (2009) argumenta que a maior desvantagem da análise de Kweka et al é que considera apenas os efeitos diretos e indiretos do turismo, bem como o setor hoteleiro e a restauração como os únicos setores relacionados com o turismo. O estudo de Saayman e Saayman (2006) corrobora a argumentação de Mazumder, uma vez que ao estimarem a contribuição económica das despesas dos visitantes no Kruger National Park (KNP), em Mpumalanga, demonstram que embora tenham um impacto significativo no desenvolvimento da indústria turística, o contributo do KNP (como um único produto turístico) para a economia da província é relativamente pequeno. Segundo Sinclair (2007) o turismo é um produto compósito, que envolve os setores do transporte, alojamento, *catering*, entretenimento, recursos e outras facilidades e serviços e, nesse sentido, deve ser analisado, não como uma única indústria por si só mas, como um

conjunto de indústrias e de mercados inter-relacionados, localizados quer nos países industrializados quer nos países em desenvolvimento.

Por outro lado, a atividade turística atua indiretamente, ao gerar rendimento, não só na indústria turística complementar, mas em quase todos os outros setores da economia (ver por exemplo Barbosa, 2005). Ao reconhecer este argumento, Mazumder (2009) considera os efeitos dos multiplicadores diretos, indiretos e induzidos do turismo e, através da técnica *input-output*, demonstra que o turismo contribui significativamente para a economia da Malásia em termos de criação de produção, rendimento, emprego e valor acrescentado, bem como destaca que a indústria turística é relativamente intensiva em trabalho. Deste modo, é possível que toda a atividade turística, se for bem orientada, possa tornar-se num fator chave do crescimento e desenvolvimento económico regional (Jiménez, 2008; Zhang e Forlaget, 2001). Segundo Mathieson e Wall (1982) em geral, as indústrias intensivas em trabalho criam mais emprego, salários e rendimento do que as que são intensivas em capital, reduzindo-se assim as perdas de rendimento.

Se considerarmos ainda o modelo do ciclo de vida do produto industrial, verificamos a passagem de um processo inicial de atividades industriais intensivas em trabalho que evolui para atividades industriais intensivas em capital e trabalhadores não qualificados (Hayter, 1997). Neste contexto, Hughes e Shields (2007) argumentam que a manufatura e outro tipo de indústrias estão sujeitas a perdas relativamente elevadas, enquanto o desenvolvimento do turismo implica que os agregados familiares sejam os principais beneficiários desse processo, porque a maioria das divisas permanece na economia local, pelo menos nos primeiros *rounds* do multiplicador das despesas. A evidência empírica revela que a despesa turística cria mais emprego e rendimento do que qualquer outro setor da economia, bem como gera e mantém emprego em outros setores da economia que apoiam ou fornecem os visitantes e as empresas turísticas. Os vários estudos realizados em países em vias de desenvolvimento e em áreas “rurais” que revelam o efeito multiplicador das despesas turísticas e a sua ligação a praticamente todas as outras indústrias da economia, constituem um exemplo disso (ver por exemplo Bergstrom et al, 1990; Eadington and Smith 1992, citado por Elesbão, 2008; Fleischer e Felsenstein, 2000; Lipman 1997, citado por Hughes e Shields, 2007; Mahony e Zyl, 2002; Mazumder, 2009;

Reeder e Brown, 2005; Hollander and Associates, 1967; Tohamy e Swinscoe, 2000; Vanegas e Croes, 2003).

Segundo Mathieson e Wall (1982) o multiplicador turístico pode definir-se como o resultado da multiplicação das despesas turísticas iniciais, no sentido de obter um efeito cumulativo do rendimento total por um período específico de tempo. A magnitude do multiplicador turístico irá variar de país para país e de região para região, dependendo da natureza da sua base económica ou da interdependência entre setores na economia do destino. Assim, i) a magnitude da despesa turística inicial; ii) a dimensão da base económica local; iii) a estrutura interna da economia e a forma como as despesas turísticas são distribuídas pelos vários setores; iv) o volume de bens e serviços importados consumidos pelos turistas; v) a inclinação dos residentes para consumir bens e serviços fora da região e a sua propensão para poupar; v) as características económicas, sociais, naturais e culturais de cada região (e localidade); vi) a natureza da despesa inicial ou o valor acrescentado gerado no primeiro *round* de despesa; vii) a dimensão e atratividade turística da região; viii) o seu grau de concentração/diversificação e de especialização; ix) a localização, sobretudo em relação a outros mercados laborais locais; x) o tipo de turistas; e xi) o seu comportamento de compra têm uma relação com o coeficiente do multiplicador (Constantin e Mitrut, 2009; 2009b; Fletcher, 1989 e Wall, 1996, citado por Wall e Mathieson, 2006; Mathieson e Wall, 1982; Yen Sun, 2005).

Para além disso, os multiplicadores não são apenas específicos da região, mas também do próprio projeto (Constantin e Mitrut, 2009). Em geral, quanto menor for a base económica, menor será a autosuficiência da região e muita da despesa turística será canalizada para fora conduzindo a um baixo multiplicador económico (Mathieson e Wall, 1982; Wall e Mathieson, 2006). Segundo Cernat e Gourdon (2007) uma das melhores formas de aumentar os benefícios económicos é integrar o turismo na economia nacional através de fortes ligações entre este setor e os outros setores da economia. Neste contexto, as economias abertas apresentam maior capacidade para criar ligações entre o turismo e os outros setores da economia recetora (Lejarraja e Walkenhorst, 2007). Se o setor do turismo fizer uso dos produtos e serviços produzidos pela economia local, irá igualmente fortalecer os outros setores da economia e proporcionar rendimento adicional (Cernat e Gourdon,

2007). Neste caso, ao reconhecer os emigrantes portugueses como potenciais promotores turísticos das áreas “rurais”, mais facilmente se garante o consumo de produtos e serviços produzidos localmente (ver Scheyvens, 2007). No entanto, na ausência de infraestruturas existirá um menor efeito multiplicador, induzindo os visitantes a adquirir os bens essenciais no local de origem e a realizarem menos despesas no destino turístico (ver Wanhill, 1994).

Mathieson e Wall (1982) argumentam que apenas no caso de a área destino ser grande é que existirá maior propensão para que os bens e serviços sejam fornecidos localmente e mais utilizadores das facilidades sejam considerados como locais. Assim sendo, maiores volumes de despesas turísticas tendem a estar associados a multiplicadores maiores e vice-versa. De acordo com Saayman e Saayman (2006) o turismo tem sido encarado como o veículo económico do século XXI pelo seu efeito multiplicador das despesas turísticas e pela sua ligação a praticamente todas as outras indústrias. É considerado um setor pouco comum na economia, porque não é definido como um único produto, mas como um *cluster* de indústrias inter-relacionadas (Lejarraja e Walkenhorst, 2007). Como setor composto, o turismo compreende uma multiplicidade de atividades económicas que vão desde os setores da agricultura, indústria e serviços - incluindo a restauração, mobiliário e têxteis, serviços de transporte e de comunicações, entre outros (Lejarraja e Walkenhorst, 2007).

Em termos de atividades que estabelecem ligações significativas com o turismo ou cujo *output* tem um potencial significativo no consumo turístico, as mais importantes parecem ser a agricultura e a produção de alimentos, seguida da construção, transporte e comunicações (Mlinaric, 1980, citado por Lourenço, 1990). Contudo, o que é argumentado nesta tese é que o desenvolvimento do turismo nas áreas “rurais” é uma estratégia para a criação de emprego e não apenas um mero complemento do emprego tradicional. No entanto, reconhecendo que a sazonalidade do turismo é particularmente pronunciada em regiões periféricas, onde a dependência económica do setor é evidente, os destinos devem promover a diversidade da sua base económica e dentro da própria indústria turística (ver Mathieson e Wall, 1982). Assim, a decisão de adotar uma perspetiva complementar utilizando-se todos os tipos de recursos e de atividades para produzir um produto turístico mais diversificado e integrado, em vez da simples substituição dos recursos e atividades

locais (p. exe. o turismo em vez da agricultura), é uma estratégia chave para os destinos turísticos “rurais” (ver Clark e Chabrel, 2007; Petrou et al, 2007).

O estudo de Petrou et al (2007) analisa a formação de redes de negócios no sentido de aumentar a complementaridade entre recursos/atividades e consequentemente permitir que os destinos turísticos “rurais” forneçam um produto turístico mais integrado e construam a sua vantagem competitiva. Neste contexto, argumentam que uma estratégia de gestão e de *marketing* que incorpore a complementaridade de recursos e/ou atividades conduz ao aumento de parcerias e sinergias, enquanto a substituição entre os recursos e/ou atividades tende a conduzir ao aumento da competitividade e conflito nos destinos turísticos “rurais” (Petrou et al, 2007). Assim sendo, a economia local deve promover mais ligações e redes no sentido de reduzir as perdas e maximizar os benefícios do desenvolvimento do turismo (Rinne e Saastamoinen, 2005; Rogerson, 2002). Na política de desenvolvimento do turismo, esta medida pode ser tão efetiva quanto o aumento do número de turistas (Rinne e Saastamoinen, 2005).

Se considerarmos que a agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, é uma das atividades mais praticadas pelos emigrantes portugueses quando regressam aos locais de origem, bem como que a grande maioria das suas residências conserva a organização “rural” das casas da região, com horta, pomar e latadas nos lados e traseiras da casa (ver capítulos 3 e 7), o turismo não será substituto da atividade agrícola e a agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, irá funcionar como atividade complementar ao turismo. Mais à frente, no capítulo 6, iremos constatar que o perfil do emigrante português que mais gostaria de regressar, investir e ter em emprego no setor do turismo, em Portugal, bem como mais dispõe de capital suficiente para aí investir num negócio é o que possui residência própria num concelho com menor índice de centralidade contribuindo, assim, para evitar a procura imediata de grandes volumes de produtos agrícolas e facilitar a prática da agricultura para autoconsumo.

Adicionalmente, porque a natureza da procura turística é multifacetada e absorve uma grande variedade de bens e serviços, também é de esperar que a produção local seja mais bem distribuída ao longo de todos os setores da economia e que não esteja concentrada em

apenas alguns (Lejarraja e Walkenhorst, 2007). A diversidade da oferta de serviços turísticos também torna a área mais atrativa e aumenta a despesa turística (Wall e Mathieson, 2006). Neste âmbito, os visitantes revelam-se dispostos a pagar um preço mais elevado por uma empresa que esteja localizada numa região mais rica em atrações turísticas (Fleischer e Tchetchik, 2003). Segundo Lejarraja e Walkenhorst (2007) o turismo gera uma procura diversificada dentro das fronteiras da economia recetora e introduz novas oportunidades para os empreendedores, que quando são aproveitadas localmente o turismo tem o potencial para diversificar a economia. Deste modo, a componente endógena na gestão, organização e implementação das atividades turísticas deve ser muito significativa, caso contrário a contribuição do turismo para o desenvolvimento poderá não ser tão substancial, ainda que em nenhum caso depreciativa (Tous et al., 2000, citado por Jordão et al, 2006).

Por outro lado, existem diferenças significativas nos multiplicadores das despesas turísticas entre os diferentes segmentos de visitantes (Yen Sun, 2005). Neste âmbito, destaca-se que, o turista que procura os espaços “rurais” é um mercado constituído por estratos socioprofissionais de classe média/alta (ver Richards, 2001, citado por Smith, 2003:32). A magnitude do multiplicador da despesa turística depende também das despesas turísticas iniciais ou do valor acrescentado gerado no primeiro *round* de despesa. Por exemplo, Mathiseon e Wall (2006) argumentam que os fornecedores de *bed and breakfast*, bem como os estabelecimentos hoteleiros reúnem a maior proporção de despesas totais dos visitantes, enquanto os turistas que pernoitam em casas de familiares e amigos registam um multiplicador relativamente pequeno. Contudo, nem sempre estes “turistas” partilham o alojamento com os seus amigos e/ou parentes. Segundo Braunlich and Nadkarni (1995, citado por Asiedu, 2008) a frequência e as despesas totais dos “turistas” que visitam familiares e amigos evidenciam que este mercado é de importância considerável para a indústria hoteleira. Iremos voltar a esta questão na secção 4.7.

Segundo Fleischer e Tchetchik (2003) os preços do alojamento “rural” podem ser considerados hedonísticos pelo facto do preço do aluguer de uma unidade de alojamento depender das suas características, incluindo a existência de uma exploração agrícola. Assim, os preços hedonísticos da habitação dependem das características do bem e do seu



valor que é revelado pela sua contribuição marginal no preço (Fleischer e Tchetchik, 2003). Oldham et al (2000) demonstram também, através da análise de custos e benefícios, que as categorias de alojamento direcionadas para o segmento de luxo pagam remunerações mais elevadas aos funcionários. Neste âmbito, devemos considerar que muitas das residências (auto) construídas pelos emigrantes portugueses integram uma horta, pomar e latadas nos lados e traseiras da casa, têm potencial valor patrimonial cultural e apresentam uma elevação significativa do nível de exigências e de necessidades sociais, comparativamente com a casa de origem (ver capítulo 3).

Por outro lado, a localização influencia também o multiplicador das despesas turísticas. Existe evidência empírica que revela que as empresas localizadas em regiões mais ricas em atrações turísticas, bem como mais próximas de outros mercados laborais locais revelam um maior nível de produtividade (Fleischer e Tchetchik, 2003). No entanto, as residências (auto) construídas pelos emigrantes portugueses, enquanto potencial património cultural disperso pelos concelhos com menor índice de centralidade, apresentam capacidade para conseguirem atrair fluxos de visitantes a esses locais. Neste contexto, Mitrut e Constantin (2009) argumentam também que as regiões que não têm acesso a outros recursos de valor ou aos principais centros urbanos podem utilizar o turismo patrimonial cultural, no sentido de aumentar o emprego e o rendimento.

Por último, ao considerar-se os resultados de uma investigação, realizada em 375 condados nos E.U.A., verificou-se que num condado com poucas atividades económicas (p. ex. onde o processamento de alimentos associado com a fraca produtividade agrícola são as atividades económicas dominantes) o multiplicador do emprego no turismo tende a ser maior do que a média do total desse condado, enquanto num condado com várias atividades económicas, onde o emprego no turismo se compara desfavoravelmente com outros tipos de emprego induzido pela exportação, o multiplicador situa-se abaixo da média (Hollander and Associates, 1967). Assim, ao considerar-se que o âmbito geográfico desta tese são os concelhos com menor índice de centralidade, em Portugal, ou as áreas mais carenciadas, argumenta-se que o turismo pode atuar como impulsionador, nas etapas iniciais, do desenvolvimento económico destes territórios.

#### **4.5 O contributo do regresso dos emigrantes portugueses e das suas residências do local de origem para a sustentabilidade do turismo**

Numa tese onde se procura argumentar que o turismo pode contribuir para o desenvolvimento “rural” (ou dos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal), um desafio que se coloca é o de conseguir-se utilizar os recursos (naturais e culturais) numa perspetiva de desenvolvimento durável, assente em critérios de qualidade, para que os seus benefícios resultem numa efetiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, tanto daqueles que o praticam como daqueles que o acolhem (ver Silva, 2005). O facto da intensidade turística, medida pelo rácio entre os turistas e a população regional, ser maior nas áreas “rurais” do que nas áreas urbanas (Zhang et al, 2007) existe a crescente preocupação de que o aumento do turismo, sobretudo quando é rápido e descontrolado, seja caracterizado por um processo de expropriação do solo, das atividades tradicionais, para a implementação de alojamentos e outras infraestruturas turísticas, com grandes impactes ambientais e socioeconómicos, alteração dos padrões de consumo, pelo efeito de demonstração, e consequente inflação, alienação cultural e perda de identidade social nas comunidades (ver por exemplo Brohman, 2007; Novak and Sahli 2007, citado por Brida et al, 2008; Sinclair, 2007). Nestes casos, esta vulnerabilidade pode por em risco a sustentabilidade do desenvolvimento baseado no turismo se este não for adequadamente planeado e gerido.

Segundo o modelo do ciclo de vida de Butler (1980) as áreas turísticas iniciam com uma fase de exploração, caracterizada por pequenos números de turistas e visitas irregulares, entram na fase de envolvimento, seguida do desenvolvimento e quando o pico do número de visitantes é alcançado entram na fase de estagnação até que deixam de ser capazes de competir e entram declínio. No entanto, Priestley e Mundet (1998) criticam a perspetiva de Butler (1980) no sentido em que o planeamento do turismo prevê um crescimento contínuo e, em alternativa, propõem a imposição de limites de crescimento a níveis ótimos para que possam ser mantidos indefinidamente, através de um planeamento cuidado. No capítulo 1 desta tese foi argumentado que o conceito de desenvolvimento sustentável implica a integração das dimensões económica, sociocultural, ambiental e institucional ao mesmo nível de consideração. Neste âmbito, o setor do turismo tornou-se uma área política

prioritária para alcançar o desenvolvimento sustentável e para as instituições da Comunidade Europeia (ver capítulo 1).

Na secção 4.3 também foi argumentado que embora existam custos económicos do turismo (diretos e indiretos) que possam diminuir os efeitos dos seus benefícios económicos, existem estudos que evidenciam que os agregados familiares apresentam rendimentos superiores, comparativamente com os agregados das áreas “rurais” onde o turismo não se desenvolveu, e, por outro lado, os governos locais podem impor taxas e quotas aos turistas para financiar iniciativas e/ou melhorar os serviços públicos e as infraestruturas. Para além disso, é necessário realizar estudos fidedignos que procurem determinar com precisão os custos económicos que são apenas respeitantes ao setor do turismo. Constatámos também o potencial do efeito multiplicador do turismo no aumento do emprego e do rendimento nas áreas “rurais” e a sua variação em função de uma série de variáveis identificadas na secção 4.4. Devemos considerar ainda que, o perfil do emigrante português com maior propensão para regressar, investir e ter em emprego no setor em Portugal, bem como com capital suficiente para investir num negócio é o que possui residência própria num concelho com menor índice de centralidade (ver capítulo 6). Isto significa, que o desenvolvimento do turismo proposto nesta tese considera um limite na capacidade da oferta de residências naqueles concelhos, contribuindo para impedir um desenvolvimento urbano excessivo, não integrado na paisagem, sobre o solo que antes era fundamentalmente dedicado a atividades primárias.

De acordo com Figueiredo (2003) um dos efeitos negativos do turismo mais importantes reside igualmente na recriação ou reinvenção da “ruralidade” para ser comercializada e consumida, com a consequente perda de autenticidade e de dinâmicas locais próprias. O efeito de demonstração é geralmente percebido como negativo não só pela alteração cultural que induz, como também pela redução dos benefícios económicos que se pretendem com o turismo para o desenvolvimento, pela importação de bens de consumo, consequência da alteração dos padrões de consumo. Por efeito de demonstração entende-se não apenas o comportamento que os membros da população acolhedora copiam dos turistas, mas também os padrões de comportamento que os turistas possam copiar daquela (Fisher, 2007). Contudo, segundo Fisher (2007) o turismo não é o único fator que causa a

alteração do comportamento e dos padrões de consumo, uma vez que a população local também é influenciada pelos meios de comunicação e por amigos e familiares que vivem em outros países, bem como pelas visitas que tenham realizado a outros países como trabalhadores ou turistas.

Deste modo, o nível atual de análise entre os impactes do turismo e o efeito de demonstração tem sido limitado por não haver um verdadeiro entendimento de como este possa ocorrer, pela impossibilidade de segregar os fatores relacionados com o turismo (Fisher, 2007). No entanto, atendendo aos resultados obtidos nesta tese (capítulo 6), destaca-se que as residências (auto) construídas pelos emigrantes portugueses no seu local de origem são um recurso importante para a afirmação da sua identidade. Muitas destas residências constituem um potencial património cultural, que pode ser valorizado turisticamente, revitalizando os costumes e tradições locais, ao mesmo tempo que contribui para a autoestima da comunidade. Não obstante, Inskeep (1994, citado e adaptado por Smith, 2003:56) sugere uma programação sociocultural nos destinos turísticos consubstanciada na educação dos residentes e dos turistas sobre o turismo e os seus impactes; no fornecimento de oportunidades para a troca de culturas e de interação entre anfitrião e hóspede; na imposição de códigos de conduta aos visitantes; na garantia do acesso da comunidade local às facilidades culturais; na preservação dos estilos arquitetónicos locais; na manutenção da autenticidade do artesanato e cultura local; na prevenção, quando apropriado, de visitas a lugares religiosos ou espirituais ou a cerimónias; na proteção e apoio de métodos de produção cultural local; no estabelecimento de centros culturais locais; na comercialização do destino para “turistas culturalmente sensíveis”; e no limite do número de turistas onde necessário, através de medidas de controlo apropriadas.

Por outro lado, o crescente interesse político pela agricultura de pluriatividade tem tido a justificação no contributo para a manutenção da população a níveis capazes de garantir a conservação, senão aumento, do ambiente “rural”, bem como na crescente preocupação ambiental, uma vez que a disponibilidade de outras fontes de rendimento permitirá reduzir a pressão nos níveis de produção, favorecendo assim práticas agrícolas ambientalmente mais conscienciosas (ver Butler, 1998; Cavaco, 1981; Cordovil et al, 2003; Lima, 2008;

Oliveira et al, 1995; Pires, 1988). Segundo Lundmark (2005) quanto maior for o número de população envolvida num único setor da economia, maior será a vulnerabilidade da área aos perigos climáticos. Assim sendo, “as práticas agrícolas a tempo parcial que combinam a prática da agricultura com atividades económicas ligadas ao lazer, recreação e preservação da natureza, configuram, de facto, cada vez mais, situações que podem vir a contribuir para valorizar os recursos territoriais do “rural” e, por essa via, vir a contribuir para implementar um desenvolvimento “rural” sustentável” (Lima, 2008:6).

Se considerarmos que na maioria das vezes as experiências requeridas pelos turistas são completamente incompatíveis com a agricultura intensiva (ver por exemplo Hjalager, 1996) o turismo apresenta-se como uma das atividades de articulação com a prática da atividade agrícola, ao mesmo tempo que contribui para manter e melhorar o meio ambiente. Neste contexto, damos destaque aos resultados obtidos nesta tese (capítulo 6), na medida em que para os emigrantes portugueses, com maior propensão para regressar, investir e ter um emprego na área do turismo, em Portugal, e com capital para investir num negócio, a prática da agricultura para autoconsumo, no seu local de origem, justifica-se, porque geralmente utilizam técnicas simples, não empregam inseticidas e possuem outras terras de cultivo dispersas nesse local. Nas épocas com pouca procura turística poderiam continuar a trabalhar, em vez de usufruírem de um apoio do Estado, principalmente, para conciliarem a atividade turística com outra atividade económica. Na sua perspetiva, gostariam também de controlar o seu próprio horário de trabalho, em Portugal, para praticarem agricultura, fundamentalmente, para autoconsumo, terem um estilo de vida “rural” (de origem) e exercerem uma profissão na área do turismo.

Para além disso, o perfil do turista que persegue os atrativos dos espaços “rurais” revela que é um mercado maioritariamente urbano, constituído por estratos socioprofissionais de classe média/alta, com bons níveis de formação académica, manifesta interesse pela preservação patrimonial e ambiental, valorização dos produtos genuínos (como a gastronomia tradicional e o artesanato) e pela prática de atividades de contacto com a natureza (Hummelbrunner, 1993; Henriques, 2003 e Menezes, 2000, citado por Fonseca e Ramos, 2007a; 2007b). A motivação turística associada a estes espaços decorre do “regresso às origens”, para recuperar o equilíbrio quebrado pelos modelos de

desenvolvimento industrial e pela redescoberta do relacionamento do homem com a natureza (Fonseca e Ramos, 2008). Assim, se o desenvolvimento do turismo, impulsionado pelo regresso dos emigrantes portugueses, for bem planeado e controlado pode ajudar a manter e a melhorar o meio ambiente das áreas “rurais” em Portugal.

A gestão da procura pode contribuir igualmente para o desenvolvimento de um turismo mais sustentável. De acordo com Kastenholtz (2004) isto é demonstrável através do exemplo do mercado turístico “rural” no norte de Portugal, que é segmentado com base nos benefícios procurados. Os segmentos são avaliados de acordo com um conjunto de critérios, em termos de atratividade e adaptação ao destino (Kastenholtz, 2004). Na perspetiva da autora, a seleção cuidada do mercado alvo e a sua eventual diferenciação no espaço e no tempo pode contribuir para que o destino tenha os seus próprios objetivos de desenvolvimento, que posteriormente deverão depender dos interesses dos *stakeholders* locais, e considerar as prioridades de preservação. Neste contexto, a política de turismo sustentável não deverá ser considerada como anti crescimento, uma vez que tem a capacidade para aumentar a qualidade e o valor do tempo de vida dos produtos turísticos e, dessa forma, aumentar a satisfação do visitante. Por sua vez, os visitantes satisfeitos tendem a fazer visitas repetidas, constituindo-se como figuras centrais para a comunidade pelo desenvolvimento económico do turismo a longo prazo (Edgell, 2006).

Por outro lado, o facto de alguns investigadores observarem casos de insustentabilidade, mesmo em desenvolvimentos de pequena escala, pela ausência de medidas reguladoras adequadas e de indicadores de desempenho (ver por exemplo Roberts e Tribe, 2008) conduziu à criação de estratégias de gestão e de desenvolvimento sustentável através da Agenda 21 (ver capítulo 1). Neste sentido, existe uma série de indicadores de turismo sustentável em determinados destinos ou regiões que podem ajudar os planeadores e gestores do turismo a antecipar e prever (ou modificar) as atividades turísticas que possam ameaçar os atributos chave dessas áreas. Apesar de algumas regiões Europeias terem as suas próprias ações para promover o turismo sustentável, estes indicadores são posteriormente elaborados e implementados pelos Estados Membros (WTO, 1996). Isto implicará também, que o desenvolvimento do turismo sustentável seja um processo

contínuo, que requeira uma monitorização constante dos impactes produzidos, introduzindo medidas preventivas e corretivas sempre que necessário (Edgell, 2006).

Assim sendo, se o turismo sustentável for adequadamente gerido poderá contribuir para melhorar a qualidade de vida dos residentes e visitantes, sendo importante desenvolver estratégias e indicadores para garantir que isso aconteça. Neste âmbito, considerando ainda que, no âmbito dos objetivos preconizados nesta tese, os emigrantes portugueses serão os próprios promotores turísticos (e residentes) nos seus locais de origem, será mais provável que a visão, objetivos e política da comunidade possa melhorar a qualidade de vida dos residentes e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável. Por último, reconhecendo que o turismo não é uma indústria centralizada, mas uma atividade baseada no local e dispersa por todo o território, o seu desenvolvimento sustentável apresenta ainda potencial para uma distribuição mais equilibrada dos seus benefícios entre as regiões, quer no território nacional, quer no território da união Europeia (ver capítulo 1).

Neste contexto, se considerarmos que os emigrantes portugueses com maior propensão para regressar, investir e ter um emprego no setor do turismo, em Portugal, bem como com mais capital para investir num negócio, são os que aí possuem residência própria num concelho com menor índice de centralidade, mais facilmente se garantirá uma maior disseminação dos benefícios do turismo na economia e na sociedade, contribuindo assim para a convergência económica e bem-estar entre as regiões de Portugal. Do mesmo modo, sugerimos a forte probabilidade de existir o mesmo perfil de emigrante em relação aos restantes países do Sul da Europa, pelas razões já mencionadas na secção 4.2, podendo igualmente contribuir para alcançar a convergência económica e bem-estar a longo prazo entre as regiões Europeias, com vista ao desenvolvimento do turismo sustentável. No entanto, atendendo aos objetivos preconizados no presente estudo esta questão não irá ser analisada no âmbito desta tese.

#### 4.6 A percepção dos “residentes” em relação ao desenvolvimento do turismo

O debate conduzido no capítulo 1 contribuiu para demonstrar que o desenvolvimento do turismo é uma condição para o desenvolvimento “rural” sustentável. Reconhecendo também que a sustentabilidade de um destino turístico depende das atitudes dos residentes em relação ao desenvolvimento turismo o seu apoio e cooperação são igualmente fundamentais (Nunkoo e Ramkissoon, 2009; Ko e Stewart, 2002; Zhan et al, 2006). O estado da arte sobre as atitudes dos residentes em relação ao desenvolvimento do turismo é uma das áreas mais bem estudadas neste setor e têm sido aplicadas várias teorias para esse efeito. Segundo Nunkoo e Ramkissoon (2009) a teoria da mudança social e a teoria do ciclo de vida de Butler são as mais usadas. Os mesmos autores referem que a primeira teoria relaciona-se com o facto dos residentes que beneficiam com o desenvolvimento do turismo revelarem maior tendência para apoiar o setor, enquanto aqueles que percebem a existência de custos manifestam atitudes negativas. O estudo de Lankford e Howard (1994) dá igualmente credibilidade aos resultados de estudos anteriores que indicam que os indivíduos que recebem benefícios do turismo têm menos tendência em atribuir-lhe consequências sociais e ambientais negativas, assumindo atitudes positivas em relação ao seu desenvolvimento.

O facto de existirem mais estudos sobre os impactes do turismo e as atitudes dos residentes nas economias desenvolvidas e industrializadas, comparativamente com os estudos realizados nos países em desenvolvimento, conduziu a que os fatores que influenciam as atitudes dos residentes, bem como a natureza e amplitude dos impactes do turismo nas economias desenvolvidas divirjam das economias em desenvolvimento (Nepal, 2008 e Sirakaya, Teye e Sonmez, 2002, citado por Nunkoo et al, 2010). Ao reconhecer este resultado Nunkoo et al (2010) sugerem que os estudos anteriores, sobre os impactes e atitudes dos residentes em relação ao desenvolvimento do turismo, não são relevantes para destinos com características diferentes. Neste contexto, alguns investigadores demonstraram que existe uma relação entre as atitudes mais favoráveis dos residentes em relação ao turismo e o grau de desenvolvimento da comunidade recetora (ver por exemplo Ko e Stewart, 2002; Long et al, 1990).



O estudo de Allen et al (1993) vai mais longe e sugere que as atitudes mais favoráveis dos residentes relativamente ao desenvolvimento do turismo estão relacionadas com o maior nível de desenvolvimento turístico e atividade económica, em geral, na comunidade “rural”. Neste contexto, referem que as comunidades “rurais” com pouco desenvolvimento turístico e pouca atividade económica, bem como as comunidades com elevado desenvolvimento turístico e elevada atividade económica revelam-se mais recetivas, enquanto o menor desenvolvimento do turismo e a elevada atividade económica, bem como o seu maior desenvolvimento e a menor atividade económica na comunidade recetora geralmente conduz a que os residentes não sejam tão favoráveis ao seu desenvolvimento. Já no que se refere a diferenças nas perceções dos impactes do turismo entre as comunidades “rurais” e urbanas, o estudo de Cui e Ryan (2010) evidencia que existem poucas diferenças e, inclusive, existem mais indicadores de semelhanças.

A segunda teoria sugere que à medida que os destinos percorrem as quatro fases do seu ciclo de vida, nomeadamente a fase de exploração, envolvimento, desenvolvimento e consolidação ou estagnação, o número de visitantes no destino vai aumentando e as atitudes dos residentes vão acompanhando essa evolução passando de positivas para negativas (Nunkoo e Ramkissoon, 2009). Segundo Inbakaran e Jackson (2006) a proximidade às principais zonas turísticas e a concentração de turistas numa dada região contribuem para aumentar o grau de interação entre os residentes e os turistas e, consequentemente, as atitudes menos favoráveis dos residentes relativamente ao desenvolvimento do turismo. Na secção anterior destacámos a importância da imposição de um limite no crescimento do número de turistas no destino a níveis ótimos, para que possam ser mantidos indefinidamente, através de um planeamento cuidado, no sentido de um desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, Perdue (1990, citado por Ko e Stewart, 2002) refere que o desenvolvimento do turismo não é visto pelos residentes como um fim, mas um meio para o desenvolvimento da comunidade. Em parte, este argumento contribuiu para explicar também que a menor duração das facilidades turísticas na comunidade influencia atitudes menos favoráveis dos residentes em relação ao desenvolvimento do turismo (Inbakaran e

Jackson, 2006). Assim, o apoio dos residentes pressupõe também, na mesma proporção, o aumento de impostos e de taxas imputadas aos turistas (Long et al, 1990).

O estado da arte das atitudes dos residentes relativamente ao desenvolvimento do turismo revela também que, no geral, existem algumas variáveis sociodemográficas que influenciam as atitudes mais favoráveis dos residentes em relação ao desenvolvimento do turismo, nomeadamente: i) pertencer ao género feminino, ii) estar-se economicamente ativo, iii) usufruir de um rendimento mais elevado, iv) ter maior nível de educação, v) maior posição política/demográfica na sociedade, vi) residir num ambiente urbano; vii) ter habitação própria; viii) trabalhar no setor e ix) ter dependência económica do turismo; (Inbakaran e Jackson, 2006). Apesar da dependência económica contribuir para que os residentes manifestem atitudes positivas relativamente ao turismo, por outro lado, também mais facilmente os leva a identificar aspetos negativos e a exteriorizar atitudes negativas relativamente ao seu desenvolvimento (Inbakaran e Jackson, 2006). A maioria dos estudos realizados sugere também que a duração da residência tem um efeito significativo nas atitudes dos residentes em relação ao desenvolvimento do turismo, revelando-se mais cautelosas nos antigos residentes (Lawrence et al, 1993).

Segundo McCool e Martin (1994) a duração da residência, bem como o local de nascimento não são critérios apropriados para analisar o sentimento de pertença a uma comunidade específica, uma vez que as pessoas podem deslocar-se para outra comunidade “rural” pelos seus atributos específicos (p.ex. poucos índices de criminalidade) e rapidamente estabelecerem redes interpessoais e tornarem-se muito ligadas a esse lugar. Os resultados obtidos nesta tese corroboram igualmente esta argumentação considerando que os lusodescendentes, a par dos emigrantes portugueses diretos, não só evidenciam desejo em fixarem-se em Portugal, como também gostariam de aí investir e ter um emprego na área do turismo (ver capítulo 6). Neste âmbito, são vários os estudos que têm sido desenvolvidos na sociologia centrando-se fundamentalmente nos laços de amizade e nas relações interpessoais e, mais recentemente, na psicologia ambiental definindo o sentimento de pertença em relação a um lugar físico (McCool e Martin, 1994).

Neste âmbito, não descurando a necessidade de efetuar mais pesquisa, McCool e Martin (1994) referem que a estrutura de referência dos residentes mais antigos baseia-se nos laços de amizade, enquanto nos novos residentes na dependência a um ambiente físico local. Mais recentemente, na tentativa de diferenciar entre formas físicas e sociais de ligação a um lugar e a sua influência sobre as atitudes relativamente ao turismo, os resultados do estudo de Williams e McDonald (1995) sugerem que os residentes com maior sentimento de pertença, que são mais favoráveis relativamente ao turismo, tendem a expressar mais laços com o carácter regional da paisagem comparativamente com a comunidade. Os resultados obtidos nesta tese contribuem também para reforçar estes argumentos, na medida em que para a generalidade dos emigrantes portugueses inquiridos, poderem viver próximo dos seus familiares é claramente o fator mais importante para que regressem a Portugal, enquanto se considerarmos apenas os emigrantes em idade ativa os fatores mais importantes para que tomem essa decisão são, sobretudo, regressarem com o/s filho/s e poderem ter um estilo de vida “rural” (ver capítulo 6). Assim sendo, tudo indica que é a ligação ao lugar físico que se relaciona com o sentimento de pertença e as atitudes mais favoráveis relativamente ao desenvolvimento do turismo.

Por outro lado, tem-se vindo a assumir que a população é homogénea e, nesse sentido, tem uma atitude semelhante relativamente ao futuro do turismo sustentável dentro de uma comunidade. No intuito de ultrapassar esta falha, o estudo de Inbakaran e Jackson (2006) permite identificar diferenças entre *clusters* relativamente às suas perceções face ao desenvolvimento turismo. Este estudo foi baseado numa amostra de 376 residentes em cinco regiões turísticas, em Victoria (Austrália), que incluíram áreas urbanas e “rurais”/remotas, com pouca versus média dependência do turismo, fases iniciais versus consolidadas de desenvolvimento turístico, proximidade versus distância à principal atração turística e visitantes domésticos versus visitantes domésticos e internacionais. Assim, os autores verificaram que o *cluster* 2 (pouca ligação ao turismo) detém as atitudes mais negativas em relação ao desenvolvimento do turismo e são significativamente diferentes do *cluster* 1 (ligação à indústria turística) e do *cluster* 4 (ligação forte ao turismo). O *cluster* 3 tem uma atitude neutra em relação ao desenvolvimento do turismo (Inbakaran e Jackson, 2006).

Os resultados do referido estudo revelam que a idade, a fase do ciclo de vida e a distância da principal atração turística (primeira combinação), bem como a fraca ligação com o emprego e envolvimento com a indústria turística (segunda combinação) permitem explicar as diferenças. Deste modo, Inbakaran e Jackson (2006) referem que o *cluster 2* consiste fundamentalmente em mulheres casadas na fase dos 30 anos de idade, com filhos dependentes, residindo próximo das principais atrações turísticas e as vantagens do turismo (em termos de emprego, economia e melhoria das facilidades) não são percebidas como relevantes para os membros deste cluster nesta fase do seu ciclo de vida. No *cluster 1* os residentes são jovens, solteiros, empregados na indústria e usam as facilidades turísticas para compras e entretenimento, enquanto no *cluster 4* os residentes encontram-se numa fase mais madura do seu ciclo de vida, não têm crianças dependentes, têm um envolvimento elevado com a indústria turística e também estão mais dispostos a utilizar facilidades turísticas (Inbakaran e Jackson, 2006).

Por outro lado, um grupo de investigadores argumenta que para se estudar os antecedentes das perceções dos residentes em relação ao turismo é necessário que haja maior foco nos valores pessoais dos residentes, em vez dos fatores sociodemográficos (ver Allen et al 1988; Nunkoo e Ramkissoon, 2009; Williams e Lawson, 2001). Por exemplo, no estudo de Allen et al (1988) a relação entre o desenvolvimento do turismo e a satisfação da comunidade não é linear com o envolvimento dos cidadãos, a qualidade dos serviços públicos e o ambiente. A vantagem daquela abordagem é que permite incentivar o apoio dos residentes relativamente ao turismo e/ou minimizar reações adversas (Williams e Lawson, 2001). Neste contexto, Nunkoo e Ramkissoon (2009) dão relevo à importância da metodologia qualitativa, porque possibilita uma melhor compreensão dos valores pessoais dos residentes, que influenciam as suas atitudes e opiniões em relação ao desenvolvimento do turismo. Segundo os mesmos autores os valores que influenciam as atitudes relativamente ao desenvolvimento do turismo dizem respeito aos ganhos económicos, à perturbação mínima do dia-a-dia, ao fornecimento de facilidades de recreação adequadas, ao usufruto de um ambiente agradável, à satisfação da interação entre residentes e não residentes, à afirmação da cultura local, à influência nas decisões da comunidade, à necessidade de segurança e de autoestima, bem como ainda ao respeito pelos modos de conduta dos residentes.

A maioria dos estudos publicados sobre as perceções dos residentes em relação ao desenvolvimento do turismo revela que são positivas, pelo facto de reconhecerem os seus benefícios económicos, socioculturais e ambientais (Andereck e Vogt, 2000). Relativamente ao caso português, o estudo empírico de Silva (2005-06), realizado em diferentes pontos do país, evidencia que os proprietários do Turismo em Espaço Rural (TER) declaram que o turismo traz benefícios para as respetivas regiões de implantação das casas em duas vertentes essenciais: económica e cultural. Contudo, a opinião recorrente da maioria dos investigadores sobre os resultados do turismo em espaço rural em Portugal é a de que se trata de uma atividade muito seletiva, na ótica dos atores envolvidos e dos benefícios que é capaz de gerar como, por exemplo, a valorização patrimonial das estruturas edificadas, não respondendo de forma abrangente aos anseios da maioria da população “rural” (ver por exemplo Cavaco, 1999; Joaquim, 1999; 2003; Ribeiro, 2003, citado por Carvalho, 2006).

No entanto, de acordo com Silvano (2006) a perspectiva de que o turismo em áreas “rurais” é visto como um negócio para alguns e que os principais beneficiados são os promotores relaciona-se com o facto de não existir um envolvimento e participação da população, como também por não haver uma participação de todos os setores produtivos da atividade turística, funcionando as unidades isoladamente. As subvenções existentes destinam-se exclusivamente à recuperação das casas, de modo a estabelecer uma rede de oferta de alojamento, enquanto a oferta complementar e a comercialização são marginalizadas em todo este processo, resultando numa medida isolada (Silva, 2005-06; Silvano, 2006). Neste âmbito, a discussão conduzida na secção 4.4 foi igualmente esclarecedora quanto à importância de um conjunto de variáveis que influenciam o efeito do multiplicador das despesas turísticas nos destinos. Segundo Silva (2007a), merecedores de realce são os casos de Sortelha e Monsaraz, em que o turismo tem efetivamente um papel importante na revitalização do tecido económico, na geração de emprego e na dinamização do comércio e serviços a nível local. A percentagem de residentes com ligações mais ou menos ténues ao setor é neste ponto ilustrativa, 21,1% no caso de Sortelha e 34,6% no de Monsaraz (Silva, 2007a). No entanto, segundo o autor, trata-se de uma situação excecional, dado que, por regra, o turismo tem efeitos modestos em termos de desenvolvimento local em áreas “rurais”.

O estudo de Silvano (2006) é um exemplo, considerando que os impactes produzidos pela atividade turística no Parque Natural de Montesinho não são muito visíveis em termos de desenvolvimento, muito provavelmente devido às características socioeconómicas dos próprios promotores. No mesmo contexto, Figueiredo (2003) argumenta que o turismo “rural” em Portugal tem sido essencialmente entendido e utilizado, como estratégia de recuperação e conservação do património pessoal e familiar dos promotores e de requalificação do património cultural e natural das aldeias, sendo protagonizada predominantemente pelos não “rurais”. No entanto, reconhecendo que os potenciais promotores turísticos contemplados nesta investigação são os próprios emigrantes portugueses mais facilmente se garantirá que os impactes produzidos, pelo desenvolvimento do turismo, possam resultar na melhoria da qualidade de vida dos locais.

Não obstante, para garantir que existam elevados níveis de apoio da comunidade relativamente ao desenvolvimento do turismo, os planeadores precisam de reconhecer que a comunidade local não é homogénea e que pode não perceber, ou até mesmo receber, muitos dos benefícios do turismo. De acordo com Andereck e Vogt (2000) qualquer desenvolvimento turístico regional tem de ser adequado às necessidades de cada comunidade individualmente e, nesse sentido, os programas que não consideram as diferenças dentro da comunidade não conseguem produzir resultados satisfatórios na perspetiva dos residentes. No entanto, existe pouca informação sobre as atitudes dos atores chave no planeamento e desenvolvimento do turismo, nomeadamente os residentes, empresários, funcionários públicos e oficiais eleitos. Neste âmbito, Lankford (1994) refere que uma área importante a ser estudada é o desempenho dos funcionários públicos e dos líderes eleitos face aos interesses locais.

Segundo McGehee e Andereck (2004) quanto mais a indústria turística demonstrar os benefícios que os residentes recebem do turismo, maior será o seu apoio. Deste modo, quando esses benefícios existem é necessário educar e demonstrar a toda a comunidade que são o resultado direto ou indireto do turismo (Ritchie e Inkari, 2006). Assim sendo, para que a comunidade consiga tomar decisões informadas, sobre os tipos e níveis de desenvolvimento turístico que mais se ajustam às suas necessidades, é essencial educar para as implicações económicas, sociais, culturais e ambientais do turismo, bem como para

a necessidade do planeamento e gestão do desenvolvimento turístico, e ainda demonstrar à comunidade os benefícios de curto prazo das iniciativas de turismo, enquanto se aguardam pelos efeitos de longo prazo do programa de desenvolvimento “rural” (ver Mahony & Zyl, 2002; McGehee e Andereck, 2004; Ritchie e Inkari, 2006).

#### **4.7 Causas, consequências e estratégias para lidar com a sazonalidade do turismo**

Nas secções 4.3 e 4.4 argumentámos que o turismo pode atuar como impulsionador nas etapas iniciais do desenvolvimento económico dos concelhos com menor índice de centralidade, em Portugal, pelo seu efeito multiplicador das despesas turísticas. Neste contexto, a sazonalidade do setor tem sido criticada no âmbito académico. No entanto, a sazonalidade é um fenómeno que não é exclusivo do turismo e tem igualmente aplicação no contexto agrícola e industrial (ver por exemplo Costa, 2004; Baum e Hagen, 1999). De uma maneira geral, podemos definir a sazonalidade turística como um desequilíbrio que é provocado principalmente por uma maior concentração de fluxos turísticos em certos períodos do ano, podendo estar implicados fatores da procura e da oferta (Bonilla e Bonilla, 2006). Existe um consenso de que as causas da sazonalidade devem-se a questões de carácter natural (variações do fenómeno natural) ou institucional (férias escolares e públicas/religiosas); disponibilidade de tempo para o lazer; e de hábitos de viagem e motivações (respeitantes à mudança do gosto, pressão social e moda) (ver por exemplo Konstantinos, 2005; Baron 1975, citado por Melo; Butler, 1994, citado por Baum e Hagen, 1999; Commons & Page 2001; Goulding, Baum & Morrison 2004, citado por Lee et al, 2008).

A sazonalidade no turismo nem sempre é atribuída à procura turística que prefere passar as suas férias na época alta, mas também às restrições que tornam difícil, senão impossível, as férias na época baixa (Lundtorp et al, 1999, citado por Konstantinos, 2005). Segundo Konstantinos (2005) do lado da oferta estas restrições referem-se à incapacidade dos governos em persuadir os empresários a manterem os seus negócios abertos na época baixa, à indisponibilidade de mão-de-obra e à relutância dos operadores turísticos e dos fornecedores de transporte na manutenção dos serviços durante a época baixa. Para a

indústria turística, a flutuação anual da procura é o maior problema, não apenas pelo baixo retorno do investimento das empresas turísticas e desemprego na época baixa (Konstantinos, 2005; Ashworth and Thomas 1999; Bar-On 1993, 1999; Krakover 2000, citado por Parrilla et al, 2007), mas também pelos efeitos na eficiência e capacidade das facilidades turísticas (Konstantinos, 2005; Sutcliffe and Sinclair 1980, citado por Parrilla et al, 2007). Para além disso, surgem dificuldades na gestão dos bens e serviços públicos (Murphy 1985, citado por Parrilla et al, 2007) e dos recursos naturais (Konstantinos, 2005; Manning and Powers 1984, citado por Parrilla et al, 2007). Por outro lado, quando o número de turistas excede a capacidade de alojamento e as facilidades existentes, a redução da qualidade dos serviços pode ocorrer pela congestão, *overbooking* ou saturação devido à redução dos níveis de satisfação (Parrilla et al, 2007).

As estratégias utilizadas ao nível dos destinos turísticos podem ser igualmente adotadas ao nível das empresas (Lee et al, 2008). A fim de sistematizar essas estratégias Melo (2008) adota o modelo de Weaver e Oppermann (2000:210, citado por Melo, 2008), que identifica seis objetivos básicos capazes de direcionar as estratégias para a gestão da sazonalidade nos destinos turísticos: (i) aumentar a procura, (ii) reduzir a procura e (iii) redistribuir a procura; (iv) aumentar a oferta, (v) reduzir a oferta e (vi) redistribuir a oferta. Ao nível da oferta Melo (2008) refere a estratégia do seu aumento, pela criação de novas facilidades ou utilização de recursos externos temporários, ou o encerramento de parte destas ou ainda a sua redistribuição (ou reestruturação), que acontece quando o produto existente não satisfaz a procura atual, por isso a diversificação de produtos pode ajudar na atração de novos segmentos.

Ao nível das áreas periféricas Baum e Hagen (1999) identificam as principais iniciativas para atenuar a sazonalidade, tais como: i) a realização de eventos e de festivais; ii) a diversificação de mercado; iii) a diversificação do produto; e iv) respostas estruturais, tais como incentivos do setor público para a manutenção dos serviços e o acesso às facilidades fora da época principal; alterações no ambiente do mercado laboral que permitam a importação de mão-de-obra fora dos períodos designados; estratégias que atenuem o elevado nível de dependência nos estudantes e períodos muito rígidos de férias escolares; reconhecimento de que o emprego sazonal pode ter um impacto negativo na entrega de



produtos e serviços turísticos de qualidade; reconhecimento de que a importância do emprego sustentável e de longo prazo faz parte da extensão da época no destino (ver também Konstantinos, 2005; Asworth e Thomas, 2007; Parrilla et al, 2007). Konstantinos (2005) menciona ainda uma outra estratégia - a estratégia de preços agressivos. Embora correndo o risco de prejudicar a imagem do destino, muitos governos motivam as empresas turísticas a adotarem esta estratégia através de incentivos, como por exemplo reduzindo os impostos no período de época baixa.

A procura turística, sobretudo a sua monitorização, tem vindo a ser a área mais investigada sobre a sazonalidade, contrariamente à oferta turística (Bonilla e Bonilla, 2006). Deste modo, entre as ações corretivas devem-se considerar igualmente fatores da oferta. A análise de alguns estudos de caso demonstra que em certos destinos a sazonalidade pode ser atenuada pelo prolongamento da época intermédia, da entrega de serviços de elevada qualidade, da diversificação dos produtos, da localização da oferta junto a centros urbanos, de melhores acessibilidades, de melhores ligações de transporte, da realização de eventos desportivos, de ações do *marketing* para atrair segmentos de mercado potenciais e através de incentivos por parte do setor público e privado (Butler, 1998; Higham e Hinch, 2002; Kara e Tokmak, 2008; Melo, 2008; Parrilla et al, 2007). Segundo Baum e Hagen (1999:311) “os destinos turísticos não devem almejar a época alta durante os doze meses do ano, o que os gestores dos destinos precisam fazer é planear as atividades com qualidade utilizando-se os recursos existentes”.

Assim, as estratégias mais adequadas são aquelas que tentam viver com o fenómeno de forma sustentável, ou seja, um grau mínimo de procura que permita a manutenção, da pequena escala, da estabilidade e rentabilidade das empresas (Kastenholz e Almeida, 2008). Neste contexto, na secção 4.5 mencionámos a importância do desenvolvimento do turismo sustentável, não se constituindo por isso como anti crescimento, uma vez que tem a capacidade de aumentar a qualidade e o valor do tempo de vida dos produtos turísticos. Segundo Melo (2008) nas regiões periféricas ou mais afastadas dos centros urbanos, onde o turismo é representativo na economia, o desenvolvimento do turismo doméstico é uma tendência na perspetiva de atenuar a sazonalidade. Neste contexto, as visitas a familiares e amigos são consideradas uma forma de compensação importante da sazonalidade, uma vez

que são mais bem distribuídas ao longo do ano comparativamente com “outros tipos de turismo” (ver Seaton and Palmer, 1997, citado por Asiedu, 2008; Scheyvens, 2007).

Segundo o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2008) a análise da evolução mensal da ocupação nos estabelecimentos TER em Portugal, ao longo de 2007, regista uma oscilação muito acentuada, em muito motivada pelo facto de grande parte dos estabelecimentos registar ocupação apenas durante os meses de maior incidência da procura: época alta – meses de junho a agosto – e períodos festivos (fim do ano, Carnaval e Páscoa). Por outro lado, de acordo com o INE (2009a) foi no mês de dezembro que se iniciaram mais deslocações por motivo de visita a familiares ou amigos (17,7% do total), sendo que nos últimos três meses de 2009 este motivo foi o mais frequente para a realização de viagens “turísticas”, em oposição ao resto do ano em que o motivo “lazer, recreio e férias” foi o mais importante. Face a estes dados, as visitas a familiares e amigos na época baixa ou intermédia podem ser uma oportunidade a ser explorada pelas áreas “rurais” para atenuar a sazonalidade.

Ao contrário do ponto de vista de alguns investigadores, Asiedu (2008) destaca a importância do impacto económico das visitas a familiares e amigos pelo seu efeito multiplicador. Neste contexto, Morrison et al (1995, citado por Asiedu, 2008) argumentam que apesar das visitas a familiares e amigos envolverem as viagens com o propósito de visitar familiares e amigos, não significa necessariamente que estes “turistas” partilhem o alojamento com os seus amigos e/ou parentes. O estudo de Braunlich and Nadkarni (1995, citado por Asiedu, 2008) corrobora esta afirmação, uma vez que estimam que cerca de 21,4% daqueles turistas são utilizadores de hotéis. Assim sendo, a frequência da utilização do hotel e as despesas totais dos turistas que visitam familiares e amigos indicam que este mercado é de importância considerável para a indústria hoteleira. Para além disso, os turistas domésticos e da diáspora geralmente consomem os produtos e serviços produzidos localmente, entendem as normas culturais da população nas áreas de origem, geralmente investem nas iniciativas de desenvolvimento da família e da comunidade contribuindo, dessa forma, para as economias das áreas remotas do país e o facto de viajarem dentro do próprio país, ou regressarem regularmente de férias, pode aumentar o seu sentido de identidade nacional e dar continuidade aos laços económicos e sociais (Scheyvens, 2007).

Neste contexto, destaca-se o estudo de Jang (2004) que sugere a gestão de diferentes segmentos de mercado ao longo do ano, no sentido de criar uma combinação ótima de segmentos para minimizar as flutuações sazonais, uma vez que diferentes segmentos turísticos geram diferentes procuras durante o ano. O estudo de Kastenholtz e Almeida (2008) confirma a existência de diferentes segmentos de mercado no norte de Portugal, que procuram por diferentes experiências turísticas, revelando diferentes tipos de comportamento turísticos. No entanto, nem sempre a gestão da sazonalidade será para distribuir as chegadas durante o ano. Esta decisão depende da opinião dos residentes, da oferta turística e do setor público em quererem ou não a atividade do turismo durante todo o ano (Melo, 2008). Deste modo, o impacto da sazonalidade pode ser percebido como positivo ou negativo, dependendo da perspetiva tomada pelos *stakeholders* (Lee et al, 2008). Estas questões serão retomadas na secção seguinte, no âmbito dos benefícios percebidos da sazonalidade do turismo.

#### **4.8 Os benefícios percebidos da sazonalidade do turismo**

Na secção anterior procuramos descrever algumas medidas utilizadas para lidar com a sazonalidade e mencionámos a necessidade de mais investigação e de ações corretivas do lado da oferta, entre as quais a expansão da capacidade atual para lidar com os períodos de pico da procura e o encerramento das empresas durante a época baixa. Contudo, segundo Parrilla et al (2007) nenhuma destas estratégias da oferta resolve os problemas relacionados com os recursos humanos, a congestão de tráfego, a deterioração dos recursos naturais, a eficiência da infraestrutura e a gestão de serviços públicos. Assim sendo, argumentámos também que é necessário gerir a sazonalidade segundo um limite de procura turística que garanta a manutenção, da pequena escala, da estabilidade e rentabilidade das empresas, através da prestação de atividades/serviços com qualidade, utilizando-se os recursos existentes.

Por outro lado, qualquer política para atenuar a sazonalidade do emprego em indústrias como a turística pode acentuar o problema do desemprego (Mourdoukoutas, 1988). O problema da sazonalidade e do desemprego não afeta apenas a indústria turística, mas

também todos os diferentes setores da economia e, nesse sentido, a procura de soluções deverá considerar uma perspetiva global para que os resultados se dispersem pelas várias indústrias e se alcancem elevados níveis de sinergia (ver Baum e Hagen, 1999; Costa; 2004; Clark e Chabrel, 2007). Assim sendo, existe a possibilidade de desenvolver um turismo sazonal sustentável se o destino for capaz de encaixar diferentes tipos de turismo nos padrões sazonais de outras atividades produtivas, incluindo a pesca, floresta, agricultura ou um ajustamento com alguns serviços públicos (Flognfeldt, 2001, citado por Kastenholtz e Almeida, 2008). Se a futura política procurar reduzir a sazonalidade, através do aumento das visitas na época baixa, tornando os empregos no setor do turismo disponíveis durante todo o ano, poderá haver uma diminuição na alternância do emprego porque os recursos humanos do setor do turismo podem preferir um rendimento estável proporcionado pelo emprego permanente (Konstantinos, 2005; Mourdoukoutas, 1988).

Neste contexto, Konstantinos (2005) sugere que se investigue se os recursos humanos do setor do turismo pretendem de facto trabalhar fora de época no setor e se as empresas turísticas estão dispostas a manter os seus negócios abertos durante a época baixa, uma vez que não existe razão para expandir a época se não existir apoio da população local. De acordo com Lundmark (2006) a opção por um emprego sazonal nas áreas montanhosas tende a estar relacionada com o estilo de vida e com a população jovem, que é atraída pelo emprego no setor do turismo. Se considerarmos que após as oportunidades de emprego e de rendimento, o estilo de vida “rural” é o fator mais valorizado na decisão do regresso dos emigrantes portugueses em idade ativa (ver secção 4.6), é muito provável que a sazonalidade do turismo seja a sua opção, em vez da adoção de estratégias para distribuir as chegadas de turistas durante todo o ano. Os resultados obtidos nesta tese confirmaram esta suposição considerando que, na perspetiva desses emigrantes, nas épocas com pouca procura turística gostariam de continuar a trabalhar, em vez de usufruírem de um apoio do Estado, principalmente, porque poderiam conciliar a atividade turística com outra atividade económica (ver capítulo 6).

Ao nível internacional, existe alguma evidência empírica de que os residentes dos destinos turísticos estão conscientes das vantagens da existência da época baixa (Brougham and Butler 1981, citado por Guildford, 1998). Por exemplo, de acordo com um estudo,

realizado em Creta, muitos recursos humanos empregados no setor do turismo consideram que seria intolerável trabalhar todo o ano no setor, uma vez que durante a época balnear trabalham muitas horas, uma média de 60 horas semanais e recebem 6,8% mais por hora comparativamente com os trabalhadores do setor industrial (Mourdoukoutas, 1988). O estudo de Rothman (1978) revela igualmente que, embora os residentes dos *resorts* sazonais tenham de se adaptar anualmente ao fluxo de grandes números de visitantes, o facto de serem economicamente dependentes dos visitantes e de beneficiarem dos serviços e facilidades que servem os turistas, leva a que sejam capazes de se ajustar com relativa facilidade à sazonalidade da procura e capazes de cooperar com uma população ampla e heterogénea sem gerar conflitos.

Contudo, na secção anterior argumentámos que as estratégias mais adequadas são aquelas que tentam lidar com o fenómeno da sazonalidade de forma sustentável e com a entrega de serviços de qualidade, no sentido de garantir a estabilidade e a rentabilidade das empresas. Segundo Konstantinos (2005) a maioria das empresas do setor do turismo em Creta aceita a sazonalidade e nada faz em contrário. Mesmo quando as empresas desencadeiam estratégias nesse sentido, focam-se apenas no fornecimento de novos serviços e produtos, ou na melhoria dos existentes, ou ainda na competitividade dos preços. Com a exceção de algumas atividades promocionais conduzidas em conjunto com a associação de comércio, nenhum dos proprietários/gestores estudados promoveu individualmente a sua empresa ou tomou qualquer ação para reduzir a sazonalidade (Konstantinos, 2005). Segundo o autor isto acontece porque existe um equilíbrio sazonal do rendimento, pelo múltiplo emprego, entre o turismo e a agricultura. Assim, uma redução significativa da sazonalidade, pelo aumento das visitas fora da época balnear, poderia ter implicações na relação sinérgica entre aqueles setores (Konstantinos and Vaughan, 2004, citado por Konstantinos, 2005).

Segundo Murphy (1996) a flexibilidade laboral é considerada como parte da solução para os problemas de emprego, económicos e até sociais na Europa. Neste sentido, as empresas do setor público, organizações privadas e grupos voluntários procuram cada vez mais o trabalho flexível como solução para uma série de problemas (Murphy, 1996). A flexibilidade laboral inclui uma série de práticas de trabalho diferentes, desde a mudança do posto de trabalho, ao trabalho sazonal, trabalho de fim-de-semana, contratos

temporários de emprego e em regime *part-time*, flexibilidade de horário, subcontratação e outras das suas modalidades (Murphy, 1996). Os empregadores Europeus encontram-se a explorar todas as formas de trabalho flexível, em todos os setores e em todos os países, embora existam variações por país, dimensão da organização e por setores (Murphy, 1996). Em geral, o emprego em *part-time* significa poder trabalhar menos horas do que o emprego em tempo integral e o que se considera como tempo integral varia substancialmente segundo as regras nacionais (Murphy, 1996). Em Portugal, não existe nenhuma definição formal.

No entanto, Murphy refere que a política governamental na Holanda tem procurado reduzir as diferenças entre o trabalho em regime de *part-time* e em regime de tempo integral e ao longo dos anos esta política tem aumentado de prestígio. Segundo os dados da Eurostat (2008) verifica-se que os países do Sul da Europa situam-se entre os que registam as taxas mais baixas de pessoas a trabalhar em regime *part-time*. Os Indicadores Sociais de 2008 (INE, 2009b) evidenciam igualmente que há significativamente menos população com contratos c/termo (a prazo/prestação de serviços/sazonal/pontual/ocasional) em Portugal. No entanto, embora entre 1983-1992 a maioria dos países Europeus tenha experienciado um crescimento rápido na proporção da força laboral em regime *part-time*, Murphy (1996) refere que uma parte significativa deste crescimento aparente pode dever-se a uma reclassificação dos empregos a tempo inteiro como *part-time* e não ao crescimento real da proporção de pessoas em regime *part-time* na força laboral.

Os contratos de flexibilidade laboral podem servir uma série de objetivos organizacionais, nomeadamente o aumento da competitividade e produtividade (os serviços são cada vez mais vendidos com base na qualidade para além do, ou em vez do, preço); a promoção da mudança organizacional; a melhoria da qualidade do recrutamento e da retenção e fidelidade dos trabalhadores; menos custos com o recrutamento e a formação; o impacto das tecnologias de informação e comunicação; o aumento do processamento da informação; a mudança organizacional e novas formas de operar; e a desregulamentação do mercado laboral na Europa (Boyles e Shibata, 2009; Fursman e Zodgekar, 2009; Mcnall, 2010; Murphy, 1996; Papalexandris e Kramar, 1997). Também podem promover resultados sociais pela redistribuição do emprego entre os empregados e desempregados e

adoção de vidas familiares mais saudáveis (Boyles e Shibata, 2009; Fursman e Zodgekar, 2009; McNall, 2010; Murphy, 1996; Papalexandris e Kramar, 1997). A flexibilidade das tarefas é também considerada uma das maiores vantagens das pequenas empresas, permitindo-lhes sobreviver e enfrentar a competitividade de grandes empresas (Papalexandris e Kramar, 1997).

Por outro lado, as vantagens do trabalho flexível para os trabalhadores baseiam-se no seu papel como reconciliador entre o trabalho e a vida familiar; em permitir-lhes equilibrar ambas as responsabilidades; poderem mais facilmente comparecer aos compromissos médicos e outros, comparativamente com os trabalhadores a tempo integral; experienciar um melhor enriquecimento do trabalho doméstico; menos fadiga ao final do dia; maior nível de satisfação com o emprego; maior produtividade do que antes de se tornarem trabalhadores flexíveis; menos intenção de mudança de posto de trabalho; e estarem sujeitos a menos pressão (Fursman e Zodgekar, 2009; McNall, 2010; Murphy, 1996; Papalexandris e Kramar, 1997). Contudo, a flexibilidade laboral não deve afetar negativamente o rendimento, a progressão na carreira, a disponibilidade de horário ou o acesso à qualidade no trabalho para aqueles que o assumem (Fursman e Zodgekar, 2009; Murphy, 1996). Segundo Lewis e Plomien (2009) a segurança da flexibilidade laboral procura manter o estatuto de trabalhador remunerado e de segurança no rendimento sob a forma de salários.

Embora alguns tipos de flexibilidade possam introduzir insegurança nas carreiras individuais de mercado de trabalho, o estudo de Lai et al (2008) revela não ser este o caso do setor hoteleiro, uma vez que a flexibilidade laboral desempenha um papel crucial na harmonização das necessidades dos funcionários. A dificuldade em encontrar empregos permanentes, a liberdade e flexibilidade que permitem a satisfação de outros compromissos, a possibilidade de trabalhar fora do tempo estipulado e a variedade de experiências de trabalho são as principais razões, por ordem decrescente de importância, apontadas pelos mesmos (Lai et al, 2008). Os resultados do estudo de Deery (2008) sugerem igualmente que para os trabalhadores jovens a falta de flexibilidade influencia não apenas o equilíbrio das vidas sociais/familiares, como muitas vezes conduz a que

abandonem a indústria, não apenas a organização, acentuando ainda a falta de mão-de-obra experienciada numa série de indústrias.

Segundo os vários estudos realizados verifica-se que são os trabalhadores do sexo feminino os mais ligados aos horários de trabalho flexíveis, por razões de equilíbrio entre o trabalho e a família, não obstante haver igualmente evidência empírica que revela o predomínio do sexo masculino (ver por exemplo Cooke, 2007, citado por Zeytinoglu et al, 2009). Para além disso, os trabalhadores mais jovens (Cooke, 2007, citado por Zeytinoglu et al, 2009); as pessoas com educação pós-secundária; com autonomia e poder para controlar os horários de trabalho (MacDermid, 2005, citado por Zeytinoglu et al, 2009); e com ocupações de gestão tendem a ter horários de trabalho flexíveis (Comfort, Johnson and Wallace, 2003; Golden, 2005; McCrate, 2005, citado por Zeytinoglu et al, 2009). Finalmente, em termos gerais os horários de trabalho flexível existem mais no setor dos serviços, enquanto o setor da manufatura tem horários de trabalho mais estruturados, semanas de trabalho mais longas e menos espaço para a flexibilidade devido a razões empresariais (Usalcas, 2008, citado por Zeytinoglu et al, 2009).

Segundo o estudo de Konstantinos (2005) durante a época baixa do turismo em Creta o rendimento é complementado com uma compensação do estado pelo desemprego (Vaughan *et al*, 2000, citado por Konstantinos, 2005). Consequentemente, um terço dos funcionários no setor do turismo não pretende trabalhar durante a época baixa, mesmo que tenham a oportunidade de manter o mesmo emprego com o mesmo salário (Mourdoukoutas, 1985, citado por Konstantinos, 2005). No entanto, se considerarmos os resultados do estudo de Raaf et al (2003) verifica-se que apesar da maioria dos recursos humanos sazonais no Canadá confiar regularmente no seguro de emprego ou rendimento suplementar (em 1940 era designado de seguro de desemprego), uma proporção significativa (17%) nunca reclama ou confia neste seguro, após o seu emprego sazonal, uma vez que obtêm maior rendimento estando ativos no mercado laboral.

Para além disso, embora tenham menor ligação ao mercado laboral ou estejam em situações de emprego mais precárias, combinando empregos múltiplos, possivelmente em *part-time* para proporcionar emprego durante todo o ano, estes recursos humanos são mais



jovens e vivem em regiões com relativamente boas oportunidades de emprego (Raaf et al, 2003). Inversamente, os mesmos investigadores referem que os recursos humanos sazonais que reclamam o subsídio de emprego enfrentam barreiras significativas para garantir o emprego não sazonal, têm mais idade, menos formação e vivem em áreas com poucas oportunidades de emprego. Neste sentido, estes dados levam-nos a sugerir que a idade da “nova geração” de emigrantes, combinada com as melhores oportunidades de emprego no local de origem, impulsionadas pelo desenvolvimento do turismo, poderão conduzir a que optem por estarem ativos no mercado laboral durante todo o ano, em vez de reclamarem um possível rendimento suplementar do Estado. Os resultados obtidos neste estudo confirmam esta hipótese, e os resultados do estudo de Raaf et al (2003), pois na perspetiva dos emigrantes portugueses, em idade ativa, nas épocas com pouca procura turística poderiam continuar a trabalhar, em vez de usufruírem de um apoio do Estado, principalmente, porque poderiam conciliar a atividade turística com outra atividade económica (ver capítulo 6).

#### **4.9 A relação entre o desenvolvimento do turismo, impulsionado pelos emigrantes portugueses, e o aumento do rendimento nas áreas “rurais”**

O debate conduzido nas secções 4.1 e 4.2 permitiu reconhecer que a indústria turística pode ter impactes regionais maiores, no emprego e no rendimento, do que aqueles oferecidos por outras indústrias promovidas nos programas de desenvolvimento “rural”. Hughes e Shields (2007) referem que o segundo rendimento que o setor fornece a muitos agregados familiares também contribui para esse resultado. Neste contexto, ao analisarem o impacto económico da recreação e do desenvolvimento do turismo nas áreas “rurais” Reeder e Brown (2005) demonstram que os “segundos empregos” estão mais disponíveis nos Estados “rurais” associados à recreação comparativamente com os que não estão, bem como que o rendimento total por residente é substancialmente maior nesses Estados. Isto significa, que sendo os empregos frequentemente em *part-time*, podem ser preenchidos com um segundo emprego, conduzindo assim ao aumento do emprego a tempo inteiro e do rendimento.

Os resultados de um estudo conduzido em cinco países da Europa, nomeadamente na Alemanha, Grécia, Polónia, Portugal e Reino Unido, identificam dois tipos de atividades com potencial de desenvolvimento nas áreas “rurais” Europeias, nomeadamente as atividades baseadas no turismo e no lazer, como uma alternativa aos destinos tradicionais de sol e praia, e os métodos agrícolas baseados na conversão de práticas convencionais em agricultura biológica (Ferrão et al, 2003). O mesmo estudo revela ainda que estes dois tipos de atividades podem-se ligar, como no caso das iniciativas de agroturismo (ver também Covas, 2005). Neste caso, embora o turismo não seja a principal fonte de rendimento, permite que os agricultores permaneçam na exploração e se envolvam numa variedade de atividades agrícolas tradicionais, enquanto simultaneamente mantêm contactos sociais com os visitantes (Fleisher e Pizam, 1997). Em Portugal, as características das suas estruturas fundiárias aparecem como uma importante limitação ao desenvolvimento da agricultura nacional, sendo a principal articulação deste setor de atividade económica com o desenvolvimento económico geral, as estratégias de pluriatividade e de plurirendimento que se detetam um pouco por todo o país (Gonçalves, 1995).

Segundo Cordovil et al (2003) ao contrário do que acontecia nos anos 60, atualmente a maior parte do rendimento agrícola (mais de 80%) em Portugal é gerada em explorações grandes e médias (que ocupam 75% da SAU da EU), que não apresentam sinais evidentes de fragilidade social, coexistindo com numerosas pequenas e muito pequenas unidades produtivas, quer em número, quer em termos de área ocupada, com maior predomínio no norte e centro do país. Em relação às pequenas e muito pequenas explorações em Portugal Monke et al (1998) referem que na ausência de rendimentos totais que sejam comparáveis aos que possam ser ganhos fora da agricultura, é provável que se dê a emigração do setor agrícola e a continuidade do processo de mudança estrutural. Assim sendo, os resultados da investigação de Monke et al direcionam para estratégias de aumento da dimensão das explorações ou para a realização do emprego não agrícola e do estabelecimento de explorações em *part-time*. Neste âmbito, Hazell (2005) argumenta que as pequenas explorações familiares podem criar emprego produtivo, reduzir a pobreza “rural” e a insegurança alimentar, apoiar uma economia não agrícola mais dinâmica e contribuir para travar a migração “rural”- urbana.

Para além disso, os trabalhadores familiares são geralmente mais motivados do que os trabalhadores contratados, entregam maior qualidade de trabalho, pensam nos seus meios de subsistência, são menos conduzidos pela margem dos níveis salariais (comparativamente com os trabalhadores contratados) e auto visionam o trabalho (Hazell, 2005). Ao reconhecer que um setor agrícola vigoroso não é condição suficiente para ter rendimentos elevados ou para fazer crescer o rendimento nas áreas “rurais”, o crescimento do rendimento da economia não agrícola para aumentar o rendimento familiar é crucial (ver Gardner, 2004). Segundo Pires (1988) o crescente interesse político pela agricultura de pluriatividade tem a sua justificação no objetivo da paridade do rendimento da família agrícola, que também é cada vez mais difícil de alcançar apenas com base nos rendimentos não agrícolas. Assim sendo, embora as pequenas explorações não consigam resolver o problema do emprego, em algumas áreas podem funcionar como um complemento substancial do emprego de muitas famílias “rurais” (ver Avillez e Monke, 1998; Cavaco, 1981).

Neste âmbito, o estudo de Cruz (1987), realizado numa área “rural” do concelho de Águeda demonstra, pela análise da comparação das despesas familiares entre um operário, agricultor e um operário/pequeno agricultor, que a parcela da alimentação é a que absorve a maior parte da receita familiar nos três casos e que o rendimento líquido é superior no terceiro caso. Deste modo, faz todo o sentido questionar se o turismo, que permite desenvolver a economia e gerar emprego e rendimento a nível local, encontra ou não um forte apoio da população local, tal como ocorre em alguns casos onde se procura favorecer a pluriatividade nas zonas “rurais” e de montanha (ver Hughes e Shields 2007; Lanquar, 2007). Relativamente a esta questão, Covas (2008) faz uma primeira aproximação empírica à teoria da multifuncionalidade agro-rural e apresenta alguns resultados preliminares observados em cerca de oitenta explorações em Portugal, argumentando que a competitividade-rendimento prevalece sobre a competitividade-custo. Por outras palavras, isto significa que a composição de rendimentos de várias origens (via mercado, via cooperativa/organização de produtores, via ajuda pública, via transferência do orçamento, via autoconsumo, via entreaajuda, via atividades conexas) prevalece sobre a estratégia empresarial em sentido estrito (Covas, 2008).

De acordo com Cukier (1998) nos países em vias de desenvolvimento o emprego no setor do turismo é geralmente considerado, pela população local, de estatuto social relativamente elevado. As razões apontadas baseiam-se nos salários relativamente elevados das profissões no turismo (mesmo as do setor informal), a relativa facilidade física no desempenho de muitas das profissões do setor, comparativamente com outras profissões, bem como a segurança de algumas profissões e a flexibilidade de outras (Cukier, 1998). O estatuto social elevado associado ao emprego no setor do turismo resulta na autorrealização dos recursos humanos (Cukier, 1998). Deste modo, coloca-se a hipótese de que o emprego no setor do turismo será considerado pela “nova geração” de emigrantes uma alternativa desejável às ocupações tradicionais, por lhes permitir um maior rendimento nos locais de origem, associado a uma profissão com um estatuto social elevado. A questão do estatuto social associado ao emprego no setor do turismo será retomada na secção seguinte.

De acordo com Elesbão (2008) o turismo como complemento do rendimento é mais fácil de ser observado nas grandes propriedades, que não têm problemas em manter sua estrutura produtiva, podendo nesse caso, o turismo ser considerado apenas um complemento. Por outro lado, o turismo poder vir a tornar-se na principal (ou mesmo até a única) atividade desenvolvida é um processo, por vezes, inevitável nos locais que têm uma estrutura produtiva baseada na agricultura familiar, uma vez que as pessoas irão dedicar-se às atividades que lhes trarão maior regresso financeiro (Elesbão, 2008). Neste contexto, Oldham et al (2000) argumentam que muitas vezes o turismo é a única opção viável nas áreas com solos marginais e limitado fornecimento de água. Relativamente às pequenas explorações em Portugal, Avillez e Monke (1998) referem que 19% das pequenas explorações são competitivas, 44% são potencialmente competitivas, enquanto mais de 35% não são competitivas, ou seja, os rendimentos totais são inferiores àqueles que podem ser ganhos fora da agricultura. Neste âmbito, o turismo em espaço “rural” é uma oportunidade de diversificação da economia baseada num setor primário tradicional não capitalizado, de escassa rentabilidade e produtividade e com pouca fonte potencial de riqueza e emprego.

Face ao exposto, reconhecendo que a excessiva fragmentação da propriedade é uma importante limitação ao desenvolvimento da agricultura nacional, a articulação deste setor

de atividade económica com o turismo em espaço “rural” apresenta-se não só como uma oportunidade de diversificação da economia, mas também como estratégia de elevação do rendimento dos agregados familiares “rurais”. Neste sentido, nas grandes propriedades, que não apresentam problemas em manter sua estrutura produtiva, o turismo poderá funcionar apenas como um complemento do rendimento, enquanto nas explorações que não são competitivas (cerca de 35% de pequenas e muito pequenas explorações no território nacional) o turismo poderá vir a tornar-se na principal (ou até mesmo única) atividade desenvolvida onde a agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, poderá funcionar como atividade complementar, fornecendo um suplemento substancial para o rendimento.

Assim, ao tomar-se em consideração a organização “rural” da generalidade das residências dos emigrantes portugueses, com horta, pomar e latadas nos lados e traseiras da casa; as terras que a generalidade possui, dispersadas pelas aldeias; a agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, como uma das atividades mais praticadas não só quando regressam aos locais de origem mas também, quando possível, nos locais de acolhimento; a tendência para recorrerem a técnicas simples e não empregarem inseticidas; bem como ainda a excessiva fragmentação da propriedade no norte e centro do país é muito provável que o turismo venha a ser a principal atividade desenvolvida pelos emigrantes portugueses e que a agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, funcione apenas como atividade complementar, fornecendo um suplemento substancial para o seu rendimento.

Dentro desta nova perspetiva de desenvolvimento “rural”, que tem como pano de fundo as atividades não agrícolas, a mulher adota uma nova forma deixando de ser “invisível” e passando a ser uma peça chave na atividade turística, onde desempenha diversas atividades tidas como “femininas” ou uma extensão das tarefas domésticas (Paulilo, 2004, Ramon, Canoves e Valdovinos, 1995; Perez e Valiente, 2000, citado por Lunardi et al, 2008; Lunardi, 2006). De acordo com o estudo de MacDonald et al (2005) todos os tipos de trabalho não pago contribuem para aumentar o *stress* em tempo e raramente têm qualquer associação com o *stress* em tempo nos homens. Isto é uma diferença importante em relação às diferenças do género, fazendo refletir as suas esferas de responsabilidade. Segundo um

estudo realizado nos E.U.A. o trabalho que é pago e o tempo dedicado a tomar conta de terceiros, sobretudo de crianças, têm uma influência positiva no estado de saúde individual, enquanto o tempo despendido no trabalho doméstico tem uma influência negativa (MacDonald et al, 2005). Assim, o mesmo estudo concluiu que os homens tiram mais vantagens, não só em termos de saúde, mas também em benefícios económicos diretos decorrentes da divisão do género dos papéis sociais (Chloe Bird and Allen Fremont 1991, citado por MacDonald et al, 2005).

Neste contexto, o turismo provoca uma nova dinâmica nas relações e na organização do trabalho familiar (Lunardi et al, 2008). No setor do turismo, as mulheres conseguem conciliar as atividades reprodutivas com as atividades produtivas, resultando o turismo como uma ampliação ou extensão do seu trabalho doméstico, o que ocasiona a sua autonomia financeira (Lunardi et al, 2008). No âmbito do setor do turismo, a exploração turística, pelos emigrantes portugueses, das suas residências do local de origem, poderá igualmente contribuir para remunerar o trabalho não pago, sobretudo o trabalho doméstico, quase sempre conduzido pelas mulheres, aumentando assim o rendimento do agregado familiar. Voltaremos a discutir o contributo do regresso da “nova geração” de emigrantes portugueses, e das suas residências do local de origem, para a igualdade do género na secção 4.11.

#### **4.10 A importância do regresso da “nova geração” de emigrantes e do apoio do Estado no aumento da qualificação dos recursos humanos no setor do turismo em Portugal**

De acordo com Becic e Crnjar (2009) a falta de aptidões é um dos problemas principais do turismo em vários países. Nos países em vias de desenvolvimento Cukier (1998) refere que a aquisição de qualificações, quer seja através de meios formais ou informais, conduz à procura de profissões ao nível da gestão. Como consequência, ao longo do tempo existirá menos dependência externa para se preencher este tipo de postos de trabalho (Cukier, 1998). Embora seja necessária mais pesquisa sobre o verdadeiro estatuto social do emprego no setor do turismo, existe um grupo de investigadores que argumenta que os

trabalhadores do setor informal do turismo adquiriram um estatuto mais elevado pelas suas qualificações, iniciativa e remuneração relativamente elevada associadas à sua profissão (Cukier, 1998). Em Portugal, o estudo de Ribeiro e Marques (2002) sobre a oferta do turismo “rural”, revela que a falta de qualificação afeta a qualidade dos serviços prestados, a eficiência do negócio e justifica os baixos salários que são pagos. Segundo os mesmos autores estes três aspetos criam uma situação paradoxal considerando que, por um lado, os proprietários/operadores das unidades de alojamento TER sentem dificuldade em recrutar trabalhadores capazes de preencher os requisitos dos postos de trabalho relacionados com o setor do turismo e, por outro lado, os mesmos proprietários/operadores reforçam que têm uma economia de escala insuficiente e pouca capacidade financeira para pagar salários mais elevados que os profissionais do setor desejam e procuram.

Neste contexto Riley (1991, citado por Krakover, 2000) argumenta que os empregadores da indústria hoteleira têm interesse no recrutamento de mão-de-obra pouco qualificada, ou semiquificada, uma vez que constata uma relação próxima entre a sazonalidade do setor e a prevenção de recursos humanos qualificados por parte dos empregadores. De acordo com Costa (2004) se as organizações turísticas pretendem manter ou melhorar a qualidade da prestação dos seus serviços, terão de procurar formas inovadoras de gerir os seus recursos humanos através de ações de modernização dos sistemas de formação turística e de métodos de trabalho mais versáteis. Neste âmbito, na secção 4.8 destacámos que os contratos de flexibilidade laboral permitem não apenas melhorar a qualidade do recrutamento, retenção e fidelidade dos recursos humanos, como também reduzir os custos associados com o seu recrutamento e formação. Apesar da generalidade dos emigrantes portugueses ter poucos (novos) conhecimentos (curso, formação e/ou experiência profissional) na área da hotelaria e/ou turismo, adquiridos durante a emigração, os resultados obtidos, nesta tese, reforçam igualmente a importância do regime de flexibilidade laboral para os emigrantes portugueses que mais gostariam de regressar, investir e ter um emprego na área do turismo, em Portugal, bem como mais dispõem de capital para investir (ver capítulo 6).

Por outro lado, Jolliffe e Farnsworth (2003) referem que os governos desempenham igualmente um papel importante no apoio dos operadores turísticos que desafiam a

sazonalidade e adotam estratégias relacionadas com a gestão de recursos humanos. Este apoio deve basear-se, sobretudo, ao nível do financiamento de formação e certificação durante a época baixa e em oportunidades para os recursos humanos que trabalham sazonalmente nas empresas turísticas, através de programas de subsídio de salário para os empregadores que utilizam recursos humanos na época baixa e de programas de seguro de desemprego, garantindo muitas vezes a disponibilidade dos recursos humanos para a época seguinte. No entanto, segundo Costa (2004) qualquer solução possível para reduzir a falta de qualificações e desenvolver uma abordagem integrada para a formação e qualificação dos recursos humanos, no âmbito do setor turístico, terá de ser parte de uma estratégia nacional para a formação e desenvolvimento de recursos humanos, no sentido de fornecer serviços com elevados níveis de qualidade.

#### **4.11 A importância do regresso da “nova geração” de emigrantes portugueses para a igualdade do género nos seus locais de origem**

Na secção 4.8 foi argumentado que, segundo os vários estudos realizados, os trabalhadores do género feminino estão mais ligados ao regime de flexibilidade laboral, comparativamente com os trabalhadores do género masculino, por razões de equilíbrio entre a vida profissional e familiar. Segundo Lewis e Plomien (2009) este segmento de trabalho regista maior flexibilidade nos regimes laborais pelo facto de uma elevada proporção trabalhar em regime *part-time*. No entanto, embora a flexibilidade laboral pressuponha que a participação no mercado laboral resulta na segurança salarial das mulheres (em particular), isso não se tem vindo a verificar pela qualidade dos empregos e reduzidos níveis de empregabilidade que apresentam (Lewis e Plomien, 2009). Segundo os dados mais recentes da Eurostat (2008) verifica-se que, à exceção dos países de Malta e do Chipre, nos países do Sul da Europa as mulheres registam as mais elevadas taxas de desemprego, mesmo as que, excetuando-se apenas o caso do Chipre, têm formação superior. Segundo a mesma fonte, verifica-se também que os seus salários mensais situam-se entre os mais baixos comparativamente com os países da Europa Ocidental. Este cenário é igualmente visível nos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal, em relação aos concelhos com maior índice de centralidade (dados dos censos do INE, 2001).



De acordo com Murphy (1996) uma das questões chave do novo regime laboral será como conseguir uma distribuição mais equitativa entre o homem e a mulher. Neste sentido, será necessário repensar o próprio conceito de trabalho para incluir o trabalho informal de tomar conta de outrem e as tarefas domésticas que as mulheres, quase exclusivamente, assumem, mesmo nos agregados familiares com dois salários (Murphy, 1996). Neste contexto, tem-se vindo a constatar que o local da residência é cada vez menos encarado como um local de abrigo, mas antes um local de trabalho adicional (ver Emslie e Hunt, 2009). Segundo Nordhaus and Tobin (1972, citado por Chadeau, 1992) a produção de serviços que não fazem parte do mercado, pelos membros do agregado familiar, contribui para o bem-estar económico e não é apropriadamente medido pelo Produto Nacional Bruto convencional. Neste âmbito, a contribuição económica da mulher para a produção é amplamente subestimada pelas estatísticas convencionais, uma vez que desempenha a maior parte do trabalho doméstico (Walker and Gauger, 1973, citado por Chadeau, 1992).

Face a este cenário, o turismo apresenta-se como alternativa para a melhoria da inserção profissional da mão-de-obra feminina. Isto porque, tem criado novas oportunidades para as mulheres, particularmente nos países em vias de desenvolvimento e áreas “rurais”. Segundo Lunardi (2006) as mulheres consideram o turismo como uma extensão do seu trabalho doméstico, portanto os cuidados necessários para o desenvolvimento do turismo, devem ser os mesmos desempenhados para a família, o que pode justificar o seu crescente envolvimento no turismo. Deste modo, o facto de a mulher ter no turismo um papel importante, ampliando-lhe o rendimento e a importância económica no meio familiar, pode-se constituir um facto importante de sustentabilidade social, já que inclui social e produtivamente uma parcela de população discriminada (Carvalho, 2008; Lunardi, 2006). No entanto, numerosos estudos sobre o turismo concluem que os homens e as mulheres não beneficiam de igual modo do desenvolvimento do turismo nas suas comunidades (Harvey e al, 1995, citado por Scott, J. 1997:60-90). Nos países da Europa Ocidental e da América do Norte, o turismo, e em particular o setor hoteleiro, é geralmente considerado como uma indústria “feminizada” (OCDE, 1988: citado por Scott, J. 1997:60-90). Inversamente, em muitos países em desenvolvimento os homens tendem a predominar em larga escala, sobretudo quando o turismo é a principal atividade económica da região (Bryden, 1973, Boissevain e Inglott, 1979, Smaoui, 1979, citado por Scott, J. 1997:60-90).

O envolvimento no setor do turismo das pequenas empresas, em contraste com o desenvolvimento do turismo em larga escala, é muitas vezes considerado como tendo o potencial para emancipar as mulheres. O trabalho que a mulher desempenha na empresa familiar, que é a sua residência, encaixa frequentemente numa divisão pré-existente do género que lhe permite ter o controlo do negócio considerado como uma extensão dos seus deveres domésticos (Bouquet, 1982, Hermans, 1983, Kousis, 1989, Garcia-Ramon et al, 1995, citado por Scott, J. 1997:60-90). Neste contexto, contrariamente ao que é esperado, Scott, J. (1997) demonstra que as mulheres desempenham um papel marginal nas pequenas empresas familiares, sendo ainda mais bem remuneradas nas grandes empresas, com estruturas mais formais e burocráticas. O estudo de Long e Kindon (1997) revela igualmente que, embora as mulheres procurem ativamente novas vias de trabalho e de aumento do seu estatuto na sociedade, a sua participação no setor informal do turismo e de pequena escala tem mascarado as desigualdades de acesso às tomadas de decisão e de autoridade mais formal, que são baseadas na ideologia e prática de Bali. Assim sendo, os autores demonstram que não tem havido uma grande mudança nas relações do género devido às tradições e ideologia política existentes em Bali (Long, e Kindon, 1997).

Purcell (1997) refere que o acesso da mulher e as suas condições de trabalho são em grande medida determinados pelos seus empregadores e gestores masculinos. Segundo o seu estudo, no âmbito da carreira dos estudantes masculinos e femininos, que completaram os cursos de gestão hoteleira e de restauração, no Reino Unido, as mulheres não conseguem melhorar as suas posições nos setores de alojamento e *catering* através do seu maior nível de educação e formação. No mesmo contexto, Chant (1997) argumenta que embora sejam necessárias bastantes mudanças institucionais e sociais, a família é um ponto de partida útil para quaisquer mudanças significativas no estatuto da mulher. Ao reconhecer isto, Chant (1997:120-179) argumenta que “os esforços para aumentar o apoio da mulher no emprego do turismo internacional não deveriam apenas abordar questões como o seu estatuto, rendimento e exploração no local de trabalho, mas também apoiar iniciativas que procurem melhorar a posição da mulher no contexto da sua residência e da sociedade em geral”. Neste sentido, a divisão do género do emprego no setor do turismo é variável dentro e entre as sociedades e nenhuma solução única, ou programa, é aplicável a todas as sociedades e contextos (Sinclair, 1997). Assim sendo, embora o turismo, *per se*,

não traga nenhuma transformação fundamental nas definições do género e na estrutura laboral, permite um contexto internacional no qual existe espaço para a mudança (Sinclair, 1997).

Em relação à “nova geração” de emigrantes, que são os potenciais promotores turísticos considerados nesta tese, “duas novas dimensões parecem caracterizar o modelo familiar; uma crescente autonomia dos seus membros e a diminuição progressiva da marcação na divisão do género do trabalho” (Leite:1998:490). De acordo com o estudo de Leite (1998) a tendência que vai no sentido de aproximar os papéis é tributária do projeto familiar em curso, das condições objetivas do alojamento e da fase do ciclo de vida em que se encontra determinado casal, bem como do contexto em que se inserem. Assim, a participação dos homens na gestão doméstica é máxima quando há filhos pequenos, quando as famílias vivem em espaços exíguos e quando os imperativos de aforro atenuam as fronteiras de género na repartição do género das tarefas (Leite, 1998). Não obstante, existem algumas exceções contribuindo, nesses casos, para gerar situações conjugais conflituosas (Leite, 1998). Segundo a mesma autora “esta transformação do género dos papéis constitui uma inovação cultural na sequência de mudanças estruturais das sociedades, nomeadamente de acolhimento” (Leite, 1998:488).

Quanto ao modo como os homens e as mulheres se apropriam do espaço interior da habitação, duas conceções distintas emergem: o carácter provisório da casa condiciona o investimento, podendo este ser ou não transferido para outra casa; a instalação com carácter mais definitivo leva as mulheres a um outro tipo de tratamento do espaço doméstico, mais próximo do lugar social que reivindicam e desejam assumir (Leite, 1998). No estudo de Leite (1998) as mulheres entrevistadas valorizam fatores associados à urbanidade, tais como a diluição do controlo social, a acessibilidade ao mercado de emprego e ao estatuto de assalariadas, o acesso a bens e serviços diversificados, a qualidade da relação estabelecida entre empregadores e empregadas, a possibilidade de facultar aos filhos uma formação escolar prolongada e, finalmente, as repercussões de todos estes fatores na organização familiar e nas relações homem-mulher. Embora o mesmo carácter definitivo da residência possa também ser visível noutro tipo de recursos residenciais, o espaço doméstico disponível, também condiciona a divisão do género das tarefas. Neste âmbito,

Leite (1998) refere que o aumento das áreas de habitação parece estimular a criação de micros espaços domésticos onde homens e mulheres vivem a liberdade possível de um espaço próprio e autónomo.

Em relação ao projeto familiar em curso, nenhuma mulher se manifesta no sentido de romper com as origens (Leite, 1998). Neste contexto, a mesma autora refere que (...) “muitos dos atuais regressos de rapazes e raparigas, alguns desencadeados pelas dificuldades de inserção profissional em França, parecem seguir o caminho dessas realizações por cumprir”. (...) “Desafiando a sua própria perplexidade, alguns rapazes e raparigas vão ocupar as grandes moradias dos sonhos de outra geração e que tanta ausência vinha tornando irreais. Sem contrato de permanência. Aspectos tão evitados pelas mulheres, tais como o isolamento face aos centros urbanos, o acentuado controlo social, etc.- são agora valorizados por outros – calma e a proximidade com a natureza, uma sociabilidade quente e com menos excluídos, um clima luminoso e atraente, a possibilidade de obter um estatuto social reconhecido, etc. – acrescentando surpresas e levantando muitas outras interrogações” (Leite, 1998:496-497). Assim, reconhecendo, por um lado, que os emigrantes portugueses da “nova geração” encontram-se em idade jovem, valorizam fatores associados à urbanidade, tendem a favorecer uma solução de fixação na residência construída de raiz no local de origem e, por outro lado, as condições objetivas dessa residência, é muito provável que a sua exploração turística por estes emigrantes contribua para aumentar o estatuto, rendimento e direitos das mulheres no local de trabalho, como também melhorar a sua posição no contexto da residência e da sociedade, em geral, nos concelhos com menor índice de centralidade, em Portugal.

#### **4.12 Conclusão**

Ao longo da primeira parte deste capítulo pretendeu-se demonstrar que o setor do turismo pode constituir-se como uma alavanca para o desenvolvimento “rural” sustentável, uma vez que, entre outros fatores, permite aumentar o emprego e o rendimento. Desde que o turismo seja uma componente de um programa de desenvolvimento “rural” mais amplo, é uma atividade que pode contribuir para melhorar a qualidade de vida da população local

nos espaços “rurais” com recursos de qualidade. A análise de vários estudos de caso, realizados em países em vias de desenvolvimento e em áreas “rurais”, evidenciam que a despesa turística cria mais emprego e rendimento do que qualquer outro setor da economia, bem como gera e mantém emprego em outros setores da economia que apoiam ou fornecem os visitantes e as empresas turísticas e a criação de receitas públicas locais. Deste modo, o setor do turismo tornou-se uma área política prioritária para alcançar o desenvolvimento sustentável para as instituições da Comunidade Europeia. Neste âmbito, verificou-se que as pequenas e médias empresas têm um papel essencial nas áreas “rurais” na medida em que por um lado, compreendem o volume de atividade empresarial local e por outro lado, os impactes positivos do turismo, em termos de emprego e de rendimento, estão mais associados às pequenas empresas turísticas, comparativamente com as grandes, implicando maior cooperação económica local nas primeiras. Contudo, verificou-se também que a escassez de capital inicial e de *know-how* técnico constituem uma barreira para o seu desenvolvimento e a abertura de negócios está muito dependente de fundos externos.

Por outro lado, o facto do turismo “rural” em Portugal ter vindo a ser essencialmente entendido e utilizado como estratégia de recuperação e conservação do património pessoal, protagonizada predominantemente pelos não “rurais”, é igualmente argumentado, nesta tese, que ao considerarem-se os emigrantes portugueses como os potenciais promotores turísticos nas áreas “rurais” mais facilmente se garantirá que os impactes produzidos, pelo desenvolvimento do turismo, possam resultar na melhoria da qualidade de vida dos locais. No entanto, argumentámos igualmente que é necessário educar a comunidade para as implicações económicas, sociais, culturais e ambientais, positivas e negativas, do turismo para que se consiga tomar decisões informadas, sobre os tipos e níveis de desenvolvimento turístico, bem como ainda demonstrar os benefícios de curto prazo das iniciativas de turismo, enquanto se aguardam pelos efeitos de longo prazo do programa de desenvolvimento “rural”.

Reconhecendo os argumentos de alguns críticos no âmbito académico, nomeadamente que os empregos gerados pela indústria turística são de fraca qualidade, sazonais, mal remunerados e pouco qualificados, ao longo da segunda parte deste capítulo verificou-se,

por um lado, que a sazonalidade é um fenómeno que não é exclusivo do turismo e tem igualmente aplicação no contexto agrícola e industrial e que as estratégias mais adequadas são aquelas que tentam viver com o fenómeno de forma sustentável, ou seja, um grau mínimo de procura que permita a manutenção, da pequena escala, da estabilidade e rentabilidade das empresas. As visitas a familiares e amigos são consideradas uma forma de compensação importante da sazonalidade. No entanto, verificou-se que nem sempre a gestão da sazonalidade será para distribuir as chegadas durante o ano, uma vez que existem vantagens da existência de uma época baixa para os destinos nas áreas “rurais” e que esta decisão depende da opinião dos residentes, da oferta turística e do setor público em quererem ou não a atividade do turismo durante todo o ano.

Isto porque, existe a possibilidade de desenvolver um turismo sazonal sustentável se o destino for capaz de encaixar diferentes tipos de turismo nos padrões sazonais de outras atividades produtivas. Neste âmbito, a flexibilidade laboral é considerada como parte da solução para os problemas de emprego, económicos e até sociais na Europa e uma vantagem para as pequenas empresas, permitindo-lhes sobreviver e enfrentar a competitividade de grandes empresas. Verificou-se também que a articulação da agricultura, fundamentalmente, para autoconsumo, com o turismo apresenta-se como uma estratégia de elevação do rendimento dos agregados familiares “rurais” com explorações que não são competitivas, enquanto nas grandes propriedades, que não apresentam problemas em manter sua estrutura produtiva, o turismo poderá funcionar apenas como um complemento do rendimento.

Contudo, a falta de aptidões é um dos problemas principais do turismo em vários países, inclusive em Portugal, e, nesse sentido, a formação e a qualificação dos recursos humanos, no âmbito do setor turístico, terá de ser parte de uma estratégia nacional. Neste contexto, as organizações turísticas que pretendam manter ou melhorar a qualidade da prestação dos seus serviços, terão igualmente de procurar formas inovadoras de gerir os seus recursos humanos, através de ações de modernização dos sistemas de formação turística e de métodos de trabalho mais versáteis ou regimes de trabalho flexíveis. Na generalidade dos países do Sul da Europa, as mulheres registam as mais elevadas taxas de desemprego e os seus salários mensais situam-se entre os mais baixos, comparativamente com os países da

Europa Ocidental, mesmo as que possuem formação superior. Neste contexto, argumentou-se ainda que a organização familiar e as relações homem-mulher que se verificam na “nova geração” de emigrantes, bem como as condições objetivas das residências construídas de raiz pelos emigrantes nos locais de origem, poderão contribuir para aumentar o estatuto, rendimento e direitos das mulheres no local de trabalho, como também melhorar a sua posição no contexto da residência e da sociedade em geral.





## **Capítulo 5**

### **Metodologia**

#### **5.1 Introdução**

Nos capítulos anteriores argumentámos que o empreendedorismo é uma forma de conseguir alcançar o desenvolvimento nos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal uma vez que, entre outros fatores, permite aumentar o emprego. O facto de constatar-mos por um lado, que as despesas turísticas criam mais emprego e rendimento do que qualquer outro setor da economia, pelo seu efeito multiplicador e a sua ligação a praticamente todas as outras indústrias da economia e que, por outro lado, os emigrantes portugueses podem regressar a Portugal com formação e experiência profissional na área do turismo e capital social e financeiro, obtidos durante a sua experiência de emigração, bem como dirigem-se preferencialmente para as regiões de origem (que são as áreas “rurais” carenciadas), conduziu a que tencionássemos testar cientificamente o contributo do potencial regresso e fixação dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo sustentável nos concelhos com menor índice de centralidade. Assim, este capítulo irá discutir e sumariar a forma como o processo da investigação, que é descrito nesta tese, foi conduzido.

Neste sentido, a discussão que se segue começa com uma análise à abordagem e estilo de investigação que foi conduzida para conseguir responder ao problema levantado nesta tese (secção 5.2). A secção 5.3 enuncia e descreve o problema da investigação, os objetivos (objetivo geral e objetivos específicos) e as hipóteses, enquanto a discussão que é apresentada na secção 5.4 incide na descrição do processo de amostragem e nas razões que justificam a dimensão da população/amostra onde o trabalho de campo foi conduzido. O

objetivo da secção 5.5 consistiu em fazer uma síntese dos métodos e técnicas de investigação que podem ser utilizados nas áreas do lazer e do turismo e justifica a sua seleção e utilização para este estudo. A secção 5.6 baseia-se na forma como a técnica usada para a recolha da informação (questionário) foi concebida, enquanto na secção 5.7 são discutidos os resultados do estudo piloto.

Atendendo ao índice de resposta obtido neste estudo, a secção 5.8 descreve e analisa os resultados obtidos pelos diferentes procedimentos utilizados para a administração do instrumento da investigação. A secção 5.9 é um complemento da discussão iniciada na secção 5.2 e pretende demonstrar o tipo de investigação utilizada para conseguir responder ao problema da investigação. Finalmente, a secção 5.10 discute algumas considerações éticas que facilitaram a cooperação dos participantes e o desenvolvimento da investigação.

## **5.2 O método de abordagem da investigação**

A discussão a respeito da meta e propósito científico desta investigação começa por descrever os métodos de abordagem, tradicionalmente divulgados, que fornecem as bases lógicas à investigação, nomeadamente o método dedutivo, o indutivo e o hipotético-dedutivo. De acordo com Carvalho (2009:84) “o método dedutivo tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas; reformula ou enuncia de modo explícito a informação já contida nas premissas e não serve para ampliar conhecimento (parte do geral para o particular)”; enquanto “o método indutivo caminha, na aproximação aos fenómenos, para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (parte do particular para o geral); a indução considera que o conhecimento é fundamentado na experiência, não levando em conta princípios preestabelecidos”.

Carvalho (2009) refere que os indutivistas apresentam ao método dedutivo duas objeções. A primeira é a de que o raciocínio dedutivo repete no predicado o que já dissera o sujeito. A segunda fundamenta-se no facto de que ao partir de um enunciado geral significa supor conhecimento prévio estando-se, dessa forma, preso a uma postura previamente adotada e não colocada em discussão, com um certo dogmatismo na origem. Contudo, o autor refere

ainda que a indução também não pode transmitir a certeza e a evidência, porque se pode pensar o contrário do induzido sem cair em contradição lógica. Em alternativa, o método hipotético-dedutivo inicia-se pela perceção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual se formulam hipóteses; depois, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pela hipótese; das hipóteses formuladas, deduzem-se consequências que deverão ser testadas ou falseadas (Carvalho, 2009).

Neste estudo, em particular, a pesquisa teórica permitiu melhorar o estado da arte dos estudos que, a partir da segunda metade da década de oitenta, abordaram a problemática do impacte da migração de regresso no desenvolvimento em Portugal, pela introdução de uma nova variável, capaz de impulsionar o desenvolvimento nos territórios “rurais”, e que é a variável dependente da investigação - o desenvolvimento do turismo sustentável. Perante a insuficiência de conhecimentos disponíveis para a explicação do desenvolvimento do turismo sustentável nos territórios “rurais”, a pesquisa teórica e a análise de dados estatísticos permitiram igualmente identificar a variável independente, e um conjunto de outras variáveis, adicionais e intervenientes, capazes de influenciar o desenvolvimento do turismo sustentável nesses territórios. Para tentar explicar as dificuldades expressas no problema identificado, formularam-se as hipóteses e a partir daqui, deduziram-se as consequências que se pretenderam testar ou falsear (ver secção 5.3).

Segundo Finn et al (2000) a investigação que procura explicar o comportamento humano através da causa e do efeito (positivismo) difere da investigação que procura compreender e interpretar as ações humanas através da própria perspectiva dos indivíduos (fenomenologia). Deste modo, a causa e efeito norteiam a metodologia positivista, enquanto a metodologia fenomenológica foca-se nos processos sociais e na forma como os indivíduos exteriorizam e dão significado ao mundo social. Nesta investigação, pretendeu-se fazer uma análise causal entre duas variáveis e controlar as fontes externas de variação através de técnicas estatísticas. O seu objeto não foi a experiência humana (no papel do viajante, fornecedor de serviços ou do residente do destino turístico), mas antes i) assumir que um mundo externo determina o comportamento; ii) procurar a explicação, predição e controlo pela divisão em partes e seu isolamento; iii) os processos para a explicação do

comportamento social; iv) ser uma investigação objetiva e livre de valores; e v) confirmar a verdade com evidência empírica.

Por outro lado, existe evidência na investigação na área do lazer e turismo que sustenta a tese de que a pesquisa quantitativa relaciona-se com o método hipotético-dedutivo e que os dados qualitativos indutivamente geram teoria (Finn et al, 2000). No entanto, Finn et al (2000) argumentam que, à semelhança dos métodos que utilizam dados quantitativos, a investigação qualitativa também pode ser usada para testar hipóteses. Assim sendo, as duas abordagens podem ser combinadas de forma a maximizar as forças e a minimizar as fraquezas de cada método sendo, por esta via, complementares em vez de competitivas. Quando as duas abordagens têm igual peso na investigação, ou mesmo quando uma das abordagens é dominante, a sua combinação pode melhorar a validade da investigação e os resultados obtidos em uma delas podem ser contraverificados nos resultados obtidos pela outra (Finn et al, 2000).

Uma outra forma de abordagem, que se revela particularmente atraente para os educadores, devido à sua ênfase prática na resolução de problemas, é a investigação-ação. Segundo Bell (1993) a investigação-ação não é um método e nem uma técnica, mas uma abordagem. Liga a prática e a reflexão e é um processo de resolução de problemas que produz resultados de inquirição (Bell, 1993; Skerritt, 1997). Geralmente inicia-se com um grupo de pessoas que partilham um problema em comum (Heran et al, 2009). Cohen e Manion (1989, citado por Bell, 1993, pp. 20-21) definem a investigação-ação como “um procedimento essencialmente *in loco*, com vista a lidar com um problema concreto localizado numa situação imediata. Isto significa que o processo é constantemente controlado passo a passo (isto é, numa situação ideal), durante períodos de tempo variáveis, através de diversos mecanismos (questionários, diários, entrevistas e estudos de casos, por exemplo), de modo que os resultados subsequentes possam ser traduzidos em modificações, ajustamentos, mudanças de direção, redefinições, de acordo com as necessidades, de modo a trazer vantagens duradouras ao próprio processo em curso”.

Nenhuma abordagem para a recolha de dados depende unicamente de um só método, da mesma forma que não exclui determinado método apenas porque é considerado

“quantitativo”, “qualitativo” ou designado por “estudo de caso”, “investigação-ação”, etc. (Bell, 1997; 2010). Num estudo mais exaustivo deve-se tentar usar mais do que um método de recolha de dados (Bell, 1997; 2010). A abordagem que utiliza vários métodos é designada por triangulação e implica a utilização de vários métodos para contra verificar e analisar a fiabilidade de um determinado instrumento de investigação e a validade dos dados recolhidos (Denzin & Lincoln, 2005, citado por Jennings, 2010). A triangulação não é uma ferramenta ou estratégia de validação, mas uma alternativa à validação (Denzin & Lincoln, 2005, citado por Jennings, 2010). Em geral, a triangulação implica a combinação de métodos quantitativos e qualitativos no sentido de verificar a precisão dos dados recolhidos por cada método, enquanto a cristalização permite que projetos de investigação qualitativa criem interpretações profundas através de representações múltiplas (Ellingson, citado por Jennings, 2010).

Denzin (1978 citado por Jennings, 2010) identifica quatro tipos de triangulação, nomeadamente a triangulação de dados, de investigadores, de teoria e metodológica. Em primeiro lugar, destaca-se, que a disponibilidade e análise de dados estatísticos de várias organizações oficiais (sobretudo do Instituto Nacional de Estatística - INE, das Estatísticas da Europa - EUROSTAT, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE, do Turismo de Portugal - TP e da Organização Mundial do Turismo - OMT), de diversos estudos científicos publicados, aliadas ainda à recolha e análise de dados primários (submetidos a vários cruzamentos e testes estatísticos) permitiram a utilização de várias fontes de dados e perspetivas para um desenvolvimento adequado dos trabalhos. Em segundo lugar, a investigação foi conduzida por uma investigadora e acompanhada por outro investigador – o orientador (ou avaliador do estudo) – bem como sujeita a um júri de peritos para a respetiva avaliação. Por último, o facto de se ter obtido um índice significativo de respostas capazes de responder às hipóteses levantadas nesta investigação, levou a que não se justificasse a sua verificação através da condução de entrevistas não estruturadas. A informação obtida pelo método da análise de dados secundários permitiu ainda a comparação com os dados primários recolhidos no âmbito desta investigação.

### **5.3 Definição do problema, dos objetivos gerais e específicos da pesquisa. Hipóteses da pesquisa.**

O primeiro momento da investigação é o da interrogação, do questionamento a certas dimensões da realidade, sendo esse conjunto articulado de questões que delimita zonas de visibilidade (Almeida e Pinto, 1986). Essa problemática define e acolhe problemas de investigação para os quais se procuram respostas. O património acumulado de interpretações provisoriamente validadas a que se chama teoria, entendida como um conjunto organizado de conceitos e relações entre conceitos substantivos (Almeida e Pinto, 1986), constituiu o ponto de partida desta investigação e permitiu tornar o problema concreto e explícito. Segundo Kerlinger (1980) um problema de pesquisa científica é uma questão e deve ser apresentado em forma interrogativa, expressar uma relação entre duas ou mais variáveis e implicar a possibilidade de testagem empírica (ou evidência real sobre a relação apresentada).

No capítulo 4 argumentámos que o empreendedorismo é uma forma de conseguir alcançar o desenvolvimento nos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal, porque, entre outros fatores, permite aumentar o emprego. Neste âmbito, reconhecendo por um lado que as despesas turísticas criam mais emprego e rendimento do que qualquer outro setor da economia e que, por outro lado, o potencial regresso e fixação dos emigrantes portugueses poderão contribuir para o desenvolvimento de um turismo sustentável nos concelhos com menor índice de centralidade, porque podem regressar com formação e experiência profissional (na área do turismo) e com capital social e financeiro, obtidos durante a experiência da emigração, bem como porque também se dirigem preferencialmente para as regiões de origem, então colocou-se o seguinte problema de investigação:

**O regresso e fixação da “nova geração” de emigrantes portugueses poderão contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável nos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal**

A revisão de literatura e a definição do problema foram passos essenciais para o desenvolvimento da investigação. Posta a questão/problema, para se encontrar resposta, foram definidos os seguintes objetivos (geral e específicos):

**OBJETIVO GERAL:**

**Avaliar se o potencial regresso e fixação da “nova geração” de emigrantes portugueses poderão contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável nos concelhos com menor índice de centralidade, em Portugal.**

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- i) Analisar a influência das características dos emigrantes portugueses e das respetivas residências em Portugal na sua propensão para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo nos seus locais de origem;
- ii) Analisar se a residência construída de raiz pelos emigrantes portugueses nos seus locais de origem é uma manifestação da sua identidade cultural, com vista à sua futura ativação patrimonial e exploração turística;
- iii) Avaliar se a “nova geração” de emigrantes portugueses pretende vir a regressar e fixar-se no seu local de origem e quais os fatores que condicionam esse regresso;
- iv) Averiguar se a “nova geração” de emigrantes portugueses pretende vir a explorar turisticamente as residências em Portugal;
- v) Identificar se a “nova geração” de emigrantes portugueses possui conhecimentos formais e experiência profissional na área da hotelaria e/ou turismo;
- vi) Avaliar se a “nova geração” de emigrantes portugueses tem propensão para vir a investir na área do turismo no seu local de origem, em Portugal;
- vii) Avaliar se a “nova geração” de emigrantes portugueses tem propensão para vir a exercer uma profissão na área do turismo no seu local de origem, em Portugal;
- viii) Avaliar a propensão da “nova geração” de emigrantes portugueses para vir a praticar agricultura para autoconsumo no local de origem, em Portugal;
- ix) Avaliar a propensão da “nova geração” de emigrantes portugueses para o regime de flexibilidade laboral no local de origem, em Portugal;
- x) Avaliar até que ponto as condições objetivas das residências construídas de raiz pelos emigrantes portugueses nos seus locais de origem, bem como o regresso e fixação da “nova geração” de emigrantes poderão contribuir para a reorganização familiar e para a

melhoria da relação homem-mulher nesses locais;

xi) Analisar a influência dos dados pessoais dos emigrantes portugueses na sua propensão para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo, nos seus locais de origem, em Portugal.

O enunciado das hipóteses é a fase do método de investigação que vem depois da formulação do problema. Hipóteses são suposições colocadas como respostas plausíveis e provisórias para o problema de pesquisa (Carvalho, 2009). Problemas e hipóteses são semelhantes, já que ambos enunciam relações. Contudo, as hipóteses são sentenças afirmativas, enquanto os problemas são sentenças interrogativas; geralmente são mais específicas do que os problemas e estão mais próximas das operações de teste e pesquisa (Kerlinger, 1980). As hipóteses fazem uma ponte entre a parte teórica e a parte empírica da investigação (Hill e Hill, 2002) e vão orientar o planeamento dos procedimentos metodológicos necessários à execução da pesquisa. Ao serem objeto de verificação empírica as hipóteses devem ser refutáveis, ou seja, devem admitir enunciados contrários que sejam teoricamente suscetíveis de verificação (Carvalho, 2009).

Para testar as hipóteses existem pelo menos duas variáveis: uma variável independente e uma variável dependente. A variável independente é por vezes designada de variável causal (Neuman, 2006, citado por Jennings, 2010) ou a que se pode modificar (Kumar, 2005, citado por Jennings, 2010), enquanto a variável dependente designa-se por variável consequente ou resultante (Kumar, 2005, citado por Jennings, 2010). Neste âmbito, o regresso e a fixação dos emigrantes portugueses no seu local de origem é a variável independente que pode influenciar o desenvolvimento do turismo sustentável nos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal (variável dependente). Existem também outras variáveis, extra ou adicionais, que influenciam o grau de impacto da variável independente na variável dependente, e que têm de estar presentes para que a variável independente influencie a variável dependente (variáveis intervenientes) (Jennings, 2010). Deste modo, apresenta-se de seguida a sistematização das hipóteses consideradas na investigação:



**H1) Existe um conjunto de fatores que condiciona o regresso e a fixação da “nova geração” de emigrantes portugueses no seu local de origem, em Portugal.**

H1.1) Os contextos de sociabilização das coletividades nos países de emigração contribuíram para que a “nova geração” de emigrantes portugueses pretenda regressar e fixar-se em Portugal;

H1.2) Os seguintes fatores influenciam a decisão de regresso e de fixação da “nova geração” de emigrantes portugueses na sua terra natal:

H1.2.1) Oportunidades de emprego.

H1.2.2) Oportunidades de rendimento.

H1.2.3) A ligação afetiva ao lugar (ou estilo de vida “rural”).

H1.2.4) A ligação à família que permanece em Portugal.

H1.2.5) Regressar com o/s filho/s.

H1.2.6) Existência de infraestruturas necessárias para o investimento e fixação de pessoas.

H1.2.7) Ter uma residência no local de origem.

H1.2.8) Poder vir a exercer uma atividade remunerada, por conta própria, no setor do turismo.

**H2) Os emigrantes portugueses têm uma identidade cultural que manifestam na construção de residências de raiz no local de origem, constituindo-se assim como potencial património cultural que poderá vir a ser explorado turisticamente.**

H2.1) Os emigrantes portugueses consideram a residência que construíram de raiz no seu local de origem, durante a emigração, como a sua “primeira” casa;

H2.2) As residências construídas de raiz pelos emigrantes portugueses, nos locais de origem, conferem-lhes um sentimento de identidade que os diferencia culturalmente dos demais;

H2.3) As coletividades de emigrantes portugueses estabelecidas nas sociedades de acolhimento têm sido uma das suas estratégias de luta contra o risco de perderem a sua identidade de origem;

H2.4) A experiência da emigração não contribuiu para que os emigrantes portugueses rejeitassem a sua identidade cultural;

H2.5) São sobretudo os emigrantes portugueses com mais idade, H2.5.2) menos habilitações académicas, H2.5.3) reformados, H2.5.4) sem filhos dependentes, H2.5.5) que residem atualmente em áreas urbanas/semiurbanas no país de emigração e H2.5.6) com poupanças para poderem investir no local de origem os que mais reconhecem que a emigração não influenciou o seu sentido de identidade.

H2.6) As residências construídas de raiz pelos emigrantes portugueses no seu local de origem, antes de julho de 2009, têm valor patrimonial.

**H3) O regresso e a fixação da “nova geração” de emigrantes poderão contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável nos concelhos com menor índice de centralidade, em Portugal.**

H3.1) A “nova geração” de emigrantes portugueses aprova a possibilidade de alugar unidades de alojamento na residência do local de origem se beneficiar de isenção de Imposto Municipal Sobre Imóveis;

H3.2) Os emigrantes portugueses da “nova geração” constituem-se como potenciais agentes de desenvolvimento turístico dos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal pela sua H3.2.1) formação académica e H3.2.2) formação e H3.2.3) experiência profissional na área da hotelaria e/ou turismo, obtidas durante a emigração;

H3.3) A “nova geração” de emigrantes portugueses gostaria de poder investir no setor do turismo em Portugal;

H3.4) No âmbito da área do turismo, a “nova geração” de emigrantes portugueses revela preferência para investir em serviços de residência secundária por conta própria, uma vez que já dispõe de uma em Portugal;

H3.5) O desejo da “nova geração” de emigrantes portugueses poder vir a ter um emprego na área do turismo em Portugal depende dos seguintes fatores:

H3.5.1) Benefícios económicos;

H3.5.2) Pouca ou nenhuma perturbação do dia a dia;

H3.5.3) Fornecimento de infraestruturas de recreação adequadas pelas respetivas entidades públicas;

H3.5.4) Usufruto de um ambiente agradável;

H3.5.5 Satisfação da interação com os turistas;

H3.5.6) Afirmção da cultura portuguesa;

H3.5.7) Influência nas decisões da comunidade;

H3.5.8) Necessidade de segurança;

H3.5.9) Necessidade de autoestima;

H3.5.10) Respeito pelos seus modos de conduta;

H3.6) O emprego no setor do turismo em Portugal é uma alternativa desejável às ocupações tradicionais devido aos seguintes fatores:

H3.6.1) Obtenção de mais rendimento;

H3.6.2) Exercer uma profissão com estatuto social elevado;

H3.6.3) Benefícios diretos e indiretos com o turismo;

H3.6.4) Oportunidade de trabalhar no local de origem;

H3.6.5) Dependere economicamente, sobretudo, do turismo;

H3.6.6) Maior posição demográfica/política em Portugal;

H3.7) O turismo será a principal atividade desenvolvida pela “nova geração” de emigrantes portugueses e a agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, irá ser uma atividade complementar, porque:

H3.7.1) A generalidade das residências construídas de raiz pelos emigrantes nos locais de origem conserva a organização “rural” das casas da região, com horta, pomar e latadas nos lados e traseiras da casa;

H3.7.2) Existe uma excessiva fragmentação da propriedade no norte e centro do país, que faz com que alguns emigrantes possuam várias terras dispersas pela aldeia;

H3.7.3) A agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, é uma das atividades mais praticadas pelos emigrantes quando regressam aos locais de origem e também, quando possível, nos locais de acolhimento;

H3.7.4) Geralmente os emigrantes recorrem a técnicas agrícolas simples e não empregam inseticidas;

H3.7.5) A agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, é um suplemento substancial para o rendimento.

H3.8) A “nova geração” de emigrantes portugueses irá preferir estar ativa no mercado laboral durante todo o ano, porque:

H3.8.1) Obterá mais rendimento;

H3.8.2) Poderá conciliar a atividade turística com outra atividade económica, pelas maiores oportunidades de emprego impulsionadas pelo turismo no local de origem;

H3.8.3) Tem idade jovem.

H3.9) A flexibilidade laboral será uma opção pretendida pela “nova geração” de emigrantes portugueses, nos locais de origem, porque:

H3.9.1) Poderá exercer uma profissão no setor do turismo;

H3.9.2) A agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, a par da exploração turística das residências será outra atividade praticada;

H3.9.3) Deseja ter um estilo de vida “rural”;

H3.9.4) Tem dificuldades de inserção profissional permanente;

H3.9.5) Poderá exercer mais do que uma profissão;

H3.9.6) Haverá maior equilíbrio entre o trabalho e a vida familiar/social;

H3.9.7) Poderá comparecer aos compromissos de saúde (entre outros);

H3.9.8) Poderá dedicar mais tempo ao trabalho doméstico;

H3.9.9) Haverá menos fadiga ao final do dia;

H3.9.10) Haverá maior nível de satisfação com o emprego;

H3.9.11) Haverá maior produtividade durante o horário de trabalho;

H3.9.12) Haverá menos intenção de mudança de posto de trabalho;

H3.9.13) Haverá menor pressão.

H3.10) As condições objetivas da residência construída de raiz em Portugal pelos emigrantes portugueses contribuem para que a mulher reivindique o lugar social que deseja assumir no interior da habitação, no emprego e na sociedade em geral, em Portugal;

H3.11) O regresso e a fixação da “nova geração” de emigrantes portugueses contribuem para que a mulher reivindique o lugar social que deseja assumir no interior da habitação, no emprego e na sociedade em geral, em Portugal;

H3.12) A exploração turística das residências dos emigrantes em Portugal contribui para remunerar o trabalho não pago, sobretudo o trabalho doméstico quase sempre conduzido por mulheres, e combinar as atividades reprodutivas com as produtivas, aumentando, por um lado, o seu rendimento e direitos no local de trabalho e melhorando, por outro lado, a sua posição no agregado familiar e na sociedade em geral.

H3.13) Os emigrantes portugueses que emigraram H3.13.1) a partir de 1985; H3.13.2) sobretudo para países de língua oficial portuguesa e onde o ensino da língua portuguesa é obrigatório ou é ensinado em escolas (pergunta 2); H3.13.3) com tempo de permanência menos prolongado no país de emigração (até 9 anos); e H3.13.4) oriundos dos concelhos com menor índice de centralidade de Portugal revelam-se mais recetivos para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal;

H3.14) Os emigrantes portugueses que H3.14.1) possuem residência em Portugal; H3.14.2) em maior número; H3.14.3) uma das quais num concelho com menor índice de centralidade; H3.14.4) com maior número de quartos; e H3.14.5) cuja construção foi realizada até julho de 2009 revelam-se mais recetivos para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal;

H3.15) Os emigrantes portugueses H3.15.1) do sexo feminino; H3.15.2) mais jovens; H3.15.3) com mais habilitações académicas; H3.15.4) cursos (técnicos ou superiores); H3.15.5) atualmente empregados; H3.15.6) na área dos serviços (turismo), H3.15.7) sem filhos dependentes; e que H3.15.8) residem em áreas urbanas/semiurbanas são os que se

revelam mais recetivos para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal;

H3.16) Os emigrantes portugueses que H3.16.2) dispõem de residência em Portugal H3.16.3) com menor número de herdeiros e H3.16.4) com poupanças para poderem investir revelam-se mais recetivos para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal;

H3.17) Os emigrantes portugueses H3.17.1) em idade ativa (até aos 39 anos de idade) H3.17.2) com formação pós-secundária; H3.17.3) atividade profissional no setor dos serviços; e H3.17.4) com filhos dependentes revelam uma atitude mais positiva relativamente ao regime de flexibilidade laboral no local de origem, em Portugal.

A investigação social é suscetível de interpretações ou conclusões credíveis, quando sustentada por um método de trabalho selecionado e (re)inventado, em função dos objetivos da investigação (Pardal e Correia, 1995). Neste sentido, esta investigação alicerçou-se em métodos e fontes de informação secundária e primária que, completando-se, permitiram atingir os objetivos em vista. Sendo geralmente muito mais económico quanto a tempo, esforço e dinheiro obter a informação desejada apenas para alguns elementos da população e não para todos (Leite, 1974), seleccionámos alguns elementos com a intenção de descobrir algo a respeito da população de que fazem parte. Este será o tema do debate que irá ser conduzido na secção seguinte.

## **5.4 O processo de amostragem**

A discussão conduzida na secção anterior permitiu-nos especificar o problema da investigação, os objetivos (objetivo geral e objetivos específicos) e as hipóteses. É nossa pretensão agora dar a conhecer os argumentos que determinaram todo o processo de elaboração da amostragem. Este processo iniciou-se com a especificação da população-alvo, a determinação da estrutura de amostragem, a escolha das técnicas de amostragem, a determinação da dimensão da amostra e a execução do processo de amostragem. Sendo a

população-alvo a coleção de elementos ou objetos que possuem a informação procurada pelo investigador e sobre os quais devem ser feitas inferências (Malhotra et al, 2005; Malhotra, 2006), neste estudo ela consiste em todos os emigrantes com naturalidade ou origem portuguesa e não é conhecida, uma vez que não existem dados atuais disponíveis (Brunt, 1997). Esta afirmação apoia-se no facto de em 1989 ter sido abolido o passaporte emigrante, o que posteriormente impossibilitou a recolha de dados (Estatísticas Demográficas do INE, 1989).

Neste sentido, os únicos dados disponíveis pelo Instituto Nacional de Estatística respeitam ao período compreendido entre 1992-2003 através do Inquérito ao Emprego. O documento das Estatísticas Demográficas do INE de 2004 refere que devido à necessidade de reavaliação metodológica do Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída, no sentido de melhorar os níveis de precisão dos resultados, a informação relativa a 2004 não está disponível (Estatísticas Demográficas do INE, 2004). Nas estatísticas da Europa (EUROSTAT), é possível encontrar dados de 2008 relativos à imigração por país de origem. No entanto, não conseguimos obter o mesmo tipo de informação para os países do resto do mundo, uma vez que não estão disponíveis quer nos Serviços de Fronteiras e Estrangeiros quer na OCDE. Assim sendo, os últimos dados apurados pelo INE, sobre o número de emigrantes portugueses por países de destino, respeitam ao ano de 2003.

Uma estrutura de amostragem é uma representação dos elementos da população-alvo (Malhotra et al, 2005). Os métodos para seleccionar uma amostra podem ser agrupados nos métodos de amostragem casual (ou “métodos probabilísticos”) e nos métodos de amostragem não-casual (ou “dirigida” ou métodos “não probabilísticos”) (Hill e Hill, 2002). A utilização dos métodos de amostragem casual tem duas grandes vantagens, porque é possível demonstrar a representatividade da amostra e estimar (estatisticamente) o grau de confiança com o qual as conclusões tiradas da amostra se aplicam ao Universo (Brunt, 1997; Hill e Hill, 2002). Contudo, considerando que o total da população deste estudo não é conhecido e não pode ser contabilizado passamos apenas a descrever as técnicas de amostragem não-probabilística geralmente usadas, nomeadamente as amostras por conveniência, por julgamento, por quota e a autogerada (Malhotra et al, 2005).

A amostragem por conveniência tenta obter uma amostra de elementos com base na conveniência do pesquisador e geralmente, os inquiridos são escolhidos porque se encontram no lugar exato no momento certo (Malhotra et al, 2005; Malhotra, 2006). De todas as técnicas de amostragem, a amostragem por conveniência é a que menos tempo consome e a menos dispendiosa, as unidades de amostragem são acessíveis, fáceis de medir e cooperadoras (Malhotra et al, 2005; Malhotra, 2006). Embora seja mais usada em pesquisas exploratórias para gerar ideias, intuições ou hipóteses, por vezes, esta técnica também é utilizada em grandes pesquisas (Malhotra et al, 2005; Malhotra, 2006). A amostragem por julgamento é uma forma de amostragem por conveniência na qual os elementos da população são escolhidos com base no julgamento do investigador, porque acredita que representam a população de interesse (Malhotra et al, 2005; Malhotra, 2006). Apesar da amostra por julgamento ser rápida e pouco dispendiosa é subjetiva, porque depende sobretudo da perícia e da criatividade do pesquisador (Malhotra et al, 2005; Malhotra, 2006). Uma extensão da amostragem por julgamento é o uso de quotas. A amostragem por quota introduz dois estágios no processo de amostragem por julgamento. O primeiro estágio consiste no desenvolvimento de categorias ou quotas de controlo de elementos da população e no segundo estágio, seleccionam-se elementos da amostra com base na conveniência ou no julgamento (Malhotra et al, 2005; Malhotra, 2006).

Na amostragem bola de neve, inicialmente escolhe-se um grupo aleatório de participantes que após serem inquiridos, é-lhes solicitado que identifiquem outros que pertençam à população-alvo de interesse. Os participantes subsequentes são seleccionados com base nessas referências (Malhotra et al, 2005; Malhotra, 2006). Esse processo pode ser executado em ondas sucessivas, obtendo-se informações a partir de informações, conduzindo a um efeito bola de neve (Malhotra et al, 2005; Malhotra, 2006). Na amostragem autogerada selecciona-se um grupo inicial de participantes, normalmente de forma aleatória que, após serem inquiridos é-lhes pedido que identifiquem outras pessoas pertencentes à população-alvo de interesse (Malhotra et al, 2005; Malhotra, 2006). Apesar de esta técnica iniciar com uma amostra probabilística, resulta numa amostra não-probabilística, pelo facto dos inquiridos de referência tenderem a ter características demográficas e psicográficas semelhantes às da pessoa que os indicou. A principal vantagem da amostragem autogerada é que ela aumenta substancialmente a probabilidade



de localizar as características desejadas na população e a custos relativamente baixos (Malhotra et al, 2005; Malhotra, 2006).

Tanto as técnicas de amostragem não-probabilísticas como as probabilísticas podem ser implementadas na internet (Sheehan, 2002). Segundo McDaniel e Gates (2003) as amostras recolhidas da internet classificam-se como com triagem, irrestrita ou com recrutamento. As amostras com triagem da internet ajustam-se diante da falta de representatividade dos inquiridos autosseleccionados, impondo quotas com base em algumas características desejadas da amostra (geralmente características demográficas) (McDaniel e Gates, 2003). Uma amostra irrestrita da internet é um levantamento feito através da internet e acessível a qualquer pessoa que deseje participar no estudo, enquanto uma amostra recrutada da internet é utilizada em levantamentos que requerem maior controlo sobre a formação da amostra (McDaniel e Gates, 2003). Os inquiridos são recrutados por telefone, pelo correio, por *e-mail* ou pessoalmente. Como a formação da amostra é conhecida, o preenchimento dos questionários pode ser monitorizado e, para melhorar o índice de participação, podem ser enviadas mensagens de regresso para aqueles que não tenham preenchido o questionário (McDaniel e Gates, 2003).

De acordo com os mesmos investigadores deve-se optar pelo método que ofereça o tipo, a qualidade e a quantidade de dados desejados ao menor custo possível. O facto de não se conhecer o número e as características da população-alvo deste estudo e pretender-se obter informação relevante do maior número possível de emigrantes portugueses (ver secção 5.5) conduziu à opção de uma amostra irrestrita da internet. Para este efeito, os inquiridos foram encontrados *on-line*, enquanto navegavam na rede através das publicações digitais (nacionais, regionais e dirigidas exclusivamente às comunidades portuguesas no estrangeiro) e de alguns portais eletrónicos (oficiais e das comunidades portuguesas), bem como ainda em dois *Web sites* oficiais de cantores de música portuguesa. Para além disso, os inquiridos foram igualmente “recrutados” por *e-mail* através do envio do *link* do questionário e em setembro, pelo envio do endereço eletrónico da Página do estudo no *Facebook* para todos os consulados, embaixadas e associações de emigrantes portugueses.

Assim, o processo de recolha dos dados pela internet, iniciado em julho de 2011, permitiu obter no final deste mês 402 questionários completos e 70 questionários incompletos válidos, através da seguinte estratégia:

a) Administração do questionário na imprensa digital dirigida exclusivamente às comunidades portuguesas no estrangeiro, identificada no Portal das Comunidades Portuguesas e no Observatório da Emigração. Atendendo aos três ciclos de emigração portuguesa identificados no capítulo 2, os critérios de seleção foram as publicações e que se afiguraram com mais destaque nos países de maior imigração portuguesa ao longo do século XIX (prolongando-se depois até aos anos 60), a partir dos anos sessenta, bem como a partir de 1985 até à atualidade. À exceção do Brasil, menciona-se a dificuldade em conseguir encontrar este tipo publicações nos restantes países de língua oficial portuguesa e o facto de não se ter conseguido a colaboração de duas em Moçambique (nomeadamente “O País” e a “Revista Ídolo”). Neste sentido, as seguintes publicações digitais contactadas naqueles países administraram o questionário: “Lusojornal” (Bélgica/França), “Povo de Portugal” (Alemanha), “O Século de Joanesburgo” (África do Sul), “O Correio de Venezuela”, “Lusoamericano” (E.U.A./Brasil), “Mundo Lusíada” (Brasil), “Tribuna Portuguesa” (E.U.A.), “Sol Português” (Canadá), “Lusopress” (Canadá), *ABC Portuguese Canadian Newspaper*, “As Notícias” (Reino Unido), “Correio” (Luxemburgo), “Contacto” (*blog* do jornal- Luxemburgo), “Gazeta Lusófona” (*blog* do jornal- Suíça), “O Clarim” (Macau), “Tribuna de Macau” (*Web site* do grupo), “Expressões Lusitanas” (vários países do mundo) (ver exemplos em anexo 1);

b) Administração do questionário em alguns portais eletrónicos das comunidades portuguesas nos países da França, Bélgica, E.U.A., Brasil, Irlanda, Reino Unido, Suíça e no portal dos ranchos folclóricos em Portugal e no mundo (ver exemplos em anexo 1);

c) Divulgação do *link* do questionário através de *e-mail* para todos os consulados, embaixadas e associações de emigrantes portugueses. Os respetivos contactos foram obtidos no Observatório da Emigração, no Portal das Comunidades Portuguesas no estrangeiro e no portal *Luso-Planet*, dirigido aos emigrantes portugueses. Entre os consulados/embaixadas contactados, responderam ao pedido de colaboração os consulados

de Madrid, Vancouver, Paris, Genebra, Joanesburgo, Newark e Osnabruck, bem como as embaixadas de Buenos Aires, Camberra, Alemanha e Copenhaga, tendo inclusive divulgado a informação no balcão do próprio consulado/embaixada. O facto da maioria das associações de emigrantes não dispor de um *Web site* ou *blog* e de o *link* do questionário ser demasiado extenso e de memorização impossível, situação inalterável por ser gerado automaticamente aquando da disponibilização do questionário na internet, muito provavelmente conduziu a algum desânimo na sua divulgação por parte das associações. Esta questão será retomada mais à frente no âmbito das limitações deste estudo;

d) Administração do questionário no portal oficial do Observatório da Emigração (ver anexo 2) e da Associação Nacional das Freguesias- ANAFRE (ver anexo 2).

É possível encontrar várias técnicas de amostragem utilizadas em determinados projetos de investigação (ver Brunt, 1997). Neste estudo, para além de se ter reunido uma amostra irrestrita (ou por conveniência) da internet, procedeu-se também a outra técnica de amostragem através das Páginas oficiais do *Facebook* de vários cantores de música portuguesa e na própria Página do estudo. Devido às funcionalidades inerentes a esta rede social, foi igualmente possível utilizar a técnica da amostragem bola de neve através de um grupo aleatório inicial de emigrantes portugueses que navegavam naquelas Páginas e que, voluntariamente, preencheram o questionário. Apesar de não lhes ter sido solicitado diretamente que identificassem outros que pertencessem à população-alvo de interesse, o próprio *Facebook* permitiu que muitos daqueles emigrantes portugueses encorajassem igualmente outros a participar no estudo, bem como partilhassem a mesma informação pelo “efeito de onda”. Ao executar-se este processo em ondas sucessivas obteve-se o efeito bola de neve (ver exemplo em anexo 3).

Neste sentido, comparativamente ao mês de julho, no final do mês de agosto conseguiu-se reunir mais 1515 questionários completos e 81 questionários incompletos válidos através da seguinte estratégia:

a) Administração do questionário na imprensa digital nacional. Entre as publicações identificadas no Portal das Comunidades Portuguesas, aceitaram colaborar as seguintes: “Diário de Notícias”, “Expresso”, “*Record*” e “tvi24.pt” (ver anexo 1);

b) Administração do questionário na imprensa digital regional. Foram selecionadas publicações por área geográfica no Norte, Centro Interior, Beiras, Alentejo, Algarve e Ilhas, nomeadamente: o “Diário de Minho”, “Correio do Minho”, “Diário de Trás-os-Montes”, “Notícias de Viseu”, “Jornal do Centro”, “Diário as Beiras”, “Diário do Alentejo”, “Jornal Região Sul”, “O Barlavento” (Algarve), “A União” (Açores) e o “Diário da Madeira” (ver exemplos em anexo 1);

c) Administração do questionário no mural da Página oficial de alguns cantores de música portuguesa (neste caso, de música popular, pop, rock e fado) no *Facebook*. Colaboraram os seguintes artistas: Tony Carreira, Mickael Carreira, Ana Moura, Camané, Pedro Abrunhosa, Adelaide Ferreira, Os Anjos, Santos e Pecadores, As Bombocas, Emanuel, Magui Mateus, Miguel Rivotti, Santa Maria, Sérgio Rossi, Alexandre Faria, Élvio Santiago, Manuel Campos, Marcelo & Alex Dupla e o Grupo Musical Santa Cruz (ver exemplos em anexo 4). Uma vez que o anúncio do estudo no mural destas Páginas no *Facebook* desaparecia rapidamente, devido ao processo natural de acumulação de notícias, a generalidade dos artistas recolocou pelo menos duas vezes, e em alguns casos três, a mesma informação no mural. Para além disso, a generalidade destes artistas ficou fã da Página do projeto ou, nessa impossibilidade, inseriram a informação na secção “notas” da respetiva Página (ver anexo 4). Apesar dos cantores José Cid e João Claro terem administrado o questionário no seu *Web site* oficial, um deles não conseguiu ativar o *link* e a informação divulgada pelo outro artista (através de um *banner*) ficou visualmente pouco perceptível.

No intuito de continuar a aumentar o índice de resposta e promover *offline* foi necessário ultrapassar a limitação da URL do *link* do questionário. Assim, no início do mês de setembro foi criada a própria Página do estudo no *Facebook*. Uma Página do *Facebook* (também conhecida por Página de Negócios ou Página de Fãs) é um perfil do negócio que se detém e incluiu muitas das componentes dos perfis individuais, nomeadamente uma

imagem de perfil, uma descrição do negócio, fotografias e vídeos, mensagens e um mural (Shih, 2011). Por defeito, o *Facebook* também cria uma URL da Página muito extensa, de difícil memorização e pouco apelativa para quem pretende promover *offline*. Nesse sentido, inicialmente foi necessário obter 25 fãs da Página para se conseguir alterar a URL, de forma a torna-la mais apelativa, de fácil memorização e facilitar a sua divulgação junto dos emigrantes portugueses. O convite inicial feito a amigos para “gostarem” da Página, antes da sua divulgação pública, não só permitiu alterar a URL e transmiti-la à comunicação social (imprensa, rádio e televisão), como também torná-la mais apelativa a estranhos, em vez de se apresentar uma Página vazia.

Deste modo, durante o mês de setembro a seguinte estratégia permitiu obter mais 1599 questionários completos e 188 questionários incompletos válidos no final do mês:

- a) Envio de uma nova notícia para todos os jornais digitais que, durante os meses de julho e agosto, administraram o questionário, e para todas as câmaras municipais selecionadas no âmbito do processo de amostragem, com o objetivo de informar sobre as formas de participação no estudo, nomeadamente na própria publicação e/ou através da Página do estudo no *Facebook* (ver anexo 1). O questionário foi novamente administrado nestas publicações digitais e nos *Web sites* oficiais das respetivas câmaras;
- b) Divulgação, através de *e-mail*, do estudo e da respetiva forma de participação na Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas. De acordo com as orientações da respetiva Direção-Geral o questionário foi administrado, com destaque, durante os meses de setembro e outubro, no próprio *Web site* do Gabinete de Apoio ao Emigrante (ver anexo 2);
- c) Reforço da primeira divulgação feita em julho, através de *e-mail*, do estudo e da Página do projeto no *Facebook* nos consulados/embaixadas e associações;
- d) Tentativa de divulgação através de *e-mail*, do estudo e da Página do projeto no *Facebook* nas casas do Benfica e do Porto no estrangeiro. A generalidade dos endereços eletrónicos fornecidos pela Fundação Benfica e pelo Futebol Clube do Porto (os dois

clubes de futebol com mais tempo na posição da primeira liga em Portugal) estavam desatualizados, o que impediu o contacto e a divulgação;

e) Divulgação e administração do questionário pela própria administradora da Página do projeto em diversos grupos de emigrantes portugueses no *Facebook*, em perfis relacionados com o tema Portugal (e outros selecionados pelo maior número de fãs), bem como ainda através das caixas de correio de alguns emigrantes, administradores daqueles grupos (ver anexo 3);

f) Divulgação do estudo e da Página do projeto no *Facebook* pela rádio e televisão de Portugal, através da emissão de um *spot* nos canais da RDP Internacional, RDP África e da RTP Internacional. A mesma informação também foi divulgada no programa “Abraço de Domingo” da RDP Internacional e no programa “Cientificamente” da RDP África (ver em anexo os programas, o *spot* realizado e divulgado pela RDP Internacional, o *spot* realizado por um antigo aluno da Universidade de Aveiro e divulgado pela RTP Internacional e os respetivos relatórios de emissão do mês de setembro no anexo 5).

A disponibilização da própria RDP Internacional e África e da RTP Internacional para o prolongamento do prazo de divulgação por mais um mês, permitiu totalizar, no final de outubro, 4299 questionários completos e 501 questionários incompletos válidos (ver em anexo o *spot* do anúncio do prolongamento do prazo de participação da RTP Internacional e os respetivos relatórios de emissão da RDP Internacional e da RDP África relativos ao mês de outubro). A divulgação no canal da RTP Internacional encontra a sua justificação no facto de ser o canal da RTP que transmite para os países dos cinco continentes (América, África, Europa, Ásia e Oceânia) e que permite à comunidade emigrante portuguesa ver os programas da estação pública portuguesa (Online 24, 2011; Wikipédia, 2011). Apesar das emissões regulares da RTP África disporem de via satélite com retransmissão hertziana terrestre em todos os países de língua oficial portuguesa (nomeadamente Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) em Angola, um dos principais países de emigração portuguesa dos últimos anos (dados do Observatório da Emigração, 2011) é apenas captável via satélite.

Em alternativa, a RTPI dispõe de uma rede base de satélites que permitem a receção em qualquer ponto do globo, assim como a redistribuição do sinal para diferentes plataformas digitais via satélite. Para além disso, através da RTP *Play* também é possível ver a RTP Internacional *online* (Online 24, 2011). No entanto, o mesmo esforço de divulgação também foi feito pela RDP África, que é vocacionada para os países africanos de língua portuguesa e a emissão faz-se através de onda curta, de satélite, FM ou internet (Infopedia, 2011, Wikipédia, 2011), contribuindo igualmente para uma amostra ainda maior, mais diversificada e mais próxima de ser representativa da sua população. Assim, o facto da RDP e RTP Internacional serem o elo de ligação dos portugueses e luso falantes de todo o mundo contribuiu para que se difundisse ainda mais o estudo e a sua forma de participação junto dos emigrantes portugueses, dispersos geograficamente, conduzindo-os, por esta via, para a Página do projeto no *Facebook*.

Por outro lado, a técnica da amostragem por conveniência também foi implementada por correio *ad hoc*. Isto porque, por um lado, como referimos, a população-alvo não é conhecida não sendo, por isso, possível recorrer à amostragem aleatória simples ou introduzir critérios de qualificação ou quotas (com base no julgamento do pesquisador) para fazer uma triagem dos inquiridos. Por outro lado, a utilização do procedimento dos painéis pelo correio não se justificava a uma amostra (não probabilística) que se pretendia tão grande quanto possível (ver secção 5.5) e inquirir apenas uma vez. Assim, ao partir da premissa de que os concelhos com maior percentagem de residências de origem de emigrantes entre 1970-81 são os que tiveram maiores níveis de emigração (ver capítulo 2), numa primeira fase, procedeu-se à reconstituição das regiões e seleccionou-se a região Centro como a que regista maior percentagem de residências de origem de emigrantes entre 1970-81. Destaca-se novamente, que a identificação das residências de origem dos emigrantes só foi possível para este período considerado (ver capítulo 2). A partir daqui, utilizaram-se amostras progressivamente circunscritas, escolhidas de forma intencional, as quais consentiram, delimitar uma população, cada vez mais precisa. Por outras palavras, seleccionaram-se igualmente os três distritos e respetivos quatro concelhos com maior percentagem de residências de origem dos emigrantes entre 1970-81.

Para a obtenção das moradas das residências dos emigrantes no estrangeiro seguiu-se a metodologia já testada num estudo exploratório (ver Cirino, 2008). Nesse estudo foi assumido como população, a base de dados cedida, de forma muito colaborante, por um jornal regional (“O Ílhavense”). Na medida em que se tratava de um estudo exploratório, a autora assumiu que um número muito significativo de emigrantes compra o jornal da terra e, por consequência, considerou que esta população é representativa dos portugueses do respetivo concelho residentes no estrangeiro. No intuito de seguir a mesma metodologia, seleccionaram-se as publicações regionais mensais, ou se inexistentes, semanais, associadas a cada um desses concelhos (uma por concelho), através de uma listagem fornecida pela Entidade Reguladora da Comunicação (ERC). Esta listagem foi a que se apresentou mais completa, dado nem todas as publicações regionais estarem integradas na Associação de Imprensa Regional e/ou usufruírem de incentivo à leitura<sup>2</sup>. Na impossibilidade de colaboração por parte de alguma publicação, por motivos de encerramento ou ausência de contacto, ou ainda a situação de recusa de uma das publicações (“Cinco Quinas” associada ao concelho do Sabugal), o critério seguido para o pedido de colaboração no estudo foi sempre a ordem apresentada das publicações incluídas na lista fornecida pela ERC.

Deste modo, tentou-se constituir uma amostra tão grande quanto possível em função das listas que eram fornecidas pelas respetivas publicações. Procurou-se seleccionar as moradas obtidas de acordo com a distribuição do número de emigrantes portugueses por países de destino, nos últimos dados apurados pelo INE (relativos ao ano de 2003). Assim sendo, conseguiram-se expedir por correio 4000 questionários, dos quais 93,51% foram enviados para a Europa e 6,49% para outros países do resto do mundo (ver tabelas 5.1 e 5.2). Do total dos 4000, 1478 questionários seguiram com as moradas fornecidas pelas publicações associadas aos concelhos do Distrito de Viseu, 1444 do Distrito de Castelo Branco e 1078 do Distrito da Guarda. No intuito de seguir na íntegra a metodologia de Cirino (2008) foi ainda pedida colaboração aos Presidentes das Câmaras Municipais dos concelhos seleccionados, pela redação de uma carta assinada incentivando os emigrantes portugueses à sua participação no estudo (ver exemplos em anexo 6).

<sup>2</sup> Este incentivo, substitui o porte pago e, traduz-se na comparticipação pelo Estado aos operadores postais dos custos de expedição das publicações periódicas suportados pelos assinantes residentes no território nacional ou no estrangeiro, em regime de avença (Decreto-Lei n.º 98/2007, de 2 de abril).



A referida carta foi remetida juntamente com o questionário, uma carta de apresentação e um envelope de resposta sem franquia internacional para as moradas associadas ao respetivo concelho.

**Tabela 5.1**

**Emigrantes portugueses por país de destino e sexo, segundo o tipo de emigração**

2003				Unidade: N.º
País de Destino		Total	Permanente	Temporário
<b>TOTAL</b>	HM	<b>27 008</b>	<b>6 687</b>	<b>20 321</b>
	H	20 613	3 415	17 198
	M	6 395	3 272	3 123
<b>TOTAL EUROPA</b>	HM	<b>25 256</b>	<b>5 909</b>	<b>19 347</b>
	H	19 713	3 000	16 713
	M	5 543	2 909	2 634
África e Ásia	HM	529	X	X
América	HM	1 223	X	X
<b>TOTAL RESTO DO MUNDO</b>	HM	<b>1752</b>		
<b>Nota: Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas</b>				

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas - 2003

**Tabela 5.2**

**Número de questionários expedidos por país de destino**

PAÍS DE DESTINO	EMIGRAÇÃO TOTAL (2003)	EMIGRAÇÃO POR PAÍS DE DESTINO (2003) (Nº)	%	EXPEDIÇÃO TOTAL (Nº)	QUESTIONÁRIOS EXPEDIDOS POR PAÍS DE DESTINO (Nº)	%
Europa	<b>27008</b>	25256	93,51%	<b>4000</b>	3740	93,51%
Resto do Mundo		1752	6,49%		260	6,49%

NOTA: Emigrante permanente é uma pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou com a intenção de residir noutro país por um período contínuo igual ou superior a um ano; enquanto um emigrante temporário é uma pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou, com a intenção de residir noutro país por um período inferior a um ano. Excluem-se desta situação as deslocações com caráter de: turismo, negócios, estudo, saúde, religião ou outro de igual teor (Conceitos do INE, 2012).

Fonte: Elaboração própria

Assim, as publicações regionais contactadas colaboraram no desenvolvimento do estudo pela cedência das moradas dos seus assinantes com residência no estrangeiro e pela publicação de duas notícias (uma no início e outra no último mês do final do prazo da recolha dos dados). Estas notícias tiveram o objetivo de informar sobre o estudo em decurso e sensibilizar os emigrantes que receberam o questionário, na residência do país de emigração, para a sua participação (ver Cirino, 2008). Colaboraram as seguintes publicações regionais associadas aos concelhos dos distritos com maior percentagem de residências de origem de emigrantes (entre 1970-81):

- a) Distrito de Viseu – “Notícias do Paiva” (465 questionários enviados do concelho de Vila Nova de Paiva), “O Penalvense” (132 questionários enviados do concelho de Penalva do Castelo), “Voz de Ferreira de Aves” (264 questionários enviados do concelho de Sátão), “Renascimento” e “Notícias da Beira” (352 questionários enviados do concelho de Mangualde);
- b) Distrito de Castelo Branco – “O Raiano” (112 questionários enviados do concelho de Idanha-a-Nova), “Jornal do Fundão” (1545 questionários enviados do concelho do Fundão), “Vila de Rei- Centro de Portugal” e Boletim Municipal de Vila de Rei (90 questionários enviados do concelho de Vila de Rei), e “Gazeta do Interior” (concelho de Castelo Branco);
- c) Distrito da Guarda – “Praça Alta” (92 questionários enviados do concelho de Almeida), “Ecos da Marofa” (176 questionários enviados do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo), “Notícias de Gouveia” (630 questionários enviados do concelho de Gouveia), e “A Nova Guarda” (108 questionários enviados do concelho da Guarda).

Sem qualquer contacto prévio, esta amostra foi utilizada apenas para este projeto. Segundo McDaniel e Gates (2003) as amostras recolhidas por correio *ad hoc* tem um elevado índice de não-resposta e alguns estudos demonstram que determinados tipos de pessoas, nomeadamente as que têm mais instrução, que ocupam cargos superiores, que estão menos interessados no assunto, mulheres, estudantes, entre outras características, apresentam maior

probabilidade de não responder. Neste sentido, para lidar com o problema do baixo índice de resposta nas amostras recolhidas por correio, alguns investigadores foram desenvolvendo estratégias que se procuraram igualmente seguir no decurso da recolha dos dados. Este assunto irá ser o tema de debate na secção 5.8.

Tendo especificado a população-alvo, determinado a sua estrutura e selecionado as técnicas de amostragem passamos agora a dar a conhecer os argumentos que determinaram a dimensão da amostra e a respetiva execução do processo de amostragem. A dimensão da amostra é determinada pelo grau de precisão e nível de confiança desejados no estudo (Finn et al, 2000). Contudo, segundo Finn et al (2000) quando se utilizam amostras não-probabilísticas não é possível determinar a dimensão ótima e medir o erro de amostragem, para criticar a precisão dos resultados dessa amostra (relativo à população). Atendendo a que a amostra concebida neste estudo é uma amostra não-probabilística a sua dimensão foi determinada com base em alguns fatores considerados relevantes pela generalidade dos investigadores.

Em primeiro lugar, geralmente, para decisões mais importantes, pesquisas conclusivas, um grande número de variáveis e análises de dados detalhadas e mais sofisticadas, que utilizam técnicas multivariadas, são necessárias amostras maiores (Malhotra et al, 2005; Malhotra, 2006). Neste caso, em amostras grandes o desvio e o erro de amostragem também são reduzidos (Finn et al, 2000; Malhotra et al, 2005; Malhotra, 2006). Em segundo lugar, a decisão da dimensão da amostra também deve considerar uma análise das limitações existentes em termos de recursos financeiros, a disponibilidade de pessoas qualificadas para a recolha dos dados e o tempo disponível (Malhotra et al, 2005; Malhotra, 2006). Por último, a decisão sobre a dimensão da amostra também deve ser influenciada pela dimensão média de amostras utilizadas em estudos semelhantes, considerando que a experiência pode servir como diretriz, sobretudo quando se utilizam técnicas de amostras não-probabilísticas (Malhotra et al, 2005; Malhotra, 2006).

Neste sentido, considerando que neste estudo estamos perante uma pesquisa i) conclusiva, com um grande número de variáveis, em que é pretendido analisar com detalhe muita informação e com recurso a técnicas estatísticas adequadas; ii) que utiliza uma amostra do

tipo não-probabilística; iii) com recursos financeiros suficientes, tempo disponível e uma técnica qualificada para a recolha dos dados; e ainda iv) a existência de uma tese doutoramento semelhante no tipo de estudo (ver Ferreira, 2003) conduziu à pretensão de reunir uma amostra tão grande quanto possível e, por isso, mais próxima da sua população, de forma a também superar a dimensão da amostra considerada nesse estudo.

A técnica aplicada por Ferreira (2003) ao estudo da procura turística na Região do Algarve foi o inquérito de rua (*street survey*), exigiu igualmente a construção de uma amostra do tipo não probabilística, por conveniência, hipótese que implicou o cálculo da dimensão da amostra sem conhecimento da dimensão da população nem da variância. Para o cálculo da amostra assumimos os conceitos estatísticos que defendem a normalidade de distribuição de frequência quer das populações quer das amostras (Curva de *Gauss*). As suas principais características incluem a simetria das frequências, a presença das principais medidas de tendência central no mesmo ponto (média, mediana e moda) e a existência de desvios padrões ( $z$ ) significativos para qualquer curva normal (Ferreira, 2003). Dado não existirem elementos provenientes de outros estudos, que deixassem calcular um nível de confiança mais adequado ao estudo, optámos pelo mais frequentemente utilizado, em investigações com o mesmo tipo de objetivos, que se situa nos 95% (Berenson e Levine, 1999, pp. 384, citado por Ferreira, 2003). De acordo com Ferreira (2003) o cálculo da amostra teve em consideração a referida ausência de investigações anteriores e a reduzida dimensão do questionário piloto, que determinou ainda a aceitação do pressuposto estatístico da proporção de 50% para cada atributo, admitindo-se que as respostas evidenciassem uma margem de erro de 5%.

Embora o cálculo da dimensão da amostra de Ferreira (2003) tenha resultado em 384, para tentar suprir as não respostas a investigadora aplicou um total de 391, questionários válidos. Nesta investigação, foi possível reunir por correio, com uma ligeira diferença em relação ao estudo de Ferreira (2003), 357 questionários válidos. Contudo, os 4800 questionários válidos recolhidos através da internet e do *Facebook* não só permitiram compensar, como superar significativamente a dimensão da amostra utilizada não apenas naquele estudo, mas também em outros com objetivos semelhantes. Neste âmbito, destacamos ainda o estudo de Gonçalves (2007) baseado numa amostragem não

probabilística – amostragem em bola de neve – que permitiu a validação de 276 inquéritos por questionário aplicados à população dos emigrantes atuais/presentes em Boticas.

## **6.5 Métodos e técnicas da investigação**

Na secção anterior foi possível dar a conhecer todo o processo de elaboração da amostragem concebida neste estudo, no sentido de conseguir informação relevante sobre os emigrantes portugueses. Uma vez que qualquer tentativa de rigor científico recai sobre os métodos a utilizar depois de colocado o problema (ver Ghigilione e Matalon, 1993), é nossa pretensão discutir agora alguns dos métodos e técnicas de investigação mais utilizados na área do lazer e do turismo. Os investigadores devem compreender a diversidade de métodos disponíveis, através das abordagens quantitativa e qualitativa, para ser capazes de discutir os processos que estudam melhor as questões relacionadas com o lazer e o turismo (Veal, 1997). Este é o objetivo desta secção, ou seja, dar a conhecer os argumentos que determinaram a metodologia utilizada neste estudo para conseguir atingir os objetivos estabelecidos.

Neste sentido, a análise de dados secundários refere-se à análise de informação que foi recolhida com um objetivo diferente do objetivo do investigador (Finn et al, 2000; Veal, 1997). Geralmente, este método aplica-se à análise de dados quantitativos (sobretudo estatísticas oficiais), embora possa igualmente ser aplicado à análise de informação qualitativa ou análise de conteúdo (Finn et al, 2000). A análise de conteúdo ou método hermenêutico é a metodologia da interpretação, ou seja, tenta compreender formas e conteúdos da comunicação humana, em toda a sua complexidade e simplicidade (Carvalho, 2009; Veal, 1997). A ciência hermenêutica não só estabelece os factos mas também interpreta o sentido das intenções ou das ações (Carvalho, 2009; Veal, 1997).

A análise de dados secundários apresenta uma série de vantagens, tais como: requer menos tempo e esforço para a recolha dos dados; é mais económica do que a recolha de dados primários; cruza dados de diversas fontes; revela perspetivas de investigadores de diferentes disciplinas; permite uma análise mais ampla das condições sociais e da

mudança; revela conhecimento acumulado de organizações de investigação reconhecidas; estabelece relações que eram imprevisíveis na fase da recolha dos dados; oferece resultados rápidos e uma abordagem mais flexível ao investigador; permite que o investigador se debruce mais sobre os objetivos teóricos e questões substantivas do estudo; os dados podem ser usados para testar as mesmas hipóteses e comparados com informação recolhida através de outros métodos; são gratuitos; muitos destes permitem analisar tendências ao longo do tempo; e as estatísticas oficiais podem ser a única fonte de dados sobre o tópico em questão (Dale e al, 1988:54, Hakim, 1982:16 e McNeill, 1990:103, citado por Finn et al, 2000).

A maioria dos problemas associados com o uso de dados secundários baseia-se no facto de serem recolhidos para um propósito específico, normalmente administrativo, e não neutro; nas diferenças das definições usadas pelas organizações comparativamente aos académicos (ver por exemplo, no capítulo 1, as diferentes definições de turismo); da comparação de dados com diferentes períodos de referência; da disponibilidade de dados estatísticos apenas ao nível nacional; do atraso no desenvolvimento da investigação pela indisponibilidade de estatísticas; da forma como as estatísticas estão publicadas podendo-se omitir dados importantes para a investigação; e com problemas logísticos relacionados com a recolha dos dados turísticos (Finn et al, 2000).

No intuito de se poder contactar diretamente com tudo o que foi escrito sobre o problema da investigação, procedeu-se ao levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas e publicações avulsas científicas. Este trabalho de pesquisa bibliográfica teve início com a consulta (através de *e-mail*) de vários especialistas da área do turismo (e do turismo residencial) e do desenvolvimento “rural”, questionando-os sobre as tendências recentes destas áreas e as obras de base a estudar prioritariamente. Para este feito, estabeleceu-se uma lista de endereços de pessoas a contactar, o que permitiu desde logo, um sistema de bola de neve, ou seja, as primeiras obras consultadas remeteram para outras. Esta informação, juntamente com a informação resultante da análise de dados estatísticos (de organizações oficiais) e da análise exploratória de alguns estudos de caso (publicados em várias revistas científicas), permitiu que o método da análise de dados secundários tivesse sido o único possível para a identificação da variável independente e da variável

dependente, bem como da formulação das hipóteses da investigação. Os dados obtidos e gerados através de organizações oficiais, sobretudo do INE, foram uma fonte fiável para o desenvolvimento da investigação, pois têm origem em métodos rigorosos, as amostras dos seus estudos são grandes e o índice de erro estatístico é pequeno.

Por outro lado, entre os métodos qualitativos, os mais adequados para a compreensão das perceções individuais do mundo, a etnografia refere-se “ao estudo de pessoas no seu lugar natural através de métodos de recolha de informação que captam os seus significados sociais e as suas atividades ordinárias, envolvendo o investigador na participação direta no lugar, senão nas próprias atividades, no sentido de recolher dados de forma sistemática, mas sem que o sentido lhes seja imposto externamente” (Brewer, 2000:6, citado por Bell, 2010). As histórias de vida ou biografias são outro método de investigação qualitativa e tem como objetivo o conhecimento do significado que os seres humanos atribuem à sua experiência. Este método tem sido bastante usado na pesquisa etnográfica e as histórias de vida são recolhidas através de entrevistas. (Finn et al, 2000).

Os estudos de caso correspondem a um modelo de análise intensiva de uma situação particular (caso) (Veal, 1997). O método dos estudos de caso normalmente combina dados quantitativos e qualitativos que se justifica pela complexidade do fenómeno e para melhorar a validade (Finn et al, 2000). Os estudos de caso podem apresentar diversas modalidades em função dos objetivos da pesquisa e do próprio esquema teórico-conceitual da mesma (Pardal e Correia, 1995). Podem igualmente ser agrupados em três grandes modelos, tais como de exploração (visam através de mecanismos diversos, abrir caminho a futuros estudos), descritivos (correspondem essencialmente a monografias, não assumindo qualquer pretensão de generalização) ou práticos (visam fazer o diagnóstico de uma organização ou avaliá-la, tendo as motivações mais diversas) (Pardal e Correia, 1995).

Outro método de investigação qualitativa são os grupos em foco que consistem num pequeno grupo de pessoas, equilibrado segundo a idade, sexo e *status* económico (ou apenas segundo o sexo e a idade), que interagem umas com as outras e com um grupo líder (geralmente o investigador) para gerarem ideias e explorarem um determinado assunto com mais detalhe, de forma pouco estruturada (Finn et al, 2000). As discussões podem

durar entre uma a duas horas e são gravadas enquanto o investigador vai tirando notas de observação durante as discussões (Finn et al, 2000). Os grupos em foco são usados para complementar outros métodos ou como triangulação em estratégias de investigação que utilizam vários métodos (Finn et al, 2000).

Por outro lado, as técnicas de investigação nunca configuram um corpo orientador de investigação, nem um plano de trabalho sobre a mesma, mas somente um instrumento para a realização daquele (Pardal e Correia, 1995). Neste âmbito, alguns investigadores viram-se para a observação e para a observação participante, de forma a terem acesso aos significados que os participantes atribuem às situações sociais (Burgess, 1997). Segundo Pardal e Correia (1995) a observação como técnica científica comporta diferentes modalidades, onde se destacam a observação não-estruturada (o investigador não recorre a meios técnicos e age livremente, conferindo-lhe subjetividade); a observação estruturada (a única que viabiliza o rigor da investigação); a observação não-participante (o observador é essencialmente um espectador); e a observação participante (o observador vive a situação). Outro tipo de recolha de informação é relativa à forma como os indivíduos empregam o seu tempo, nomeadamente os diários ou registos de atividades profissionais (Bell, 1993).

A entrevista é outra técnica de recolha de informação e pode assumir a forma de entrevista estruturada, semiestruturada ou não-estruturada. Num extremo, a entrevista estruturada não implica relação de longo prazo entre entrevistador e o entrevistado, assumindo-se que o entrevistador pode controlar a situação e dominar uma lista de questões que foram formuladas antes da entrevista e que são respondidas, em vez de serem consideradas, reescritas, reordenadas, discutidas e analisadas (Burgess, 1997). No outro extremo, a entrevista não estruturada é centrada à volta de um só aspeto (Bell, 1997; Finn et al, 2000:75) e pode assumir a forma de entrevista não-dirigida (ou completa liberdade de conversação) e de entrevista dirigida (embora livre, centra-se num assunto preciso, com as perguntas girando em torno dele) (Pardal e Correia, 1995). A entrevista semiestruturada nem é inteiramente livre e aberta, nem orientada por um leque inflexível de perguntas previamente estabelecidas. O entrevistador possui um referencial de perguntas-guia suficientemente abertas, que serão lançadas à medida do desenrolar da conversa, não



necessariamente pela ordem estabelecida no guião e tal e qual como foram previamente concebidas e formuladas, mas antes à medida da oportunidade (Pardal e Correia, 1995).

Reconhecendo que a diversidade de métodos e técnicas de investigação disponíveis aos investigadores é imensa, não sendo por isso possível dar o mesmo peso a todas as possibilidades aqui abordadas, passa-se a descrever sumariamente outros que ainda não foram mencionados e que também podem ser utilizados na área do lazer e do turismo, tais como os anúncios de publicidade para conhecer o nível de interesse do público no produto em oferta e a sua extensão geográfica; os estudos de conversão avaliam até que ponto os inquiridos se convertem em clientes; os estudos em trânsito realizados nos aeroportos, no local de alojamento ou nas atrações turísticas; os estudos baseados na distribuição do tempo dedicado ao trabalho remunerado, ao trabalho doméstico e ao sono e lazer; os painéis de indivíduos mantidos pelas empresas de pesquisa de mercado; os estudos longitudinais ou inquirição periódica da mesma amostra de indivíduos ao longo de vários anos; as técnicas projetivas ou resposta dos sujeitos a situações projetadas que são hipotéticas; os estudos dos *media* ou estudos de opinião; o método *Delphi* ou interrogação de especialistas com questionários sucessivos, a fim de pôr em evidência convergências de opinião; o cliente mistério como forma de observação participante; os sistemas de informação geográfica (SIG) para armazenar, analisar, integrar em camadas e ilustrar dados de natureza geográfica; e a análise de *clusters* para identificar subgrupos numa amostra (Carvalho, 2009; Ritchie et al, 2005; Veal, 1997; Woodside e Ronkainen, 1994, citado por Veal, 1997).

O método do estudo por questionário é o mais comum na área do lazer e do turismo (Finn et al, 2000; Veal, 1997). Em geral, é utilizado para generalizar uma amostra para a sua população e envolve a inquirição de perguntas diretas sob a forma de questionário ou de entrevista (Finn et al, 2000). O inquérito é uma interrogação particular acerca de uma situação, envolvendo indivíduos com o objetivo de generalizar; o investigador intervém colocando questões, mas sem intenção explícita de modificar a situação na qual atua enquanto inquiridor (Ghiglione e Matalon, 1993). O sucesso ou fracasso deste tipo de estudos é essencialmente determinado pelo índice de resposta ou percentagem do número total de pessoas em estudo que responderam (Finn et al, 2000). Segundo Mattar (2001) é

possível classificar vários tipos de pesquisa consoante o objetivo e o grau com que o problema da investigação está cristalizado, bem como a natureza da relação entre as variáveis estudadas.

Neste âmbito, os vários tipos de pesquisas tiveram um contributo importante em diferentes momentos da investigação. A pesquisa exploratória, com o recurso ao método da análise de fontes secundárias, foi apropriada para os primeiros estágios da investigação, já que a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenómeno em estudo eram insuficientes (ver capítulos 1, 2, 3, 4 e 5). Nesta investigação, pretendeu-se fazer uma análise causal, ou seja, saber se a variável independente, o regresso e a fixação dos emigrantes portugueses nos seus locais de origem, determina a variável dependente, o desenvolvimento do turismo sustentável nos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal (ver secção 5.2). Assim, ao estabelecer-se objetivos bem definidos e uma pesquisa bem estruturada, dirigida à solução de um problema específico, utilizaram-se procedimentos formais para a condução da pesquisa conclusiva pelo emprego de um questionário por correio, internet e *Facebook*. Sabendo-se exatamente o que se pretendia com a pesquisa, ou seja, quem ou o que se desejava medir, quando e onde o faria, como o faria e por que deveria fazê-lo a pesquisa descritiva foi igualmente utilizada com o propósito de descrever as características dos grupos, estimar a proporção de elementos numa população de emigrantes portugueses com determinadas características ou comportamentos e descobrir ou verificar a existência de relação entre variáveis (ver capítulo 6).

Segundo Figueiredo (1993) qualquer processo de investigação no espaço “rural” merece uma atenção especial às suas características. As especificidades do espaço “rural” podem sintetizar-se genericamente na existência de uma relação mais direta dos indivíduos com a natureza; de um ambiente natural ainda não muito degradado pela ação humana; de uma organização social que assenta em relações próximas entre os indivíduos e no interconhecimento; e ainda de valores sociais e culturais importantes como o “amor à terra”, o interesse pela família, a preservação da “memória do passado” e o bom acolhimento dos estranhos (Figueiredo, 1993:43). Nas palavras da autora “estes valores refletem diferentes códigos de leitura da realidade, hábitos de linguagem e sociabilidade e em vivências diversos dos da generalidade da população urbana” (Figueiredo, 1993:43).

Assim, dependendo das técnicas utilizadas (e do próprio objeto de estudo), as especificidades do espaço “rural” podem constituir-se como obstáculos ou vantagens nesse mesmo processo, nomeadamente no que se refere à construção dos instrumentos de recolha da informação e à sua aplicação no terreno (Figueiredo, 1993).

Os questionários, enquanto técnica de recolha de informação, apresentam uma série de vantagens, porque constituem uma forma rápida e económica de recolher dados; podem ser aplicados a um grande número de pessoas ao mesmo tempo; a sua natureza impessoal (frases padronizadas, ordem padronizada de perguntas e instruções padronizadas para o registo de respostas) assegura certa uniformidade de uma situação de mensuração para outra; os inquiridos podem ter maior confiança no seu anonimato e sentirem-se mais livres para exprimir opiniões que temam ver desaprovadas, ou que poderiam colocá-los em dificuldade; pode ser preenchido na altura e lugar que for mais conveniente; a análise dos dados de perguntas fechadas é relativamente simples e as questões podem ser codificadas rapidamente; e não há enviesamento por parte do inquiridor (Gillham, 2000, citado por Gray, 2004; Leite, 1974). Assim sendo, no intuito de atingir os objetivos determinados *a priori*, esta investigação recorreu ao método do inquérito por questionário sendo o inquérito de administração direta, já que foram os próprios inquiridos que registaram as suas respostas.

Em contraste com as técnicas qualitativas, os dados recolhidos através de métodos quantitativos permitem inferir sobre grandes populações (ver Veal, 1997). Neste estudo, pretendia-se obter informação que pudesse ser analisada, extrair modelos de análise e tecer comparações de um número significativo de emigrantes portugueses, que se encontram dispersos geograficamente, ao mesmo tempo. Com a aplicação do questionário era possível abranger uma área geográfica de análise mais ampla e obter informação útil de mais pessoas, com menos custos, comparativamente à entrevista individual. Para além disso, atendendo à dimensão da amostra que se pretendia obter (ver secção 5.5), a análise de um número significativo de dados seria relativamente simples e as questões poderiam ser facilmente codificadas. Assim, a quantificação afigurou-se essencial para uma investigação objetiva e rigorosa que pretendia recolher factos e estudar a sua relação, bem como ainda

realizar medições com a ajuda de técnicas científicas que conduzissem a conclusões quantificadas e, quanto possível, generalizáveis.

Contudo, os questionários apresentam também algumas limitações porque não são aplicáveis a analfabetos; o inquirido pode ler todas as questões antes de responder, facilitando a resposta em grupo; fazem menos pressão para respostas imediatas; não permitem fazer perguntas para clarificar o sentido de uma resposta; existem atrasos na sua devolução, sobretudo quando tal é feito pelo correio; e geralmente têm um baixo índice de resposta (ver Gray, 2004; Leite, 1974; Pardal e Correia, 1995). Em relação à sua utilização como técnica de recolha de dados desta investigação destaca-se, em primeiro lugar, que a situação do estudo piloto contribuiu para que se assegurasse a uniformidade significativa das perguntas do questionário, durante a sua aplicação, a todos os emigrantes portugueses. Em segundo lugar, a estrutura do questionário em causa, com grupos de questões que mediam um determinado tema em comum, permitiu verificar a coerência das respostas dos inquiridos.

Terceiro, atendendo às hipóteses que se pretendiam testar, este questionário exclui as perguntas totalmente abertas atenuando, assim, o problema da incompreensão das respostas dados pelos inquiridos. Em quarto lugar, a publicação de uma segunda notícia em todos os jornais regionais seleccionados no âmbito do processo de amostragem, com o intuito de alertar os emigrantes (com intenção de responder ao questionário) para a data limite da respetiva devolução, bem como o esforço de divulgação do anúncio do estudo e do respetivo prazo de participação pela rádio e televisão portuguesa, contribuíram para atenuar o problema do atraso na devolução do questionário. Para além disso, a publicação de uma notícia (no mês de agosto) pelo departamento da comunicação social no *Web site* da Universidade de Aveiro, no sentido de dar a conhecer este estudo, e o contacto posterior da agência LUSA com a autora, contribuíram também para a credibilização e divulgação do estudo, bem como ainda fazer face ao problema do baixo índice de resposta (ver secção 5.8).

Por outro lado, a aplicação do questionário por administração direta foi a forma mais económica e rápida para se conseguir inquirir o maior número possível de emigrantes

portugueses dispersos geograficamente (ver Jennings, 2010; McDaniel e Gates, 2003). O facto dos inquiridos poderem preencher o questionário ao seu ritmo e na altura que lhes fosse mais conveniente constituíram-se igualmente como outras vantagens. Atendendo às especificidades do espaço “rural”, a ausência física do inquiridor foi igualmente vantajosa uma vez que a sua aparência, vestuário e forma de falar, entre outros aspetos, não influenciaram as respostas dos inquiridos. Assim sendo, as desvantagens associadas à ausência do inquiridor foram atenuadas pelo facto do questionário ter sido sujeito a um estudo piloto com emigrantes portugueses, a sua estrutura incluir poucas perguntas abertas, ter boa apresentação e o respetivo *layout* ser claro e sóbrio, de forma a facilitar a leitura e o preenchimento por pessoas com menor grau de escolaridade ou sem capacidade para procurar clarificação relativamente a alguma pergunta do questionário.

Uma das formas seleccionadas para a administração do questionário deste estudo foi por correio. Para além de ser o método mais económico para uma investigação que, não conhecendo a sua população, pretendia recolher informação do maior número possível de emigrantes portugueses, dispersos geograficamente, e da inquirição ser feita apenas por um inquiridor – a própria investigadora, bem como uma série de outras vantagens já referidas, que se prendem com o facto do inquiridor não estar presente, permitir tempo para reflexão, oferecer anonimato (sem códigos de identificação) e poder ser preenchido de acordo com a conveniência do respondente, a sua seleção deveu-se, sobretudo, a dois fatores. Por um lado, conseguir inquirir os emigrantes portugueses que não utilizam ou que não têm acesso à internet e por outro lado, os custos associados com a distribuição e a recolha dos dados serem mais reduzidos comparativamente com outros métodos de investigação.

Sendo a emigração um tema do interesse dos inquiridos, porque faz parte da sua experiência individual, permitiu que o questionário fosse mais longo (com um total de doze páginas), conseguindo-se, dessa forma, recolher toda a informação necessária. Para além disso, ao considerar-se a lista das 4000 moradas de emigrantes portugueses no estrangeiro, fornecida pelas publicações regionais seleccionadas no âmbito do processo de amostragem (ver secção 5.4), para a expedição do questionário apenas 54 cartas é que foram devolvidas. Por outras palavras, isto significa que a questão da quantidade de informação adquirida por correio e da qualidade da/s lista/s fornecida/s com as moradas dos

respondentes não constituíram, neste estudo, uma limitação. No entanto, comparativamente aos outros métodos de administração do questionário utilizados neste estudo, nomeadamente através da internet e, sobretudo, do *Facebook*, a quantidade de mão de obra necessária, bem como o custo e o tempo dispendidos com a administração do questionário por correio constituíram-se como desvantagens. Esta questão será novamente retomada com mais detalhe na secção 5.9.

Neste sentido, a internet pode igualmente ser utilizada como uma ferramenta de investigação social e comportamental (ver por exemplo Bogaert, 1996; Browndyke et al, 1998; Buchanan, 2000; Coomber, 1997b; Goeritz e Schumacher, 2000; Sell, 1997; Senior et al, 1999; Stones e Perry, 1997, citado por Hewson et al, 2003). É o único meio de comunicação em massa que, para além de permitir uma comunicação bidirecional, permite interatividade (por exemplo através dos fóruns, das *newsgroups*, das listas de discussão ou da simples exploração de um *site*) (Martins, 2003:3, citado por Ascensão, 2010). A internet é bastante útil como uma fonte de informação de dados secundários e na recolha de dados primários, necessários ao desenvolvimento da pesquisa conclusiva, através de técnicas como questionários, entrevistas, observação e experiência (Hewson et al, 2003; Malhotra et al, 2005). De acordo com Sheehan (2002) apesar de existir pouca literatura disponível sobre as técnicas e estratégias *online*, é possível encontrar algumas publicações que discutem as vantagens da utilização da internet para a condução de pesquisa comparativamente com os métodos “tradicionais”.

Entre as vantagens da administração de um questionário através da internet, destaca-se que, pode aumentar significativamente a eficiência de uma parte da investigação em termos de tempo e de custo, associada à produção de cópias, distribuição e recolha dos dados, bem como permite a conversão dos dados num formato preparado para fazer a análise (Hewson et al, 2003; Malhotra, 2006; McDaniel e Gates, 2003; Sheehan, 2002). Nas metodologias “tradicionais” estas limitações podem reduzir o número de participantes disponíveis para a investigação (ver secção 5.9). Neste caso, o questionário pode ser administrado de forma rápida e fácil com qualquer número de participantes e sem qualquer despesa, uma vez que as respostas chegam num formato eletrónico e são diretamente canalizadas para um ficheiro adequado, codificadas e ordenadas (Hewson et al, 2003). Comparativamente aos

métodos “tradicionais”, esta metodologia tem maior capacidade para alcançar um diverso e significativo número de potenciais participantes de todo o mundo. Segundo Hewson et al (2003) é mais apelativa, não só pela novidade de participar num estudo através da internet, mas também pela possibilidade de preencher o questionário no lugar e no momento mais conveniente.

Outras vantagens da administração de um questionário pela internet consistem na possibilidade de uma resposta rápida aos *e-mails* relativos a estudos (geralmente entre 24 a 48 horas); maior rapidez da escrita dos participantes; na rapidez do contacto; na participação dos inquiridos à distância; em questionários visualmente mais apelativos; na garantia do anonimato, sobretudo se o estudo não utilizar *password* e se a devolução das respostas não for feita pela internet (p.ex. através da eliminação de informação identificativa, impressão e regresso do estudo completo via *e-mail* ou *fax*); na minimização do erro por parte do inquiridor, porque ao escrever o inquirido diminui as hipóteses de ser mal interpretado; e na minimização de enviesamento da parte do inquiridor (Jennings, 2010; Malhotra, 2006; McDaniel e Gates, 2003; Sheehan, 2002).

A investigação conduzida através da internet, outra das formas utilizada para a administração do questionário desta investigação, realiza-se, sobretudo, com participantes voluntários e geralmente utiliza duas abordagens, nomeadamente a colocação de anúncios em *Web sites* que divulgam o estudo e fornecem instruções sobre a forma de participação e a publicação do anúncio do estudo em grupos seleccionados (ver Hewson et al, 2003). Segundo Hewson et al (2003) esta metodologia levanta dois problemas, nomeadamente a utilização de amostragens não probabilísticas e os participantes voluntários. As amostras não probabilísticas levantam o problema da generalização, por não haver possibilidade de uso e/ou acesso à internet por parte da população em estudo (Jennings, 2010) e da seleção de determinados utilizadores pelo anúncio do estudo em determinados grupos ou *Web sites* (Hewson et al, 2003; McDaniel e Gates, 2003).

No entanto, a utilização da internet tem tido um crescimento contínuo facilitado pela disponibilidade de computadores com acesso à internet mais económicos, de serviços que permitem o acesso ao *e-mail* e à internet por telefone e pela televisão, bem como devido à

sua utilização para fins de recreio ou de consumo (Hewson et al, 2003; Zikmund et al, 2010). Assim sendo, a população dos utilizadores da internet representa uma parte vasta e diversa da população em geral, que já não se circunscreve apenas a um grupo predominante e selecionado de profissionais do sexo masculino, formados, com conhecimentos tecnológicos e remunerações elevadas e que exercem a sua profissão na área académica, da informática, entre outras (Hewson et al, 2003; Zikmund et al, 2010). Hewson et al (2003) argumentam que as críticas relativas ao enviesamento pelos procedimentos amostrais da internet são infundadas, uma vez que existem estudos que garantem a sua validade, pela comparação com outro tipo de amostras, e demonstram a dimensão e diversidade desta população.

Apesar disso, no sentido de ultrapassar o problema dos emigrantes portugueses que eventualmente não utilizam ou não têm acesso à internet, o questionário desta investigação foi igualmente administrado por correio. Por outro lado, a sua administração foi, sobretudo, feita em *Web sites* identificados no Portal das Comunidades Portuguesas ou em alguns portais eletrónicos destinados exclusivamente aos emigrantes portugueses e difundido nas próprias associações de emigrantes portugueses, nas entidades oficiais a eles associadas e (durante dois meses consecutivos) pela rádio e televisão portuguesa internacional, cujo público-alvo é a população deste estudo. O facto dos emigrantes portugueses serem um dos principais mercados dos artistas (de música portuguesa) que se disponibilizaram a colaborar neste estudo, situação evidenciada pelo *boom* de respostas obtidas após a colocação do anúncio do questionário no mural das suas Páginas oficiais no *Facebook* (ver secção 5.9), bem como ainda a administração do questionário nas Páginas de grupos de emigrantes no *Facebook* e em outras, sobretudo relacionadas com o tema Portugal (ou com maior número de fãs), permitiram igualmente maior controlo sobre a amostra obtida e por isso mais próxima da população.

Um outro problema mencionado por alguns investigadores é a existência de dados que revelam que os participantes voluntários divergem dos não voluntários em termos das variáveis de personalidade, comportamento sexual e atitudes (ver por exemplo Bogaert, 1996; Coye, 1985; Dollinger e Frederick, 1993; Morokoff, 1986; Strassberg e Kristi, 1995, citado por Hewson et al, 2003), bem como ainda o desconhecimento do número e tipo de



pessoas que veem o anúncio do estudo. Neste âmbito, Hewson et al (2003) argumentam que a colocação de um estudo num *Web site* para participantes voluntários pode resultar na sobre representação de aditos e utilizadores frequentes da internet. Os mesmos investigadores argumentam que uma das formas de contornar este problema será através da obtenção de amostras grandes e da contagem do número de utilizadores que viram o anúncio, pelo número de entradas no respetivo *Web site* durante o período de exposição.

Contudo, a contagem do número de entradas nos *Web sites* que administraram o questionário, como por exemplo nas publicações digitais (ver secção 6.4), não era exequível dada a situação do patrocínio que, à partida, induziria a alguma resistência por parte dos respetivos administradores/diretores por esse esforço adicional. A administração do questionário nessas publicações digitais afigurava-se fundamental, não só porque foram selecionadas segundo os países de maior emigração portuguesa (a partir de 1960 e de 1985 até à atualidade), como também permitia testar uma das hipóteses nucleares da investigação associada a uma identidade cultural entre os emigrantes portugueses. Para além disso, embora o *Facebook* permita conhecer alguns dados estatísticos das Páginas de Fãs, como o número de visualizações por dia/semana/mês e os domínios externos principais de referência que enviam tráfego para a Página, não podia garantir que as mesmas pessoas que visualizavam a Página preenchiam o questionário. Do mesmo modo, não permitia conhecer com rigor outros dados estatísticos de que dispõe, nomeadamente o sexo, a idade, a origem (país e cidade) e o idioma, uma vez que o conhecimento destas variáveis só é possível para as pessoas que “gostam” da Página, excluindo assim os participantes que tivessem preenchido o questionário mas que, intencionalmente ou não, não tivessem ficado fãs da Página (ver anexo 3).

Neste âmbito, a extrapolação para pesquisas anteriores que utilizaram populações, procedimentos e ajustes experimentais diferentes viabiliza o argumento de que os dados recolhidos dos utilizadores da internet são tão úteis como os dados recolhidos das populações “tradicionais” (Smith e Leigh, 1997). Neste caso, ao ter-se tomado em consideração o elevado índice de respostas obtidas neste estudo (5157 questionários preenchidos válidos), que permitiu reunir uma amostra significativamente grande e minimizar o risco de enviesamento, bem como o questionário concebido ter sido

igualmente administrado por correio, a comparação com os resultados de estudos anteriores tonou-se desnecessária. Não obstante, neste estudo considerou-se igualmente que as amostras retiradas da internet apresentam características demográficas semelhantes a outras populações logo, as amostras da internet também são representativas (ver Smith e Leigh, 1997).

Por outro lado, a administração do questionário pela internet também apresenta outras limitações, nomeadamente o mesmo usuário poder aceder ao questionário repetidas vezes; o tempo de reação à resposta por parte dos inquiridos; a segurança na internet; a possibilidade de introdução de vírus ou dos próprios questionários serem considerados pelos recipientes como *spam* e, conseqüentemente, eliminados; a possibilidade de respostas fictícias, como resultado da atividade de *hackers* (Jennings, 2010; Malhotra, 2006; McDaniel e Gates, 2003; Sheehan, 2002; Smith e Leigh, 1997). No entanto, segundo McDaniel e Gates (2003) alguns destes problemas podem ser contornados através da seleção e convite de determinados inquiridos para visitar o *Web site* onde o estudo se encontra. Neste caso, o estudo é inserido num local oculto na rede e protegido por uma senha, sem que os usuários da rede que não tivessem sido convidados a participar conseguissem o acesso a esse local (McDaniel e Gates, 2003). A atribuição de uma única *password* a cada sujeito através do seu endereço de e-mail iria prevenir o mesmo indivíduo de pedir uma nova *password* (McDaniel e Gates, 2003; Smith e Leigh, 1997).

Esta situação, contudo, não era possível por não haver acesso aos *e-mails* dos emigrantes portugueses devido à lei de proteção dos dados pessoais. No entanto, como já o referimos, o questionário foi igualmente administrado por correio, o que permitiu inquirir os emigrantes que, eventualmente, não utilizam ou não têm acesso à internet. O facto de tratar-se de um questionário com alguma extensão, implicando a disponibilidade de 20 minutos para o seu preenchimento, e ter sido elaborado de forma a poder-se desistir a qualquer momento, sem que se tenha chegado ao final do seu preenchimento, contribuiu para reduzir o risco de fraude por parte dos sujeitos. Isto porque, considerámos por um lado que o interesse em participar e em responder a todas as questões do questionário reduz a fadiga durante o seu preenchimento e que, por outro lado, será sempre maior para aqueles que estão realmente interessados no tema. Em relação ao tempo de reação à resposta, tal

como referimos antes, o anúncio do estudo e do respetivo prazo de participação, durante dois meses consecutivos, pela rádio e televisão portuguesa internacional, bem como pela publicação de uma notícia em várias publicações digitais, permitiram ultrapassar esta limitação.

Por outro lado, a carta de apresentação que acompanhou o questionário tentou transmitir segurança entre os participantes ao dar-lhes conhecimento de que o estudo era financiado e desenvolvido por duas entidades idóneas, com credibilidade ao nível nacional e internacional, bem como garantir o anonimato e a confidencialidade no tratamento dos dados. O facto de o questionário ter sido administrado em *Web sites* credíveis, sobretudo de entidades oficiais e de publicações nacionais, regionais e exclusivamente dirigidas à comunidade portuguesa no estrangeiro (ver secção 5.4), em vez de um local propositadamente criado na rede apenas para a sua administração, contribuiu igualmente para aumentar a segurança na participação de um estudo através da internet. Considerando ainda que, a base de dados estava sob a exclusiva gestão do departamento de informática da Universidade de Aveiro, bem como que o único endereço de *e-mail* divulgado e utilizado para contacto estava associado a esta entidade de ensino superior, os problemas relacionados com a introdução de vírus ou o questionário poder ser considerado pelos recipientes como *spam* foram minimizados.

Finalmente, em relação à eventualidade de respostas fictícias por parte dos inquiridos, destaca-se que, em alguns momentos do questionário houve a preocupação de escrever duas versões da mesma pergunta, com palavras diferentes e separadas, para se estimar a consistência das respostas dadas à pergunta. Deste modo, a correlação entre as respostas dadas às duas versões da pergunta apresenta uma estimativa do coeficiente de fiabilidade (ver por exemplo perguntas 15 e 16 do questionário). Contudo, dado tratar-se de um questionário com uma extensão de doze páginas e pretender-se recolher uma amostra tão grande quanto possível, inviabilizou poder-se testar a fiabilidade de todas as perguntas para não comprometer o índice de resposta. Assim sendo, para efeitos de análise, os casos de respostas sem sentido foram anulados e quando recorrentes no mesmo questionário seria considerado inválido.

Nos anos 80 emergiu uma nova plataforma tecnológica que alterou fundamentalmente a área dos negócios, designada de *Web social*, que inclui o *Facebook*, *Twitter*, *LinkedIn*, *MySpace*, *Renren* (na China), *Mixi* (no Japão), *Odnoklassniki* (na Rússia), entre outras redes sociais (Shih, 2011). Neste âmbito, o *Facebook* tem 500 milhões de membros ativos, que fazem dele o *site* com a maior rede social em termos de número de utilizadores e tempo despendido no *site*; pode funcionar como *Web site* das empresas; tem a capacidade inicial de gerar tráfego; permite que as pessoas continuem a regressar à Página; encoraja os clientes existentes a encontrar outros clientes; oferece a oportunidade de aprender com eles; permite promover produtos, serviços e enviar mensagens; é gratuito; permite usufruir dos benefícios do “passa palavra” (inerente à *Web social*), pelo “efeito de onda”; e o único custo associado advém do tempo despendido com a manutenção da Página; sendo orientado para as relações pessoais e profissionais, apresenta oportunidades únicas para negócios; embora o *site* seja sobretudo popular entre os estudantes de ensino superior e os recém graduados os seus utilizadores incluem qualquer grupo demográfico (ver Shih, 2011).

O *Google Buzz* é uma tecnologia mais recente e também com bastante potencial, já que abrange uma série de pessoas, recursos, dados e faz uma distribuição instantânea para mais de um bilião de utilizadores das suas propriedades e aplicações na *Web* (Shih, 2011). No entanto, segundo Shih (2011) ainda é demasiado cedo para que a maioria dos negócios se focalize no *Google Buzz*. Assim sendo, os *sites* de redes sociais permitem uma ótima base de contactos para a gestão das relações pessoais e profissionais. Atendendo aos objetivos traçados nesta investigação, o *Facebook* foi outra forma encontrada para administrar o questionário, no sentido de conseguir recolher informação do maior número possível de emigrantes portugueses. A sua preferência comparativamente a outras redes sociais, como por exemplo o *Twitter* ou o *LinkedIn*, deve-se não só ao facto de ser o maior *site* de rede social em termos de magnitude, tendo ultrapassado o *Google* enquanto o *site* com mais tráfego da internet, mas fundamentalmente à confiança do utilizador e ao seu nível de envolvimento.

Apesar de as políticas de privacidade do *Facebook* permitirem limitar intencionalmente o acesso de determinadas pessoas/perfis e a programação avançada dos *interfaces* da sua

plataforma estar em constante mudança, não tiveram qualquer influência negativa neste estudo. Isto porque, por um lado a configuração das políticas de privacidade utilizada nunca impediu que a população deste estudo conseguisse facilmente visualizar e preencher o questionário. Por outro lado, a única aplicação de que dispunha a Página do projeto - “os amigos do projeto” - relativa aos logótipos e fotografias de todas as entidades, oficiais e não oficiais, que deram apoio na divulgação e/ou administração do questionário, tinha uma função meramente informativa e apelativa. Por uma questão de segurança, o *link* do questionário foi inserido com a respetiva informação em todas as componentes da Página, sem recorrer às aplicações do *Facebook*.

Destaca-se ainda, que salvo as notificações relativas ao prazo de participação, não foram partilhadas quaisquer atualizações de estado, ofertas especiais, vídeos, eventos, e/ou aplicações tendo em conta que, ao motivar as mesmas pessoas a regressarem à Página, correr-se-ia o risco dos mesmos inquiridos participarem mais do que uma vez no estudo. Embora a utilização destas funcionalidades do *Facebook* e a interação com os participantes na própria Página tivesse permitido atrair ainda mais pessoas para participarem no estudo, e também eventualmente evitar que cancelassem os “gostos” (ver Shih, 2011), o objetivo principal era que o maior número possível de participantes respondesse a um questionário evitando-se, por isso, qualquer ambiente propício à situação semelhante de uma entrevista.

## 5.6 Memória descritiva do questionário

Tomando em consideração os objetivos desta tese (ver secção 5.3), foi possível construir um questionário padronizado (estudo piloto), no sentido de conseguir avaliar as opiniões/attitudes dos emigrantes portugueses relativamente ao seu potencial regresso, investimento e emprego no setor do turismo nos seus locais de origem, em Portugal. A inclusão de cada item no questionário constituiu uma hipótese, ou parte de uma hipótese, uma vez que se pretendeu que cada resposta fosse significativa para o problema central (Finn et al, 2000). O objetivo inicial da primeira parte do questionário foi conseguir captar o interesse dos inquiridos e demonstrar que o questionário trata do assunto mencionado na carta de apresentação. Os livros publicados por Bell (2010), Finn et al, (2000), Good e

Hatt, (1979), Hill e Hill, (2000), Jennings, (2010), Leite, (1974), MacDaniel e Gates, (2003), Mattar, (2007), Ritchie e Goeldner, (1994) permitiram fornecer linhas orientadoras para a sua estrutura.

A primeira parte do questionário deve informar os inquiridos sobre o propósito do estudo, de que forma os resultados serão usados, a importância das suas respostas e o grau de anonimato e de confidencialidade com que os dados irão ser tratados (Finn et al, 2000). Toda esta informação foi incluída numa carta de apresentação. Na carta de apresentação deste estudo procurou-se fundamentalmente dar apenas informação que favorecesse uma melhor cooperação no preenchimento do questionário. Assim sendo, fez-se um pedido de cooperação para o seu preenchimento, uma declaração de que a informação fornecida seria tratada confidencialmente, e que o relatório sobre os resultados da pesquisa não iria identificar as pessoas individuais que forneceram a informação solicitada no questionário e referiu-se o objetivo geral da investigação. Uma vez que o questionário pretendia apenas medir opiniões e atitudes, fazendo parte de uma investigação académica, a inserção do logótipo da universidade, onde a investigação estava a ser desenvolvida, e da entidade que financiou o projeto, quer na carta de apresentação, quer no questionário, teve como objetivo acentuar a independência do investigador.

Na carta de apresentação destacou-se os destinatários que deveriam preencher o questionário, a sua natureza anónima e informou-se sobre o tempo necessário para o seu preenchimento. Os questionários respondidos pelos próprios informantes não devem, geralmente, exigir mais de 30 minutos para serem preenchidos, sendo mesmo preferível um período mais curto (Good e Hatt, 1979). Embora esta investigação considere um conjunto significativo de hipóteses a serem testadas empiricamente, procurou-se construir um questionário que não fosse demasiado extenso e dar uma estimativa realista do tempo necessário aos inquiridos (20 minutos). Para além disso, ao longo do questionário houve a preocupação de dar instruções novas sempre que se mudava a forma da pergunta.

O questionário foi dividido em cinco partes: parte I, que contém um grupo de questões que tinham por objetivo analisar e descrever algumas características dos emigrantes e das suas residências nos locais de origem, em Portugal (análise descritiva); parte II, exclusivamente

destinada aos emigrantes portugueses que construíram residência de raiz no local de origem, onde se pretendia analisar se a consideram como a sua “primeira” casa e uma manifestação da sua identidade, com vista à futura ativação patrimonial e exploração turística; parte III, que aborda um grupo de questões fundamentais que tinham como objetivo avaliar a propensão dos emigrantes portugueses para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo, nos seus locais de origem, em Portugal; parte IV, exclusivamente destinada aos emigrantes do sexo feminino, no sentido de avaliar até que ponto as condições objetivas das residências construídas de raiz pelos emigrantes portugueses nos seus locais de origem, bem como o regresso e fixação da “nova geração” de emigrantes poderão contribuir para a reorganização familiar e para a melhoria da relação homem-mulher nesses locais; e parte V relativa à solicitação de informação sobre os dados pessoais dos emigrantes (análise descritiva).

Foi referido que a parte I do questionário incluía questões estritamente relevantes que pretendiam por um lado, recolher informação acerca de algumas características dos emigrantes, tais como o ano, país e duração da emigração, concelho de origem e da sua residência em Portugal (análise descritiva). Estas questões foram colocadas logo no início do questionário com o intuito de “quebrar o gelo” e testar se H1) os emigrantes que emigraram a partir de 1985 (pergunta 1); H2) sobretudo para países de língua oficial portuguesa e onde o ensino da língua portuguesa é obrigatório ou é ensinado em escolas (pergunta 2); H3) com tempo de permanência menos prolongado no país de emigração (até 9 anos) (pergunta 3); e H4) oriundos dos concelhos com menor índice de centralidade de Portugal (pergunta 4) revelam-se mais recetivos para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal.

No capítulo 2 identificámos três ciclos da emigração portuguesa e o terceiro e último ciclo, que se iniciou por volta de 1985, encontra-se ainda em curso, e assume um carácter mais sazonal, retomando como destino preferencial a Europa. No entanto, os dados mais recentes dos últimos três anos disponíveis evidenciam maiores fluxos de entradas de portugueses, por ordem descendente, nos seguintes países: Angola, Suíça, Reino Unido, Espanha, Alemanha, Luxemburgo, Bélgica, Holanda, Chile, E.U.A., Brasil e Canadá (Observatório da Emigração, 2011). No capítulo 3 argumentámos que os efeitos da

globalização têm vindo a atenuar as diferenças que existiam inicialmente entre o padrão da emigração Europeia e da emigração para as Américas, já que a maior proximidade e acessibilidade à terra de origem, oferecida por avanços tecnológicos, estão a transformar a relação que o emigrante tem com o país de acolhimento (ver Beswick, 2005). Assim, embora no passado a emigração transoceânica (até à década de 60) tenha assumido um carácter mais definitivo, aquela suposição (H2) justifica-se pelo facto de pressupormos que os fluxos atuais de emigração continuam a ser sazonais.

Supôs-se igualmente, que aqueles emigrantes que nunca deixaram de ter contacto com a língua portuguesa nos países de emigração, porque também é a língua oficial ou porque é de ensino obrigatório ou é ensinada nas escolas, são os que se revelam mais recetivos para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal. De acordo com a Wikipédia (2011) a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (sigla CPLP) consiste nos oito países independentes que têm o português como língua oficial: Angola, Brasil, Cabo Verde, Timor Leste, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Segundo a mesma fonte, a Guiné Equatorial fez um pedido formal de adesão plena à CPLP em junho de 2010 e deve adicionar o português como terceira língua oficial (ao lado do espanhol e do francês) já que esta é uma das condições para entrar no grupo.

O português é também uma das línguas oficiais da região administrativa especial chinesa de Macau (ao lado do chinês) e de várias organizações internacionais, como o Mercosul, Organização dos Estados Ibero-Americanos, a União de Nações Sul-Americanas, a Organização dos Estados Americanos, a União Africana e da União Europeia (Wikipédia, 2011). O ensino obrigatório do português nos currículos escolares é observado no Uruguai e na Argentina. Outros países onde o português é ensinado em escolas ou onde o seu ensino está sendo introduzido agora incluem Venezuela, Zâmbia, Congo, Senegal, Namíbia, Suazilândia, Costa do Marfim e África do Sul (Wikipédia, 2011).

Por outro lado, o facto dos tempos de permanência mais prolongados (superiores a 9 anos) serem mais frequentes para aqueles que regressam já na idade da reforma (ver por exemplo Silva et al, 1984) e os agentes do desenvolvimento turístico contemplados nesta tese serem os emigrantes da “nova geração”, foi o argumento que contribuiu para a formulação da



hipótese 3. No capítulo 3 argumentámos, que a duração da ausência deve ser suficientemente longa para que o emigrante consiga absorver conhecimento e experiência e suficientemente pequena para que regresse com força e energia para utilizar as novas capacidades e atitudes (ver Bovenkerk, 1974, citado por King, 1986). Considerando-se ainda o facto da generalidade dos estudos evidenciar que cerca de 90% dos emigrantes portugueses dizem ter regressado para a mesma freguesia onde viviam antes de emigrar (ver capítulo 3), bem como a relação entre os concelhos com maior percentagem de emigrantes portugueses e os concelhos com menor índice de centralidade em Portugal, deu origem à formulação da hipótese 4.

Por outro lado, a parte I do questionário também inclui questões que pretendem recolher informação sobre as características das residências dos emigrantes no local de origem (análise descritiva), nomeadamente o número, tipologia e ano de construção. Neste sentido, as respostas atribuídas às perguntas 5-9 vão permitir testar se H5) os emigrantes que possuem residência em Portugal H6) em maior número; H7) uma das quais num concelho com menor índice de centralidade; H8) com maior número de quartos; e H9) cuja construção foi realizada até julho de 2009 revelam-se mais recetivos para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal. Isto porque, se supõe que o facto de serem proprietários de várias residências em Portugal, uma das quais no concelho de origem e com maior número quartos dispõem, à partida, de mais condições e de capacidade para poderem habitar e eventualmente alugar quartos a turistas.

No capítulo 3 argumentámos também que o fraco peso das normas que regulamentaram a construção em Portugal, resultado da vigência do D.L. n.º 73/73, de 28 de fevereiro, posteriormente revogado pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, permitiu a manifestação de diferentes elementos estéticos nas residências construídas de raiz pelos emigrantes portugueses. Deste modo, o facto das residências com potencial valor patrimonial serem as que se enquadram no período de construção que decorreu até à publicação dessa nova Lei, levou também à suposição de que os seus proprietários são os que mais facilmente poderão revelar-se mais recetivos para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal, uma vez que poderão explorá-las turisticamente dado o seu valor patrimonial adicional.

A parte II do questionário consiste essencialmente em conhecer como os emigrantes portugueses classificam a residência que construíram no local de origem e, sobretudo, se esta se constitui como uma manifestação da sua identidade cultural. O conteúdo da pergunta introdutória (10) é atraente e não controverso, permitindo ao mesmo tempo testar se H10) os emigrantes portugueses consideram a residência que construíram de raiz no seu local de origem, durante a emigração, como a sua “primeira” casa. A construção de uma residência no local de origem foi sempre a prioridade de aplicação das suas poupanças pelo desejo que sentem de enraizamento, contrariado pela dispersão própria da emigração (ver capítulo 3). A parte II do questionário aborda de seguida um grupo de questões que têm como objetivo analisar se os emigrantes portugueses têm uma identidade cultural manifestada na construção de residências de raiz no local de origem, constituindo-se assim como potencial património cultural. Neste questionário, procurou-se que as questões referentes ao mesmo assunto fossem colocadas juntas, de forma a facilitar os inquiridos a responderem mais facilmente e a verificar a consistência das suas respostas.

Deste modo, ao reconhecer que o elemento determinante que define o conceito de património é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade, como por exemplo na arquitetura (ver Fonte, M. e Ranaboldo, C.; 2007; Silva, E., 2000; Silva, L., 2008), na pergunta 11 pretendeu-se testar se H11) as residências construídas de raiz pelos emigrantes portugueses, nos seus locais de origem, lhes conferem um sentimento de identidade que os diferencia culturalmente dos demais. No capítulo 3 argumentámos que as comunidades portuguesas, no seu conjunto, têm-se associado com o intuito de luta contra o risco de perderem a sua identidade e que as associações, constituídas na base da nacionalidade e mesmo em termos regionais (de origem), têm sido uma das estratégias procuradas para o fazer. Neste contexto, nas perguntas 12 e 13 coloca-se a hipótese de que H12) as associações de emigrantes estabelecidas nas sociedades de acolhimento têm sido uma das estratégias de luta dos emigrantes contra o risco de perderem a sua identidade de origem.

Considerando que a questão do reconhecimento da identidade cultural é o elemento determinante para que as residências dos emigrantes portugueses possam, no futuro, vir a ser classificadas como património cultural procurou-se, que os respetivos itens, que exigem

muita ponderação, não surgissem no início, nem muito no fim do questionário para evitar o período de fadiga do inquirido. Deste modo, a informação recolhida através das perguntas 14 e 15 permitirá corroborar ou refutar a hipótese de que H13) a experiência da emigração não contribuiu para que os emigrantes portugueses rejeitassem a sua identidade cultural. Esta suposição surge na sequência do debate desenvolvido no capítulo 3, de que o processo de aculturação dos emigrantes portugueses permitiu-lhes integrarem-se, com maior ou menor sucesso, nos países e cidades de acolhimento sem renunciarem à sua identidade cultural.

De acordo com Leite (1974) a resposta simples de sim-não (e outras dicotómicas semelhantes) é adequada para muitas perguntas que se referem a questões de facto, bem como a problemas claros e a respeito dos quais existem opiniões bem cristalizadas. No entanto, mesmo em perguntas diretas é desejável incluir uma resposta intermediária (Leite, 1974). Existe um grupo de investigadores que, por um lado, argumenta que a inclusão desse tipo de resposta é às vezes considerada desaconselhável porque apresenta uma fuga fácil e atraente para pessoas que não desejam exprimir uma opinião definida. De outro lado, existem aqueles que referem que a imposição de duas categorias extremas às respostas tende a provocar dificuldades para muitas pessoas e a apresentar resultados que são menos realistas e mais enganadores do que ocorre quando se prevê uma resposta intermediária. Uma série graduada de possibilidade de respostas frequentemente dá, ao investigador, uma informação adicional ou mais exata que uma resposta dicotómica e apresenta a pergunta de modo mais adequado e aceitável para a pessoa que responde (Leite, 1974; MacDaniel e Gates, 2003).

Na pergunta 14 optou-se por utilizar uma escala de respostas de escolha múltipla com três gradações. Embora a opção “NÃO SEI/NÃO RESPONDO”, ou categoria neutra, possa ser uma “saída fácil” para os inquiridos “preguiçosos” força até mesmo aqueles sem informações sobre o objeto a dar opinião (MacDaniel e Gates, 2003:310). No sentido de ultrapassar o problema das respostas dos inquiridos indecisos ou sem opinião sobre a sua verdadeira identidade, na pergunta (15) imediatamente a seguir o investigador apresenta, através de uma *checklist*, um número de categorias a partir das quais os inquiridos poderão seleccionar um número limitado ou ilimitado de categorias relevantes, bem como

acrescentar qualquer outra que entendam ser necessário identificar e não tenha sido mencionada no questionário.

Neste âmbito, a análise de alguns estudos de caso sobre as comunidades portuguesas instaladas nos países que, a partir dos anos sessenta, acolheram maior número de emigrantes portugueses, contribuiu para o levantamento de uma série de variáveis, cuja influência se pretende testar no sentido de identidade dos emigrantes portugueses. Estas variáveis foram introduzidas pelas categorias apresentadas na pergunta 16. Por último, reconhecendo que o turista pretende contactar com espaços apazíveis e que há uma elevação significativa do nível de exigências e de conforto das residências construídas de raiz pelos emigrantes portugueses, comparativamente à sua casa de origem (ver capítulo 3), conduziu a que parte II terminasse com uma pergunta (17) com o objetivo de testar se H14) as residências construídas de raiz pelos emigrantes no seu local de origem têm valor patrimonial.

A parte III do questionário aborda de seguida um grupo de questões fundamentais ao tema central desta tese, pelo facto de argumentarmos que, o potencial regresso e fixação da “nova geração” de emigrantes podem contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável nos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal (ver capítulos 1-4). Por argumentarmos que a “nova geração” de emigrantes são os agentes deste desenvolvimento, justificou que o preenchimento da parte III seja destinado exclusivamente a emigrantes com idade entre os 18-39 anos (ou casados). Estes critérios basearam-se no documento metodológico das estatísticas demográficas do INE que considera a maioridade da população aos 18 anos (ou o casamento como emancipação) e a metade mais jovem da população em idade ativa até aos 39 anos.

Ao colocarmos também a hipótese de que as associações emigrantes portuguesas estabelecidas nas sociedades de acolhimento têm sido uma das suas estratégias para manterem viva a sua identidade, é igualmente provável que H15) os contextos de sociabilização nessas associações também tenham contribuído para que a “nova geração” de emigrantes pretenda regressar e fixar-se no local de origem. E é este argumento que procuramos testar através das perguntas 19-20. À semelhança da estrutura seguida na parte

II do questionário, pretendeu-se na parte III construir interesse e comprometimento logo de início para motivar os inquiridos a concluir o questionário (perguntas 17-20). Deste modo, reconhecendo o desejo dos emigrantes de regresso às suas origens manifestado, em parte, pela nova estratégia de migração-circulação (ver p. ex. Rato, 2001) através das perguntas 21-22 pretendeu-se testar se H16) os emigrantes da “nova geração” desejam regressar e fixarem-se na sua terra natal, bem como se H17) há um conjunto de fatores que influenciam essa decisão.

As perguntas 23-24 da parte II pretendem recolher informação sobre se H18) a residência que a “nova geração” de emigrantes possui em Portugal tem características patrimoniais, bem como ainda se H19) aprovaria a possibilidade de aí alugar unidades de alojamento ao beneficiar de isenção de Imposto Municipal Sobre Imóveis. Isto porque, coloca-se a hipótese de que os benefícios financeiros e o ambiente turístico são suficientes para motivar a “nova geração” de emigrantes a alugar unidades de alojamento na residência que possui em Portugal e esbater as desvantagens associadas (ver capítulo 3). De acordo com a legislação nacional em vigor os detentores de bens culturais beneficiam de apoio técnico e financeiro e de incentivos fiscais atribuídos pela legislação tributária, nomeadamente pela isenção do Imposto Municipal Sobre Imóveis (ver Estatuto dos Benefícios Fiscais aprovado pelo Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho com última alteração pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril). Do mesmo modo, o Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de junho, cria o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, abreviadamente designado por Fundo de Salvaguarda, no âmbito do Ministério da Cultura, que se destina a financiar medidas de proteção e valorização em relação a imóveis, conjuntos e sítios integrados na lista do património mundial; bem como a bens culturais classificados, ou em vias de classificação, como de interesse nacional ou de interesse público em risco de destruição, perda ou deterioração (artigo 3º).

Por outro lado, no capítulo 3 defendemos que o movimento emigração-regresso em Portugal, salvo na sua fase inicial (a partida), apresenta várias potencialidades em termos de desenvolvimento local, uma vez que os emigrantes dirigem-se preferencialmente para as regiões de origem, que são as áreas “rurais” carenciadas, e podem regressar com formação e experiência laboral, bem como com capital financeiro e social (ver p. ex. OCDE, 2008).

É este o objetivo da pergunta 25, ou seja, testar se H20) os emigrantes da “nova geração” poderão constituir-se como potenciais agentes do desenvolvimento turístico sustentável dos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal, pela H20.1) experiência profissional; H20.2) formação profissional e H20.3) formação académica na área da hotelaria e/ou turismo obtida durante a emigração. Esta informação será complementada mais à frente nas perguntas 26 e 27, quando se coloca a hipótese de que H21) os emigrantes gostariam de investir no setor do turismo em Portugal. O facto de aí terem pelo menos uma residência, com ou sem características patrimoniais (perguntas 23 e 5), levou a que também se supusesse que H22) revelam preferência para investir em serviços de residência secundária por conta própria ou gratuita no sentido da sua exploração turística.

As perguntas que se seguem na parte III procuraram medir a opinião da “nova geração” de emigrantes relativamente ao seu potencial emprego no setor do turismo em Portugal. Neste sentido, nas perguntas 28-29 pretendeu-se testar se H23) os emigrantes da “nova geração” desejariam ter um emprego no setor do turismo em Portugal em função de uma série de variáveis identificadas. No capítulo 4 argumentámos que os valores pessoais dos residentes influenciam as suas atitudes relativamente ao desenvolvimento do turismo sustentável (ver Williams e Lawson, 2001). Neste âmbito, Nunkoo e Ramkissoon (2009) identificam alguns desses valores, os quais pretendeu-se igualmente testar. Assim, ao argumentarmos nesta tese que o potencial regresso da “nova geração” de emigrantes pode contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável em Portugal, na pergunta 30 pretende-se testar se H24) o emprego no setor é uma alternativa desejável às ocupações tradicionais devido à influência de cada um conjunto de fatores apresentados.

O facto de argumentamos também que H25.1) a grande maioria das residências construídas de raiz pelos emigrantes nos locais de origem conserva a organização “rural” das casas da região, com horta, pomar e latadas nos lados e traseiras da casa; que H25.2) existe uma excessiva fragmentação da propriedade no norte e centro do país, fazendo com que alguns emigrantes possuam várias terras dispersas pela aldeia; que H25.3) a agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, é uma das atividades mais praticadas não só quando regressam aos locais de origem mas também, quando possível, nos locais de acolhimento; que H25.4) geralmente os emigrantes recorrem a técnicas agrícolas simples e não

empregam inseticidas; bem como ainda que H25.5) a agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, é um suplemento substancial para o rendimento justificou a hipótese de que H25) o turismo será a principal atividade desenvolvida pela “nova geração” de emigrantes e a agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, funcionará como atividade complementar. Esta suposição irá ser testada na pergunta 31.

Por outro lado, ao considerar a existência de uma época baixa no setor do turismo (ver capítulo 4) e a possibilidade do rendimento dos potenciais promotores turísticos poder ser complementado com um apoio do Estado, pelo “desemprego” na época baixa, coloca-se ainda a hipótese de que H26.1) o facto de se obter mais rendimento estando-se ativo economicamente; combinado com H26.2) a possibilidade de conciliar a atividade turística com outra atividade económica, pelas maiores oportunidades de emprego impulsionadas pelo turismo no local de origem, bem como ainda H26.3) a idade ativa são fatores que influenciam a “nova geração” de emigrantes a optar por estar ativa economicamente no mercado laboral durante todo o ano (ver pergunta 32).

No entanto, no capítulo 4 argumentámos que a sazonalidade do turismo não é um fenómeno exclusivo desta atividade económica e que o seu impacto poderá ser percebido como positivo ou negativo, dependendo da perspetiva tomada pelos *stakeholders*. Neste âmbito, destacámos que a flexibilidade laboral é considerada como parte da solução para os problemas de emprego, económicos e até sociais na Europa e que as empresas (grandes ou pequenas) do setor público, do setor privado e os grupos voluntários procuram cada vez mais o trabalho flexível como solução (ver Murphy, 1996). Deste modo, na pergunta 33 coloca-se a hipótese de que H27) atendendo à sazonalidade do turismo, a flexibilidade laboral será uma opção pretendida pela “nova geração” de emigrantes nos seus locais de origem devido a um conjunto de fatores identificados.

As perguntas da parte IV do questionário destinam-se exclusivamente aos emigrantes do género feminino pelo facto de argumentarmos que os homens e as mulheres não beneficiam de igual modo do desenvolvimento do turismo sustentável nas suas comunidades (ver capítulo 4). Neste sentido, nas perguntas 35-37; 39-42 pretendemos testar se H28) as condições objetivas da residência construída de raiz em Portugal pelos

emigrantes portugueses, bem como H29) o regresso e a fixação da “nova geração” de emigrantes contribuem para que a mulher reivindique o lugar social que deseja assumir no interior da habitação, no emprego e na sociedade em geral. H30) A exploração turística das residências dos emigrantes em Portugal poderá igualmente contribuir para remunerar o trabalho não pago, sobretudo o trabalho doméstico, quase sempre conduzido por mulheres e combinar as atividades reprodutivas com as produtivas, aumentando assim o seu rendimento, estatuto e direitos no local de trabalho, bem como ainda melhorando a sua posição no interior da residência e da sociedade em geral (pergunta 38).

Os tópicos embaraçosos como os dados pessoais (Finn et al, 2000) dos emigrantes foram introduzidos no final do questionário (parte V). Segundo McDaniel e Gates (2003) a colocação desses tópicos no final do inquérito garante que a maioria das perguntas tenha sido respondida antes que os inquiridos reajam defensivamente ou interrompam o seu preenchimento. Outro argumento para se colocar as perguntas sensíveis no final é que quando estas forem apresentadas, os inquiridos serão condicionados a respondê-las. Por outras palavras, responder a uma pergunta terá sido uma ação repetida inúmeras vezes, ou seja, o inquiridor faz uma pergunta e o inquirido dá uma resposta. Quando as perguntas potencialmente embaraçosas forem feitas, o inquirido já ficou condicionado a responder (McDaniel e Gates, 2003).

Por outro lado, ao considerar-se o objetivo geral da investigação e a existência de um conjunto de variáveis sociodemográficas que influenciam a atitude dos indivíduos (residentes) em relação ao desenvolvimento do turismo sustentável (ver capítulo 4) nas perguntas 34; 18; 43-44; 47-48, sobre os dados pessoais dos emigrantes, pretendeu-se testar se os emigrantes H31.1) do sexo feminino H31.2) mais jovens; H31.3) com mais habilitações académicas; H31.4) cursos (técnicos ou superiores) na área da hotelaria e/ou turismo; H31.5) atualmente empregados; H31.6) na área dos serviços (turismo), H31.7) sem filhos dependentes; e H31.8) que residem em áreas urbanas/semiurbanas no país de emigração são os que se revelam mais recetivos para o regresso (perguntas 20-21), investimento (perguntas 26-27) e emprego (pergunta 28) no setor do turismo em Portugal.



Reconhecendo também que a maioria do financiamento dos projetos turísticos tem origem no setor privado (Mill e Morrison, 1985), a tendência de uma menor taxa de natalidade entre os emigrantes (ver Poinard, 1983a) aliada à propriedade de residência na sua terra natal conduziu a que se pretendesse igualmente testar (nas perguntas 46 e 49) se H31.9) os emigrantes que dispõem de residência em Portugal com menor número de herdeiros e H31.10) com poupanças suficientes para aí poderem investir num negócio revelam-se mais recetivos para o regresso (perguntas 20-21), investimento (perguntas 26-27) e emprego (pergunta 28) no setor do turismo nos seus locais de origem, em Portugal. Por outro lado, sendo um dos objetivos da investigação analisar se os emigrantes portugueses têm uma identidade cultural, coloca-se também a hipótese de que H33) entre estes são sobretudo H33.1) os que têm mais idade, H33.2) menos habilitações académicas, H33.3) reformados, H33.4) sem filhos dependentes, H32.5) com residência atual em áreas urbanas/semiurbanas e H33.6) com poupanças para poderem investir no local de origem os que mais reconhecem que a emigração não influenciou o seu sentido de identidade (perguntas 18; 43-44; 47-49).

Isto porque, em primeiro lugar, geralmente, só quando os objetivos económicos delineados à partida são atingidos é que os emigrantes regressam à sua terra natal, sendo provável que já tenham mais idade, sejam reformados, reúnam poupanças suficientes para poderem investir e os seus filhos já sejam independentes. Em segundo lugar, ao contrário do que argumentámos sobre a “nova geração” de emigrantes, a larga maioria dos emigrantes portugueses dos anos 30 e 50 eram analfabetos ou não possuíam qualquer grau de escolaridade ou tinham concluído apenas o ensino básico (ver por exemplo Baganha e Góis, 1999) e, nesse sentido, é muito provável que ainda hoje tenham menos habilitações académicas. Em terceiro lugar, de uma forma geral o contexto da emigração considerado nesta investigação apoiou-se na procura de melhores condições de vida tendo ocorrido, na maioria dos casos, dos campos para os centros urbanos (ver capítulo 3).

De igual modo, ao pretender-se conhecer as opiniões e atitudes dos emigrantes potenciais promotores turísticos relativamente ao regime de flexibilidade laboral nos seus locais de origem, outro dos objetivos traçados na tese, e reconhecendo a existência de um conjunto de variáveis sociodemográficas que influenciam a atitude positiva dos trabalhadores

relativamente a este regime (ver capítulo 4), coloca-se ainda a hipótese de que são sobretudo H34.1) os emigrantes portugueses em idade ativa (até aos 39 anos de idade) H34.2) com formação pós-secundária, H34.3) atividade profissional no setor dos serviços e H34.4) com filhos dependentes que revela uma atitude mais positiva relativamente ao regime de flexibilidade laboral no seu local de origem (perguntas 34; 18; 43-44; 47). Ao reconhecer uma relação entre o equilíbrio da vida profissional e familiar com o regime laboral flexível (ver capítulo 4), pressupõe-se ainda que os emigrantes com filhos dependentes revelem igualmente uma atitude mais positiva relativamente à flexibilidade laboral.

Destacamos, que apesar de não termos inquirido o grupo dos luso-descendentes, pelas razões que iremos descrever mais à frente neste relatório, o facto de terem sido identificados 292 casos, pelas respostas obtidas na pergunta 4 (concelho onde nasceu), permitiu-nos ainda considerar um terceiro grupo de análise relativo a estes emigrantes indiretos. Estes dados permitiram-nos comparar com os resultados dos estudos publicados por Silva et al (1984) e Gonçalves (2007), que evidenciam que o desejo de regresso e fixação é muito mais evidente nos emigrantes portugueses diretos do que nos luso-descendentes e levantar mais uma hipótese de que H35) a sua propensão para a fixação, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal é significativamente menor do que nos emigrantes diretos.

## 5.7 O estudo piloto

A secção anterior permitiu descrever e justificar a estrutura e as perguntas do instrumento de investigação. No entanto, a exigência de precisão conduziu ainda à necessidade de testar o questionário antes da sua administração. O objetivo de um estudo piloto consiste em descobrir problemas apresentados pelo instrumento de recolha de informação, de modo a que os indivíduos no seu estudo real não encontrem dificuldades em responder (Bell, 1993). O estudo piloto deve envolver a administração do questionário em pequena escala (geralmente 25 questionários são considerados suficientes) a indivíduos semelhantes à população alvo, no sentido de testar a fiabilidade e validade do estudo (Finn et al, 2000). A

fiabilidade do estudo prende-se com a qualidade do questionário e a validade do instrumento com a sua capacidade de medir o que é pretendido. Neste âmbito, um aspeto crucial é que as perguntas sejam compreendidas por todos os respondentes, ou seja, que tenham apenas um único significado para todos (Finn et al, 2000). Numa primeira fase, o estudo piloto foi realizado durante as férias da Páscoa, na freguesia de Murçós do concelho de Macedo de Cavaleiros, altura em que alguns dos emigrantes aproveitam para regressar e passar uns dias com os seus familiares e amigos na terra natal.

A principal preocupação consistiu em fazer o contacto e obter a aceitação dos sujeitos para participarem no estudo piloto. Assim, na primeira fase, a facto de a inquiridora ter uma ligação de amizade com uma família de emigrantes portugueses não só facilitou a abordagem e a participação no estudo piloto, como também o acesso e a participação de outras famílias de emigrantes, permitindo reunir os primeiros 8 questionários respondidos e testados. Na segunda e terceira fase, a recomendação pessoal de amigos a familiares emigrantes facilitou igualmente o acesso e a participação dos emigrantes portugueses no estudo piloto. Embora tenha havido contacto presencial entre a inquiridora e os inquiridos, a carta de apresentação foi sempre acompanhada do questionário, explicando o propósito, a utilização que iria dada à informação obtida, a confidencialidade e anonimato das respostas. Para a realização deste exercício os emigrantes foram agrupados em grupos de 3-4 pessoas e a inquiridora aplicou o questionário pessoalmente a cada um dos grupos.

Imediatamente após o preenchimento do questionário, os emigrantes foram convidados a falar sobre o tempo que demoraram a preencher o questionário, se tinham compreendido as instruções e as respetivas perguntas (se não, qual/ais e porquê?), qual ou quais as que, eventualmente, se opunham a responder, a omissão de algum tópico importante, se consideravam o formato do questionário atraente, bem como ainda se gostariam de fazer algum comentário. Depois do preenchimento do questionário a conversa em grupo permitiu ainda obter informação relevante para alterar a forma de algumas perguntas ou mesmo eliminá-las. No final, recolheram-se os questionários para analisar as respostas.

A parte I do questionário foi respondida na íntegra pelos inquiridos, embora tenham surgido alguns problemas pela hesitação na resposta à pergunta 1, omissão de alguns países

para os quais emigraram na pergunta 2 e ainda pela incompreensão do significado da palavra “tipologia” na pergunta 8. Deste modo, foram feitas alterações no sentido de excluir as alternativas de resposta nas perguntas 1-2 e de ser o próprio respondente a identificar o ano e os países para onde emigrou, bem como a substituição da palavra “tipologia” por “número de quartos”. Para além disso, a última pergunta da parte I, relativa à possibilidade dos emigrantes alugarem unidades de alojamento na residência construída no local de origem, foi inserida na parte III do questionário para que na análise dos dados se considerasse apenas as respostas dos emigrantes pertencentes à “nova geração”.

Nas partes III e IV do questionário dois problemas emergiram, nomeadamente instruções de filtragem e o tipo de escala utilizada. Em relação às instruções de filtragem foi sugerido, pelos emigrantes com idade mais avançada, a disponibilização do questionário na internet, no sentido de direccionar automaticamente os respondentes para as devidas perguntas e facilitar o preenchimento do questionário. O tipo de escala utilizada na generalidade das perguntas da parte III e IV teve como objetivo medir as opiniões/attitudes dos emigrantes relativamente a hipóteses de resposta ao problema levantado nesta tese. Segundo Mattar (2007:99) “a atitude é uma predisposição subliminar da pessoa na determinação de sua reação comportamental em relação a um produto, organização, pessoa, facto ou situação”. Deste modo, inicialmente utilizou-se escalas de *Likert*, uma vez que existe um consenso entre os investigadores de que as atitudes são geralmente boas preverentes do comportamento das pessoas (ver Mattar, 2007; Ritchie e Goeldner, 1994). Não obstante, para além de permitirem conhecer as opiniões e attitudes dos emigrantes (ver Bell, 2010), são adequadas para um grande número de itens (ver Ritchie e Goeldner, 1994). Contudo, os respondentes evidenciaram dificuldade na compreensão das instruções para assinalarem o seu grau de concordância/discordância (ou de importância) relativamente aos itens apresentados. Neste sentido, a escala de *Likert* foi substituída pela introdução de *checklists*, porque permitem igualmente conhecer as opiniões e attitudes dos emigrantes ao mesmo tempo que facilitam o seu preenchimento (ver por exemplo Veal, 1997).

Segundo Mattar (2007) não há um número predeterminado de categorias, mas geralmente usa-se um mínimo de três e um máximo de sete. Ao usar mais de sete categorias confunde-se os inquiridos sem incrementar a precisão da medição e menos de três inviabiliza

qualquer medição (Mattar, 2007). As escalas de sete categorias são utilizadas apenas para medir situações em que se deseja captar pequenas *nuances* na medição de atitudes (Mattar, 2007). Em termos de custo e de aplicação, Mattar refere que tanto faz utilizar uma escala com três ou cinco categorias, mas uma escala de cinco categorias permite analisar melhor as nuances pró ou contra do que uma de três. Deste modo, ao considerar que quanto maior for a categoria escolhida ou a intensidade da atitude, maior será a força da concordância e mais difícil será a mudança (ver Bell, 2010; Ritchie e Goeldner, 1994), utilizou-se sempre uma escala de cinco categorias para medir as atitudes e opiniões dos emigrantes portugueses. No entanto, a situação do estudo piloto evidenciou, na generalidade dos respondentes, fadiga no preenchimento das respostas com cinco categorias conduzindo, por vezes, ao desinteresse no preenchimento da sua totalidade. Assim sendo, procedeu-se à substituição das cinco categorias por três.

Por outro lado, também foram feitas alterações para clarificar o sentido de algumas perguntas, nomeadamente a substituição das frases “país onde reside” por “país de emigração”; “tem cultura diferente da portuguesa?” por “a sua cultura é portuguesa?”; “rendimento complementar do Estado” por “apoio do Estado”; “irá pretender ter liberdade e autonomia para controlar o próprio horário” por “irá querer controlar o seu próprio horário”. Para além disso, quase todos os respondentes manifestaram dificuldade na interpretação de duas perguntas (17 e 23). Esta situação foi encarada como tendo potencial, para futuros problemas em termos de análise dos dados, a partir do momento em que a comparação entre diferentes respondentes poderia basear-se em diferentes interpretações e consequente enviesamento dos resultados. Deste modo, as perguntas foram reformuladas no sentido de as tornar mais transparentes e de forma a não deixar dúvidas quanto ao seu objetivo. O facto de mencionarmos a palavra “património cultural” levou também à inserção de uma nota com o seu significado, no sentido de evitar diferentes interpretações. Foram ainda adicionados sinónimos de algumas atividades económicas para as quais alguns dos respondentes não sabiam o seu significado, tais como “silvicultura” e “indústria extrativa”. Finalmente, um dos respondentes referiu a necessidade de destacar, numa única secção, as perguntas exclusivamente destinadas aos emigrantes do sexo feminino por tratarem do mesmo assunto facilitando, dessa forma, a sua interpretação e preenchimento.

Em relação à parte IV do questionário houve, por um lado, necessidade de alterar as alternativas de resposta relativamente às habilitações académicas, de forma a torná-las perceptíveis aos emigrantes de qualquer geração, bem como efetuar outras alterações para clarificar o sentido da pergunta, pela substituição da frase “onde reside atualmente” por “onde reside emigrado” e da frase “quantos filhos tem?” por “tem filhos?”, com introdução de uma pergunta filtro para os emigrantes que não têm filhos, e ainda pela inserção da palavra “atual” quando se pergunta a atividade profissional. Por outro lado, todos os respondentes manifestaram o seu desagrado e resistência na resposta às perguntas sobre o rendimento total limpo mensal do agregado familiar e o nível de poupanças de que dispõem atualmente. Deste modo, uma vez que se pretende apenas saber se atualmente os emigrantes têm rendimentos suficientes para poderem regressar e investir no seu local de origem, e não a quantidade de que dispõem, esta pergunta foi reformulada nesse sentido e excluiu-se também a pergunta sobre o montante de rendimento limpo mensal do agregado familiar.

Na segunda e terceira fases do estudo piloto as alterações foram sendo cada vez menos significativas. Os participantes da “nova geração” de emigrantes manifestaram o seu desagrado relativamente à forma como algumas perguntas estavam colocadas, já que os induziam a determinadas respostas. Assim sendo, o sentido destas frases foi reformulado, com o objetivo de excluir qualquer forma de influência ou de parcialidade por parte da inquiridora. Efetuaram-se também algumas alterações para clarificar o sentido das perguntas, pela substituição das palavras “formação académica” por “curso”; “onde reside emigrado” por “local onde reside emigrado”; “país onde resido” por “país de emigração”; “local onde nasceu” por “concelho onde nasceu”; “rendimentos” por “capital”; “querer controlar” por “gostaria de controlar”; “na residência do local onde nasci” por “no interior da residência do local onde nasci” e “incentivos financeiros” por “isenção de Imposto Sobre Imóveis”. Embora tenhamos argumentado nesta tese que o ambiente turístico também contribui para motivar a “nova geração” de emigrantes a alugar unidades de alojamento na sua residência do local de origem, e a atenuar as desvantagens que lhe estão associadas, na pergunta 22 destacámos apenas os incentivos financeiros para não correr o risco de confundir os respondentes na sua interpretação, tornando-a mais clara quanto ao seu objetivo.

Na terceira e última fase, o facto de ter-se anexado uma lista exaustiva com os países do mundo e o respetivo código de identificação conduziu a alguma fadiga e desmotivação logo no início do preenchimento do questionário, levando a que se optasse antes pela sua exclusão e à identificação do país onde estiveram emigrados pelos próprios respondentes. Para além disso, na pergunta 34 procedeu-se à eliminação de um dos itens pelo facto de um participante ter mencionado ser uma repetição da ideia subjacente ao item imediatamente posterior. Finalmente, introduziu-se ainda a opção de resposta “NÃO SEI/NÃO RESPONDO”, ou categoria neutra, nas *checklists* relativas às perguntas 27-31 e 34-35 com o objetivo de identificar os respondentes que não possuem informações sobre o objeto a dar opinião.

### 5.8 As não-respostas

A ausência de resposta constitui um problema devido à probabilidade de as pessoas que não devolvem os questionários diferirem das que o fazem (Scott, 1961, citado por Bell, 1997: 112-113). Apesar do índice de resposta obtido no final do processo da recolha dos dados ter sido muito elevado, o facto de inicialmente termos obtido uma taxa de resposta de 9,32% através dos questionários administrados por correio *ad hoc* levou-nos ainda a dissertar sobre este resultado, apoiando-nos em informação publicada por outros investigadores que utilizaram esta forma de administração do instrumento de investigação. Neste âmbito, Goode e Hatt (1979) argumentam que a adequação do questionário remetido depende do tipo de informação necessária face às exigências do problema da pesquisa, da acessibilidade dos informantes, da precisão da hipótese formulada e do tipo de informante alcançado.

Geralmente, os questionários têm três a quatro páginas e os que exigem mais de 25 minutos para o respetivo preenchimento não são devolvidos implicando, por isso, menor possibilidade de obter uma grande quantidade de dados (Jennings, 2010). No entanto, apesar dos questionários mais extensos (até vinte páginas) reduzirem o índice de respostas, conseguem bons resultados quando o tema da investigação é do interesse do respondente (Jennings, 2010). Dada a quantidade e o tipo de informação que se pretendia obter face aos

objetivos traçados nesta investigação, o questionário concebido dispunha de um total de doze páginas, podia ser preenchido na totalidade por um período máximo de 20 minutos e um dos temas em análise, a emigração-regresso, dizia respeito à experiência individual de todos os respondentes.

Por outro lado, o questionário é eficaz somente quando o informante é capaz ou quer expressar claramente as suas reações (Goode e Hatt, 1979). Embora a entrevista seja considerada a técnica mais adequada para a revelação de informação sobre assuntos complexos, emocionalmente carregados ou para verificar sentimentos subjacentes a determinada opinião apresentada, o facto de o questionário ter garantido o anonimato, sem a presença física de um inquiridor, muito provavelmente levou a que os emigrantes se sentissem mais livres para exprimir as suas opiniões, que possam eventualmente temer ver desaprovadas ou que poderiam colocá-los em dificuldade (ver secção 5.5). Relativamente a esta questão Goode e Hatt (1979) referem que existem dúvidas acerca das respostas dos questionários anónimos serem mais reveladoras, porque a uma boa entrevista pode ser mais profunda e oferece o suporte emocional de um ouvinte simpático, ao lado de auxílio puramente intelectual, e nada disto é obtido quando o informante se defronta com um questionário remetido.

Contudo, tal como argumentámos na secção 5.5, neste estudo, pretendia-se obter respostas sobre um conjunto de factos através do maior número possível de emigrantes portugueses, que se encontram dispersos geograficamente, ao mesmo tempo. Com a aplicação do questionário era possível abranger uma área geográfica de análise mais ampla e obter informação útil de mais pessoas, com menos custos, comparativamente à entrevista individual com cada uma. Consequentemente, a posterior análise de um número significativo de questões fechadas seria relativamente simples e as questões poderiam ser facilmente codificadas. De notar, que entre as hipóteses nucleares da investigação, pretendia-se testar se os emigrantes portugueses têm uma identidade cultural que manifestam na construção de residências de raiz no local de origem, pelo que era necessário alcançar as comunidades portuguesas instaladas nos países de maior imigração portuguesa nas décadas de 30 e 60, com o intuito de demonstrar uma relação entre estas e a sua identidade cultural.



Embora exista também maior flexibilidade na situação da entrevista, pela possibilidade de repetir as perguntas, ou apresentá-las de outro modo para que se possa ter a certeza de que são compreendidas, ou fazer outras perguntas a fim de esclarecer o sentido de uma resposta, a natureza impessoal do questionário, com frases padronizadas, ordem padronizada de perguntas e instruções padronizadas para o registo de respostas assegura certa uniformidade de uma situação de mensuração para outra. No entanto, Leite (1974) alerta que de um ponto de vista psicológico, essa uniformidade pode ser mais aparente que real, uma vez que uma pergunta com frase padronizada pode ter diferentes sentidos para diferentes pessoas, bem como pode ser compreensível para algumas e incompreensível para outras.

Contudo, a situação do estudo piloto contribuiu para que se assegurasse a uniformidade significativa das perguntas do questionário, durante a sua aplicação, a todos os respondentes. Acrescenta-se também, que a análise documental permitiu também a emergência de hipóteses precisas e claras e a simplificação da formulação das perguntas. Não obstante, apesar do entrevistador poder, se desejar, verificar afirmações contraditórias, discutindo diretamente a descrição da pessoa, o questionário em causa também foi estruturado no sentido de verificar a coerência das respostas dadas pelos inquiridos através de grupos de questões, em que cada um aborda o mesmo tema e mede qualquer coisa em comum (ver por exemplo os grupos de perguntas 11-16; 20-21; 28-30; 40-42).

Por último, o facto de o questionário fazer menos pressão para uma resposta imediata e, desta forma, evitar as respostas “não-sei”, comparativamente à entrevista, contribui ainda para que os emigrantes considerem cada aspeto cuidadosamente, em vez de responderem com o primeiro pensamento que lhes ocorra (ver Leite, 1974). No entanto, este facto tem outra implicação que é, sem pressão, a grande maioria das pessoas acaba por deixar de responder, o que faz com que os questionários apresentem o menor índice de respostas de todos os métodos de aplicação (ver Mattar, 2001). Contudo, como referimos na secção 5.5, a publicação de uma segunda notícia no último mês do período da recolha dos dados (em setembro), em todos os jornais regionais selecionados no âmbito do processo de amostragem, com o intuito de alertar os emigrantes (com intenção de responder ao

questionário) para a data limite da respetiva devolução, foi uma forma encontrada de ultrapassar essa limitação.

A disposição do destinatário para responder ao questionário é ainda outro problema. A direção da distorção é no sentido daqueles que estão interessados no assunto, aqueles que têm um nível sócio-económico mais elevado e os que têm mais instrução (Goode e Hatt, 1979; McDaniel e Gates, 2003). Neste âmbito, destaca-se que, para além do tema em análise dizer respeito a todos os respondentes, a experiência passada dos emigrantes da primeira geração (antes e durante a emigração) a par da conjuntura económica atual no país de origem, podem ter induzido algum desânimo ou “falta de interesse” em responder ao questionário. Alguns contatos efetuados (por telefone) pelos próprios inquiridos à inquiridora evidenciaram esta situação. Para além disso, destaca-se que os 4000 questionários expedidos por correio tinham como objetivo principal inquirir os emigrantes que não utilizam a internet e 93,51% destes, foram remetidos para a Europa sobretudo para França. Neste âmbito, destaca-se que na década de 1960-70 a França foi o país que evidenciou maior percentagem de imigrantes portugueses analfabetos e sem grau escolar superiores ao dobro das dos restantes países (ver Silva et al, 1984).

Por outro lado, índice de resposta é geralmente baixo quando os questionários são remetidos a uma amostra casual da população (podendo variar entre 10 a 40 por cento) (ver por exemplo Finn et al, 2000; Leite, 1974) e, sobretudo, quando a recolha dos dados é feita por correio *ad hoc*. Neste âmbito, passamos a descrever algumas estratégias já testadas em outros estudos para elevar os índices de resposta aos questionários remetidos por correio (Mattar, 2001: 78-79; Malhotra, 2006; McDaniel e Gates, 2003), tais como:

- Enviar antecipadamente uma carta, ou telefonar, apresentando ao respondente os objetivos do estudo e solicitando sua cooperação;
- Enviar o questionário acompanhado de uma segunda carta apresentando os objetivos do estudo, solicitando sua cooperação e prometendo formalmente sigilo;
- Acompanhando o questionário, enviar envelope selado para a resposta;
- Personalizar o endereço;
- Incentivos (monetários ou não monetários);

- Acompanhando o questionário, enviar um pagamento simbólico pela cooperação em responder (as pessoas ficam inibidas por receberem o pagamento e se sentem na obrigação de responder);
- Aproximadamente, após uma ou duas semanas, remeter nova carta, enfatizando a importância da colaboração do respondente (esta carta pode ser substituída por um telefonema); e
- Após quatro semanas da emissão inicial, enviar novamente um exemplar do questionário, acompanhado de nova carta solicitando cooperação.

Em primeiro lugar, atendendo ao número de questionários que era pretendido expedir excluiu-se de imediato a hipótese de contactar os indivíduos mais do que uma vez por correio ou telefone, devido às limitações existentes em termos de recursos económicos. As limitações económicas contribuíram igualmente para que não fosse possível aplicar outro tipo de estímulos para a resposta, nomeadamente incentivos como prémios ou um pagamento simbólico pela participação. No entanto, um elevado nível de ausência de respostas poderia distorcer os resultados e por esse motivo tentou-se, na medida do possível, encorajar os emigrantes a devolverem os questionários preenchidos. Assim, optámos por incentivar a resposta através da publicação de duas notícias, uma no início e outra no último mês do período destinado à recolha dos dados (em julho e em setembro), em todos os jornais regionais seleccionados no âmbito do processo de amostragem (ver secção 5.4).

Em setembro, a segunda notícia foi igualmente publicada nas notícias do site oficial das respetivas câmaras municipais seleccionadas. No mês de agosto, poucas publicações divulgaram a informação por coincidir com o período das férias da generalidade dos emigrantes portugueses e da maioria das publicações regionais. Para além disso, o prolongamento do prazo para a recolha dos dados, por mais um mês, com o objetivo de tirar maior partido do apoio da rádio e televisão portuguesa (que teve o seu início em setembro), permitiu ainda a publicação de uma terceira notícia no início do mês de outubro nos jornais regionais, com o mesmo intuito de aumentar a percentagem de respostas. Esta estratégia de incentivo à resposta, através da publicação de notícias em jornais regionais, não só permitiu ultrapassar as limitações económicas, como também evitar estabelecer um

sistema de numeração para saber quem respondeu e quem não respondeu ao questionário. O questionário da presente investigação garantia o anonimato, o que significava que não existia qualquer forma de ligar as respostas aos indivíduos; por isso, era necessário decidir acerca da maneira de os abordar pela segunda e terceira vez.

Neste sentido, a primeira notícia publicada no início do mês de julho teve como objetivo principal solicitar a cooperação dos emigrantes, pelo preenchimento e devolução do questionário, dar a conhecer o estudo, a instituição de ensino que o acolhe, a entidade financiadora, o contexto económico em que emerge, o seu objetivo, a forma de participação e a garantia do sigilo da informação (anexo 6). No final do mês de julho foram devolvidos 163 questionários válidos e 130 no dia 15 de agosto. Não tendo havido uma nova publicação da mesma notícia no mês de agosto, na maioria das publicações regionais, no final deste mês não foram devolvidos mais questionários pelos respondentes. Contudo, a publicação da segunda notícia no início do último mês da recolha dos dados, em setembro, permitiu recolher em meados deste mês mais 38 questionários válidos e mais 21 no final do mesmo.

A segunda notícia foi um reforço da situação anterior, uma vez que continha o mesmo tipo de informação, tendo como objetivo principal incentivar a resposta e criar pressão nos emigrantes, que tinham intenção de responder ao questionário (e que ainda não o tinham feito), através da fixação de um prazo para a sua devolução até 30 de setembro (ver anexo 6). Segundo Bell (1997) é conveniente dar um prazo, porque se não for indicada nenhuma data ou estabelecer-se um prazo longo o questionário será colocado de parte e esquecido (Bell, 1997). A autora argumenta que duas semanas é um prazo razoável para o preenchimento de um questionário devendo indicar-se o dia ou data precisa. À semelhança das duas situações anteriores, a terceira e última notícia publicada, no início do mês de outubro, teve como objetivo principal incentivar ao preenchimento e devolução do questionário, como também informar sobre a colaboração da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas e o apoio da rádio e televisão portuguesa na divulgação do estudo e da sua forma de participação (ver anexo 6). No final do mês de outubro tinham sido devolvidos 54 questionários válidos.

Embora a estratégia acima delineada tenha permitido, por um lado, ultrapassar as limitações económicas e, ao mesmo tempo, incentivar os emigrantes portugueses a devolverem os questionários preenchidos, por outro lado a edição das publicações regionais era, entre elas, variável, pelo que das 13 publicações seleccionadas 7 eram mensais (Notícias do Paiva, O Penalvense, Voz de Ferreira de Aves, O Raiano, Vila de Rei- Centro de Portugal, Praça Alta e Ecos da Marofa), 2 quinzenais (Renascimento, Notícias da Beira), 1 trimensal (Notícias de Gouveia), 3 semanais (Jornal do Fundão, Gazeta do Interior, A Nova Guarda) e algumas encerraram para férias, parte ou todo o mês de agosto. Este fator, a par, sobretudo, da relutância exteriorizada por alguns dos seus diretores na publicação da notícia em mais do que uma edição, atendendo aos custos que estão associados ao jornal, conduziu à não uniformidade, entre as publicações seleccionadas, do número de vezes que a informação foi noticiada e, conseqüentemente, à menor insistência de algumas destas junto dos emigrantes.

No entanto, não devemos descurar que as opiniões dos investigadores variam relativamente à melhor altura para enviar segundos pedidos para o preenchimento de questionários (ver Bell, 1997), bem como que a informação foi publicada pelo menos em duas edições de cada publicação regional. Neste sentido, face à estratégia delineada para aumentar a percentagem de respostas, passa-se a descrever como foi a sua implementação:

- i) Notícias do Paiva (521 questionários enviados) - publicação de uma notícia nos meses de julho, agosto e setembro;
- ii) O Penalvense (249 questionários enviados) - publicação de uma notícia nos meses de agosto e outubro;
- iii) Voz de Ferreira de Aves (376 questionários enviados) - publicação de uma notícia nos meses de agosto, setembro e outubro;
- iv) Renascimento (176 questionários enviados) - publicação de uma notícia nos meses de julho, setembro e outubro;
- v) Notícias da Beira (268 questionários enviados) - publicação de uma notícia no mês de outubro;
- vi) O Raiano (120 questionários enviados) - publicação de uma notícia nos meses de setembro e outubro;

- vii) Jornal do Fundão (998 questionários enviados) - publicação de uma notícia nos meses de agosto, setembro e outubro;
- viii) Vila de Rei- Centro de Portugal (24 questionários enviados) - publicação de uma notícia nos meses de julho, setembro e outubro;
- ix) Gazeta do Interior (34 questionários enviados) - publicação de uma notícia no mês de outubro;
- x) Praça Alta (92 questionários enviados) - publicação de uma notícia nos meses de julho, setembro e outubro;
- xi) Ecos da Marofa (176 questionários enviados) - publicação de uma notícia nos meses de julho, agosto e outubro;
- xii) Notícias de Gouveia (702 questionários enviados) - publicação de uma notícia nos meses de julho e outubro;
- xiii) A Nova Guarda (108 questionários enviados) - publicação de uma notícia apenas no mês de julho devido ao posterior encerramento do jornal.

Em segundo lugar, o questionário fez-se acompanhar de a) uma carta de apresentação informando sobre o objetivo principal do estudo, solicitando a cooperação dos emigrantes portugueses e prometendo formalmente sigilo (ver anexo 7); b) de uma carta assinada pelo presidente da respetiva câmara municipal, com o intuito credibilizar o estudo e incentivar a cooperação dos emigrantes portugueses, pelo preenchimento e devolução do questionário (ver anexo 6); bem como ainda, c) de um envelope de resposta sem franquia internacional, com apartado, para a devolução do questionário. Como referimos na secção 6.5, esta metodologia já tinha sido testada numa tese de mestrado sobre “Turismo e Migrações: Impacto das Visitas a Portugal dos Emigrantes” (Cirino, 2008). Neste âmbito, Cirino (2008:98) refere que “dos 544 questionários enviados, pela Câmara Municipal de Ílhavo em novembro de 2005, 96 responderam, representando uma taxa de resposta na ordem dos 18%. O segundo envio permitiu recolher mais 117 respostas. No total, foram devolvidos pelos emigrantes inquiridos do concelho, 213 questionários válidos, o que representou uma taxa de resposta total da operação de cerca de 40%”.

Segundo a autora do estudo, a publicação de um anúncio no jornal a apresentar o trabalho desenvolvido e o envolvimento no processo de envio dos questionários da câmara

municipal de Ílhavo, como elemento credível e de prestígio, permitiram um aumento da taxa de resposta e uma adesão significativa dos inquiridos no referido projeto de investigação. Neste caso concreto, os interesses de investigação do departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, da Universidade de Aveiro, permitiram obter o seu apoio financeiro para a expedição das 4000 cartas (com os questionários) para o estrangeiro, o que seria uma probabilidade mais remota relativamente às doze câmaras municipais selecionadas no âmbito do processo de amostragem. A expedição de 4000 cartas para o estrangeiro implicava ainda um envolvimento significativo de recursos económicos e de mão de obra, fatores que contribuíram igualmente para que se optasse pelo envio dos questionários nos envelopes da entidade que apoiou a respetiva expedição - a Universidade de Aveiro.

Embora a percentagem de respostas obtidas (através de correio) possa ter sido influenciada por este fator, nomeadamente o não envolvimento “físico” das respetivas câmaras municipais selecionadas no envio dos questionários, a identificação da Universidade de Aveiro, como patrocinadora e realizadora da pesquisa, contribui para aumentar a confiança do respondente ao tratar-se de uma instituição idónea e reconhecida em Portugal e internacionalmente (ver por exemplo Leite, 1974; Veal, 1997). Por outro lado, Goode e Hatt (1979) defendem que um envelope impresso auto endereçado deve ser enviado com o questionário, pois existe alguma evidência de que um selo comum afixado ao envelope é mais eficaz do que o carimbo de franquia a máquina (ou mesmo os envelopes impressos do correio). Isto porque, supõe-se que o informante não gosta de desperdiçar selos e a selagem comercial é frequentemente associada com propaganda havendo por isso tendência a rejeitar esses envelopes (Goode e Hatt, 1979). Contudo, atendendo ao número significativo de cartas que era pretendido expedir, aliado ao facto dos selos serem mais dispendiosos a opção do envio dos questionários em envelopes (da Universidade de Aveiro) com carimbo de franquia a máquina afigurou-se igualmente como a opção mais exequível e económica. Os condicionalismos económicos estiveram novamente na origem da ausência de incentivos (monetários ou não monetários) à participação.

Por último, outros investigadores referem mais fatores que também influenciam o índice de respostas, nomeadamente a maior probabilidade de que sejam devolvidos os questionários

com formato e apresentação agradáveis (através do uso de letras, figuras, desenhos, uso de cores, tipo, qualidade e cor do papel, etc.) (Leite, 1974; Mattar, 2001; Veal, 1997). Neste estudo, o papel utilizado para os questionários foi de tamanho A4 e a sua qualidade (com 0,80 g.m./folha) não permitia manchar ou borrar após o preenchimento dos questionários pelos respondentes. A composição tipográfica foi impressa, precisa e bem espaçada para facilitar a leitura. Em termos de *design*, o preenchimento do questionário pelos próprios respondentes consistiu essencialmente em questões fechadas (e apenas algumas semiabertas) permitindo um maior regresso de respostas. O mesmo grupo de autores destaca igualmente que os questionários sejam apresentados num contexto que motive a pessoa a cooperar e, neste caso concreto, a residência atual dos emigrantes inquiridos permite-lhes preencher o questionário no momento que mais lhes convier.

Face ao exposto, para além do facto dos questionários que são remetidos a uma amostra casual da população e, sobretudo, os que são administrados por correio *ad hoc* implicarem um menor índice de resposta, podemos igualmente pressupor que a experiência passada (antes e durante a emigração) de alguns dos emigrantes portugueses, a par da conjuntura económica atual no país de origem; o não envolvimento “físico” das respetivas câmaras municipais (seleccionadas no processo de amostragem) no envio dos questionários; o facto de não terem sido utilizados selos comuns afixados aos envelopes da Universidade de Aveiro; a ausência de incentivos (monetários e não monetários) e, sobretudo, a não uniformidade entre os jornais regionais seleccionados do número de vezes que publicaram a informação constituem outros fatores que podem igualmente ter influenciado um menor índice de respostas através da administração do questionário por correio.

Finn et al (2000) argumentam que quando a percentagem de respostas é baixa é necessário verificar se os respondentes diferem dos não respondentes e ter a certeza de que a amostra resultante é representativa. No entanto, considerando por um lado que a população deste estudo não é conhecida, não era possível ter informação sobre as características demográficas dos não-respondentes no sentido de verificar se diferem significativamente dos respondentes. Por outro lado, a garantia do anonimato levaria também à inviabilidade de contactar uma subamostragem de não-respondentes para comparar com os respondentes. Deste modo, para conseguir-se aumentar o índice de respostas a única



solução seria analisar as características dos últimos respondentes, partindo do pressuposto que são mais idênticos aos não-respondentes (ver Finn et al, 2000; Goode e Hatt, 1979; Malhotra, 2006). Contudo, a administração do questionário na internet e, sobretudo, no *Facebook* permitiram aumentar significativamente o índice de resposta, tornando desnecessário aquele procedimento. Esta situação irá ser demonstrada na secção seguinte.

De acordo com Hewson et al (2003) há pouca informação publicada sobre os fatores que influenciam as respostas dos participantes nos estudos administrados na internet. Existe apenas alguma evidência de que a dimensão do questionário influencia o índice de respostas, considerando que a intenção de explorar outras páginas na internet pode desmotivar os seus utilizadores a preencher um questionário que requer algum tempo disponível (ver por exemplo Smith, 1997, citado por Hewson et al, 2003). Neste estudo, o questionário administrado na internet e no *Facebook* tinha um aspeto profissional, a afiliação foi explicitada (com a universidade onde se desenvolve o projeto e a respetiva entidade financiadora) e o *layout* era claro, sóbrio e semelhante ao formato do questionário em formato de papel. A facilidade do acesso ao questionário (bastando apenas clicar no *link* apresentado), o facto de poder ser respondido em várias sessões, a possibilidade de “saltar” perguntas (permitindo transitar pelo questionário) e, muito provavelmente, o facto de o tema ser do interesse dos respondentes foram fatores que, muito possivelmente, permitiram atenuar os efeitos da sua maior dimensão.

## 5.9 O Tipo da Investigação

Nesta última secção pretendemos demonstrar o tipo de investigação utilizada para conseguir responder ao problema levantado nesta tese. De acordo com Leite (1974) o objetivo da investigação consiste em descobrir respostas para perguntas, através do emprego de processos científicos. Tais processos foram criados para aumentar a probabilidade de que a informação obtida seja significativa para a pergunta proposta e, além disso, seja precisa e não enviesada (Leite, 1974). Apesar de não existir garantia de que a investigação apresente, na realidade informação significativa, precisa e não enviesada, os processos de investigação científica têm maior probabilidade de fazê-lo do

que qualquer outro método conhecido pelo homem (Leite, 1974). Uma investigação empírica é uma investigação em que se fazem observações para compreender melhor o fenómeno a estudar. Todas as ciências naturais, bem como todas as ciências sociais, têm por base investigações empíricas porque as observações deste tipo de investigação podem ser utilizadas para construir explicações ou teorias mais adequadas (Hill e Hill, 2002). Para o cientista “empírico” significa guiado pela evidência obtida em investigação científica sistemática e controlada (Kerlinger, 1980:15-16).

Neste âmbito, a Organização Mundial do Turismo (2006:5) refere que a dinâmica das estruturas do mercado turístico, bem como os contínuos avanços das aplicações tecnológicas no setor, tornam necessária a atitude constante de pesquisa em turismo. “O processo de pesquisa em turismo é o conjunto de métodos empírico-experimentais, procedimentos, técnicas e estratégias para obter conhecimento científico, técnico e prático dos factos e das realidades turísticas” (OMT, 2006:7). Segundo Hill e Hill (2002:20) existem três tipos de investigação empírica mais vulgarmente utilizados:

- 1) A investigação pura: “o objetivo da investigação pura é descobrir factos novos (dados empíricos) para testar deduções feitas a partir de uma teoria que só tem interesse intelectual e que, no momento da investigação, parece não ter aplicação prática”;
- 2) A investigação aplicada: “o objetivo deste tipo de investigação é descobrir factos novos (dados empíricos) para testar deduções feitas a partir de uma teoria que pode ter aplicações práticas a médio prazo”;
- 3) A investigação aplicável: “numa investigação aplicável pretende-se descobrir factos novos (dados empíricos) que sejam capazes de resolver problemas práticos no curto prazo”.

Grande parte da literatura sobre métodos de investigação faz apenas a distinção entre dois tipos de investigação: a investigação pura e aplicada. Contudo, Finn et al (2000) referem que muitos dos investigadores não consideram esta distinção clara. Segundo Kumar

(1996:8, citado por Finn et al, 2000) a investigação pura é relativa ao desenvolvimento, avaliação, verificação e refinamento dos métodos de investigação, aos procedimentos, às técnicas e ferramentas que formam o corpo da metodologia de investigação. Para outros investigadores, a investigação pura tem a ver com a expansão dos limites do conhecimento ao contribuir para aumentar a teoria (Finn et al, 2000). Assim, na perspectiva de Finn et al, se a investigação for conduzida para melhorar a compreensão de uma questão sem uma aplicação imediata no lazer e no turismo, então deverá ser designada de investigação pura. Por outro lado, a investigação aplicada é conduzida para analisar e encontrar uma solução para um problema que tem relevância direta na indústria da recreação e das viagens, como também no refinamento da investigação pura (Finn et al, 2000).

De acordo com a OMT (2006:5-6) “a pesquisa teórica fornece um mecanismo de geração de ideias e desenvolvimento teóricos que permite descobrir, inventar ou projetar situações do mundo do turismo em benefício da competitividade do setor. A pesquisa aplicada, ou seja, a base antes da ação e da tomada de decisão, constitui um processo de materialização das ideias nascidas em outros lugares e é um dos instrumentos mais eficientes com o qual as empresas contam para assegurar sua competitividade e sustentabilidade” (OMT, 2006:5-6). No caso concreto deste estudo, a pesquisa teórica permitiu descobrir novas ideias e orientações para o desenvolvimento do turismo sustentável em Portugal, com o objetivo de testar empiricamente a sua sustentação em benefício da inovação e competitividade do setor. Esta pesquisa teórica permitiu não só identificar a variável independente da investigação, como também um conjunto de outras variáveis, adicionais e intervenientes, capazes de influenciar o desenvolvimento do turismo sustentável nos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal, dando origem às três hipóteses nucleares.

Esta investigação contribuiu também para melhorar o estado da arte dos estudos que, a partir da segunda metade da década de oitenta, abordaram a problemática sobre o impacto da migração de regresso no desenvolvimento em Portugal (ver por exemplo Amaro, 1985; Cepeda, 1988; Dias, 2008; Goldey e Jesus, 2001; Gonçalves, 2007; Lewis e Williams, 1986; Lucas, 1997; Martins, 2004; Madeira, 2001; Mendonça, 1999-2000; Pires, 2003; Poinard, 1983a; Poinard, 1983b; Portela e Nobre, 2001; Nave e Reis, 1986; Roca, 1999; Silva et al, 1984). O facto da pesquisa teórica ter permitido constatar, que na maioria dos

países em vias de desenvolvimento e dos territórios “rurais” as despesas turísticas criam mais emprego e rendimento do que qualquer outro setor da economia, não só contribuiu para melhorar a compreensão daquela questão, como também refinar com precisão o que realmente se pretendia estudar.

Destaca-se também que o estudo contribuiu para aumentar a teoria sobre os conceitos de turismo (e turismo residencial) e de alojamento turístico, bem como ainda para melhorar a compreensão do conceito de “rural”. Atualmente existe uma série de limitações e de diferentes pontos de vista para definir o turismo (e o “turismo residencial), quer pelo lado da procura, quer pelo lado da oferta, o que dificulta a operacionalização do conceito e a cobertura eficaz da informação estatística, pelos respetivos organismos oficiais. Ao considerarem-se os resultados obtidos nesta tese foi possível concluir que a pernoita em alojamentos turísticos é o critério mais adequado para definir turismo (e o turismo residencial). Nesta perspetiva, o alojamento turístico é onde hóspede não tem a sua residência e fornece estadas oneradas de forma regular (ou ocasional), enquanto a “segunda residência” corresponde apenas a uma das residências de pelo menos uma família/indivíduo. Por outro lado, o estado da arte sobre o conceito de “rural” evidencia também uma diversidade de sentidos e significados sociais do termo e uma variedade de tipologias adotadas. Ao apoiar-se esta investigação no índice de centralidade dos centros urbanos foi possível identificar os concelhos com menor capacidade de polarização, em Portugal, que são as áreas mais carenciadas e os locais de origem dos emigrantes portugueses.

Para além disso, também se salienta que, esta investigação contribuiu igualmente para o desenvolvimento, avaliação, verificação e refinamento das metodologias de investigação em geral, e na área do turismo. Por um lado, procurou-se adaptar uma Página do *Facebook* ou Página de Negócios, que é destinada a um perfil de negócio, à investigação académica. Esta adaptação foi feita através de todas as suas componentes, nomeadamente pela introdução de uma imagem do perfil do projeto, de fotografias alusivas à sua caracterização; de imagens e logótipos de todos os artistas e entidades (oficiais e não oficiais) que, direta ou indiretamente, deram o seu apoio na administração do questionário, da descrição do

projeto; do *link* do questionário; e de mensagens inseridas no próprio mural relativas ao prazo de participação (ver anexo 3).

Por outro lado, demonstrou-se que comparativamente aos métodos “tradicionais”, nomeadamente o questionário quando administrado por correio ou mesmo, mais recentemente, na internet, a sua administração através das redes sociais, sobretudo no *Facebook*, oferece inúmeras vantagens que se sobrepõem em termos de isenção de custos, rapidez, estímulos (à participação) e efeito de “bola de neve” que podem resultar numa grande quantidade de questionários preenchidos, inclusive tratando-se de questionários mais longos (ver discussão mais detalhada sobre as vantagens deste método na secção 6.5). Em particular, a administração do questionário feita pelos próprios administradores das Páginas oficiais do *Facebook* dos cantores de música portuguesa (neste caso, de música popular, pop, *rock* e fado) foi o método que mais sobressaiu em termos de resultados quantitativos. Esta argumentação é sustentada quando analisamos as taxas de crescimento dos resultados obtidos pela aplicação de cada um dos métodos, com a variação de quinze em quinze dias ou de um mês para o mês imediatamente a seguir.

Neste âmbito, dos 4000 questionários enviados pelo correio no início de julho, 3946 foram efetivamente recebidos e 54 foram devolvidos, o que significa uma taxa de resposta de 9,32%. Se considerarmos por um lado, que a maioria das recomendações feitas pelos investigadores para aumentar o índice de respostas a um questionário enviado por correio foi cumprida (ver secção 5.8) e por outro lado, a quantidade de mão de obra e tempo dispendido que aquela expedição exigiu, bem como ainda o custo associado para o envio e devolução dos questionários (ver secção 5.5) facilmente se verifica que os resultados obtidos poderiam ser, efetivamente, melhores.

No início do mês de julho, também a administração do questionário na internet, através da imprensa digital, de alguns portais eletrónicos e envio de *e-mails*, permitiu obter no total 411 questionários válidos no final do mês. Em alternativa, no início do mês de agosto a mudança de estratégia permitiu totalizar logo nos primeiros quinze dias 1500 questionários preenchidos válidos, ou seja, um aumento de 264,96% e 2007 no final desse mês. A nova estratégia consistiu na administração do questionário pelos próprios administradores das

páginas oficiais de alguns cantores de música portuguesa no *Facebook* (neste caso, de música popular, pop, rock e fado) que se disponibilizaram a colaborar no projeto (ver anexo 4). Apesar de se ter mantido a administração do questionário na internet, comparativamente ao final do mês de julho a nova estratégia iniciada em agosto, na rede social do *Facebook*, permitiu um crescimento de 388,32% questionários válidos no final deste mês.

No início do mês de setembro, a estratégia de administração do questionário na rede social do *Facebook* continuou apenas com a criação da própria Página do projeto. Embora a utilização de algumas funcionalidades do *Facebook* (tais como a partilha de atualizações de estado, ofertas especiais, vídeos, eventos, e/ou aplicações) e a interação com os participantes na própria Página tivessem permitido atrair ainda mais pessoas à Página (para participarem no estudo), procurou-se evitar qualquer ambiente propício à situação semelhante de uma entrevista ou que os mesmos inquiridos participassem mais do que uma vez (ver secção 5.5). Contudo, o questionário foi divulgado e administrado durante os meses de setembro e outubro pela própria inquiridora no *Facebook* (como administradora da Página do projeto), na imprensa digital e pelo envio de *e-mails* para diversas organizações, bem como divulgado pela rádio e televisão portuguesa junto dos emigrantes (ver em anexo os relatórios de emissão realizados durante dois meses pela RDP Internacional e África e RTP Internacional).

Os próprios participantes permitiram o efeito de bola de neve pela partilha sucessiva da informação e encorajaram igualmente outros emigrantes portugueses a participarem no estudo, pelo preenchimento do questionário. A administradora da Página também fez a divulgação e administração do questionário no *Facebook* em diversos grupos de emigrantes portugueses e em perfis relacionados com o tema Portugal (e outros selecionados pelo maior número de fãs), bem como através das caixas de correio de alguns emigrantes, também eles administradores de perfis de grupos (ver anexo 3). Neste sentido, em relação ao mês de agosto a metodologia de divulgação da Página do projeto permitiu obter, nos primeiros quinze dias do mês de setembro, um crescimento de 63,63% (3284) de questionários preenchidos válidos e de 89,04% (3794) no termo do prazo da recolha dos dados. Isto significa que, comparativamente ao crescimento registado entre julho e agosto,

obteve-se menos 201,33% questionários preenchidos válidos nos primeiros quinze dias do mês de setembro e menos 299,29% no final deste mês. O anúncio do prorrogamento do prazo de participação permitiu ainda em meados do mês de outubro, um crescimento de 11,15% (4217) e de mais 26,52% (4800) no final deste mês. Em relação ao aumento registado entre os meses de agosto e setembro, significa que houve menos 52,48% nos primeiros quinze dias de outubro e menos 62,51% no final deste mês.

Face ao número significativo de questionários preenchidos válidos obtidos durante o mês de agosto, pela mudança de estratégia da administração do questionário na internet para a rede social do *Facebook*, reforçamos igualmente a importância da mudança de paradigma das aplicações centradas na tecnologia para as aplicações centradas nas pessoas (ver Shi, 2011). De facto, a internet está a deixar de ser isolada e anónima para ser social e personalizada, transformando a forma como se trabalha, se aprende e se interage (Shi, 2011). Não obstante, a evolução do número de questionários preenchidos válidos obtidos evidencia, sobretudo, que foi a administração do questionário pelos próprios administradores das Páginas oficiais do *Facebook* dos cantores de música portuguesa (popular, pop, *rock* e fado), que permitiu o maior *boom* de questionários preenchidos válidos. Inclusive, destaca-se, que nem mesmo a força da comunicação social, da rádio e televisão portuguesa, pela divulgação que fez do estudo e da forma de participação, conseguiu superar os valores alcançados no mês de agosto, como resultado da implementação do método de administração do questionário pelo *Facebook* dos cantores de música portuguesa.

Por último, salienta-se ainda que é pretendido que as deduções resultantes da teoria da presente investigação possam, no futuro, vir igualmente a ter aplicações práticas que contribuam para a competitividade e sustentabilidade do setor do turismo em Portugal. Neste âmbito, destacamos o trabalho desenvolvido por Goode e Hatt (1979). No seu livro sobre Métodos em Pesquisa Social, os investigadores demonstram que não se deve considerar a pesquisa pura e a pesquisa aplicada como opostas, porque as duas não são mutuamente exclusivas e há uma interação entre elas. Na sua perspetiva, a pesquisa teórica pode ser aplicada a problemas práticos e a pesquisa aplicada pode igualmente contribuir

para a sociologia teórica. Este foi o argumento que adotámos para o desenvolvimento adequado a esta investigação.

### **5.10 Considerações de natureza ética**

Quando se faz investigação existe uma série de princípios éticos que devem ser respeitados pelos investigadores. No âmbito da investigação que é feita através da internet existe esses princípios passam por obter um consentimento informado dos participantes; o direito, em qualquer momento, à desistência dos participantes, sem penalização; bem como a garantia do anonimato e a segurança dos dados obtidos (Hewson et al, 2003; Smith e Leigh, 1997). Assim, para que os participantes sejam capazes de dar o seu consentimento deverão ter pelo menos 18 anos de idade ou mais (Hewson et al, 2003). Esta informação foi introduzida nas devidas secções do questionário através das instruções de preenchimento. Deste modo, apenas os emigrantes portugueses que construíram residência de raiz no seu local de origem podiam preencher a parte II do questionário, enquanto o preenchimento da parte III era destinado exclusivamente a emigrantes com idade superior a 18 anos ou casados/as (ver conceito de maioridade do INE). A gestão das permissões da Página do projeto no *Facebook* permitiu igualmente limitar a sua visualização e, conseqüentemente, o preenchimento do questionário apenas indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos. Para além disso, as respostas fraudulentas foram facilmente detetadas e excluídas da análise.

Segundo Hewson et al (2003) existem vários procedimentos possíveis para que os participantes possam dar o seu consentimento e a seleção do mais adequado irá depender de outras características do estudo. Neste âmbito, a informação apresentada logo na introdução do questionário, com o objetivo do estudo, o tempo de preenchimento, a declaração de confidencialidade e de anonimato, bem como a identificação da universidade, onde a investigação se desenvolve, e da entidade que financia o projeto, aliada também à possibilidade dos participantes poderem, em qualquer momento, desistir do preenchimento do questionário permitiram elucidar os emigrantes portugueses antes de iniciarem a sua participação, como também garantir a sua privacidade. Para a eventual



necessidade de informação adicional por parte dos participantes o endereço de *e-mail* da inquiridora foi igualmente disponibilizado aos participantes para contacto na Página do projeto no *Facebook* (ver anexo 3).

Por último, a maioria dos investigadores refere que o acesso ao questionário deve ser restrito pelo fornecimento de *passwords* a uma amostra selecionada e mensurável de participantes (Hewson et al, 2003). Contudo, este procedimento não era exequível nesta investigação devido à lei de proteção dos dados pessoais. O facto de o questionário ter sido colocado numa Página pública do *Facebook*, evitando a necessidade de o enviar por *e-mail*, de eventualmente ser considerado um vírus pelos recipientes (pela mensagem não solicitada), ou da perda do anonimato (pela identificação dos participantes através dos endereços de *e-mail*); bem como o facto de terem sido usados procedimentos e requisitos de *software* de tecnologia simples; e ainda, as respostas dos participantes terem sido diretamente canalizadas para a base de dados do departamento de informática da Universidade de Aveiro dificultando, dessa forma, o acesso de *hackers* ao ficheiro dos dados com informação confidencial, constituíram fatores que permitiram garantir a facilidade do preenchimento, o anonimato, o funcionamento técnico, a confidencialidade e a segurança da informação fornecida pelo participante.

Por outro lado, em relação à utilização do correio *ad hoc* como outra forma utilizada para administrar o questionário, argumentamos que, apesar do fornecimento das moradas dos emigrantes portugueses no estrangeiro pelas publicações regionais, selecionadas no âmbito do processo de amostragem, tivesse infringido o direito à não divulgação dos dados pessoais dos seus assinantes a preocupação dos respetivos diretores com o desenvolvimento adequado dos trabalhos da investigação, pelo seu benefício para a economia do país e bem-estar social, mitigou esse constrangimento. Assim sendo, reiteramos as palavras de Brent et al (2005) quando refere que os respondentes não possuem apenas o direito à sua privacidade, mas também uma responsabilidade para com uma comunidade mais abrangente. Finalmente, destacamos ainda que os resultados mais relevantes da investigação foram tornados públicos, não apenas em revistas científicas da área, mas também pelo envio de uma notícia para todas as publicações (regionais e nacionais) que apoiaram o estudo e o respetivo anúncio na Página do *Facebook*.

## 5.12 Conclusão

O objetivo desta tese consiste em avaliar o contributo do potencial regresso e fixação dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo sustentável nos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal. Isto é, esta investigação lida com uma metodologia denominada de inquérito (de administração direta) e utiliza como técnica de recolha de informação um questionário, que permitiu recolher opiniões/attitudes dos emigrantes portugueses relativamente ao seu potencial regresso, investimento e emprego no setor do turismo nos seus locais de origem. Este método permitiu recolher factos e estudar a sua relação, bem como ainda realizar medições com a ajuda de técnicas científicas que conduziram a conclusões quantificadas e, na medida do possível, generalizáveis. Dada a impossibilidade de conhecer o universo da população de emigrantes portugueses, a investigação baseou-se numa amostragem não probabilística e recorreu a mais do que uma técnica. De todas as técnicas, a amostragem por conveniência, através da internet e por correio *ad hoc*, e, sobretudo, a amostragem bola de neve, através da rede social do *Facebook*, foram as que permitiram oferecer o tipo, a qualidade e a quantidade de dados desejados ao menor custo possível.

No final da recolha dos dados, esta metodologia permitiu reunir uma amostra significativamente grande e minimizar o risco de enviesamento, com 5157 questionários preenchidos válidos. Neste âmbito, demonstrou-se que, comparativamente aos métodos “tradicionais”, nomeadamente a administração do questionário por correio, ou mesmo mais recentes pela internet, a sua administração através das redes sociais, sobretudo no *Facebook*, oferece inúmeras vantagens que se sobrepõem em termos de isenção de custos, rapidez, estímulos (à participação) e efeito de “bola de neve”, resultando numa grande quantidade de questionários preenchidos, inclusive tratando-se de questionários mais longos. A escolha do *Facebook*, comparativamente a outras redes sociais, deveu-se não somente ao facto de ser o maior *site* de rede social em termos de magnitude mas, fundamentalmente, à confiança do utilizador e ao seu nível de envolvimento.

Em particular, a administração do questionário feita pelos próprios administradores das Páginas oficiais de alguns cantores de música portuguesa no *Facebook* (neste caso, de

música popular, pop, *rock* e fado) foi o método que mais sobressaiu em termos de resultados quantitativos. A análise das taxas de crescimento, durante todo o período destinado à recolha dos dados, dos resultados obtidos pela aplicação faseada de cada um dos métodos evidencia, claramente, que foi este o método de administração do instrumento de pesquisa que permitiu o maior *boom* dos questionários preenchidos válidos. Apesar disso, embora alguns académicos ainda considerem que a internet, como fonte de informação de indivíduos, encontra-se nos seus primeiros passos de desenvolvimento este estudo contribuiu igualmente com 357 questionários administrados por correio, ou seja, mais 81 questionários que o último estudo realizado sobre o impacto do regresso dos emigrantes portugueses no desenvolvimento regional (ver secção 5.4).



## **Capítulo 6**

### **Análise dos Dados e Discussão de Resultados**

#### **6.1 Introdução**

Nos capítulos de revisão de literatura (capítulos 1 a 4), foi demonstrado que o empreendedorismo é uma das formas de conseguir alcançar o desenvolvimento nos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal porque, entre outros fatores, permite aumentar o emprego. Foi igualmente demonstrado que as despesas turísticas criam mais emprego e rendimento nessas áreas mais carenciadas, do que qualquer outro setor da economia, e que o regresso da “nova geração” de emigrantes portugueses pode contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável. Isto porque, por um lado, podem regressar com capital financeiro e social, bem como formação e experiência profissional na área do turismo (obtidos durante a experiência da emigração) e, por outro lado, dirigem-se preferencialmente para as regiões de origem. Assim sendo, argumenta-se que o turismo apresenta capacidade para impulsionar as etapas iniciais do desenvolvimento sustentável das áreas “rurais” em Portugal, que são os concelhos com menor índice de centralidade ou as áreas mais carenciadas.

É com base nesta posição, que é proposto que seja estudado nesta tese, a avaliação do potencial regresso e fixação da “nova geração” de emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo sustentável nos concelhos com menor índice de centralidade, em Portugal. Deste modo, pretende-se neste capítulo (I) avaliar a propensão da “nova geração” de emigrantes portugueses para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal. Relativamente a este assunto, a secção 6.4 permite uma análise das opiniões dos emigrantes portugueses em idade ativa relativamente a estas questões. Além

disso, esta discussão tem ainda seguimento com a análise das relações entre variáveis, com o intuito de analisar se o tipo de emigrante, as características da sua residência no local de origem e o seu perfil socioeconómico têm alguma influência quanto à sua propensão para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal (secções 6.7, 6.9 e 6.11). Do mesmo modo, também se pretende com este capítulo (II) analisar se os emigrantes portugueses que construíram residência de raiz no local de origem a consideram como a sua “primeira” casa e uma manifestação da sua identidade, com vista à futura ativação patrimonial e exploração turística. Para tal, as secções 6.3 e 6.8, fornecem uma análise da identidade cultural dos emigrantes portugueses e das residências que construíram de raiz nos locais de origem, em Portugal.

O presente capítulo irá ainda permitir (III) avaliar até que ponto as condições objetivas das residências construídas de raiz pelos emigrantes portugueses, nos seus locais de origem, bem como o regresso e a fixação da “nova geração” de emigrantes poderão contribuir para a reorganização familiar e melhoria da relação homem-mulher nesses locais. Assim, é efetuada uma análise das opiniões dos emigrantes portugueses (em idade ativa) do género feminino, ao nível das condições objetivas da sua residência construída de raiz em Portugal, do lugar social que desejam assumir no interior dessa residência e da sua eventual exploração turística (secções 6.5 e 6.10). Finalmente, a secção 6.2 refere informação acerca das características dos emigrantes e das suas residências, nos locais de origem, enquanto a secção 6.6, revela informação sobre os seus dados pessoais (análise descritiva). Por ser ainda ser pretendido avaliar a propensão dos lusodescendentes para a fixação, investimento e emprego no setor do turismo, em Portugal, este capítulo termina com a análise da secção 6.12, no sentido de podermos tecer comparações com os resultados dos emigrantes portugueses diretos.

## **6.2 Caracterização do tipo de emigrante e da residência do local de origem**

No capítulo 5 foi demonstrado que a técnica selecionada para a recolha de informação das opiniões/attitudes dos emigrantes portugueses relativamente ao seu potencial regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal, consistiu num questionário

aplicado a 5157 indivíduos (ver secção 6.5). A discussão que é apresentada nesta secção incide na informação obtida através do questionário sobre as características dos emigrantes portugueses em análise e da sua residência em Portugal. Assim, conforme é ilustrado pela tabela 6.1, a maioria dos participantes deste inquérito emigrou a primeira vez entre 2005-2011 (38,7%). Ao considerarmos os três ciclos de emigração portuguesa, identificados no capítulo 2, constatamos também que a generalidade dos inquiridos emigrou a primeira vez a partir de 1985, correspondendo ao terceiro ciclo da emigração portuguesa, em decurso (75,6%) (tabela 6.2).

Tabelas 6.1 - 6.2

Ano de emigração (a primeira vez)

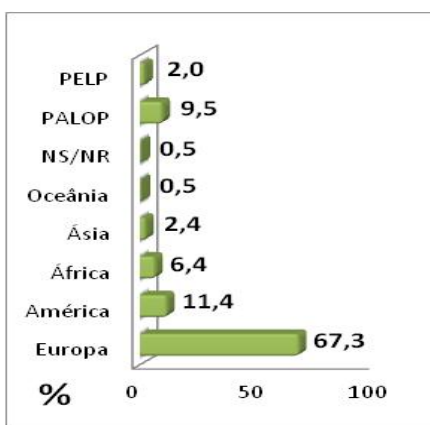
Tabela 6.1

Ano de Emigração	Nº	%
Até 1974	741	14,4
1975 – 1984	516	10,0
1985 – 1994	769	14,9
1995 – 2004	1054	20,4
<b>2005 – 2011</b>	<b>1997</b>	<b>38,7</b>
NS/NR	80	1,6
Total	5157	100,0

Tabela 6.2

Ano de Emigração	Nº	%
Até 1960	91	1,76%
1960 – 1984	1086	21,06%
<b>1985 – 2011</b>	<b>3900</b>	<b>75,63%</b>
NS/NR	80	1,55%
Total	5157	100,0

Fonte: Elaboração Própria



**Gráfico 6.1 Área geográfica de emigração dos emigrantes portugueses**

De acordo com o gráfico 6.1 a Europa (67,3%) continua a ser o continente onde mais emigrantes portugueses estão instalados, seguindo-se a América (11,4%) e a África (6,4%).

Fonte: Elaboração Própria

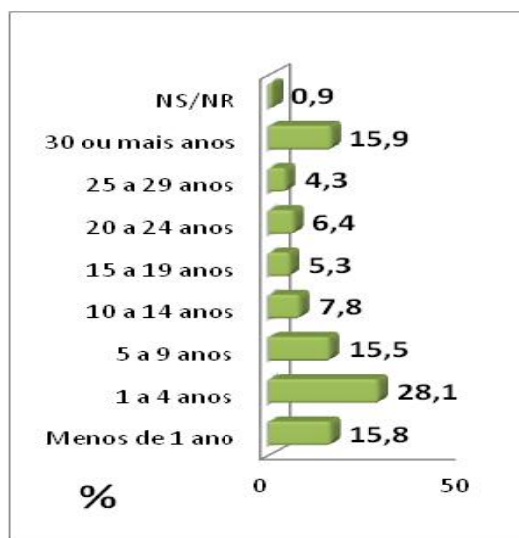
**Gráfico 6.2 Principais países de acolhimento dos emigrantes portugueses**

Entre os 15 países mais mencionados pelos inquiridos, o gráfico 6.2 permite verificar que a França, tal como no primeiro ciclo de emigração portuguesa, continua a ser o principal país de destino dos emigrantes portugueses (20,6%), seguindo-se a Suíça (17,6%), a Inglaterra (9%) e a Alemanha (6,3%). Observamos também que 11,5% dos emigrantes estão instalados em países de língua oficial portuguesa (PALOP) (9,5%) e em países onde o ensino da língua portuguesa é obrigatório (ou é ensinado em escolas 2%) (PELP) (gráfico 6.1). Entre estes, destacam-se Angola (4,1%) e Brasil (4,9%) como os países de acolhimento com maior percentagem de emigrantes portugueses (gráfico 6.2).

*Fonte: Elaboração Própria*

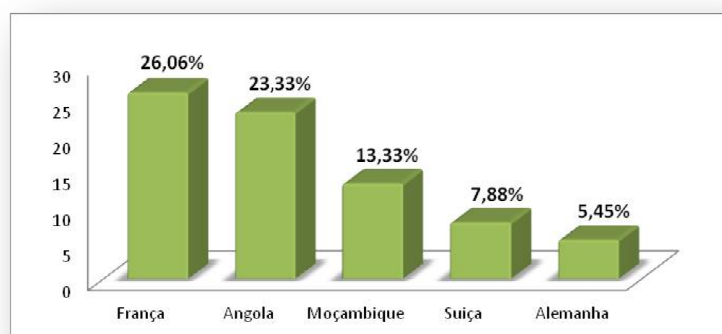
Relativamente à duração da estadia no país de acolhimento, destacamos que a generalidade dos emigrantes tem um tempo de permanência no país de acolhimento até 9 anos (59,4%), pelo que 28,1% permaneceram entre 1 a 4 anos, 15,8% menos de um ano e 15,5% variou entre 5 e 9 anos (gráfico 6.3).



**Gráfico 6.3 Tempo de permanência no país de acolhimento (a primeira vez)**

*Fonte: Elaboração Própria*

Ao questionarmos os inquiridos sobre o concelho de origem constatou-se que 330 são luso-descendentes, por terem identificado o país onde nasceram. Os cinco países de origem mais mencionados são a França (26%), Angola (23,3%), Moçambique (13,3%), Suíça (7,9%) e a Alemanha (5,5%) (gráfico 6.4).

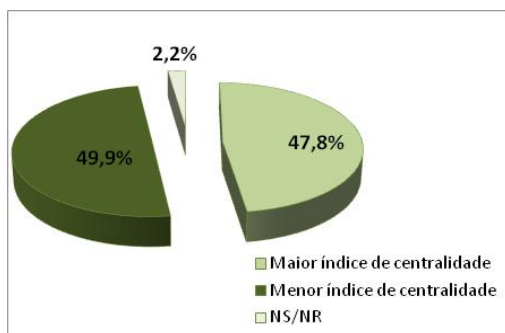
**Gráfico 6.4 Naturalidade dos luso-descendentes**

*Fonte: Elaboração Própria*

Em relação aos emigrantes diretos, os concelhos de naturalidade foram organizados em dois grupos de análise, segundo o respetivo índice de centralidade. Para este efeito,

considerou-se que os concelhos com maior índice de centralidade situam-se até ao *rank* 50 (ver hierarquia dos centros urbanos em Portugal em INE, 2004).

### Gráfico 6.5 Naturalidade dos emigrantes diretos

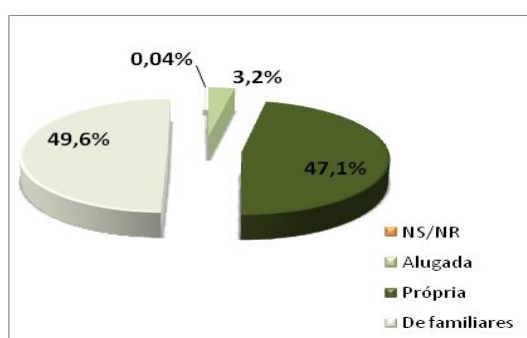


Assim, verificam-se valores muito próximos considerando que, 49,9% dos emigrantes portugueses têm origem em concelhos com menor índice de centralidade e 47,8% são naturais de concelhos com maior índice de centralidade (gráfico 6.5).

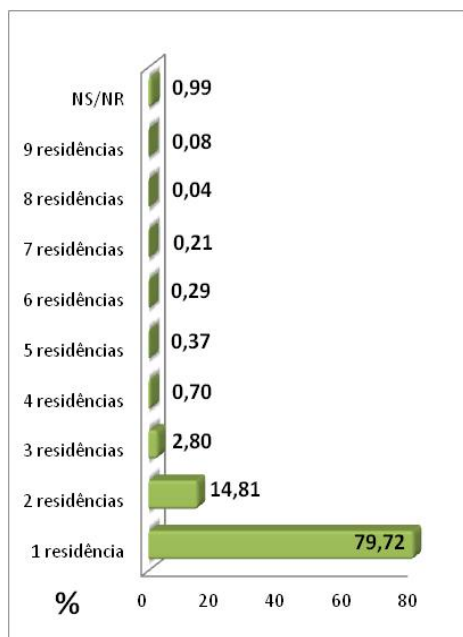
*Fonte: Elaboração Própria*

Em relação à propriedade de residência em Portugal, através do gráfico 6.6, constatamos que quase metade dos emigrantes portugueses tem casa própria (47,1%).

### Gráfico 6.6 Propriedade de residência em Portugal

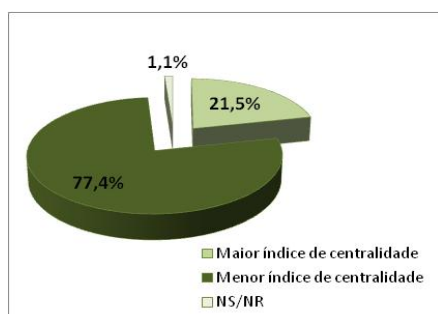


*Fonte: Elaboração Própria*

**Gráfico 6.7 Número de residências em Portugal**

Destes, 79,7% dos emigrantes afirmam ter uma residência, 14,8% têm duas e 2,8% referem ter três residências (gráfico 6.7). À semelhança da análise anterior, os concelhos de localização da residência dos emigrantes em Portugal foram organizados em dois grupos segundo o respetivo índice de centralidade.

*Fonte: Elaboração Própria*

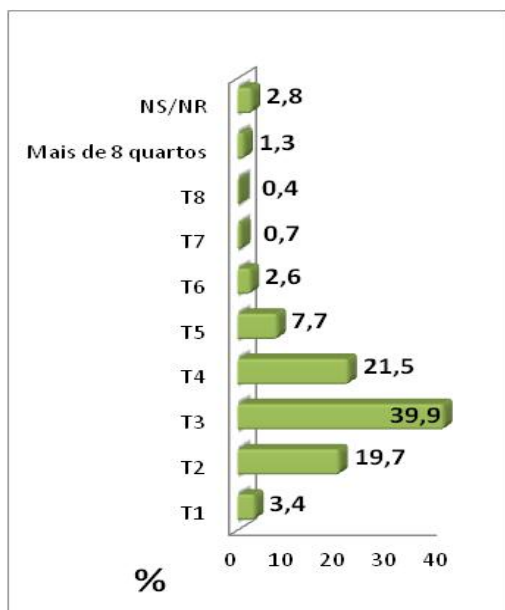
**Gráfico 6.8 Concelho da residência em Portugal**

Assim, através do gráfico 6.8 observamos que a generalidade dos emigrantes possui residência num concelho com menor índice de centralidade (77,4%) e que apenas 21,5% possuem residência em concelhos com maior índice de centralidade.

*Fonte: Elaboração Própria*

Se considerarmos que quase metade (47,8%) dos emigrantes são naturais de concelhos com maior índice de centralidade (ver gráfico 6.5), significa que tem existido uma maior procura dos emigrantes portugueses pelos concelhos com menor índice de centralidade para a aquisição/construção de uma residência em Portugal.

### Gráfico 6.9 Tipologia da residência em Portugal

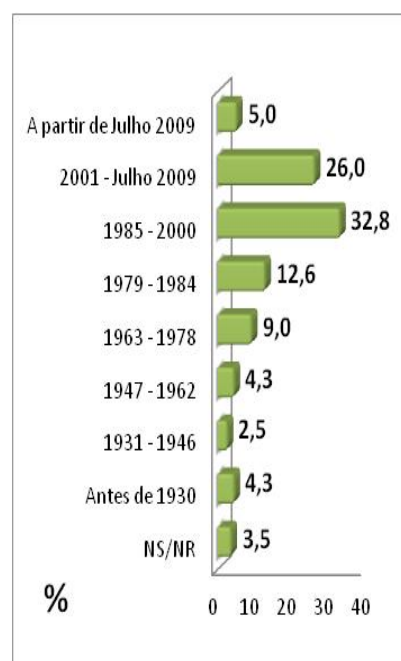


Por outro lado, verificamos que a maioria das residências dos emigrantes nos seus locais de origem é do tipo T3 (39,9%) e T4 (21,5%) (gráfico 6.9). No entanto, 34,2% das residências dos emigrantes, em Portugal, apresentam maior probabilidade em alugar quartos a turistas, considerando que 21,5% são da tipologia T4, 7,7% são T5, 2,6% têm seis quartos, 0,7% são do tipo T7, 0,4% são T8 e 1,3% têm mais de 8 quartos (gráfico 6.9).

Fonte: Elaboração Própria

### Gráfico 6.10 Ano de construção da residência em Portugal

Destacamos ainda que, cerca de 95% dos emigrantes portugueses têm residência construída no concelho de origem antes de julho de 2009. No capítulo 3 verificamos que até à publicação da nova Lei n.º 31/2009, de 3 de julho (que revogou o D.L. n.º 73/73, de 28 de fevereiro) os projetos de habitação permitiram o desenvolvimento de competências de estéticas e de estratégias de distinção dos emigrantes portugueses nas suas residências em Portugal, o que aumenta significativamente a hipótese de muitas destas poderem ter valor patrimonial cultural (gráfico 6.10).



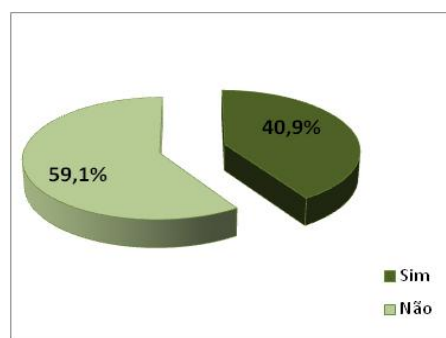
Fonte: Elaboração Própria

### 6.3 As residências (auto) construídas pelos emigrantes portugueses nos seus locais de origem como possível manifestação da sua identidade cultural

No capítulo 3 argumentámos que o processo de aculturação dos emigrantes portugueses permitiu-lhes integrarem-se, com maior ou menor sucesso, nos países de acolhimento sem renunciarem à sua identidade cultural, projetando-a espacialmente, através da (auto)construção de residências de raiz no lugar de origem.

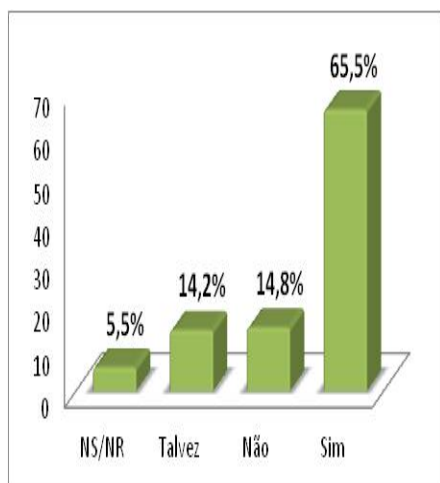
#### Gráfico 6.11 Residência construída de raiz no local de origem

Neste contexto, conforme é ilustrado no gráfico 6.11, a maioria dos emigrantes portugueses (59,1%) refere que não tem uma residência construída de raiz no local de origem, enquanto 40,9% respondem afirmativamente.



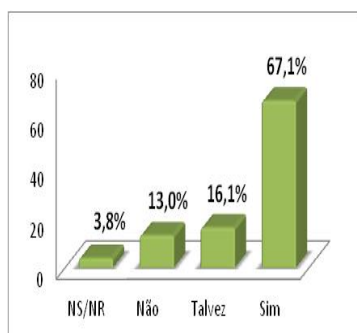
*Fonte: Elaboração Própria*

#### Gráfico 6.12 Classificação da residência construída de raiz em Portugal



Entre estes, a generalidade (65,5%) afirma que essa é a sua verdadeira casa e apenas 14,2% revelam-se indecisos (gráfico 6.12).

*Fonte: Elaboração Própria*

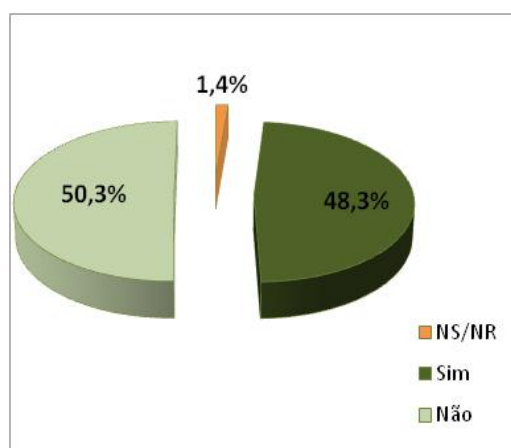


**Gráfico 6.13 Representação da cultura portuguesa na residência construída de raiz em Portugal**

Neste âmbito, a maioria dos inquiridos (67,1%) afirma que a residência construída de raiz em Portugal representa a sua cultura portuguesa, enquanto apenas 13% negam essa afirmação (gráfico 6.13).

*Fonte: Elaboração Própria*

**Gráfico 6.14 Frequenta (ou já frequentou) uma associação de emigrantes portugueses no país de emigração**

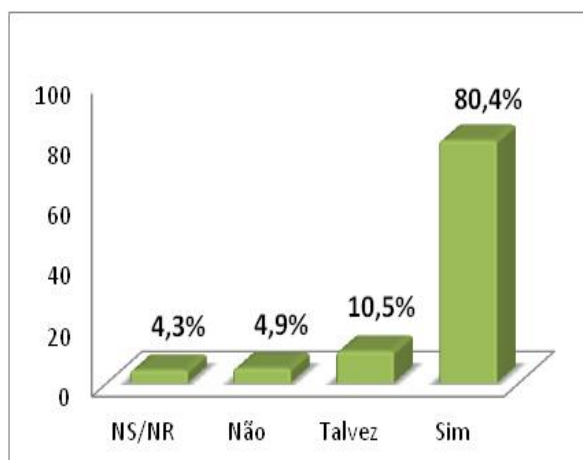


Por outro lado, argumentámos que a questão do reconhecimento da identidade cultural dos emigrantes portugueses é um elemento determinante para que as suas residências construídas de raiz nos locais de origem possam, no futuro, vir a ser classificadas como património cultural (ver capítulo 3).

*Fonte: Elaboração Própria*

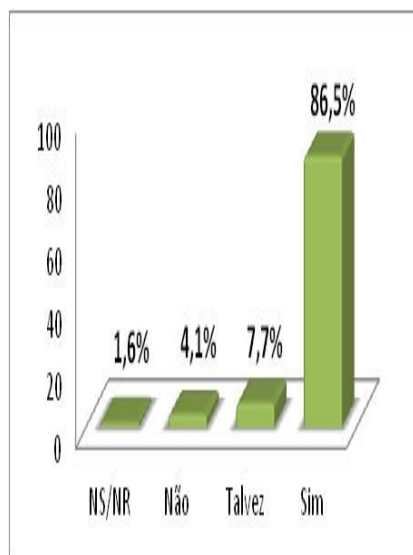
Neste contexto, os gráficos 6.14 e 6.15 permitem observar que quase metade dos inquiridos frequenta (ou já frequentou) uma associação de emigrantes portugueses no país de emigração (48,3%), bem como que a generalidade considera a sua participação neste tipo de associações como uma forma de manter a cultura portuguesa (80,4%).

**Gráfico 6.15 A participação em associações de emigrantes portugueses como forma de manter a cultura portuguesa**



*Fonte: Elaboração Própria*

**Gráfico 6.16 A cultura dos emigrantes portugueses**



A partir do gráfico 6.16 constata-se igualmente que a generalidade dos emigrantes portugueses afirma que a sua cultura é portuguesa (86,5%). A análise do perfil dos emigrantes que mais reconhece que a emigração não influenciou o seu sentido de identidade será desenvolvida na secção 6.8. No entanto, aquele fator, aliado ao facto da maioria afirmar também que a residência que construiu de raiz no seu local de origem é a sua verdadeira casa e representa a sua cultura portuguesa, permitem concluir pela confirmação de uma das hipóteses nucleares deste estudo.

*Fonte: Elaboração Própria*

Assim sendo, para a generalidade dos emigrantes portugueses a residência que construíram de raiz no seu local de origem é uma manifestação da sua identidade (cultural). Na tabela 6.3 verifica-se ainda que os fatores para os 4,1% de inquiridos que mais justificam a sua

cultura ser diferente da portuguesa e os 7,7% que estão indecisos são, sobretudo, a estabilidade económica no país de emigração (1,5%), a sua situação profissional satisfatória/boa no país de emigração (1,4%) e terem uma posição social satisfatória/boa no país de emigração (1,4%).

Os outros motivos apresentados pelos próprios inquiridos, com apenas 2% das respostas, baseiam-se: i) na imagem negativa que têm do próprio país, quando mencionam “a falta de valores que se praticou nos últimos quinze anos em Portugal, viver acima das posses”; “a mentalidade *mesquinha* dos cidadãos portugueses não se identifica com a minha personalidade”; “não me identifico com os valores sociais em Portugal”; “não quero ser *tuga*, é sinónimo de desleixo”; “os portugueses em Portugal veem os portugueses que vivem fora com inveja, ou outra coisa qualquer, e não sei porquê pensam que são melhores do que nós que estamos fora”; ii) na duração da emigração, ao mencionarem “quarenta e seis anos de emigração”; “os meus pais emigraram para a Suécia quando tinha seis meses e eu emigrei da Suécia para o Luxemburgo com trinta e três anos, pelo banco onde sou empregado”; “vivi em várias partes do mundo com base sempre no Brasil”; iii) no contacto com outra/s cultura/s, quando referem “a multiculturalidade em que vivo”; “convívio com outras nacionalidades”; iv) na existência de filho/s no país de emigração, “filho nascido e educado no país de emigração”; “tenho os meus filhos e netos no país de emigração”; v) na identificação com uma cultura europeia e não portuguesa, “partilho de uma cultura europeia, Portugal está fechado sobre si mesmo, não há verdadeira integração cultural europeia”; e ainda vi) na primazia da sua etnia sobre a nacionalidade, “acima da minha nacionalidade está a minha etnia, sou cigano”.

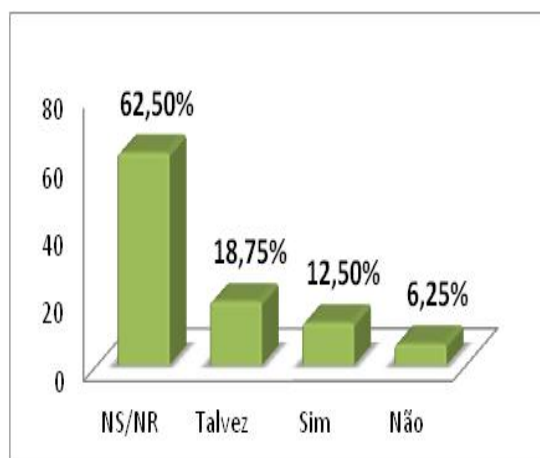


**Tabela 6.3 Fatores que contribuem para que os emigrantes tenham uma cultura diferente da portuguesa**

<b>Fatores que contribuem para uma cultura diferente da portuguesa</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
a) Os meus pais não me terem transmitido a cultura portuguesa.	11	0,2
b) Ter emigrado com intenção de não regressar mais a Portugal.	16	0,3
c) Ter mais amigos no país de emigração.	63	1,1
d) Os meus familiares levarem-me a afastar da cultura portuguesa.	5	0,1
<b>e) A minha situação profissional ser satisfatória/boa no país de emigração.</b>	<b>81</b>	<b>1,4</b>
f) Ter construído uma residência no país de emigração.	49	0,9
<b>g) Ter estabilidade económica no país de emigração.</b>	<b>86</b>	<b>1,5</b>
<b>h) Ter uma posição social satisfatória/boa no país de emigração.</b>	<b>81</b>	<b>1,4</b>
i) Viver numa área “rural” no país de emigração.	10	0,2
j) Ir poucas vezes a Portugal.	17	0,3
l) Ter pouco contacto com a cultura portuguesa.	24	0,4
m) Identificar-me mais com a cultura do país de emigração.	46	0,8
n) Utilizar pouco a língua portuguesa.	20	0,4
o) Os naturais do país de emigração também compreendem a língua portuguesa.	12	0,2
p) Ter adquirido a cidadania do país de emigração.	27	0,5
q) Ter pouco contacto com os familiares e/ou amigos de Portugal.	15	0,3
r) A comunidade portuguesa não ter apoio das instituições no país de emigração.	21	0,4
s) Os portugueses não terem importância na política/sociedade/cultura no país de emigração.	22	0,4
t) Ouvir/ver poucas vezes a rádio/TV de Portugal.	22	0,4
u) Estar casado/a ou viver em união de facto com um/a natural do país de acolhimento.	22	0,4
v) Outra.	11	0,2
Nenhum dos fatores mencionados.	16	0,3
<b>Não se aplica</b>	<b>5023</b>	<b>88,1</b>
Total	5700	100,0

*Fonte: Elaboração Própria*

### Gráfico 6.17 Possibilidade da residência construída no concelho de origem ser património cultural



Finalmente, quando questionados sobre a possibilidade desta residência poder vir a ser classificada como património cultural, à exceção de 62,5% que não sabem ou não responderam a esta questão, verificamos que 12,5% respondem afirmativamente e quase 19% referem que essa situação é uma probabilidade (gráfico 6.17).

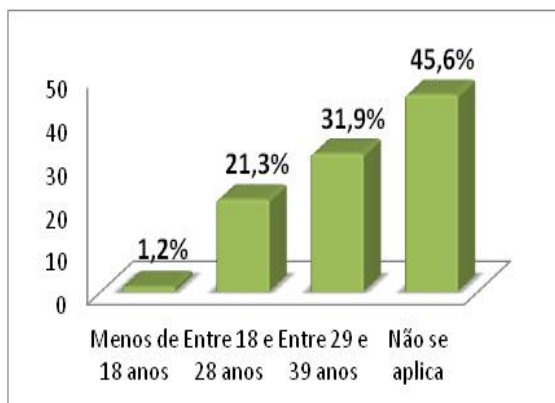
*Fonte: Elaboração Própria*

## 6.4 A propensão para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal

Nos capítulos 3 e 4 argumentámos que as despesas turísticas criam mais emprego e rendimento do que qualquer outro setor da economia e que os emigrantes portugueses, quando regressam, dirigem-se preferencialmente para as regiões de origem e podem vir com formação e experiência profissional na área do turismo, bem como com capital social e financeiro, obtidos durante a sua experiência de emigração. É com base neste cenário que o debate apresentado nesta secção se centra em duas hipóteses nucleares desta tese nomeadamente, na existência de um conjunto de fatores que condiciona o regresso e a fixação da “nova geração” de emigrantes portugueses aos seus locais de origem e na sua contribuição para o desenvolvimento do turismo sustentável nesses locais (ver secção 6.3). Como explicámos na secção 6.3, o preenchimento da parte III do questionário foi destinado exclusivamente a emigrantes portugueses com idade compreendida entre os 18-39 anos (a metade mais jovem considerada como ativa) por se tratarem dos agentes de desenvolvimento considerados nesta tese. Assim, a parte III do questionário não se aplica a

45,6% da totalidade de inquiridos, ou seja, 54,4% têm idade igual ou inferior a 39 anos (gráfico 6.18).

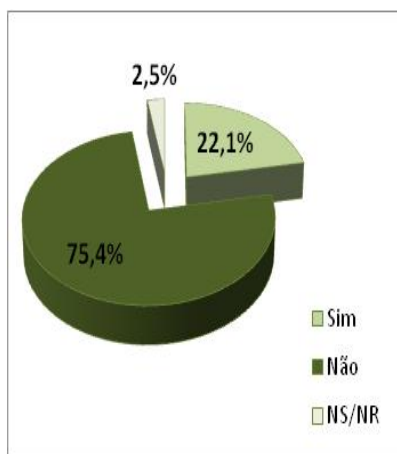
**Gráfico 6.18 Idade dos emigrantes portugueses**



Destes 54,4% em idade ativa, verifica-se que 1,2% têm idade inferior a 18 anos, 21,3% têm idade compreendida entre os 18 e os 28 anos e 31,9% têm idade entre os 29 e os 39 anos (gráfico 6.18).

*Fonte: Elaboração Própria*

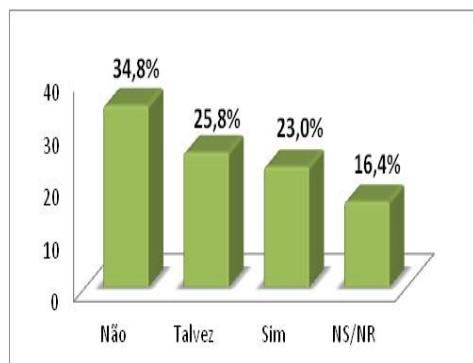
**Gráfico 6.19 Frequenta (ou já frequentou) uma associação de emigrantes portugueses no país de emigração – “nova geração” de emigrantes**



Neste sentido, importa em primeiro lugar averiguar até que ponto os contextos de sociabilização nas associações de emigrantes portugueses nos países de acolhimento contribuíram para que a “nova geração” de emigrantes pretenda regressar e fixar-se no local de origem, em Portugal. Assim, a maioria dos inquiridos (75,4%) refere não frequentar (nem ter frequentado) uma associação de emigrantes portugueses no país de emigração (gráfico 6.19).

*Fonte: Elaboração Própria*

### Gráfico 6.20 Participação em associações de emigrantes portugueses e a sua influência no regresso

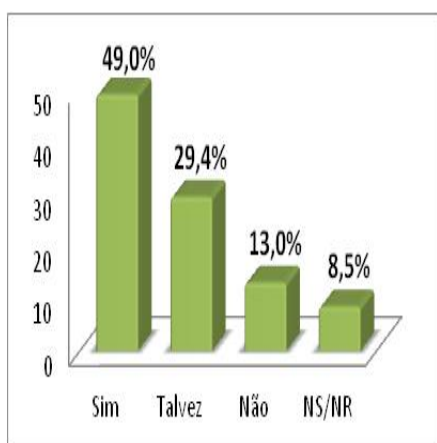


Dos 22,1% que frequentam (ou já frequentaram), a maioria refere que a sua participação nestas associações portuguesas no país de emigração não tem contribuído para que sintam vontade de regressar e fixarem-se em Portugal (34,8%), enquanto 23% confirmam essa situação (gráfico 6.20).

*Fonte: Elaboração Própria*

Outra conclusão que é possível tirar, é que a maioria da “nova geração” de emigrantes portugueses gostaria de poder regressar e fixar-se em Portugal, independentemente de frequentar (ou ter frequentado) uma associação de emigrantes no país de acolhimento.

### Gráfico 6.21 Vontade de regressar ao local de origem



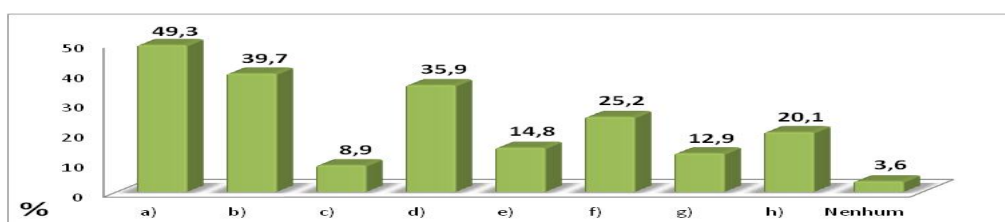
Assim sendo, podemos observar que quase metade ou 49% dos inquiridos afirma que gostaria de regressar e fixar-se no local de origem e 29,4% mencionam também que é uma possibilidade (gráfico 6.21).

*Fonte: Elaboração Própria*

Na perspetiva dos emigrantes portugueses, os fatores mais importantes para essa tomada de decisão são, sobretudo, poderem ter oportunidades de emprego (49,3%) e de rendimento (39,7%) (gráfico 6.22). Estes resultados permitem confirmar os argumentos desenvolvidos no capítulo 3, sobre a mobilidade dos emigrantes portugueses. Neste âmbito, argumentámos que as oportunidades de emprego e de rendimento são uma das condições

mínimas e não a motivação principal para que os emigrantes portugueses regressem aos locais de origem, uma vez que a ligação à família e ao lugar ou estilo de vida “rural” (consubstanciado num passado “tradicional” ou oposição ao “urbano”) constituem-se igualmente como um fator de atração nessa tomada de decisão. Embora apenas 8,9% dos inquiridos tenha dado importância ao estilo de vida “rural”, destacamos 35,9% dos que mencionam ser importante viverem próximo dos seus familiares em Portugal. Considerando ainda que 25,2% dos emigrantes portugueses referem a existência de infraestruturas no local de origem para que possam regressar (gráfico 6.22), bem como que quase metade ou 49,9% têm origem em concelhos com menor índice de centralidade (ver secção 6.2), destacamos a necessidade de um maior nível de desenvolvimento nesses locais, no sentido de influenciar positivamente o processo de *reintegração* (ver capítulo 3).

**Gráfico 6.22 Fatores que condicionam o regresso<sup>1</sup>**

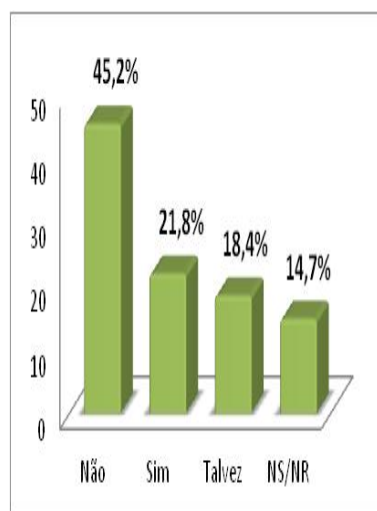


LEGENDA:	
a) Ter uma oportunidade de emprego.	49,3%
b) Ter oportunidades de rendimento.	39,7%
c) Ter um estilo de vida “rural”.	8,9%
d) Viver próximo dos meus familiares de Portugal.	35,9%
e) Regressar com o/s meus filho/s.	14,8%
f) Haver infraestruturas para viver e investir num negócio no local onde nasci.	25,2%
g) Ter uma residência no local onde nasci.	12,9%
h) Poder exercer uma atividade remunerada, por conta própria, no setor do turismo.	20,1%
Nenhuma	3,6%
Total	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

<sup>1</sup> Ao longo deste capítulo a categoria “Nenhum/a” refere-se à percentagem de inquiridos que deveriam ter escolhido pelo menos uma opção de resposta à pergunta e não o fizeram. Assim, esta percentagem não se refere aos inquiridos a quem “não se aplica” a pergunta, mas sim aos que deveriam ter respondido e não o fizeram.

### Gráfico 6.23 Potencial da residência do local de origem ser considerada como património cultural

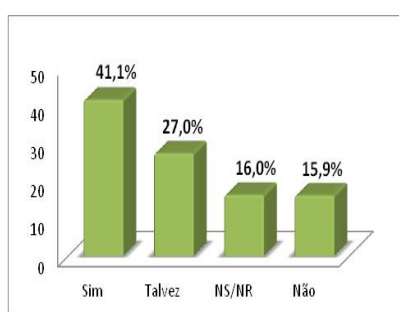


Por outro lado, ao argumentarmos que a ativação, conservação e valorização do património cultural, pelo turismo, apresentam potencialidades capazes de transformar a economia e a sociedade, com vista ao desenvolvimento “rural” (ver capítulo 3), verificamos que apenas 21,8% dos emigrantes portugueses responderam afirmativamente à questão de a residência que possuem no concelho de origem ter potencial para vir a ser classificada como património cultural e 18,4% referem que é uma possibilidade (gráfico 6.23).

Fonte: Elaboração Própria

Para o aproveitamento do património cultural construído, com fins de alojamento turístico em zonas “rurais”, a evidência empírica sugere que as vantagens económicas, entre outros fatores, apresentam-se com potencialidade para persuadir os emigrantes da “nova geração” a alugarem a sua propriedade (ver capítulo 3).

### Gráfico 6.24 Influência da isenção de Imposto sobre Imóveis no aluguer de quartos



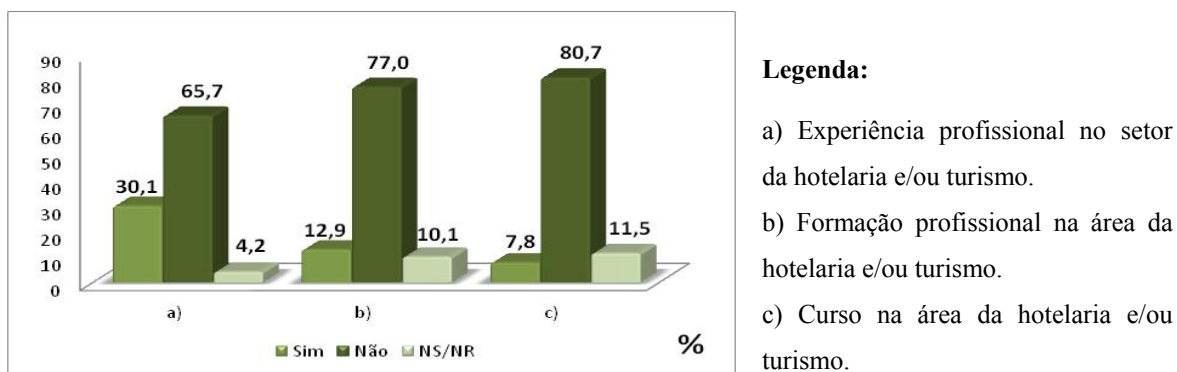
Este argumento confirma-se igualmente nos resultados obtidos neste estudo, já que 41,4% dos emigrantes portugueses confirmam e 27% referem ser uma possibilidade alugar quartos a turistas na residência do concelho onde nasceram, caso beneficiem de isenção de imposto sobre imóveis (gráfico 6.24).

Fonte: Elaboração Própria

A análise que se segue surge no intuito de verificar se a “nova geração” de emigrantes portugueses possui conhecimentos formais e experiência profissional na área da hotelaria e/ou turismo, um dos objetivos preconizados nesta tese (ver secção 6.3). Contudo, no

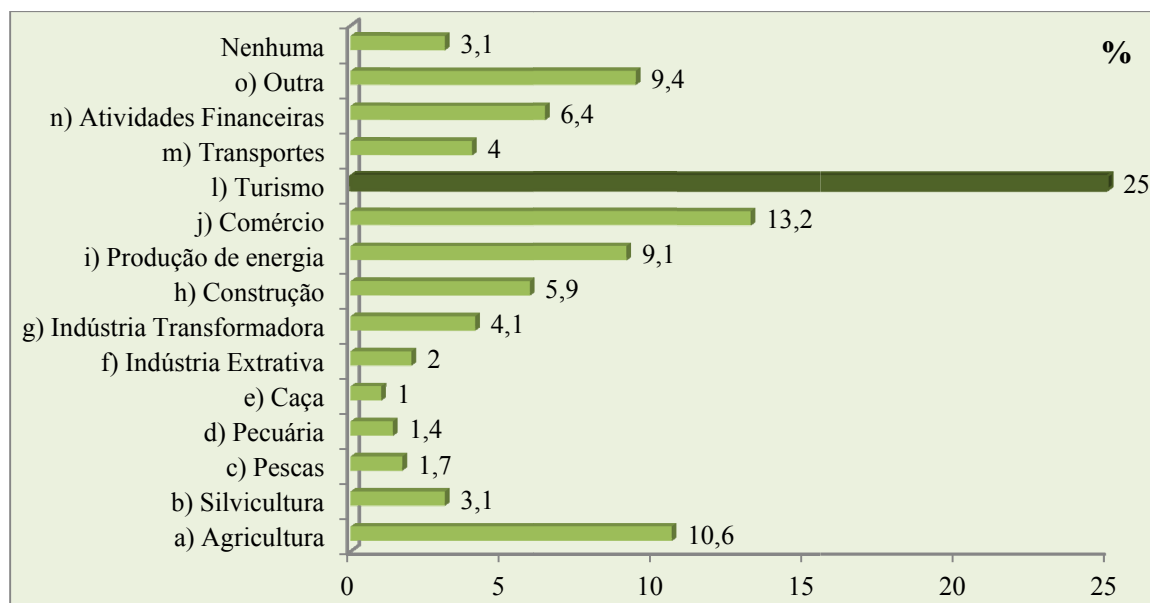
gráfico 6.25 constatamos que apesar de 30,1% dos inquiridos afirmar ter experiência profissional no setor da hotelaria e/ou turismo, durante a emigração, 12,9% referem ter formação profissional e apenas 7,8% afirmam ter curso nesta área.

**Gráfico 6.25 Conhecimentos formais e experiência profissional na área da hotelaria e/ou turismo**

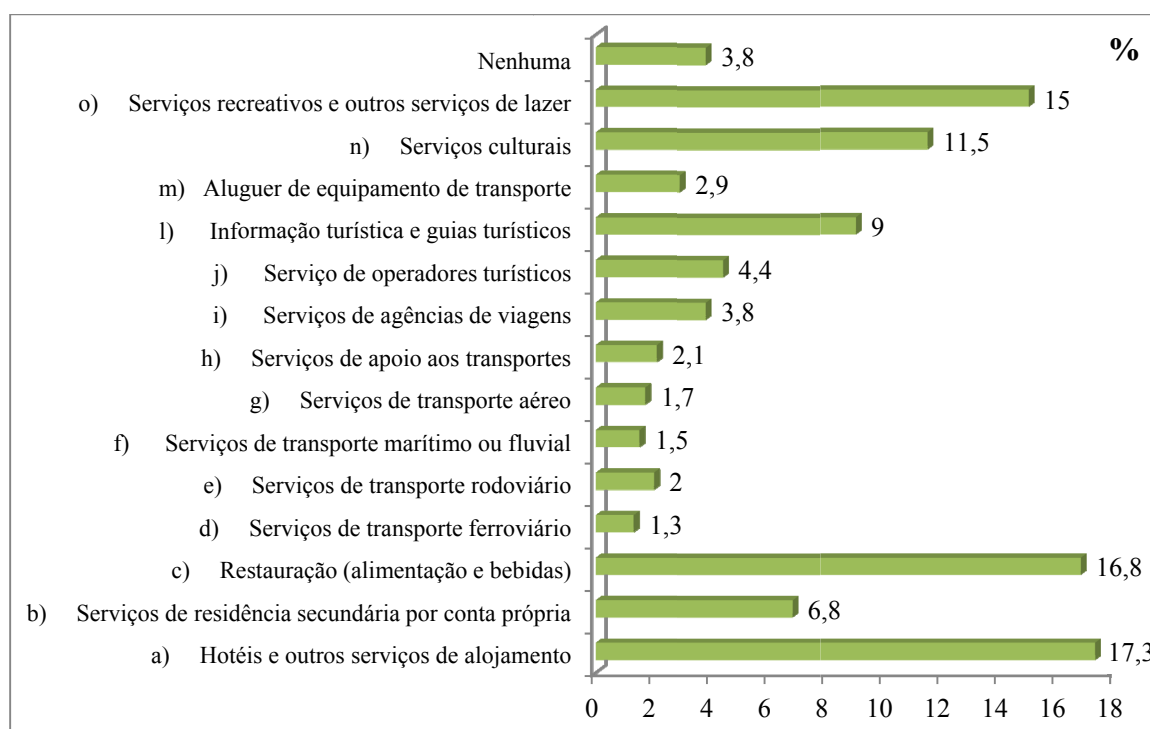


Fonte: Elaboração Própria

Outra conclusão importante desta pesquisa, obtida através do questionário, está relacionada com a opinião dos emigrantes portugueses em relação à área onde mais gostariam de investir em Portugal, em que o turismo surge com a maior percentagem de respostas (25%), seguindo-se o comércio (13,2%) e a agricultura (10,6%) (gráfico 6.26). Foram ainda referidas, pelos próprios inquiridos, outras áreas de investimento - opção “Outra” (9,4%). Nesta opção de resposta, as áreas mais mencionadas foram a “saúde” (14,4%), “educação/ensino” (7,7%), “desporto” (5,6%), “informática” (5%), “tecnologia” (4%) e outras áreas (63,5%). Se um dia viessem a investir no setor do turismo em Portugal, o gráfico 7.27 revela que as áreas que os emigrantes mais mencionam são hotéis e outros serviços de alojamento (17,3%), restauração (alimentação e bebidas) (16,8%) e serviços recreativos e outros serviços de lazer (15%).

**Gráfico 6.26 Áreas de investimento em Portugal<sup>2</sup>**

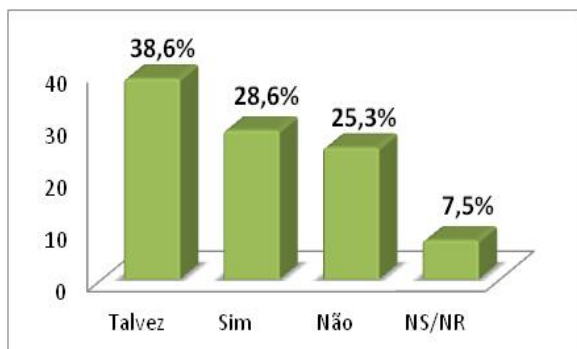
Fonte: Elaboração Própria

**Gráfico 6.27 Áreas de investimento no setor do turismo em Portugal<sup>2</sup>**

Fonte: Elaboração Própria

<sup>2</sup>Ao longo deste capítulo, a categoria “Nenhum/a” refere-se à percentagem de inquiridos que deveriam ter escolhido pelo menos uma opção de resposta à pergunta e não o fizeram.



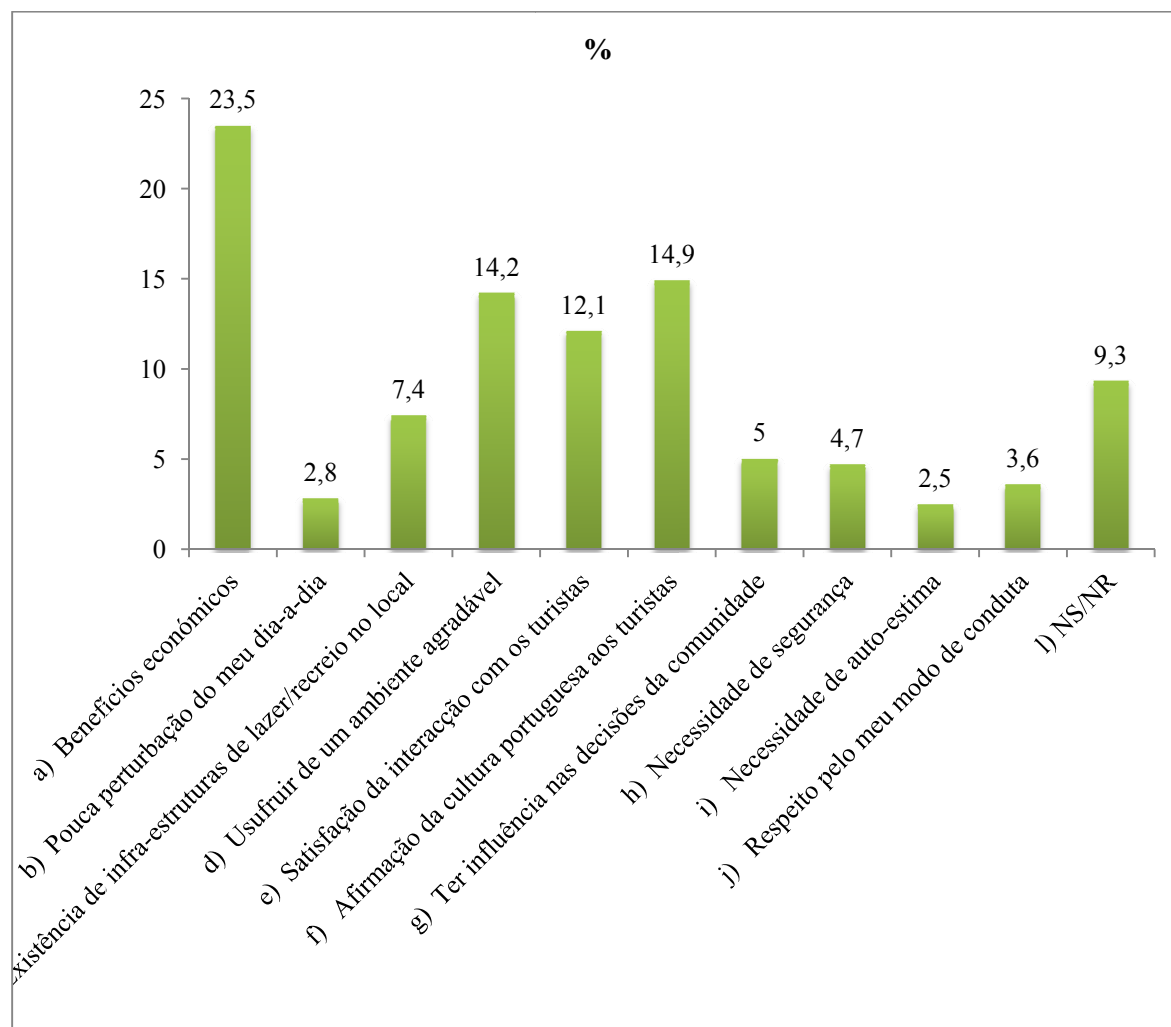
**Gráfico 6.28 Desejo de ter um emprego na área do turismo em Portugal**

Embora o turismo seja uma das áreas onde os emigrantes portugueses da “nova geração” mais gostariam de poder investir em Portugal, o emprego nesta área assume-se apenas como uma possibilidade para a maioria (38,6%) (gráfico 6.28).

*Fonte: Elaboração Própria*

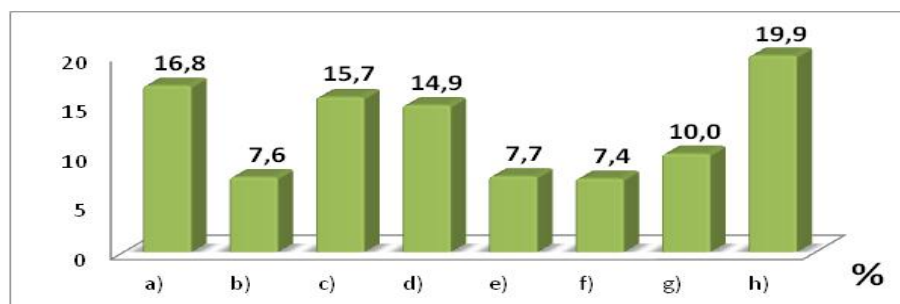
Neste âmbito, a generalidade refere também que os benefícios económicos determinariam essa pretensão (23,5%), enquanto 14,9% mencionam ainda a afirmação da cultura portuguesa aos turistas e 14,2% referem o usufruto de um ambiente agradável (gráfico 6.29). A afirmação da cultura portuguesa como um dos fatores mais mencionados pela “nova geração” de emigrantes portugueses, para desejarem um emprego na área do turismo em Portugal, leva-nos ainda a complementar a análise da secção anterior, nomeadamente que os emigrantes portugueses, inclusive os da “nova geração”, assumem a sua cultura como portuguesa. Por se pretender conhecer a propensão da “nova geração” de emigrantes portugueses para exercer uma profissão na área do turismo no seu local de origem (ver secção 6.3) o gráfico 6.30 permite verificar que, na sua perspetiva, esta alternativa de emprego face às ocupações tradicionais em Portugal permitir-lhes-ia obter mais rendimento (16,8% de respostas), benefícios diretos e indiretos com o turismo (15,7%) e a oportunidade de trabalhar no local onde nasceram (14,9%). Constata-se ainda que, 19,9% dos emigrantes não sabem (ou não respondem) se o turismo pode ser uma alternativa às ocupações tradicionais nos seus locais de origem (gráfico 6.30). Apesar do investimento e atividade profissional no setor do turismo em Portugal serem um desejo para a generalidade dos emigrantes portugueses (ver gráficos 6.26 e 6.28), observámos também que a maioria não tem conhecimentos formais na área da hotelaria e/ou turismo, o que poderá explicar, em parte, alguma relutância em responder a esta questão (ver gráfico 6.25).

**Gráfico 6.29** Influência de alguns fatores no desejo de ter um emprego na área do turismo, em Portugal



Fonte: Elaboração Própria

**Gráfico 6.30 O emprego no setor do turismo como alternativa às ocupações tradicionais**



**LEGENDA:**

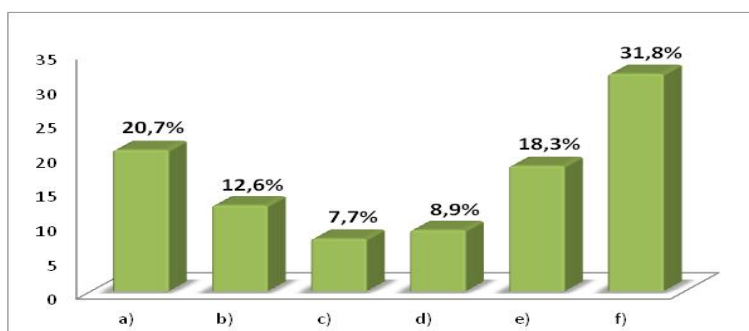
O emprego no setor do turismo é uma alternativa às ocupações tradicionais porque:	Nº	%
a) Teria mais rendimento.	785	16,8%
b) Iria exercer uma profissão com prestígio.	354	7,6%
c) Teria benefícios diretos e indiretos com o turismo.	731	15,7%
d) Teria oportunidade de trabalhar no local onde nasci.	693	14,9%
e) Economicamente dependeria, sobretudo, do turismo.	358	7,7%
f) Teria uma participação política mais ativa no local onde nasci.	347	7,4%
g) Poderia combinar o trabalho não pago (doméstico e outro) com o trabalho pago.	464	10,0%
h) NS/NR	927	19,9%
Total	4659	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

No capítulo 4 argumentámos que a agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, poderá funcionar como atividade complementar ao turismo, fornecendo assim um suplemento substancial para o rendimento da “nova geração” de emigrantes nos seus locais de origem. Neste âmbito, a generalidade (ou 31,8%) não sabe ou não responde a esta questão (gráfico 6.30). O facto de 47,8% dos emigrantes portugueses serem oriundos de concelhos com maior índice de centralidade pode, eventualmente, explicar este resultado e um maior distanciamento com a prática da agricultura no local de origem (ver gráfico 6.5). Em alternativa, as razões mais mencionadas pelos emigrantes que justificam a prática da agricultura para autoconsumo, aliada ao emprego no setor do turismo nos seus locais de origem são o facto da residência do local onde nasceram ter horta e/ou latadas (20,7%), seguindo-se a possibilidade de aumentar o rendimento disponível (18,3%) e porque possuem terras de cultivo dispersas no local onde nasceram (12,6%) (gráfico 6.31). Estes resultados confirmam, de certa forma, a caracterização das casas dos emigrantes descrita no

capítulo 3, uma vez que a generalidade tem horta, pomar e latadas nos lados e traseiras da casa e alguns emigrantes possuem outras terras de cultivo dispersas na aldeia de origem (ver Villanova et al, 1994). Voltaremos a esta questão na secção 6.9.

### Gráfico 6.31 A prática da agricultura para autoconsumo, aliada ao emprego no setor do turismo



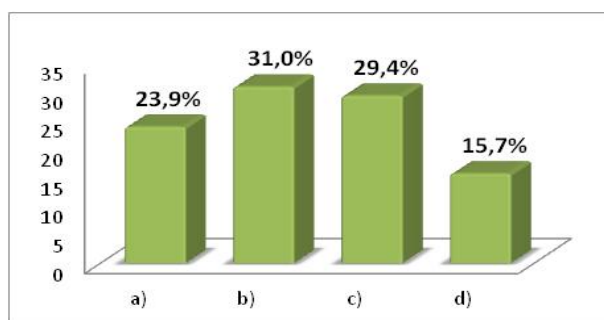
LEGENDA:		
Praticar agricultura para autoconsumo no local de origem porque:	Nº	%
a) A residência no local onde nasci tem horta e/ou latadas.	821	20,7
b) Posuo outras terras de cultivo dispersas no local onde nasci.	499	12,6
c) Quando estou em Portugal pratico agricultura.	305	7,7
d) Geralmente pratico agricultura com técnicas simples e não emprego inseticidas.	355	8,9
e) A agricultura de autoconsumo permite-me aumentar o rendimento disponível.	728	18,3
f) NS/NR	1263	31,8
Total	3971	100,0

Fonte: Elaboração Própria

Por outro lado, reconhecendo a existência de uma época sazonal do turismo, os dados apresentados através do gráfico 6.32 confirmam igualmente a suposição de que a idade jovem, combinada com as melhores oportunidades de emprego no local de origem, impulsionadas pelo turismo, influenciam a “nova geração” de emigrantes a optar por estar ativa no mercado laboral durante todo o ano, em vez de reclamar um possível rendimento suplementar do Estado (ver capítulo 4). Assim sendo, verifica-se que a maior percentagem de respostas dos inquiridos é em poder conciliar a atividade turística com outra atividade económica (31%) e o facto de a idade lhes permitir trabalhar durante todo o ano (29,4%).

A mesma análise segundo as diferentes idades dos emigrantes (da metade mais jovem considerada como ativa) será outro tema a discutir na secção 6.9.

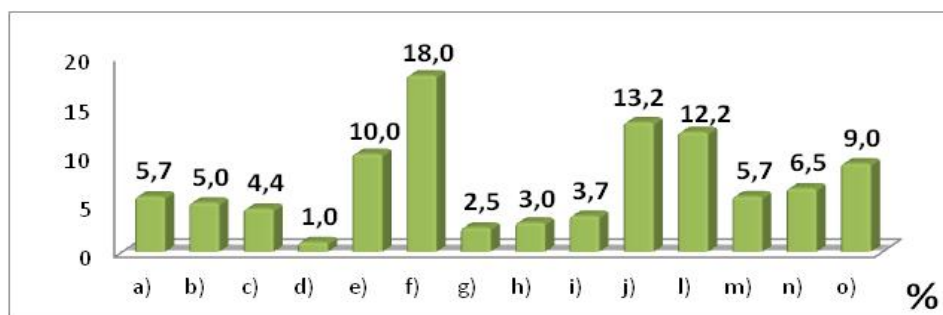
**Gráfico 6.32 Possibilidade de estarem ativos economicamente todo o ano ou de usufruírem de um apoio do Estado**



LEGENDA:		
Continuar a trabalhar em vez de usufruir de um apoio do Estado, porque:	Nº	%
a) Teria mais rendimento se estivesse a trabalhar durante todo o ano.	999	23,9
<b>b) Poderia conciliar a atividade turística com outra atividade económica.</b>	<b>1293</b>	<b>31,0</b>
<b>c) A minha idade permitir-me-ia trabalhar durante todo o ano.</b>	<b>1227</b>	<b>29,4</b>
d) NS/NR	656	15,7
Total	4175	100,0

*Fonte: Elaboração Própria*

A maioria dos emigrantes portugueses refere que gostaria de controlar o seu próprio horário de trabalho para poder conciliar melhor o trabalho com a vida familiar/social (18%), seguindo-se 13,2% de inquiridos que se justificam com o maior nível de satisfação com o emprego e 10% que mencionam ter mais do que uma profissão (gráfico 6.33). O perfil dos emigrantes que revelam uma atitude mais positiva relativamente ao regime de flexibilidade laboral no local de origem será outra análise a desenvolver na secção 6.11.

**Gráfico 6.33 Motivo para pretenderem o regime de flexibilidade laboral em Portugal**

<b>LEGENDA:</b>		
<b>Controlar o próprio horário de trabalho porque:</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
a) Iria exercer uma profissão na área do turismo.	412	5,8
b) Também iria querer praticar agricultura, fundamentalmente para autoconsumo.	367	5,0
c) Quero ter um estilo de vida “rural” (de origem).	321	4,4
d) Tenho dificuldade em arranjar um emprego permanente.	73	1,0
<b>e) Poderia ter mais do que uma profissão.</b>	<b>728</b>	<b>10,0</b>
<b>f) Poderia conciliar melhor o trabalho com a minha vida familiar/social.</b>	<b>1312</b>	<b>18,0</b>
g) Seria mais fácil cumprir com os compromissos de saúde (entre outros).	181	2,5
h) Poderia dedicar mais tempo ao trabalho doméstico.	218	3,0
i) Teria menos cansaço ao final do dia.	268	3,7
<b>j) Teria maior nível de satisfação com o emprego.</b>	<b>964</b>	<b>13,2</b>
<b>k) Seria mais produtivo/a no trabalho.</b>	<b>891</b>	<b>12,2</b>
l) Teria menos intenção de mudar de profissão.	413	5,7
m) Teria menos pressão.	473	6,5
n) NS/NR	658	9,0
Total	7279	100,0

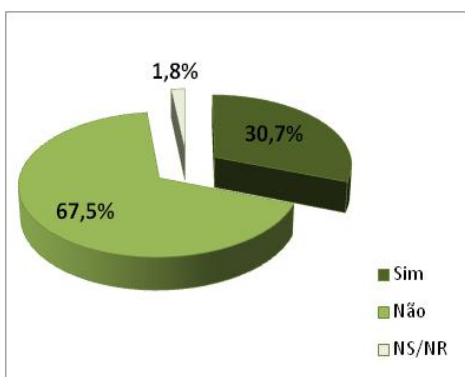
*Fonte: Elaboração Própria*

## 6.5 A possibilidade de melhoria da posição da mulher no contexto da residência e da sociedade em geral

Pelo facto de argumentarmos que os homens e as mulheres não beneficiam de igual modo do desenvolvimento do turismo sustentável nos seus locais de origem, todos os inquiridos que responderam à parte IV do questionário pertencem ao género feminino (ver capítulo 4). Neste sentido, esta secção, bem como a secção 6.7, pretendem avaliar até que ponto as condições objetivas das residências construídas de raiz pelos emigrantes portugueses nos

seus locais de origem, bem como o regresso e fixação da “nova geração” de emigrantes poderão contribuir para a reorganização familiar e para a melhoria da relação homem-mulher nesses locais (ver secção 6.3).

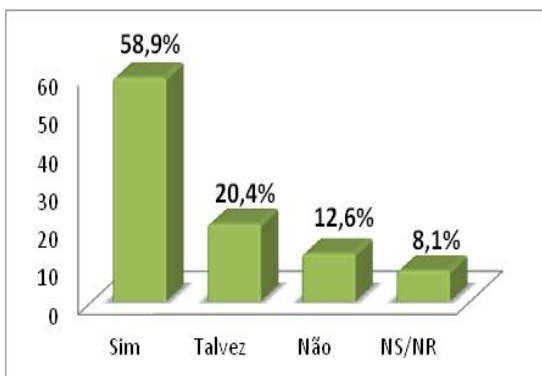
**Gráfico 6.34 Propriedade de residência construída de raiz em Portugal**



Assim, no gráfico 6.34 verifica-se que apenas 30,7% das inquiridas têm residência construída de raiz em Portugal.

*Fonte: Elaboração Própria*

**Gráfico 6.35 A possibilidade de habitar a residência construída de raiz no regresso a Portugal**



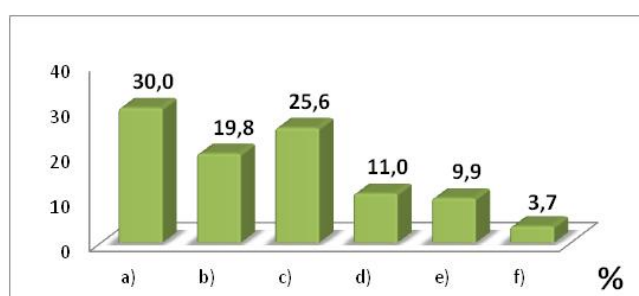
No entanto, entre estas, a generalidade (58,9%) afirma que habitaria e apenas 20,4% referem também que talvez habitassem a residência que construíram de raiz em Portugal, caso decidissem regressar definitivamente (gráfico 7.35).

*Fonte: Elaboração Própria*

As duas razões mais apontadas pelas inquiridas foram o facto da sua residência construída de raiz em Portugal ser o local onde gostariam de poder viver definitivamente (com 30% de respostas) e de no seu interior terem o seu próprio espaço (25%) (gráfico 6.36). Neste âmbito, no capítulo 4 foi argumentado que a instalação com carácter mais definitivo na

residência construída de raiz, pelos emigrantes nos seus locais de origem, e o aumento das suas áreas conduz as mulheres a um outro tipo de tratamento do espaço doméstico, mais próximo do lugar social que reivindicam e desejam assumir no interior da habitação, no emprego e na sociedade em geral.

**Gráfico 6.36 Razões que justificam habitarem a residência construída de raiz no regresso a Portugal**



LEGENDA:		
Razões que justificam habitarem a residência construída de raiz no regresso a Portugal:	Nº	%
a) A residência construída de raiz em Portugal é onde gostaria de poder viver definitivamente.	115	30,0
b) A residência construída de raiz em Portugal tem uma área de habitação bastante grande.	76	19,8
c) No interior da residência construída de raiz em Portugal tenho o meu próprio espaço.	98	25,6
d) Na residência construída de raiz em Portugal sou eu que assumo a gestão doméstica.	42	11,0
f) NS/NR	38	9,9
e) Outra	14	3,7
Total	383	100,0

*Fonte: Elaboração Própria*

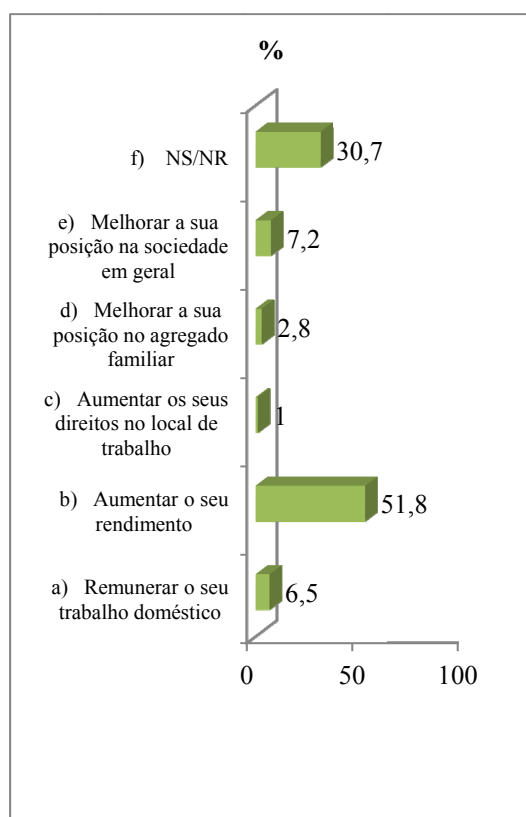
Relativamente à opção de resposta “Outra” (com apenas 3,7% das respostas) as inquiridas apresentaram outras justificações, que não constavam do questionário, nomeadamente: i) poderem viver próximo dos familiares (“Familiares perto”; “Viver perto dos meus pais, sou filha única”); ii) existência de laços afetivos (“É a minha casa construída com muito esforço”; “É a casa dos meus pais e está no centro de tudo”; “Porque é a casa dos meus pais, lugar onde cresci e onde fui feliz”; “Porque é minha! E o que é meu me pertence”); iii) pela localização (“Porque seria a solução para estar próximo do local de trabalho”; “Pondero viver num outro sítio caso tenha alguma oportunidade profissional mais interessante”; “Possibilidade de viver num sítio calmo, por exemplo onde tenho esta



casa”); iv) pela liberdade do estilo de vida (“liberdade no estilo de vida; possibilidade de trabalhar na área do comércio turístico. Contribuir para desenvolvimento cultural da minha região é algo que me concretizava pessoal e profissionalmente”); v) pelo fator económico (“Aspetto financeiro”, “É mais económico poder ficar na sua própria casa”; “É pequena”).

Por outro lado, argumentámos também que a exploração turística das residências dos emigrantes em Portugal poderá igualmente contribuir para remunerar o trabalho não pago, sobretudo o trabalho doméstico, quase sempre conduzido por mulheres e combinar as atividades reprodutivas com as produtivas, aumentando assim o seu rendimento, estatuto e direitos no local de trabalho, bem como ainda melhorando a sua posição no interior da residência e da sociedade em geral (ver capítulo 4).

**Gráfico 6.37 Razões que justificam habitar e alugarem quartos a turistas na residência do concelho de origem**

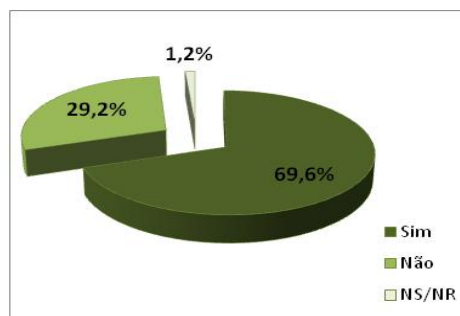


Assim, no gráfico 6.37 verifica-se que se a maioria decidisse habitar e alugar quartos a turistas na residência do concelho de origem seria, sobretudo, para aumentar o seu rendimento (51,8%), bem como melhorar a sua posição na sociedade em geral (7,2%). Contudo, verifica-se também que 30,7% não sabe ou não responde a esta questão muito provavelmente por não pretenderem alugar quartos na sua residência, ou ainda por não pretenderem fazê-lo sem qualquer tipo de incentivo para além do rendimento que poderiam usufruir. Neste âmbito, as vantagens económicas, pela isenção de imposto sobre imóveis, podem influenciar positivamente o arrendamento da propriedade do local de origem (ver secção 6.4).

*Fonte: Elaboração Própria*

Esta secção pretende também avaliar se o regresso e fixação da “nova geração” de emigrantes poderá contribuir para que a mulher reivindique o lugar social que deseja assumir no interior da habitação, no emprego e na sociedade em geral.

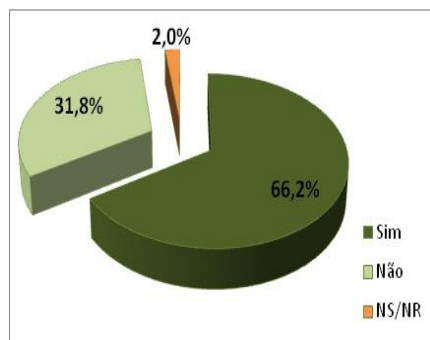
#### **Gráfico 6.38 Emigrantes do género feminino que vivem com o seu companheiro/a ou conjugue**



Deste modo, podemos observar no gráfico 6.38 que a maioria das inquiridas vive com companheiro/a ou cônjuge 69,6%.

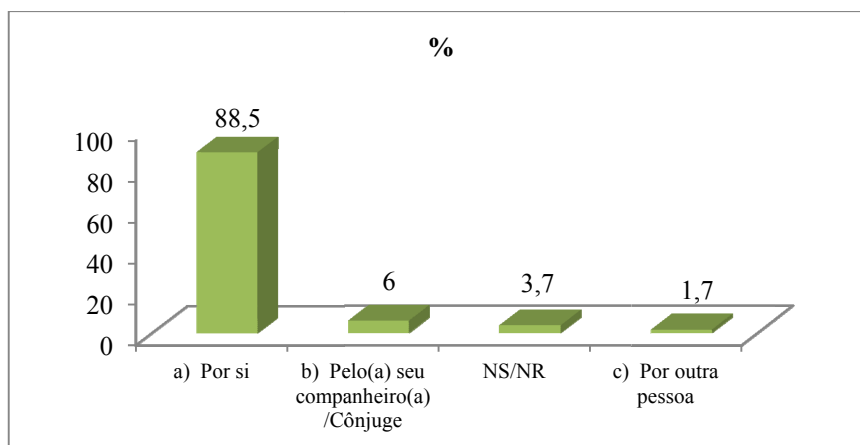
*Fonte: Elaboração Própria*

#### **Gráfico 6.39 Emigrantes do género feminino que realizam 60% (ou mais) das tarefas domésticas**



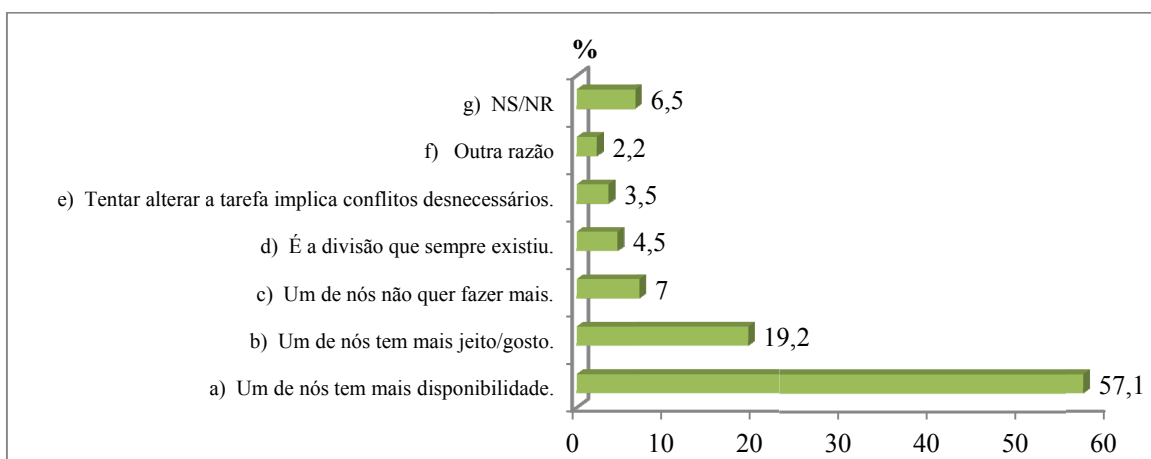
Entre estas, 66,2% afirmam que um dos membros do casal realiza 60% das tarefas domésticas ou mais (gráfico 6.39) e 88,5% das inquiridas afirmam que são as próprias a realizar essas tarefas (gráfico 6.40).

*Fonte: Elaboração Própria*

**Gráfico 6.40 Realização da maior percentagem das tarefas domésticas**

*Fonte: Elaboração Própria*

A sua maior disponibilidade (57,1%) e jeito/gosto (19,2%) são as razões mais mencionadas que justificam a realização da maior percentagem das tarefas domésticas (gráfico 6.41). Este resultado contribui para explicar que apenas 2,8% tenham referido que habitariam e alugariam quartos a turistas na residência do concelho de origem para melhorar a sua posição no agregado familiar (ver gráfico 6.37).

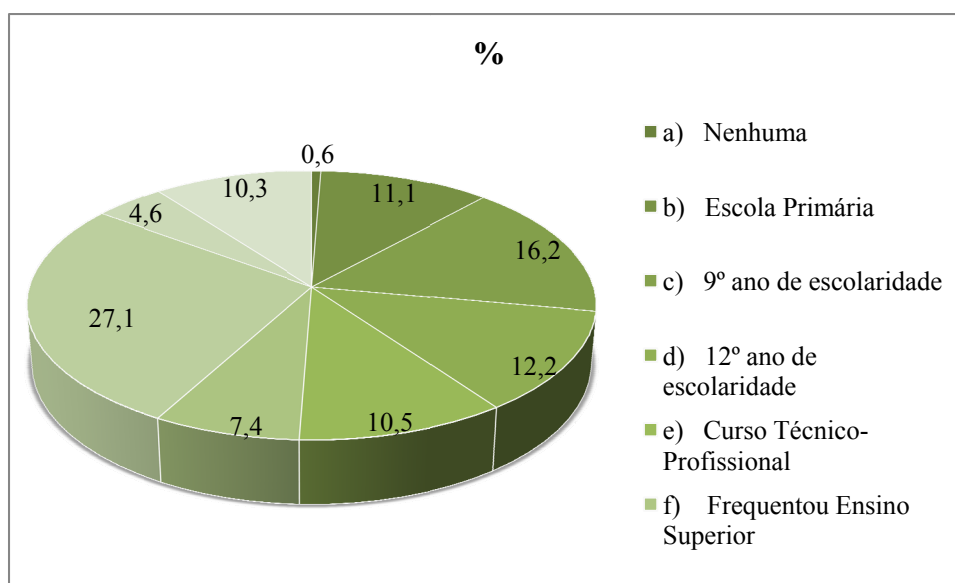
**Gráfico 6.41 Razões da distribuição das tarefas não ser equitativa**

*Fonte: Elaboração Própria*

## 6.6 O perfil socioeconómico do emigrante português

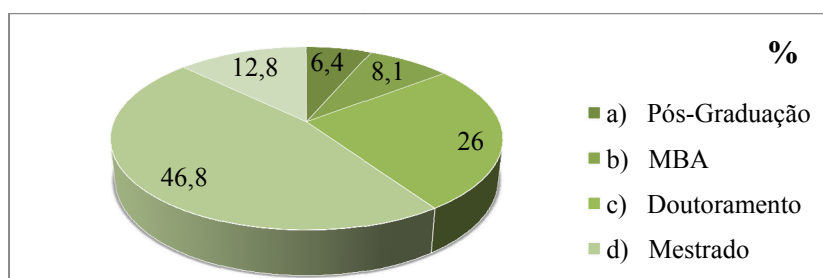
No gráfico 6.42 podemos observar que, em relação ao grau escolar dos emigrantes portugueses, a maioria possui curso superior (27,1%), 7,4% já frequentou o ensino superior, 4,6% possuem outro tipo de grau escolar e apenas 0,6% não têm qualquer grau de escolaridade. No gráfico 6.43 observamos também que, dos inquiridos que possuem outro tipo de grau escolar, 46,8% têm formação de Mestrado, 26% de Doutoramento, 8,1% de MBA e 6,4% de Pós-Graduação.

**Gráfico 6.42 Grau Escolar**



*Fonte: Elaboração Própria*

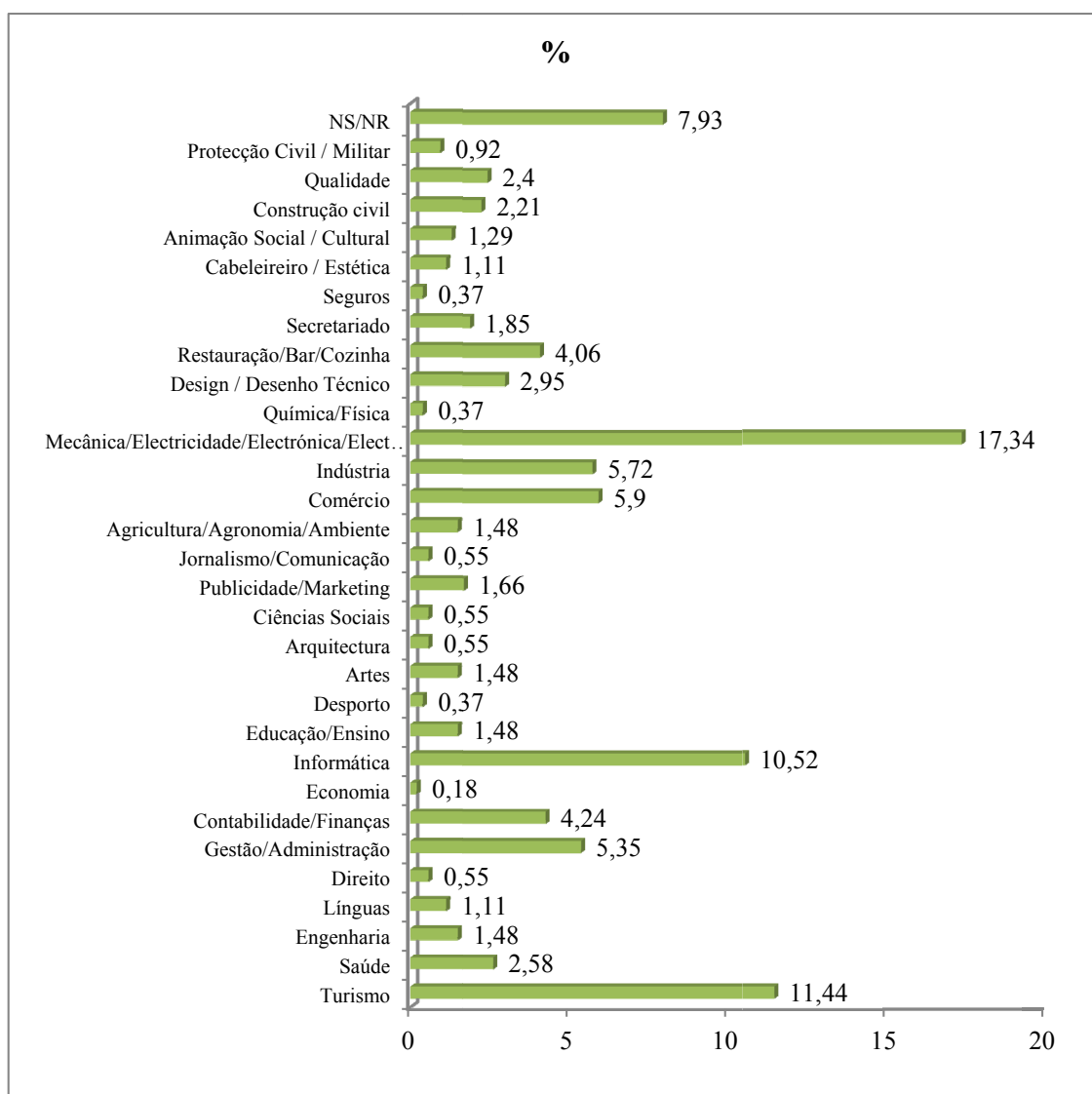
**Gráfico 6.43 Grau Escolar- Outro**



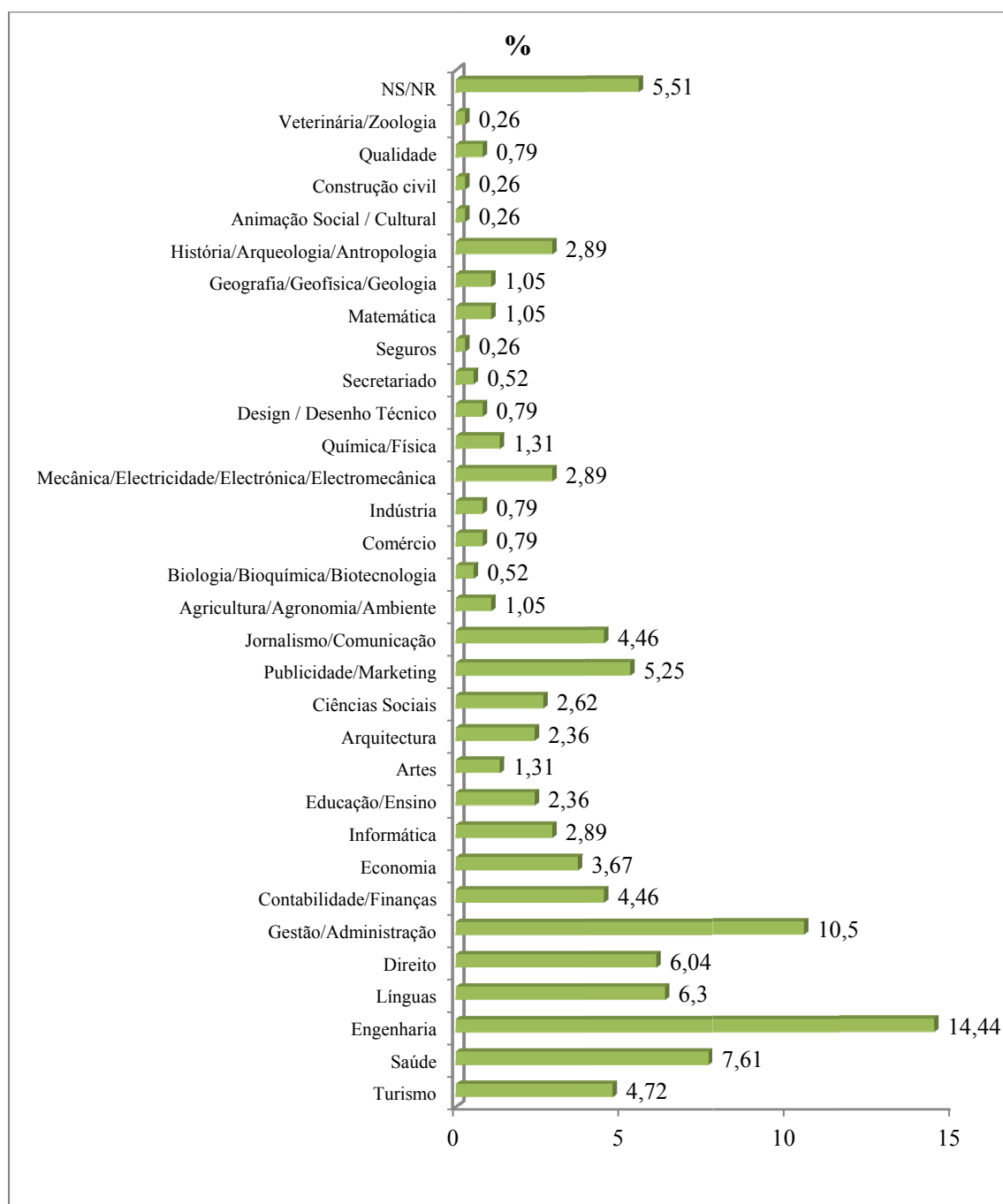
*Fonte: Elaboração Própria*

Contudo, os valores apresentados no gráfico 6.25 permitiram constatar que apenas 7,8% dos emigrantes portugueses têm cursos na área da hotelaria e/ou turismo. Neste âmbito, à exceção dos cursos técnico-profissionais, onde o turismo surge como a segunda área mais mencionada pelos inquiridos com 11,4% das respostas (gráfico 6.44), as áreas de formação superior mais referidas pelos emigrantes portugueses são as da engenharia, gestão/administração e saúde. Deste modo, entre os que frequentaram o ensino superior destacam-se 14,4% na área da engenharia, 10,5% na área da gestão/administração, 7,6% na área da saúde e apenas 4,7% na área do turismo (gráfico 6.45).

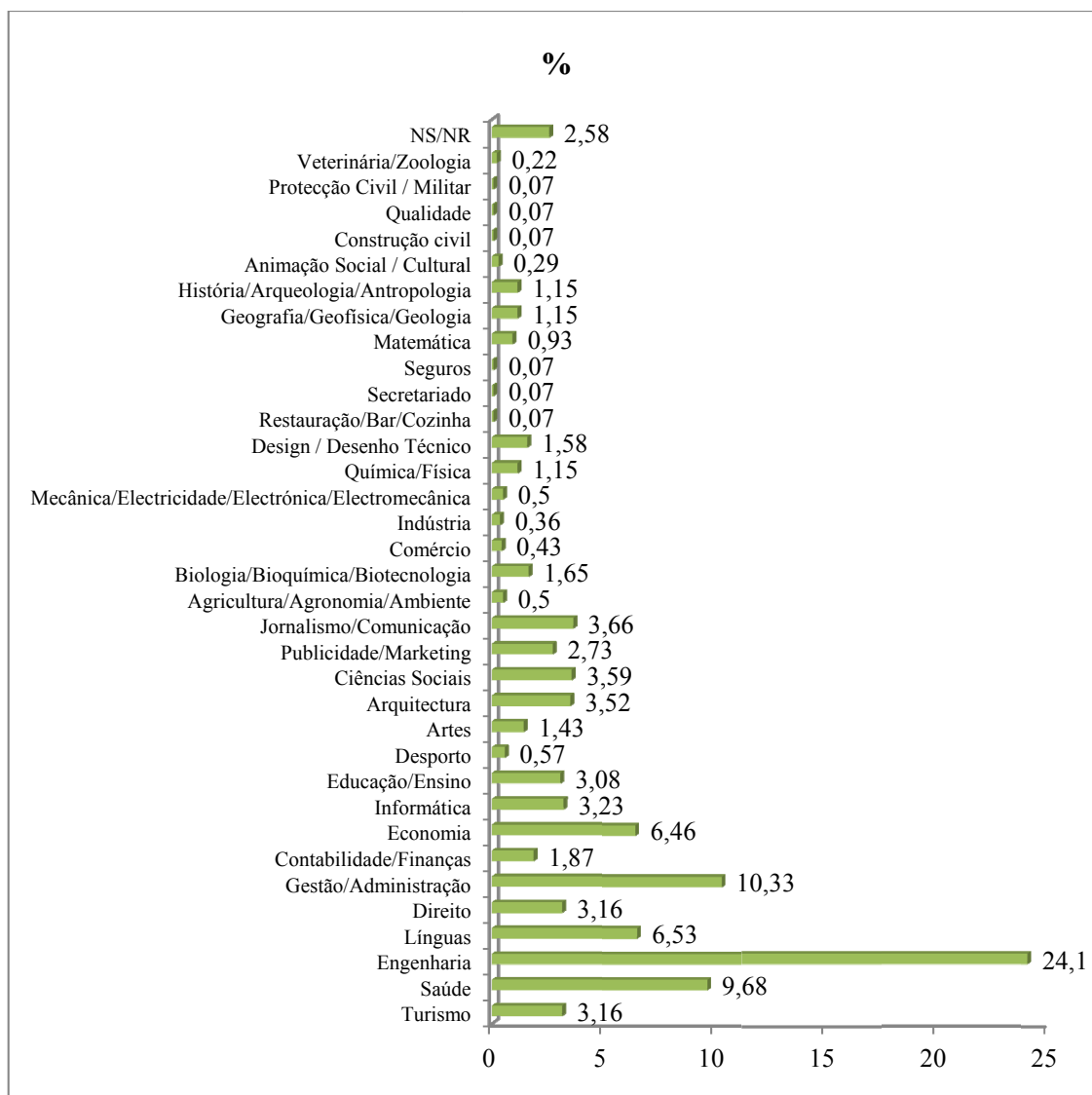
**Gráfico 6.44 Especificação do curso técnico-profissional**



*Fonte: Elaboração Própria*

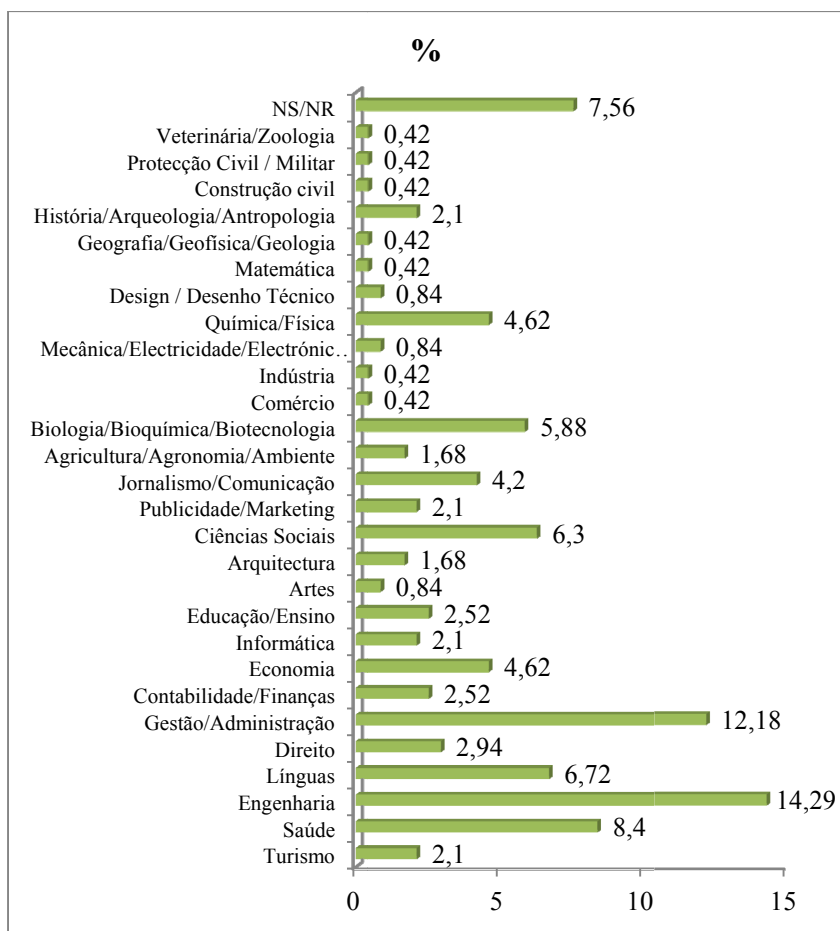
**Gráfico 6.45 Especificação do curso de frequência no ensino superior**

*Fonte: Elaboração Própria*

**Gráfico 6.46 Especificação do curso superior**

*Fonte: Elaboração Própria*

Em relação aos que têm curso superior, 24,1% formaram-se também nas áreas da engenharia, 10,3% em gestão/administração, 9,7% em saúde e apenas 3,2% na área do turismo (gráfico 6.46). Por último, em relação à área do outro tipo de formação destacam-se novamente as áreas da engenharia (14,3%), da gestão/administração (12,2%), da saúde (8,4%) e apenas 2,1% na área do turismo (gráfico 6.47).

**Gráfico 6.47 Especificação da área do outro tipo de formação**

*Fonte: Elaboração Própria*

Embora alguns inquiridos não tenham identificado o seu grau escolar especificaram um curso, pelo que as áreas que mais indicaram foram as da saúde (0,6%), mecânica / eletricidade / eletrónica / eletromecânica (0,4%) e secretariado (0,4%) (tabela 6.4). Em relação à atividade profissional dos emigrantes portugueses nos países de acolhimento podemos constatar que a maioria enquadra-se nas categorias profissionais de quadros superiores (17,7%) e trabalhadores qualificados ou especializados (15,4%), 6% são pequenos proprietários e apenas 1,6% estão empregados nas áreas de serviços/comércio/administrativos (gráfico 6.48).

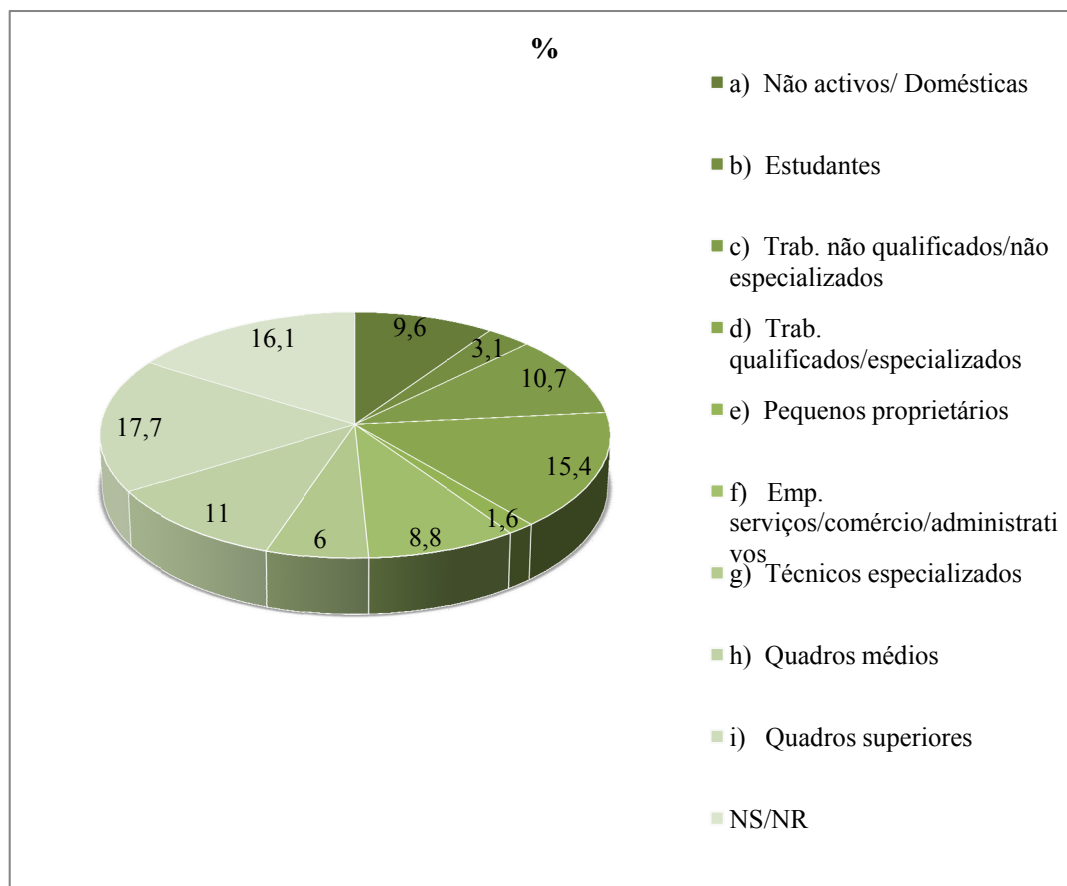


**Tabela 6.4 Cursos especificados pelos inquiridos que não identificaram o tipo de formação**

NS/NR	Nº	%
<b>a) Saúde</b>	<b>3</b>	<b>0,56</b>
b) Línguas	1	0,19
c) Economia	1	0,19
d) Arquitetura	1	0,19
e) Agricultura/Agronomia/Ambiente	1	0,19
f) Comércio	1	0,19
g) Indústria	1	0,19
<b>h) Mecânica/Eletricidade/Eletrónica/Eletromecânica</b>	<b>2</b>	<b>0,38</b>
<b>i) Secretariado</b>	<b>2</b>	<b>0,38</b>
NS/NR	520	97,56
Total	533	100,00

Fonte: Elaboração Própria

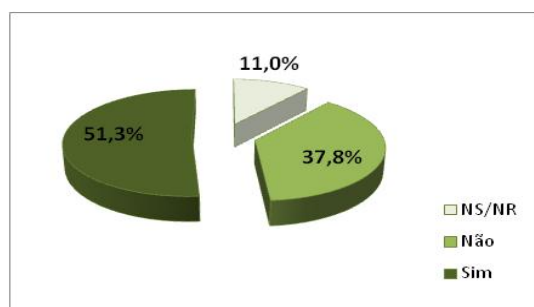
**Gráfico 6.48 Profissão dos emigrantes portugueses nos países de acolhimento**



Fonte: Elaboração Própria

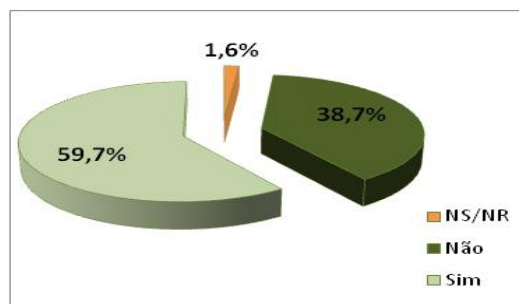
Por outro lado, os dados recolhidos evidenciam também que a maioria dos emigrantes portugueses tem filhos (51,3%) (gráfico 6.49). Entre estes, 59,7% são dependentes (gráfico 6.50).

**Gráfico 6.49 Existência de filhos**



*Fonte: Elaboração Própria*

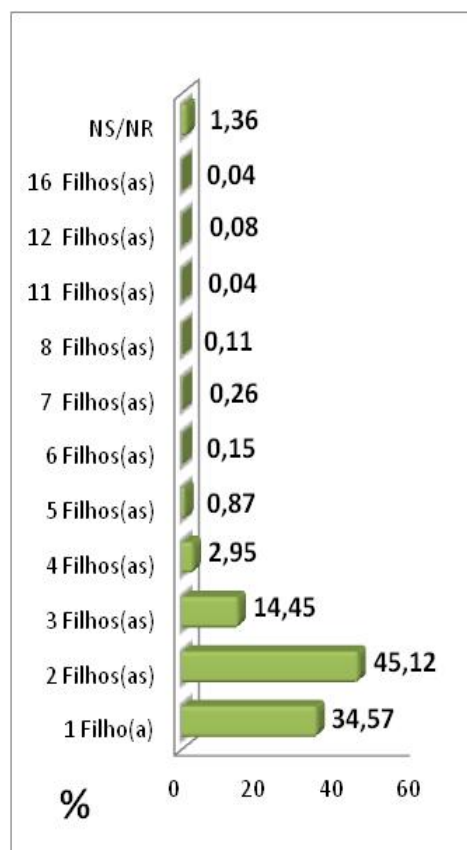
**Gráfico 6.50 Filhos Dependentes**



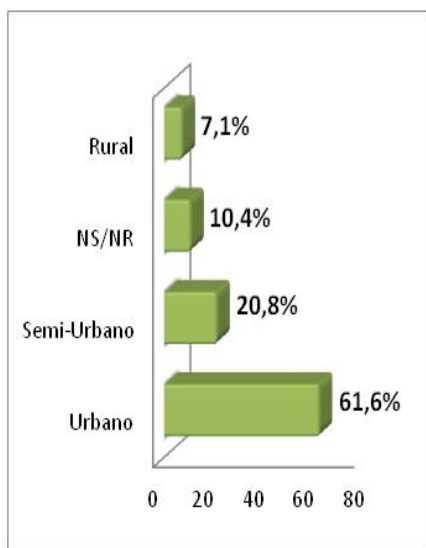
*Fonte: Elaboração Própria*

**Gráfico 6.51 Número de filhos**

Entre os emigrantes que referem ter filhos, quase 80% têm entre um e dois filhos, dos quais 34,6% referem ter um filho(a) e 45,1% referem dois filhos(as) (gráfico 6.51). No capítulo III argumentámos que o menor número de filhos entre os emigrantes portugueses poderá motivar o seu regresso a Portugal. Este argumento será igualmente evidenciado na análise da secção 6.11. Por outro lado, o facto de a generalidade ter filho/s dependentes, poderá contribuir para explicar que pretendam controlar o próprio horário de trabalho no local de origem, sobretudo, para poderem conciliar melhor a profissão com a vida familiar/social (ver secção 6.4).

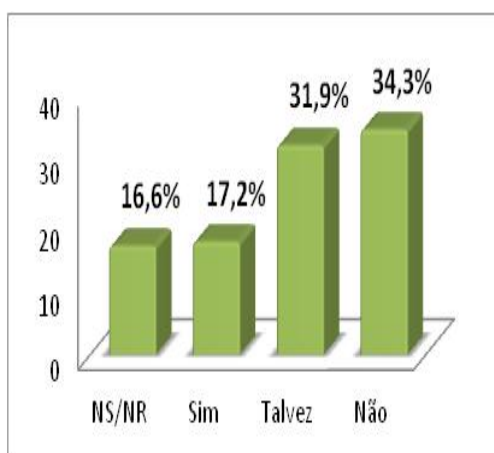


*Fonte: Elaboração Própria*

**Gráfico 6.52 Grau de urbanização onde residem emigrantes**

Em relação ao grau de urbanização do local onde os emigrantes residem no país de acolhimento, verifica-se que apenas 7,1% são áreas “rurais”, enquanto a maioria ou 61,6% são áreas urbanas e 20,8% são semiurbanas (gráfico 6.52). Neste sentido, atendendo ao contexto de emigração considerado nesta tese, nomeadamente a procura de oportunidades de emprego e de rendimento (ver capítulo 3), constatamos que as áreas com maior número de emigrantes portugueses são urbanas ou semiurbanas.

*Fonte: Elaboração Própria*

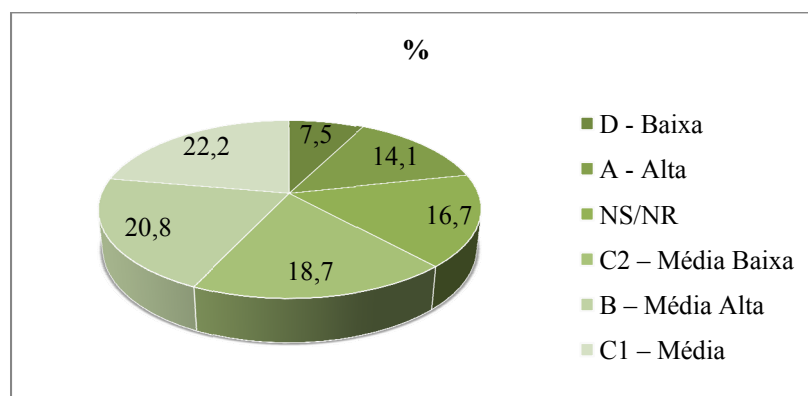
**Gráfico 6.53 Capital para investir num negócio em Portugal**

Finalmente, pela análise do gráfico 6.53 verifica-se que, do total, a maioria dos emigrantes portugueses refere não ter capital suficiente para investir num negócio em Portugal, enquanto apenas 17,2% confirmam essa situação. Apesar de ser a última pergunta do questionário verificamos, contudo, que 16,6% não sabem ou não quiseram responder à questão.

*Fonte: Elaboração Própria*

Calculámos ainda a classe social dos inquiridos em função das habilitações e do seu grau de instrução (Marktest, 2012). Assim, a classe social com maior representação nos emigrantes portugueses é a categoria C1 ou classe média com 22,2% de inquiridos, seguindo-se a B ou classe média alta (20,8%) e a C2 ou média baixa com 18,7%, enquanto a classe social com menor representação é a D com 7,5% de respostas (gráfico 6.54).

**Gráfico 6.54** Classe Social



Fonte: Elaboração Própria

## 6.7 Análise das hipóteses da investigação – Influência das características dos emigrantes e das suas residências no desenvolvimento do turismo em Portugal

Na secção anterior foi possível fazer uma análise descritiva dos dados obtidos. Nas secções que se seguem, pretende-se responder às hipóteses da investigação. Para este efeito, procurou-se medir a associação entre as variáveis através do coeficiente de correlação de *Pearson* ou de *Spearman* (medida baseada no teste do *Qui-quadrado*, que permite verificar se as variáveis são independentes ou se, por outro lado, existe uma relação de dependência entre estas). Nos casos em que a correlação entre as variáveis não é estatisticamente significativa, ou evidenciam relações fracas (ou muito fracas) a análise do seu cruzamento afigurou-se como o procedimento mais adequado por possibilitar o teste da hipótese em causa e a resposta ao problema da investigação.

H1: Os emigrantes que emigraram a partir de 1985, sobretudo para países de língua oficial portuguesa e onde o ensino da língua portuguesa é obrigatório (ou é ensinado em escolas), com tempo de permanência menos prolongado (até 9 anos) no país de emigração e oriundos dos concelhos com menor índice de centralidade de Portugal revelam-se mais recetivos para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal.

Na secção 6.2 verificámos que a generalidade dos inquiridos emigrou a primeira vez a partir de 1985, que corresponde ao terceiro ciclo da emigração portuguesa, em decurso (tabela 6.2). Pretendemos agora, analisar a influência do ano emigração na propensão dos emigrantes portugueses para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal. De acordo com a tabela 6.5 verificamos que o ano de emigração influencia positivamente a contribuição da participação em associações portuguesas no país de emigração na vontade dos emigrantes regressarem ( $r=0,174$ ), o desejo de terem um emprego no setor do turismo ( $r=0,060$ ) e disporem de capital suficiente para investir num negócio em Portugal ( $r=0,088$ ). Neste âmbito, na tabela 6.6 verificamos que os inquiridos que emigraram a partir de 1985, sobretudo entre 2005-2011 (30,5%), são os que mais gostariam de poder regressar e fixar-se em Portugal. Na tabela 6.5 verificamos também que, quanto mais recente é o ano de emigração, maior é o desejo dos emigrantes portugueses em terem um emprego no setor do turismo, em Portugal. No entanto, à exceção dos inquiridos que emigraram até 1974, o desejo de ter um emprego no setor do turismo, em Portugal, é apenas uma possibilidade para a generalidade dos que emigraram a partir de 1985 (tabela 6.7).

**Tabela 6.5 Ano de emigração/Tempo de estadia no país de emigração**

			P1	P3
Spearman's	P20	Correlation Coefficient	0,174**	-0,129**
		Sig. (2-tailed)	<b>0,000</b>	<b>0,001</b>
		N	690	690
	P28	Correlation Coefficient	0,060**	0,001
		Sig. (2-tailed)	<b>0,001</b>	0,939
		N	2806	2806
	P49	Correlation Coefficient	0,088**	-0,129**
		Sig. (2-tailed)	<b>0,000</b>	<b>0,000</b>
		N	5157	5157

\*\*, Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.6 Ano de emigração vs Desejo de regresso e fixação em Portugal**

%	P21				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Até 1974	0,4%	0,2%	0,1%	0,2%	0,9%
1975 – 1984	1,5%	0,9%	0,3%	0,1%	2,8%
1985 – 1994	<b>4,4%</b>	2,5%	1,1%	1,0%	9,0%
1995 – 2004	<b>11,7%</b>	8,4%	3,7%	2,1%	25,9%
2005 – 2011	<b>30,5%</b>	17,1%	7,5%	4,9%	60,0%
NS/NR	0,5%	0,4%	0,3%	0,3%	1,4%
Total	49,0%	29,4%	13,0%	8,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria***Tabela 6.7 Ano de emigração vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal**

%	P28				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Até 1974	<b>0,4%</b>	0,2%	0,2%	0,1%	0,9%
1975 – 1984	<b>1,0%</b>	<b>1,2%</b>	0,5%	0,1%	2,8%
1985 – 1994	<b>2,8%</b>	<b>3,3%</b>	1,9%	0,9%	9,0%
1995 – 2004	<b>8,3%</b>	<b>9,7%</b>	6,1%	1,8%	25,9%
2005 – 2011	<b>16,1%</b>	<b>23,7%</b>	16,0%	<b>4,2%</b>	<b>60,0%</b>
NS/NR	0,2%	0,5%	0,5%	0,3%	1,4%
Total	28,6%	38,6%	25,3%	7,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Embora a generalidade dos emigrantes mencione não ter capital suficiente para investir num negócio em Portugal, também se verifica que, quanto mais recente é o ano de emigração mais confirmam dispor de capital suficiente para investir (tabela 6.5). A maior percentagem dos que respondem afirmativamente encontra-se novamente nos inquiridos que emigraram após 1985, sobretudo entre 2005-2011 (4,8%) (tabela 6.9). Relativamente à influência do ano de emigração no desejo de investir na área do turismo, em Portugal, nada se pode concluir quanto à relação entre estas variáveis. Contudo, o seu cruzamento permite observar que, apesar de o turismo não ser a/s áreas/s onde mais gostariam de investir em Portugal, os inquiridos que emigraram após 1985, sobretudo entre 2005-2011, são os que mais confirmam essa possibilidade (58,4%) (tabela 6.8).

**Tabela 6.8 Ano de emigração vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal**

%		Até 1974	1975 – 1984	1985 – 1994	1995 - 2004	2005 – 2011	NS/NR
P26	a)	0,5%	2,3%	8,7%	26,8%	<b>61,6%</b>	0,2%
	b)	-	3,4%	10,9%	31,4%	53,7%	0,6%
	c)	-	1,0%	<b>15,2%</b>	25,3%	57,6%	1,0%
	d)	-	<b>3,9%</b>	7,8%	<b>28,6%</b>	59,7%	-
	e)	<b>1,8%</b>	3,5%	10,5%	<b>29,8%</b>	52,6%	1,8%
	f)	0,9%	3,6%	<b>16,1%</b>	19,6%	57,1%	2,7%
	g)	1,7%	2,6%	9,1%	21,6%	<b>64,1%</b>	0,9%
	h)	<b>2,1%</b>	1,5%	12,3%	26,4%	54,4%	<b>3,3%</b>
	i)	0,8%	3,7%	9,3%	25,2%	59,6%	1,4%
	j)	0,9%	<b>4,7%</b>	9,8%	28,0%	55,1%	1,5%
	l)	0,9%	3,2%	<b>8,4%</b>	<b>28,2%</b>	<b>58,4%</b>	0,9%
	m)	0,9%	3,1%	11,6%	26,2%	56,4%	1,8%
	n)	1,4%	<b>3,9%</b>	13,0%	20,2%	59,7%	1,9%
	Nenhuma	2,2%	1,6%	11,5%	25,8%	53,8%	<b>4,9%</b>

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.9 Ano de Emigração vs Capital para investir num negócio**

%	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Até 1974	<b>3,3%</b>	<b>5,3%</b>	3,1%	2,6%	14,4%
1975 – 1984	<b>2,6%</b>	<b>3,4%</b>	2,3%	1,8%	10,0%
1985 – 1994	2,9%	<b>4,6%</b>	<b>4,3%</b>	3,1%	14,9%
1995 – 2004	<b>3,1%</b>	6,2%	<b>7,9%</b>	3,3%	20,4%
2005 – 2011	<b>4,8%</b>	12,1%	<b>16,4%</b>	<b>5,4%</b>	38,7%
NS/NR	0,5%	0,4%	0,4%	0,3%	1,6%
Total	17,2%	31,9%	34,3%	16,6%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Ao considerar-se agora o tempo de estadia dos emigrantes portugueses no país de acolhimento, na secção 6.2 verificámos que a generalidade tem uma permanência até 9 anos. Neste âmbito, os dados da tabela 6.15 evidenciam que quanto maior for o tempo de estadia no país de emigração menor é a contribuição da participação dos emigrantes em associações portuguesas no país de emigração na sua vontade de regressar e fixarem-se em Portugal ( $r=-0,129$ ). O desejo de regresso e de fixação também é mais evidente para a maioria dos emigrantes portugueses com menos tempo de permanência (até 9 anos), sobretudo os que têm um tempo de estadia entre 1-4 anos (18,9%) (tabela 6.10). Na tabela 6.5 verifica-se também que quanto maior for o tempo de estadia no país de emigração menos os emigrantes portugueses dispõem de capital suficiente para investir num negócio em Portugal ( $r=-0,129$ ). Embora a generalidade dos emigrantes com menos tempo de permanência no país de acolhimento (até 9 anos) refira que não dispõe de capital suficiente

para investir, são também os que mais confirmam essa situação, sobretudo os que têm um tempo de estadia entre 1-4 anos (4,2%) (tabela 6.11).

**Tabela 6.10 Tempo de permanência vs Desejo de regresso e de fixação em Portugal**

%	P21				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Menos de 1 ano	<b>10,7%</b>	6,1%	2,6%	2,4%	21,9%
1 a 4 anos	<b>18,9%</b>	11,2%	5,0%	2,5%	37,6%
5 a 9 anos	<b>9,9%</b>	6,2%	2,3%	1,7%	20,0%
10 a 14 anos	<b>3,7%</b>	2,2%	1,2%	0,6%	7,8%
15 a 19 anos	2,0%	1,1%	0,7%	0,4%	4,1%
20 a 24 anos	1,5%	1,0%	0,5%	0,3%	3,3%
25 a 29 anos	0,7%	0,8%	0,2%	0,1%	1,8%
30 ou mais anos	1,0%	0,6%	0,4%	0,3%	2,4%
NS/NR	0,6%	0,2%	0,2%	0,1%	1,2%
Total	49,0%	29,4%	13,0%	8,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.11 Tempo de permanência vs Capital para investir num negócio**

P3	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Menos de 1 ano	<b>1,6%</b>	4,2%	<b>7,2%</b>	2,7%	15,8%
1 a 4 anos	<b>4,2%</b>	8,6%	<b>10,9%</b>	<b>4,4%</b>	28,1%
5 a 9 anos	<b>2,2%</b>	5,3%	<b>5,7%</b>	2,2%	15,5%
10 a 14 anos	1,3%	<b>2,3%</b>	<b>2,8%</b>	1,4%	7,8%
15 a 19 anos	1,0%	<b>1,7%</b>	<b>1,6%</b>	1,0%	5,3%
20 a 24 anos	1,4%	<b>2,0%</b>	<b>1,8%</b>	1,1%	6,4%
25 a 29 anos	<b>1,1%</b>	<b>1,4%</b>	0,9%	0,9%	4,3%
30 ou mais anos	<b>4,1%</b>	<b>6,0%</b>	3,1%	2,7%	15,9%
NS/NR	0,1%	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>	0,2%	0,9%
Total	17,2%	31,9%	34,3%	16,6%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Relativamente à influência do tempo de permanência no país de emigração na propensão dos emigrantes portugueses para o emprego e investimento na área do turismo em Portugal, nada se pode concluir quanto à relação entre estas variáveis. Contudo, a análise do cruzamento destas variáveis permite constatar que, para os emigrantes com menos tempo de permanência no país de acolhimento (até 9 anos), sobretudo entre 5-9 anos, o facto de poderem exercer uma atividade remunerada, por conta própria, no setor do turismo, em Portugal, é um dos fatores mais importantes para que decidam regressar (23,8%) (tabela 6.12). Os emigrantes que mencionam o turismo como a área onde mais gostariam de investir em Portugal são também os que têm um tempo de estadia entre 5-9 anos (21,9%) (tabelas 6.13). No entanto, a maior percentagem de emigrantes que refere a



importância de exercer uma atividade remunerada, por conta própria, no setor do turismo, bem como esta área como uma das que também gostariam de investir em Portugal encontra-se nos emigrantes com uma permanência entre 1-4 anos (33,2% e 35,7%, respetivamente) (tabelas 6.12-6.13).

**Tabela 6.12 Tempo de permanência vs Fatores mais importantes para regressar a Portugal**

%	P22									Total
	a)	b)	c)	d)	e)	f)	g)	h)	Nenhum	
Menos de 1 ano	22,1%	<b>22,9%</b>	19,9%	21,0%	14,9%	19,0%	19,8%	19,0%	<b>29,0%</b>	187,60%
1 a 4 anos	38,1%	39,3%	35,1%	<b>39,8%</b>	32,5%	36,5%	<b>39,4%</b>	<b>33,2%</b>	27,0%	320,90%
5 a 9 anos	19,5%	20,3%	20,7%	20,6%	<b>24,5%</b>	22,4%	19,6%	<b>23,8%</b>	21,0%	192,40%
10 a 14 anos	7,1%	7,1%	7,6%	7,1%	<b>10,6%</b>	8,1%	8,0%	<b>8,2%</b>	8,0%	71,80%
15 a 19 anos	4,6%	3,7%	5,2%	4,1%	<b>5,3%</b>	4,4%	4,4%	<b>5,5%</b>	5,0%	42,20%
20 a 24 anos	3,6%	2,4%	2,8%	3,3%	<b>5,3%</b>	<b>4,1%</b>	3,9%	3,6%	1,0%	30,00%
25 a 29 anos	2,0%	2,0%	<b>3,2%</b>	1,5%	2,4%	<b>2,8%</b>	2,5%	2,3%	2,0%	20,70%
30 ou mais anos	2,0%	1,6%	<b>4,8%</b>	1,6%	3,4%	2,0%	1,7%	3,7%	<b>6,0%</b>	26,80%
NS/NR	1,1%	0,8%	0,8%	1,2%	1,2%	0,7%	0,8%	0,7%	1,0%	8,30%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.13 Tempo de permanência vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal**

%		Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 ou mais anos	NS/NR
P26	a)	<b>25,5%</b>	<b>40,6%</b>	<b>17,6%</b>	6,7%	3,7%	2,2%	1,2%	1,7%	1,0%
	b)	27,4%	37,1%	17,1%	<b>9,1%</b>	2,3%	4,0%	1,7%	1,1%	-
	c)	27,3%	35,4%	19,2%	5,1%	5,1%	2,0%	<b>5,1%</b>	-	1,0%
	d)	<b>26,0%</b>	<b>40,3%</b>	16,9%	5,2%	3,9%	1,3%	3,9%	1,3%	1,3%
	e)	22,8%	38,6%	12,3%	7,0%	3,5%	5,3%	<b>7,0%</b>	1,8%	1,8%
	f)	23,2%	37,5%	17,0%	1,8%	<b>8,0%</b>	<b>6,3%</b>	3,6%	2,7%	-
	g)	<b>27,7%</b>	39,0%	15,6%	4,8%	3,0%	3,5%	2,6%	1,3%	2,6%
	h)	21,3%	35,1%	20,1%	6,3%	5,7%	3,6%	3,3%	<b>3,6%</b>	0,9%
	i)	26,6%	37,9%	16,5%	6,2%	4,5%	2,9%	2,3%	2,5%	0,6%
	j)	19,6%	32,6%	22,0%	<b>8,3%</b>	4,2%	4,7%	3,4%	<b>3,6%</b>	1,7%
	l)	21,9%	<b>35,7%</b>	<b>21,9%</b>	7,8%	4,0%	3,5%	1,9%	2,3%	1,0%
	m)	25,3%	32,4%	17,3%	7,1%	<b>6,7%</b>	<b>5,8%</b>	2,2%	1,3%	1,8%
	n)	21,3%	37,0%	16,0%	7,2%	5,8%	<b>5,8%</b>	3,0%	2,8%	1,1%
	Nenhuma	23,1%	37,9%	14,3%	11,0%	4,9%	1,6%	2,2%	3,8%	1,1%

Fonte: Elaboração Própria

Em relação à influência da área geográfica de acolhimento dos emigrantes portugueses na sua propensão para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal, os resultados do teste de *Pearson* evidenciam, por um lado, que o país de emigração – Continente - influencia positivamente o seu desejo de regresso e disporem de capital

suficiente para investir num negócio em Portugal ( $r=0,078$  e  $r=0,038$ , respetivamente). Apesar de ser uma relação muito fraca, o mesmo teste revela também que, o facto de os emigrantes disporem de capital suficiente para investir num negócio em Portugal influencia positivamente o seu desejo de regresso e fixação ( $r=0,044$ ). Neste âmbito, os dados obtidos com o coeficiente de correlação de *Pearson* evidenciam que, o país de emigração - PALOP+PELP - influencia negativamente ter capital suficiente para investir num negócio em Portugal ( $r=-0,101$ ) logo, são os emigrantes radicados nos vários continentes, sobretudo na Europa, que mais têm capital para investir num negócio em Portugal e, consequentemente, mais pretendem regressar.

No entanto, se analisarmos o cruzamento das mesmas variáveis também verificamos que, embora os emigrantes instalados nos PALOP+PELP sejam os que mais negam desejar regressar a Portugal, bem como dispor de capital suficiente para investir, comparativamente com os emigrantes portugueses radicados nos vários continentes, inclusive na Europa, também são os que mais confirmam estes dois cenários (26,7% e 10,6%, respetivamente) (tabelas 6.14 e 6.15). Os resultados do teste de *Pearson* evidenciam ainda, que a área geográfica de emigração – Continente - influencia positivamente o desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal ( $r=0,048$ ). Neste âmbito é novamente a Europa, o continente, onde os emigrantes portugueses mais afirmam desejar vir a ter um emprego no setor do turismo, em Portugal (12,1%) (tabela 6.16).

**Tabela 6.14 Área geográfica de emigração vs Desejo de regresso e fixação em Portugal**

%	P21				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Europa	<b>20,5%</b>	12,0%	<b>5,0%</b>	3,5%	41,0%
África	<b>2,0%</b>	0,8%	0,4%	0,3%	3,5%
América	<b>1,5%</b>	1,2%	0,8%	0,2%	3,7%
Ásia	0,4%	<b>0,6%</b>	0,3%	0,1%	1,4%
Oceânia	<b>0,1%</b>	-	<b>0,1%</b>	-	0,2%
NS/NR	-	0,1%	-	0,1%	0,2%
PALOP	<b>23,6%</b>	11,7%	<b>6,4%</b>	2,7%	44,4%
PELP	<b>3,1%</b>	1,0%	<b>0,8%</b>	0,7%	5,6%
Total	51,1%	27,4%	13,8%	7,6%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.15 Área geográfica de emigração vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal**

%	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Europa	<b>5,7</b>	11,9	<b>14,2</b>	6,2	38,0
África	0,8	<b>1,25</b>	1,15	0,45	3,65
América	1,75	<b>2,15</b>	1,35	1,2	6,45
Ásia	0,25	<b>0,5</b>	0,3	0,3	1,4
Oceânia	0,1	<b>0,15</b>	0,05	0,05	0,3
NS/NR	0,05	0,05	0,1	0,05	0,2
PALOP	<b>8,35</b>	<b>13,95</b>	<b>12,55</b>	6,35	41,2
PELP	<b>2,25</b>	<b>3,9</b>	<b>1,8</b>	0,9	8,8
Total	19,25	33,85	31,5	15,5	100,0

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.16 Área geográfica de emigração vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal**

%	P28				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Europa	<b>12,1%</b>	<b>15,8%</b>	<b>10,1%</b>	3,0%	41,0%
África	0,9%	<b>1,4%</b>	0,9%	0,3%	3,5%
América	0,8%	<b>1,5%</b>	1,1%	0,2%	3,7%
Ásia	0,4%	<b>0,5%</b>	0,4%	0,1%	1,4%
Oceânia	0,1%	0,1%	0,1%	-	0,2%
NS/NR	0,1%	-	-	0,1%	0,2%
PALOP	<b>11,2%</b>	<b>20,3%</b>	<b>10,2%</b>	2,7%	44,4%
PELP	<b>1,5%</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,9%</b>	0,7%	5,6%
Total	27,0%	41,1%	24,7%	7,1%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Não obstante, a análise do cruzamento das mesmas variáveis permite observar também que, os emigrantes radicados nos PALOP+PELP são os que mais negam (12,1%), mas também os que mais afirmam desejar vir a ter um emprego naquele setor em Portugal (12,7%) (tabela 6.16). Comparativamente com os inquiridos instalados na Europa (41,2%), e nos outros continentes, são também estes emigrantes, radicados nos PALOP+PELP, que mais mencionam a importância de poderem vir a exercer uma atividade remunerada, por conta própria, no setor do turismo para regressarem e fixarem-se em Portugal (44,6%) (tabela 6.17). Em relação à influência da área geográfica de acolhimento dos emigrantes na sua propensão para o investimento na área do turismo em Portugal, nada se pode concluir quanto à relação entre estas variáveis. No entanto, a análise da tabela 7.19 permite observar que a/s área/s onde os emigrantes portugueses radicados nos PALOP+PELP mais gostariam de investir em Portugal pertencem ao setor primário mas, comparativamente

com os vários continentes de destino dos emigrantes, são os que mais referem desejar investir na área do turismo (45,2% e 4,8%, respetivamente), seguindo-se a Europa (41,5%).

**Tabela 6.17 Área geográfica de emigração vs Fatores mais importantes para o regresso e fixação em Portugal**

%	P22								
	a)	b)	c)	d)	e)	f)	g)	h)	Nenhum
Europa	42,4%	40,9%	42,0%	42,8%	<b>43,5%</b>	42,7%	<b>43,1%</b>	41,2%	40,5%
África	3,0%	<b>3,4%</b>	2,8%	2,8%	1,9%	3,0%	2,2%	<b>3,6%</b>	5,0%
América	3,3%	<b>3,6%</b>	3,0%	3,0%	<b>3,7%</b>	3,2%	3,3%	3,4%	2,5%
Ásia	1,1%	<b>1,8%</b>	<b>1,6%</b>	1,1%	0,7%	0,8%	1,2%	<b>1,6%</b>	0,5%
Oceânia	0,1%	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,3%</b>	-	0,1%	-	<b>0,3%</b>	-
NS/NR	0,2%	0,1%	0,4%	-	0,1%	0,1%	0,1%	-	1,0%
PALOP	44,4%	45,4%	<b>47,9%</b>	47,1%	42,2%	43,1%	<b>48,0%</b>	<b>44,6%</b>	31,8%
PELP	5,6%	4,6%	2,1%	2,9%	<b>7,8%</b>	<b>6,9%</b>	2,0%	5,4%	<b>18,2%</b>

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.18 Área geográfica de emigração vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal**

%		Europa	África	América	Ásia	Oceânia	NS/NR	PALOP	PELP
P26	a)	41,8%	3,4%	2,9%	1,3%	<b>0,5%</b>	0,1%	<b>48,2%</b>	1,8%
	b)	40,0%	4,6%	3,7%	1,1%	0,3%	0,3%	<b>47,8%</b>	2,2%
	c)	<b>43,4%</b>	1,0%	2,0%	1,5%	1,0%	1,0%	25,0%	<b>25,0%</b>
	d)	36,4%	<b>7,8%</b>	3,2%	0,6%	<b>1,9%</b>	-	46,7%	3,3%
	e)	37,7%	<b>6,1%</b>	3,5%	-	0,9%	1,8%	28,6%	<b>21,4%</b>
	f)	40,6%	3,6%	<b>4,5%</b>	1,3%	-	-	40,0%	10,0%
	g)	40,9%	5,0%	2,8%	1,3%	-	-	44,2%	5,8%
	h)	38,0%	6,0%	<b>4,8%</b>	0,9%	0,2%	0,2%	43,6%	6,4%
	i)	41,4%	3,6%	3,2%	1,4%	0,2%	0,3%	40,4%	9,6%
	j)	42,8%	2,5%	2,9%	1,5%	0,1%	0,1%	46,6%	3,4%
	l)	41,5%	3,3%	3,4%	<b>1,6%</b>	0,1%	0,1%	45,2%	4,8%
	m)	<b>43,1%</b>	3,1%	2,7%	1,1%	-	-	43,8%	6,3%
	n)	39,4%	3,3%	4,3%	<b>2,8%</b>	0,1%	0,1%	43,6%	6,4%
	Nenhuma	39,3%	4,1%	3,3%	<b>1,9%</b>	0,3%	0,3%	39,6%	10,4%

Fonte: Elaboração Própria

Por outro lado, apesar de tratar-se de uma relação muito fraca, verifica-se que o concelho de origem dos emigrantes influencia também positivamente que disponham de capital suficiente para investir num negócio em Portugal ( $r=0,003$ ). Neste âmbito, a análise do cruzamento destas variáveis permite verificar que, embora os emigrantes com origem em concelhos com menor índice de centralidade sejam os que mais negam dispor de capital suficiente para investir num negócio em Portugal, também são os que mais confirmam essa situação (9,1%) (tabela 6.20). Relativamente à influência do concelho de origem dos

emigrantes na sua propensão para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal, nada podemos concluir quanto à sua relação. A análise do cruzamento destas variáveis permite observar por um lado, que existe uma diferença pouco significativa na amostra entre os inquiridos em idade ativa, oriundos dos concelhos com maior e menor índice de centralidade (51,9% e 45,8%, respetivamente) (tabela 6.19) e por outro lado, que os emigrantes oriundos dos concelhos com maior índice de centralidade são os que mais manifestam vontade em regressar e fixar-se em Portugal (25,2%) (tabela 6.21).

**Tabelas 6.19 Idade vs Origem dos emigrantes portugueses**

%		P4			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P18	Menos de 18 anos	1,1%	1,0%	0,0%	2,1%
	Entre 18 e 28 anos	20,6%	17,7%	0,9%	39,2%
	Entre 29 e 39 anos	30,2%	27,2%	1,3%	58,7%
	Total	<b>51,9%</b>	<b>45,8%</b>	2,2%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.20 Origem dos emigrantes portugueses vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal**

%		P4			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P49	Sim	<b>7,9%</b>	<b>9,1%</b>	0,2%	17,2%
	Talvez	15,4%	15,8%	0,7%	31,9%
	Não	<b>16,5%</b>	<b>16,9%</b>	0,9%	34,3%
	NS/NR	8,0%	8,1%	0,5%	16,6%
	Total	47,8%	49,9%	2,2%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.21 Origem dos emigrantes portugueses vs Desejo de regresso e de fixação em Portugal**

%		P21				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
P4	Maior índice de centralidade	<b>25,2%</b>	16,3%	<b>6,2%</b>	4,2%	51,9%
	Menor índice de centralidade	22,7%	12,6%	<b>6,6%</b>	4,0%	45,8%
	NS/NR	1,1%	0,6%	0,2%	0,3%	2,2%
	Total	49,0%	29,4%	13,0%	8,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Apesar destes emigrantes serem os que mais afirmam desejar vir a ter um emprego na área do turismo, em Portugal (14,4%), essa situação é apenas uma possibilidade para a

generalidade (tabela 6.22). O turismo também não é a área onde estes emigrantes, com origem nos concelhos com maior índice de centralidade, mais gostariam de investir em Portugal mas, sobretudo, as áreas ligadas ao setor primário. Contudo, comparativamente com aqueles que têm origem em concelhos com menor índice de centralidade são os que mais manifestam esse desejo (51,2%) (tabela 6.23). Se investissem neste setor seria, principalmente, na/s área/s de hotéis e outros serviços de alojamento (55,6), serviços culturais (55,6%) e em serviços recreativos e outros serviços de lazer (52,8%), enquanto os emigrantes oriundos dos concelhos com menor índice de centralidade investiriam, sobretudo, em serviços de transporte rodoviário (49,6%), informação turística e guias turísticos (49,6%) e serviços de residência secundária por conta própria (49,1%) (tabela 6.24).

**Tabela 6.22 Origem dos emigrantes portugueses vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal**

%		P28				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
P4	Maior índice de centralidade	<b>14,4%</b>	<b>20,1%</b>	13,7%	3,8%	51,9%
	Menor índice de centralidade	13,4%	<b>17,7%</b>	11,4%	3,3%	45,8%
	NS/NR	0,9%	0,8%	0,2%	0,4%	2,2%
	Total	28,6%	38,6%	25,3%	7,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.23 Origem dos emigrantes portugueses vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal**

%		P4		
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR
P26	a)	53,2%	43,9%	2,8%
	b)	<b>56,0%</b>	44,0%	-
	c)	<b>61,6%</b>	34,3%	4,0%
	d)	45,5%	<b>51,9%</b>	2,6%
	e)	52,6%	43,9%	3,5%
	f)	<b>61,6%</b>	35,7%	2,7%
	g)	53,7%	43,3%	3,0%
	h)	49,2%	<b>49,5%</b>	1,2%
	i)	53,4%	44,3%	2,3%
	j)	50,9%	46,4%	2,7%
	l)	<b>51,2%</b>	46,6%	2,2%
	m)	48,9%	49,3%	1,8%
	n)	53,9%	43,1%	3,0%
	Nenhuma	49,5%	47,8%	2,7%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.24 Origem dos emigrantes portugueses vs Área/s onde gostariam de investir no setor do turismo em Portugal**

%		P4		
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR
P27	a)	<b>52,8%</b>	44,9%	2,3%
	b)	47,9%	<b>49,1%</b>	3,1%
	c)	50,6%	47,8%	1,6%
	d)	52,4%	42,7%	4,9%
	e)	47,2%	<b>49,6%</b>	3,3%
	f)	49,5%	48,4%	2,1%
	g)	52,3%	44,9%	2,8%
	h)	48,9%	47,4%	3,8%
	i)	50,4%	47,9%	1,7%
	j)	50,5%	46,5%	2,9%
	l)	48,0%	<b>49,6%</b>	2,5%
	m)	51,9%	43,2%	4,9%
	n)	<b>55,6%</b>	41,8%	2,5%
	o)	<b>53,5%</b>	44,0%	2,6%
	Nenhuma	51,3%	46,6%	2,1%

*Fonte: Elaboração Própria*

Os emigrantes portugueses que possuem maior número de residências em Portugal, uma das quais num dos concelhos com menor índice de centralidade, com maior número de quartos e cuja construção foi realizada até julho de 2009 revelam-se mais recetivos para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal.

Na secção 6.2 verificámos que 49,6% dos emigrantes portugueses têm residência de familiares e 47,1% têm residência própria, em Portugal. A análise dos resultados obtidos do teste de correlação de *Pearson* permite constatar que ter residência em Portugal influencia positivamente a participação dos emigrantes em associações portuguesas no país de emigração no seu desejo de regresso ( $r=0,091$ ), a sua fixação em Portugal ( $r=0,043$ ), bem como disporem de capital suficiente para aí investirem num negócio ( $r=0,031$ ). Neste âmbito, na tabela 6.25 verifica-se que os emigrantes portugueses com residência de familiares no local de origem são os que mais negam, mas também os que mais afirmam que gostariam de regressar e fixar-se em Portugal (30,1%).

**Tabela 6.25 Propriedade de residência em Portugal vs Desejo de regresso a Portugal**

%	P21				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Própria	<b>17,4%</b>	8,5%	4,3%	2,4%	32,6%
Alugada	<b>1,5%</b>	0,6%	0,5%	0,5%	3,1%
De familiares	<b>30,1%</b>	20,3%	<b>8,3%</b>	5,6%	64,3%
Total	49,0%	29,4%	13,0%	8,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Contudo, para a generalidade dos emigrantes portugueses, com residência própria, de familiares ou alugada, considerarem vir a ter um emprego no setor do turismo em Portugal é apenas uma possibilidade (tabela 6.27). Não obstante, são novamente os emigrantes com residência de familiares, em Portugal, que mais manifestam desejo de aí terem um emprego, bem como investirem no setor do turismo (17,8% e 66,6%, respetivamente) (tabelas 6.27 e 6.26). Constata-se ainda que, os emigrantes com residência própria em Portugal são os que mais mencionam ter capital suficiente para investir num negócio em Portugal (9,3%) (tabela 6.28).

**Tabela 6.26 Propriedade de residência em Portugal vs Área/s de pretensão de investimento em Portugal**

%		Própria	Alugada	De familiares
P26	a)	34,6%	2,7%	62,7%
	b)	30,3%	1,7%	<b>68,0%</b>
	c)	27,3%	5,1%	<b>67,7%</b>
	d)	32,5%	<b>5,2%</b>	62,3%
	e)	<b>45,6%</b>	<b>8,8%</b>	45,6%
	f)	37,5%	4,5%	58,0%
	g)	35,5%	3,9%	60,6%
	h)	<b>40,2%</b>	1,8%	58,0%
	i)	33,4%	3,7%	62,9%
	j)	33,1%	2,8%	64,1%
	l)	30,6%	2,8%	<b>66,6%</b>
	m)	32,0%	<b>5,3%</b>	62,7%
	n)	<b>38,1%</b>	1,1%	60,8%
	Nenhuma	35,2%	4,9%	59,9%

*Fonte: Elaboração Própria*



**Tabela 6.27 Propriedade de residência em Portugal vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal**

%	P28				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Própria	<b>9,9%</b>	<b>11,9%</b>	8,1%	2,7%	32,6%
Alugada	0,9%	<b>1,2%</b>	0,6%	0,4%	3,1%
De familiares	<b>17,8%</b>	<b>25,5%</b>	16,6%	4,3%	64,3%
Total	28,6%	38,6%	25,3%	7,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.28 Propriedade de residência em Portugal vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal**

P5	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Própria	<b>9,3%</b>	<b>14,7%</b>	13,0%	10,1%	47,1%
Alugada	0,5%	0,7%	<b>1,5%</b>	0,5%	3,2%
De familiares	<b>7,4%</b>	16,4%	<b>19,9%</b>	5,9%	49,6%
Total	17,2%	31,9%	34,3%	16,6%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Em relação ao concelho da residência própria dos emigrantes em Portugal, na secção 6.2 constatámos que a maioria (ou 77,4%) das residências que os emigrantes portugueses possuem em Portugal localiza-se em concelhos com menor índice de centralidade. Os resultados obtidos do teste de correlação de *Pearson* permitem concluir que o concelho da residência própria em Portugal influencia negativamente o contributo da participação dos emigrantes em associações portuguesas, no país de acolhimento, no seu desejo de regresso ( $r=-0,094$ ) e de aí virem a ter um emprego na área do turismo ( $r=-0,037$ ), bem como influencia positivamente disporem de capital suficiente para também aí investirem num negócio ( $r=0,059$ ). A análise do cruzamento destas variáveis permite observar também que, a participação dos emigrantes com residência num concelho com menor índice de centralidade em associações portuguesas no país de acolhimento não tem contribuído para o seu desejo de regresso a Portugal (30,4%) (tabela 6.29). Ao contrário, os emigrantes com residência num concelho com maior índice de centralidade consideram que a sua participação em associações portuguesas, no país de acolhimento, tem tido um contributo tão negativo como positivo no seu desejo de regresso a Portugal (4,3%) (tabela 6.29). No entanto, são os emigrantes com residência num concelho com menor índice de centralidade que mais referem desejar regressar e fixar-se em Portugal (39,4%) (tabela 6.30).

**Tabela 6.29 Concelho da residência em Portugal vs Contributo da participação em associações portuguesas no país de acolhimento no desejo de regresso a Portugal**

%	P20				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Maior índice de centralidade	<b>4,3%</b>	4,1%	<b>4,3%</b>	3,2%	15,9%
Menor índice de centralidade	<b>18,3%</b>	21,7%	<b>30,4%</b>	<b>13,2%</b>	<b>83,6%</b>
NS/NR	0,4%	-	-	-	0,4%
Total	23,0%	25,8%	34,8%	16,4%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria***Tabela 6.30 Concelho da residência em Portugal vs Desejo de regresso e fixação em Portugal**

%	P21				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Maior índice de centralidade	<b>9,3%</b>	4,5%	2,7%	1,2%	17,7%
Menor índice de centralidade	<b>39,4%</b>	<b>24,9%</b>	<b>10,4%</b>	<b>7,2%</b>	<b>81,8%</b>
NS/NR	0,4%	0,0%	-	0,1%	0,5%
Total	49,0%	29,4%	13,0%	8,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Embora a pretensão de terem um emprego no setor do turismo em Portugal seja apenas uma possibilidade para a generalidade dos emigrantes com residência própria, independentemente do concelho da localização dessa residência (tabela 6.32), os fatores mais importantes para que os emigrantes com residência num concelho com menor índice de centralidade regressem são, fundamentalmente, terem uma residência no local onde nasceram (89,3%), poderem exercer uma atividade remunerada, por conta própria, no setor do turismo (83,8%) e terem um estilo de vida “rural” (de origem) (83,3%) (tabela 6.31). Estes dados também sugerem que, muito provavelmente, a residência que estes emigrantes consideram como “própria” é propriedade dos seus parentes diretos.

**Tabela 6.31 Concelho da residência em Portugal vs Fatores mais importantes para o regresso e fixação em Portugal**

%	P22								
	a)	b)	c)	d)	e)	f)	g)	h)	Nenhum
Maior índice de centralidade	18,2%	<b>19,4%</b>	16,3%	<b>18,6%</b>	18,0%	17,1%	10,5%	15,5%	16,0%
Menor índice de centralidade	81,0%	79,9%	<b>83,3%</b>	80,9%	81,3%	82,3%	<b>89,3%</b>	<b>83,8%</b>	<b>84,0%</b>
NS/NR	0,8%	0,7%	0,4%	0,5%	0,7%	0,6%	0,3%	0,7%	-

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.32 Concelho da residência em Portugal vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal**

%	P28				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Maior índice de centralidade	4,7%	<b>6,3%</b>	5,1%	1,6%	17,7%
Menor índice de centralidade	<b>23,6%</b>	<b>32,1%</b>	20,1%	<b>6,0%</b>	<b>81,8%</b>
NS/NR	0,2%	0,2%	0,1%	-	0,5%
Total	28,6%	38,6%	25,3%	7,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

O turismo é a área onde estes emigrantes, com residência própria num concelho com menor índice de centralidade, mais gostariam de investir em Portugal (83,9%), depois da pecuária (84,4%) e dos transportes (84,9%) (tabela 6.33). Para além disso, embora os emigrantes com residência num concelho com menor índice de centralidade sejam os que mais negam dispor de capital para investir num negócio em Portugal, também são os que mais confirmam essa situação (12,9%) (tabela 6.34). Para além destes resultados, devemos considerar igualmente que, entre os 77,4% de emigrantes portugueses com residência em concelhos com menor índice de centralidade, ainda existe uma percentagem significativa que não sabem ou não responderam a estas questões relativas à sua propensão para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo, em Portugal.

**Tabela 6.33 Concelho da residência em Portugal vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal**

%		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR
P26	a)	18,1%	81,2%	0,7%
	b)	16,6%	82,9%	0,6%
	c)	20,2%	78,8%	1,0%
	d)	15,6%	<b>84,4%</b>	-
	e)	<b>26,3%</b>	73,7%	-
	f)	<b>23,2%</b>	75,9%	0,9%
	g)	18,2%	81,0%	0,9%
	h)	<b>20,7%</b>	78,7%	0,6%
	i)	18,8%	80,8%	0,4%
	j)	18,2%	81,2%	0,5%
	l)	15,5%	<b>83,9%</b>	0,6%
	m)	14,7%	<b>84,9%</b>	0,4%
	n)	20,2%	78,5%	1,4%
	Nenhuma	17,6%	<b>82,4%</b>	-

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.34 Concelho da residência em Portugal vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal**

%	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Maior índice de centralidade	<b>4,2%</b>	<b>7,2%</b>	5,4%	4,7%	21,5%
Menor índice de centralidade	<b>12,9%</b>	24,4%	<b>28,7%</b>	<b>11,3%</b>	<b>77,4%</b>
NS/NR	0,1%	0,3%	0,2%	0,5%	1,1%
Total	17,2%	31,9%	34,3%	16,6%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente ao número de residências dos emigrantes portugueses em Portugal, os dados obtidos com o coeficiente de *Spearman* permitem verificar que quanto maior for o número de residências que têm em Portugal, maior é o seu desejo de regresso ( $r=0,114$ ) e de aí terem um emprego no setor do turismo ( $r=0,109$ ). A análise do cruzamento destas variáveis permite verificar que, embora os emigrantes com 1-2 residências em Portugal sejam os que mais rejeitam a possibilidade de regressar e de aí terem um emprego na área do turismo, também são os que mais confirmam esses cenários (52,2% e 28,8%, respetivamente) (tabelas 6.35 e 6.36). Não obstante, verifica-se também que os emigrantes que possuem três residências são os que mais afirmam e menos negam a possibilidade de ter um emprego no setor do turismo em Portugal (0,7%) (tabela 6.36).

**Tabela 6.35 Número de residências vs Desejo de regresso e fixação em Portugal**

%	P21				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
1	<b>45,0%</b>	21,6%	<b>9,2%</b>	<b>5,6%</b>	<b>81,4%</b>
2	<b>7,2%</b>	3,5%	<b>1,9%</b>	0,9%	13,4%
3	0,8%	<b>0,9%</b>	<b>0,2%</b>	0,2%	2,1%
4	0,1%	-	<b>0,7%</b>	-	0,8%
5	0,1%	-	<b>0,4%</b>	0,1%	0,7%
6	-	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	0,3%
7	-	-	<b>0,2%</b>	0,1%	0,3%
NS/NR	0,2%	-	0,4%	0,3%	1,0%
Total	53,4%	26,1%	13,1%	7,3%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.36 Número de residências vs Emprego no setor do turismo em Portugal**

%	P28				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
1	25,4%	<b>31,6%</b>	<b>18,5%</b>	<b>6,0%</b>	<b>81,4%</b>
2	3,4%	<b>4,2%</b>	<b>4,2%</b>	1,7%	13,4%
3	<b>0,7%</b>	0,2%	1,0%	0,2%	2,1%
4	0,2%	0,1%	<b>0,4%</b>	-	0,8%
5	0,1%	0,1%	<b>0,3%</b>	0,1%	0,7%
6	-	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	0,3%
7	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	-	0,3%
NS/NR	0,4%	0,1%	0,2%	0,2%	1,0%
Total	30,3%	36,5%	24,8%	8,4%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Por outro lado, o turismo é uma das áreas onde os emigrantes com 1-2 residências mais gostariam de investir em Portugal, sobretudo os que têm apenas uma residência (93,8%) (tabela 6.37). Na esfera das atividades do setor do turismo, os serviços de residência secundária, por conta própria em Portugal são uma das áreas onde os emigrantes com cinco residências mais gostariam de investir, enquanto a maior percentagem dos que mais referem esta opção encontra-se nos que possuem 1-2 residências (tabela 6.38). Observa-se ainda que, quanto maior for o número de residências que os emigrantes têm em Portugal, menos dispõem de capital suficiente para aí investirem num negócio ( $r=-0,147$ ) (tabela 6.39). Neste caso, são os emigrantes com 1-2 residências em Portugal que mais referem dispor de capital suficiente para aí investir num negócio (13,1% e 4,3%, respetivamente), enquanto os que têm mais de três residências são os que mais afirmam e menos negam essa situação (tabela 6.39).

**Tabela 6.37 Número de residências em Portugal vs Área/s de investimento em Portugal**

	%	1	2	3	4	5	6	7	NS/NR
P26	a)	75,5%	20,2%	1,9%	0,5%	-	-	1,0%	1,0%
	b)	81,1%	18,9%	-	-	-	-	-	-
	c)	74,1%	11,1%	3,7%	<b>3,7%</b>	-	-	-	<b>7,4%</b>
	d)	68,0%	16,0%	4,0%	-	-	<b>4,0%</b>	<b>4,0%</b>	4,0%
	e)	57,7%	<b>26,9%</b>	<b>7,7%</b>	<b>3,8%</b>	-	-	-	3,8%
	f)	73,8%	16,7%	<b>4,8%</b>	-	<b>2,4%</b>	-	-	2,4%
	g)	78,0%	17,1%	1,2%	-	1,2%	-	1,2%	1,2%
	h)	71,6%	20,9%	3,0%	0,7%	-	-	0,7%	3,0%
	i)	76,7%	15,1%	3,5%	1,2%	0,6%	-	0,6%	2,3%
	j)	<b>84,6%</b>	13,0%	1,2%	0,4%	0,4%	-	-	0,4%
	l)	<b>81,3%</b>	15,3%	2,1%	-	0,5%	0,2%	-	0,7%
	m)	<b>83,3%</b>	<b>12,5%</b>	-	1,4%	<b>1,4%</b>	-	<b>1,4%</b>	-
	n)	67,4%	<b>21,7%</b>	5,1%	1,4%	<b>1,4%</b>	-	0,7%	2,2%
	Nenhuma	78,1%	9,4%	<b>4,7%</b>	-	<b>3,1%</b>	<b>1,6%</b>	-	3,1%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.38 Número de residências em Portugal vs Área/s de investimento no setor do turismo em Portugal**

	%	1	2	3	4	5	6	7	NS/NR
P27	a)	80,2%	16,2%	1,4%	-	0,8%	0,3%	-	1,1%
	b)	76,7%	18,6%	2,3%	0,8%	<b>1,6%</b>	-	-	-
	c)	80,7%	14,7%	2,3%	0,3%	0,3%	0,3%	-	1,4%
	d)	65,0%	<b>20,0%</b>	-	<b>5,0%</b>	<b>5,0%</b>	-	-	5,0%
	e)	<b>91,7%</b>	8,3%	-	-	-	-	-	-
	f)	80,0%	14,3%	-	<b>5,7%</b>	-	-	-	-
	g)	68,6%	17,1%	<b>2,9%</b>	<b>5,7%</b>	-	-	-	5,7%
	h)	85,4%	7,3%	-	-	-	-	<b>2,4%</b>	4,9%
	i)	84,0%	13,3%	-	1,3%	1,3%	-	-	-
	j)	77,5%	<b>19,7%</b>	1,4%	-	-	-	-	1,4%
	l)	<b>85,6%</b>	12,5%	1,3%	-	-	<b>0,6%</b>	-	-
	m)	80,3%	14,8%	1,6%	1,6%	-	-	1,6%	-
	n)	83,1%	12,4%	<b>2,5%</b>	0,5%	0,5%	-	-	1,0%
	o)	83,5%	12,8%	1,3%	0,7%	0,3%	0,3%	0,3%	0,7%
	Nenhuma	76,1%	13,0%	<b>3,3%</b>	<b>1,1%</b>	<b>1,1%</b>	<b>1,1%</b>	<b>2,2%</b>	2,2%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.39 Número de residências em Portugal vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal**

%	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
1	<b>13,1%</b>	<b>24,8%</b>	24,3%	<b>17,6%</b>	79,7%
2	<b>4,3%</b>	<b>5,4%</b>	2,6%	2,6%	14,8%
3	<b>1,2%</b>	0,6%	0,4%	0,6%	2,8%
4	<b>0,4%</b>	0,1%	-	0,2%	0,7%
5	<b>0,2%</b>	-	-	0,1%	0,4%
6	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	-	-	0,3%
7	<b>0,1%</b>	-	-	-	0,2%
8	-	-	-	<b>0,1%</b>	0,1%
9	-	-	-	<b>0,1%</b>	0,1%
NS/NR	<b>0,4%</b>	0,2%	0,2%	0,2%	1,0%
Total	19,8%	31,3%	27,5%	21,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Em relação ao número de quartos da residência que os emigrantes possuem no concelho de origem verifica-se que quanto maior for, mais os seus proprietários desejam regressar ( $r=0,089$ ) e menos dispõem de capital para investir num negócio em Portugal ( $r=-0,094$ ). Neste âmbito a análise do cruzamento destas variáveis permite observar que são, sobretudo, os proprietários das residências do tipo T3, T2 e T4 que mais desejam regressar (21,6%, 14,8% e 9,1%, respetivamente) e mais referem dispor de capital suficiente para investir num negócio em Portugal (6,5%, 2,9% e 4,9%, respetivamente) (tabelas 6.40-6.41). Não obstante, observa-se também que as residências do tipo T5 (2,6%) e com mais de oito quartos (0,7%) são as que mais afirmam e menos negam dispor de capital suficiente para investir (tabela 6.41).

**Tabela 6.40 Número de quartos da residência em Portugal vs Desejo de regresso e fixação em Portugal**

%	P21				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
T1	<b>2,4%</b>	1,6%	0,5%	0,1%	4,7%
T2	<b>14,8%</b>	6,7%	2,8%	1,9%	26,1%
T3	<b>21,6%</b>	9,9%	4,8%	<b>2,1%</b>	<b>38,5%</b>
T4	<b>9,1%</b>	4,4%	2,4%	1,7%	17,6%
T5	<b>3,5%</b>	1,9%	1,4%	0,7%	7,4%
T6	<b>0,9%</b>	0,1%	0,4%	0,2%	1,6%
T7	0,1%	<b>0,3%</b>	0,2%	0,1%	0,8%
T8	0,1%	-	<b>0,2%</b>	-	0,3%
Mais de 8 quartos	0,2%	<b>0,3%</b>	0,1%	0,4%	1,1%
NS/NR	0,8%	0,9%	0,1%	0,1%	1,9%
Total	53,4%	26,1%	13,1%	7,3%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.41 Número de quartos da residência em Portugal vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal**

%	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
T1	<b>0,7%</b>	1,0%	<b>0,7%</b>	0,9%	3,4%
T2	2,9%	5,9%	<b>6,3%</b>	4,6%	19,7%
T3	6,5%	<b>13,0%</b>	12,4%	8,0%	39,9%
T4	4,9%	<b>6,9%</b>	5,1%	4,6%	21,5%
T5	<b>2,6%</b>	2,1%	1,4%	1,5%	7,7%
T6	0,7%	<b>0,9%</b>	0,4%	0,5%	2,6%
T7	0,1%	<b>0,3%</b>	0,1%	0,2%	0,7%
T8	0,1%	<b>0,2%</b>	0,1%	0,1%	0,4%
Mais de 8 quartos	<b>0,7%</b>	0,2%	0,1%	0,2%	1,3%
NS/NR	0,5%	0,8%	0,7%	0,7%	2,8%
Total	19,8%	31,3%	27,5%	21,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Relativamente à influência da mesma variável na propensão dos emigrantes portugueses para o emprego e investimento no setor do turismo, em Portugal, nada se pode concluir quanto à sua relação. No entanto, a análise do cruzamento destas variáveis permite observar que são, principalmente, os emigrantes com residências do tipo T3, T4 e T2 (11,5%, 6,4% e 7,3%, respetivamente) que mais referem desejar vir a ter um emprego na área do turismo em Portugal (tabela 6.42), enquanto os que possuem residências do tipo T4 e T6 são os que mais afirmam e menos negam essa possibilidade (6,4% e 0,9%, respetivamente) (tabela 6.42).



**Tabela 6.42 Número de quartos da residência em Portugal vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal**

%	P28				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
T1	1,5%	<b>1,7%</b>	1,3%	0,1%	4,7%
T2	7,3%	<b>11,1%</b>	6,1%	1,5%	26,1%
T3	11,5%	<b>13,6%</b>	10,1%	3,4%	38,5%
T4	<b>6,4%</b>	5,4%	3,6%	2,2%	17,6%
T5	2,0%	<b>3,1%</b>	1,9%	0,5%	7,4%
T6	<b>0,9%</b>	0,2%	0,4%	0,1%	1,6%
T7	0,1%	0,2%	<b>0,4%</b>	-	0,8%
T8	-	<b>0,2%</b>	0,1%	-	0,3%
Mais de 8 quartos	0,2%	0,1%	<b>0,3%</b>	0,4%	1,1%
NS/NR	0,3%	0,9%	0,5%	0,1%	1,9%
Total	30,3%	36,5%	24,8%	8,4%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Por outro lado, para os emigrantes com residências do tipo T4 o turismo é uma das áreas onde mais gostariam de investir em Portugal (19,7%) (tabela 6.43). Contudo, a maior percentagem de emigrantes que mais menciona esta opção são os que possuem residências do tipo T3, T2 e T4 (36,1%, 25% e 19,7%, respetivamente) (tabela 6.43). Destaca-se ainda que, apesar dos serviços de residência secundária, por conta própria, serem uma das áreas do setor do turismo onde os emigrantes com residências do tipo T6 mais gostariam de investir (3,9%), a maior percentagem dos que mais referem esta opção encontra-se novamente nos que possuem residências do tipo T3, T2 e T4 (tabela 6.44).

**Tabela 6.43 Número de quartos da residência em Portugal vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal**

%		T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	Mais de 8 quartos	NS/NR
P26	a)	5,8%	26,0%	38,9%	18,3%	6,3%	1,9%	0,5%	1,0%	0,5%	1,0%
	b)	<b>9,4%</b>	30,2%	35,8%	17,0%	1,9%	1,9%	-	-	1,9%	1,9%
	c)	7,4%	<b>33,3%</b>	37,0%	7,4%	7,4%	3,7%	3,7%	-	-	-
	d)	<b>12,0%</b>	16,0%	<b>44,0%</b>	4,0%	8,0%	<b>4,0%</b>	<b>4,0%</b>	<b>4,0%</b>	<b>4,0%</b>	-
	e)	-	26,9%	38,5%	7,7%	<b>15,4%</b>	<b>3,8%</b>	<b>3,8%</b>	<b>3,8%</b>	-	-
	f)	-	<b>33,3%</b>	38,1%	9,5%	<b>11,9%</b>	2,4%	-	-	<b>4,8%</b>	-
	g)	3,7%	19,5%	<b>50,0%</b>	17,1%	4,9%	3,7%	-	-	1,2%	-
	h)	3,7%	23,9%	38,8%	15,7%	11,2%	3,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%
	i)	4,1%	27,3%	35,5%	15,1%	9,9%	2,3%	1,7%	1,2%	1,7%	1,2%
	j)	2,4%	30,0%	38,9%	18,6%	5,7%	1,6%	0,4%	-	1,6%	0,8%
	l)	6,0%	25,0%	36,1%	<b>19,7%</b>	7,6%	2,1%	0,7%	0,2%	0,7%	1,9%
	m)	5,6%	16,7%	38,9%	<b>22,2%</b>	8,3%	2,8%	2,8%	-	1,4%	1,4%
	n)	6,5%	20,3%	41,3%	12,3%	10,9%	3,6%	0,7%	0,7%	0,7%	2,9%
	Nenhuma	1,6%	18,8%	34,4%	<b>26,6%</b>	9,4%	1,6%	-	-	<b>4,7%</b>	3,1%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.44 Número de quartos da residência em Portugal vs Área/s onde gostariam de investir no setor do turismo em Portugal**

%		T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	Mais de 8 quartos	NS/NR
P27	a)	4,7%	26,5%	37,2%	19,3%	7,3%	1,7%	1,7%	-	0,8%	0,8%
	b)	4,7%	24,8%	36,4%	18,6%	7,0%	<b>3,9%</b>	2,3%	-	0,8%	1,6%
	c)	4,9%	26,4%	39,4%	14,1%	8,0%	1,7%	1,4%	0,3%	1,4%	2,3%
	d)	<b>10,0%</b>	<b>40,0%</b>	15,0%	15,0%	<b>15,0%</b>	-	<b>5,0%</b>	-	-	-
	e)	8,3%	22,2%	<b>55,6%</b>	8,3%	5,6%	-	-	-	-	-
	f)	2,9%	<b>37,1%</b>	31,4%	11,4%	14,3%	-	-	-	<b>2,9%</b>	-
	g)	2,9%	17,1%	31,4%	17,1%	<b>22,9%</b>	2,9%	<b>2,9%</b>	-	<b>2,9%</b>	-
	h)	<b>9,8%</b>	19,5%	46,3%	9,8%	9,8%	-	-	<b>2,4%</b>	2,4%	-
	i)	2,7%	26,7%	41,3%	17,3%	8,0%	1,3%	-	-	1,3%	1,3%
	j)	4,2%	23,9%	39,4%	<b>22,5%</b>	1,4%	-	1,4%	1,4%	1,4%	<b>4,2%</b>
	l)	3,8%	30,0%	38,8%	17,5%	4,4%	<b>3,1%</b>	-	0,6%	-	1,9%
	m)	1,6%	26,2%	<b>47,5%</b>	<b>19,7%</b>	3,3%	-	-	<b>1,6%</b>	-	-
	n)	5,5%	28,4%	36,8%	16,9%	6,0%	2,5%	0,5%	-	1,5%	2,0%
	o)	5,4%	24,6%	39,7%	18,2%	5,7%	1,7%	0,7%	0,7%	0,7%	2,7%
	Nenhuma	4,3%	19,6%	37,0%	<b>21,7%</b>	7,6%	3,3%	-	-	<b>3,3%</b>	3,3%

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente à influência do ano de construção da residência, do local de origem, na propensão dos emigrantes portugueses para o retorno, investimento e emprego no setor do turismo, em Portugal, não foi possível concluir nada quanto à relação entre estas variáveis. Na secção 6.2 verificámos que apenas 5% dos emigrantes portugueses têm residência construída no concelho de origem depois de julho de 2009, o que aumenta

significativamente a hipótese de muitas das residências de emigrantes portugueses poderem ter valor patrimonial cultural. No entanto, a análise do cruzamento daquelas variáveis evidencia que, embora todos os emigrantes que possuem residência no local de origem afirmem que gostariam de poder regressar e fixar-se em Portugal, os que têm residência construída antes de julho de 2009, sobretudo entre 2001-09 (20%), são os que mais manifestam esse desejo (tabela 6.45). Contudo, ao contrário dos emigrantes que possuem residência construída em Portugal após essa data (2,5%), ter um emprego no setor do turismo em Portugal é apenas uma possibilidade (tabela 6.46). Não obstante, são novamente os emigrantes com residência construída antes de julho de 2009, sobretudo entre 2001-09 (20%), que mais manifestam essa possibilidade (10,8%) (tabela 6.46).

**Tabela 6.45 Ano de construção da residência em Portugal vs Desejo de regresso**

%	P21				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Antes de 1930	<b>1,7%</b>	0,8%	0,7%	0,2%	3,4%
1931 – 1946	<b>0,9%</b>	0,7%	0,3%	0,1%	2,0%
1947 – 1962	<b>1,9%</b>	0,4%	0,2%	-	2,5%
1963 – 1978	<b>3,3%</b>	2,0%	0,7%	0,4%	6,3%
1979 – 1984	<b>5,4%</b>	2,8%	1,9%	0,3%	10,4%
1985 – 2000	<b>15,7%</b>	8,7%	4,2%	2,8%	31,5%
2001 - julho 2009	<b>20,0%</b>	8,6%	4,0%	2,3%	35,0%
A partir de julho 2009	<b>3,5%</b>	1,3%	1,0%	1,1%	6,9%
NS/NR	1,1%	0,8%	0,2%	-	2,1%
Total	53,4%	26,1%	13,1%	7,3%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.46 Ano de construção da residência em Portugal vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal**

%	P28				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Antes de 1930	0,7%	<b>1,3%</b>	1,2%	0,2%	3,4%
1931 – 1946	0,5%	<b>0,7%</b>	<b>0,7%</b>	0,1%	2,0%
1947 – 1962	1,0%	<b>1,2%</b>	0,3%	-	2,5%
1963 – 1978	2,0%	<b>2,4%</b>	1,5%	0,4%	6,3%
1979 – 1984	2,7%	<b>4,2%</b>	3,2%	0,3%	10,4%
1985 – 2000	9,4%	<b>11,4%</b>	7,3%	3,4%	31,5%
2001 - julho 2009	10,8%	<b>12,7%</b>	8,3%	3,2%	35,0%
A partir de julho 2009	<b>2,5%</b>	2,2%	1,4%	0,8%	6,9%
NS/NR	0,7%	0,5%	0,9%	-	2,1%
Total	30,3%	36,5%	24,8%	8,4%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Embora a/s área/s onde os emigrantes com residência construída no concelho de origem antes de julho de 2009 mais gostariam de investir em Portugal estejam sobretudo ligadas ao setor primário (tabela 7.47), são novamente estes emigrantes com residência construída principalmente entre 2001-09 (35,2%) que mais manifestam desejo em investir no setor do turismo (tabela 6.47). Observa-se ainda que, a generalidade dos emigrantes com residência construída no concelho de origem antes de julho de 2009 refere apenas talvez dispor de capital suficiente para investir num negócio em Portugal. Não obstante, os que possuem residência construída entre 1985-2000 são os que mais confirmam ter capital suficiente para investir (6%) (tabela 6.48).

**Tabela 6.47 Ano de construção da residência em Portugal vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal**

%		Antes de 1930	1931 – 1946	1947 – 1962	1963 – 1978	1979 – 1984	1985 – 2000	2001 - julho 2009	A partir de julho 2009	NS/NR
P26	a)	6,3%	3,8%	3,8%	6,7%	9,1%	26,4%	35,1%	7,7%	1,0%
	b)	9,4%	5,7%	3,8%	11,3%	3,8%	30,2%	28,3%	3,8%	3,8%
	c)			3,7%		3,7%	51,9%	29,6%	7,4%	3,7%
	d)	<b>12,0%</b>		<b>4,0%</b>	<b>8,0%</b>	<b>4,0%</b>	<b>16,0%</b>	<b>52,0%</b>	4,0%	-
	e)	<b>3,8%</b>	<b>3,8%</b>	<b>3,8%</b>	<b>11,5%</b>	<b>7,7%</b>	<b>34,6%</b>	<b>30,8%</b>	3,8%	-
	f)	<b>2,4%</b>			<b>2,4%</b>	<b>14,3%</b>	<b>33,3%</b>	<b>47,6%</b>		-
	g)	3,7%	1,2%	2,4%	11,0%	4,9%	22,0%	48,8%	6,1%	-
	h)	0,7%	1,5%	1,5%	5,2%	11,2%	30,6%	40,3%	8,2%	0,7%
	i)	2,9%	2,9%	4,1%	6,4%	9,3%	33,7%	33,7%	5,2%	1,7%
	j)	2,4%	0,4%	1,6%	4,5%	12,1%	35,2%	34,0%	<b>8,9%</b>	0,8%
	l)	<b>3,5%</b>	<b>2,3%</b>	<b>2,8%</b>	<b>6,5%</b>	<b>10,4%</b>	<b>30,8%</b>	<b>35,2%</b>	6,3%	2,3%
	m)	6,9%	1,4%	2,8%	4,2%	9,7%	25,0%	38,9%	<b>9,7%</b>	1,4%
	n)	2,2%	0,7%	2,2%	3,6%	10,1%	32,6%	39,1%	6,5%	2,9%
	Nenhuma	3,1%	3,1%		6,3%	9,4%	35,9%	28,1%	<b>9,4%</b>	4,7%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.48 Ano de construção da residência em Portugal vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal**

%	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Antes de 1930	1,1%	<b>1,4%</b>	1,1%	0,7%	4,3%
1931 – 1946	0,3%	<b>0,8%</b>	0,7%	0,7%	2,5%
1947 – 1962	0,9%	<b>1,4%</b>	1,5%	0,6%	4,3%
1963 – 1978	1,4%	<b>2,9%</b>	2,3%	2,5%	9,0%
1979 – 1984	2,5%	<b>4,3%</b>	3,3%	2,5%	12,6%
1985 – 2000	6,0%	<b>10,7%</b>	9,1%	7,0%	32,8%
2001 - julho 2009	5,9%	<b>7,7%</b>	7,1%	5,3%	26,0%
A partir de julho 2009	1,3%	<b>1,4%</b>	1,2%	1,0%	5,0%
NS/NR	0,5%	0,7%	1,2%	1,2%	3,5%
Total	19,8%	31,3%	27,5%	21,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

## 6.8 Análise das hipóteses da investigação – O potencial da residência (auto) construída de raiz no local de origem para classificação a património cultural (Parte II)

As associações de emigrantes estabelecidas nas sociedades de acolhimento têm sido uma das estratégias de luta contra o risco de perderem a sua identidade de origem.

No âmbito da análise da hipótese supra mencionada os dados obtidos com a correlação de *Pearson* permitem concluir que a participação (atual ou passada) numa associação de emigrantes portugueses, nos países de acolhimento, influencia positivamente que os emigrantes também considerem essa participação como uma forma de manterem a sua cultura portuguesa ( $r=0,602$ ) (tabela 6.49). O facto de terem uma residência construída de raiz, no concelho de origem, que classificam como uma representação da sua cultura portuguesa, também influencia positivamente que considerem a sua participação em associações portuguesas, nos países de acolhimento, como uma forma de manterem a cultura portuguesa ( $r=0,203$ ) (tabela 6.49).

**Tabela 6.49 A residência construída no concelho de origem representa a cultura portuguesa/ Participação numa associação portuguesa vs A participação numa associação como forma de manter a cultura portuguesa**

		P14
P12	Pearson Correlation	0,203**
	Sig. (2-tailed)	<b>0,000</b>
	N	494
P13	Pearson Correlation	0,602**
	Sig. (2-tailed)	<b>0,000</b>
	N	494

\*\* . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

*Fonte: Elaboração Própria*

A experiência da emigração não contribuiu para que os emigrantes portugueses rejeitassem a sua identidade cultural.

Na secção 6.3 constatámos que a generalidade dos emigrantes portugueses afirma que a sua cultura é portuguesa (86,5%). Os dados obtidos com o teste de correlação de *Pearson* permitem igualmente corroborar a hipótese identificada, já que evidencia que a participação dos emigrantes em associações portuguesas, no país de acolhimento, como uma forma de manterem a cultura portuguesa influencia positivamente que também afirmem que a sua cultura é portuguesa ( $r=0,181$ ) (tabela 6.50). Por outro lado, os resultados deste teste não evidenciam que um conjunto de fatores (pergunta 16) influencia a cultura portuguesa dos emigrantes.

**Tabela 6.50 A participação em associações de emigrantes portugueses no país de acolhimento é uma forma de manter a cultura portuguesa vs A cultura é portuguesa**

		P14
P15	Pearson Correlation	,181**
	Sig. (2-tailed)	<b>,000</b>
	N	494

\*\* . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

*Fonte: Elaboração Própria*

No entanto, também foi nossa pretensão testar a coerência das respostas dadas pelos 13,4% de emigrantes que referem ter (e talvez ter) uma cultura diferente da portuguesa e dos que não sabem ou não responderam (ver secção 6.3). No capítulo 5 referimos que o

questionário desta investigação foi estruturado de forma a poder-se verificar a coerência das respostas dadas pelos inquiridos através de grupos de questões, em que cada um aborda o mesmo tema e mede qualquer coisa em comum. Assim, considerando que daqueles 13,4% de emigrantes 0,3% não identificam nenhum fator que justifique a sua resposta (ver tabela 6.2 da secção 6.2) podemos concluir que 13,1% é o valor real de inquiridos que consideram ter uma cultura diferente da portuguesa e dos que estão indecisos relativamente a esta questão. Para analisar os motivos apresentados por estes 13,1% de emigrantes foi necessário cruzar a pergunta 15 (“A sua cultura é portuguesa?”) com a pergunta 16 (“Identifique o/s fatores que contribuíram para que tenha uma cultura diferente da portuguesa”).

Deste modo, verificamos que dos inquiridos que construíram residência de raiz em Portugal (antes de julho de 2009) e que afirmam ter uma cultura diferente da portuguesa mencionam mais vezes os seguintes fatores de justificação, sobretudo relacionados com o pouco contacto com a cultura portuguesa: “a) os meus pais não me terem transmitido a cultura portuguesa” (45,5%), “l) ter pouco contacto com a cultura portuguesa” (45,8%) e “m) identificar-me mais com a cultura do país de emigração” (52,2%) (tabela 6.51). Relativamente aos emigrantes que estão indecisos mencionam mais vezes os seguintes fatores, principalmente relacionados com a adaptação ao país de acolhimento: “o) os naturais do país de emigração também compreendem a língua portuguesa (83,3%), i) viver numa área “rural” no país de emigração (80%) e q) ter pouco contacto com os familiares e/ou amigos de Portugal (73,3%) (tabela 6.51).

Finalmente, os que não sabem ou não respondem à pergunta justificaram mais vezes a opção “v) nenhum” (68,8%), “p) ter adquirido a cidadania do país de emigração” (11,1%) e “g) ter estabilidade económica no país de emigração” (5,8%) (tabela 6.51). A análise da secção 6.3 permitiu constatar que os fatores mais mencionados pelo conjunto das três categorias de respostas, nomeadamente dos emigrantes que afirmam ter uma cultura diferente da portuguesa, dos que estão indecisos e dos que não sabem ou não responderam, estão relacionados, sobretudo, com a sua adaptação ao país de acolhimento, nomeadamente a estabilidade económica no país de emigração (1,5%), seguindo-se a situação profissional

satisfatória/boa no país de emigração (1,4%) e ter uma posição social satisfatória/boa no país de emigração (1,4%).

**Tabela 6.51 A cultura é portuguesa vs Fatores que contribuíram para terem uma cultura diferente da portuguesa**

		P15		
		Talvez	Não	NS/NR
P16	a) Os meus pais não me terem transmitido a cultura portuguesa.	<b>54,5%</b>	<b>45,5%</b>	
	b) Ter emigrado com intenção de não regressar mais a Portugal.	<b>62,5%</b>	37,5%	
	c) Ter mais amigos no país de emigração.	<b>60,3%</b>	34,9%	4,8%
	d) Os meus familiares levarem-me a afastar da cultura portuguesa.	<b>60,0%</b>	40,0%	
	e) A minha situação profissional ser satisfatória/boa no país de emigração.	<b>70,4%</b>	25,9%	3,7%
	f) Ter construído uma residência no país de emigração.	<b>67,3%</b>	30,6%	2,0%
	g) Ter estabilidade económica no país de emigração.	<b>65,1%</b>	29,1%	<b>5,8%</b>
	h) Ter uma posição social satisfatória/boa no país de emigração.	<b>63,0%</b>	30,9%	6,2%
	i) Viver numa área “rural” no país de emigração.	<b>80,0%</b>	20,0%	
	j) Ir poucas vezes a Portugal.	<b>58,8%</b>	41,2%	
	l) Ter pouco contacto com a cultura portuguesa.	<b>54,2%</b>	<b>45,8%</b>	
	m) Identificar-me mais com a cultura do país de emigração.	47,8%	<b>52,2%</b>	
	n) Utilizar pouco a língua portuguesa.	<b>60,0%</b>	30,0%	10,0%
	o) Os naturais do país de emigração também compreendem a língua portuguesa.	<b>83,3%</b>	16,7%	
	p) Ter adquirido a cidadania do país de emigração.	<b>51,9%</b>	37,0%	<b>11,1%</b>
	q) Ter pouco contacto com os familiares e/ou amigos de Portugal.	<b>73,3%</b>	26,7%	
	r) A comunidade portuguesa não ter apoio das instituições no país de emigração.	<b>71,4%</b>	23,8%	4,8%
	s) Os portugueses não terem importância na política/sociedade/cultura no país de emigração.	<b>63,6%</b>	31,8%	4,5%
	t) Ouvir/ver poucas vezes a rádio/TV de Portugal.	<b>54,5%</b>	40,9%	4,5%
	u) Estar casado/a ou viver em união de facto com um/a natural do país de acolhimento.	<b>54,5%</b>	40,9%	4,5%
	v) Nenhum dos fatores mencionados.	25,0%	6,3%	<b>68,8%</b>
	Outro	<b>71,4%</b>	28,6%	

*Fonte: Elaboração Própria*

Os emigrantes portugueses consideram a residência que construíram de raiz nos seus locais de origem, durante a emigração, como a sua verdadeira casa.

Na secção 6.3 verificámos que a maioria dos emigrantes portugueses que possui residência construída de raiz, antes de julho de 2009, no local de origem considera essa residência como a sua verdadeira casa (65,5%). Os dados obtidos com a correlação de *Pearson* permitem concluir igualmente que, o facto de os emigrantes considerarem a sua cultura



como portuguesa influencia positivamente que também considerem a residência construída de raiz no concelho de origem, antes de julho de 2009, como a sua verdadeira casa ( $r=0,212$ ) (tabela 6.52).

**Tabela 6.52 A cultura é portuguesa vs A residência construída de raiz no concelho de origem é a verdadeira casa**

	P15
P11 Pearson Correlation	,212**
Sig. (2-tailed)	,000
N	994

\*\* . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

*Fonte: Elaboração Própria*

As residências construídas de raiz pelos emigrantes portugueses nos seus locais de origem, antes de julho de 2009, conferem-lhes um sentimento de identidade que os diferencia culturalmente dos demais.

Na secção 6.3 verificámos que a maioria dos emigrantes portugueses afirma que a residência construída de raiz no seu local de origem, antes de julho de 2009, é a sua verdadeira casa e representa a sua cultura portuguesa. Os dados obtidos com a correlação de *Pearson* também permitem corroborar a hipótese em análise, já que evidenciam, por um lado, que o facto de os emigrantes considerarem a residência construída de raiz, no concelho de origem, antes de julho de 2009, como a sua verdadeira casa influencia positivamente que assumam essa residência como uma representação da sua cultura portuguesa ( $r=0,308$ ) (tabela 6.53). Por outro lado, ao considerarem a sua cultura como portuguesa também influencia positivamente que considerem a residência construída de raiz no concelho de origem, antes de julho de 2009, uma representação da sua cultura portuguesa ( $r=0,220$ ) (tabela 6.54).

**Tabela 6.53 A residência construída de raiz representa a cultura portuguesa vs A residência construída de raiz no concelho de origem é a verdadeira casa**

	P11
P12 Pearson Correlation	0,308**
Sig. (2-tailed)	,000
N	994

\*\* . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.54 A cultura é portuguesa vs A residência construída de raiz, antes de julho de 2009, no concelho de origem representa a cultura portuguesa**

		P12
P15	Pearson Correlation	,220**
	Sig. (2-tailed)	,000
	N	994

\*\* . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

*Fonte: Elaboração Própria*

As residências construídas de raiz pelos emigrantes portugueses no seu local de origem, antes de julho de 2009, têm valor patrimonial.

Na secção 6.3 verificámos que, quando questionados sobre a possibilidade da residência construída de raiz no local de origem, antes de julho de 2009, poder vir a ser considerada como património cultural apenas 12,5% dos emigrantes confirmaram essa situação e a maioria (62,50%) não sabe ou não respondeu a esta questão. Os dados obtidos com o coeficiente de correlação de *Pearson* não permitiram retirar conclusões quanto à relação entre as variáveis. Contudo, a análise das tabelas 6.55 e 6.56 permite-nos constatar que todos os emigrantes que afirmam que a sua residência construída de raiz no concelho de origem, antes de julho de 2009, pode vir a ser considerada como património cultural também afirmam que essa residência é a sua verdadeira casa e representa a sua cultura portuguesa (12,5% em cada).

**Tabela 6.55 A residência construída de raiz no concelho de origem é a verdadeira casa vs A residência construída de raiz no concelho de origem pode ser considerada património cultural**

P11	P17				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Sim	<b>12,5%</b>	6,3%	6,3%	<b>31,3%</b>	56,3%
Talvez	-	-	-	6,3%	6,3%
Não	-	-	-	6,3%	6,3%
NS/NR	-	12,5%	-	18,8%	31,3%
Total	12,5%	18,8%	6,3%	62,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.56 A residência construída de raiz no concelho de origem representa a cultura portuguesa vs A residência construída de raiz no concelho de origem pode ser considerada património cultural**

P12	P17				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Sim	<b>12,5%</b>	-	-	<b>31,3%</b>	43,8%
Talvez	-	18,8%	-	-	18,8%
Não	-	-	-	12,5%	12,5%
NS/NR	-	-	6,3%	18,8%	25,0%
Total	12,5%	18,8%	6,3%	62,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

### **6.9 Análise das hipóteses da investigação – O contributo do regresso e fixação dos emigrantes portugueses em idade ativa para o desenvolvimento do turismo em Portugal (Parte III)**

Os contextos de sociabilização nas associações contribuíram para que a “nova geração” de emigrantes pretenda regressar e fixar-se em Portugal.

Na secção 6.3 verificámos que a generalidade dos emigrantes em idade ativa não frequenta (ou frequentou) uma associação portuguesa no país de acolhimento. Entre os que frequentam (ou frequentaram), verificámos também que, a maioria não reconhece que a sua participação neste tipo de associações tenha vindo a exercer influência no seu desejo de regresso a Portugal. No entanto, na secção 6.4 verificámos que a afirmação da cultura portuguesa é um dos fatores mais mencionados pela “nova geração” de emigrantes portugueses para desejarem um emprego na área do turismo em Portugal o que, de certa forma, pressupõe que estes emigrantes assumem igualmente a sua cultura portuguesa, tal como os que têm mais idade (ver secção 6.11). Este argumento é reforçado se considerarmos ainda que a generalidade dos emigrantes em idade ativa manifesta vontade em regressar e fixar-se em Portugal (secção 6.3).

A análise do cruzamento destas variáveis permite acrescentar que, embora exista maior percentagem de emigrantes com 29-39 anos que não frequentam (ou frequentaram) associações portuguesas no país de acolhimento e não reconhecem a sua influência no desejo de regresso a Portugal, também se constata que são estes emigrantes, com idades

entre 29-39 anos, que mais afirmam frequentar (14,4%) e reconhecer a influência da participação nessas associações no seu desejo de regresso (15,9%) (tabelas 6.57 e 6.58). Neste âmbito, na secção 6.8 observámos também que, ter residência num concelho com maior índice de centralidade em Portugal influencia positivamente o contributo da participação dos emigrantes em associações portuguesas, no país de acolhimento, no seu desejo de regresso a Portugal (tabela 6.58).

**Tabela 6.57 Idade vs Frequência em associações portuguesas no país de acolhimento**

%		P19			Total
		Sim	Não	NS/NR	
P18	Menos de 18 anos	-	-	<b>2,1%</b>	2,1%
	Entre 18 e 28 anos	7,7%	<b>31,2%</b>	,3%	39,2%
	Entre 29 e 39 anos	<b>14,4%</b>	<b>44,2%</b>	,1%	58,7%
Total		22,1%	75,4%	2,5%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.58 Idade vs Contributo da participação em associações portuguesas, no país de acolhimento, no desejo de regresso e fixação em Portugal**

%		P20				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
P18	Menos de 18 anos	-	-	-	8,7%	8,7%
	Entre 18 e 28 anos	7,1%	11,2%	<b>10,9%</b>	3,3%	32,5%
	Entre 29 e 39 anos	<b>15,9%</b>	14,6%	<b>23,9%</b>	4,3%	58,8%
Total		23,0%	25,8%	34,8%	16,4%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Existe um conjunto de fatores que influenciam a decisão de regresso e de fixação da “nova geração” de emigrantes portugueses nos seus locais de origem.

Em relação à possibilidade de regresso e de fixação dos emigrantes portugueses em idade ativa aos seus locais de origem, na secção 6.4 verificámos que quase metade (ou 49%) deseja regressar e fixar-se em Portugal. Neste âmbito, os dados obtidos com o coeficiente de *Spearman* permitem concluir que a idade dos emigrantes portugueses influencia negativamente o seu desejo de regresso e fixação em Portugal ( $r=-0,056$ ) (tabela 6.66). No entanto, o cruzamento das mesmas variáveis permite observar também que, apesar dos emigrantes com idades entre 29-39 anos serem os que mais rejeitam a hipótese de regresso, são também os que mais confirmam esse cenário (28,9%) (tabela 6.59).

Na sua perspetiva, os fatores mais importantes para que tomem essa decisão são regressarem com o/s filho/s (73,6%), poderem ter um estilo de vida “rural” (71,3%), exercerem uma atividade remunerada, por conta própria, no setor do turismo (68,6%) e a existência de infraestruturas no local de origem (60,2%), enquanto para os inquiridos com idade entre os 18 e os 28 anos seria, principalmente, terem uma residência no local onde nasceram (48,2%), bem como uma oportunidade de emprego (44,4%) e de rendimento (41%) (tabela 6.60). Os dados obtidos com o coeficiente de *Pearson* permitem acrescentar ainda que, o facto dos emigrantes portugueses desejarem vir a ter um emprego no setor do turismo em Portugal também influencia positivamente que desejem regressar ( $r=0,390$ ).

**Tabela 6.59 Idade vs Desejo de regresso e fixação em Portugal**

%		P18			Total
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos	
P21	Sim	-	<b>20,2%</b>	<b>28,9%</b>	49,0%
	Talvez	-	11,5%	17,9%	29,4%
	Não	-	<b>4,7%</b>	<b>8,3%</b>	13,0%
	NS/NR	2,1%	2,7%	<b>3,6%</b>	8,5%
	Total	2,1%	39,2%	58,7%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.60 Idade vs Fatores mais importantes para o regresso e fixação em Portugal**

%		P18		
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos
P22	a)	-	<b>44,4%</b>	55,6%
	b)	-	41,0%	59,0%
	c)	-	28,7%	<b>71,3%</b>
	d)	-	<b>42,9%</b>	57,1%
	e)	-	26,4%	<b>73,6%</b>
	f)	-	39,8%	60,2%
	g)	-	<b>48,2%</b>	51,8%
	h)	-	31,4%	<b>68,6%</b>
	Nenhum	<b>60,0%</b>	20,0%	20,0%

Fonte: Elaboração Própria

A “nova geração” de emigrantes portugueses aprova a possibilidade de alugar unidades de alojamento na residência do local de origem se beneficiar de isenção de Imposto Municipal Sobre Imóveis.

Em relação à hipótese em análise os dados obtidos com o coeficiente de *Spearman* permitem concluir que, a idade influencia negativamente a opinião dos emigrantes

portugueses de que a residência do concelho de origem venha a ser considerada património cultural ( $r=-0,069$ ), bem como a sua predisposição para vir a alugar quartos a turistas nessa residência, mesmo que beneficiem de isenção de Imposto sobre Imóveis ( $r=-0,130$ ). No entanto, entre os emigrantes portugueses em idade ativa, verificamos novamente que, embora os que têm entre 29-39 anos de idade sejam os que mais neguem o facto da residência do concelho de origem poder vir a ser património cultural, bem como aí poderem vir a alugar quartos a turistas (caso beneficiassem de isenção de Imposto sobre Imóveis), são também os que mais confirmam esses dois cenários (12,9% e 24,6%, respetivamente) (tabelas 6.61 e 6.62). Observa-se a mesma tendência de respostas nos emigrantes com menos de 29 anos de idade, mas em percentagens inferiores.

**Tabela 6.61 Idade vs A residência do concelho de origem pode vir a ser considerada património cultural**

%		P18			Total
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos	
P23	Sim	-	8,9%	<b>12,9%</b>	<b>21,8%</b>
	Talvez	-	7,4%	10,9%	18,4%
	Não	-	<b>17,4%</b>	<b>27,7%</b>	45,2%
	NS/NR	2,1%	5,5%	7,1%	14,7%
	Total	2,1%	39,2%	58,7%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.62 Idade vs Aluguer de quartos a turistas na residência do concelho de origem pela isenção de Imposto Sobre Imóveis**

%		P18			Total
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos	
P24	Sim	-	<b>16,5%</b>	<b>24,6%</b>	<b>41,1%</b>
	Talvez	-	11,6%	15,4%	27,0%
	Não	-	<b>6,6%</b>	<b>9,3%</b>	15,9%
	NS/NR	<b>3,9%</b>	5,0%	<b>7,1%</b>	16,0%
	Total	3,9%	39,7%	56,4%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Os emigrantes da “nova geração” constituem-se como potenciais agentes do desenvolvimento turístico dos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal, pela sua formação académica e experiência e formação profissional na área do turismo, obtidas durante a emigração.

Em relação aos (novos) conhecimentos adquiridos pelos emigrantes portugueses, em idade ativa, na área da hotelaria e/ou turismo a generalidade refere que não tem curso, formação e/ou experiência profissional nesta área (ver secção 6.4). Os dados obtidos com o coeficiente de *Spearman* permitem agora concluir que a variável “idade” influencia negativamente possuir curso, formação e experiência profissional na área da hotelaria e/ou turismo ( $r=-0,082$ ,  $r=-0,083$  e  $r=-0,063$ , respetivamente). Neste âmbito, através da análise do cruzamento destas variáveis podemos observar também que, apesar dos emigrantes com idades entre 29-39 anos serem os que mais negam ter (novos) conhecimentos na área da hotelaria e/ou turismo, comparativamente com os restantes emigrantes em idade ativa são novamente os que mais afirmam ter curso (4,7%), formação profissional (7,8%) e, sobretudo, experiência profissional nesta área (17,4%) (tabelas 6.63-6.65). Não obstante, observa-se igualmente, a mesma tendência de respostas nos emigrantes com idades entre os 18-28 anos, mas em percentagens inferiores. Mais à frente, nesta secção, iremos verificar que entre os emigrantes em idade ativa os que têm entre os 29-39 anos são também os que mais referem ter residência própria em Portugal.

#### **Tabelas 6.63- 6.65 Idade vs Durante a emigração adquiriram (novos) conhecimentos na área da hotelaria e turismo**

**Tabela 6.63 Curso na área da hotelaria e/ou turismo**

%		P18			Total
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos	
P25	Sim	-	3,2%	<b>4,7%</b>	7,8%
	Não	-	<b>32,6%</b>	<b>48,1%</b>	80,7%
	NS/NR	2,1%	3,5%	<b>5,9%</b>	11,5%
	Total	2,1%	39,2%	58,7%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.64 Formação profissional na área da hotelaria e/ou turismo**

%		P18			Total
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos	
P25	Sim	-	5,1%	<b>7,8%</b>	12,9%
	Não	-	<b>31,3%</b>	<b>45,8%</b>	77,0%
	NS/NR	2,1%	2,9%	<b>5,1%</b>	10,1%
	Total	2,1%	39,2%	58,7%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria***Tabela 6.65 Experiência profissional no setor da hotelaria e/ou turismo**

%		P18			Total
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos	
P25	Sim	-	12,6%	<b>17,4%</b>	30,0%
	Não	-	<b>25,8%</b>	<b>40,0%</b>	65,7%
	NS/NR	<b>2,1%</b>	0,8%	1,3%	4,2%
	Total	2,1%	39,2%	58,7%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

O mesmo tipo de análise segundo o concelho de origem dos emigrantes em idade ativa leva-nos a retirar as mesmas conclusões. Embora seja uma diferença pouco significativa, verifica-se que os emigrantes oriundos dos concelhos com maior índice de centralidade registam menos conhecimentos na área da hotelaria e/ou turismo (curso/formação/experiência profissional) comparativamente com os emigrantes oriundos dos concelhos com maior índice de centralidade (tabelas 6.66; 6.68; 6.70). Contudo, quando fazemos a mesma análise segundo o concelho da residência que os emigrantes possuem em Portugal verificamos a situação oposta e em percentagens significativamente superiores, ou seja, são os emigrantes que possuem residência própria em concelhos com menor índice de centralidade que registam mais (novos) conhecimentos (curso/formação/experiência profissional) na área da hotelaria e/ou turismo, obtidos durante a emigração (tabelas 6.67; 6.69; 6.71).



**Tabelas 6.66- 6.71 a) Concelho de origem/ b) Concelho da residência própria em Portugal vs Conhecimentos adquiridos na área da hotelaria e turismo durante a emigração**

**Tabela 6.66 Curso em hotelaria e/ou turismo vs Concelho de origem**

a)		P4			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P25	Sim	<b>4,1%</b>	3,5%	0,2%	7,8%
	Não	<b>42,3%</b>	<b>36,6%</b>	<b>1,8%</b>	<b>80,7%</b>
	NS/NR	5,5%	5,7%	0,2%	11,5%
	Total	51,9%	45,8%	2,2%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.67 Curso em hotelaria e/ou turismo vs Concelho da residência em Portugal**

b)		P7			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P25	Sim	1,0%	<b>6,7%</b>	0,1%	7,8%
	Não	<b>15,0%</b>	<b>65,3%</b>	<b>0,4%</b>	80,7%
	NS/NR	1,7%	<b>9,8%</b>	0,0%	11,5%
	Total	17,7%	81,8%	0,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.68 Formação profissional em hotelaria e/ou turismo vs Concelho de origem**

a)		P4			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P25	Sim	<b>6,6%</b>	6,0%	0,3%	12,9%
	Não	<b>40,3%</b>	<b>35,0%</b>	<b>1,8%</b>	<b>77,0%</b>
	NS/NR	5,0%	4,9%	0,1%	10,1%
	Total	51,9%	45,8%	2,2%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.69 Formação profissional em hotelaria e/ou turismo vs Concelho da residência em Portugal**

b)		P7			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P25	Sim	1,7%	<b>11,0%</b>	0,1%	12,9%
	Não	<b>14,5%</b>	<b>62,3%</b>	<b>0,3%</b>	77,0%
	NS/NR	1,5%	<b>8,6%</b>	0,0%	10,1%
	Total	17,7%	81,8%	0,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.70 Experiência profissional em hotelaria e/ou turismo vs Concelho de origem**

a)		P4			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P25	Sim	<b>14,9%</b>	14,4%	07%	30,0%
	Não	<b>34,7%</b>	<b>29,6%</b>	<b>1,4%</b>	<b>65,7%</b>
	NS/NR	2,3%	1,8%	0,1%	4,2%
	Total	51,9%	45,8%	2,2%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria***Tabela 6.71 Experiência profissional em hotelaria e/ou turismo vs Concelho da residência em Portugal**

b)		P7			Total
		Maior índice de centralidade	Menor índice de centralidade	NS/NR	
P25	Sim	4,6%	<b>25,2%</b>	<b>0,3%</b>	30,0%
	Não	<b>12,4%</b>	<b>53,1%</b>	0,2%	65,7%
	NS/NR	0,7%	<b>3,5%</b>	0,0%	4,2%
	Total	17,7%	81,8%	0,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

A “nova geração” de emigrantes portugueses gostaria de poder investir no setor do turismo em Portugal.

Em relação à/s área/s onde os emigrantes em idade ativa mais gostariam de vir a investir, em Portugal, os resultados do teste de correlação de *Spearman* não evidenciam diferenças estatisticamente significativas. Na secção 6.4 constatámos que o turismo é a área mais mencionada pelo total de emigrantes portugueses em idade ativa. No entanto, ao considerarmos o mesmo tipo de análise segundo as diferentes faixas etárias destes emigrantes verificamos que, comparativamente aos restantes emigrantes em idade ativa os que têm entre 29-39 anos de idade são os que mais referem o turismo como a área onde gostariam de investir (60,4%). Não obstante, as opções mais mencionadas por estes emigrantes, com 29-39 anos de idade, são as atividades ligadas ao setor primário (tabela 6.72). A análise do cruzamento de variáveis acrescenta ainda que, para os emigrantes em idade ativa que afirmam que a residência do concelho de origem tem potencial valor patrimonial cultural o turismo não é a área onde mais gostariam investir em Portugal (tabela 6.73).

**Tabela 6.72 Idade vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal**

P26	P18			Total
	Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos	
a)	0,00%	38,8%	<b>61,2%</b>	100,0%
b)	0,00%	34,3%	<b>65,7%</b>	100,0%
c)	0,00%	<b>48,5%</b>	51,5%	100,0%
d)	0,00%	22,1%	<b>77,9%</b>	100,0%
e)	0,00%	35,1%	<b>64,9%</b>	100,0%
f)	0,00%	<b>54,5%</b>	45,5%	100,0%
g)	0,00%	42,0%	58,0%	100,0%
h)	0,00%	42,6%	57,4%	100,0%
i)	0,00%	42,3%	57,7%	100,0%
j)	0,00%	44,1%	55,9%	100,0%
l)	0,00%	39,6%	<b>60,4%</b>	100,0%
m)	0,00%	<b>50,2%</b>	49,8%	100,0%
n)	0,00%	45,9%	54,1%	100,0%
o)	0,00%	43,4%	56,6%	100,0%
Nenhuma	33,0%	17,6%	49,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria***Tabela 6.73 A residência do concelho de origem pode ser considerada património cultural vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal**

P26	P23				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
a)	26,0%	21,0%	44,3%	8,8%	100,0%
b)	<b>32,6%</b>	18,3%	41,1%	8,0%	100,0%
c)	26,3%	20,2%	42,4%	11,1%	100,0%
d)	26,0%	20,8%	46,8%	6,5%	100,0%
e)	<b>28,1%</b>	21,1%	45,6%	5,3%	100,0%
f)	<b>26,8%</b>	20,5%	44,6%	8,0%	100,0%
g)	18,6%	<b>21,2%</b>	<b>48,1%</b>	12,1%	100,0%
h)	22,8%	18,0%	<b>47,7%</b>	11,4%	100,0%
i)	23,3%	18,1%	46,2%	12,4%	100,0%
j)	23,3%	<b>23,1%</b>	38,2%	15,4%	100,0%
l)	25,3%	20,8%	42,2%	11,7%	100,0%
m)	20,0%	<b>21,3%</b>	44,0%	14,7%	100,0%
n)	21,0%	16,6%	<b>51,4%</b>	11,0%	100,0%
o)	21,2%	18,9%	48,9%	11,0%	100,0%
Nenhuma	6,0%	6,6%	37,4%	<b>50,0%</b>	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Por outro lado, através da análise da tabela 6.74 verifica-se que os emigrantes em idade ativa que mais gostariam de vir a investir no setor do turismo em Portugal são também os que mais evidenciam desejo de, futuramente, aí virem a exercer um emprego nesta área (44,5%). Neste âmbito, o teste de *Pearson* não permite retirar conclusões. Contudo, relativamente à propensão dos emigrantes portugueses para virem a ter um emprego na área do turismo, em Portugal, os dados obtidos com o coeficiente de *Spearman* evidenciam

que a sua idade influencia negativamente ( $r=-0,059$ ). Não obstante, a análise do cruzamento destas variáveis acrescenta também que, embora os emigrantes com 29-39 anos sejam os que mais rejeitam a possibilidade de vir a ter um emprego na área do turismo, em Portugal, comparativamente com os restantes emigrantes em idade ativa são igualmente os que mais evidenciam esse desejo (17,2%) (tabela 6.75). Destaca-se ainda que, o facto dos emigrantes em idade ativa terem uma residência no concelho de origem com potencial valor patrimonial cultural influencia positivamente o seu desejo de virem a ter um emprego na área do turismo, em Portugal ( $r=0,212$ ).

**Tabela 6.74 Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal vs Área/s que gostariam de poder investir em Portugal**

P26	P28				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
a)	33,1%	42,4%	18,8%	5,7%	100,0%
b)	30,3%	44,0%	20,0%	5,7%	100,0%
c)	25,3%	45,5%	20,2%	9,1%	100,0%
d)	26,0%	42,9%	23,4%	7,8%	100,0%
e)	28,1%	47,4%	15,8%	8,8%	100,0%
f)	23,2%	38,4%	29,5%	8,9%	100,0%
g)	24,7%	44,2%	24,2%	6,9%	100,0%
h)	24,3%	45,0%	23,1%	7,5%	100,0%
i)	25,0%	44,1%	24,5%	6,4%	100,0%
j)	36,1%	<b>49,2%</b>	10,9%	3,9%	100,0%
l)	<b>44,5%</b>	41,3%	10,3%	3,9%	100,0%
m)	31,1%	47,6%	17,3%	4,0%	100,0%
n)	22,4%	42,8%	28,5%	6,4%	100,0%
o)	16,85%	36,52%	<b>40,64%</b>	5,99%	100,00%
Nenhuma	3,3%	9,9%	<b>42,9%</b>	<b>44,0%</b>	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.75 Idade vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal**

%		P18			Total
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos	
P28	Sim	-	11,4%	<b>17,2%</b>	28,6%
	Talvez	-	<b>16,0%</b>	<b>22,6%</b>	38,6%
	Não	-	9,9%	15,4%	25,3%
	NS/NR	<b>2,1%</b>	1,9%	3,5%	7,5%
	Total	2,1%	39,2%	58,7%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

O facto de a “nova geração” de emigrantes portugueses ter pelo menos uma residência no seu local de origem, com ou sem características patrimoniais, faz com que revelem preferência para investir em serviços de residência secundária por conta própria ou gratuita, na área do turismo.

A análise da hipótese supra mencionada levou-nos a verificar que, o facto dos emigrantes em idade ativa desejarem vir a ter um emprego no setor do turismo em Portugal ou de aí terem residência com potencial valor patrimonial cultural não influencia a sua predisposição para investir em serviços de residência secundária, por conta própria (tabelas 6.76-6.77). Na secção 6.4 verificámos que, entre os emigrantes em idade ativa, apenas 21,8% afirmam que a residência do local de origem tem potencial valor patrimonial cultural. A análise da tabela 6.78 leva-nos a verificar também que, apesar da maioria dos emigrantes com 29-39 anos de idade referir ter residência em Portugal de familiares, comparativamente com os restantes que estão em idade ativa são os que mais mencionam aí terem residência própria (22,5%). Caso decidissem investir no setor do turismo, são novamente estes emigrantes, com idades entre 29-39 anos, que mais referem que investiriam, sobretudo, em serviços de residência secundária por conta própria (64,6%) (tabela 6.79). Assim sendo, podemos concluir por um lado que, o potencial valor patrimonial das residências dos locais de origem dos emigrantes portugueses não influencia a sua predisposição para investir no setor do turismo, em geral (tabela 6.73), ou em serviços de residência secundária, por conta própria, em Portugal (tabela 6.77). Por outro lado, os resultados sugerem também que ter residência própria em Portugal influencia, de alguma forma, a predisposição dos emigrantes para investir em serviços de residência secundária, por conta própria, em Portugal.

**Tabela 6.76 Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal vs Área/s onde gostariam de investir no setor do turismo em Portugal**

%		P28			
		Sim	Talvez	Não	NS/NR
P27	a)	34,4%	43,7%	17,5%	4,5%
	b)	31,4%	42,5%	20,8%	<b>5,4%</b>
	c)	36,5%	43,5%	15,6%	4,3%
	d)	24,4%	39,0%	31,7%	4,9%
	e)	30,1%	<b>51,2%</b>	17,1%	1,6%
	f)	28,4%	42,1%	24,2%	5,3%
	g)	19,6%	<b>54,2%</b>	<b>25,2%</b>	0,9%
	h)	28,6%	<b>53,4%</b>	17,3%	0,8%
	i)	<b>42,7%</b>	42,3%	12,0%	3,0%
	j)	<b>43,6%</b>	42,5%	9,9%	4,0%
	l)	<b>42,8%</b>	41,5%	12,3%	3,4%
	m)	35,0%	43,7%	16,4%	4,9%
	n)	31,5%	42,4%	20,8%	5,3%
	o)	34,1%	42,0%	18,7%	5,1%
	Nenhuma	3,8%	11,4%	<b>46,6%</b>	<b>38,1%</b>

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.77 A residência do concelho de origem tem potencial valor patrimonial cultural vs Área/s onde gostariam de investir no setor do turismo em Portugal**

%		P23			
		Sim	Talvez	Não	NS/NR
P27	a)	25,6%	19,2%	44,1%	11,2%
	b)	25,0%	21,7%	<b>43,2%</b>	10,1%
	c)	22,4%	19,8%	44,8%	13,0%
	d)	26,8%	19,5%	43,9%	9,8%
	e)	25,2%	24,4%	37,4%	13,0%
	f)	22,1%	20,0%	46,3%	11,6%
	g)	<b>28,0%</b>	20,6%	47,7%	3,7%
	h)	19,5%	21,1%	<b>49,6%</b>	9,8%
	i)	24,4%	20,1%	40,6%	15,0%
	j)	26,0%	23,1%	39,2%	11,7%
	l)	25,5%	22,1%	39,9%	12,5%
	m)	20,8%	<b>25,7%</b>	41,0%	12,6%
	n)	24,1%	19,9%	42,8%	13,1%
	o)	24,4%	21,2%	41,8%	12,6%
	Nenhuma	9,3%	6,4%	<b>40,7%</b>	<b>43,6%</b>

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.78 Idade vs Propriedade de residência em Portugal**

%		P18			Total
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos	
P5	Própria	0,9%	9,2%	<b>22,5%</b>	32,6%
	Alugada	0,2%	1,2%	<b>1,7%</b>	3,1%
	De familiares	1,1%	<b>28,8%</b>	<b>34,4%</b>	<b>64,3%</b>
	Total	2,1%	39,2%	58,7%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.79 Idade vs Área/s onde gostariam de investir no setor do turismo em Portugal**

%		P18		
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos
P27	a)	-	41,1%	58,9%
	b)	-	35,4%	<b>64,6%</b>
	c)	-	43,1%	56,9%
	d)	-	<b>58,5%</b>	41,5%
	e)	-	<b>50,4%</b>	49,6%
	f)	-	43,2%	56,8%
	g)	-	49,5%	50,5%
	h)	-	36,8%	63,2%
	i)	-	<b>50,0%</b>	50,0%
	j)	-	35,9%	<b>64,1%</b>
	l)	-	41,2%	58,8%
	m)	-	45,4%	54,6%
	n)	-	38,8%	61,2%
	o)	-	39,3%	60,7%
	Nenhuma	<b>25,4%</b>	23,7%	<b>50,8%</b>

Fonte: Elaboração Própria

O desejo da “nova geração” de emigrantes portugueses ter um emprego no setor do turismo em Portugal depende de um conjunto de fatores.

Na secção 6.4 verificámos que a generalidade dos emigrantes da “nova geração” (em idade ativa) considera apenas uma possibilidade poder vir a ter um emprego no setor do turismo, em Portugal. Neste âmbito, os benefícios económicos, aliados à afirmação da cultura portuguesa aos turistas e ao usufruto de um ambiente agradável influenciam a atitude mais positiva dos emigrantes em idade ativa para desejarem ter um emprego no setor do turismo, em Portugal. Os dados obtidos com o coeficiente de *Spearman* e de *Pearson* não nos permitiram retirar conclusões quanto à relação de um conjunto de fatores, nomeadamente os benefícios económicos, pouca ou nenhuma perturbação do dia-a-dia, fornecimento de infraestruturas de recreação adequadas (pelas respetivas entidades

públicas), usufruto de um ambiente agradável, satisfação da interação com os turistas, afirmação da cultura portuguesa, influência nas decisões da comunidade, necessidade de segurança e de autoestima e o respeito pelos modos de conduta dos emigrantes, com a idade e o desejo dos emigrantes portugueses terem um emprego no setor do turismo, em Portugal.

Por outro lado, através da análise da tabela 7.80 verificamos que para o total dos emigrantes portugueses que desejariam vir a ter um emprego no setor do turismo, em Portugal, os fatores que mais justificam esse cenário são a necessidade de autoestima (44,9%), a satisfação da interação com os turistas (44,1%) e o respeito pelo seu modo de conduta (43,4%). Se considerarmos ainda que, entre os emigrantes em idade ativa são sobretudo os que têm 29-39 anos de idade que mais manifestam desejar vir a ter um emprego na área do turismo, em Portugal, constatamos que esses fatores baseiam-se, principalmente, em terem influência nas decisões da comunidade (66,3%), na existência de infraestruturas de lazer/recreio no local (65,0%) e na necessidade de segurança (63,0%) (tabela 6.81).

**Tabela 6.80 Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal vs O desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal depende de um conjunto de fatores**

%		P28			
		Sim	Talvez	Não	NS/NR
P29	a)	35,6%	<b>47,0%</b>	13,4%	3,9%
	b)	23,7%	<b>47,9%</b>	22,6%	5,8%
	c)	41,3%	<b>46,1%</b>	9,3%	3,3%
	d)	37,4%	<b>48,5%</b>	10,3%	3,8%
	e)	<b>44,1%</b>	<b>47,0%</b>	6,4%	2,5%
	f)	40,6%	<b>47,4%</b>	8,7%	3,3%
	g)	36,3%	<b>48,3%</b>	9,9%	5,5%
	h)	40,7%	<b>47,1%</b>	8,9%	3,4%
	i)	<b>44,9%</b>	41,5%	9,7%	4,0%
	j)	<b>43,4%</b>	<b>46,2%</b>	6,8%	3,6%
	l)	6,4%	13,2%	<b>61,2%</b>	<b>19,2%</b>

*Fonte: Elaboração Própria*



**Tabela 6.81 Idade vs O desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal depende de um conjunto de fatores**

%		P18		
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos
P29	a)	-	41,8%	<b>58,2%</b>
	b)	-	42,6%	<b>57,4%</b>
	c)	-	35,0%	<b>65,0%</b>
	d)	-	39,8%	<b>60,2%</b>
	e)	-	37,3%	<b>62,7%</b>
	f)	-	38,9%	<b>61,1%</b>
	g)	-	33,7%	<b>66,3%</b>
	h)	-	37,0%	<b>63,0%</b>
	i)	-	<b>45,5%</b>	<b>54,5%</b>
	j)	-	40,6%	<b>59,4%</b>
	l)	<b>9,3%</b>	35,7%	<b>55,0%</b>

Fonte: Elaboração Própria

O emprego no setor do turismo é uma alternativa desejável às ocupações tradicionais em Portugal, devido à influência de um conjunto de fatores.

A análise da propensão da “nova geração” de emigrantes portugueses para vir a ter um emprego no setor do turismo, em Portugal, passa também pela análise da sua opinião sobre um conjunto de fatores face às ocupações tradicionais do seu local de origem (como por exemplo a agricultura e a indústria). Neste âmbito, os dados obtidos com o coeficiente de *Spearman* e de *Pearson* não nos permitiram concluir nada quanto à relação desses fatores, nomeadamente a obtenção de mais rendimento, poderem exercer uma profissão com estatuto social elevado, terem benefícios diretos e indiretos com o turismo, oportunidade de trabalhar no local de origem, dependerem economicamente, sobretudo, do turismo e a maior posição demográfica/política em Portugal, com a idade e o desejo dos emigrantes portugueses em virem a ter um emprego na área do turismo, em Portugal.

Os dados da tabela 6.82 permitem verificar, no entanto, que para o total dos emigrantes em idade ativa que gostaria de vir a ter um emprego na área do turismo, em Portugal, esse emprego seria uma alternativa às ocupações tradicionais, principalmente, porque iriam exercer uma profissão com prestígio (46,9%), teriam a oportunidade de trabalhar no local de origem (44,4%) e porque economicamente dependeriam, sobretudo, do turismo (43,9%). Contudo, se considerarmos apenas a faixa etária dos emigrantes que mais afirmam desejar vir a ter um emprego na área do turismo, em Portugal, nomeadamente os

que têm idades entre 29-39 anos, esse emprego seria uma alternativa às ocupações tradicionais, principalmente, porque teriam benefícios diretos e indiretos com o turismo (63,5%) e poderiam combinar o trabalho não pago (doméstico e outro) com o trabalho pago (62,3%) (tabela 6.83).

**Tabela 6.82 Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal vs O emprego no setor do turismo poderia ser uma alternativa às ocupações tradicionais em Portugal devido a um conjunto de fatores**

%		P28			
		Sim	Talvez	Não	NS/NR
P30	a)	34,6%	<b>46,8%</b>	14,5%	4,1%
	b)	<b>46,9%</b>	42,7%	7,3%	3,1%
	c)	43,2%	<b>44,2%</b>	9,3%	3,3%
	d)	<b>44,4%</b>	<b>44,4%</b>	7,2%	3,9%
	e)	<b>43,9%</b>	43,0%	11,5%	1,7%
	f)	38,9%	<b>45,0%</b>	12,4%	3,7%
	g)	39,7%	<b>46,1%</b>	11,9%	2,4%
	h)	11,1%	26,5%	<b>47,1%</b>	<b>15,2%</b>

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.83 Idade dos emigrantes vs O emprego no setor do turismo poderia ser uma alternativa às ocupações tradicionais em Portugal devido a um conjunto de fatores**

%		P18		
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos
P30	a)	-	<b>43,2%</b>	<b>56,8%</b>
	b)	-	<b>46,6%</b>	<b>53,4%</b>
	c)	-	36,5%	<b>63,5%</b>
	d)	-	41,6%	<b>58,4%</b>
	e)	-	38,3%	<b>61,7%</b>
	f)	-	37,5%	<b>62,5%</b>
	g)	-	37,7%	<b>62,3%</b>
	h)	<b>6,5%</b>	37,2%	<b>56,3%</b>

Fonte: Elaboração Própria

O turismo será a principal atividade desenvolvida pela “nova geração” de emigrantes portugueses e a agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, irá ser uma atividade complementar devido a um conjunto de fatores.

No âmbito da análise da hipótese supra mencionada os dados obtidos com o coeficiente de *Spearman* e de *Pearson* não nos permitiram concluir nada quanto à relação de um conjunto de fatores, tais como a organização “rural” das casas da região de origem dos emigrantes

portugueses, a posse de várias terras dispersas pela aldeia, a agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, como uma das atividades mais praticadas nos locais de origem, o recurso a técnicas agrícolas simples e sem emprego de inseticidas e a agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, como um suplemento substancial para o rendimento, com a idade e o desejo dos emigrantes portugueses (em idade ativa) de virem a ter um emprego na área do turismo, em Portugal.

Por outro lado, verificamos que para o total dos emigrantes (em idade ativa) que gostariam de ter um emprego na área do turismo, em Portugal, poderiam praticar agricultura para autoconsumo, principalmente, porque quando estão em Portugal é uma atividade que praticam (sobretudo para autoconsumo) (43,6%), a residência do seu local de origem tem horta e/ou pomar e/ou latadas (38,1%) e geralmente praticam agricultura com técnicas simples e não empregam inseticidas (38,0%) (tabela 6.84). Se considerarmos apenas a faixa etária dos emigrantes que mais afirmam desejar vir a ter um emprego na área do turismo, em Portugal, nomeadamente os que têm idades entre 29-39 anos, poderiam praticar agricultura para autoconsumo nos seus locais de origem, principalmente, porque geralmente praticam agricultura com técnicas simples e não empregam inseticidas (62,5%) e possuem outras terras de cultivo dispersas no local de origem (60,7%) (tabela 6.85).

**Tabela 6.84 Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal vs Se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal poderiam praticar agricultura para autoconsumo, devido a um conjunto de fatores**

%		P28			
		Sim	Talvez	Não	NS/NR
P31	a)	<b>38,1%</b>	<b>40,3%</b>	16,0%	5,6%
	b)	34,5%	<b>43,3%</b>	17,2%	5,0%
	c)	<b>43,6%</b>	38,7%	13,8%	3,9%
	d)	<b>38,0%</b>	<b>40,3%</b>	17,7%	3,9%
	e)	37,2%	<b>40,9%</b>	18,3%	3,6%
	f)	19,7%	<b>36,3%</b>	<b>33,2%</b>	<b>10,8%</b>

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.85 Idade vs Se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal poderiam praticar agricultura para autoconsumo, devido a um conjunto de fatores**

%		P18		
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos
P31	a)	-	<b>44,9%</b>	55,1%
	b)	-	39,3%	<b>60,7%</b>
	c)	-	<b>43,6%</b>	56,4%
	d)	-	37,5%	<b>62,5%</b>
	e)	-	43,3%	56,7%
	f)	<b>4,8%</b>	35,1%	60,2%

Fonte: Elaboração Própria

A “nova geração” de emigrantes portugueses irá preferir estar ativa no mercado laboral durante todo o ano, porque obtém mais rendimento, poderá conciliar a atividade turística com outra atividade económica e pela sua idade jovem.

Por outro lado, caso os emigrantes portugueses tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal, a hipótese de poderem continuar a trabalhar nas épocas com pouca procura turística, em alternativa ao usufruto de um apoio do Estado, os dados obtidos com o coeficiente de *Spearman* e de *Pearson* não nos permitiram concluir nada quanto à relação desta variável com a idade e o desejo dos emigrantes terem um emprego na área do turismo, em Portugal. Se considerarmos novamente o total de emigrantes em idade ativa que gostaria de ter um emprego na área do turismo em Portugal constatamos que 37,4% (lusu-descendentes) referem, principalmente, a questão da idade permitir-lhes trabalhar durante todo o ano (tabela 6.86), enquanto os emigrantes que mais afirmam desejar vir a ter um emprego na área do turismo em Portugal (ou com idades entre os 29-39 anos) referem, sobretudo, que poderiam conciliar a atividade turística com outra atividade económica (61,0%) (tabela 6.87).

**Tabela 6.86 Desejo de ter um emprego no setor do turismo vs Nas épocas com pouca procura turística continuarão a trabalhar devido a um conjunto de fatores**

%		P28				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
P32	a)	36,1%	44,1%	16,0%	3,7%	100,0%
	b)	<b>36,7%</b>	43,9%	15,1%	4,3%	100,0%
	c)	<b>37,4%</b>	43,4%	15,0%	4,2%	100,0%
	d)	8,2%	24,1%	49,4%	18,3%	100,0%
	Total	8,2%	24,1%	49,4%	18,3%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.87 Idade vs Nas épocas com pouca procura turística continuarão a trabalhar devido a um conjunto de fatores**

%		P18		
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos
P32	a)	-	42,4%	57,6%
	b)	-	39,0%	<b>61,0%</b>
	c)	-	<b>43,3%</b>	56,7%
	d)	<b>9,1%</b>	33,1%	57,8%

*Fonte: Elaboração Própria*

A flexibilidade laboral será uma opção pretendida pela “nova geração” de emigrantes portugueses, nos locais de origem, devido a um conjunto de fatores.

Em relação aos emigrantes em idade ativa que gostariam de controlar o seu próprio horário de trabalho em Portugal, caso viessem a ter um emprego no setor do turismo, os dados obtidos com os testes de *Spearman* e de *Pearson* não nos permitiram concluir nada quanto à relação desta variável com a idade e o desejo dos emigrantes em terem um emprego na área do turismo, em Portugal. No entanto, podemos observar que os motivos mais mencionados pelo total de emigrantes em idade ativa que gostaria de ter um emprego na área do turismo e de controlar o seu próprio horário de trabalho em Portugal são, sobretudo, poderem exercer uma profissão na área do turismo (58,7% de luso-descendentes) e terem menos intenção de mudar de profissão (41,9%) (tabela 6.88). Em relação aos emigrantes com idades entre os 29-39 anos (ou os que mais afirmam desejar vir a ter um emprego na área do turismo, em Portugal) os motivos mais mencionados são quererem praticar agricultura, fundamentalmente para autoconsumo (66,5%), terem um estilo de vida “rural” (de origem) (65,7%) e exercerem uma profissão na área do turismo (60,4%) (tabela 6.89).

**Tabela 6.88 Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal vs Se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal gostariam de controlar o seu próprio horário de trabalho, devido a um conjunto de fatores**

%		P28			
		Sim	Talvez	Não	NS/NR
P33	a)	<b>58,7%</b>	31,8%	7,3%	2,2%
	b)	40,3%	43,9%	12,0%	3,8%
	c)	41,7%	40,5%	15,0%	2,8%
	d)	39,7%	45,2%	12,3%	2,7%
	e)	31,0%	44,9%	18,7%	5,4%
	f)	35,5%	45,5%	14,9%	4,0%
	g)	34,3%	48,6%	14,4%	2,8%
	h)	37,2%	49,1%	10,6%	3,2%
	i)	33,2%	47,4%	16,0%	3,4%
	j)	37,1%	44,5%	14,4%	3,9%
	l)	38,2%	43,2%	14,3%	4,4%
	m)	<b>41,9%</b>	46,2%	10,2%	1,7%
	n)	34,0%	45,9%	15,9%	4,2%
	o)	7,9%	24,2%	50,6%	17,3%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.89 Idade vs Se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal gostariam de controlar o seu próprio horário de trabalho, devido a um conjunto de fatores**

%		P18		
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos
P33	a)	-	39,6%	<b>60,4%</b>
	b)	-	33,5%	<b>66,5%</b>
	c)	-	34,3%	<b>65,7%</b>
	d)	-	<b>53,4%</b>	46,6%
	e)	-	41,9%	58,1%
	f)	-	41,3%	58,7%
	g)	-	<b>45,3%</b>	54,7%
	h)	-	41,3%	58,7%
	i)	-	<b>50,0%</b>	50,0%
	j)	-	41,0%	59,0%
	l)	-	44,6%	55,4%
	m)	-	42,1%	57,9%
	n)	-	41,6%	58,4%
	o)	<b>9,1%</b>	34,7%	56,2%

Fonte: Elaboração Própria

### 6.10 Análise das hipóteses da investigação – O impacte do regresso da “nova geração” de emigrantes e das residências (auto) construídas de raiz nos locais de origem na reorganização familiar e melhoria da relação homem-mulher nesses locais (Parte IV)

As condições objetivas da residência construída de raiz em Portugal pelos emigrantes portugueses contribuem para que a mulher reivindique o lugar social que deseja assumir no interior da habitação, no emprego e na sociedade em geral.

Na secção 6.5 pudemos verificar que do total dos emigrantes do género feminino, apenas 30,7% afirmam ter residência construída de raiz em Portugal. Entre estas, verificámos também que a generalidade refere que se decidissem regressar, habitariam essa residência, sobretudo, por ser o local onde gostariam de poder viver definitivamente e pelo facto de no seu interior terem o seu próprio espaço. Os dados obtidos com a correlação de *Pearson* permitem constatar que, o facto dos emigrantes do género feminino viverem com companheiro/a ou cônjuge ( $r=0,399$ ), um dos membros do casal realizar 60% das tarefas domésticas ou mais ( $r=0,372$ ), a maior percentagem das tarefas domésticas ser realizada pelas próprias, companheiro/a ou cônjuge (ou outra pessoa) ( $r=0,335$ ) e os motivos para a distribuição das tarefas não ser equitativa ( $r=0,173$ ) influenciam positivamente que tenham residência construída de raiz em Portugal. Neste âmbito, verificamos que a maioria dos emigrantes do género feminino com residência construída de raiz em Portugal afirma que são as próprias a realizar 60% das tarefas domésticas ou mais (24,9%), sobretudo, porque têm mais disponibilidade (17,2%) e jeito/gosto (5%) (tabelas 6.90-6.91).

**Tabela 6.90 Propriedade de residência construída de raiz em Portugal vs Pessoa que realiza a maior percentagem das tarefas domésticas**

%		P41				Total
		Por si	Pelo(a) seu companheiro (a)/ Cônjuge	Por outra pessoa	NS/NR	
P35	Sim	<b>24,9%</b>	<b>3,0%</b>	<b>0,7%</b>	<b>1,5%</b>	30,2%
	Não	<b>61,8%</b>	<b>3,0%</b>	<b>0,7%</b>	1,0%	66,6%
	NS/NR	<b>1,7%</b>	-	0,2%	1,2%	3,2%
	Total	88,5%	6,0%	1,7%	3,7%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.91 Propriedade de residência construída de raiz em Portugal vs Motivos para um dos membros do casal realizar 60% das tarefas ou mais**

%		P42							Total
		1	2	3	4	5	6	7	
P35	Sim	<b>17,2%</b>	<b>5,0%</b>	1,7%	1,5%	0,7%	1,0%	3,0%	30,2%
	Não	<b>38,7%</b>	13,7%	5,2%	3,0%	2,5%	1,2%	2,2%	66,6%
	NS/NR	<b>1,2%</b>	0,5%	-	-	0,2%	-	1,2%	3,2%
	Total	57,1%	19,2%	7,0%	4,5%	3,5%	2,2%	6,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Os dados obtidos com a correlação de *Pearson* permitem constatar igualmente que o facto dos emigrantes do género feminino viverem com companheiro/a ou cônjuge ( $r=0,311$ ), um dos membros do casal realizar 60% das tarefas domésticas ou mais ( $r=0,306$ ), a maior percentagem das tarefas domésticas ser realizada pelas próprias, companheiro/a ou cônjuge (ou outra pessoa) ( $r=0,367$ ) e os motivos da distribuição das tarefas não ser equitativa ( $r=0,227$ ) influenciam positivamente que desejem habitar a residência construída de raiz em Portugal, em caso de regresso definitivo. A análise do cruzamento das variáveis permite acrescentar ainda que a maioria dos emigrantes do género feminino que desejaria habitar a residência construída de raiz em Portugal, em caso de regresso, afirma que são as próprias a realizar 60% das tarefas domésticas ou mais, sobretudo, por terem mais disponibilidade (38,1%) e jeito/gosto (11,2%) (tabelas 6.92-6.93).

**Tabela 6.92 Habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal vs Pessoa que realiza a maior percentagem das tarefas domésticas**

%		P41				Total
		Por si	Pelo(a) seu companheiro(a) / Cônjuge	Por outra pessoa	NS/NR	
P36	Sim	<b>59,0%</b>	3,7%	0,7%	3,0%	66,4%
	Talvez	11,9%	1,5%	0,7%	-	14,2%
	Não	<b>3,7%</b>	<b>3,7%</b>	0,7%	-	8,2%
	NS/NR	<b>5,2%</b>	-	0,7%	<b>5,2%</b>	11,2%
	Total	79,9%	9,0%	3,0%	8,2%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*



**Tabela 6.93 Habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal vs Motivos para habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal**

%		P42							Total
		A	B	c	d	E	f	g	
P36	Sim	<b>38,1%</b>	<b>11,2%</b>	4,5%	3,0%	2,2%	2,2%	5,2%	66,4%
	Talvez	7,5%	3,0%	0,7%	0,7%	-	0,7%	1,5%	14,2%
	Não	6,0%	0,7%	-	0,7%	-	-	0,7%	8,2%
	NS/NR	3,7%	1,5%	-	-	0,7%	-	5,2%	11,2%
	Total	55,2%	16,4%	5,2%	4,5%	3,0%	3,0%	12,7%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Relativamente à relação de um conjunto de motivos para os emigrantes portugueses do género feminino pretenderem habitar a residência construída de raiz em Portugal com o seu desejo de habitar essa residência, em caso de regresso, os dados obtidos com o teste de correlação de *Pearson* não permitem retirar qualquer conclusão. Contudo, a análise do cruzamento destas variáveis permite observar que a maioria dos emigrantes do género feminino que desejaria habitar a residência construída de raiz em Portugal apresenta como motivo principal para a pretender habitar, num eventual regresso, o facto de aí poderem viver definitivamente (93,9%), ter uma área de habitação bastante grande (77,6%) e no seu interior terem o seu próprio espaço (77,6%) (tabela 6.94).

**Tabela 6.94 Motivos para habitar a residência construída de raiz em Portugal vs Desejo de habitar a residência construída de raiz em Portugal, em caso de regresso**

P37	P36				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
a)	<b>93,9%</b>	6,1%	0,0%	0,0%	100,0%
b)	<b>77,6%</b>	22,4%	0,0%	0,0%	100,0%
c)	<b>77,6%</b>	22,4%	0,0%	0,0%	100,0%
d)	73,8%	26,2%	0,0%	0,0%	100,0%
e)	13,5%	27,0%	0,0%	59,5%	100,0%
f)	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Podemos concluir que, caso decidissem regressar definitivamente, a generalidade dos emigrantes do género feminino que vive com o companheiro/a ou cônjuge no país de acolhimento e desempenha 60% das tarefas ou mais, sobretudo, porque tem mais disponibilidade e jeito/gosto, tem residência construída de raiz em Portugal e desejaria habitar essa residência, num eventual regresso, sobretudo, porque as suas áreas têm maior

dimensão e é onde gostaria de poder viver definitivamente. Assim, a sua instalação com carácter definitivo na residência construída de raiz em Portugal, aliada à maior dimensão das suas áreas irão contribuir para que os emigrantes do género feminino assumam o lugar social que desejam no interior da habitação e, conseqüentemente, no emprego e na sociedade em geral. Estes resultados serão complementados com a análise da hipótese seguinte.

O regresso e fixação da “nova geração” de emigrantes em Portugal contribuem para que a mulher reivindique o lugar social que deseja assumir no interior da habitação, no emprego e na sociedade em geral.

Ao considerar perspectiva dos emigrantes do género feminino que vivem com o seu companheiro/a cônjuge, no país de acolhimento, verificamos que os motivos mais mencionados para pretenderem habitar a residência construída de raiz em Portugal, caso decidissem regressar definitivamente, são: “Outro motivo” (70,3%), “Na residência construída de raiz em Portugal sou eu que assumo a gestão doméstica” (69%) e “A residência construída de raiz em Portugal é onde gostaria de poder viver definitivamente” (68,7%) (tabela 6.95). Os outros motivos mais mencionados pelos emigrantes do género feminino são, essencialmente, a ligação afetiva à casa: “Porque é a casa dos meus pais, lugar onde cresci e onde fui feliz”; “É a casa dos meus pais e está no centro de tudo”; “É a minha casa construída com muito esforço”; “Porque é minha! E o que é meu me pertence” (46,2%). Os restantes motivos basearam-se no aspeto económico: “É pequena”; “Aspeto financeiro. É mais económico poder ficar na sua própria casa”; e profissional: “Pondero viver num outro sítio caso tenha alguma oportunidade profissional mais interessante” (com 7,7% em cada) (tabela 6.96).

Relativamente à perspectiva dos emigrantes do género feminino em que na maioria dos casos um dos membros do casal realiza 60% das tarefas domésticas ou mais, os motivos mais mencionados para pretenderem habitar a residência construída de raiz em Portugal, caso decidissem regressar definitivamente, são novamente: “Na residência construída de raiz em Portugal sou eu que assumo a gestão doméstica” (82,8%) e “A residência construída de raiz em Portugal é onde gostaria de poder viver definitivamente” (76,5%), enquanto 88,9% não sabem ou não responderam a esta questão (tabela 6.97).

**Tabela 6.95 Motivos para habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal vs Vive com o companheiro/a ou cônjuge**

%		P39			Total
		Sim	Não	NS/NR	
P37	a)	68,7%	29,6%	1,7%	100%
	b)	67,1%	32,9%	-	100%
	c)	65,3%	33,7%	1,0%	100%
	d)	<b>69,0%</b>	31,0%	-	100%
	e)	<b>70,3%</b>	10,8%	<b>18,9%</b>	100%
	f)	64,3%	<b>35,7%</b>	-	100%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.96 Outro motivo para habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal vs Vive com o companheiro/a ou cônjuge**

P37_Outro	P39		Total
	Sim	Não	
É a casa dos meus pais e está no centro de tudo	7,7%		7,7%
É a minha casa construída com muito esforço!	7,7%		7,7%
É pequena	7,7%		7,7%
Familiares perto		7,7%	7,7%
Aspeto financeiro. É mais económico poder ficar na sua própria casa	7,7%		7,7%
Liberdade no estilo de vida; possibilidade de trabalhar na área do comércio turístico. Contribuir para desenvolvimento cultural da minha região é algo que me concretizava pessoal e profissionalmente;		7,7%	7,7%
Viver perto dos meus pais, sou filha única		7,7%	7,7%
<b>Porque é a casa dos meus pais, lugar onde cresci e onde fui feliz</b>	<b>15,4%</b>		<b>15,4%</b>
Porque é minha! E o que é meu me pertence.	7,7%		7,7%
Porque seria a solução para estar próximo do local de trabalho		7,7%	7,7%
Pondero viver num outro sítio caso tenha alguma oportunidade profissional mais interessante	7,7%		7,7%
Possibilidade de viver num sítio calmo, por exemplo onde tenho esta casa		7,7%	7,7%
Total	Total	38,5%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.97 Realização de 60% das tarefas domésticas ou mais vs Motivos para habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal**

%		P40			Total
		Sim	Não	NS/NR	
P37	a)	<b>76,5%</b>	19,8%	3,7%	100%
	b)	64,7%	<b>35,3%</b>	-	100%
	c)	72,3%	26,2%	1,5%	100%
	d)	<b>82,8%</b>	17,2%	-	100%
	e)	48,5%	30,3%	<b>21,2%</b>	100%
	NS/NR	<b>88,9%</b>	-	11,1%	100%

Fonte: Elaboração Própria

Tratando-se dos emigrantes do género feminino a desempenharem a maior percentagem das tarefas domésticas, os motivos mais mencionados para pretenderem habitar a residência construída de raiz em Portugal prendem-se igualmente com: “A residência construída de raiz em Portugal é onde gostaria de poder viver definitivamente” (95,8%) e “Na residência construída de raiz em Portugal sou eu que assumo a gestão doméstica” (92,3%) (tabela 6.98). Por último, destaca-se que, quando a generalidade das inquiridas refere que a distribuição das tarefas domésticas não é equitativa, porque “Um de nós tem mais disponibilidade” (58,5%), os motivos que mais mencionam para pretenderem habitar a residência construída de raiz em Portugal, em caso de regresso, é “Na residência construída de raiz em Portugal sou eu que assumo a gestão doméstica” (62,5%) e “A residência construída de raiz em Portugal tem uma área de habitação bastante grande” (60,6%) (tabela 6.99). Quando a distribuição das tarefas domésticas não é equitativa, porque “Um dos nós tem mais jeito/gosto” (25%), o motivo que mais mencionam para pretenderem habitar a residência construída de raiz em Portugal é novamente “Na residência construída de raiz em Portugal sou eu que assumo a gestão doméstica” (62,5%) (tabela 6.99).

Estes resultados levam-nos a concluir que no país de emigração mantém-se a repartição desigual das tarefas domésticas. No entanto, na perspetiva dos emigrantes do género feminino essa situação deve-se, fundamentalmente, ao facto de terem mais disponibilidade e jeito/gosto. Estas inquiridas referem igualmente que desejariam habitar a residência construída de raiz em Portugal, em caso de regresso, sobretudo, para poderem assumir a gestão doméstica e usufruir da liberdade possível de um espaço próprio e autónomo. Assim sendo, os resultados obtidos sugerem que, a repartição desigual das tarefas domésticas na residência do país de acolhimento é desejada pelos emigrantes do género feminino. A sua instalação com carácter definitivo na residência construída de raiz em Portugal e a maior dimensão das suas áreas irão contribuir para que assumam o lugar social que desejam no interior da habitação e, conseqüentemente, no emprego e na sociedade em geral.

**Tabela 6.98 Motivos para habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal vs Pessoa que realiza 60% das tarefas domésticas ou mais**

%		P41			
		Por si	Pelo(a) seu companheiro(a) / Cônjuge	Por outra pessoa	NS/NR
P37	a)	<b>92,3%</b>	3,1%	-	4,6%
	b)	87,9%	6,1%	3,0%	3,0%
	c)	87,5%	8,3%	-	4,2%
	d)	<b>95,8%</b>	4,2%	-	-
	e)	60,9%	4,3%	<b>4,3%</b>	<b>30,4%</b>
	f)	77,8%	<b>11,1%</b>	-	11,1%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.99 Motivos para habitar a residência construída de raiz, em caso de regresso a Portugal vs Motivos da distribuição das tarefas não ser equitativa**

%		P42						
		1	2	3	4	5	6	7
P37	a)	58,5%	21,5%	4,6%	3,1%	1,5%	3,1%	7,7%
	b)	<b>60,6%</b>	21,2%	6,1%	3,0%	-	3,0%	6,1%
	c)	56,3%	18,8%	8,3%	4,2%	6,3%	-	6,3%
	d)	<b>62,5%</b>	<b>25,0%</b>	8,3%	4,2%	-	-	-
	e)	39,1%	8,7%	4,3%	<b>4,3%</b>	<b>8,7%</b>	-	<b>34,8%</b>
	f)	44,4%	11,1%	<b>11,1%</b>	-	-	<b>11,1%</b>	22,2%

Fonte: Elaboração Própria

A exploração turística das residências dos emigrantes em Portugal poderá contribuir para remunerar o trabalho não pago, sobretudo o trabalho doméstico quase sempre conduzido pelas mulheres, e combinar as atividades reprodutivas com as produtivas, aumentando assim o seu rendimento, estatuto e direitos no local de trabalho, bem como melhorando a sua posição no interior da residência e da sociedade em geral.

Na secção 6.5 verificámos que a maioria dos emigrantes do género feminino refere que se decidisse habitar e alugar quartos a turistas na residência do concelho de origem seria, fundamentalmente, para aumentar o seu rendimento, bem como para melhorar a sua posição na sociedade em geral. Os dados obtidos com a correlação de *Pearson* permitem concluir que o facto dos emigrantes do género feminino viverem com companheiro/a ou cônjuge ( $r=0,101$ ), um dos membros do casal realizar 60% das tarefas domésticas ou mais ( $r=0,111$ ), a maior percentagem das tarefas domésticas ser realizada pelas próprias, companheiro/a ou cônjuge (ou outra pessoa) ( $r=0,121$ ) e os motivos da distribuição das tarefas não ser equitativa ( $r=0,176$ ) influenciam positivamente um conjunto de motivos para decidirem habitar e alugar quartos a turistas, na residência do concelho de origem.

Neste âmbito, verifica-se que a generalidade das inquiridas que executa 60% ou mais das tarefas domésticas (tabela 6.100) sobretudo, porque tem mais disponibilidade (29,9%) e jeito/gosto (9,5%) (tabela 6.101) apresenta como motivo principal para considerar habitar e alugar quartos a turistas na residência do concelho de origem poder aumentar o seu rendimento, remunerar o trabalho doméstico e melhorar a sua posição na sociedade em geral (tabelas 6.100-6.101). Assim, na perspetiva dos emigrantes portugueses do género feminino, que vivem com companheiro/a ou cônjuge, realizam 60% das tarefas domésticas ou mais sobretudo porque, têm mais disponibilidade e jeito/gosto a exploração turística das suas residências em Portugal contribuirá, fundamentalmente, para aumentarem o seu rendimento no local de trabalho, remunerarem o trabalho doméstico e melhorarem a sua posição na sociedade em geral.

**Tabela 6.100 Motivos para habitar e alugar quartos a turistas na residência do concelho de origem vs Pessoa que realiza a maior percentagem das tarefas domésticas**

%		P41				Total
		Por si	Pelo(a) seu companheiro(a) / Cônjuge	Por outra pessoa	NS/NR	
P38	1	7,5%	0,5%	-	-	8,0%
	2	<b>44,4%</b>	<b>2,7%</b>	<b>0,7%</b>	1,2%	49,1%
	3	0,5%	-	-	-	0,5%
	4	3,0%	0,2%	-	-	3,2%
	5	6,7%	0,7%	0,5%	-	8,0%
	NS/NR	<b>26,4%</b>	1,7%	0,5%	<b>2,5%</b>	31,2%
	Total	88,5%	6,0%	1,7%	3,7%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.101 Motivos para habitar e alugar quartos a turistas na residência do concelho de origem vs Motivos para a distribuição das tarefas não ser equitativa**

%		P42							Total
		1	2	3	4	5	6	7	
P38	1	<b>5,0%</b>	1,5%	0,7%	0,5%	0,2%	-	-	8,0%
	2	<b>29,9%</b>	<b>9,5%</b>	<b>3,5%</b>	<b>1,7%</b>	<b>1,7%</b>	<b>1,0%</b>	1,7%	49,1%
	3	0,2%	0,2%	-	-	-	-	-	0,5%
	4	2,5%	0,5%	-	0,2%	-	-	-	3,2%
	5	3,2%	<b>2,0%</b>	0,5%	0,5%	1,2%	0,2%	0,2%	8,0%
	NS/NR	<b>16,2%</b>	<b>5,5%</b>	2,2%	1,5%	0,2%	1,0%	<b>4,5%</b>	31,2%
	Total	57,1%	19,2%	7,0%	4,5%	3,5%	2,2%	6,5%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

### 6.11 Análise das hipóteses da investigação – A influência do perfil socioeconómico dos emigrantes portugueses no desenvolvimento do turismo em Portugal - Parte V

Os emigrantes do género feminino, mais jovens, com mais habilitações académicas, cursos (técnicos ou superiores) na área da hotelaria e/ou turismo, atualmente empregados, na área dos serviços, sem filhos dependentes e que residem em áreas urbanas/semiurbanas no país de emigração são os que se revelam mais recetivos para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal.

A análise documental desenvolvida no capítulo 4 permitiu-nos identificar um conjunto de variáveis sociodemográficas que influenciam a atitude dos indivíduos (residentes) em relação ao desenvolvimento do turismo. É isso que pretendemos testar com esta hipótese. De seguida, serão apresentadas tabelas que nos permitem medir a associação entre as variáveis género, idade, grau escolar, curso na área da hotelaria e/ou turismo, profissão, existência de filhos dependentes e grau de urbanização do local onde os emigrantes portugueses residem emigrados com a sua propensão para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal. Relativamente à variável “género” não foi possível retirar qualquer tipo de conclusão quanto à sua relação com estas variáveis. No entanto, podemos verificar que, apesar de a generalidade dos emigrantes do género feminino afirmar que gostaria de poder regressar e fixar-se em Portugal (52,4%) (tabela 6.119), o desejo de aí ter um emprego no setor do turismo é apenas uma possibilidade (40,7%) (tabela 6.119) e não dispõe de capital suficiente para investir num negócio em Portugal (54,7%) (6.120).

**Tabela 6.102 Género vs Desejo de regresso e fixação em Portugal**

P21	P34	Total
	Feminino	
Sim	<b>52,4%</b>	52,4%
Talvez	29,8%	29,8%
Não	11,1%	11,1%
NS/NR	6,7%	6,7%
Total	100,0%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.103 Género vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal**

P28	P34	Total
	Feminino	
Sim	32,0%	32,0%
Talvez	<b>40,7%</b>	40,7%
Não	22,5%	22,5%
NS/NR	4,7%	4,7%
Total	100,0%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria***Tabela 6.104 Género vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal**

%	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Feminino	8,6%	27,7%	<b>54,7%</b>	9,0%	100,0%
Total	8,6%	27,7%	54,7%	9,0%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Por outro lado, na secção 6.9 verificámos que, entre os emigrantes em idade ativa os que têm entre 29-39 anos são os que mais rejeitam a hipótese de regresso e de vir a ter um emprego na área do turismo em Portugal, mas também são os que mais confirmam esses cenários, bem como ainda os que mais referem o turismo como a área onde mais gostariam de aí investir, depois das atividades ligadas ao setor primário. Verificámos ainda que, os fatores mais importantes para que tomem a decisão de regressar a Portugal são poderem-no fazer com o/s filho/s, terem um estilo de vida “rural” e exercerem uma atividade remunerada, por conta própria, no setor do turismo. Os dados obtidos com a correlação de *Spearman* permitem concluir também que a idade influencia negativamente dispor de capital suficiente para investir num negócio em Portugal ( $r=-0,070$ ). Neste âmbito, o cruzamento destas variáveis permite-nos novamente observar a mesma tendência, ou seja, são os emigrantes com idades entre 29-39 anos que mais negam dispor de capital suficiente para investir e, ao mesmo tempo, os que mais confirmam essa situação (9,1%) (tabela 6.105).

**Tabela 6.105 Idade vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal**

%	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Menos de 18 anos	<b>0,4%</b>	0,2%	<b>0,9%</b>	0,7%	2,1%
Entre 18 e 28 anos	<b>5,4%</b>	12,0%	<b>17,9%</b>	3,9%	39,2%
Entre 29 e 39 anos	<b>9,1%</b>	<b>20,4%</b>	<b>23,8%</b>	5,3%	58,7%
Total	14,9%	32,6%	42,6%	9,9%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*



Relativamente ao grau escolar dos emigrantes portugueses, os dados obtidos com o coeficiente de *Spearman* permitem concluir que esta variável influencia positivamente a contribuição da participação em associações portuguesas no país de emigração na sua vontade de regresso ( $r=0,102$ ), a sua fixação em Portugal ( $r=0,108$ ), o desejo de aí virem a ter um emprego no setor do turismo ( $r=0,104$ ) e disporem de capital suficiente para investirem num negócio ( $r=0,489$ ) (tabela 6.123). Contudo, tratando-se de outro tipo de habilitação académica, nomeadamente Doutoramento/Mestrado/MBA/Pós-Graduação, o desejo de regresso, de ter um emprego na área do turismo e dispor de capital suficiente para investir num negócio, em Portugal, é menos evidente (2,5%, 0,9% e 0,9%, respetivamente) (tabelas 6.106-6.107; 6.109). A análise do cruzamento daquelas variáveis permite observar também que são, sobretudo, os emigrantes com curso superior que mais manifestam que gostariam de regressar e fixarem-se em Portugal (18,1%) (tabela 6.106).

Embora o desejo de vir a ter um emprego na área do turismo em Portugal seja apenas uma possibilidade para a generalidade dos emigrantes com curso superior, o turismo não estar entre as áreas que mais gostariam de aí investir e não disponham de capital suficiente para investirem num negócio são estes emigrantes, com curso superior, que mais referem desejar vir a ter um emprego (7,7%) (tabela 6.107) e investir na área do turismo, em Portugal (36,3%) (tabela 6.108), bem como ainda dispor de capital suficiente para aí investirem num negócio (5,9%) (tabela 6.109). Não obstante, verifica-se também que os emigrantes com curso técnico-profissional são os que mais afirmam e menos rejeitam ter um emprego no setor do turismo, em Portugal, e os que não têm qualquer grau de escolaridade os que mais afirmam e menos negam dispor de capital para aí investirem num negócio (5,2% e 0,3%, respetivamente) (tabelas 6.107 e 6.109).

**Tabela 6.106 Grau escolar vs Desejo de regresso a Portugal**

%		P21				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
P43	Nenhuma	<b>0,1%</b>	0,0%	-	<b>0,1%</b>	0,2%
	Escola Primária	<b>1,2%</b>	0,5%	0,2%	0,2%	2,1%
	9º ano de escolaridade	<b>7,1%</b>	3,9%	1,7%	1,5%	14,1%
	12º ano de escolaridade	<b>7,1%</b>	3,0%	1,6%	1,4%	13,2%
	Curso Técnico-Profissional	<b>6,4%</b>	3,3%	1,4%	1,0%	12,2%
	Frequentou Ensino Superior	<b>4,5%</b>	2,7%	1,3%	0,5%	9,0%
	Curso Superior	<b>18,1%</b>	12,1%	5,1%	2,2%	37,5%
	Outro	<b>2,5%</b>	2,3%	1,0%	0,3%	6,1%
	NS/NR	2,0%	1,6%	0,7%	1,3%	5,6%
	Total	49,0%	29,4%	13,0%	8,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria***Tabela 6.107 Grau escolar vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal**

%		P28				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
P43	Nenhuma	0,0%	<b>0,1%</b>	-	<b>0,1%</b>	0,2%
	Escola Primária	<b>0,7%</b>	<b>0,7%</b>	0,3%	0,4%	2,1%
	9º ano de escolaridade	5,1%	<b>5,7%</b>	2,1%	1,2%	14,1%
	12º ano de escolaridade	<b>5,0%</b>	<b>5,0%</b>	2,1%	1,1%	13,2%
	Curso Técnico-Profissional	<b>5,2%</b>	4,3%	2,2%	0,5%	12,2%
	Frequentou Ensino Superior	2,9%	<b>3,8%</b>	1,9%	0,4%	9,0%
	Curso Superior	<b>7,7%</b>	<b>15,1%</b>	12,4%	2,3%	37,5%
	Outro	0,9%	2,1%	<b>2,9%</b>	0,2%	6,1%
	NS/NR	1,1%	<b>1,8%</b>	1,4%	1,3%	5,6%
	Total	28,6%	38,6%	25,3%	7,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.108 Grau escolar vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal**

%		P43								
		Nenhuma	Escola Primária	9º ano	12º ano	Curso Técnico-Profissional	Frequentou Ensino Superior	Curso Superior	Outro	NS/NR
P26	a)	0,3%	2,5%	12,3%	11,5%	11,8%	10,6%	42,1%	5,0%	3,8%
	b)	<b>0,6%</b>	<b>2,9%</b>	11,4%	12,6%	8,6%	8,6%	44,0%	6,3%	5,1%
	c)	-	2,0%	10,1%	8,1%	5,1%	8,1%	<b>51,5%</b>	9,1%	6,1%
	d)	-	2,6%	9,1%	5,2%	6,5%	10,4%	50,6%	6,5%	9,1%
	e)	-	<b>3,5%</b>	14,0%	12,3%	10,5%	7,0%	40,4%	3,5%	8,8%
	f)	-	0,9%	10,7%	6,3%	13,4%	<b>11,6%</b>	37,5%	<b>10,7%</b>	8,9%
	g)	<b>0,4%</b>	1,3%	14,3%	13,4%	11,3%	10,0%	39,0%	5,2%	5,2%
	h)	-	3,3%	<b>18,0%</b>	11,7%	<b>15,0%</b>	7,5%	35,1%	3,6%	5,7%
	i)	-	1,4%	9,7%	10,3%	12,2%	9,9%	43,9%	7,2%	5,4%
	j)	0,3%	2,8%	17,8%	<b>16,1%</b>	<b>15,0%</b>	<b>12,5%</b>	28,3%	2,9%	4,3%
	l)	0,1%	1,9%	<b>14,5%</b>	<b>14,4%</b>	<b>13,7%</b>	<b>10,0%</b>	<b>36,3%</b>	<b>5,2%</b>	<b>3,9%</b>
	m)	-	1,3%	<b>18,2%</b>	<b>18,7%</b>	12,9%	11,6%	28,0%	4,9%	4,4%
	n)	-	1,1%	4,1%	7,7%	10,5%	<b>12,4%</b>	<b>51,1%</b>	6,6%	6,4%
	o)	-	1,9%	6,7%	6,7%	7,7%	8,7%	<b>51,0%</b>	<b>13,5%</b>	3,8%
	Nenhuma	1,1%	4,4%	17,0%	15,4%	6,6%	8,8%	<b>25,8%</b>	4,4%	<b>16,5%</b>

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.109 Grau escolar vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal**

%	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Nenhuma	<b>0,3%</b>	0,1%	0,2%	,0%	0,6%
Escola Primária	2,3%	<b>3,8%</b>	3,6%	1,5%	11,1%
9º ano de escolaridade	2,4%	6,1%	<b>6,5%</b>	1,3%	16,2%
12º ano de escolaridade	2,1%	4,1%	<b>5,1%</b>	,9%	12,2%
Curso Técnico-Profissional	1,8%	<b>4,0%</b>	3,7%	1,0%	10,5%
Frequentou Ensino Superior	1,5%	2,4%	<b>3,0%</b>	,5%	7,4%
Curso Superior	<b>5,9%</b>	9,2%	<b>10,6%</b>	1,3%	27,1%
Outro	0,9%	<b>2,0%</b>	1,4%	,3%	4,6%
NS/NR	0,2%	0,2%	0,2%	9,7%	10,3%
Total	17,2%	31,9%	34,3%	16,6%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Nas secções 7.4 e 7.6 verificámos que, embora a maioria dos emigrantes portugueses tenha curso superior, apenas 7,8% têm conhecimentos formais na área da hotelaria e/ou turismo. Verificámos também que, à exceção dos cursos técnico-profissionais, onde o turismo surge como a segunda área mais mencionada, as áreas de formação superior que os emigrantes portugueses mais referem ter são a da engenharia, gestão/administração e saúde. Ao analisar-se agora a propensão para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo, em Portugal, apenas dos emigrantes portugueses com conhecimentos formais na área da

hotelaria e/ou turismo os dados obtidos com o coeficiente de *Pearson* permitem concluir que a sua área de formação influencia positivamente a contribuição da participação em associações portuguesas, no país de emigração, no seu desejo de regresso ( $r=0,099$ ), de fixação em Portugal ( $r=0,132$ ) e de aí terem um emprego no setor do turismo ( $r=0,112$ ), bem como ainda disporem de capital suficiente para também investir num negócio ( $r=0,546$ ).

A análise do cruzamento destas variáveis permite acrescentar que, à exceção dos emigrantes que possuem outro tipo de formação (Doutoramento/MBA/Mestrado/Pós-Graduação) na área da hotelaria e/ou turismo, os que possuem curso profissional (9,4%), que frequentaram o ensino superior (2,4%) e com curso superior (1,5%) nesta área são os que mais gostariam de regressar e fixar-se em Portugal (tabela 7.110). Estes emigrantes são também os que mais manifestam interesse em vir a investir (23,8%, 9,2% e 6,1%, respetivamente) e a ter um emprego na área do turismo em Portugal (10,2%, 4% e 2,3%, respetivamente) (tabelas 6.111-6.112). No entanto, os que possuem curso técnico-profissional são os que registam a maior percentagem de respostas. Os dados obtidos com o coeficiente de *Pearson* permitem concluir também que o grau escolar - curso técnico-profissional influencia positivamente dispor de capital suficiente para investir num negócio em Portugal ( $r=0,149$ ). Esta situação é igualmente evidenciada na tabela 6.113 onde se constata que comparativamente com os restantes emigrantes com diferentes formações na área da hotelaria e/ou turismo, os que possuem curso técnico-profissional são os que mais confirmam dispor de capital suficiente para investir num negócio em Portugal (1,5%).

**Tabela 6.110 Curso na área da hotelaria e/ou turismo vs Desejo de regresso a Portugal**

P43 – Curso na área da hotelaria e/ou turismo	P21				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Frequentou Ensino Superior	2,4%	2,4%	1,6%	-	6,4%
Curso Profissional	9,4%	3,5%	0,3%	1,8%	15%
Curso Superior	1,5%	1,2%	0,3%	0,2%	3,2%
Outro	0,4%	1,3%	-	-	1,7%
Outro – Mestrado	25,0%	75,0%	-	-	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.111 Curso na área da hotelaria e/ou turismo vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal**

P43-Curso	a)	b)	c)	d)	e)	f)	g)	h)	i)	j)	l)	m)	n)	N
Freq. E. S.	4,7%	<b>6,7%</b>	-	-	-	-	4,3%	4%	3,9%	2,2%	<b>9,2%</b>	3,8%	-	<b>6,3%</b>
C. Prof.	12,7%	13,3%	<b>20%</b>		16,9%	<b>20%</b>	11,5%	6%	-	12,5%	<b>23,8%</b>	13,8%	5,3%	8,3%
Curso Sup.	2%	2,6%	2%	2,6%	-	-	1,1%	1,7%	2,2%	3,3%	<b>6,1%</b>	<b>8,1%</b>	2,7%	-
Outro	-	-	-	-	0,4%	-	-	-	-	0,4%	<b>1,3%</b>	-	<b>1,3%</b>	<b>3,4%</b>
Outro – Mest.	-	-	-	-	<b>12,5%</b>	-	-	-	-	<b>12,5%</b>	<b>37,5%</b>	-	<b>37,5%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.112 Curso na área da hotelaria e/ou turismo vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal**

P43 – Curso na área da hotelaria e/ou turismo	P28				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Frequentou Ensino Superior	<b>4,0%</b>	1,6%	,8%	-	6,4%
Curso Profissional	<b>10,2%</b>	3,2%	1,2%	0,3%	14,9%
Curso Superior	<b>2,3%</b>	<b>0,7%</b>	0,3%	-	3,3%
Outro	0,85%	0,85%	-	-	1,7%
Outro – Mestrado	<b>50,0%</b>	<b>50,0%</b>	-	-	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.113 Curso na área da hotelaria e/ou turismo vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal**

P43 – Curso na área da hotelaria e/ou turismo	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Frequentou Ensino Superior	,5%	1,8%	<b>2,4%</b>	-	4,7%
Curso Profissional	<b>1,5%</b>	4,2%	<b>4,8%</b>	0,9%	11,5%
Curso Superior	07%	0,9%	<b>1,5%</b>	-	3,1%
Outro	0,4%	0,9%	0,4%	-	1,7%
Outro – Mestrado	25,0%	<b>50,0%</b>	25,0%	-	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Por outro lado, os dados obtidos com a correlação de *Pearson* permitem concluir que a profissão dos emigrantes portugueses influencia positivamente o seu desejo de regresso e fixação ( $r=0,112$ ), bem como terem um emprego no setor do turismo em Portugal ( $r=0,074$ ) (tabela 6.133). Neste âmbito, são os emigrantes que se encontram economicamente ativos, das categorias profissionais de quadros superiores (10,2%) e trabalhadores qualificados/especializados (7,7%) que mais referem que gostariam de regressar e fixarem-se em Portugal (tabela 6.114). No entanto, verifica-se também que os emigrantes de todas as categorias profissionais manifestam igualmente esse desejo. Os

emigrantes que mais afirmam e menos negam que gostariam de ter um emprego na área do turismo, em Portugal, são os trabalhadores não qualificados/não especializados (6,1%), os não ativos/domésticas (1,9%) e os pequenos proprietários (0,5%), enquanto os trabalhadores não qualificados/não especializados (6,1%), os trabalhadores qualificados/especializados (4,8%) e os empregados em serviços/comércio/administrativos (3,5%) são os que mais referem essa possibilidade (tabela 6.115).

**Tabela 6.114 Profissão vs Desejo de regresso e de fixação em Portugal**

%		P21				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
P44	Não ativos/ Domésticas	2,4%	1,2%	0,5%	0,5%	4,5%
	Estudantes	2,5%	1,3%	0,3%	1,4%	5,5%
	Trab. não qualificados/não especializados	7,2%	3,1%	1,3%	1,0%	12,7%
	Trab. qualificados/especializados	<b>7,7%</b>	3,7%	1,6%	1,1%	14,1%
	Pequenos proprietários	0,5%	0,4%	0,1%	-	1,0%
	Emp. serviços/comércio/administrativos	4,6%	3,1%	1,4%	0,6%	9,6%
	Técnicos especializados	3,8%	2,7%	1,1%	0,4%	7,9%
	Quadros médios	5,8%	3,9%	1,7%	0,4%	11,8%
	Quadros superiores	<b>10,2%</b>	6,8%	3,3%	1,3%	21,7%
	NS/NR	4,4%	3,2%	1,7%	2,0%	11,2%
	Total	49,0%	29,4%	13,0%	8,5%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.115 Profissão vs Desejo de ter um emprego na área do turismo em Portugal**

%		P28				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
P44	Não ativos/Domésticas	<b>1,9%</b>	1,7%	0,5%	0,4%	4,5%
	Estudantes	0,7%	<b>1,9%</b>	1,4%	1,5%	5,5%
	Trab. não qualificados/não especializados	<b>6,1%</b>	4,7%	1,4%	0,4%	12,7%
	Trab. qualificados/especializados	<b>4,8%</b>	<b>5,5%</b>	2,9%	0,9%	14,1%
	Pequenos proprietários	<b>0,5%</b>	0,2%	0,2%	0,0%	1,0%
	Emp. serviços/comércio/administrativos	<b>3,5%</b>	<b>3,9%</b>	1,8%	0,4%	9,6%
	Técnicos especializados	1,8%	2,6%	<b>3,2%</b>	0,3%	7,9%
	Quadros médios	3,2%	<b>5,4%</b>	2,7%	0,5%	11,8%
	Quadros superiores	3,3%	<b>8,6%</b>	8,4%	1,4%	21,7%
	NS/NR	2,8%	<b>4,0%</b>	2,7%	1,7%	11,2%
	Total	28,6%	<b>38,6%</b>	25,3%	7,5%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Embora o turismo não seja uma das áreas onde mais gostariam de poder investir, em Portugal, são, sobretudo, os quadros superiores (19,3%), trabalhadores não qualificados (16,6%), os trabalhadores qualificados/especializados (13%), os quadros médios (13%) e os que estão empregados em serviços/comércio/administrativos (11,7%) que mais referem

esta área (tabela 6.116). A generalidade dos emigrantes das várias categorias profissionais refere também não dispor de capital suficiente para investir num negócio em Portugal mas são, principalmente, os emigrantes das categorias profissionais de quadros superiores (5,2%), trabalhadores qualificados/especializados (2,4%), quadros médios (2,4%) e os que estão empregados em serviços/comércio/administrativos (1,6%) que mais confirmam essa situação (tabela 6.117). Assim sendo, verifica-se que são, sobretudo, os emigrantes da categoria profissional de trabalhadores qualificados/especializados e empregados em serviços/comércio/administrativos que mais evidenciam desejar regressar, investir e ter um emprego no setor do turismo, em Portugal, bem como dispor de capital suficiente para aí investirem num negócio.

**Tabela 6.116 Profissão vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal**

%		P44									
		Não ativo/ Dom.	Estud.	Trab. não qualif.	Trab. Qualif.	Peq. prop.	Emp. Serv./ Com./ Adm.	Técnico espec.	Quadro médio	Quadro sup.	NS/NR
P26	a)	4,8%	4,7%	12,6%	14,8%	1,2%	6,8%	8,3%	10,8%	26,0%	10,0%
	b)	3,4%	4,0%	8,6%	14,3%	1,1%	6,3%	<b>9,7%</b>	12,0%	29,7%	10,9%
	c)	3,0%	5,1%	9,1%	12,1%	-	7,1%	8,1%	<b>17,2%</b>	29,3%	9,1%
	d)	2,6%	2,6%	6,5%	10,4%	1,3%	7,8%	5,2%	11,7%	<b>35,1%</b>	16,9%
	e)		3,5%	7,0%	14,0%	<b>1,8%</b>	7,0%	8,8%	<b>15,8%</b>	28,1%	14,0%
	f)	4,5%	6,3%	4,5%	13,4%	0,9%	4,5%	2,7%	10,7%	<b>35,7%</b>	17,0%
	g)	4,8%	6,1%	10,4%	16,5%	1,3%	8,2%	3,5%	8,7%	31,2%	9,5%
	h)	5,7%	3,3%	7,8%	<b>23,7%</b>	0,9%	5,7%	2,1%	12,0%	29,4%	9,3%
	i)	3,9%	5,4%	9,5%	11,7%	0,2%	8,7%	5,8%	13,0%	28,5%	13,2%
	j)	<b>6,2%</b>	5,0%	<b>18,1%</b>	15,8%	<b>1,9%</b>	<b>12,5%</b>	4,0%	10,3%	16,2%	10,1%
	l)	4,9%	4,2%	<b>16,6%</b>	<b>13,0%</b>	1,2%	<b>11,7%</b>	6,4%	<b>13,0%</b>	<b>19,3%</b>	9,7%
	m)	4,0%	<b>8,0%</b>	13,3%	<b>22,2%</b>	0,4%	10,2%	2,7%	10,7%	17,8%	10,7%
	n)	2,8%	<b>8,0%</b>	6,4%	7,2%	-	<b>12,7%</b>	6,1%	13,8%	32,6%	10,5%
	o)	4,7%	<b>8,2%</b>	8,2%	12,9%	0	8,2%	<b>22,4%</b>	14,1%	34,1%	9,4%
	Nenhuma	4,4%	<b>19,2%</b>	4,4%	9,9%	0,5%	6,6%	6,0%	8,2%	14,8%	25,8%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.117 Profissão vs Capital para investir num negócio em Portugal**

%	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Não ativos /Domésticas	1,5%	3,1%	<b>3,9%</b>	1,1%	9,6%
Estudantes	0,3%	0,6%	<b>1,9%</b>	0,3%	3,1%
Trab. não qualificados/não especializados	1,3%	3,6%	<b>5,1%</b>	0,8%	10,7%
Trab. qualificados/especializados	<b>2,4%</b>	5,7%	<b>6,0%</b>	1,2%	15,4%
Pequenos proprietários	0,4%	<b>0,6%</b>	0,5%	0,1%	1,6%
Emp. serviços/comércio/administrativos	<b>1,6%</b>	<b>3,3%</b>	<b>3,3%</b>	0,6%	8,8%
Técnicos especializados	1,0%	2,1%	<b>2,7%</b>	0,2%	6,0%
Quadros médios	<b>2,4%</b>	<b>4,1%</b>	3,8%	0,8%	11,0%
Quadros superiores	<b>5,2%</b>	<b>6,7%</b>	4,9%	1,0%	17,7%
NS/NR	1,1%	2,2%	2,3%	<b>10,5%</b>	16,1%
Total	17,2%	31,9%	34,3%	16,6%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

A análise dos emigrantes com filhos dependentes permite concluir também que esta variável influencia positivamente o seu desejo de regresso e fixação em Portugal ( $r=0,081$ ). Contudo, relativamente à influência dos filhos dependentes na propensão dos emigrantes portugueses para o investimento e emprego no setor do turismo, bem como em disporem de capital suficiente para investir num negócio, em Portugal, os dados obtidos com o teste de correlação de *Pearson* não permitem retirar conclusões quanto à sua relação. Através da análise do cruzamento das mesmas variáveis verificamos que, embora os emigrantes com filhos dependentes desejem regressar e fixar-se em Portugal (tabela 6.118), o turismo não é uma das áreas onde mais gostariam de investir em Portugal (tabela 6.119) e um emprego neste setor é apenas uma possibilidade (tabela 6.120), assim como disporem de capital suficiente para investirem num negócio (tabela 6.121). No entanto, também se verifica que os emigrantes com filhos dependentes são os que mais referem o turismo como uma das áreas onde gostariam de investir e ter um emprego, em Portugal, bem como dispor de capital suficiente para aí investirem num negócio (tabelas 6.119-6.121).

**Tabela 6.118 Filhos Dependentes vs Propensão para o regresso e fixação em Portugal**

%		P21				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
P47	Sim	<b>38,6%</b>	21,0%	11,1%	<b>4,8%</b>	75,5%
	Não	<b>12,2%</b>	6,0%	3,4%	1,7%	23,4%
	NS/NR	0,3%	0,1%	<b>0,4%</b>	0,2%	1,1%
	Total	51,2%	27,1%	15,0%	6,8%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria



**Tabela 6.119 Filhos Dependentes vs Área/s onde gostariam investir em Portugal**

%		P47			Total
		Sim	Não	NS/NR	
P26	a)	79,4%	20,6%	-	100,0%
	b)	<b>80,0%</b>	20,0%	-	100,0%
	c)	72,4%	<b>27,6%</b>	-	100,0%
	d)	<b>95,0%</b>	-	<b>5,0%</b>	100,0%
	e)	<b>87,0%</b>	8,7%	4,3%	100,0%
	f)	79,2%	20,8%	-	100,0%
	g)	73,5%	<b>25,3%</b>	1,2%	100,0%
	h)	74,8%	24,4%	0,8%	100,0%
	i)	77,8%	21,5%	0,7%	100,0%
	j)	73,6%	<b>25,4%</b>	1,1%	100,0%
	l)	77,4%	21,7%	0,9%	100,0%
	m)	76,8%	20,3%	2,9%	100,0%
	n)	78,0%	19,8%	2,2%	100,0%
	o)	76,9%	23,1%	-	100,0%
	Nenhuma	64,7%	<b>31,4%</b>	3,9%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.120 Filhos Dependentes vs Desejo em ter um emprego no setor do turismo em Portugal**

%		P28				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
P47	Sim	24,0%	<b>28,9%</b>	18,4%	<b>4,1%</b>	75,5%
	Não	7,4%	<b>9,1%</b>	5,0%	1,9%	23,4%
	NS/NR	0,2%	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>	0,2%	1,1%
	Total	31,7%	38,3%	23,8%	6,2%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.121 Filhos Dependentes vs Capital suficiente para investirem num negócio em Portugal**

%		P49				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Sim		<b>12,6%</b>	<b>21,3%</b>	21,1%	<b>4,6%</b>	59,6%
Não		8,8%	<b>14,3%</b>	11,7%	3,9%	38,6%
NS/NR		0,5%	<b>0,7%</b>	0,5%	0,2%	1,8%
Total		21,8%	36,2%	33,3%	8,7%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Por outro lado, verifica-se que quanto maior for o grau de urbanização do local onde os emigrantes portugueses residem emigrados maior é a influência da sua participação em associações portuguesas na vontade de regressarem ( $r=0,091$ ), pretenderem fixar-se em Portugal ( $r=0,121$ ), aí terem um emprego no setor do turismo ( $r=0,112$ ) e disporem de

capital suficiente para também investirem num negócio ( $r=0,504$ ). Destaca-se que, mais de metade dos emigrantes portugueses reside em áreas urbanas no país de acolhimento (ver secção 6.6). Embora se verifique que a maior percentagem de emigrantes que referem desejar ter um emprego na área do turismo, em Portugal, seja daqueles que estão instalados em áreas urbanas no país de acolhimento (16,6%), também constatamos que os que residem em áreas “rurais” são os que mais afirmam e menos rejeitam esse cenário (2,8%) (tabela 6.122).

**Tabela 6.122 Grau de urbanização do local onde reside emigrado vs Desejo de vir a ter um emprego na área do turismo em Portugal**

%		P28				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
P48	Urbano	16,6%	25,9%	17,1%	3,8%	63,4%
	Semiurbano	8,2%	8,2%	5,3%	1,6%	23,3%
	“rural”	2,8%	2,7%	1,4%	0,7%	7,7%
	NS/NR	1,1%	1,8%	1,4%	1,3%	5,6%
	Total	28,6%	38,6%	25,3%	7,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Por outro lado, não podemos concluir nada quanto à relação da variável grau de urbanização do local onde reside emigrado com a propensão dos emigrantes para o investimento no setor do turismo em Portugal. A análise do cruzamento destas variáveis permite, no entanto, verificar que, embora o turismo não seja uma das áreas onde os emigrantes que residem em áreas urbanas no país de emigração mais gostariam de investir em Portugal, são os que mais referem essa possibilidade (63,4%) (tabela 6.123). Caso venham a investir na área do turismo em Portugal, os emigrantes que residem em áreas semiurbanas no país de acolhimento são os que desejam investir em serviços de residência secundária, por conta própria (28,1%), enquanto os que residem em áreas urbanas são os que mais referem essa opção (60,1%) (tabela 6.124). Por último, verificamos ainda que, apesar dos emigrantes que residem em áreas urbanas no país de acolhimento serem os que mais negam dispor de capital suficiente para investir num negócio, em Portugal, também são os que mais confirmam essa situação (12,1%) (tabela 6.125).

**Tabela 6.123 Grau de urbanização do local onde reside emigrado vs Área onde gostariam de investir em Portugal**

%		P48			
		Urbano	Semiurbano	“rural”	NS/NR
P26	a)	62,4%	24,5%	9,7%	3,5%
	b)	61,1%	26,9%	6,9%	5,1%
	c)	<b>69,7%</b>	17,2%	8,1%	5,1%
	d)	64,9%	24,7%	1,3%	9,1%
	e)	54,4%	<b>33,3%</b>	3,5%	8,8%
	f)	57,1%	21,4%	<b>11,6%</b>	9,8%
	g)	64,9%	21,6%	8,2%	5,2%
	h)	66,1%	21,0%	7,2%	5,7%
	i)	62,3%	24,3%	7,4%	6,0%
	j)	61,9%	<b>25,7%</b>	<b>8,3%</b>	4,0%
	l)	<b>63,4%</b>	<b>25,0%</b>	<b>7,6%</b>	4,0%
	m)	63,1%	25,3%	7,6%	4,0%
	n)	<b>68,2%</b>	20,4%	5,0%	6,4%
	o)	<b>68,93%</b>	21,36%	5,83%	3,88%
	Nenhuma	<b>51,6%</b>	19,8%	10,4%	18,1%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.124 Grau de urbanização do local onde reside emigrado vs Área/s onde gostariam de investir no setor do turismo em Portugal**

%		P48				Total
		Urbano	Semiurbano	“Rural”	NS/NR	
P27	a)	65,4%	24,4%	6,8%	3,3%	100,0%
	b)	60,1%	<b>28,1%</b>	8,0%	3,8%	100,0%
	c)	62,7%	25,3%	7,5%	4,5%	100,0%
	d)	<b>68,3%</b>	19,5%	4,9%	7,3%	100,0%
	e)	61,8%	26,0%	<b>8,9%</b>	3,3%	100,0%
	f)	<b>70,5%</b>	20,0%	6,3%	3,2%	100,0%
	g)	<b>72,0%</b>	17,8%	7,5%	2,8%	100,0%
	h)	63,2%	25,6%	7,5%	3,8%	100,0%
	i)	60,7%	27,8%	<b>8,1%</b>	3,4%	100,0%
	j)	60,4%	27,5%	<b>9,5%</b>	2,6%	100,0%
	l)	64,2%	24,2%	7,7%	3,9%	100,0%
	m)	57,4%	23,0%	<b>13,1%</b>	6,6%	100,0%
	n)	67,9%	21,5%	7,0%	3,6%	100,0%
	o)	64,7%	22,8%	8,0%	4,5%	100,0%
	Nenhuma	53,4%	20,8%	8,1%	<b>17,8%</b>	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.125 Grau de urbanização do local onde reside emigrado vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal**

%	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
Urbano	<b>12,1%</b>	<b>22,2%</b>	<b>22,9%</b>	<b>4,4%</b>	61,6%
Semiurbano	3,8%	7,4%	<b>8,2%</b>	1,5%	20,8%
“rural”	1,3%	2,1%	<b>3,0%</b>	0,7%	7,1%
NS/NR	0,1%	0,2%	0,3%	<b>9,9%</b>	10,4%
Total	17,2%	31,9%	34,3%	16,6%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Os emigrantes que dispõem de residência em Portugal com menor número de herdeiros e com poupanças suficientes para poderem investir num negócio em Portugal revelam-se mais recetivos para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo.

Na secção 6.6 verificámos que a maioria dos emigrantes portugueses tem filhos (51,3%). Os dados obtidos com a correlação de *Pearson* permitem concluir que a variável “existência de filhos” influencia positivamente o desejo dos emigrantes portugueses de regresso ( $r=0,094$ ), virem a ter um emprego no setor do turismo ( $r=0,091$ ), bem como disporem de capital suficiente para aí investirem num negócio em Portugal ( $r=0,483$ ). Quanto à sua relação com a variável “área/s onde gostariam de investir em Portugal”, o teste de *Spearman* não permitiu retirar conclusões. No entanto, através da análise do cruzamento destas variáveis podemos observar que o turismo não é uma das áreas onde os emigrantes com filhos mais gostariam de investir em Portugal (tabela 6.126). Embora exista maior percentagem de emigrantes com filhos que referem não dispor de capital suficiente para investir num negócio em Portugal, comparativamente com os que não têm filhos, são os que mais confirmam essa situação (11,2%) (tabela 6.127).

**Tabela 6.126 Existência de filhos vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal**

%	P45			Total
	Sim	Não	NS/NR	
a)	28,1%	66,7%	5,2%	100,0%
b)	25,7%	<b>68,0%</b>	6,3%	100,0%
c)	28,3%	64,6%	7,1%	100,0%
d)	26,0%	64,9%	9,1%	100,0%
e)	<b>40,4%</b>	49,1%	10,5%	100,0%
f)	21,4%	<b>67,9%</b>	10,7%	100,0%
g)	<b>35,9%</b>	58,4%	5,6%	100,0%
h)	35,7%	57,7%	6,6%	100,0%
i)	26,2%	66,0%	7,8%	100,0%
j)	<b>38,1%</b>	57,1%	4,8%	100,0%
l)	33,1%	61,6%	5,2%	100,0%
m)	30,7%	64,9%	4,4%	100,0%
n)	24,9%	<b>68,2%</b>	6,9%	100,0%
Nenhuma	27,5%	55,5%	17,0%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.127 Existência de filhos vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal**

%	P45			Total
	Sim	Não	NS/NR	
Sim	<b>11,2%</b>	5,7%	,3%	17,2%
Talvez	<b>18,6%</b>	13,0%	,3%	31,9%
Não	<b>17,1%</b>	<b>16,8%</b>	,4%	34,3%
NS/NR	4,4%	2,3%	9,9%	16,6%
Total	51,3%	37,8%	11,0%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Na secção 6.6 verificámos que, entre os emigrantes portugueses que afirmam ter filhos quase 80% têm menor número de filhos, ou seja, entre um a dois. Relativamente à influência desta variável na sua propensão para o regresso, investimento e emprego no setor do turismo, em Portugal, bem como ainda em disporem de capital suficiente para aí investirem num negócio, os dados obtidos com o teste de *Spearman* não permitiram concluir nada quanto à sua relação. O cruzamento destas variáveis permite verificar que são, principalmente, os inquiridos com apenas 1 filho que mais manifestam vontade em regressar e fixar-se em Portugal (29,6%) (tabela 6.128). Os fatores mais importantes para que os emigrantes portugueses com apenas um filho pretendam regressar e fixarem-se em Portugal são, sobretudo, haver infraestruturas para viverem e investirem num negócio, no local onde nasceram (60,4%), poderem exercer uma atividade remunerada, por conta

própria, no setor do turismo (58,9%) e terem uma oportunidade de rendimento (58,9%) (tabela 6.129).

**Tabela 6.128 Número de filhos vs Desejo de regresso e fixação em Portugal**

%		P21				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
P46	1	<b>29,6%</b>	14,0%	7,8%	4,4%	55,7%
	2	<b>16,8%</b>	10,0%	3,8%	1,6%	32,3%
	3	<b>3,6%</b>	2,0%	2,5%	0,2%	8,3%
	4	<b>0,8%</b>	0,3%	0,3%	-	1,4%
	5	0,1%	<b>0,2%</b>	0,1%	-	0,4%
	6	-	<b>0,1%</b>	-	-	0,1%
	7	<b>0,1%</b>	-	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	0,3%
	11	-	-	<b>0,1%</b>	-	0,1%
	12	-	<b>0,1%</b>	-	-	0,1%
	NS/NR	0,2%	0,3%	0,2%	<b>0,4%</b>	1,2%
	Total	51,2%	27,1%	15,0%	6,8%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.129 Número de filhos vs Fatores mais importantes para o regresso a Portugal**

%		P46									Total
		1	2	3	4	5	6	7	12	NS/NR	
P22	a)	54,2%	36,6%	6,9%	0,5%	<b>0,8%</b>	-	0,3%	-	0,8%	100,0%
	b)	<b>58,9%</b>	33,0%	6,0%	0,9%	0,6%	-	-	-	0,6%	100,0%
	c)	50,0%	<b>39,4%</b>	<b>8,7%</b>	<b>1,9%</b>	-	-	-	-	-	100,0%
	d)	53,3%	36,8%	7,6%	0,6%	-	-	0,3%	-	1,3%	100,0%
	e)	46,2%	<b>42,4%</b>	<b>8,3%</b>	1,0%	0,6%	-	0,3%	-	1,3%	100,0%
	f)	<b>60,4%</b>	32,2%	4,5%	1,6%	-	<b>0,4%</b>	-	-	0,8%	100,0%
	g)	58,7%	31,4%	6,6%	<b>2,5%</b>	-	-	<b>0,8%</b>	-	-	100,0%
	h)	<b>58,9%</b>	31,1%	6,8%	1,8%	-	-	-	<b>0,5%</b>	0,9%	100,0%
	Nenhum	40,9%	36,4%	-	-	-	-	<b>4,5%</b>	-	18,2%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Por outro lado, ao analisarmos as áreas onde os emigrantes com apenas um a dois filhos mais gostariam de investir em Portugal verificamos que seria, principalmente, na área da construção (93,3%), da produção de energia (91,9%) e do comércio (91,2%), enquanto a prioridade de investimento dos que têm apenas um filho é na área do turismo, a par das atividades financeiras (com 52,8% de respostas, em cada) (tabela 6.130). Por último, verificamos que os emigrantes que têm entre cinco a sete filhos são os que mais afirmam e menos negam dispor de capital suficiente para investirem num negócio, em Portugal,

enquanto os que têm entre 1-2 filhos são os que mais mencionam ter capital para aí investirem (6.131).

**Tabela 6.130 Número de filhos vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal**

%		P46								
		1	2	3	4	5	6	7	12	NS/NR
P26	a)	53,5%	32,9%	11,8%	0,6%	-	-	0,6%	-	0,6%
	b)	48,9%	35,6%	15,6%	-	-	-	-	-	-
	c)	44,8%	34,5%	<b>17,2%</b>	-	-	-	3,4%	-	-
	d)	15,0%	40,0%	<b>30,0%</b>	<b>5,0%</b>	-	-	-	-	<b>10,0%</b>
	e)	39,1%	39,1%	8,7%	4,3%	-	-	<b>4,3%</b>	-	4,3%
	f)	50,0%	37,5%	12,5%	-	-	-	-	-	-
	g)	51,8%	37,3%	8,4%	1,2%	-	<b>1,2%</b>	-	-	-
	h)	47,1%	<b>46,2%</b>	2,5%	1,7%	-	-	0,8%	-	1,7%
	i)	54,1%	37,8%	7,4%	-	<b>0,7%</b>	-	-	-	-
	j)	56,3%	34,9%	7,0%	0,4%	<b>0,7%</b>	-	-	-	0,7%
	l)	<b>58,2%</b>	28,8%	9,8%	1,7%	0,4%	-	0,2%	<b>0,2%</b>	0,6%
	m)	44,9%	<b>44,9%</b>	7,2%	1,4%	-	-	1,4%	-	-
	n)	<b>58,2%</b>	29,7%	4,4%	<b>4,4%</b>	-	-	<b>2,2%</b>	-	1,1%
	Nenhuma	<b>47,1%</b>	33,3%	7,8%	2,0%	-	-	-	-	9,8%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.131 Número de filhos vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal**

%	P49				Total
	Sim	Talvez	Não	NS/NR	
1	6,3%	12,2%	<b>13,3%</b>	2,8%	34,5%
2	10,0%	<b>17,3%</b>	13,7%	4,0%	45,0%
3	3,5%	4,7%	<b>4,8%</b>	1,4%	14,4%
4	0,8%	<b>1,0%</b>	<b>1,0%</b>	0,1%	2,9%
5	<b>0,4%</b>	0,3%	0,2%	-	0,9%
6	<b>0,1%</b>	0,0%	-	0,1%	0,2%
7	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	-	0,3%
8	-	<b>0,1%</b>	-	-	0,1%
11	-	-	-	-	0,0%
12	-	-	<b>0,1%</b>	-	0,1%
16	-	-	-	-	0,0%
NS/NR	0,4%	<b>0,6%</b>	0,3%	0,3%	1,5%
Total	21,8%	36,2%	33,3%	8,7%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Quanto à relação da variável “capital suficiente para investir num negócio em Portugal” com a propensão dos emigrantes portugueses para o seu regresso, investimento e emprego no setor do turismo, em Portugal, na secção 6.7, constatámos que influencia positivamente o seu desejo de regresso e fixação em Portugal ( $r=0,044$ ). A análise do cruzamento de

variáveis permite observar também que caso regressem, o mais importante para estes emigrantes seria poderem exercer uma atividade remunerada, por conta própria, na área do turismo (15,3%), bem como haver infraestruturas para viverem e investirem num negócio no local de origem (13,6%) e terem uma residência no local de origem (12,7%) (tabela 6.132). Contudo, o turismo não é uma das áreas onde a generalidade dos emigrantes que dispõem de capital suficiente para investir num negócio mais gostariam de investir em Portugal, mas antes a caça (24,6%), as atividades financeiras (21%) e as pescas (18,2%) (tabela 6.133).

**Tabela 6.132 Capital suficiente para investir num negócio em Portugal vs Fatores mais importantes para o regresso e fixação em Portugal**

%		P49			
		Sim	Talvez	Não	NS/NR
P22	a)	9,3%	30,9%	<b>49,7%</b>	10,0%
	b)	12,2%	36,5%	42,1%	9,2%
	c)	12,4%	39,0%	41,8%	6,8%
	d)	12,1%	35,4%	43,2%	9,2%
	e)	11,3%	38,0%	40,1%	10,6%
	f)	<b>13,6%</b>	<b>40,8%</b>	36,7%	8,9%
	g)	<b>12,7%</b>	32,0%	<b>47,7%</b>	7,7%
	h)	<b>15,3%</b>	36,2%	42,1%	6,4%
	Nenhum	13,0%	16,0%	<b>36,0%</b>	<b>35,0%</b>

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.133 Capital suficiente para investir num negócio em Portugal vs Área/s em que gostariam de investir em Portugal**

%		P49			
		Sim	Talvez	Não	NS/NR
P26	a)	13,1%	<b>36,9%</b>	42,4%	7,5%
	b)	13,1%	36,6%	40,6%	9,7%
	c)	<b>18,2%</b>	32,3%	37,4%	12,1%
	d)	11,7%	32,5%	40,3%	15,6%
	e)	<b>24,6%</b>	31,6%	28,1%	15,8%
	f)	17,9%	33,0%	33,9%	15,2%
	g)	13,0%	33,3%	<b>44,2%</b>	9,5%
	h)	17,4%	<b>36,6%</b>	36,3%	9,6%
	i)	17,7%	32,0%	40,0%	10,3%
	j)	14,6%	35,7%	41,7%	8,0%
	l)	13,4%	35,9%	<b>43,0%</b>	7,6%
	m)	12,4%	33,8%	42,2%	11,6%
	n)	<b>21,0%</b>	<b>36,5%</b>	32,9%	9,7%
	Nenhuma	18,1%	16,5%	36,8%	<b>28,6%</b>

Fonte: Elaboração Própria



São sobretudo os emigrantes portugueses com mais idade, menos habilitações académicas, reformados, sem filhos dependentes, que residem atualmente em áreas urbanas/semiurbanas no país de emigração e com poupanças para poderem investir no local de origem os que mais reconhecem que a emigração não influenciou o seu sentido de identidade.

A análise da hipótese do perfil dos emigrantes portugueses mais reconhecem que a emigração não influenciou o seu sentido de identidade permite verificar por um lado, que a variável “profissão” influencia positivamente que considerem a sua cultura portuguesa ( $r=0,083$ ). Neste âmbito, são, sobretudo, os trabalhadores qualificados/especializados (17%) e os não ativos/domésticas (14,2%) que mais afirmam que a sua cultura é portuguesa (tabela 6.134). No entanto, a generalidade das restantes categorias profissionais dos emigrantes refere igualmente a mesma resposta (tabela 6.134). Por outro lado, os dados obtidos com o coeficiente de *Spearman* permitem concluir que o grau escolar também influencia positivamente que os emigrantes considerem a sua cultura é portuguesa ( $r=0,113$ ), bem como a sua participação em associações de emigrantes portugueses, no país de acolhimento, uma forma de manter a cultura portuguesa ( $r=0,132$ ). A análise do cruzamento destas variáveis permite verificar que são, sobretudo, os emigrantes que têm apenas a escola primária e o 9º ano de escolaridade que mais consideram a sua cultura portuguesa (23,6% e 16,3%, respetivamente) e a sua participação em associações de emigrantes portugueses, no país de acolhimento, uma forma de manter a cultura portuguesa (26,9% e 16%, respetivamente) (tabelas 6.135-6.136). Não obstante, verifica-se a mesma tendência de respostas na generalidade dos restantes emigrantes com maior grau escolar.

**Tabela 6.134 A cultura é portuguesa vs Profissão**

%		P15				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
P44	Não ativos/Domésticas	14,2%	1,0%	0,4%	0,6%	16,2%
	Estudantes	2,1%	0,1%	-	0,1%	2,3%
	Trab. não qualificados/não especializados	9,5%	0,7%	0,2%	-	10,4%
	Trab. qualificados/especializados	17,0%	1,2%	0,6%	-	18,8%
	Pequenos proprietários	2,1%	-	0,1%	-	2,2%
	Emp. serviços/comércio/administrativos	6,6%	0,4%	0,5%	0,1%	7,6%
	Técnicos especializados	2,4%	0,3%	0,3%	-	3,0%
	Quadros médios	7,1%	0,9%	0,4%	-	8,5%
	Quadros superiores	9,2%	0,8%	0,9%	-	10,9%
	NS/NR	16,3%	2,3%	0,7%	0,8%	20,1%
	Total	86,5%	7,7%	4,1%	1,6%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.135 A cultura é portuguesa vs Grau escolar**

%		P15				
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	Total
P43	Nenhuma	0,8%	0,1%	0,1%	0,1%	1,1%
	Escola Primária	23,6%	1,7%	0,4%	0,2%	26,0%
	9º ano de escolaridade	16,3%	1,5%	0,2%	0,2%	18,2%
	12º ano de escolaridade	10,8%	0,4%	0,9%	0,2%	12,3%
	Curso Técnico-Profissional	8,2%	0,7%	0,5%	-	9,5%
	Frequentou Ensino Superior	3,6%	-	0,4%	-	4,0%
	Curso Superior	11,1%	1,7%	0,9%	0,1%	13,8%
	Outro	1,8%	0,4%	0,2%	0,2%	2,6%
	NS/NR	10,3%	1,2%	0,5%	0,6%	12,6%
	Total	86,5%	7,7%	4,1%	1,6%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.136 A participação em associações portuguesas é uma forma de manter a cultura portuguesa vs Grau escolar**

%		P14				
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	Total
P43	Nenhuma	0,6%	0,2%	-	0,4%	1,2%
	Escola Primária	26,9%	2,8%	1,0%	0,4%	31,2%
	9º ano de escolaridade	16,0%	1,8%	0,6%	0,4%	18,8%
	12º ano de escolaridade	8,7%	1,2%	0,8%	0,2%	10,9%
	Curso Técnico-Profissional	8,7%	0,8%	0,6%	0,6%	10,7%
	Frequentou Ensino Superior	2,4%	-	0,4%	-	2,8%
	Curso Superior	8,1%	1,8%	0,6%	1,0%	11,5%
	Outro	1,8%	0,6%	-	0,4%	2,8%
	NS/NR	7,1%	1,2%	0,8%	0,8%	9,9%
	Total	80,4%	10,5%	4,9%	4,3%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente à influência das variáveis “idade”, “filhos dependentes”, “grau de urbanização da residência no país de acolhimento” e “dispor de capital suficiente para investir num negócio em Portugal” na opinião dos emigrantes portugueses de que a sua cultura é portuguesa e que a sua participação em associações portuguesas no país de emigração é uma forma de a manter, não foi possível concluir nada quanto à sua relação. Contudo, a análise do cruzamento destas variáveis permite verificar que são, sobretudo, os emigrantes com quarenta anos de idade ou mais (59,4%) (tabela 6.137), com filhos dependentes (44,4%) (tabela 6.138), que residem em áreas urbanas no país de acolhimento (47,7%) (tabela 6.139) e que talvez disponham de capital suficiente para investir num negócio em Portugal (28,7%) (tabela 6.140) que mais afirmam que a sua cultura é portuguesa.

**Tabela 6.137 A cultura é portuguesa vs Idade**

%		Menos de 18 anos	Entre 18-28 anos	Entre 29-39 anos	40 anos ou mais	Total
P15	Sim	<b>1,4%</b>	<b>9,4%</b>	<b>16,4%</b>	<b>59,4%</b>	86,5%
	Talvez	0,1%	0,6%	1,4%	5,6%	7,7%
	Não	-	0,8%	0,7%	2,6%	4,1%
	NS/NR	0,1%	0,1%	-	1,4%	1,6%
Total		1,6%	10,9%	18,5%	69,0%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria***Tabela 6.138 A cultura é portuguesa vs Filhos dependentes**

%		P47			Total
		Sim	Não	NS/NR	
P15	Sim	<b>44,4%</b>	41,3%	2,0%	87,6%
	Talvez	<b>3,6%</b>	3,4%	0,4%	7,4%
	Não	<b>2,6%</b>	1,3%	0,1%	4,0%
	NS/NR	0,1%	0,9%	-	1,0%
	Total	50,6%	46,8%	2,6%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria***Tabela 6.139 A cultura é portuguesa vs Grau de urbanização onde residem emigrados**

%		P48				Total
		Urbano	Semiurbano	“rural”	NS/NR	
P15	Sim	<b>47,7%</b>	19,3%	8,7%	10,9%	86,5%
	Talvez	<b>4,8%</b>	1,3%	0,5%	1,1%	7,7%
	Não	<b>2,4%</b>	0,9%	0,3%	0,5%	4,1%
	NS/NR	0,5%	0,2%	0,3%	0,6%	1,6%
	Total	55,4%	21,7%	9,8%	13,1%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria***Tabela 6.140 A cultura é portuguesa vs Capital suficiente para investir num negócio em Portugal**

%		P49				Total
		Sim	Talvez	Não	NS/NR	
P15	Sim	19,2%	<b>28,7%</b>	24,2%	<b>14,4%</b>	86,5%
	Talvez	1,9%	<b>2,5%</b>	1,5%	1,8%	7,7%
	Não	<b>2,2%</b>	1,0%	0,4%	0,5%	4,1%
	NS/NR	0,3%	0,3%	0,3%	0,7%	1,6%
	Total	23,6%	32,5%	26,5%	17,4%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Relativamente ao cruzamento das mesmas variáveis, nomeadamente a idade dos emigrantes portugueses, grau de urbanização onde residem emigrados e disporem de capital suficiente para investirem num negócio em Portugal com a influência da sua participação em associações portuguesas, no país de acolhimento, como uma forma de

manterem a cultura portuguesa verifica-se a mesma tendência de respostas, exceto quanto à variável “filhos dependentes”. Neste âmbito, constata-se que a maioria dos emigrantes que responde afirmativamente não tem filhos dependentes (44,5%) (tabela 6.141).

**Tabela 6.141 A participação em associações portuguesas é uma forma de manter a cultura portuguesa vs Filhos Dependentes**

%		P47			Total
		Sim	Não	NS/NR	
P14	Sim	34,6%	<b>44,5%</b>	1,5%	80,7%
	Talvez	<b>5,1%</b>	<b>5,1%</b>	0,8%	10,9%
	Não	<b>3,6%</b>	1,3%	0,3%	5,1%
	NS/NR	1,5%	<b>1,8%</b>	-	3,3%
	Total	44,8%	52,7%	2,5%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

Os emigrantes portugueses da metade mais jovem da idade considerada como ativa, com formação pós-secundária, atividade profissional no setor dos serviços e com filhos dependentes revelam uma atitude mais positiva relativamente ao regime de flexibilidade laboral em Portugal.

Na secção 6.4 verificámos que, caso os emigrantes portugueses em idade ativa tivessem um emprego no setor do turismo, em Portugal, nas épocas com pouca procura turística poderiam optar por trabalhar, em vez de usufruírem de um apoio do Estado, sobretudo, porque poderiam conciliar a atividade turística com outra atividade económica e a idade lhes permitir trabalhar durante todo o ano. Relativamente à influência das variáveis “idade”, “grau escolar”, “profissão” e “filhos dependentes” num conjunto de fatores que permitiriam aos emigrantes portugueses optarem por trabalhar nas épocas com pouca procura turística, em vez de usufruírem de um apoio do Estado, não foi possível concluir nada quanto à sua relação. No entanto, a análise do cruzamento destas variáveis permite observar que os emigrantes com idades entre 29-39 anos, formação pós-secundária e filhos dependentes optariam por continuar a trabalhar nas épocas com pouca procura turística, em vez de usufruírem de um apoio do Estado, sobretudo, para conciliarem a atividade turística com outra atividade económica (61%, 59,7% e 83,2%) (tabela 6.142-6.143; 6.145, respetivamente). Em relação aos emigrantes com atividade profissional no setor dos serviços/comércio/administrativos seria, principalmente, porque teriam mais rendimento se trabalhassem durante todo o ano (12,3%) (tabela 6.144).

**Tabela 6.142 Nas épocas com pouca procura turística poderiam optar por trabalhar, em vez de usufruírem de um apoio do Estado, porque (...) vs Idade**

%		P32			
		a)	b)	c)	NS/NR
P18	Menos de 18 anos	-	-	-	9,1%
	Entre 18 e 28 anos	42,4%	39,0%	<b>43,3%</b>	33,1%
	Entre 29 e 39 anos	57,6%	<b>61,0%</b>	56,7%	<b>57,8%</b>

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.143 Nas épocas com pouca procura turística poderiam optar por trabalhar, em vez de usufruírem de um apoio do Estado, porque (...) vs Grau escolar**

%		P32			
		a)	b)	c)	NS/NR
P43	Nenhuma	0,2%	-	0,2%	0,3%
	Escola Primária	1,4%	1,9%	1,9%	3,4%
	9º ano de escolaridade	14,2%	10,8%	<b>16,4%</b>	12,5%
	12º ano de escolaridade	<b>16,8%</b>	12,3%	16,1%	9,8%
	Curso Técnico-Profissional	<b>15,3%</b>	12,6%	14,8%	6,7%
	Frequentou Ensino Superior	10,5%	<b>11,3%</b>	10,0%	7,5%
	Curso Superior	33,7%	<b>42,8%</b>	33,8%	<b>37,2%</b>
	Outro	5,1%	<b>5,6%</b>	4,1%	9,1%
	NS/NR	2,7%	2,7%	2,7%	13,6%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.144 Nas épocas com pouca procura turística poderiam optar por trabalhar, em vez de usufruírem de um apoio do Estado, porque (...) vs Profissão**

%		P32			
		a)	b)	c)	NS/NR
P44	Não ativos/Domésticas	<b>4,4%</b>	3,7%	4,2%	4,3%
	Estudantes	4,2%	4,9%	4,6%	10,1%
	Trab. não qualificados/não especializados	15,5%	12,3%	<b>17,1%</b>	7,2%
	Trab. qualificados/especializados	14,7%	14,1%	<b>16,9%</b>	9,5%
	Pequenos proprietários	1,0%	0,8%	<b>1,1%</b>	0,6%
	Emp. serviços/comércio/administrativos	<b>12,3%</b>	11,1%	10,7%	6,7%
	Técnicos especializados	7,6%	<b>9,0%</b>	7,1%	7,0%
	Quadros médios	12,3%	<b>13,0%</b>	11,8%	10,5%
	Quadros superiores	19,1%	23,0%	19,3%	<b>24,4%</b>
	NS/NR	8,8%	8,1%	7,2%	19,8%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.145 Nas épocas com pouca procura turística poderiam optar por trabalhar, em vez de usufruírem de um apoio do Estado, porque (...) vs Filhos dependentes**

%		P32			
		a)	b)	c)	NS/NR
P47	Sim	79,0%	<b>83,2%</b>	73,4%	<b>67,6%</b>
	Não	20,4%	16,3%	25,6%	<b>29,9%</b>
	NS/NR	0,6%	0,5%	1,0%	<b>2,5%</b>

Fonte: Elaboração Própria

Na secção 6.4 verificámos também que a maioria dos emigrantes em idade ativa refere que se tivesse um emprego no setor do turismo em Portugal gostaria de controlar o seu próprio horário de trabalho, sobretudo, para poder conciliar melhor o trabalho com a vida familiar/social, ter maior nível de satisfação com o emprego e mais do que uma profissão. Os dados obtidos com os testes de *Spearman* e de *Pearson* na análise do perfil dos emigrantes portugueses em idade ativa que revelam uma atitude mais positiva relativamente ao regime de flexibilidade laboral, em Portugal, não permite retirar conclusões. No entanto, tal como na secção 6.9, é possível observar que na perspetiva dos emigrantes com idades entre 29-39 anos, se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal gostariam de controlar o seu próprio horário de trabalho, sobretudo, porque iriam querer praticar agricultura, fundamentalmente, para autoconsumo (66,5%), ter um estilo de vida “rural” (de origem) (65,7%) e exercer uma profissão na área do turismo (60,4%) (tabela 6.146).

A opção mais mencionada pelos emigrantes com formação pós-secundária é, principalmente, poderem ter mais do que uma profissão (61,9%), seguindo-se o maior nível de satisfação com o emprego (58,6%) e serem mais produtivos/as no trabalho (56,6%) (tabela 6.147). Quanto aos emigrantes que trabalham no setor dos serviços/comércio/administrativos justificam-se, principalmente, por poderem exercer uma profissão na área do turismo (12,6%) e terem menos intenção de mudar de profissão (12,6%) (tabela 6.148). Por último, os emigrantes com filhos dependentes mencionam mais o facto de poderem ter maior nível de satisfação com o emprego (84,7%), mais do que uma profissão (80,9%) e um estilo de vida “rural” (de origem) (80,0%) (tabela 6.149).

**Tabela 6.146 Se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal, gostariam de controlar o próprio horário de trabalho, porque (...) vs Idade**

%		P18		
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos
P33	a)	-	39,6%	<b>60,4%</b>
	b)	-	33,5%	<b>66,5%</b>
	c)	-	34,3%	<b>65,7%</b>
	d)	-	<b>53,4%</b>	46,6%
	e)	-	41,9%	58,1%
	f)	-	41,3%	58,7%
	g)	-	<b>45,3%</b>	54,7%
	h)	-	41,3%	58,7%
	i)	-	<b>50,0%</b>	50,0%
	j)	-	41,0%	59,0%
	l)	-	44,6%	55,4%
	m)	-	42,1%	57,9%
	n)	-	41,6%	58,4%
	NS/NR	<b>9,1%</b>	34,7%	<b>56,2%</b>

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.147 Se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal, gostariam de controlar o próprio horário de trabalho, porque (...) vs Grau escolar**

%		P43								
		Nenhuma	Escola Primária	9º ano	12º ano	Curso Técnico-Profissional	Frequentou Ensino Superior	Curso Superior	Outro	NS/NR
P33	a)	-	2,9%	14,1%	14,6%	14,6%	<b>13,6%</b>	33,3%	3,2%	3,9%
	b)	-	<b>4,4%</b>	17,4%	15,8%	14,7%	9,5%	32,4%	3,3%	2,5%
	c)	0,3%	<b>5,0%</b>	15,9%	13,4%	11,2%	10,9%	32,7%	6,5%	4,0%
	d)	-	4,1%	21,9%	13,7%	13,7%	<b>13,7%</b>	24,7%	5,5%	2,7%
	e)	-	1,8%	9,8%	11,7%	12,5%	9,6%	<b>45,2%</b>	<b>7,1%</b>	2,3%
	f)	0,2%	1,8%	13,7%	14,3%	13,7%	10,5%	37,7%	5,5%	2,7%
	g)	-	2,8%	<b>23,2%</b>	16,0%	<b>16,6%</b>	6,1%	30,4%	3,9%	1,1%
	h)	<b>0,5%</b>	3,7%	<b>22,9%</b>	<b>17,0%</b>	<b>15,6%</b>	7,8%	26,1%	3,7%	2,8%
	i)	<b>0,4%</b>	2,6%	15,3%	<b>16,4%</b>	10,8%	8,6%	35,8%	6,3%	3,7%
	j)	0,2%	2,1%	10,9%	13,9%	12,2%	10,5%	<b>41,8%</b>	6,3%	2,1%
	l)	0,1%	1,5%	11,8%	14,7%	13,2%	11,1%	39,6%	5,9%	2,0%
	m)	-	2,2%	14,5%	14,5%	14,8%	10,7%	35,1%	5,6%	2,7%
	n)	0,2%	1,9%	16,9%	16,3%	12,7%	9,1%	35,3%	4,4%	3,2%
	NS/NR	0,3%	2,7%	12,8%	10,3%	7,1%	6,7%	<b>37,5%</b>	<b>8,4%</b>	14,1%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.148 Se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal, gostariam de controlar o próprio horário de trabalho, porque (...) vs Profissão**

%		P44									
		Não ativos/ Dom.	Estud.	Trab. não qualif.	Trab. Qualif.	Pequenos prop.	Emp. Serv./ comércio/ adm.	Técnico espec.	Quadros médios	Quadros sup.	NS/NR
P33	a)	4,4%	3,2%	<b>17,5%</b>	12,9%	<b>1,5%</b>	<b>12,6%</b>	6,6%	<b>14,3%</b>	17,5%	9,7%
	b)	4,1%	2,5%	16,9%	<b>21,8%</b>	1,1%	7,9%	8,4%	10,4%	16,6%	10,4%
	c)	4,4%	3,1%	14,0%	18,4%	<b>1,2%</b>	7,2%	8,4%	10,9%	21,8%	10,6%
	d)	<b>13,7%</b>	4,1%	16,4%	17,8%	-	<b>12,3%</b>	<b>11,0%</b>	8,2%	12,3%	4,1%
	e)	2,9%	6,2%	11,5%	13,9%	0,7%	11,1%	<b>9,5%</b>	<b>14,3%</b>	<b>24,0%</b>	5,9%
	f)	5,3%	4,6%	16,4%	13,6%	1,1%	10,4%	7,9%	12,2%	20,9%	7,5%
	g)	<b>9,4%</b>	2,2%	18,2%	20,4%	0,6%	10,5%	7,2%	7,2%	16,0%	8,3%
	h)	8,7%	2,8%	<b>18,3%</b>	<b>19,7%</b>	0,5%	11,0%	3,7%	9,2%	14,7%	11,5%
	i)	5,2%	<b>9,0%</b>	16,0%	14,2%	1,1%	9,0%	6,3%	10,1%	19,8%	9,3%
	j)	4,5%	4,5%	14,2%	13,0%	0,7%	12,1%	8,6%	12,8%	22,5%	7,2%
	l)	4,6%	4,8%	14,6%	13,9%	0,9%	10,5%	8,6%	12,5%	22,4%	7,1%
	m)	5,6%	2,2%	16,5%	15,5%	1,0%	<b>12,6%</b>	7,0%	11,4%	21,1%	7,3%
	n)	6,1%	6,1%	13,3%	18,4%	1,1%	9,5%	7,2%	9,3%	19,2%	9,7%
	NS/NR	3,8%	<b>9,9%</b>	7,1%	9,1%	0,3%	6,2%	7,9%	9,7%	<b>24,9%</b>	21,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.149 Se tivessem um emprego no setor do turismo em Portugal, gostariam de controlar o próprio horário de trabalho, porque (...) vs Filhos dependentes**

%		P47		
		Sim	Não	NS/NR
P33	a)	78,0%	22,0%	-
	b)	75,8%	23,5%	0,8%
	c)	<b>80,0%</b>	18,3%	<b>1,7%</b>
	d)	73,9%	21,7%	<b>4,3%</b>
	e)	<b>80,9%</b>	18,1%	1,0%
	f)	78,6%	21,0%	0,4%
	g)	68,6%	<b>30,0%</b>	1,4%
	h)	73,9%	25,0%	1,1%
	i)	76,3%	22,5%	1,3%
	j)	<b>84,7%</b>	15,0%	0,4%
	l)	79,9%	19,7%	0,4%
	m)	77,5%	21,7%	0,8%
	n)	73,6%	<b>25,8%</b>	0,6%
	NS/NR	<b>68,3%</b>	29,6%	2,1%

Fonte: Elaboração Própria

O facto de verificarmos que uma percentagem significativa de emigrantes portugueses com 29-39 anos de idade, formação pós-secundária (sobretudo curso superior), filhos dependentes, quadros superiores e médios, bem como estudantes não sabe ou não respondeu se preferia optar por trabalhar nas épocas com pouca procura turística, bem



como se gostaria de controlar o seu próprio horário de trabalho, caso tivessem um emprego na área do turismo, em Portugal, leva-nos a sugerir que são, sobretudo, os emigrantes com atividade profissional no setor dos serviços que revelam uma atitude mais positiva relativamente ao regime de flexibilidade laboral em Portugal.

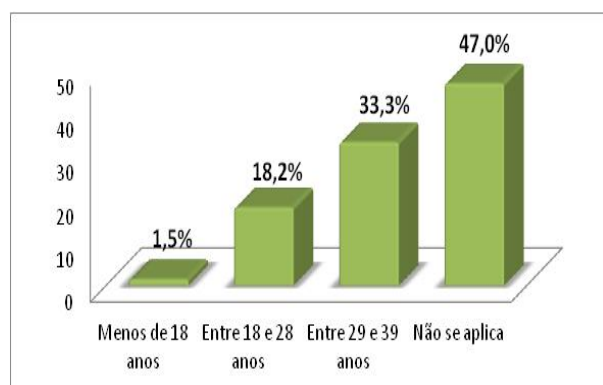
### **6.12 Análise das hipóteses da investigação – Dados dos luso-descendentes**

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo permitiu-nos responder às hipóteses da investigação através das respostas dos emigrantes portugueses, diretos e indiretos. No capítulo 5 referimos que apesar de este questionário não ter sido dirigido aos emigrantes indiretos ou luso-descendentes, pelas razões que iremos descrever no capítulo seguinte, o facto de terem sido identificados 330 casos, pelas respostas obtidas na pergunta 4 (concelho onde nasceu), permitiu-nos ainda considerar este grupo de análise de forma individual, no sentido de podermos tecer comparações com os resultados da análise anterior e os estudos publicado por Gonçalves (2007). De acordo com os resultados destes dois estudos, o desejo de regresso e fixação é muito mais evidente nos emigrantes portugueses diretos do que nos luso-descendentes. Deste modo, esta secção tem como objetivo analisar a seguinte hipótese da investigação (ver secção 6.6):

A propensão dos luso-descendentes para a fixação, investimento e emprego no setor do turismo em Portugal é significativamente menor comparativamente com os emigrantes diretos.

Assim, ao questionarmos os emigrantes quanto ao concelho de origem (pergunta 4) constatamos que 330 são luso-descendentes, dado terem identificado o respetivo país de naturalidade. Na secção 6.2 verificámos que os três países de origem mais mencionados pelos luso-descendentes são a França, Angola e Moçambique.

Gráfico 6.55 Idade dos lusodescendentes



A parte III do questionário não se aplica a 47% da totalidade de inquiridos luso-descendentes, ou seja, 53% dos inquiridos luso-descendentes têm idade inferior a 39 anos. Destes 53%, a maioria também tem idade entre os 29-39 anos (33,3%) (gráfico 6.55).

Fonte: Elaboração Própria

À semelhança da análise anterior, verifica-se que a generalidade dos lusodescendentes, sobretudo os que têm entre 29 e 39 anos (26,9%), afirma que gostaria de fixar-se em Portugal (tabela 6.150). Os fatores mais importantes para que estes lusodescendentes, com 29-39 anos, tomem essa decisão são, sobretudo, regressarem com o/s filho/s e poderem exercer uma atividade remunerada, por conta própria, no setor do turismo (82,1% e 73,5%, respetivamente) (tabela 6.151). Assim, os dados obtidos levam-nos a refutar a hipótese em análise, nomeadamente que o desejo de regresso a Portugal está dependente da origem dos sujeitos.

Tabela 6.150 Idade dos lusodescendentes vs Desejo de regresso e fixação em Portugal

%		P18			Total
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos	
P21	Sim	-	<b>18,3%</b>	<b>26,9%</b>	45,1%
	Talvez	-	6,3%	20,6%	26,9%
	Não	-	6,3%	9,7%	16,0%
	NS/NR	<b>2,9%</b>	3,4%	5,7%	12,0%
	Total	2,9%	34,3%	62,9%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.151 Idade vs Fatores mais importantes para a fixação dos lusodescendentes em Portugal**

%		P18		
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos
P22	a)	-	<b>39,5%</b>	60,5%
	b)	-	37,5%	62,5%
	c)	-	36,4%	63,6%
	d)	-	35,5%	64,5%
	e)	-	17,9%	<b>82,1%</b>
	f)	-	<b>39,5%</b>	60,5%
	g)	-	34,8%	65,2%
	h)	-	26,5%	<b>73,5%</b>
	Nenhum	<b>71,4%</b>	14,3%	14,3%

*Fonte: Elaboração Própria*

Tal como nos dados obtidos na análise dos emigrantes portugueses diretos e indiretos, através da tabela 6.152, verificamos novamente que o desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal é apenas uma possibilidade para a generalidade dos lusodescendentes (33,1%), bem como para os que têm idades entre os 29-39 anos (20%). Apesar de o turismo não ser a área onde mais gostariam de investir em Portugal, são novamente os lusodescendentes com idades entre os 29-39 anos que mais referem essa opção (67,1%) (tabela 6.153). Contudo, contrariamente aos emigrantes diretos com 29-39 anos de idade, a generalidade dos lusodescendentes da mesma faixa etária refere que a residência em Portugal é de familiares (38,3%) (tabela 6.154). Não obstante, são também estes lusodescendentes com 29-39 anos de idade que mais afirmam ter residência própria em Portugal (22,3%) (tabela 6.154).

**Tabela 6.152 Idade vs Desejo de ter um emprego no setor do turismo em Portugal**

%		P18			Total
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos	
P28	Sim	-	8,0%	<b>20,0%</b>	28,0%
	Talvez	-	<b>12,0%</b>	<b>21,1%</b>	33,1%
	Não	-	<b>12,0%</b>	17,1%	29,1%
	NS/NR	<b>2,9%</b>	2,3%	4,6%	9,7%
	Total	2,9%	34,3%	62,9%	100,0%

*Fonte: Elaboração Própria*

**Tabela 6.153 Idade dos lusodescendentes vs Área/s onde gostariam de investir em Portugal**

%		P18		
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos
P26	a)	-	27,3%	72,7%
	b)	-	14,3%	85,7%
	c)	-	33,3%	66,7%
	d)	-	-	<b>100,0%</b>
	e)	-	-	<b>100,0%</b>
	f)	-	<b>50,0%</b>	50,0%
	g)	-	23,1%	76,9%
	h)	-	28,6%	71,4%
	i)	-	32,1%	67,9%
	j)	-	36,2%	63,8%
	l)	-	<b>32,9%</b>	<b>67,1%</b>
	m)	-	25,0%	75,0%
	n)	-	40,0%	60,0%
	Nenhuma	<b>35,7%</b>	21,4%	42,9%

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 6.154 Idade vs Propriedade de residência em Portugal**

%		P18			Total
		Menos de 18 anos	Entre 18 e 28 anos	Entre 29 e 39 anos	
P5	Própria	1,1%	12,0%	<b>22,3%</b>	35,4%
	Alugada	-	0,6%	<b>2,3%</b>	2,9%
	De familiares	<b>1,7%</b>	<b>21,7%</b>	<b>38,3%</b>	61,7%
	Total	2,9%	34,3%	62,9%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

### 6.13 Conclusão

Este capítulo focou-se na avaliação do potencial regresso e fixação da “nova geração” de emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo (sustentável) nos concelhos com menor índice de centralidade, em Portugal. Assim, em primeiro lugar, constatámos que o perfil do emigrante português que mais gostaria de regressar, investir e ter um emprego na área do turismo, em Portugal consiste naquele que emigrou a partir de 1985 (principalmente entre 2005-2011), para a Europa, PALOP e PELP, com menos tempo de permanência no país de acolhimento (até 9 anos), sobretudo entre 1-4 anos, origem em concelhos com maior índice de centralidade e com residência de familiares em Portugal. No entanto, verificámos também que, embora o emigrante que mais dispõe de capital

suficiente para investir num negócio em Portugal também tenha emigrado sobretudo a partir de 1985 (principalmente entre 2005-2011), para a Europa, PALOP e PELP e tenha menos tempo de permanência no país de acolhimento (até 9 anos), principalmente entre 1-4 anos, por outro lado, é, essencialmente, oriundo de concelhos com menor índice de centralidade e possui residência própria em Portugal num desses concelhos.

Assim, concluímos que o perfil dos emigrantes portugueses com maior propensão para regressar, investir e ter um emprego na área do turismo em Portugal, bem como mais dispõe de capital suficiente para aí investir num negócio corresponde, sobretudo, aos que emigraram a partir de 1985 (principalmente entre 2005-2011), para a Europa, PALOP e PELP, com menos tempo de permanência no país de acolhimento (até 9 anos), em particular entre 1-4 anos, com residência própria em Portugal, entre 1-2 residências, uma delas num concelho com menor índice de centralidade, principalmente do tipo T3, T2 ou T4 e construída antes de julho de 2009 (verificando-se maior percentagem entre 2001-2009). Quanto ao seu perfil socioeconómico regista, sobretudo, idade entre 29-39 anos, tem apenas um filho, dependente, pertence à categoria profissional de trabalhador qualificado/especializado ou empregado em serviços/comércio/administrativos, possui maior grau escolar (exceto Doutoramento/MBA/Mestrado/Pós-Graduação) ou curso superior e tem curso profissional na área da hotelaria e/ou turismo.

Em terceiro lugar, verificámos que a generalidade dos emigrantes portugueses tem poucos (novos) conhecimentos (curso, formação e/ou experiência profissional) na área da hotelaria e/ou turismo. Neste âmbito, comparativamente com os restantes emigrantes da metade mais jovem considerada como idade ativa, os que registam idades entre 29-39 anos são os que mais referem ter curso, formação profissional e, sobretudo, experiência profissional nesta área. Embora exista uma ligeira diferença a favor dos emigrantes com origem em concelhos com maior índice de centralidade constatámos também que são, sobretudo, os emigrantes com residência própria num concelho com menor índice de centralidade, em Portugal, que mais registam conhecimentos na área da hotelaria e/ou turismo, obtidos durante a emigração (nomeadamente curso, formação e, principalmente, experiência profissional). Este segmento, com idades entre os 29-39 anos, são também os que mais referem ter residência própria em Portugal.

Em quarto lugar, constatámos que são novamente os emigrantes com idades entre 29-39 anos que mais afirmam ter residência própria, no concelho de origem, com potencial valor patrimonial cultural e aceitariam alugar quartos a turistas nessa residência. Os fatores mais importantes para que estes emigrantes tomem a decisão de regressar a Portugal são, sobretudo, poderem-no fazer com o/s filho/s, poderem ter um estilo de vida “rural” e exercerem uma atividade remunerada, por conta própria, no setor do turismo. O emprego no setor do turismo para estes emigrantes, com 29-39 anos de idade, depende, sobretudo, da sua influência nas decisões da comunidade, da existência de infraestruturas de lazer/recreio no local e da necessidade de segurança. Na sua perspetiva, o emprego no setor do turismo seria igualmente uma alternativa às ocupações tradicionais em Portugal (como por exemplo na agricultura e indústria), principalmente, porque teriam benefícios diretos e indiretos com o turismo e poderiam combinar o trabalho não pago (doméstico e outro) com o trabalho pago.

A prática da agricultura para autoconsumo nos seus locais de origem justifica-se, porque geralmente utilizam técnicas simples, não empregam inseticidas e possuem outras terras de cultivo dispersas no local de origem. Nas épocas com pouca procura turística consideram que poderiam continuar a trabalhar, em vez de usufruírem de um apoio do Estado, principalmente, para conciliar a atividade turística com outra atividade económica. Para além disso, gostariam de controlar o seu próprio horário de trabalho em Portugal, porque iriam pretender praticar agricultura, fundamentalmente, para autoconsumo, ter um estilo de vida “rural” (de origem) e exercer uma profissão na área do turismo. Neste contexto, muito provavelmente são também os emigrantes com atividade profissional no setor dos serviços e profissionalmente ligados às áreas do turismo/hotelaria que mais se manifestam desta forma.

Em quinto lugar, verificámos também que são, sobretudo, os emigrantes com idades entre os 29 e os 39 anos, que residem em áreas semiurbanas e urbanas no país de acolhimento, oriundos de concelhos com menor índice de centralidade, com 1-2 ou cinco residências em Portugal, uma delas localizada num concelho com menor índice de centralidade, do tipo T3, T2, T4 ou T6, que mais gostariam de investir em serviços de residência secundária por conta própria. Neste âmbito, concluímos que a exploração turística da residência em

Portugal pelos emigrantes do género feminino contribuirá, fundamentalmente, para aumentarem o seu rendimento no local de trabalho, remunerarem o trabalho doméstico e melhorarem a sua posição na sociedade em geral. A instalação com carácter definitivo destes emigrantes do género feminino, que vivem com companheiro/a ou cônjuge no país de acolhimento e desempenham 60% das tarefas ou mais, sobretudo, porque tem mais disponibilidade e jeito/gosto, na residência construída de raiz em Portugal, aliada à maior dimensão das suas áreas irão contribuir para que assumam o lugar social que desejam no interior da habitação e, conseqüentemente, no emprego e na sociedade em geral.

Em último lugar, no âmbito dos objetivos desta investigação analisámos ainda se a residência (auto) construída de raiz pelos emigrantes portugueses em Portugal, tem potencial para vir a ser património cultural e explorada turisticamente. Neste sentido, verificámos que são, sobretudo, os emigrantes portugueses com idade mais avançada, trabalhadores qualificados/especializados e não ativos/domésticas, que possuem apenas a escola primária e o 9º ano de escolaridade, bem como residem em áreas urbanas no país de emigração que mais consideram a sua cultura portuguesa e a sua participação em associações portuguesas, no país de emigração, uma forma de a manterem. Os fatores mais mencionados pela minoria que considera ter uma cultura diferente da portuguesa (e estão indecisos) estão, sobretudo, relacionados com a sua adaptação ao país de acolhimento e o pouco contacto com a cultura portuguesa. A participação dos emigrantes em associações portuguesas, no país de acolhimento, aliada ao facto de considerarem a sua cultura como portuguesa e a residência (auto) construída de raiz (antes de julho de 2009) no concelho de origem como a sua verdadeira casa influenciam positivamente para que a considerem uma representação da cultura portuguesa. Apesar da generalidade dos emigrantes portugueses desconhecer se essa residência pode vir a ser património cultural, os que confirmam essa possibilidade são também os mesmos que a consideram a sua verdadeira casa e uma representação da cultura portuguesa.





## **Capítulo 7**

### **Síntese e Conclusões**

#### **7.1 Introdução**

Neste último capítulo é pretendido discutir as conclusões principais e dar a conhecer algumas limitações, bem como o contributo científico desta investigação. Com esta tese pretendemos avaliar o contributo do regresso e fixação dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento do turismo nos concelhos com menor índice de centralidade, em Portugal. Assim, na secção 6.2 iremos discutir o seu contributo para a operacionalização dos conceitos de turismo residencial (e de alojamento turístico) e para a melhoria da compreensão do conceito de desenvolvimento “rural”, as duas variáveis chave da investigação, cuja relação se pretendeu analisar. Neste sentido, nas secções seguintes (7.3-7.6) a discussão segue com a apresentação das respetivas conclusões principais da investigação face aos objetivos fixados. Na secção 6.7 serão indicadas as razões de algumas limitações da investigação e na última secção (7.8) é apresentada a principal asserção e outras contribuições da investigação para o desenvolvimento da ciência, bem como ainda sugeridos estudos futuros que podem contribuir para clarificar o problema levantado nesta tese.

#### **7.2 Contributo para a operacionalização dos conceitos de turismo (residencial) e desenvolvimento “rural” sustentável**

No capítulo 1 discutimos uma série de definições diferentes da literatura na tentativa de definir o turismo, pelo lado da procura e pelo lado da oferta, e concluímos que tal como os conceitos de lazer e recreio o conceito de turismo carece de uma definição universal. O

lazer é uma medida de tempo e a recreação envolve todas as atividades que são levadas a cabo durante esse tempo, onde o turismo é uma dessas atividades. No entanto, constatámos que é fundamental uma definição de turismo, não apenas pelo impacte negativo que a falta de maturidade científica pode implicar para as áreas destino, mas também para possibilitar as práticas de medição e de legislação, bem como de comparação internacional, objetivo a que se propõe a Conta Satélite do Turismo. Em Portugal, a Conta Satélite do Turismo segue as recomendações metodológicas da OMT e da EUROSTAT e define o turismo como as “atividades praticadas pelos indivíduos durante as suas viagens e permanências em locais situados fora do seu ambiente habitual, por um período contínuo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros” (Nações Unidas e Organização Mundial do turismo, 1994, citado pela CST, 1999:1).

Contudo, verificamos que são vários os investigadores que não concordam totalmente com as definições e recomendações propostas pela OMT. Ao considerarmos as atividades realizadas pelos indivíduos fora do ambiente habitual seria ignorar a complexidade atual dos estilos de vida e as formas de *residencialidade* e de mobilidade que acolhem as sociedades modernas. Nesta tese, concluímos que face à distribuição espacial da “segunda residência” em Portugal e aos resultados obtidos através da inquirição de 5157 emigrantes portugueses (capítulos 2 e 7), a “segunda residência” não é um alojamento turístico e a pernoita nestes alojamentos é o critério mais adequado para definir o turismo (e o turismo residencial). Em Portugal, o conceito e praticamente todas as classificações do alojamento turístico seguem as que são adotadas pela Organização Mundial de Turismo, não existindo do ponto de vista legal, um conceito de alojamento turístico. Neste âmbito, o Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março apenas refere os empreendimentos turísticos como estabelecimentos que, para além de prestarem serviços de alojamento, mediante remuneração, dispõem, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares e o alojamento local, como o alojamento que apenas presta serviços de alojamento temporário, mediante remuneração.

De acordo com o mesmo decreto-lei somente quando as “segundas residências” *prestam serviços de alojamento*, é que as respetivas câmaras municipais têm de facultar ao Turismo de Portugal o registo dos estabelecimentos de alojamento local. Nos restantes casos isto

implica ausência de atividade económica e consequentemente prejudica a cobertura eficaz da informação estatística, pelos respetivos organismos oficiais, de um produto considerado como turístico. Assim sendo, concluímos que o alojamento turístico é o local onde o hóspede não tem a sua residência e fornece estadas oneradas de forma regular (ou ocasional) a turistas, enquanto a “segunda residência” corresponde a uma das residências de pelo menos uma família/indivíduo. Nesta perspetiva, argumentamos que o turismo residencial compreende as atividades praticadas pelos indivíduos apenas nos alojamentos turísticos, durante a sua pernoita, e que o turismo integra todas as atividades por eles praticadas durante o tempo da sua pernoita nestes alojamentos. Deste modo e porque é fundamental medir a verdadeira contribuição do turismo na economia nacional, através do seu efeito multiplicador, concluímos também que os indivíduos que saem da sua residência e se alojam gratuitamente na residência de familiares ou de amigos não são considerados turistas.

Por outro lado, sendo pretensão desta tese avaliar o contributo do turismo residencial para o desenvolvimento “rural”, a análise e discussão deste conceito permitiu-nos concluir que os termos “rural” e “desenvolvimento” possuem igualmente diversos sentidos e significados sociais tornando-se difícil estabelecer uma única definição consensual. Assim, apesar das comparações ao nível internacional serem praticamente impossíveis, as respetivas estatísticas adotam a metodologia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico em que o critério mais usado pelos países membros para definir área “rural” é o número de habitantes por unidade territorial. Apesar da definição de “rural” envolver muitos mais aspetos que o demográfico não foi intenção desta tese contribuir para o debate da diversidade de áreas rurais e da variedade de tipologias comumente adotadas para as caracterizar, mas sim identificá-las através de estatística adequada para permitir o seu desenvolvimento de acordo com as necessidades locais.

Neste sentido, concluímos, através de um estudo do Instituto Nacional de Estatística que as áreas de influência e a marginalidade funcional dos centros urbanos permitem estabelecer uma hierarquia que depende do número e tipo de funções aí disponíveis. A respetiva operação estatística, denominada de CESAP 2002 (Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População), teve como principal objetivo permitir um levantamento à escala da

freguesia de uma rede de equipamentos coletivos (públicos e privados) que servem as populações em áreas como a saúde, educação, principais serviços públicos, comércio, infraestruturas desportivas e ação social, entre outras. A revisão de literatura permitiu igualmente constatar que a multiplicidade de definições de desenvolvimento “rural” tem dificultado a sua operacionalização através de políticas, programas e projetos promovidos direta ou indiretamente pelo governo. Neste âmbito, verificámos que a década de 80 é marcada pela tensão existente entre a tendência que atenua as diferenças entre o “rural” e o urbano e a que reforça a sua distinção, reintroduzindo para esse efeito a noção de natureza. Concluimos, que uma abordagem sustentável é o método mais adequado para reconciliar as tensões existentes entre as forças de desenvolvimento “rural”, que procuram reverter o declínio rural, e as forças de conservação.

Deste modo, o desenvolvimento “rural” sustentável implicará a articulação entre as várias dimensões da sustentabilidade, nomeadamente a sustentabilidade económica, social, cultural, ambiental e institucional (a dimensão do exercício da cidadania e da governação, por parte de todos os atores sociais implicados nos processos de desenvolvimento). O facto da maioria das regiões dos países do Sul da Europa ser menos competitiva, onde a agricultura desempenha um papel relativamente importante, e do turismo ter potencial de contribuir para uma distribuição mais equilibrada das atividades económicas e das oportunidades de emprego no território da União, conduziu a que o seu desenvolvimento sustentável se tornasse uma prioridade para as instituições da Comunidade Europeia e se passasse a promover o desenvolvimento das suas atividades na Europa. Neste contexto, a Agenda 21 Europeia para o turismo, enquanto estrutura comum, pode igualmente contribuir para a implementação de estratégias coerentes de turismo sustentável nos respetivos Estados Membros.

### **7.3 As residências (auto) construídas pelos emigrantes portugueses como uma manifestação da sua identidade cultural e a possibilidade da sua exploração turística**

A discussão desenvolvida ao longo do capítulo 3 permitiu-nos identificar os fatores principais que têm condicionado a mobilidade da população em Portugal, bem como

constatar que o processo de residir em vários lugares ao mesmo tempo é uma expressão moderna da necessidade de ter uma identidade autêntica enraizada em algum lugar. Como consequência, o debate em torno da identidade tem aumentando a sua intensidade a partir do aparecimento do fenómeno da globalização. É argumentado pelos especialistas desta área que, a origem deste conceito encontra-se com frequência vinculado a um território. O caso das comunidades portuguesas, radicadas nos vários países de emigração, em particular os emigrantes com idade mais avançada, constitui um exemplo na medida em que se associaram com o intuito de manterem a sua identidade e as associações ou coletividades, constituídas na base da nacionalidade e/ou por indivíduos oriundos da mesma região (de origem), foram uma das estratégias procuradas de o fazer. Estas associações trabalham para manter a sua diferença cultural, face à cultura dos locais de acolhimento, e constituem-se como promotor de contactos com a cultura local.

Em relação aos emigrantes o conceito de identidade transcende as fronteiras e as suas experiências fornecem um contexto dinâmico para esse estudo, pelo facto de frequentemente serem forçados a assimilar uma cultura dominante nacional, podendo a sua identidade tornar-se híbrida. Este motivo, e por ser possível aderir a práticas transnacionais sem pôr em causa a pertença a um lugar-nação, justificaram a análise de um conjunto de estudos de caso selecionados. A seleção dos estudos de caso teve em consideração, por um lado, os principais países de emigração portuguesa a partir dos anos sessenta e, sobretudo, por outro lado um grupo de variáveis cuja influência se pretendeu analisar no sentido de identidade dos emigrantes portugueses. Os resultados evidenciam a forte possibilidade de uma identidade cultural entre os emigrantes portugueses, que se reflete no seu sentido de pertença a um grupo social com o qual se partilham traços culturais, como costumes, valores e crenças.

Neste sentido, concluímos que a generalidade dos emigrantes portugueses evidencia que a emigração não influenciou o seu sentido de identidade e considera a sua cultura como portuguesa, sobretudo, os que têm mais idade, são trabalhadores qualificados/especializados e não ativos/domésticas, possuem apenas a escola primária e o 9º ano de escolaridade, e residem em áreas urbanas no país de emigração. Não obstante, os fatores que na perspetiva da minoria dos emigrantes mais justificam que tenham uma

cultura diferente da portuguesa (ou dos que se manifestam indecisos e não sabem ou não respondem) foram igualmente analisados nesta tese e estão, principalmente, relacionados com a sua adaptação ao país de acolhimento e o pouco contacto com a cultura portuguesa. A identidade cultural pode expressar-se em muitos símbolos, materiais ou imateriais, e a incerteza sobre o que constitui património decorre também da sua relação com a identidade num mundo em constante mudança.

O facto de a residência representar o centro geográfico da construção da identidade não significa, porém, que seja necessariamente o local onde se resida fisicamente (ou legalmente). Neste âmbito, concluímos que embora a generalidade dos emigrantes portugueses não tenha residência construída de raiz, antes de julho de 2009, em Portugal a maioria dos que refere ter considera que essa é a sua verdadeira casa, bem como uma representação da sua cultura portuguesa. O que é considerado património cultural depende do que, para um determinado coletivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras. Neste contexto, constatámos que os emigrantes que confirmam a possibilidade da sua residência construída de raiz, em Portugal, vir a ser classificada como tal são também os mesmos que consideram que essa é a sua verdadeira casa e uma representação da cultura portuguesa.

A análise das legislações e dos seus princípios orientadores revela que a expressão património reporta-se atualmente a um leque de referentes extremamente alargado, que abrange bens de ordem excecional e ordinária, erudita e popular, material e imaterial, natural e cultural. Deste modo, as residências construídas de raiz pelos emigrantes portugueses, no seu concelho de origem, podem constituir um exemplo de que património cultural não é unicamente “histórico - artístico”, mas também “cultural”, valorizando de igual modo o culto e o popular. Embora de estilo mais exuberante, a casa do emigrante apresenta-se como uma manifestação recente da arquitetura popular e com variações tipológicas, segundo o espaço geográfico económico, distinguindo-se das casas dos outros trabalhadores com mobilidade residencial em Portugal, por uma maior tendência à justaposição de referências locais e importadas do estrangeiro. Os seus autores não são apenas aqueles que mantêm um vínculo tradicional com a agricultura, mas também fazem parte do operariado industrial, são um grupo subalterno que se reconhece como

comunidade particular que participa integral ou parcialmente na construção da sua residência, conserva a organização rural das casas da região, com horta, pomar e latadas nos lados e traseiras da casa, e recorre a materiais construtivos de outras regiões/países.

Ao reconhecer que a arquitetura popular não é imutável, estas casas surgem agora com características diferentes comparativamente à casa de origem, que são fruto da melhoria da condição económico-social e das especificidades dos emigrantes portugueses, que se repercutem nas transformações do seu próprio gosto. O desenvolvimento de competências estéticas e de estratégias de distinção no exterior destas residências, (auto) construídas de raiz pelos emigrantes portugueses, é facilitado pelo fraco peso das normas que regulamentaram a construção em Portugal até à publicação da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho. Isto permitiu canalizar preferencialmente os investimentos económicos e as competências estéticas para os espaços públicos e semipúblicos, a grande dimensão da residência e, ao nível da organização do espaço interior, a menor conformidade entre a casa construída (número e dimensão das divisões) e a apropriação realizada em Portugal.

O facto das experiências de desenvolvimento “rural” baseadas na valorização da identidade cultural serem cada vez mais frequentes e difundidas, sobretudo na Europa, por ser geradora de emprego (direto, indireto e induzido), bem como catalisadora de outras atividades, como o turismo, argumentamos que as residências (auto) construídas de raiz pelos emigrantes portugueses, nos seus concelhos de origem, e com potencial valor patrimonial cultural integrem as estratégias de desenvolvimento local e regional. Desta forma, as regiões mais carenciadas, que são os concelhos com menor índice de centralidade, poderão desenvolver sinergias entre a cultura e o turismo no intuito de aumentar a sua atração como lugares para visitar, investir e viver tornando-se mais competitivas. À exceção de dois períodos de estagnação (o início da década de 1980 e de 1990), partir de 1970 o interesse dos operadores turísticos na organização do pacote turístico e nas oportunidades de parcerias com as facilidades e organizações culturais, tem aumentado, sobretudo, pelo perfil demográfico, socioeconómico e comportamental dos turistas que procuram as atrações culturais. No entanto, concluímos ainda que um sentido genérico o turismo pode ser entendido como um ato e uma prática cultural, pelo que falar em “turismo cultural” é uma reiteração, pois dificilmente existiria turismo sem cultura.

Destacamos também que o perfil do turista que persegue os atrativos dos espaços rurais revela que é um mercado maioritariamente urbano, constituído por estratos socioprofissionais de classe média/alta, com bons níveis de formação académica, manifesta interesse pela preservação patrimonial e ambiental, valorização dos produtos genuínos (como a gastronomia tradicional e o artesanato) e pela prática de atividades de contacto com a natureza. Assim, algumas daquelas residências, com potencial valor patrimonial cultural, bem como as outras residências dos emigrantes portugueses estabelecidas no seu concelho de origem, poderão ser aproveitadas e adaptadas para fins de alojamento turístico em zonas rurais. Neste âmbito, concluímos que os benefícios financeiros, tais como a isenção de Imposto Sobre Imóveis, são fatores capazes de motivar os emigrantes da “nova geração” a alugar a sua propriedade. Concluímos ainda que são, sobretudo, os emigrantes com idades entre 29-39 anos que mais referem ter residência própria, no concelho de origem, com potencial valor patrimonial cultural, bem como considerar alugar quartos a turistas nessa residência, ou seja, os mesmos que gostariam de regressar, investir e ter um emprego no setor do turismo, em Portugal, bem como dispõem de capital suficiente para aí investirem. Este será o próximo tema da discussão das conclusões da investigação.

#### **7.4 O papel do setor do turismo, impulsionado pelo regresso dos emigrantes portugueses, no desenvolvimento económico das áreas “rurais”, em Portugal e nos restantes países do Sul da Europa**

Reconhecendo que a inovação externa é frequentemente um fator decisivo no início de um ciclo de desenvolvimento concluímos, nesta tese, que o movimento emigração-regresso em Portugal, salvo na sua fase inicial (a partida), apresenta várias potencialidades em termos de desenvolvimento local, uma vez que os emigrantes dirigem-se preferencialmente para as regiões de origem, que são as áreas “rurais” mais carenciadas, e podem trazer formação, experiência laboral, capital financeiro e social, obtidos durante a experiência da emigração. Sendo fundamental identificar e conhecer essas áreas, no sentido de as mobilizar para o desenvolvimento “rural” sustentável, a análise desenvolvida no capítulo 2 permitiu concluir que os concelhos com menos índice de centralidade em Portugal são as áreas “rurais” mais carenciadas em Portugal e os concelhos de origem dos emigrantes



portugueses. Assim, considerando que os emigrantes são agentes de desenvolvimento dos países/regiões de origem argumentamos para que se facilite a sua participação em projetos de desenvolvimento que estimulem a economia dos locais de origem, com o intuito da sua fixação.

No entanto, os estudos que se debruçaram sobre os emigrantes regressados em Portugal, e nos restantes países do Sul da Europa, evidenciam que a aplicação das suas poupanças recai quase sempre em bens de consumo (alimentação e vestuário) e na construção ou compra de residência (objetivo a que aspira a maioria dos emigrantes). A maioria dos negócios dos emigrantes regressados a Portugal é constituída por empresas tradicionais cuja existência está ligada ao prestígio da independência e não ao racional económico, nomeadamente a criação, em pequena escala, de empresas ligadas ao setor dos serviços, em particular lojas e bares. Deste modo, concluímos que, embora o emigrante tenha sido agente de poupança não o foi tanto de investimento devendo, sobretudo, à falta de uma política de emigração que cuidasse da sua valorização humana e profissional, de uma política de regresso que informasse sobre as alternativas de reinserção socioeconómica local e de uma política de desenvolvimento regional que as estimulasse.

No sentido de perceber as estratégias de mobilidade dos emigrantes, a partir de meados de 50 até à atualidade, com vista ao seu regresso, a revisão de literatura permitiu verificar que a mobilidade da população tem sido condicionada por condições locais e de atração nas áreas “rurais”, onde as oportunidades de emprego e de rendimento constituem-se como condição mínima e não a motivação principal para o regresso, uma vez que é a ligação à família e ao lugar (ou estilo de vida rural) que se constituem como fatores de atração. Os resultados obtidos neste estudo confirmam igualmente esta análise, na medida em que na perspetiva dos emigrantes portugueses, da metade mais jovem da idade ativa, que gostariam de regressar a Portugal os fatores mais importantes para essa tomada de decisão são, sobretudo, as oportunidades de emprego e de rendimento, bem como a ligação que têm à família.

Ao reconhecer que as oportunidades de emprego e de rendimento, bem como a ineficiente rede de ligações aos principais centros urbanos estão entre as principais dificuldades da

economia do mundo “rural”, argumentamos também que as pequenas e médias empresas apresentam-se com potencial para criar emprego, gerar crescimento, atrair outras empresas, facilitar a transferência de saberes e tecnologias, dinamizar a atividade e iniciativas inovadoras, bem como constituírem-se como fator de coesão económica e social, de integração e dinamização do mercado de trabalho. Foi neste contexto que destacámos igualmente a relação positiva entre a acessibilidade local e externa ao Produto Regional Bruto (ou acessibilidade aos mercados) com a entrada e saída de novas empresas no setor dos serviços e a sua relação negativa com os setores primário e secundário.

Neste sentido, a promoção do setor das pequenas empresas tem vindo a ganhar crescente atenção nos países e áreas “rurais” da União Europeia destacando-se, por isso, a sua importância nas políticas europeias das áreas “rurais”, bem como o seu desenvolvimento através de grupos de países (do sul/do norte/em transição) e por tipos de áreas rurais e de empresas. Neste âmbito, os países do Sul da Europa têm posições semelhantes (mas não idênticas) no sistema económico mundial, uma vez que experienciaram mudanças económicas, políticas e sociais significativas que conduziram à transformação das suas estruturas socioeconómicas. Tal como em Portugal, os emigrantes do Sul da Europa também mantêm fortes ligações com a terra de origem e reúnem um conjunto de características migratórias e de fatores explicativos que geraram tendências migratórias quase paralelas. O facto dos países do Sul da Europa se destacarem entre os países da União Europeia com maior número de pequenas explorações (menos de 5 hectares), onde os emigrantes regressados ao país de origem revelam maior tendência para se integrarem em profissões no setor dos serviços, leva-nos a argumentar também que o regresso dos emigrantes do Sul da Europa aos seus locais de origem pode igualmente contribuir para o desenvolvimento “rural”.

Neste contexto, o setor do turismo apresenta potencialidades capazes de transformar a economia e a sociedade, com vista ao desenvolvimento “rural” justificando, assim, a avaliação do impacto do regresso dos emigrantes no seu desenvolvimento nos concelhos com menor índice de centralidade, em Portugal. Os espaços rurais albergam atrativos capazes de motivar a deslocação de pessoas, por motivos de recreio ou de lazer e o turismo, sob certas condições, poderá constituir-se um motor da atividade económica em

geral, ajudando à redução das assimetrias de desenvolvimento existentes, e uma oportunidade para revitalizar os territórios, melhorar a qualidade de vida das populações e valorizar os seus recursos mais relevantes, nomeadamente o património (natural e cultural). A evidência empírica revela que a despesa turística cria mais emprego e rendimento do que qualquer outro setor da economia, bem como gera e mantém emprego em outros setores da economia que apoiam ou fornecem os visitantes e as empresas turísticas. Vários estudos realizados em países em vias de desenvolvimento e em áreas “rurais” testemunham esta conclusão.

Não obstante, concluímos também que existe um conjunto de variáveis que influenciam a magnitude do multiplicador turístico e explicam os efeitos modestos do turismo em algumas áreas “rurais”. Para além disso, nenhum setor, isoladamente, deve ser visto como solução para os problemas económicos do mundo “rural”, uma vez que todos têm o seu contributo a dar e nem todas as localidades “rurais”, que carecem de oportunidades de emprego e de rendimento, são candidatas para promover o turismo como uma estratégia de desenvolvimento económico. Deste modo, desde que existam recursos nestas áreas capazes de motivar a deslocação de pessoas o turismo pode ser uma componente de um programa de desenvolvimento “rural” mais amplo, sendo fundamental uma colaboração entre o setor público, o setor privado, as comunidades e a sociedade civil para garantir que os objetivos da política de investimento no turismo sejam alcançados.

O facto de se identificar que a escassez de capital inicial e de *know-how* técnico constituem uma barreira ao empreendedorismo nas áreas “rurais” em Portugal, concluímos que a criação de PME's poderá ser um dos contributos dos emigrantes portugueses para o desenvolvimento económico e aumento da competitividade e produtividade do tecido empresarial local e nacional. Neste âmbito, os resultados obtidos neste estudo permitiram identificar o perfil dos emigrantes portugueses com maior propensão para regressar, investir e ter um emprego na área do turismo em Portugal, bem como mais dispõem de capital suficiente para aí investirem num negócio. O emprego no setor do turismo para estes emigrantes, com 29-39 anos de idade, depende, sobretudo, da sua influência nas decisões da comunidade, da existência de infraestruturas de lazer/recreio no local e da necessidade de segurança. Na sua perspetiva, o emprego no setor do turismo seria

igualmente uma alternativa às ocupações tradicionais em Portugal (como por exemplo na agricultura e indústria), principalmente, porque teriam benefícios diretos e indiretos com o turismo e poderiam combinar o trabalho não pago (doméstico e outro) com o trabalho pago.

Concluímos também que a generalidade destes emigrantes portugueses tem poucos (novos) conhecimentos (curso, formação e/ou experiência profissional) na área da hotelaria e/ou turismo e que são, sobretudo, os emigrantes com residência própria num concelho com menor índice de centralidade, em Portugal, que mais registam conhecimentos nestas áreas, obtidos durante a emigração, nomeadamente curso, formação e, principalmente, experiência profissional. Os fatores que, na sua perspetiva, assumem maior relevo para que regressem ao local de origem são, por ordem de importância, regressarem com o/s filho/s, terem um estilo de vida “rural” (de origem) e exercerem uma atividade remunerada, por conta própria, no setor do turismo. A existência de infraestruturas no local de origem é ainda outro fator, entre os mais mencionados, destacando-se igualmente a necessidade de um maior nível de desenvolvimento no local. A disponibilidade de residência própria, num concelho com menor índice de centralidade, poderá contribuir igualmente para influenciar de forma positiva o seu processo de *reintegração* em Portugal.

A maioria dos estudos publicados sobre as perceções dos residentes em relação ao desenvolvimento do turismo revela que são positivas, sobretudo, pelo facto de reconhecerem os seus benefícios económicos, socioculturais e ambientais. No entanto, verificámos que a opinião recorrente da maioria dos investigadores sobre os resultados do turismo em espaço rural em Portugal é a de que se trata de uma atividade muito seletiva, na ótica dos atores envolvidos e dos benefícios que é capaz de gerar, não respondendo de forma abrangente aos anseios da maioria da população “rural”. Neste sentido, argumentamos nesta tese que os emigrantes portugueses (da metade mais jovem em idade ativa) sejam os promotores do desenvolvimento do turismo nos concelhos com menor índice de centralidade, no sentido de garantir que os impactes produzidos possam resultar na melhoria da qualidade de vida dos locais.

Ao considerarmos ainda que os emigrantes portugueses com maior propensão para regressar, investir e ter um emprego no setor do turismo, em Portugal, bem como com capital para investir num negócio, são os que possuem residência própria num concelho com menor índice de centralidade podemos garantir uma maior disseminação dos benefícios do turismo na economia e na sociedade, contribuindo para a convergência económica e bem-estar entre as regiões de Portugal e Europeias, com vista ao desenvolvimento sustentável. Face aos argumentos apresentados nesta secção, podemos concluir que há um segmento de emigrantes portugueses que pode contribuir para o desenvolvimento do turismo nos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal e nos restantes países do Sul da Europa. No entanto, reforçamos, que há um conjunto de variáveis que influencia a magnitude do multiplicador das despesas turísticas nos destinos e que quanto mais se demonstrarem os benefícios que os residentes recebem do turismo, maior será o seu apoio e envolvimento. Deste modo, o turismo constitui-se como uma alavanca para o desenvolvimento do espaço “rural” e o regresso dos emigrantes, aos locais de origem, pode contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

### **7.5 A importância do regime de flexibilidade laboral para o aumento do emprego, do rendimento e da formação dos recursos humanos na área do turismo em Portugal**

A visão positiva sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento económico tem vindo a ser defendida no âmbito académico, enquanto o tipo de emprego que gera tem sido igualmente criticado, sobretudo, devido à sazonalidade do setor. Neste âmbito, ao longo do capítulo 4 discutimos algumas estratégias que permitem atenuar a sazonalidade, como a gestão de diferentes segmentos de mercado ao longo do ano, entre os quais destacámos o turismo doméstico e as visitas a familiares e amigos, enquanto oportunidades a serem exploradas pelas áreas “rurais” na época baixa ou intermédia. Concluimos, que as estratégias mais adequadas são aquelas que tentam viver com o fenómeno de forma sustentável, ou seja, um grau mínimo de procura que permita a manutenção, da pequena escala, da estabilidade e rentabilidade das empresas. No entanto, qualquer política para atenuar a sazonalidade do emprego em indústrias como a turística pode acentuar o problema do desemprego.

O problema da sazonalidade e do desemprego não afeta apenas a indústria turística, mas também todos os diferentes setores da economia e, nesse sentido, defendemos nesta tese que a procura de soluções deve considerar uma perspetiva global para que os resultados se dispersem pelas várias indústrias e se alcancem elevados níveis de sinergia. Assim sendo, existe a possibilidade de desenvolver um turismo sazonal sustentável se o destino for capaz de encaixar diferentes tipos de turismo nos padrões sazonais de outras atividades produtivas. A análise das opiniões dos emigrantes portugueses sustenta esta posição, considerando que nas épocas com pouca procura turística gostariam de continuar a trabalhar, em vez de usufruírem de um apoio do Estado, sobretudo, porque poderiam conciliar a atividade turística com outra atividade económica. Neste âmbito, à semelhança de outros investigadores, defendemos também que a flexibilidade laboral será parte da solução para os problemas de emprego, económicos e até sociais na Europa.

A excessiva fragmentação da propriedade é uma importante limitação ao desenvolvimento da agricultura nacional e a articulação deste setor de atividade económica com o turismo em espaço rural apresenta-se não só como uma oportunidade de diversificação da economia, mas também como estratégia de elevação do rendimento dos agregados familiares rurais. Assim, nas grandes propriedades, que não apresentam problemas em manter sua estrutura produtiva, o turismo poderá funcionar apenas como um complemento do rendimento, enquanto nas explorações que não são competitivas o turismo poderá vir a tornar-se na principal (ou até mesmo única) atividade desenvolvida onde a agricultura, fundamentalmente para autoconsumo, poderá funcionar como atividade complementar, fornecendo um suplemento substancial para o rendimento.

Na perspetiva dos emigrantes portugueses com maior propensão para regressar, investir e ter um emprego no setor do turismo, em Portugal, e com capital para investir num negócio, a prática da agricultura para autoconsumo nos seus locais de origem justifica-se, porque geralmente utilizam técnicas simples, não empregam inseticidas e possuem outras terras de cultivo dispersas no local de origem. Para além disso, gostariam de controlar o seu próprio horário de trabalho em Portugal, não só porque iriam pretender praticar agricultura, fundamentalmente, para autoconsumo, mas também ter um estilo de vida rural (de origem) e exercer uma profissão na área do turismo. O facto de estes emigrantes terem residência

própria num concelho com menor índice de centralidade, a grande maioria com horta, pomar e latadas nos lados e traseiras da casa, e/ou outras terras de cultivo dispersas pela aldeia poderá, em parte, explicar a sua resposta.

Concluímos também que os contratos de flexibilidade laboral irão permitir melhorar a qualidade do recrutamento, retenção e fidelidade dos recursos humanos, bem como reduzir os custos associados com o seu recrutamento e a formação. Esta posição encontra suporte por um lado, pela falta de qualificação na área do turismo em Portugal afetar a qualidade dos serviços prestados, a eficiência do negócio e justificar os baixos salários que são pagos e por outro lado, na recetividade ao regime de flexibilidade laboral dos próprios emigrantes portugueses com mais formação nesta área e que mais podem contribuir para o seu desenvolvimento nos concelhos com menor índice de centralidade. Contudo, qualquer solução possível para reduzir a falta de formação e qualificação dos recursos humanos, no âmbito do setor turístico, terá igualmente de ser parte de uma estratégia nacional para a formação e desenvolvimento de recursos humanos, no sentido de fornecer serviços com elevados níveis de qualidade.

#### **7.6 O contributo do regresso da “nova geração” de emigrantes e das residências (auto) construídas de raiz para a reorganização familiar e a melhoria da relação homem-mulher nos locais de origem**

O reconhecimento da importância do regime de flexibilidade laboral para o desenvolvimento do turismo nos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal levou-nos a constatar que as mulheres são o seu maior segmento de trabalho pelo facto de uma elevada proporção trabalhar em regime *part-time*. No entanto, comparativamente aos países da Europa Ocidental, nos países do Sul da Europa as mulheres registam as mais elevadas taxas de desemprego, mesmo as que têm formação superior, e os seus salários mensais situam-se entre os mais baixos. Este cenário é igualmente visível nos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal em relação aos concelhos com maior índice de centralidade. Concluímos, que isto acontece, sobretudo, para poderem tomar conta de crianças ou de idosos implicando desigualdades do género relativamente à qualidade e

segurança do emprego. Assim, no sentido de conseguir-se uma distribuição mais equitativa entre o homem e a mulher no mercado de trabalho argumentamos que é necessário repensar o próprio conceito de trabalho. Neste âmbito, o turismo apresenta-se como uma alternativa para a melhoria da inserção da mão de obra feminina, em particular nos países em vias de desenvolvimento e áreas “rurais”, já que as mulheres conseguem conciliar as atividades reprodutivas com as atividades produtivas o que ocasiona a sua autonomia financeira.

No entanto, numerosos estudos sobre o turismo concluem que os homens e as mulheres não beneficiam de igual modo do desenvolvimento do turismo nas suas comunidades. Neste sentido, através da análise de um conjunto de estudos de caso, concluímos que a família é um ponto de partida para qualquer grande mudança no estatuto da mulher devendo-se, por isso, não apenas aumentar o seu estatuto, rendimento e direitos no local de trabalho mas, sobretudo, apoiar iniciativas que procurem melhorar a sua posição no contexto da habitação e da sociedade em geral. Embora o turismo não traga nenhuma transformação fundamental nas definições do género e raça, bem como na estrutura laboral, permite um contexto internacional no qual existe espaço para a mudança. De acordo com a revisão de literatura, a transformação do género dos papéis dos emigrantes constitui uma inovação cultural na sequência de mudanças estruturais das sociedades, nomeadamente de acolhimento, e as condições objetivas das suas residências (auto) construídas de raiz nos locais de origem, dispondo de bastante espaço doméstico disponível, bem como ainda a sua instalação com carácter definitivo no interior dessa residência, são fatores determinantes para que as mulheres reivindiquem o lugar social que desejam assumir no interior da habitação nesses locais.

Com este estudo, concluímos que a instalação com carácter definitivo dos emigrantes do género feminino, que vivem com companheiro/a ou cônjuge no país de acolhimento e desempenham 60% das tarefas ou mais, sobretudo, porque tem mais disponibilidade e jeito/gosto, na residência construída de raiz em Portugal, aliada à maior dimensão das suas áreas irão contribuir para que assumam o lugar social que desejam no interior da habitação e, conseqüentemente, no emprego e na sociedade em geral. A eventual exploração turística da sua residência em Portugal contribui também para aumentar o seu rendimento no local



de trabalho, remunerar o trabalho doméstico e melhorar a sua posição na sociedade em geral. Neste âmbito, entre os emigrantes com maior propensão para regressar, investir e ter um emprego no setor do turismo, em Portugal, e com mais capital para investir, os que registam idades compreendidas entre 29-39 anos e com residência própria num concelho com menor índice de centralidade são os que mais gostariam de investir em serviços de residência secundária por conta própria em Portugal.

### 7.7 Limitações da investigação

Esta secção pretende dar a conhecer as razões que contribuíram para o facto de em alguns momentos a investigação não ter funcionado totalmente como se previu. Em primeiro lugar, refere-se que o facto da maioria das associações de emigrantes não dispor de um *Web site* ou *blog* e de o *link* do questionário ser demasiado extenso e de memorização impossível, muito provavelmente conduziu a algum desânimo na sua divulgação por parte dessas associações (ver capítulo 6). A plataforma que os serviços de tecnologias de informação e comunicação da Universidade de Aveiro utilizam para criar um questionário digital é a *limesurvey* (<http://www.limesurvey.org/>). Esta plataforma *opensource* permite a qualquer pessoa ou instituição criar os seus questionários. Estes, podem ser criados *on-line* (com algumas limitações) ou ter um servidor próprio, como no caso da Universidade de Aveiro, com o *software* sem qualquer limitação. Sendo uma plataforma já pré-elaborada tem um comportamento específico para a criação dos questionários e respetivos endereços. Deste modo, segundo informação obtida junto dos serviços de tecnologias de informação e comunicação da Universidade de Aveiro, o facto de os endereços eletrónicos serem complexos é algo que advém do funcionamento da plataforma e que não é passível de ser alterado, uma vez que são gerados automaticamente aquando da disponibilização do questionário.

Em segundo lugar, apesar da comunidade de portugueses na China ser significativamente menor, comparativamente com os emigrantes portugueses radicados em outros continentes, (ver capítulo 6) o facto de aí não existir *Facebook* conduziu à impossibilidade de divulgação da respetiva Página (do estudo) pelos consulados da China. No entanto, o

estudo e o questionário foram divulgados e administrados em duas publicações digitais dirigidas às comunidades portuguesas em Macau, nomeadamente no jornal digital “O Clarim” e na “Tribuna de Macau”, bem como divulgados pela RTP Internacional (ver capítulo 6). Relativamente à administração do questionário na internet e no *Facebook*, a gestão da percentagem de respostas através do *Google* poderia ter igualmente contribuído para aumentar o número de questionários preenchidos. No entanto, no capítulo 6 demonstrámos que a sua administração pelos próprios administradores das Páginas oficiais do *Facebook* dos cantores de música portuguesa foi o método que permitiu superar significativamente os resultados obtidos com os métodos da utilização da internet e a criação da Página no *Facebook*.

Em terceiro lugar, verificou-se que alguns emigrantes portugueses não responderam à pergunta 7 do questionário, sobre o concelho da residência que possuem em Portugal. No caso de terem mais do que uma residência, os inquiridos deveriam referir-se apenas à que possuem no concelho onde nasceram. A não consideração da possibilidade dos emigrantes terem a sua residência num concelho diferente daquele onde nasceram baseou-se nas mesmas razões que serviram de base para a definição da população-alvo deste estudo, e que iremos descrever de seguida. Contabilizou-se um valor residual de 43 casos de não-respostas (0,73%). Por último, em relação à definição da população-alvo deste estudo destaca-se igualmente o facto de ter implicado a naturalidade portuguesa dos emigrantes. Esta posição baseou-se, por um lado, no facto de existir evidência empírica de estudos anteriores reveladora de que os lusodescendentes apresentam maior lealdade para com o país de origem e servem-se da terra dos seus pais, apenas como “...local de recreio quer como suporte simbólico à sua identidade” (Leandro, 1995:227, citado por Gonçalves, 2007:437), havendo uma *dupla referência identitária*, mas nunca *dupla pertença* (Gonçalves, 2007:437). “Através da família, os lusodescendentes mantêm laços com o país de origem dos seus progenitores, podendo falar-se de uma *dupla referência*” (Schnapper, 1993:299-301, citado por Gonçalves, 2007:437).

Para além disso, os resultados da investigação de Jansson e Müller (2004) não só sugerem igualmente a fraqueza da ligação às origens ao longo das gerações, como também questionam o futuro das “segundas residências” que são legadas aos respetivos

descendentes e a sua intenção de as manter, porque os contatos atuais tendem a superar os contactos do passado (ver capítulo 2). Não descurando o contributo potencial que os emigrantes portugueses indiretos possam igualmente ter no desenvolvimento do turismo em Portugal, partimos do pressuposto que o desejo de regresso estava, de alguma forma, dependente da origem dos sujeitos. Neste âmbito, no capítulo 3 constatámos igualmente que a generalidade dos estudos realizados sobre o regresso dos emigrantes portugueses evidencia que cerca de 90% dizem ter regressado para a mesma freguesia onde viviam antes de emigrar (ver por exemplo Amaro, 1975; Cepeda, 1977; Ferrão, 1996; Gonçalves, 2007; Lewis e Williams, 1976; Lucas, 1997; Poinard, 1973b; Portela e Nobre, 2001; Rocha-Trindade, 1976; Rocha-Trindade, 1992; Serrão, 1975; Silva et al, 1974).

Assim sendo, ao tomar-se em consideração o objetivo geral da investigação que pressupõe o desenvolvimento do turismo nos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal, bem como a relação entre estes concelhos, o saldo migratório negativo, o menor número de população residente e a maior percentagem de residências de origem dos emigrantes portugueses (ver capítulo 2) conduziu igualmente a que população-alvo consistisse nos emigrantes portugueses diretos, no sentido de garantir que o regresso ocorra, sobretudo, para as áreas geográficas consideradas nesta investigação. No entanto, o facto de 330 luso-descendentes terem identificado a sua naturalidade pelo respetivo país de origem, valor superior às amostras consideradas em estudos semelhantes (ver por exemplo Gonçalves, 2007), permitiu considerar igualmente as suas opiniões na análise dos dados. Por outro lado, a população-alvo desta investigação não considera os migrantes internos. Neste caso, não deixando de reconhecer o contributo que o regresso destes migrantes possa igualmente ter no desenvolvimento do turismo nos concelhos com menor índice de centralidade em Portugal, tomou-se em consideração que no passado a emigração permitiu assegurar um afluxo de experiências profissionais e competências técnicas adquiridas no exterior que o êxodo “rural”, diretamente canalizado pelas migrações internas, nunca conseguiria garantir (ver Ferrão, 1996).

### 7.8 Contributo para a ciência e sugestão para investigações futuras

Esta última secção destina-se a ressaltar a contribuição deste estudo para o meio académico ou para o desenvolvimento da ciência. Em primeiro lugar, pretende-se destacar que os resultados obtidos na investigação apoiam a hipótese experimental e especificam a população para a qual a relação é significativa. Ou seja, com este estudo foi possível identificar o perfil dos emigrantes portugueses com maior propensão para regressar, investir e ter um emprego na área do turismo em Portugal, bem como com capital suficiente para aí investirem num negócio. Para além disso, o facto de nem todas as áreas, que carecem de oportunidades de emprego e de rendimento, serem candidatas para promover o turismo como estratégia para impulsionar o desenvolvimento sustentável, uma vez que são necessários recursos de qualidade capazes de motivar a deslocação de pessoas, este estudo contribuiu igualmente para a identificação de um potencial património cultural construído e com capacidade para atrair fluxos de visitantes a essas áreas. Neste âmbito, considerando-se ainda que o segmento de emigrantes portugueses que mais pode contribuir para o desenvolvimento do turismo em Portugal são os que possuem residência própria num concelho com menor índice de centralidade, os resultados deste estudo contribuem também para garantir a convergência económica e bem-estar entre as regiões de Portugal.

Em segundo lugar, pelas mesmas razões apresentadas no capítulo 6, destaca-se que esta investigação contribuiu para melhorar o estado da arte dos estudos que, a partir da segunda metade da década de oitenta, abordaram a problemática sobre o impacto do regresso dos emigrantes no desenvolvimento regional, em Portugal. Neste âmbito, concluímos que o turismo, sob certas condições, é o setor de atividade económica capaz de impulsionar o desenvolvimento regional e local, ajudando à redução das assimetrias de desenvolvimento existentes, e de melhorar a qualidade de vida das populações. O regresso dos emigrantes portugueses, sobretudo, com residência própria num concelho com menor índice de centralidade, será um dos mecanismos principais para a inovação e desenvolvimento sustentável do setor nestes locais.

Em terceiro lugar, o estudo contribui para aumentar a teoria sobre os conceitos de turismo, turismo residencial e de alojamento turístico, bem como ainda para melhorar a

compreensão do conceito de “rural”. Ao considerarem-se os resultados obtidos nesta tese foi possível concluir que a pernoita em alojamentos turísticos é o critério mais adequado para definir turismo (e o turismo residencial) e que o alojamento turístico implica gestão comercial e um alojamento que não seja a residência do hóspede. Assim sendo, e em quarto lugar, o estudo contribui também para aferir as despesas, a oferta e a procura de turismo em Portugal, permitindo, assim, comparar o desempenho económico do setor em vários países e melhorar o método estatístico necessário à concepção da Conta Satélite do Turismo. Por outro lado, a utilização do índice de centralidade dos centros urbanos para identificar os concelhos com menor capacidade de polarização permitiu identificar as áreas mais carenciadas em Portugal, que são os locais de origem dos emigrantes portugueses.

Em quinto lugar, julga-se ter contribuído igualmente para o desenvolvimento, avaliação, verificação e refinamento das metodologias de investigação em geral, e na área do turismo, pela adaptação de uma Página do *Facebook* ou Página de Negócios, que é destinada a um perfil de negócio, à investigação académica e, sobretudo, pela administração do questionário através dos próprios administradores das Páginas oficiais do *Facebook* de figuras públicas associadas à música portuguesa (popular, pop, *rock* e fado). Ao excluir-se 357 questionários válidos, obtidos pelo método da administração do questionário por correio, a utilização daquela metodologia permiti obter, no final, um suporte empírico de 4800 questionários preenchidos válidos.

Antes de concluir este relatório pretende-se mencionar algumas diretrizes para quem pretenda reabrir a questão do impacte da migração de regresso no desenvolvimento do turismo nas áreas mais carenciadas. Neste âmbito, destaca-se que, a análise das opiniões dos migrantes internos e dos imigrantes será um contributo igualmente valioso, em investigações futuras, para se estudar o desenvolvimento do turismo nos concelhos com menor índice de centralidade, em Portugal. Considerando que este setor tem as características de um sistema aberto (ver capítulo 1) a análise das opiniões dos emigrantes portugueses, enquanto potencial procura turística dos concelhos com menor índice de centralidade, em Portugal, seria igualmente outra forma de avaliar o seu contributo para o desenvolvimento do turismo nestes locais.

Por último, sugere-se ainda que se avalie igualmente o impacto do regresso dos emigrantes dos países do Sul da Europa, dado existir uma forte probabilidade de que possam igualmente contribuir para o desenvolvimento do turismo nas áreas mais carenciadas desses países. Por outro lado, reconhecendo também que a proximidade linguística influencia, significativamente, os fluxos migratórios e o investimento direto no estrangeiro, mas apenas moderadamente o comércio externo e os fluxos turísticos, bem como ainda a existência de um património cultural lusófono conduz à necessidade de mais investigação, no sentido de avaliar o impacto do desenvolvimento do turismo na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), impulsionado pela fixação dos emigrantes que falam a língua portuguesa, na promoção da concertação político-diplomática e cooperação entre os seus membros, bem como na materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

## Referências Bibliográficas

- Allen, L., Long, P., Perdue, R. and Kieselbach, S., 1988, The Impact of Tourism Development on Residents Perceptions, *Journal of Travel Research*, Vol. 27 (1), pp. 16-22.
- Allen, L., Hafer, H., Long, P. e Perdue, R., 1993, Rural Residents 'Attitudes Toward Recreation and Tourism Development, *Journal of Travel Research*, 31 (4), pp. 27-33.
- Almeida, J. e Pinto, J., 1995, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Editorial Presença, Lisboa, 5ª Edição.
- Almeida, C., 2009, *Aeroportos e Turismo Residencial - Do Conhecimento às Estratégias*, Tese de Doutoramento, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro.
- Althoff, C., 1985, *Os Jovens de Origem Portuguesa em Hamburgo e a sua Atitude Face a Portugal e à Cultura Portuguesa*, Secretaria de Estado da Emigração- Centro de Estudos, Porto.
- Alves, C., Fortuna, C. e Toralles, M., 2005, The Concept of Race in Public Health: Definitions, Controversies and Recommendations to Improve Its Use in Biomedical Research and Clinical Practice, *Gazeta Médica da Bahia*, Vol. 75 (1), Janeiro/Junho, pp. 92-115.
- Amante, M., 2006, Fronteira e Identidade Local: Estratégias para a Produção de Localismos na Zona Raiana, in Peralta, E. e Anico, M. (eds.), *Património e Identidades-Ficções Contemporâneas*, Celta Editora, Lisboa, pp. 85-92.
- Amaro, R., 1985, Reestruturas Demográficas, Económicas e Socioculturais em Curso na Sociedade Portuguesa: O Caso dos Emigrantes Regressados, *Análise Social*, Vol. XXI (87-88-89) (3º-4º-5º), pp. 605-677.
- Andereck, K. and Vogt, C., 2000, The Relationship between Residents' Attitudes toward Tourism and Tourism Development Options, *Journal of Travel Research*, pp. 39-27.
- Andreu, H., 2005, Un Acercamiento al Concepto de Turismo Residencial, in Mazón T. e Aledo, A. (eds.), *Turismo residencial y Cambio Social- Nuevas Perspectivas Teóricas y Empíricas*, pp. 55-70.
- Antunes, M., 1981, Migrações, Mobilidade Social e Identidade Cultural: Factos e Hipóteses sobre o Caso Português, *Análise Social*, Vol. XVII (65) (1º), pp. 17-27.
- Archer, B. e Fletcher, J., 2007, The Economic Impact of Tourism in the Seychelles, in Huybers, T., (eds.) *Tourism in Developing Countries*, Copyright, U.S.A, pp. 284-301.

Areia, M., 2006, Património: O Nosso, O Dos Outros e O De Todos. A Construção Social da Partilha Cultural, in Peralta, E. e Anico, M. (eds.), *Património e Identidades- Ficções Contemporâneas*, Celta Editora, Lisboa, pp. 35-42.

Arronson, L., 2004, Place Attachment of Vacation Residents: Between Tourists and Permanent Residents, in Hall, M. and Müller, D. (eds.), *Tourism, Mobilities and Second Homes- Between Elite Landscape and Common Ground*, Copyright, Great Britain, pp. 75-86.

Arroteia, J., 1983, *A emigração portuguesa - suas origens e distribuição*, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1ª edição.

Arroteia, J., 1985, *Atlas da Emigração Portuguesa*, Secretaria de Estado da Emigração-Centro de Estudos, Porto.

Arroteia, J., 1986, A Emigração Portuguesa: Caraterísticas e Perspetivas Recentes, *Povos e Culturas*, I, pp. 129-141.

Arroteia, J., 1998, Emigração- A Segunda Geração de Emigrantes: Perspetiva de Integração e de Mobilidade Social numa Comunidade Rural, *Cadernos de Património*, Museu do Casal de Monte Redondo, Monte Real.

Arroteia, J., 2001, As Comunidades Portuguesas no Mundo, *Janus*, pp. 136-137.

Arroteia, J., e Fiss, R., 2007, Traços da Comunidade Portuguesa em Pelotas, *População e Sociedade*, (14), pp. 171-191.

Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A., 2006, *Resorts Integrados e Turismo Residencial*

[<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/ProdutoseDestinos/Pages/ResortsIntegradosTurismoResidencial.aspx>] (Site Consultado a 20 de Dezembro de 2007).

Ashworth, J. and Thomas, B., 2007, Patterns of Seasonality in Employment in Tourism in the UK, *Applied Economics Letters*, Vol. 6 (11), pp. 735-739.

Asiedu, A., 2008, Participants' Characteristics and Economic Benefits of Visiting Friends and Relatives (VFR) Tourism - an International Survey of the Literature with Implications for Ghana, *Tourism Research*, (10), pp. 609-621.

Assis, L., 2009, Segundas Residencias y Multiterritorialidad en el Nordeste Brasileño: El Aumento Del Turismo Residencial, in Mazón et al (eds.), *Turismo, Urbanización y Estilos de Vida- Las Nuevas Formas de Movilidad Residencial*, Icaria, Barcelona, pp. 175-192.

Avillez, F. e Monke, E., 1998, Small Firms in Northern and Central Portugal, in Monke, E., Avillez, F. e Pearson, S. (eds.), *Small Farm Agriculture in Southern Europe. CAP Reform and Structural Change*, Ashgate Publishing Ltd., England, pp.1-6.



Bachleitner, R. and Zins, A., 1999, Cultural Tourism in Rural Communities: The Residents' Perspective, *Journal of Business Research*, Vol. 44 (3), March, pp. 199-209.

Baganha, M., 1994, As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX e o seu Impacte na Economia Nacional, *Análise Social*, Vol. XXIX (128) (4º), pp. 959-980.

Baganha, M. e Góis, P., 1999, Migrações Internacionais de e para Portugal: O Que Sabemos e para Onde Vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (52/53), Novembro 1998/ Fevereiro 1999, pp. 229-280.

Baptista, F., 2006, O Rural depois da Agricultura, in Cavaco, C. (eds.) *Desenvolvimento e Território- Espaços "Rurais" Pós-agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*, Centro de estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 85-106.

Barajas, A., 2009, Do Workers' Remittances Promote Economic Growth?, IMF, (eds.), Working Paper 09/153, *International Monetary Fund*, Washington.

Barbier, B., 1965, Méthodes D'Étude des Residences Secondaires- L'exemple des Basses-Alpes, *Méditerranée*, Abril-Junho (2), pp.89-111.

Barbosa, F., 2005, O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional, *Caminhos de Geografia*, Vol. 10 (14), pp. 107-114.

Barbosa, C., 2007, *Segunda Residência: Diversidade, Funcionalidade e o Ordenamento do Território- Caso de Estudo: Freguesia do Castelo- Sesimbra*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Barreto, A. e Mónica, M., 1999, *Dicionário de História de Portugal- Suplemento A/E*, Vol. VII, Copyright, Lisboa.

Batista, M., 2005, Memória e Identidade: Aspetos Relevantes para o Desenvolvimento do Turismo Cultural, *Caderno Virtual de Turismo*, Vol. 5 (3), pp. 27-33.

Batista, F., 2006, O Rural depois da Agricultura, Cavaco, Fonseca, L. (coord.), *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp.85-106.

Baum, T. e Hagen, L., 1999, Responses to Seasonality: the Experiences of Peripheral Destinations, *International Journal of Tourism Research*, (1), pp. 299-312.

Becic, E. and Crnjar, K., 2009, Trends on the Tourism Labour Market, *Tourism and Hospitality Management*, Vol. 15 (2), pp. 205-216.

Bell, J., 1993, *Como realizar um Projeto de Investigação- Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*, Gradiva- Publicações, Lda., Lisboa.

Bell, M. and Ward, G., 2000, Comparing Temporary Mobility with Permanent Migration, *Tourism Geographies*, Vol. 2 (1), pp. 97-107.

Bell, J., 2010, *Doing your research Project- a guide for first-time researchers in education, health and social science*, McGraw-Hill Companies, U.S.A., Fifth Edition.

Bergstrom, J., Cordell, K., Ashley, G. e Watson, A., 1990, Economic Impacts of Recreational Spending on Rural Areas: A Case Study, *Economic Development Quarterly*, Vol. 4 (1), pp. 29-39.

Beritelli, P., Engeler, I., Laesser, C. e Weinert, R., 2008, Estimating Renting Behavior of Second Home Owners- The Case of Swiss Alpine Destinations, in McIntyre, N. et al (eds.): *Multiple Dwelling and Tourism- Negotiating Place, Home and Identity*, UK, CAB International, pp. 301-312.

Beswick, J., 2005, The Portuguese Diaspora in Jersey, [<http://www.ruc.dk/cuid/publikationer/publikationer/mobility/mobility2/Beswick>] (Site Consultado a 02 de Janeiro de 2010).

Bieger, T., Beritelli, P. e Weinert, R., 2007, Understanding second home owners who do not rent-Insights on the proprietors of self-catered accommodation, *International Journal of Hospitality Management (Special Issue on Self-Catering Accommodations)*, Vol. 26, (2), pp. 263-276.

Black, R., King, R. e Tiemoko, R., 2003, *Migration, Return and Small Enterprise Development in Ghana: A Route out of Poverty?* [<http://www.geog.sussex.ac.uk/scmr/research/transrede/workshop/IWMP2.pdf>] (Site Consultado a 14 de Maio de 2009).

Bonilla, J. and Bonilla, L., 2006, La Concentración Estacional en las Regiones Españolas desde una Perspectiva de la Oferta Turística, *Revista de Estudios Regionales*, (77), pp. 77-104.

Borjas, G., 1999, *The economic analysis of immigration*, Copyright, Harvard.

Bosworth, G., 2006, Counterurbanisation and Job Creation: Entrepreneurial In-Migration and Rural Economic Development, (eds.), Paper Series, Nº 4, *Centre for Rural Economy Discussion*.

Boyles, C. and Shibata, A., 2009, Job Satisfaction, Work Time, and Well-Being among Married Women in Japan, *Feminist Economics* 15 (1), pp. 57-84.

Brida, J., Pereyra, J., e Devesa, M., 2008, *Evaluating the Contribution of Tourism on Economic Growth*, [[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1084466](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1084466)] (Site Consultado a 04-07-09).

Brito, R., 1994, *Portugal Perfil Geográfico*, Copyright: Editorial Estampa, Lisboa.

Brito, J., 2006, Patrimónios e Identidades: A Dificil Construção do Presente, in Peralta, E. e Anico, M. (eds.), *Património e Identidades- Ficções Contemporâneas*, Celta Editora, Lisboa, pp. 43-54.

Brohman, J, 1996, New Directions in Tourism for Third World Development, Huybers, *Annals of Tourism Research*, 23 (1), pp. 48-70.

Brunt, P., 1997, *Market research in Travel and Tourism*, Butterworth-Heinemann, Great Britain.

Bryden, J. and Bollman, R., 2000, Rural Employment in Industrialized Countries, *Agricultural Economics*, Vol. 22 (2), pp.185-97.

Burgess, R., 1997, *A Pesquisa de Terreno- Uma introdução*, Celta Editora, Oeiras.

Butler, R., 1998, Seasonality in Tourism: Issues and Implications, *Tourism Review*, Vol. 53 (3), pp.18-24.

Caldeira, M., 1995, *Residência Secundária na Área Metropolitana de Lisboa- Outros Espaços Outras Vivências*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Campos, S. and Siqueira, M., 2006, Brazilian and Immigrant Families in Sao Paulo City: Education and Work, *Journal of Comparative Family Studies*, Vol. 37 (4), Autumn, pp. 539-561.

Capucho, J. e Francisco, J.P., 2010, Cultura, Competitividade Territorial e Desenvolvimento Sustentável: Algumas Considerações sobre o Caso do Vale do Côa, *IV Congresso de Estudos Rurais- Turismo, Património e Desenvolvimento Rural*, 4-6 de Fevereiro, Universidade de Aveiro, pp. 232-248.

Carlsson, B. and Karlsson, C., 1999, *Entrepreneurship, Small and Medium-Sized Enterprises and the Macro economy*, [<http://www.cambridge.org/aus/catalogue/catalogue.asp?isbn=9780521621052>] (Site Consultado a 03 de Março de 2009).

Carvalho, J., 2007, *Fronteiras de Etnicidade - Filhos de Emigrantes como Audiências Mediáticas*, Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior - Departamento de Ciências da Comunicação.

Carvalho, P., 2003, *Património e (Re)descoberta dos Territórios Rurais*, [<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/viewArticle/4179>] (Site Consultado a 10 de Maio de 2010).

Carvalho, P., 2006, Residência Secundária, Patrimonialização e Construção de Novas Ruralidades, *VI Coloquio Ibérico de Estudios Rurales*, 23-24 de Fevereiro, UNIA Sede Iberoamericana de Santa María de La Rábida, Huelva.

Carvalho, M., 2008, *Turismo e Questão do Género - O Papel da Mulher no Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil*, Trabalho Apresentado ao Centro de Excelência em Turismo, como requisito inicial à obtenção de Especialista em Turismo e Desenvolvimento Económico, Universidade de Brasília.

Carvalho, P. e Correia, J., 2008, Turismo, Património(s) e Desenvolvimento Rural: A Perceção Local da Mudança, *Colóquio Ibérico de Estudos Rurales- Cultura, Innovación y Territorio*, Outubro 23-25, Coimbra.

Carvalho, J., 2009, *Metodologia do Trabalho Científico- “Saber-Fazer” da Investigação para Dissertações e Teses*, Escolar Editora, Lisboa.

Caspari, A., 1985, The Return Orientation among Portuguese Migrants in France, in Ferreira, E. et al (eds.), *Conflict and Change in Portugal 1974-1984*, III International Meeting On Modern Portugal, Durham, New Hampshire, pp. 193-201.

Castro, A., 1998, *O Gosto na Arquitetura Popular - Casas de Emigrantes de Dupla Residência França- Portugal*, Tese de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Cavaco, C., 1981, A Pequena Agricultura de Complemento na Periferia de Lisboa, *Seminário Internacional sobre as Agriculturas da Europa Mediterrânea: os Homens e o Trabalho*, Centro de estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Cavaco, C., 1999, O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal, in Cavaco, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG, pp. 281 - 292.

Cavaco, C., 2003a, Habitares dos Espaços Rurais, *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, 1 série, XIX, pp. 47-64.

Cavaco, C., 2003b, Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos, in Simões, O. e Cristovão, A., (Org.) *TER. Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra, Ed. IPC, pp. 25-38.

Cavaco, C., 2006a, Residências Secundárias e Escolhas dos Espaços de Lazer e de Férias, in *Geografia de Portugal. Atividades Económicas e Espaço Geográfico*, Nº 3, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 394-399.

Cavaco, C., 2006b, Regionalização do Turismo em Áreas Rurais a partir da Oferta, *Turismo Rural. Património, Cultura e Legislação*, Edições FACOS, UFSM, pp. 63-106.

Cegielski, M., Janeczko, B., Mules, T. e Wells, J., 2008, *Economic Value of Tourism to Places of Cultural Heritage Significance- A Case Study of Three Towns with Mining Heritage*,

[<http://www.crctourism.com.au/wms/upload/Resources/bookshop/MiningHeritage.pdf>]

(Site Consultado a 15 de Janeiro de 2010).

Cepeda, F. (1988): *Emigração, Regresso e Desenvolvimento no Nordeste Interior Português*, Tese de Doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

Cernat, L. e Gourdon, J., 2007, Is the Concept of Sustainable Tourism Sustainable? Developing the Sustainable Tourism Benchmarking Tool, [[mpra.ub.uni-muenchen.de/4178/1/MPRA\\_paper\\_4178.pdf](http://mpra.ub.uni-muenchen.de/4178/1/MPRA_paper_4178.pdf)] (Site Consultado a 02-12-2009).

Chadeau, A., 1992, What is Households Non-Market Production Worth?, in *OECD Economic Studies*, (18), pp.85-103.

Chami, A., Connel, F. e Jahjah, S., 2005, Are Immigrant Remittance Flows a Source of Capital for Development? in *IMFstaffpapers- A Journal of the IMF*, Vol. 52 (1), pp. 55-81.

Champion, T. e Vandermotten, C., 1997, Migration, Counterurbanization And Regional Restructuring In Europe, in Blotevogel, H. e Fielding, A. (eds.), *People, Jobs and Mobility in the New Europe*, Wiley, England, pp. 69-90.

Chant, S., 1996, Gender and Tourism Employment in Mexico and the Philippines, in Sinclair, M Thea, (eds.), *Gender, Work and Tourism*, Routledge, UK, pp. 120-179.

Choi, H. e Murray, I., 2010, Resident Attitudes Toward Sustainable Community Tourism, *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 18 (4), pp. 575–594.

Christou, A., 2006, Crossing Boundaries-Ethicizing Employment-Gendering Labor: Gender, Ethnicity and Social Networks in Return Migration, *Social & Cultural Geography*, Vol. 7 (1), February, pp. 87-102.

Cirino, S., 2008, *Turismo e Migrações: Impacto das Visitas a Portugal dos Emigrantes*, Tese de Mestrado, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro.

Clark, G. and Chabrel, M., 2007, Measuring Integrated Rural Tourism, *Tourism Geographies*, Vol. 9 (4), pp. 371-386.

Cobuci, L., 2009, *O Concelho de Ílhavo enquanto Destino do Turismo Residencial – Caso de Estudo: Praias da Costa Nova e Barra*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro.

Coccossis, H., 2009, Sustainable Development and Tourism: Opportunities and Threats to Cultural Heritage from Tourism, in Girard, L. e Nijkamp, P., (eds.) *Cultural Tourism and Sustainable Local Development*, U.S.A., Ashgate, pp. 47-56.

Cohen, E., 1974, Who Is a Tourist? A Conceptual Clarification, *Sociological Review*, 22 (4), pp. 527-555.

Colás, J., 2003, *Residencia Secundaria en Espana: estudio territorial de su uso e tenencia*, Thesis Doctoral, Facultat de Filosofia i Lletres, Universitat Autònoma de Barcelona.

Commons, J. and Page, S., 2001, Managing Seasonality In Peripheral Tourism Regions: The Case Of Northland, *Seasonality in Tourism* (Advances In Tourism Research), pp. 153-172.

Constantin, D. and Mitrut, C., 2009, Cultural Tourism, Sustainability and Regional Development: experiences from Romania”, in Girard, L. and Nijkamp, P. (eds.): *Cultural Tourism and Sustainable Local Development*, U.S.A., Ashgate, pp. 149-166.

Conta Satélite do Turismo, 1999, *Conta Satélite do Turismo- Quadro Conceptual*, Madrid, Organização Mundial do Turismo.

Conta Satélite do Turismo, 2006, Conta Satélite do Turismo de Portugal (2000) - Metodologia e Quadros de Resultados, Projeto Desenvolvido no Âmbito de um Protocolo Celebrado entre o Instituto Nacional de Estatística e a Direção Geral do Turismo, INE.

Cooper, C., Fletcher, J., Gilbert, D. and Wanhill, S., 1993, *Tourism- Principles & Practice*, Pitman Publishing, U.K.

Coppock, J., 1977, *Second Homes: Curse or Blessing?* Oxford: Pergamon.

Cordovil, F., Dimas, B., Alves, R. e Baptista, D., 2003, *A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia*, Centro de Informação Europeia Jaques Delors, Lisboa.

Cornell, S. and Hartmann, D., 1998, *Ethnicity and Race- Making Identities in a Changing World*, Copyright, U.S.A.

Costa, C., 1996, *Towards the Improvement of the Efficiency and Effectiveness of Tourism Planning and Development at the Regional Level: Planning, Organizations and Networks. The Case of Portugal*, PhD Thesis, Department of Management Studies, University of Surrey.

Costa, J., 2004, *The Portuguese tourism sector: key challenges for human resources management*,  
[<http://www.emeraldinsight.com/Insight/viewPDF.jsp?contentType=Article&Filename=html/Output/Published/EmeraldFullTextArticle/Pdf/0410160702.pdf>] (Site Consultado a 14 de Dezembro de 2010).

Covas, A., 2005, *A Criação de PME's em Espaço Rural - Problemas e Desafios da Experiência Portuguesa*,  
[[www.habitat-rural.org/.../Creacion%20de%20empresas%20por%20Antonio%20Covas.pdf](http://www.habitat-rural.org/.../Creacion%20de%20empresas%20por%20Antonio%20Covas.pdf)] (Site Consultado a 14 de Agosto de 2008).

Covas, A., 2008, *Retratos Portugueses de Agricultura Multifuncional*,  
[<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/651.pdf>] (Site Consultado a 14 de Junho de 2008).

CPLP, 2011, *Intervenção do SE no Seminário da Sociedade Alemã para os Países Africanos de Língua Portuguesa: As Migrações no Mundo Lusófono*,



[<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=41&q=migra%C3%A7%C3%B5es>] (Site Consultado a 08 de Junho de 2012).

CPLP, 2012, [<http://www.cplp.org/id-45.aspx>] (Site Consultado a 11 de Junho de 2012).

Cravidão, F., 1988, *A Residência Secundária da Burguesia de Coimbra*, Prova Complementar de Doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Cravidão, F., 1989, *Residência Secundária e Espaço Rural- Duas Aldeias na Serra da Lousã- Casal Novo e Talasnal*, Faculdade de Letras de Coimbra.

Cravidão, F., 1993, Geographic Perspectives on the Social and Economic Restructuring of Rural Areas, *International Geographic Congress*, 4-6 August, Kansas State University, Kansas.

Cristóvão, A., Baptista, A. and Miranda, R., 2005, Local Organizations and Rural Development in the Douro-Duero Region of Portugal and Spain, *Proc. of the 17th European Seminar on Extension Education*, August 30 - September 3, Izmir-Türkiye, pp. 48-53.

Cruz, R., 1987, *Industrialização em Meio Rural- O Caso de Águeda*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Cui, X. and Ryan, C., 2010, *Perceptions of Place, Modernity and the Impacts of Tourism and Differences among Rural and Urban Residents of Ankang, China: A Likelihood Ratio Analysis*, [[researchcommons.waikato.ac.nz/handle/10289/4093](http://researchcommons.waikato.ac.nz/handle/10289/4093)] (Site Consultado a 09 de Outubro de 2010).

Cunha, L., 2001, *Introdução ao Turismo*, Editorial Verbo, Lisboa.

D.L. nº 39/2008, de 07 de Março. Regula o novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

D.L. nº 73/73, de 28 de Fevereiro. Estabelece a qualificação profissional a exigir aos técnicos responsáveis pelos projetos de obras.

D.L. nº 138/2009, de 15 de Junho. Cria o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural

D.L. nº 215/89, de 1 de Julho. Aprova o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

D.L. nº 555/99. Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.

DeWind, J. and Holdaway, J., 2005, *Internal and International Migration in Economic development*,

[[http://www.un.org/esa/population/meetings/fourthcoord2005/P11\\_SSRC.pdf](http://www.un.org/esa/population/meetings/fourthcoord2005/P11_SSRC.pdf)] (Site Consultado a 10 de Dezembro de 2009).

Díaz, A., 2002, La Innovación en la Gestión del Turismo Residencial, *XI Simposio Internacional de Turismo y Ocio*, 14 y 15 de Febrero, Barcelona, ESADE.

Dias, O., 2008, *A Integração dos Retornados no Interior de Portugal: O Caso do Distrito da Guarda*, [<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/150.pdf>] (Site Consultado a 28-11-2009).

Diniz, F., 1999, *Desenvolvimento Rural, Que Perspetivas? O Caso do Alto Trás-os-Montes e Douro*, Fundação Rei Afonso Henriques, Zamora.

Diniz, F. e Gerry, C., 2002, A problemática do desenvolvimento rural, *Compêndio de Economia Regional*, Coimbra, APDR, pp. 535-570.

Duval, D., 2004, Linking Return Visits And Return Migration Among Commonwealth Eastern Caribbean Migrants, *Global Networks*, Vol. 4 (1), pp. 51 – 67.

Edgell, D., 2006, *Managing Sustainable Tourism- A Legacy for the Future*, The Haworth Hospitality Press, U.S.A.

Elesbão, I., 2008, Os Efeitos do Turismo no Espaço Rural: Um Olhar sobre um Pequeno Município Brasileiro, *Colóquio Ibérico de Estudios Rurales- Cultura, Innovación y Territorio*, Outubro 23-25, Coimbra.

Emslie, C. and Hunt, K. 2009, Live To Work Or Work To Live? A Qualitative Study of Gender and Work–life Balance among Men and Women in Mid-life, *Gender, Work and Organization*, Vol. 16 (1), pp. 151-172.

English, D., Marcouiller, D. and Cordell, K., 2000, Tourism Dependence in Rural America: Estimates and Effects, *Society & Natural Resources*, (13), pp. 185-202.

European Union, 2006, *Sustainable Tourism as a Factor of Cohesion Among European Regions*, European Union, Belgium.

EUROSTAT, 2002, *European Implementation Manual on TSA, Based on the internationally approved: "Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework*, Final Draft, EUROSTAT.

EUROSTAT, 2008, *Labour Market Statistics*, European Commission, Luxembourg, 2009 Edition.

Eusébio, M., 2006, *Avaliação do Impacte Económico do Turismo a Nível Regional- O Caso da Região Centro de Portugal*, Tese de Doutoramento, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro.

Evans D. S. and Leighton L. S., 1989, Some Empirical Aspects of Entrepreneurship, *American Economic Review* (79), pp. 519–535.

Fernandes, J., 1991, *A Arquitetura – Sínteses da Cultura Portuguesa*, Imprensa nacional Casa da Moeda, Comissariado para a Europália 91, Portugal.



Fernandes, J. e Janeiro, M., 1991, *Arquitectura Vernácula da Região Saloia – Enquadramento na Área Atlântica*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa.

Ferrão, J., 1996, Três Décadas de Consolidação do Portugal Demográfico, in Barreto, A. (eds.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 165-190.

Ferrão, J., 2000, Relações Entre Mundo Rural E Mundo Urbano: Evolução Histórica, Situação Atual e Pistas para o Futuro, *Sociologia, Problemas e Práticas* (33), pp. 45-54.

Ferrão, J., Lopes, R. e Ferreiro, F., 2003, *Rurality, Peripherality and Rural Areas in Europe*,  
[[http://cordis.europa.eu/data/PROJ\\_FP5/ACTIONeqDndSESSIONeq112302005919ndDO Ceq4529ndTBLeqEN\\_PROJ.htm](http://cordis.europa.eu/data/PROJ_FP5/ACTIONeqDndSESSIONeq112302005919ndDO Ceq4529ndTBLeqEN_PROJ.htm)] (Site Consultado a 10 de Dezembro de 2008).

Ferreira, E., 1976, *Origens e Formas de Emigração: O Impacte da Emigração sobre o Desenvolvimento*, Iniciativas Editoriais, Lisboa.

Ferreira, E., 1985, Regresso e Desenvolvimento: Subsídios para uma Economia de Reintegração dos Emigrantes Portugueses, in Ferreira, E. et al, (eds.) *Conflict and Change in Portugal 1974-1984, III International Meeting On Modern Portugal*, Durham, New Hampshire, pp. 251-257.

Ferreira, A., 2003, *O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro*, Tese de Doutoramento, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro.

Figueiredo, E., 1993, A Aplicação do Inquérito por Questionário em Meio Rural- Principais Questões, Departamento de Ambiente e Ordenamento- Universidade de Aveiro.

Figueiredo, E., 2003, *Um Rural para Viver e Outro para Visitar- O Ambiente nas Estratégias de Desenvolvimento para as Áreas Rurais*, Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro.

Finn, M., Elliott-White, M. e Walton, M., 2000, *Tourism & Leisure Research Methods- Data Collection, Analysis and Interpretation*, Pearson Education, England.

Fisher, D., 2004, The Demonstration Effect Revisited, *Annals of Tourism Research*, Vol. 31, pp 428-446.

Fisher, D., 2006, The Potential for Rural Heritage Tourism in the Clarence Valley of Northern New South Wales, *Australian Geographer*, Vol. 37 (3), pp. 411-424.

Fisher, D., 2007, The Demonstration Effect Revisited, in Huybers, T. (eds.) *Tourism in Developing Countries*, Copyright, U.S.A.

Fleischer, A. and Felsenstein, D., 2000, Support for Rural Tourism- Does it Make a Difference?, *Annals of Tourism Research*, Vol. 27 (4), pp. 1007-1024.

Fleisher, A. and A. Pizam, 1997, Rural Tourism in Israel, *Tourism Management*, 18 (6), pp. 367-372.

Fleischer, A. and Tchetchik, A., 2003, *Does Rural Tourism Benefit from Agriculture?* [linkinghub.elsevier.com/retrieve/.../S0261517704000469] (Site Consultado a 09 de Outubro de 2010).

Flognfeldt, T., 2006, Living At More Than One Place- The Comercial Opportunities in a Multi-Home Society, *15th Nordic Symposium in Tourism and Hospitality Research*, 19-21 October, Savonlinna, Finland.

Fonseca, F., P. e Ramos, R., 2007a, O Turismo no Espaço Rural como Eixo Estratégico de Desenvolvimento Local: O Caso de Almeida, *V Congresso da Associação Portuguesa de Economia Agrária*, 4-6 de Outubro, UTAD, Vila Real.

Fonseca, F., P. e Ramos, R., 2007b, O turismo no Espaço Rural como Eixo Estratégico de Desenvolvimento Sustentável: O Caso de Almeida, *13º Congresso da APDR - Turismo e Desenvolvimento Sustentável*, 5-7 de Julho, Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo.

Fonte, M. e Ranaboldo, C., 2007, Desarrollo Rural, Territorios e Identidades Culturales. Perspectivas desde America Latina y la Union Europea, *Revista Opera*, Vol. 7 (007), pp. 9-31.

Fonseca, F. e Ramos, R., 2008, *Dinâmicas do Turismo em Espaço Rural em Regiões de Baixa Densidade: O Exemplo de Almeida*, [www.sper.pt/actas7cier/PFD/Tema%20II/2\_5.pdf] (Site Consultado a 29 de Dezembro de 2009).

Fritsch, M. e Mueller, P., 2004, Effects of New Business Formation on Regional Development over Time, *Regional Studies*, Vol. 38 (8), pp. 961-975.

Fuà, G., 1991, The Environmental Bases of Diffuse Industrialization, *Studies of Mgt. & Org.*, Vol. 21 (1), pp. 5-20.

Fursman, L. and Zodgekar, N., 2009, New Zealand Families and Their Experiences with Flexible Work, *Family Matters*, (81), pp. 25-36.

Gapen, T., Barajas, A., Cosimano, T., Gapen, M. and Montiel, P., 2008, *Macroeconomic Consequences of Remittances*, Vol. 1(1), March, pp. 1-92(92).

Gardner, B., 2003, *Causes of Rural Economic Development*, [http://www.arec.umd.edu/publications/papers/Working-Papers-PDF-files/03-09.pdf] (Site Consultado a 20 de Setembro de 2009).

Gaspar, J., 1984, Urbanization: Growth, Problems and Policies, in Williams, A. (eds.), *Southern Europe transformed- Political and Economic Change in Greece, Italy, Portugal and Spain*, Harper & Row, London, pp. 208-231.

- Ghigilione, R. and Matalon, B., 1993, *O Inquérito- Teoria e Prática*, Celta Editora, Oeiras, 2ª Edição.
- Gmelch, G., 1986, The Readjustment of Return Migrants in Western Ireland, in King, R. (eds.), *Return Migration and Regional Economic Problems*, Croom Helm, Australia, pp. 152- 170.
- Goldey, P. e Jesus, L., 2001, *Transformação Rural - O Fenómeno Migratório: Um Estudo De Caso Em Trás-os-Montes, 1º Congresso de Estudos Rurais*, Sociedade, Conhecimento e Política, 16-18 de Setembro, Vila Real.
- Gomes, N., 2001, Os portugueses nas Américas: Venezuela, Canadá e EUA. [[http://www.janusonline.pt/2001/2001\\_3\\_2\\_5.html](http://www.janusonline.pt/2001/2001_3_2_5.html)] (Site consultado em 14-01-10).
- Gonçalves, O., 1995, *Os Problemas Estruturais da Agricultura Portuguesa e as suas Repercussões no Desenvolvimento Económico Geral*- Investigação: Trabalhos em Curso, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Gonçalves, M., 2007, *Desenvolvimento em Meio Rural. Contributos da Emigração e do Regresso. Aplicação ao Concelho de Boticas na Região Barrosã*, Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa.
- Goode, W. and Hatt, P., 1979, *Métodos em Pesquisa Social*, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- Gustafson, P., 2001, Roots and Routes- Exploring the Relationship between Place Attachment and Mobility, *Environment and Behaviour*, September, 33 (5), pp. 667-686.
- Gustafson, P., 2009, Estrategias Residenciales en la Migración Internacional de Jubilados, *Turismo, Urbanización y Estilos de Vida- las Nuevas Formas de Movilidad Residencial*, Icaria, Barcelona, pp. 269-284.
- Grek, J., Karlsson, C. and Klaesson, J., 2009, *Market Potential and New Firm Formation*, [<http://ideas.repec.org/p/hhs/cesisp/0202.html>] (Site Consultado a 03 de Março de 2009).
- Grindle, T., 2000, *Return Migration: A Case Study from Swan River Valley, Manitoba*, [<http://mspace.lib.umanitoba.ca/bitstream/1993/2443/1/MQ53162.pdf>] (Site Consultado a 10 de Julho de 2009).
- Hall, M., 1998, *Integrated Heritage Management- Principles and Practice*, The Stationary Office, London.
- Hall, M. and Williams, A., 2002, *Tourism and Migration- New Relationships between Production and Consumption*, Kluwer Academic Publishers, Netherlands.
- Hall, M., 2005, *Tourism- Rethinking the Social Science of Mobility*, Prentice Hall, England.

- Hardy, A., Beeton, R. and Pearson, L., 2010, Sustainable Tourism: An Overview of the Concept and its Position in Relation to Conceptualisations of Tourism, [<http://www.informaworld.com/smpp/title~content=t794297833>] (Site Consultado a 05 de Abril de 2010).
- Hayter, R., 1997, *The Dynamics of Industrial Location- The Factory, the Firm and the Production System*, John Wiley & Sons, England.
- Hazell, P. 2005, Is There a Future for Small Farm, *Agricultural Economics*, Vol. 32 (1), pp. 93-101.
- Heng, T.M. and Low, L., 1990, Economic Impact of Tourism in Singapore, *Annals of Tourism Research* (17), pp. 246–69.
- Henriques, A., 2002, Globalização e Integração Diferenciadora dos Espaços Rurais, in Reis, J. e Baganha, M., (org.) *A Economia em Curso: Contextos e Mobilidades*, Afrontamento, Porto, pp. 153-171.
- Hewson, C., Yule, P., Laurent, D. and Vogel, C., 2003, *Internet Research Methods- A Practical Guide for the Social and Behavioral Sciences*, Sage Publications, London.
- Highama, J. and Hinchb, T., 2002, Tourism, Sport and Seasons: the Challenges and Potential of Overcoming Seasonality in the Sport and Tourism Sectors, *Tourism Management*, (23), pp. 175–185.
- Hiltunen, M., 2004, Second Housing in Finland- Perspective of Mobility, *13<sup>th</sup> Nordic Symposium in Tourism and Hospitality*, Nov. 4-7, Aalborg.
- Hill, M. and Hill, A., 2002, *Investigação por Questionário*, Edições Sílabo, Lda., Lisboa, 2<sup>a</sup> Edição.
- Hjalager, A., 1996, Agricultural Diversification into Tourism- Evidence of a European Community Development, *Tourism Management*, Vol. 17 (2), pp. IOMIII.
- Hoggart, K. and Henry, Buller, 1987, *Rural Development- A Geographical Perspective*, Croom Helm Ltd., U.S.A.
- Hollander, E. and Associates, R., 1967, *The Future of Small Business*, Praeger special studies in U.S. economic and social development, New York.
- Howard, H., 2003, *Heritage, identity and management*, Continuum, London.
- Huber, A., 2005, La Migración de Retirados entre Culturas. El Caso de los Jubilados Suizos en la Costa Blanca, in Mazón, T. e Aledo, A. (eds.), *Turismo Residencial y Cambio Social- Nuevas Perspectivas Teóricas y Empíricas*, pp. 325-340.

Hudson, R. and Lewis, J., 1994, Capital Accumulation: The Industrialization of Southern Europe?, in Williams, A. (eds.), *Southern Europe Transformed- Political and Economic Change in Greece, Italy, Portugal and Spain*, Harper & Row, London, pp. 179-207.

Hughes, C., 1982, The Employment and Economic Effects of Tourism Reappraised, *Tourism Management*, Vol. 3(3), pp. 167-176.

Hughes, D. and Shields, M., 2007, Revisiting Tourism Regional Economic Impact: Accounting for Secondary Household Employment, *Review of Regional Studies*, 37 (2), pp. 186-206.

Hui, A., 2008, Many Homes for Tourism: Re-Considering Spatializations of Home and Away in Tourism Mobilities, *Tourist Studies*, (8), pp. 291-311.

Inbakaran, R. and Jackson, M., 2006, Resident Attitudes Inside Victoria's Tourism Product Regions: A Cluster Analysis, *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 13 (1), pp. 59-74.

INE, 1989, *Estatísticas Demográficas*, [www.ine.pt] (Site Consultado a 11 de Dezembro de 2011).

INE, 1998, *Tipologia de Áreas Urbanas*, [http://metaweb.ine.pt/SINE/UInterfaces/SINEVers\_Cat.aspx] (Site Consultado a 15 de Fevereiro de 2009).

INE, 1999, *Indicadores Urbanos do Continente do INE*, [http://inenetw02.ine.pt:8080/biblioteca/viewImage.do?me=view&key=supcod%3D1%26sercodg%3D1%26iddoc%3D51%26pagini%3D1%26pags%3D218%26pos%3D1] (Site Consultado a 15 de Fevereiro de 2009).

INE, 2001, *Metainformação*, [http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/conceitos.aspx?ID=PT#O] (Site Consultado a 15 de Fevereiro de 2009).

INE, 2003, *Censos- Antecedentes, Metodologia e Conceitos*, INE, Lisboa.

INE, 2004, *Sistema Urbano: Áreas de Influência e marginalidade funcional. Região de Lisboa e Vale do Tejo*, [www.ine.pt] (Site Consultado a 18 de Dezembro de 2008).

Infopedia, 2011, [http://www.infopedia.pt/\$rdp-radiodifusao-portuguesa] (Site Consultado a 15 de Dezembro de 2011).

Jaakson, R., 1986, Second-Home Domestic Tourism, *Annals of Tourism Research*, (13), pp. 367-391.

Jansson, B. and Müller, D., 2004, Second Home Plans Among Second Home Owners in Northern Europe's Periphery, in Hall, M. and Müller, D. (eds.), *Tourism, Mobility and Second Homes- Between Elite Landscape and Common Ground*, pp.261-272.

- Jaramillo, D., 2002, Globalización y Cultura: del Hogar a la Casa Fetiche en la Arquitectura Popular Azuaya, *Revista de la Universidad del Azuay*, (27), Julio, pp. 183-196.
- Jaume, M. e Catalá, R., 2005, Globalización y Sistemas Migratorios: Hacia la Congregación de un Subsistema Migratorio en Escenarios Turísticos del Mediterráneo, in Mazón, T. e Aledo, A. (eds.), *Turismo residencial y cambio social- Nuevas perspectivas teóricas y empíricas*, pp. 303-324.
- Jenkins, J., Hall, M. and Troughton, M., 1998, The Restructuring of Rural Economies as a Government Response, in Butler, R. and Hall, M. (eds.), *Tourism and Recreation in Rural Areas*, John Wiley & Sons, pp. 43-67.
- Jennings, G., 2010, *Tourism Research*, John Wiley & Sons, Australia, Ltd, Second Edition.
- Jiménez, I., 2008, Which Type of Tourism Matters to the Regional Economic Growth? The Cases of Spain and Italy, *International Journal of Tourism Research*, (10), pp. 127-139.
- Jolliffe, L., 2003, *Seasonality in Tourism Employment: Human Resource Challenges*, [<http://emeraldinsight.com/10.1108/09596110310488140>] (Site Consultado a 24 de Setembro de 2010).
- Jones, A., 1994, Agriculture: Organization, Reform and the EEC, in Williams, A. (eds.), *Southern Europe Transformed- Political and Economic Change in Greece, Italy, Portugal and Spain*, Harper & Row, London, pp. 236-267.
- Jordão, I., Cambero, J., Lopez, G. e Briz, J., 2006, El Turismo Rural como Elemento Dinamizador del Desarrollo Integrado y Sostenible del Espacio Territorial Portugués, *VI Coloquio Ibérico de Estudios Rurales*, 23-24 de Febrero, Huelva.
- Kashimoto, E., Marinho, M. e Russeff, I., 2002, Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento, *Revista Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Vol. 3 (4), Mar, pp. 35-42.
- Kara, M. and Tokmak, C., 2008, The Effect of Football Organizations in Reducing the Seasonal Demand Fluctuations in Tourism, *Electronic Journal of Social Sciences*, Vol. 7 (24), pp. 313-324.
- Kastenholz, E., 2004, Management of Demand as a Tool in Sustainable Tourist Destination Development, *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 12 (5), pp. 388 – 408.
- Kastenholz, E. e Almeida, A. 2008, Seasonality in Rural Tourism – the case of North Portugal, *Tourism Review*, Vol. 63 (2), pp. 5-15.
- Kay, D., James, Pratt, J. and Warner, M., 2007, Role of Services in Regional Economy Growth, *Growth and Change*, Vol. 38 (3), pp. 419-442.



Keith, J., Christopher, F. and Chang, T., 1996, Recreation as an Economic Development Strategy: Some Evidence from Utah, *Journal of Leisure Research*, Vol. 28 (2), pp. 96-107.

Kerlinger, Fred, 1980, *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais- Um Tratamento Conceitual*, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Kilkenny, M. and Partridge, M., 2009, Export Sectors and Rural Development, *American Journal of Agricultural Economics*, Vol. 91 (4), pp. 910-929.

King, R., 1984, Population Mobility: Emigration, Return Migration and Internal Migration, in Williams, A. (eds.), *Southern Europe Transformed- Political and Economic Change in Greece, Italy, Portugal and Spain*, Harper & Row, London, pp.145-178.

King, R., 1986, Return Migration and Regional Economic Development, in King, R. (eds.), *Return Migration and Regional Economic Problems*, Croom Helm, Australia, pp. 1-37.

King, R., Strachan, J. and Mortimer, J., 1986, Gastarbeiter Go Home: Return Migration and Economic Change in the Italian Mezzogiorno, in King, R., (eds.) *Return Migration and Regional Economic Problems*, Croom Helm, Australia, pp. 38-68.

King, R., 1997, Restructuring and Socio-Spatial Mobility in Europe: The Role of International Migrants, in Blotevogel, H. and Fielding, A. (eds.), *People, Jobs and Mobility in the New Europe*, Wiley, England, pp. 91-120.

King, R. and Thomson, M., 2008, The Southern European Model of Immigration: Do the Cases of Malta, Cyprus and Slovenia Fit? *Journal of Southern Europe and the Balkans*, Vol. 10 (3), pp. 265-292.

Kirsten, M. and Rogerson, C. 2002, Tourism, Business Linkages and Small Enterprise Development in South Africa, *Development Southern Africa*, Vol. 19 (1), pp. 29-59.

Klimt, A., 2009, Divergent Trajectories: Identity and Community among Portuguese in Germany and the United States, *Portuguese Studies Review*, pp. 211-240.

Ko, D. and Stewart, W., 2002, A Structural Equation Model of Residents' Attitudes for Tourism Development, *Tourism Management* (23), pp. 521-530.

Komppula, R., Reijonen, H., and Timonen, T., 2008, Vacation Home Owner's Willingness to Lease through an Intermediary- A Case Study in Two Finnish Ski Resorts, in McIntyre, N. et al, (eds.) *Multiple Dwelling and Tourism- Negotiating Place, Home and Identity*, UK, CAB International, pp. 285-300.

Konstantinos, A., 2005, Seasonality in Crete: Problem or a Way of Life? *Tourism Economics*, 11 (2), pp. 207-224.

Kötler, A. and Durand, J., 2007, Turismo Cultural: Conceituação, Fontes de Crescimento e Tendências, *Turismo - Visão e Ação*, Vol. 9 (2), Maio /Agosto, pp. 185-198.

- Krakover, S., 2000, Partitioning Seasonal Employment in the Hospitality Industry, *Tourism Management*, (21), pp. 461-471.
- Kweka, J., Morrissey, O. and Blake, A., 2003, The Economic Potential of Tourism in Tanzania, *Journal of International Development*, (15), pp. 335-351.
- Labrianidis, L., 2003, *Conclusions and Policy Implications*, [[http://cordis.europa.eu/data/PROJ\\_FP5/ACTIONeqDndSESSIONeq112302005919ndDO Ceq4529ndTBLeqEN\\_PROJ.htm](http://cordis.europa.eu/data/PROJ_FP5/ACTIONeqDndSESSIONeq112302005919ndDO Ceq4529ndTBLeqEN_PROJ.htm)] (Site Consultado a 10 de Dezembro de 2008).
- Labrianidis, L. and Thanassis, K., 2003, A Suggested Typology of Rural Areas in Europe, [[http://cordis.europa.eu/data/PROJ\\_FP5/ACTIONeqDndSESSIONeq112302005919ndDO Ceq4529ndTBLeqEN\\_PROJ.htm](http://cordis.europa.eu/data/PROJ_FP5/ACTIONeqDndSESSIONeq112302005919ndDO Ceq4529ndTBLeqEN_PROJ.htm)] (Site Consultado a 10 de Dezembro de 2008).
- Labrianidis, L., Kalantaridis, C., David, S., Herdzina, K., Mattsson, L., Ferrão, J. and Piasecki, B., 2003, *The Future of Europe's Rural Periphery, The Role of Entrepreneurship in Responding to Employment Problems and Social Marginalization*, European Commission, Brussels.
- Landorf, C., 2009, Managing for sustainable tourism: a review of six cultural World Heritage Sites, *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 17 (1), pp. 53-70.
- Lai, P., Soltani, E. and Baum T., 2008, Distancing Flexibility in the Hotel Industry: the Role of Employment Agencies as Labour Suppliers", *The International Journal of Human Resource Management*, Vol. 19 (1), pp. 132-152.
- Lane, B., 1994, 'What is rural tourism?', *Journal of Sustainable Tourism*, 2 (1), pp. 7-21.
- Lanquar, R., 2007, Turismo, Migraciones y Codesarollo, *Revista Internacional de Sociología* (RIS), Vol. LXV (48), Septiembre-Diciembre, pp. 221-241.
- Lee, S., Florida, R. and ACS, Z., 2004, Creativity and Entrepreneurship: A Regional Analysis of New Firm Formation, *Regional Studies*, Vol. 38 (8), pp. 879-891.
- Lee, C., Bergin-Seers, S., Galloway, G., O'Mahony, B. and McMurray, A., 2008, Seasonality in Tourism Industry: Impacts and Strategies, *Sustainable Tourism CRC*, Copyright, Australia.
- Leeds, E., 1983a, Industrialização e Emigração em Portugal: Sintomas Inevitáveis de uma Doença Estrutural, *Análise Social*, Vol. XIX (77-78-79) (3º 4º 5º), pp. 1045-1081.
- Leeds, A., 1983b, Agricultura, Política Nacional, Subdesenvolvimento e Migração em Três Regiões de Portugal, *Análise Social*, Vol. XIX (77-78-79), pp. 1023-1043.
- Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.



Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho. Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis e revoga o Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro.

Leiper, N., 1979, The Framework of Tourism- Towards a Definition of Tourism, Tourist, and the Tourist Industry, *Annals of Tourism Research*, October/December, Vol. VI (4), pp. 390-407.

Leiper, N., 1993, Defining Tourism and Related Concepts: Tourist, Market, Industry, and Tourism System, in Khan, M., Olsen, M. e Var, T. (eds.), *VNR'S Encyclopedia of Hospitality and Tourism*, New York, Van Nostrand and Reinhold, pp. 539-562.

Leite, C., 1989, Casas de Emigrantes: Gosto de Alguns, Desgosto de Muitos, *Sociedade e Território*, (8), pp. 67-72.

Leite, C., 1990, *Ironias de Sempre: Casas de Emigrantes e Discursos sobre o Gosto*, Relatório de Síntese para Provas de APPC, Universidade do Minho, Braga.

Leite, C., 1995, Casas de Sonhos: Os Atores, os Detratores e Nós, *Cadernos do Noroeste*, Vol. 8 (2), pp. 217-220.

Leite, C., 1998, *Eva, depois do Paraíso - Modos de habitar e identidade no percurso migratório*, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.

Lejarraja, I. and Walkenhorst, P., 2007, *Diversification by Deepening Linkages with Tourism*, [http://siteresources.worldbank.org/INTEXPCOMNET/Resources/Lejarraja\\_Diversification\\_by\\_Deepening\\_Linkages\\_with\\_Tourism.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTEXPCOMNET/Resources/Lejarraja_Diversification_by_Deepening_Linkages_with_Tourism.pdf) (Site Consultado a 18 de Outubro de 2009).

Lewis, J. and Williams, A., 1985, Emigrants and Retornados: A Comparative Analysis of the Economic Impact of Return Migration in the Região Centro, in Ferreira, E. et al, (eds.) *Conflict and Change in Portugal 1974-1984, III International Meeting On Modern Portugal*, Durham, New Hampshire, pp. 227-248.

Lewis, J. and Williams, A., 1986, The Economic Impact of Return migration in Central Portugal, King, R., (eds.) *Return Migration and Regional Economic Problems*, Croom Helm, Australia, pp. 100-128.

Lewis, J. and Plomien, A., 2009, Flexicurity' as a Policy Strategy: The Implications for Gender Equality, *Economy and Society*, Vol. 38 (3), pp. 433-459.

Lima, A. 2008, Agricultura a Tempo Parcial e Multifuncionalidade do Rural: Novas Perspetivas para o Desenvolvimento Rural?, *Atas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)*, 1-3 Nov., Universidade do Algarve, Faro.

Long, V. and K., S., 1997, Gender and Tourism Development in Balinese Villages, in Sinclair, T. (eds.), *Gender, work and tourism*, Routledge, UK, pp. 91-120.

- Lucas, V., 1997, O Regresso de Emigrantes. A sua Relevância na Região Centro, *Cadernos Regionais - Região Centro*, (7), pp. 61-71.
- Lucinda, M. e Cavaco, C., 1997, Portugal in the 1980s and 1990s: Economic Restructuring and Population Mobility, Blotevogel, H. and Fielding, A. (eds.), *People, Jobs and Mobility in the New Europe*, Wiley, England, pp. 123-138.
- Lundmark, L. 2006, *Restructuring and Employment Change in Sparsely Populated Areas: Examples from Northern Sweden and Finland*, PhD Thesis, Umea Universitet, Print and Media, Umea, Sweden.
- Lunardi, R., 2006, Turismo Rural - a Contribuição da Mulher, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria.
- Lunardi, R., Almeida, J. e Souza, M., 2008, Turismo Rural e Diversificação do Espaço Rural: Reflexos do Trabalho da Mulher na Atividade Turística na Região dos Campos de Cima da Serra, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, Comunicação Apresentada no VII CIER - Cultura, Inovação e Território, Outubro 23-25, Coimbra.
- Madeira, J., 2001, O Processo Migratório e a Mudança Social em Espaço Rural: Alguns Indicadores Importantes a Nível Local, *1º Congresso de Estudos Rurais, Sociedade, Conhecimento e Política*, 16-18 Setembro, Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Mahony, K. e Zyl, J., 2002, The Impacts of Tourism Investment on Rural Communities: Three Case Studies in South Africa, *Development Southern Africa*, Vol. 19 (1), pp. 83-103.
- Maia, M., 2006, *De Que Faço Parte ou De Que Parte Sou? Emigrantes Portugueses Construindo Identidade*. [http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Maria%20Manuela%20Alves%20Maia.pdf] (Site Consultado a 18-03-10).
- Maitland, S. and Cowhig, J., 1958, Research on the Effects of Industrialization in Rural Areas, *Monthly Labor Review (pre-1986)*, (81), pp. 1121-1124.
- Malheiros, J., 2005, Jogos de relações internacionais: repensar a posição de Portugal no arquipélago migratório global, in Barreto, A. (eds.) *Globalização e Migrações*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 251-272.
- Mantecón, A., 2008, *La Experiencia del Turismo- Un Estudio Sociológico sobre el Proceso Turístico-Residencial*, Icaria Editorial, Barcelona.
- Marjavaara, R., 2008, *Second Home Tourism- The Root to Displacement in Sweden?* Doctoral Dissertation, Umea Universitet, Department of Social and Economic Geography, Sweden, Copyright.
- Marques, J., 2001, A emigração portuguesa para a Europa: desenvolvimentos recentes, *Janus*, pp. 146-147.

Martins, I., 1967, A Migração dos Trabalhadores Rurais para a Indústria, *Análise Social*, Vol. 5 (18), pp. 298-303.

Martins, A., 2000, Estudantes Universitários, Lazer e Práticas Socioculturais: Estudo de Caso. *IV Congresso Português de Sociologia*, [www.asp.pt/ivcong-actas/Actas138.pdf] (Site Consultado a 10 de Janeiro de 2010).

Martins, R., 2004, O Regresso de Emigrantes Portugueses, Entre 1975 e 2001, [http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\_V\_Congresso\_APG/web/\_pdf/E3\_14Out\_Fernando%20Martins.pdf] (Site Consultado a 02 de Outubro de 2009).

Marcouiller, D., 2007, Boosting Tourism as Rural Public Policy: Panacea or Pandora's Box?, *Special Issue on Rural Development Policy – JRAP*, 37(1), pp. 28-31.

Mathieson, A. and Wall, G., 1982, *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*, Longman Group Limited, England.

Mazón, T. e Aledo, A., 2005, El Dilema del Turismo Residencial: Turismo o Desarrollo Inmobiliario?, in Mazón, T. e Aledo, A., (eds.), *Turismo Residencial y Cambio Social-Nuevas Perspectivas Teóricas y Empíricas*, pp. 13-30.

Mazumder, M., 2009, *Does Tourism Contribute Significantly to the Malaysian Economy? Multiplier Analysis Using I-O Technique*, [www.ccsenet.org/journal/index.php/ijbm/article/view/.../2848] (Site Consultado a 05 de Maio de 2010).

May, A. e Revitt, M., 2000, Contested Notions of Tourism Sustainability on Western Australia's Central Coast, in Umbelino, J. (coord.), *Sustainable Tourism- Papers Collected from 98' International Geographic Union Study Group Meeting*, Série Estudos (3), Copyright: Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, pp. 47-56.

McCool, S. and Martin, S., 1994, Community Attachment and Attitudes Toward Tourism Development, *Journal of Travel Research*, Vol. 32 (3), pp. 29-34.

MacDonald, R., 2003, Cultural Rural Tourism, *Annals of Tourism Research*, Vol. 30 (2), pp. 307-322.

MacDonald, M., Phipps, S. and Lethbridge, L., 2005, Taking Its Toll: The Influence of Paid and Unpaid Work on Women's Well-Being, *Feminist Economics* 11(1), pp. 63-94.

MacDaniel, C. and Gates, R., 2003, *Pesquisa de Marketing*, Thompson, São Paulo.

McNall, L., 2010, Flexible Work Arrangements, Job Satisfaction, and Turnover Intentions: The Mediating Role of Work-to-Family Enrichment, *The Journal of Psychology*, 144 (1), pp. 61-81.

McIntyre, N., Williams, D. and McHugh, K., 2006, Multiple Dwelling: Prospect and Retrospect, in McIntyre, N. et al, (eds.) *Multiple Dwelling and Tourism- Negotiating Place, Home and Identity*, UK, CAB International, pp. 313-322.

McGehee, N. and Andereck, K., 2004, Factors Predicting Rural Residents' Support of Tourism, *Journal of Travel Research* (43), pp. 131-140.

McWatters, M., 2009, *Residential Tourism- (De)Constructing Paradise*, Copyright, U.K.

Malhotra, N., Rocha, I., Laudisio, M., Altheman, É. e Borges, F., 2005, *Introdução à Pesquisa de Marketing*, Prentice Hall, São Paulo.

Malhotra, N., 2006, *Pesquisa de Marketing- Uma orientação Aplicada*, Artmed Editora S.A., Brasil, 4ª Edição.

Marktest (2012): *Classes Sociais Marktest*.

[<http://www.marktest.com/wap/a/glossary/sel~C.aspx>] (Site Consultado a 10 de Janeiro de 2012).

Mattar, F., 2001, *Pesquisa de Marketing*, Editora Atlas S.A., São Paulo, 3ª Edição.

Mattar, F., 2007, *Pesquisa de Marketing- Edição Compacta*, Editora Atlas S.A., São Paulo.

Meller, P. and Marfán, M., 1981, Small and Large Industry: Employment Generation, linkages, and Key Sectors, *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 29 (2), pp. 263-274.

Melo, P., 2008, *Estratégias para a Gestão da Sazonalidade: A Oferta Turística Algarvia*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro.

Mendonça, J., 1999-2000, Transformações Socioeconómicas Recentes no Concelho de Tarouca, *Revista da Faculdade de Letras- Geografia I*, Vol. XV/XVI, pp. 145-159.

Menezes, M., 2005, *Empresarialidade Portuguesa na Diáspora De Imigrantes a Empresários*, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Porto.

Menéndez, J. M., Torres, E. e Valdês, L., 2002, Análisis del Concepto de Entorno Habitual de las Estadísticas de Demanda Turística en Destino, [<http://www.turismo.uma.es/turitec/turitec2002/actas/Microsoft%20Word%20-%202.MENENDEZ.pdf>] (Site Consultado a 10 de Agosto de 2008).

Mill, R. and Morrison, A., 1985, *The Tourism System- An Introductory Text*, Prentice-Hall, New Jersey.

Mitrut, C. and Constatantin, M., 2009, *Quantitative and Qualitative Dimensions of Tourism Contribution to Regional Development in Romania- The case of Cultural Tourism* [[www.ecocyb.ase.ro/Articles.htm](http://www.ecocyb.ase.ro/Articles.htm)] (Site Consultado a 18 de Janeiro de 2010).

Monke, E., Avillez, F., Scott, P. and Marenco, G., 1998, Evaluation of Small Farm Agriculture, in Monke, E., Avillez, F. and Scott, P., (eds.) *Small farms Agriculture in Southern Europe. CAP reform and Structural Change*, Ashgate Publishing Ltd., England, pp. 07-30.

Montero, P., 1997, Globalização, Identidade e Diferença, [www.ccnm.org.br/.../globalizacao\_identidade%20e%20diferencia.pdf] (Site Consultado a 15 de Março de 2010).

Moreno, L., 2003, O LEADER em Portugal Continental: Contexto e Elementos de uma Análise Geográfica de Conteúdos, *Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais (Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada)*, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança.

Moreno, L., 2007, *Desenvolvimento Territorial – De um Sentido Ocidental às Orientações Coesivas para um Meio Rural Inovador: Caminhos e Caminhantes*, [www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?Module=Files/FileDescription&ID=557&lang=pt] (Site Consultado a 03 de Janeiro de 2009).

Mourdoukoutas, P., 1988, Seasonal Employment, Seasonal Unemployment and Unemployment Compensation: The Case of the Tourist Industry of the Greek Islands, *American Journal of Economics and Sociology*, Vol. 47, (3), pp. 315-329.

Müller, D., 2002, Reinventing the Countryside: German Second-home Owners in Southern Sweden, *Current Issues in Tourism*, 5 (5), pp. 426-446.

Müller, D., 2006, The Attractiveness of Second Home Areas in Sweden: A Quantitative Analysis, *Current Issues in Tourism*, 8(4/5), 335-50.

Murphy, P., 1985, *Tourism- A Community Approach*, New York, Routledge.

Murphy, E., 1996, *Flexible Work*, The Home Office Partnership, Great Britain.

Murteira, M., 1965, *Emigração e Política de Emprego em Portugal*, [http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224164168X2aIG3gp6Nd78YV7.pdf] (Site Consultado a 28 de Agosto de 2009).

Nave, J. e Reis, M., 1986, Camponeses Emigrados e Emigrantes Regressados - Práticas de emigração e estratégias de regresso numa aldeia da Beira Interior, *Sociologia, Problemas e Práticas*, (1), pp. 67 - 90.

Nazareth, J., 1976, O efeito emigração na estrutura de idades da população portuguesa, *Análise Social*, 46 (12), pp. 315-362.

Nigam, D. e Narula, V., 2009, India Brilla y el Turismo Residencial, *Turismo, Urbanización y Estilos de Vida- Las Nuevas Formas de Movilidad Residencial*, Icaria, Barcelona, pp. 209-220.

Nogueira, M. e Porteous, D., 2003, The Socio-Cultural Characteristics and Needs of a Portuguese Community in South London, in Abreu, G., Cline, T., e Lambert, H., (org.) *The Education of Portuguese Children in Britain. Insights from Research and Practice in England and Overseas*, Atas da Conferência Patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian e Departamento de Educação Básica em Portugal, Departamento de Psicologia, Universidade de Luton, pp. 51-74.

Norman, R., 1992, Symposium on Rural Development Strategies: Introduction, *Policy Studies Journal*, 20 (2), pp.214.

North, D., and Smallbone, D., 2003, European Policy To Foster Entrepreneurship In Rural Peripheral Areas, *The future of Europe's "rural" periphery, the role of Entrepreneurship in responding to employment problems and social marginalization*. [http://cordis.europa.eu/data/PROJ\\_FP5/ACTIONeqDndSESSIONeq112302005919ndDOCeq4529ndTBLeqEN\\_PROJ.htm](http://cordis.europa.eu/data/PROJ_FP5/ACTIONeqDndSESSIONeq112302005919ndDOCeq4529ndTBLeqEN_PROJ.htm). (Site Consultado a 10-12-09).

Nunes, F., 1986, Problems and Adjustments of the Portuguese Immigrant Family in Canada, Centro de Estudos, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Porto.

Nunes, F., 2003, Marginalisation, Social Reproduction and Academic Underachievement: The Case of the Portuguese Community in Canada, in Abreu, G. Cline, T. and Lambert's, H., (eds.) *The Education of Portuguese Children in Britain: Insights from Research and Practice in England and Overseas*, University of Lucton, London, pp. 121-158.

Nunes, F., 2008, Striking a Balance in Canada's Diversity Dialogue - The Case of Portuguese-Canadian Community, *Canadian Diversity*, 6 (2), pp. 121-125.

Nunkoo, R. and Ramkissoonb, H., 2009, Applying the Means-End Chain Theory and the Laddering Technique to the Study of Host Attitudes to Tourism, *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 17 (3), pp. 337–355.

Nunkoo, R., Gursoyb, D. e Juwaheera, T., 2010, Island Residents' Identities and their Support for Tourism: An Integration of Two Theories, *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 18 (5), pp. 675–693.

Observatório da Emigração, 2011, [[www.observatorioemigracao.secomunidades.pt](http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt)] (Site Consultado a 20 de Dezembro de 2011).

OCDE, 1988, *New Trends in Rural Policymaking*, OCDE, Paris.

OCDE, 1994, *Tourism Strategies and Rural Development Organization for Economic Co-operation and Development*, OCDE, Paris.

OECD, 2008, *Return Migration: A New Perspective*, [[www.un.org/esa/population/meetings/sixthcoord2007/P11\\_OECD.pdf](http://www.un.org/esa/population/meetings/sixthcoord2007/P11_OECD.pdf)] (Site Consultado a 07 de Dezembro de 2009).

OCDE, 2009, *El Impacto de la Cultura en el Turismo*, OCDE, Paris.



Oldham, G., Creemers, G. and Rebeck, T., 2000, An Economic Evaluation of Tourism: A Case Study of Accommodation Facilities in Southern Maputaland, *Development Southern Africa*, Vol. 17 (2), pp. 175-188.

Oliveira, A. J., Carvalho, N. Siqueira, Rosário, Rui, Machado, A. M. e Martins, Victor, 1995, Que Perspetivas Para A Agricultura e o Mundo Rural?, in Carvalho, N. et al, (eds.) *Investigação Económica e Planeamento da Empresa Agrícola (1978-1994)*, Instituto de Investigação Agrária- Estação Agronómica Nacional, pp. 69-86.

Oliveira, R., 2003, Identidade étnica, identificação e manipulação, *Sociedade e Cultura*, vol. 6 (2), pp. 117-131.

Oliveira, J., 2005, *A Educação em Meio Rural como Paleta de Possibilidades para o Desenvolvimento Local: Contributos da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e do Jardim de Infância*, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho.

Oliveira, D. e Mello, M., 2006, Novas Formas de Inserção da Agricultura Familiar ao Mercado como Estratégia de Desenvolvimento Rural, *XLIV Congresso da SOBER*, 23-27 de Julho, Fortaleza.

OMT, 1998, *Guide for Local Authorities on Developing Tourism*, Copyright, Madrid.

Oliveira, I., 2007, Emigração, retorno e remigração na primeira metade do século XX, *Análise Social*, vol. XLII (184), 2007, 837-852

Online 24, 2011, [<http://www.online24.pt/rtp-internacional-online>] (Site Consultado a 15 de Dezembro de 2011).

O'Reilly, K., 2003, When is a Tourist? The Articulation and Migration in Spain's Costa del Sol, *Tourist Studies*, 3 (3), pp. 301-317.

Padilla, B. e Xavier, M., 2009, A Comunidade Portuguesa na Venezuela. Uma Cronologia da sua Presença Contemporânea, *Revista do Observatório da Imigração*, (5), Outubro, pp. 171-186.

Pardal, L. e Correia, E., 1995, *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Areal Editores, Lda., Porto.

Paris C., 2006, *Multiple "Homes", Dwelling & Hyper-Mobility & Emergent Transnational Second Home Ownership*, [[http://enhr2006ljubljana.uirsi.si/publish/-W24\\_Paris.pdf](http://enhr2006ljubljana.uirsi.si/publish/-W24_Paris.pdf)] (Site Consultado a 03 de Agosto de 2008).

Pedro, A., 2006, Urbanization and Second-Home Tourism, in Buhalis, D. e Costa, C. (eds.), *Tourism Futures- Tourism Business Frontiers- consumers, products and industry*, Great Britain, Elsevier.

Peris, A., 2009, La Percepción Social del Turismo Residencial através de los Impactos que Genera en La Sociedad de Acogida. Análisis del Caso de Sant Pol de Mar (Maresme),

Barcelona, *Turismo, Urbanización y Estilos de Vida- Las Nuevas Formas de Movilidad Residencial*, Icaria, Barcelona, pp. 367-382.

Petrou, A., Pantziou, E., Dimara, E. and Skuras, D., 2007, Resources and Activities Complementarities: the Role of Business Networks in the Provision of Integrated Rural Tourism, *Tourism Geographies*, Vol. 9 (4), pp. 421–440.

Peixoto, P., 2006, O Património Mata a Identidade, Peralta, E. e Anico, M. (eds), *Património e Identidades- Ficções Contemporâneas*, Celta Editora, Lisboa, pp. 65-74.

Peixoto, J., 2007, Dinâmicas e Regimes Migratórios: O Caso das Migrações Internacionais em Portugal, *Análise Social*, Vol. XLII (183), pp. 445-469.

Pereiro, X., 2006, Património Cultural: O Casamento entre Património e Cultura, *Revista dos Sócios do Museu do Povo Galego*, (2), pp. 23-41.

Pérez, X., 2003, Patrimonialização e Transformação das Identidades Culturais, em Portela, J. e Castro Caldas, J. (coords.): *Portugal Chão*, Celta editora, Oeiras, pp. 231-247.

Pérez, X., 2009, Turismo Cultural. Uma Visão Antropológica, *PASOS- Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, (2), pp. 1-309.

Pina, J., 2011, O Valor Económico da Língua Portuguesa, *Ciclo de Conferências do OLP* [<http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/temas-de-actualidade/o-valor-economico-da-lingua-poruguesa>] (Site Consultado a 11 de Junho de 2012).

Pinto, A., 2004, Turismo em Espaço Rural: Motivações e Recursos Holandeses em Ferreira de Aves- Sátão, *RT&D*, 1 (2), pp.89-100.

Pires, A., 1986, Industrialização Difusa e “Modelos” de Desenvolvimento: Um Estudo no Distrito de Aveiro, *Finisterra*, XXI (42), pp. 239-269.

Pires, R., Maranhão, M. e Quintela, J., 1987, *Os Retornados- Um Estudo Sociográfico*, Instituto de estudos para o Desenvolvimento, Lisboa.

Pires, R., 1988, Agricultural Policy, Pluriactivity and Rural Development- An Insight into the Portuguese Case”, *Second Change in Europa*, Arketon Research, pp. 191-218.

Pires, R., 2003, *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta.

Poinard, M., 1983a, Emigrantes Retornados de França: A Reinserção na Sociedade Portuguesa, *Análise Social*, Vol. XIX (76) (2º), pp. 261-296.

Poinard, M., 1983b, Emigrantes Portugueses: O Regresso, *Análise Social*, Vol. XIX (75) (1º), pp. 29-56.



Portaria nº 517/2008, de 25 de Junho. Estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de alojamento local.

Portela, J. e Nobre, S., 2001, Entre Pinela e Paris: Emigração e Regressos, *Análise Social*, Vol. XXXVI (161), pp. 1105-1146.

Priesley, G. and Mundet, L., 1998, *The Post-Stagnation Phase of the Resort Cycle*, [<http://www.ingentaconnect.com/content/els/01607383/1998/00000025/00000001/art00062>] (Site Consultado a 03 de Junho de 2010).

Purcell, K., 1997, Women's employment in UK tourism: Gender roles and labour markets, Sinclair, M Thea, (eds.), *Gender, work and tourism*, Routledge, UK, pp. 35-60.

Queirós, M., Henriques, E., Gomes, H. e Soares, P., 2002, *DIVEST- Desinvestimentos e Impactes Económicos, Sociais e Territoriais*, WP2, Projeto DIVEST.

Quinn, D. and Turley, D., 2005, Touristic Transcendence and Post Modern Flitting: An Exploration of the Experiences of Second Home Owners, *Tourism: An Interdisciplinary Journal*, 53 (4), pp. 301-310.

Raaf, S., Kapsalis, C. and Vincent, C., 2003, *Seasonal Employment and Reliance on Employment Insurance: Evidence From the SLID*, [[http://www.srdc.org/uploads/deraaf\\_kapsalis\\_vincent.pdf](http://www.srdc.org/uploads/deraaf_kapsalis_vincent.pdf)] (Site Consultado a 12 de Julho de 2010).

Ragatz, L., 1977, Vacation Homes in Rural Areas: Towards a model for Predicting Their Distribution and Occupancy Patterns", Coppock, J. (eds.), *Second Homes: Curse or Blessing?*, Oxford, Pergamon.

Ranaboldo, C. e Schejtman, A., 2008, El Valor del Patrimonio Cultural: Territorios Rurales, Experiencias y Proyecciones Latinoamericanas. Instituto de Estudios Peruanos y Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, Lima.

Rato, H., 2001, O Regresso dos Emigrantes, *JANUS: Anuário de Relações Exteriores*, pp. 164-165.

Raya, P. y Benítez, J., 2001, Concepto y Estimación del Turismo Residencial: Aplicación en Andalucía, *Papers de Turisme*, (31-32), pp.66-89.

Reeder, R. e Brown, D., 2005, Recreation, Tourism, and Rural Well-Being, [<http://www.ers.usda.gov/publications/err7/err7.pdf>] (Site Consultado a 15 de Maio de 2009).

Rempel H., and Lobdell R., 1978, The Role of Urban-to-Rural Remittances in Rural Development, *Journal of Development Studies*, 14 (3), pp. 324-41.

Reynolds, P., Storey, D. and Westhead, Paul, 1994, Cross-National Comparisons of the Variation in New Firm Formation Rates, *Regional Studies*, 28 (4), pp. 443-456.

- Reynolds, P., Miller, B. and Maki, W., 1995, Explaining Regional Variation in Business Births and Deaths: US 1976–88, *Small Business Economics*, Vol. 7 pp.389 - 407.
- Ribeiro, M. and Marques, C., 2002, Rural Tourism and the Development of Less Favoured Areas- Between Rhetoric and Practice, *International Journal of Tourism Research*, (4), pp. 211-220.
- Rinne, P. e Saastamoinen, O., 2005, Local Economic Role of Nature-based Tourism in Kuhmo Municipality, Eastern Finland, *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, Vol. 5 (2), pp. 89–101.
- Ritchie, B., Burns, P. and Palmer, C., 2005, *Tourism Research Methods- Integrating Theory with Practice*, Cabi Publishing, USA.
- Ritchie, B. e Inkari, M., 2006, Host Community Attitudes toward Tourism and Cultural Tourism Development: the Case of the Lewes District, Southern England, *International Journal of Tourism Research*, (8), pp. 27-44.
- Ribeiro, J. e Santos, J., 2005, Desenvolvimento endógeno e política regional, Atas do 11.º Congresso da APDR (Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional), Setembro, Faro.
- Roberts, S. and Tribe, J., 2008, *Sustainability Indicators for Small Tourism Enterprises – An Exploratory Perspective*, [www.informaworld.com/index/907028734.pdf] (Site Consultado a 03 de Abril de 2010).
- Roca, M., 1999, A Emigração de Regresso e o Desenvolvimento Rural no Alto Minho, 1º Encontro Galiza-Portugal de Estudos Rurais, 12-13 de Novembro, Bragança.
- Roca, M. and Caldinhas, S., 2001, *Demographic Sustainability and Regional Development: The Cases of Alto Minho and Alto Alentejo*. [http://ideas.repec.org/p/wiw/wiwr/ersa01p55.html] (Site Consultado a 10 de Dezembro de 2009).
- Rocha-Trindade, M., 1976, Comunidades Emigrantes em Situação Dipolar: Análise de Três Casos de Emigração Especializada para os E.U.A., para o Brasil e para França, *Análise Social*, Vol. XII (48) (4), pp. 983-997.
- Rocha-Trindade, M., 1985, Emergência de uma Nova Cultura: Os Portugueses de França, Ferreira, E. et al (eds.), *Conflict and Change in Portugal 1974-1984, III International Meeting On Modern Portugal*, Durham, New Hampshire, pp. 259-266.
- Rocha-Trindade, M., 1986a, Do Rural ao Urbano: O Associativismo como Estratégia de Sobrevivência, *Análise Social*, Vol. XXII (91) (2º), pp. 313-330.
- Rocha-Trindade, M., 1986b, Longitudinalmente Diferente ou o Discurso Polémico de Luso-Descendentes, *Análise Social*, Vol. XXII (92-93) (3º-4º), pp. 609-618.

Rocha-Trindade, M., 1992, *Fenómeno da Emigração em Portugal*, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Lisboa.

Roque, A. e Alencar, E., 2001, Turismo no Espaço Rural. Um Estudo Multi-Caso nas Regiões Sul e Sudoeste de Minas Gerais. [www.idestur.org.br/download/20080614220159.pdf] (Site Consultado a 28 de Dezembro de 2009).

Rothman, R., 1978, Residents and Transients: Community Reaction to Seasonal Visitors. [jtr.sagepub.com/cgi/content/abstract/16/3/8] (Site Consultado a 06 de Junho de 2010).

Salamoni, G. e Lopez, A., 2006, Noção de Rural: “Antigas e Novas” Conceções. [http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER1/comunicacoes/ana-carolina-lopez.pdf] (Site Consultado a 05 de Maio de 2009).

Sampaio, J., 1998, *A Residência Secundária em Esposende- Estudo sobre o Impacte da Residência Secundária na Dinâmica e Organização do Território de um Concelho do Litoral Norte de Portugal Continental e Periférico à Área Metropolitana do Porto*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sandell, K., 2006, Access under Stress: the Right of Public Access Tradition in Sweden, in McIntyre, N. et al, (eds.) *Multiple Dwelling and Tourism- Negotiating Place, Home and Identity*, CAB International, UK, pp. 278-294.

Santos, M., 1996, *A Residência Secundária no Âmbito da Geografia dos Tempos Livres - Análise Comparativa dos Casos de S. Pedro de Moel e Praia da Vieira*, Dissertação de Mestrado, Coimbra, CCRC.

Santos, R. e Costa, C., 2009, La Segunda Residência y su Relación com el Alojamiento Turístico en Portugal, Mazón et al (eds.), *Turismo, Urbanización y Estilos de Vida- las Nuevas Formas de Movilidad Residencial*, Icaria, Barcelona, pp. 79-96.

Saraceno, E., 1986, The occupational resettlement of returning migrants and regional development: the case of Friuli-Venezia Giulia, King, R. (eds.), *Return Migration and Regional Economic Problems*, Croom Helm, Australia, pp. 69-78.

Saturnino, A., 2009, Cultural heritage, sustainable tourism and economic development: a proposal for Southern Italy, Girard, L. and Nijkamp, P. (eds.) *Cultural Tourism and Sustainable Local Development*, U.S.A., Ashgate, pp. 95-107.

Saayman, M. e Saayman, A., 2006, Estimating the Economic Contribution of Visitor Spending in the Kruger National Park to the Regional Economy, *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 14 (1), pp. 67 – 81.

Scheyvens, R., 2007, Poor Cousins No More: Valuing the Development Potential of Domestic and Diaspora Tourism, *Progress in Development Studies* (7), pp. 307–25

Schimiti, L., 1985, *Comunidades Portuguesas- Fenómeno Associativo no Estado do Paraná*, Secretaria de Estado da Emigração- Centro de Estudos, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Scott, J., 1997, Chances and Choices: Wand Tourism in Northern Cyprus, in Sinclair, Thea (eds.), *Gender, Work and Tourism*, Routledge, UK, pp. 60-91.

Serrão, J., 1985, Notas sobre Emigração e Mudança Social no Portugal Contemporâneo, *Análise Social*, Vol. XXI (87-88-89) (3-4-5), pp. 995-1004.

Sharpley, R. and Vass, A., 2006, Tourism, Farming and Diversification: An Attitudinal Study, *Tourism Management*, (27), pp. 1040-1052.

Sheehan, K., 2002, Online Research Methodology: Reflections and Speculations, [<http://jiad.org/article30>] (Site Consultado a 07 de Dezembro de 2011).

Shih, C., 2011, *The Facebook Era- Tapping Online Social Networks to Market, Sell, and Innovate*, Prentice Hall, United States, Second Edition.

Silberberg, T., 1995, Cultural Tourism and Business Opportunities for Museums and Heritage Sites, *Tourism Management*, Vol. 16 (5), pp. 361-365.

Sillignakis, K., s/d, *Rural Tourism: An opportunity for Sustainable Development of Rural Areas*, [[http://sillignakis.com/PDF/rural\\_Tourism\\_Finall\\_ALL.pdf](http://sillignakis.com/PDF/rural_Tourism_Finall_ALL.pdf)] (Site Consultado a 08 de Junho de 2010).

Sinclair, T., 1997, Gendered Work in Tourism: Comparative Perspectives, Sinclair, T. (eds.), *Gender, Work and Tourism*, Routledge, UK, pp.220-235.

Sinclair, M., 2007, Tourism and Economic Development: A Survey, Huybers, T. (eds.) *Tourism in Developing Countries*, Copyright, U.S.A.

Silva, M., Amaro, R., Clausse, G., Conim C., Matos, M., Pisco, M. e Seruya, L., 1984, *Regresso, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa.

Silva, E., 2000, Patrimônio e Identidade: Os Desafios do Turismo Cultural, [[www.aguaforte.com/antropologia/Peralta.html](http://www.aguaforte.com/antropologia/Peralta.html)] (Site Consultado a 25 de Março de 2010).

Silva, G., 2003, Além do que os Olhos Veem: Reflexões sobre Etnia, Etnicidade e Identidade Étnica - Os Índios Atikumem Mato Grosso do Sul, *Telus*, 3 (5), Campo Grande, pp. 95-106.

Silva, A., 2004, Memória, Tradição Oral e a Afirmação da Identidade Étnica, 27ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu.

Silva, E., 2005, Patrimônio e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural, ICSP, Universidade de Lisboa.

Silva, L., 2005-06, *Os Impactes do Turismo em Espaço Rural*, [www.uc.pt/en/cia/publica/AP\_artigos/AP22.23.13\_Silva.pdf] (Site Consultado a 13 de Janeiro de 2010).

Silva, L., 2006, *O Turismo em Espaço Rural: Um Estudo da Oferta e dos Promotores*. [www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP16\_Silva\_.pdf] (Site Consultado a 20 de Dezembro de 2009).

Silva, L., 2007, A Procura do Turismo em Espaço Rural, *Etnográfica*, Vol. 11 (1), Maio, pp. 141-163.

Silva, L., 2008, *Contributo para o Estudo da Pós-Ruralidade em Portugal*, [http://ceep.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02\_Luis\_Silva.pdf] (Site Consultado a 14 de Dezembro de 2009).

Silva, L., 2009, *Casas no Campo- Etnografia do Turismo Rural em Portugal*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

Silvano, 2006, *O Turismo Rural como Fator de Desenvolvimento. O Caso do Parque Natural de Montesinho*, [portal.icnb.pt/NR/...4BDE.../PNM\_Turismo\_Dissert\_MSilvano\_2006.pdf] (Site Consultado a 02 de Dezembro de 2009).

Skeldon, R., 2008, Migration and Development, [http://www.un.org/esa/population/meetings/EGM\_Ittmig\_Asia/P04\_Skeldon.pdf] (Site Consultado a 09 de Setembro de 2009).

Skerritt, O., 1997, *New Directions in Action Research*, Falmer Press, London.

Smith, S., 1992, Return to the Supply-Side, *Annals of Tourism Research*, (19), pp. 226-229.

Smith, S., 1995, *Tourism Analysis- a Handbook*, England, Longman, 2<sup>nd</sup> Edition.

Smith, M. and Leigh, B., 1997, Virtual Subjects: Using the Internet as an Alternative Source of Subjects and Research Environment, *Behavior Research Methods, Instruments, & Computers*, 29 (4), pp. 496-505.

Smith, M., 2003, *Issues in cultural tourism studies*, Routledge, London.

Stedman, R., 2006, Understanding Place Attachment Among Second Home Owners, *American Behavioral Scientist*, Vol. 50 (2), October, pp. 187-205.

Stewart, S., 2001, Amenity Migration, Luft, K., and S. McDonald (Compilers), Trends 2000: Shaping the Future, *Proceedings of the 5th Outdoor Recreation and Tourism Trends*, 17-20 September 2000, Department of Park, Recreation, and Tourism Resources, Lansing, MI, pp. 369-378.

Stynes, D., 1997, *Economic Impacts of Tourism*, [https://www.msu.edu/course/prr/840/econimpact/pdf/ecimpVol1.pdf] (Site Consultado a 02 de Outubro de 2009).

Suárez, G., 2005, Identidades Coletivas y Discursos sobre el Sujeto Indígena, *Revista de Antropología Iberoamericana*, (41), Maio-Junho, pp. 1-24.

Teixeira, C., 1996, The Suburbanization of Portuguese Communities in Toronto and Montreal: from Isolation to Residential Integration?, in Laperrière, A. et al, (eds.) *Immigration and Ethnicity in Canada- Canadian Issues/ Thèmes Canadiens*, Volume XVIII, Association for Canadian Studies, Montréal, pp. 181-201.

Teixeira, C., 2007, Residential Experiences and the Culture of Suburbanization: A Case Study of Portuguese Homebuyers in Mississauga, *Housing Studies*, Vol. 22, (4), July, pp. 495–521.

Todorovi, M. e Bjeljic, Z., 2009, Rural Tourism in Serbia as a Way of Development in Undeveloped Regions, *Acta Geographica Slovenica*, 49 (2), pp. 453-473.

Tohamy, S. and Swinscoe, A., 2000, *The Economic Impact of Tourism in Egypt*, www.eces.org.eg/.../%7B02ADE2E4-F995-4CDE-82CE-32BB9A4A15E9%7D\_ECESPVP5e.pdf (Site Consultado a 02 de Outubro de 2009).

Tonnini, C., Lunardi, R. e Azevedo, L., 2006, Turismo rural: um caminho para a qualidade de vida, *Agrociencia*, Vol. X (2) pp. 39-44.

Tuulentie, S., 2006, Tourists Making Themselves at Home: Second Homes as a Part of Tourist Careers, in McIntyre, N. et al, (eds.) *Multiple Dwelling and Tourism- Negotiating Place, Home and Identity*, UK, CAB International, pp. 145-158.

Turismo de Portugal, 2006, *Férias dos Portugueses*. [http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/estudoseestatisticas/Anexos/F%C3%A9rias%20dos%20Portugueses%202006.pdf] (Site Consultado a 10 de Janeiro de 2009).

Tuulentie, S., 2007, Second Homes as a Part of Tourist Life Stories, *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 7 (3), pp. 281-300.

Udovč, A. and Perpar, A., 2007, *Role of Rural Tourism for Development of Rural Areas*, [http://www.agr.hr/jcea/issues/jcea8-2/pdf/jcea82-13.pdf] (Site Consultado a 28 de Novembro de 2009).

Unger, K., 1986, Return Migration and Regional Characteristics: The Case of Greece, in King, R. (eds.), *Return Migration and Regional Economic Problems*, Croom Helm, Australia, pp. 129-151.

Valls, J., Bustamante, X., Guzmán, F. e Vila, M., 2000, *Gestión de Destinos Turísticos Sostenibles*, Ediciones Gestión 2000, España.



Vanegas, M. and Croes, R., 2003, Growth, Development and Tourism in a Small Economy: Evidence from Aruba, *International Journal of Tourism Research*, (5), pp. 315–330.

Vásquez, Y. e Ríos, O., 2007, Algunos Aportes a la Comprensión Psicológica de la Identidad Étnica y Nacional: Revisión Bibliográfica, *Investigación y Desarrollo*, Vol. 15 (1), pp. 78-123.

Veal, A., 1997, *Research Methods for Leisure and Tourism: A Practical Guide*, 2<sup>nd</sup> Edition, Longman, Harlow.

Veiga, F., 2005, *Que Atores para o Desenvolvimento Rural?* [[http://www.sper.pt/IICER/pdfs/Tema%204/j\\_veiga.pdf](http://www.sper.pt/IICER/pdfs/Tema%204/j_veiga.pdf)] (Site Consultado a 12 de Julho de 2009).

Vidal, C., Eiden, G. and Hay, K., 2001, Agriculture as a Key Issue for Rural Development in the European Union, in *Conference on Agricultural and Environmental Statistical Applications (CAESAR)*, Rome.

Vieira, C., e Raul, V., 1989, Formalismo e Valores Simbólicos nas Casas dos Emigrantes da Ria de Aveiro, *Sociedade e Território* (8), pp. 48-54.

Villanova, R., Leite, C. e Raposo, I., 1994, *Casas de sonhos*, Éditions Créaphis, Paris.

Villanova, R., 2006/7, “Double Residence”: A Space for Intergenerational Relations. Portuguese Immigrants in France in the Twentieth and Twenty-First Centuries, *Portuguese Studies Review*, 14 (2), pp. 241-261.

Visser, G., 2004, Second Homes and Local Development: Issues Arising from Cape Town’s De Waterkant, *GeoJournal*, (60), pp. 259-271.

Wall, G. and Mathieson, A., 2006, *Tourism- Change, Impacts and Opportunities*, Prentice Hall, England.

Walmsley, D., 2003, Rural Tourism: A Case of Lifestyle-Led Opportunities, *Australian Geographer*, Vol. 34 (1), pp. 61–72.

Wanhill, S., 1994, The Measurement of Tourist Income Multipliers, *Tourism Management* 15 (4), pp. 281–283.

Webb, N., 1999, Home Across the Atlantic? Views on the Maintenance of the Portuguese Culture in Port Elizabeth, South Africa, *Society in Transition*, 30 (1), pp. 43-53.

Wikipédia, 2011, Rádio e Televisão de Portugal, [[http://pt.wikipedia.org/wiki/R%C3%A1dio\\_e\\_Televis%C3%A3o\\_de\\_Portugal](http://pt.wikipedia.org/wiki/R%C3%A1dio_e_Televis%C3%A3o_de_Portugal)] (Site Consultado a 15 de Dezembro de 2011).

Wikipédia, 2011, *Língua Portuguesa*, [http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua\_portuguesa] (Site Consultado a 28-11-11).

Williams, A. and Lewis, J., 1981, Regional Uneven Development on the European Periphery: The Case of Portugal, 1950-1978, *Journal of Economic and Social Geography*, Vol. 71 (2), pp.81-98.

Williams, A., 1984, Introduction, in Williams, A. (eds.), *Southern Europe Transformed- Political and Economic Change in Greece, Italy, Portugal and Spain*, Harper & Row, London, pp. 1-32.

Williams, D. and Cary, M., 1995, Community Attachment, Regional Identity and Resident Attitudes Toward Tourism, [http://www.fs.fed.us/rm/value/docs/ttra95.pdf] (Site Consultado 08 de Agosto de 2010).

Williams, J. and Lawson, R., 2001, Community Issues and Resident Opinions of Tourism, *Annals of Tourism Research*, Vol. 28 (2), pp. 269–290.

Williams, D., and McIntyre, N., 2001, Where Heart and Home Reside: Changing Constructions of Place and Identity, *In Trends 2000: Shaping the Future*, Lansing, MI: Michigan State University, Dept of Park, Recreation & Tourism Resources.

Williams, D. and Patten, S., 2006, *Home and Away? Creating Identities and Sustaining Places in a Multi-Centred World*, [www.fs.fed.us/rm/pubs\_other/rmrs\_2006\_williams\_d002.pdf] (Site Consultado a 02 de Janeiro de 2010).

Winter, R., 1996, Some Principles Procedures of The Conduct, in Skerritt, O., 1996, *New Directions in Action Research*, Falmer Press, London, pp. 13-27.

Wishitemi, B., Masila, P. e Odiara, B., 2009, Turismo residencial: la experiencia de África, em *Turismo, Urbanización y Estilos de Vida- Las Nuevas Formas de Movilidad Residencial*, Icaria, Barcelona, pp. 235-248.

World Travel and Tourism Organization, 1995, *Concepts, Definitions and Classifications for Tourism Statistics*, Spain, Copyright.

World Travel and Tourism Organization, 1996, *What Tourism Managers Need to Know- A Practical Guide to the Development and Use of Indicators of Sustainable Tourism*, Copyright, WTO, Madrid.

World Travel and Tourism Organization, 1998, *Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism*, Copyright, Madrid.

World Travel and Tourism Organization, 2001, *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework*, Madrid, Copyright.



Yen Sun, Y., 2005, Marginal Economic Impacts of Inbound Tourism to Taiwan and Policy Evaluation, *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, Vol. 10 (3), pp. 309-327.

Zhang, J. and Inbakaran, R., 2006, Understanding Community Attitudes Towards Tourism and Host–Guest Interaction in the Urban–Rural, *Tourism Geographies*, Vol. 8 (2), pp. 182–204.

Zhang, J., Madsen, B. and Butler, C., 2007, Regional Economic Impacts of Tourism: The Case of Denmark, *Regional Studies*, Vol. 41 (6), pp. 839–853.

Zeytinoglu, I., Cooke, G. and Mann, S., 2009, Flexibility: Whose Choice Is It Anyway?, *Relations Industrielles/Industrial Relations*, 64 (4), pp. 555 – 574 555.

Zikmund, W., Babin, B., Carr, J. and Grifffi, M., 2010, *The Role of Business Research*, [[http://www.cengagebrain.co.uk/shop/content/zikmund80704\\_1439080704\\_02.01\\_chapter01.pdf](http://www.cengagebrain.co.uk/shop/content/zikmund80704_1439080704_02.01_chapter01.pdf)] (Site Consultado a 12 de Novembro de 2012).



# ANEXOS



## **ANEXO I**

### **(1) Questionário Administrado na Internet:**

**a) Publicações Digitais**

**b) Portais Eletrónicos**



## **ANEXO 2**

### **(2) Questionário Administrado na Internet: Entidades Oficiais**





## **ANEXO 3**

### **(1) Questionário Administrado no *Facebook*: Página do Estudo**



## **ANEXO 4**

### **(2) Questionário Administrado no *Facebook*: Páginas Oficiais de Cantores de Música Portuguesa**



## **ANEXO 5**

### **Questionário Publicitado pela Rádio e Televisão**

#### **Portuguesa:**

**a)RDP Internacional e RDP África**

**b)RTP Internacional**

**(Relatórios de Emissão e *Spots*)**



## **ANEXO 6**

### **Questionário Administrado por Correio:**

**a) Carta de Incentivo dos Presidentes de Câmara**

**b) Notícias Publicadas**





## **ANEXO 7**

### **Questionário Administrado:**

**a) Por Correio;**

**b) Na Internet e *Facebook***

RIA

Estes anexos só estão disponíveis para consulta através do CD-ROM.  
Queira por favor dirigir-se ao balcão de atendimento da Biblioteca.

SBIDM

Universidade de Aveiro